

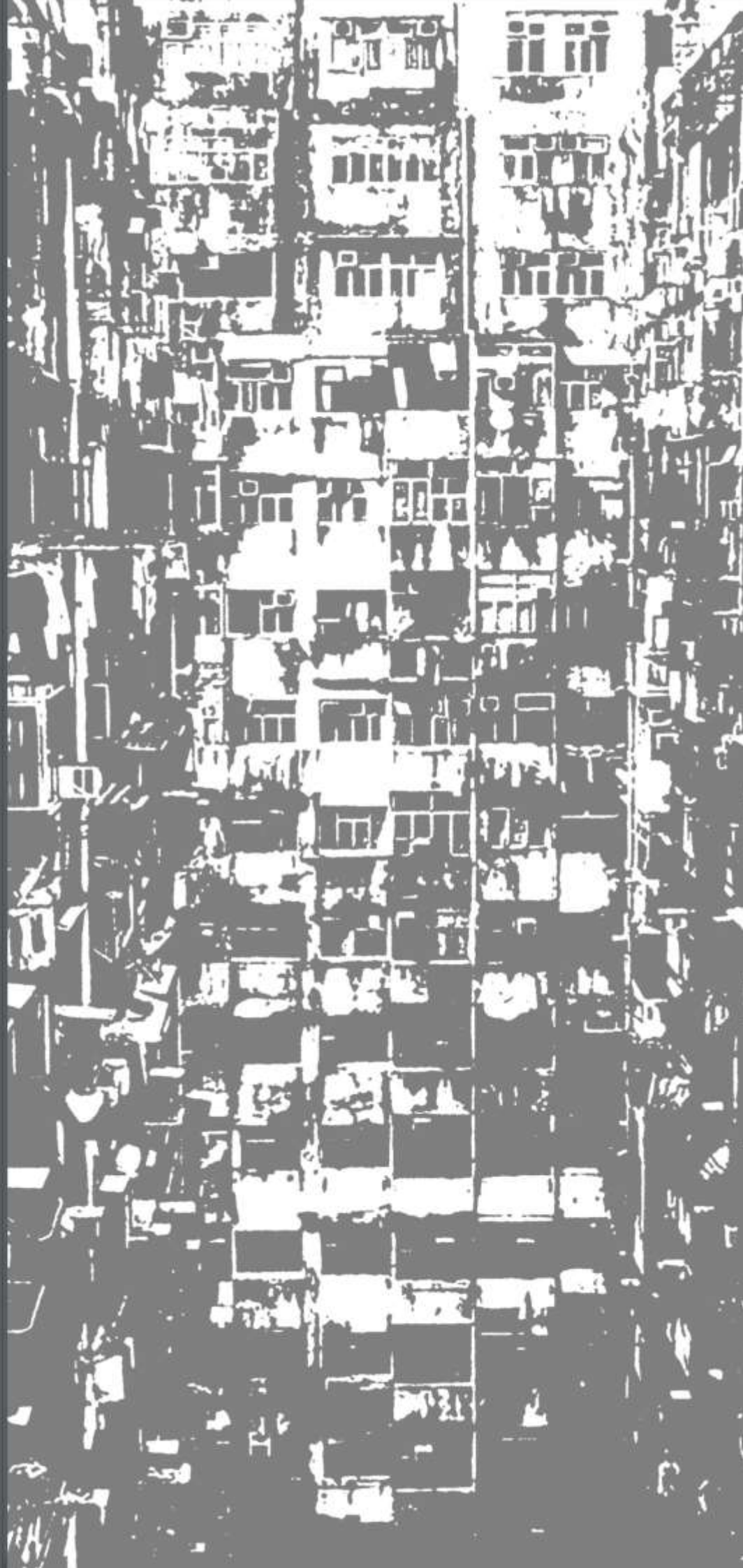
SAECULUM

REVISTA DE HISTÓRIA

VOL.25
JUL./DEZ. 2020

43

ISSN 0104-8929
eISSN 2317-6725



SÆCULUM

REVISTA DE HISTÓRIA

Vol. 25 – Número 43 – jul./dez. 2020

ISSNe 2317-6725



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
Vice-Reitora: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

Pró-Reitor: Isac Almeida de Medeiros

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitora: Maria Luiza Pereira Alencar M. Feitosa

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega
Vice-Diretor: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Fernando Cauduro Pureza
Subchefe: Monique Guimarães Cittadino

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Tiago Bernardon de Oliveira

Vice-coordenador: Paulo Giovani Antonino Nunes

COMISSÃO EDITORIAL – SÆCULUM

Ana Maria Veiga (presidente)

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

Ariane Norma de Menezes Sá

Carla Mary S. Oliveira

Cláudia Engler Cury

Damião de Lima

Fernando Cauduro Pureza

Guilherme Queiroz de Souza (editor)

Lúcio Flávio Sá Peixoto de Vasconcelos

Mozart Vergetti de Menezes

Paulo Roberto de Azevedo Maia

Raimundo Barroso Cordeiro

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Telma Dias Fernandes

Tiago Bernardon de Oliveira

SÆCULUM

REVISTA DE HISTÓRIA

EDITORES RESPONSÁVEIS

Ana Maria Veiga – UFPB
Guilherme Queiroz de Souza – UFPB

EDITOR ASSISTENTE

Jair Zandoná – UFSC

SECRETARIA

Letícia Helen Silva Teles
Zênia Chaves Araújo de Melo
(mestrandas do PPGH/UFPB)

Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal da Paraíba

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Campus Universitário – Conjunto Humanístico – Bloco V
Castelo Branco – João Pessoa – Paraíba – CEP 58051-970 – Brasil
Fone/ Fax: +55 (83) 3216-7915 – e-mail: saeculum@cchla.ufpb.br
Sítio eletrônico: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh>

Copyright © 1995-2020 – DH/PPGH/UFPB
ISSN 0104-8929 – ISSN's 2317-6725

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Ana Maria Veiga, Carla Mary S. Oliveira, Sônia Weidner Maluf
Arte do vol. 25, n. 43: montagem sobre o tema biopolíticas e necropolíticas
Autora: Sônia Weidner Maluf

Este periódico está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY.

Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Indexada no Latindex (UNAM – México),
no DOAJ – Directory of Open Access Journals (Lund University – Suécia),
e no Google Scholar.

Periódico avaliado no estrato QUALIS B1 (A3 no Qualis Referência 2017-2018)
na área de História pela Capes

CONSELHO EDITORIAL

Alberto da Silva (Univ. Sorbonne – Paris IV)	Itamar Freitas (UFS)
Alômia Abrantes Silva (UEPB)	Jorge Ferreira (UFF)
Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)	José Miguel Arias Neto (UEL)
André Cabral Honor (UnB)	Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)
Antonio Clarindo Barbosa de Souza (UFMG)	Luiz Geraldo Silva (UFPR)
Antônio Paulo Resende (UFPE)	Maria de Deus Beites Manso (Univ. Évora)
Carlos Fico (UFRJ)	Pedro Paulo Funari (UNICAMP)
Carmem Zeli de Gil Vargas (UFRGS)	Peter Mainka (Univ. de Würzburg)
Cristina Scheibe Wolff (UFSC)	Ricardo Pinto de Medeiros (UFPE)
Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)	Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS)
Fernando Mattioli Vieira (UPE)	Tania Bessone (UERJ)
Gabriel Aladrén (USP)	Thereza Baumann (UFRJ)
Gisafran Mota Jucá (UECE)	Valdemir Zamparoni (UFBA)
Itacir Marques da Luz (SEC-PE)	

MISSÃO DA REVISTA

Sæculum – Revista de História é publicada pelo Departamento de História da UFPB desde 1995 e, a partir de 2004, passou a ser também o periódico do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Sua frequência é semestral, e se trata de uma revista voltada à divulgação e debate de pesquisas no campo da História e da Cultura Histórica e suas diversas interfaces, abrindo espaço para pesquisadores do Brasil e do exterior.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Central – Universidade Federal da Paraíba

S127 *Sæculum – Revista de História*, ano 25, n. 43 (2020).
– João Pessoa: Departamento de História/ Programa
de Pós-Graduação em História/ UFPB, jul./dez. 2020.

ISSN 0104-8929/ e-ISSN 2317-6725

Semestral

405 p.

BC/ UFPB

CDU 93 (05)

UL

A Comissão Editorial da *Sæculum* agradece aos seguintes colegas, que atuaram como pareceristas *ad hoc* na presente edição:

Adriano Toledo Paiva, Universidade Federal de Minas Gerais
Afonso de Alencastro Graça Filho, Universidade Federal de São João Del-Rei
Alcilene Cavalcante, Universidade Federal de Goiás
Alexandre Andrade da Costa, Fundação Educacional de Fernandópolis
Antônio de Pádua Bosi, Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Braz Batista Vas, Universidade Federal do Tocantins
Camila Rodrigues Jourdan, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carlos de Oliveira Malaquias, Universidade Federal de Sergipe
Caroline Moreira Vieira Dantas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniel Precioso, Universidade Estadual de Goiás
Débora Breder, Universidade Católica de Petrópolis
Diego Souza de Paiva, Núcleo de Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Eduardo Henrique de Lima Guimarães, Universidade Federal da Paraíba
Eduardo Romero de Oliveira, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Erivaldo Fagundes Neves, Universidade Estadual de Feira de Santana
Fabiana Comerlato, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Fabiana da Silva Viana, Instituto Cecília Meireles
Fátima Saionara Leandro Brito, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos, Universidade Federal do Amapá
Flávia Cristina Silveira Lemos, Universidade Federal do Pará
Gilmar Arruda, Universidade Estadual de Londrina
Guilherme Amaral Luz, Universidade Federal de Uberlândia
Isabela Candeloro Campoi, Universidade Estadual do Paraná
Ivanice Teixeira Silva Ortiz, Universidade do Estado da Bahia
Joana D'Arc de Sousa Lima, Universidade Federal de Pernambuco
Joelma Santos da Silva, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Johny Santana de Araújo, Universidade Federal do Piauí
Kátia Sausen da Motta, Universidade Federal do Espírito Santo
Kelly Eleutério Machado Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto
Laurindo Mekie Pereira, Universidade Estadual de Montes Claros
Leicy Francisca da Silva, Universidade Estadual de Goiás
Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa
Luiz Antonio da Silva Teixeira, Universidade Estácio de Sá
Luiz Otávio Ferreira, Fundação Oswaldo Cruz
Marcília Gama da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco
Maria da Vitória Barbosa Lima, Universidade Estadual do Piauí
Maria de Fátima Oliveira, Universidade Estadual de Goiás
Martinho Guedes dos Santos Neto, Universidade Federal da Paraíba
Maurício Gonçalves Margalho, Secretaria de Estado de Educação – RJ
Paloma Ferreira Coelho Silva, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Regina Mendes de Araújo, Instituto Federal do Norte de Minas
Reginaldo Cerqueira Sousa, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Ricardo dos Santos Batista, Universidade do Estado da Bahia/Universidade de São Paulo
Ricardo Figueiredo de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, Universidade Federal do Recôncavo Baiano
Sílvia Maria Fávero Arend, Universidade do Estado de Santa Catarina
Sílvia Maria Jardim Brügger, Universidade Federal de São João Del-Rei
Sônia Weidner Maluf, Universidade Federal de Santa Catarina
Surya Aaronovich Pombo de Barros, Universidade Federal da Paraíba
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Valéria Gomes Costa, Instituto Federal de Pernambuco
Virgílio Coelho de Oliveira Júnior, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Wilma de Nazaré Baía Coelho, Universidade Federal do Pará

Sumário

DOSSIÊ: A NOVA HISTÓRIA (BIO)POLÍTICA: SOBRE AS CAPTURAS E AS RESISTÊNCIAS

A nova história (bio)política: sobre as capturas e as resistências

Telma Dias Fernandes

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

Biopolítica na epidemia de Covid-19 no Brasil (2020): uma análise das ações de combate à doença e a oposição anti-quarentena

Leandro Vilar Oliveira

O corpo da criança nas tramas da biopolítica: quando a filantropia se fez máquina de captura (Brasil 1940-1950)

José dos Santos Costa Júnior

Experiência, infância, linguagem e acontecimento: a biopolítica de Giorgio Agamben e a Educação

Pedro Angelo Pagni

Raphael Guazzelli Valerio

As instituições de reclusão e “controle” dos loucos na Parahyba do Norte entre 1889 e 1928

Edna Maria Nóbrega Araújo

Joedna Reis de Meneses

A Anormalidade nos Domínios Biopolíticos: “A Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco” (1931)

Rafael Santana Bezerra

Segurança Nacional e Biopolítica: as práticas e os dispositivos de informação e vigilância da DOPS-PE

Raphael Henrique Roma Correia

Rever a colonização, reler a biopolítica, almejar o poder: os bandeirantes paulistas nas minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1720

Danilo Arnaldo Briskievicz

O fantasma do corpo: a sexualidade como dispositivo do biopoder em A pele que Habito (2011)

Paul Jardim Martins Afonso

ARTIGOS

Black American Colonization in the Brazilian Amazon: Colored bodies in motion

Marcia Esteves Agostinho

A modéstia e a ostentação no vestuário das mulheres alforriadas na Vila de Pitangui (1750-1820)

Ana Caroline Carvalho Miranda

Circulação de papéis: notícias e ideias pela América portuguesa (1808-1822)

Augusto Henrique Assis Resende

“Que fiquemos livres da jurisdição dos bispos do Maranhão”: os discursos por autonomia eclesiástica da Província do Piauí (1829-1838)

João Vitor Araújo Sales

Marcelo de Sousa Neto

“Em nome da pátria e da glória”: a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria (Pernambuco, 1865)

Wellington Barbosa da Silva

Leocádia e suas mortes: o confronto de narrativas de um crime hediondo no Alto Sertão da Bahia do final do século

XIX

Fernando Donato Vasconcelos

“Não há mais grave, mais perigosa, e mais temível”: a sífilis na província da Parahyba (1860-1880)

Serioja R. C. Mariano

O abastecimento de água no Brasil: uma prospecção bibliográfica no âmbito da historiografia

Fabiano Quadros Rückert

“A coisa está ficando feia”: o consumo da carne de baleia no Brasil entre a História e Antropologia (1960-1963)

Fernando Cauduro Pureza

Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro

Cintya Chaves

Corpos ultrajantes, discursos interditos: embates entre a indústria cinematográfica erótica e a censura federal durante a ditadura civil-militar brasileira

Romulo Gabriel de Barros Gomes

Os cárceres da Guanabara através do jornal *Ultima Hora* (1960-1961)

Mariana Dias Antonio

Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos

Ana Heloisa Molina

Helena Ragusa

Réquiem para uma historiadora negra: morte e invisibilidade de Beatriz Nascimento

Elio Chaves Flores

RESENHAS


“Escrevo da periferia, não do centro”: mulheres negras e experiências de racismo cotidiano

Claudia Regina Nichnig


A nova história (bio)política: sobre as capturas e as resistências

The new (bio) political history: on captures and resistances

Telma Dias Fernandes

 <https://orcid.org/0000-0002-5318-2667>
Universidade Federal da Paraíba

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

 <https://orcid.org/0000-0002-2993-1226>
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: Neste ensaio, abordamos algumas questões pertinentes aos estudos (bio)(necro)políticos, privilegiando uma perspectiva da história do presente, substanciada por meio dos conceitos de biopolítica, necropolítica e perspectivismo ameríndio. A bio, toda ela vida, participa da historiografia imprimindo às questões políticas a perspectiva de outras problematizações, indiciada pela ampliação dos atores, temáticas e fontes históricas, reconhecendo-as como legítimas à história. Propomos uma reflexão sobre as carnes-corpos (bio)políticas, sejam eles cinzas, putrefatas ou pulsantes, naquilo que compete aos seus fluxos de vida e morte, pois do contraponto ao aniquilamento, da memória e/ou da história, é necessário o “bom combate”. Os conceitos de biopolítica e biopotência em suas dimensões de controle, resistência e resiliência têm se desdobrado em outras práticas de análise, permitindo reflexões capazes de contribuir à compreensão das experiências contemporâneas, no que tange ao presente/passado, de alianças e combates, configurando múltiplas formas de sociabilidade. Necropolítica, racismo, psicopolítica, sociedade do cansaço, política da dívida, multidão e perspectivismo ameríndio são alguns dos temas dentre as contribuições recentes e sobre os quais pontuamos algumas reflexões.

Palavras-chave: História. (Bio)Políticas. Necropolíticas. Contemporaneidade. Tempo Presente.

Abstract: In this essay, we discuss some issues from the field of (bio)(necro)political studies, based on a perspective of the history of the present and on concepts such as biopolitics, necropolitics and amerindian perspectivism. The bio, all of its life, takes part in historiography by conveying the perspective of other problematizations to political issues, indicted by the now greater number of actors, themes and historical sources, which are recognized as legitimate to history. We propose a reflection upon the (bio)political flesh-bodies, be they ashes, rotting or pulsating, upon their flows of life and death, for, as a counterpoint to annihilation from memory and/or history, there needs to occur the “good fight”. The concepts of biopolitics and biopotency, in their dimensions of control, resistance, and resiliency have developed into other analytical practices, which allow for reflections that contribute to the understanding of contemporary experiences, in what concerns the present/past, marked by alliances and struggles, constituting multiple forms of sociability. In this sense, here, some considerations and reflections are presented on some topics that constitute the contemporary debate, such as necropolitics, racism, psychopolitics, burnout society, debt politics, multitude and Amerindian perspectivism.

Keywords: History. (Bio)Politics. Necropolitics. Contemporaneity. Present Time.

Afrontar os microfascismos é a única forma de ainda se poder viver a amizade no que ela tem de criadora, fertilizadora. A Amizade é política e uma e outra são elementos intrínsecos do fazer História, seja como escrita, seja como prática. A História também deve ser escrita como um ato de indignação contra todas as forças que maltratam os amigos, que os impedem de se fertilizarem mutuamente. A história deve ser um ato de indignação com a morte, com as forças que espalham a morte



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

lenta da miséria, da injustiça, do preconceito. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 214-215)¹.

Neste momento de tantas incertezas e perdas, de tantos medos e de nossos enfrentamentos cotidianos para nos (re)inventarmos – no jogo entre as capturas e resistências –, nos mobilizam, sobretudo, artigos, comentários e “lives” que salientam a necessidade premente de nos voltarmos para os afectos². A amizade como método para o fazer historiográfico, como pontuado por Albuquerque Jr., vem ao encontro do olhar que privilegiamos nesta abordagem. Assim como privilegiamos em nossos horizontes as palavras de Ailton Krenak quando nos incita a cantar, dançar e contar histórias³. Há muitas formas de se interpretar os acontecimentos, de fazer história, e as nossas escolhas nos dizem dos desejos e de como lemos e nos colocamos no ofício, assim como em toda a dimensão da vida. “A vida e a história são inconstantes, conflituosas, cheias de dúvidas, de revelações e mistérios. Elas são feitas de acontecimentos que tornam o sujeito diferente do que é, que trazem para este o devir-outro.” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 213)

No século passado, Marc Bloch, antes de ser fuzilado pelos nazistas, escreveu fragmentos que repensavam os lugares da história, nos alertando para nosso tão “humano” devir-ogro: “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54). Coloquialmente, costumamos dizer que o mundo não gira (apesar da crença de alguns de que a terra é plana), mas que ele capota. Essa capotagem pode ser associada aos dribles feitos por jogadoras/es de futebol, quando, num chute ao longe, faz a bola adquirir as mais inusitadas direções, semioticamente, indiciando que as linhas há muito deixaram de ser lineares. Assim sendo, nunca o pensamento de Bloch foi tão contemporâneo, pois, sobretudo, ele nos ensina sobre como o tempo é simultâneo e que não há sentido no sentido (único) dos processos históricos.

Além disso, pensarmos em nós, que aqui escrevemos, mas que ainda não estamos envoltas no baixo da terra ou transformadas em cinzas numa urna funerária, rescendendo a morte, essa “indesejada das gentes” de Manuel Bandeira⁴; ou no arquivo dos que nasceram e morreram criado por José Saramago no seu livro *Todos os nomes*; e, também, lembramos do documentário, lançado ainda no século XX, em 1999, *Nós que aqui estamos por vós esperamos*, feito por Marcelo Masagão, inspirado na obra do historiador Eric Hobsbawm, para refletir sobre o século XX; ou seja, se o passado representa o morto, mortas também estamos nós, visto que a simultaneidade dos tempos vividos na nossa contemporaneidade nos alerta para a necessidade de pensarmos o muito do tempo ou o múltiplo dos tempos como nos ensinou Bloch. Mortos ou vivos, somos nós, homens e mulheres, em nossos devires-ogro a sermos a grande matéria da escrita da história, na complexa necessidade de nos compreendermos como caça e caçadoras/es para nos situarmos, minimamente, no exercício de refletir sobre o presente, esse mesmo, todo carcomido, bichado, viralizado, entre outras coisinhas, cujo “pulso ainda pulsa” (Titãs, 1989).

A bio, toda ela vida (TUM, TUM, TUm, Tum, tum, tu, t...), participa da historiografia imprimindo às questões políticas a perspectiva de outras problematizações, indiciada pela ampliação dos atores, das temáticas e das fontes históricas, reconhecendo-as como legítimas ao

¹ Essa epígrafe é um trecho de um artigo do professor Durval Muniz de Albuquerque Jr., no qual ele presta uma homenagem ao professor Alcir Linhares, produzindo uma reflexão sobre a amizade como método historiográfico. O título do artigo é *Íntimas histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico*, e faz parte do livro: *História, a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*.

² Cf. DELEUZE; GUATTARI (2010).

³ Ailton Krenak, pertencente ao grupo Krenak (ou crenaque) que habita a região do Médio Rio Doce, localizado no Estado de Minas Gerais (BR), vem se destacando, desde a década de 1970 do século XX, como uma liderança “indígena” brasileira. Ailton Krenak é produtor gráfico, jornalista, escritor e tem se notabilizado no Brasil e no exterior como um militante dos direitos “indígenas”, bem como vem reiterando a necessidade de se pensar o mundo dos viventes de forma crítica e não predatória, sob a ótica do perspectivismo ameríndio. As conferências, os textos que publica e as entrevistas são um grito de alerta. A afirmativa a que nos referimos está, reiteradamente, nos textos, nas entrevistas e nas conferências.

⁴ Referência ao poema *Consoada*, de Manuel Bandeira. Ver referências.

fazer histórico.

Entendemos este momento como singular para pensarmos a história, particularmente no que se refere aos nossos problemas seculares que, no presente quadro pandêmico do início do século XXI (Sars-CoV-2)⁵, explodem em nossos horizontes: segregacionismo, racismo, fascismo. Dessa forma, produzir um espaço de reflexão sobre as carnes-corpos (bio)políticas, sejam elas cinzas, putrefatas ou pulsantes, naquilo que compete aos seus fluxos de vida e morte, em nossa contemporaneidade, pois do contraponto ao aniquilamento, da memória e/ou da história, é necessário o “bom combate”, daqueles praticados pelas leituras das (bio)políticas.

Os conceitos de biopolítica e biopotência em suas dimensões de controle, resistência e resiliência, têm se desdobrado em outras práticas de análise, permitindo reflexões capazes de contribuir à compreensão das experiências contemporâneas, no que tange ao presente/passado, de alianças e combates, configurando múltiplas formas de sociabilidade.

Assim, nessa perspectiva conceitual, se nos afiguram os conceitos de necropolítica, tanatopolítica, imunidade/comunidade, psicopolítica. Trata-se de um vasto campo em aberto e, no mais das vezes, aproximados ao de niilismo, às teorias decoloniais, sociedade do cansaço, política da dívida e multidão. Ainda ressaltamos que a referência na perspectiva interseccional atravessa quase todos os temas enunciados pelas recentes contribuições e, sobretudo, é preciso o registro de que são nichos do pensamento que focalizam, sob diversos matizes, a questão do racismo. Nesses horizontes da produção de conhecimento estão estudos sobre monstrosidades, animalidades, “alianças das precariedades”, manifestos políticos, alteridade radical, gênero, entre outros.

Seguindo esta trilha, pautar estudos voltados para a biopolítica/biopoder, necropolítica/necropoder como uma perspectiva de emprestar sentido para a história, conceitos a partir dos quais se propõe sua interpretação, parece-nos uma fecunda possibilidade de refletir sobre o nosso hoje que de ontem ainda guarda muito e que nos reveste. Mas não somos revestidos apenas pelas cinzas, como também pela lama. Somos cinzas como os ogros de Tolkien, mas, sobretudo, somos os homens/mulheres lama. A lama da Samarco, que recobriu o Vale do Rio Doce recobre também o nosso corpo-pele. Mesmo não sendo mais matéria de reportagens e/ou burburinhos, a lama está lá, petrificada no espaço e encarnada em nós. Do ontem que reverbera no presente não consta uma linearidade, mas uma permanente (re)invenção das práticas segregacionistas e de apropriações de perspectivas colonizadoras. Não precisamos mais de um colonizador externo, introjetamos os horizontes coloniais e colonizamos uns aos outros.⁶

O neoliberalismo não se esgota nos ditames econômicos, inclusive porque a economia faz parte e está na dimensão histórica. A política neoliberal incide diretamente sobre o modo de vida das pessoas, tanto na dinâmica individual como na coletiva. A política neoliberal, sobretudo no âmbito da lógica do capital financeiro, captura a vida em suas malhas de controle que se expressam de variadas formas.

Diante dos nossos olhos, tatuados nos nossos corpos, os efeitos de uma tendência política mundial para a direita e centro direita e uma crescente indicação de fortalecimento dos movimentos de extrema direita apontam para a necessidade de enfrentarmos os desafios, na perspectiva do ofício historiador, que nos são colocados a partir das tensões e alteridades interpretativas presentes nas experiências coetâneas.

A biopolítica está presente na dinâmica que inclui o controle, a decisão sobre quem seria matável. Para Giorgio Agamben, a biopolítica está presente em toda a história ocidental e, desde sempre, presente e sujeita a ambiguidades – controle e garantia da vida, decisão de quem merece viver e quem pode morrer. “[...] *O rio da biopolítica, que arrasta consigo a vida do homo sacer, corre*

⁵ Pensar sobre (bio)(necro)política hoje nos liga, pela própria necessidade de compreensão da experiência, às referências do quadro pandêmico.

⁶ Entre outras/os pensadoras/es, Ailton Krenak vem reiterando incansavelmente essa afirmativa.

de modo subterraneo, mas continuo [...]. (AGAMBEN, 2002, p. 127).⁷

Na perspectiva agambeniana, pensar a biopolítica na dinâmica do hoje, considerando as relações internas e externas aos Estados, nos reporta para além do fazer viver e deixar morrer, trata-se de um devir de sobrevivência. Colado a sua conceituação de biopolítica/biopoder está posto o conceito de estado de exceção, que não seria aquele pertinente apenas às situações limites. O estado de exceção está presente no estado moderno, inclusive nos momentos pontuais, mas também fora deles, estaria presente no que reconhecemos como Estado democrático.

O totalitarismo moderno pode ser definido, [...], como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que não oficialmente declarada no sentido técnico) tornou-se umas das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A afirmativa agambeniana nos parece consistente, inclusive porque nos permite pensar as relações internas e externas. Vivemos em mundos de guerras. Internamente, em alguns estados – o brasileiro é um bom exemplo – a guerra está posta cotidianamente entre aquelas que têm suas vidas consideradas para a preservação (fazer viver) e aquelas que são consideradas matáveis (deixar morrer). Assim é que populações negras, “indígenas”⁸, mulheres, LGBTQI+, em uma perspectiva interseccional, encontram-se sujeitas a uma hierarquia de corpos matáveis.

Externamente, as guerras entre países não cessam e como em um circo de horrores podem ser acompanhadas em tempo real. Podemos perguntar se vivemos a experiência de democracias e, mesmo que as consideremos, temos que admitir as suas relatividades, fragilidades e entendermos que o embate político é permanente.

Pensar em estado de exceção nos reporta a mais dois teóricos: Roberto Esposito e Achille Mbembe. Tanto a perspectiva biopolítica quanto a de estado de exceção associam à biopolítica as reflexões que incluem uma questão fundamental, a dos racismos. Foucault, Agamben e Esposito se voltam, principalmente, para o exemplo do nazismo, quando pontuam os traços sobremaneira demarcados da biopolítica. Vejamos o que nos propõe Esposito, quando avalia que em Foucault emerge uma interpretação inicial da biopolítica aplicada ao nazismo:

O nazismo constitui uma extensão irredutível à história que o precede, porque introduz nela uma antinomia até então desconhecida na sua figura e nos seus efeitos. É redutível ao princípio de que a vida se defende e se desenvolve apenas mediante um alargamento progressivo do círculo da morte. (ESPOSITO, 2017, p. 139)

A perspectiva Foucaultiana não responde completamente os questionamentos de Esposito e este salienta a relação intrínseca na experiência nazista entre política e biologia, particularmente no que se refere à medicina. Esse hoje que nos interpela, talvez, não tivesse ainda trespassado Foucault (1985), principalmente se considerarmos o tempo de um cíclico viral, como o que estamos imersos, pois o vírus com o qual Foucault foi contaminado tinha um tempo mais espiralado naquele momento, diferente da extrema rapidez e disseminação própria do nosso presente. Ao salientar o papel dos médicos e das práticas médicas, Esposito afirma: “[...] A tese que se apresenta é que entre essa atitude terapêutica e o quadro tanatológico no qual se inscreveu não houve só

⁷ As/Os pensadoras/es que se debruçam sobre os estudos envolvendo a perspectiva biopolítica partem sempre de Michel Foucault (1985), como aquele que teria sistematizado inicialmente o conceito. Bem como são recorrentes as referências em outras/os pensadoras/es que, embora não tenham tratado da questão biopolítica, empreenderam sistematizações que confluem para discuti-la: Hannah Arendt, Walter Benjamin, Carl Schmitt são algumas dessas referências. Notória é, igualmente, a vinculação com a filosofia de Friedrich Nietzsche e Gilles Deleuze.

⁸ Todas as vezes que nos referimos aos termos índios ou indígenas estes estarão entre aspas. Poderíamos tentar outra denominação, mas como diz exaustivamente Ailton Krenak, são todos apelidos.

contradição, mas conexão profunda [...]” (ESPOSITO, 2017, p. 145). E ainda em busca de respostas, prossegue:

A resposta que proponho faz mais uma vez referência à categoria da imunização. Porque somente esta última põe a nu o laço mortífero que junta a proteção da vida com a sua potencial negação. Além disso, a figura da doença autoimune representa a condição extrema na qual o aparato protetor se faz de tal modo agressivo que se volta contra o próprio corpo que deveria proteger, provocando sua explosão. (ESPOSITO, 2017, p. 147).⁹

Achille Mbembe reconhece a experiência do nazismo como uma em que o racismo se faz presente, e a sua ligação fundamental com a biologia, mas, também, desloca o foco para experiências anteriores.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* (grifo no original) e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. [...], a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político. (MBEMBE, 2018, p. 27)

Ao fazer tais considerações, Mbembe se reporta à experiência do continente africano, mas é igualmente pertinente se deslocarmos esse olhar para as populações do território que conhecemos como Brasil em relação às populações aqui existentes quando da invasão europeia e posterior colonização. Escravizados a partir da primeira metade do século XVI, foram obrigados ao trabalho e mortos em guerras que os colonizadores cristãos justificaram como guerras justas por rejeitarem a fé cristã, o progresso e a civilização. O extermínio das populações “indígenas” incluiu, inclusive, a contaminação por doenças para as quais não possuíam anticorpos. Como afirma Puntoni (2019): “Num certo sentido há uma guerra biológica”.¹⁰

O que se pode afirmar ter iniciado com o processo de colonização e exploração do Continente Africano e das Américas não foi superado ao longo dos séculos. Não falamos de uma linha reta e contínua, mas de uma permanente prática que atualiza os segregacionismos, as explorações e as políticas de morte e que amplia os horizontes das vidas matáveis.

Na dinâmica do capitalismo financeiro ou neo-capitalismo, o gerenciamento da morte como instrumento de governo e controle social se expressa nas mais diversas formas. Necropolítica significa submeter a vida à morte. São dinâmicas que se estabelecem como meta das políticas públicas e se espraiam para além do controle estatal produzindo a morte e a morte em vida, o que Mbembe chama de mortos-vivos.

Nos diz Achille Mbembe:

[...] propus que as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. [...] propus a noção de necropolítica e necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2018, p. 71)

É possível falarmos de perspectivas biopolíticas e necropolíticas atuando ao mesmo tempo. As políticas que se pautam por práticas de fazer viver e deixar morrer convivem com as políticas voltadas para o extermínio calculado, ou seja, com a prática da morte como dispositivo de governo

⁹ Ver Roberto Esposito: *tanatopolítica, comunidade, imunidade*. Os conceitos constam de vários entre os seus escritos, a exemplo do livro: *Bios: biopolítica e filosofia e Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*.

¹⁰ O documentário *Guerras do Brasil.doc*, dividido em episódios, analisa a história brasileira pela ótica das guerras, considerado desde o início, com a invasão europeia até os dias atuais. Participam, na forma de entrevistas, vários profissionais da história.

no interior de um Estado e como instrumento de dominação e extermínio nas relações entre Estados.

Nesse sentido, pontuamos duas questões. A primeira diz respeito à complexa relação entre biopolítica e biopotência. Quando pensamos em fazer viver e deixar morrer, enfrentamos uma dinâmica que nos aponta para dois aspectos: um, aquele aspecto voltado para as práticas do fazer viver enquanto um elemento que participa das reivindicações de todos os segmentos dentro de quaisquer sociabilidades. Todos pleiteiam e cobram dos governos (em todos os níveis) políticas públicas que garantam saúde, lazer, educação, pleno emprego, segurança, respeito às alteridades, ou seja, dignidade para viver. Nesse sentido, o fazer viver, que é um dispositivo de exclusão, é também uma aspiração legítima a todas as pessoas. O segundo aspecto se refere aos interesses que se digladiam, e neste embate também estão presentes os movimentos pela exclusão de muitos em favor de poucos.

Em *Vida Capital: ensaios de biopolítica*, Peter Pál Perlbart, em diálogo com algumas das referências filosóficas que participam das discussões sobre biopolítica, biopoder, biopotência, inclusive a “inspiração parcial” na filosofia de Gilles Deleuze, nos diz:

A defesa da vida tornou-se um lugar-comum. Todos a invocam, desde os que se ocupam de manipulação genética até os que empreendem guerras planetárias. Com Foucault, a biopolítica designava a entrada do corpo e da vida nos cálculos explícitos do poder – poder sobre a vida. Com a inversão proposta por alguns dos convidados, inspirados parcialmente em Deleuze, biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade, tendo por objetivo passivo o corpo da população, e suas condições de reprodução. A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população, e passa a significar uma virtualidade molecular da multidão, energia aorgânica, desejo, poder de afetar e ser afetado. Ou seja, inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. A partir daí, biopolítica não significa mais poder sobre a vida, mas antes a potência de vida. [...] Ao poder sobre a vida contrapõe-se a potência de vida, mas essa tensão é irresoluta e os muitos pontos de fricção ou de estrangulamento, de irrupção ou de sufocamento, demandam uma cartografia complexa. De todo modo, a vida ela mesma tornou-se um campo de batalha, [...]. (PELBART, 2011, p. 134).

Remetemos a nossa segunda questão à dinâmica que envolve a prática necropolítica/necropoder, considerando que nesta perspectiva temos mais perguntas que respostas. As políticas voltadas para a morte e seus desdobramentos que estão para além do âmbito exclusivo dos governos, porque destes recebem licenças oficiais ou indiretas para atuarem, a exemplo de milícias e de vários tipos de grupos mercenários, é uma política que se exerce entre estados e internamente. Entretanto, parece mais explícita quando focalizamos as relações entre estados. No que tange às relações internas, as políticas de morte parecem conviver com as práticas biopolíticas, cujas fronteiras são tênues e nem sempre explícitas.

Na experiência brasileira, a biopolítica e a necropolítica se mostram tão descaradamente na vida prática que até parece dispensável nos ocuparmos dos conceitos. Mas, não é dispensável. É preciso falar da (bio)(necro)política. É necessário não cegarmos para como se exerce a prática policial; a quem serve a justiça; o que não se investe na educação e na saúde; as inúmeras práticas segregacionistas e o quanto se legitimam as intolerâncias e os ódios. Principalmente quanto às ações movidas pelas intolerâncias e os ódios, é perceptível que as práticas de morte extrapolam, associando-se ou não, o âmbito do Estado.

Considerando o nosso quadro atual no mundo, mas, sobretudo, no Brasil, se a pandemia do século XXI, associada aos pandemônios, exibiu os rostos do ódio e da intolerância e seus usos como dispositivos de controle, não podemos deixar de registrar que o poço de horrores sem fundo exala seus miasmas de há muito em nossa história. Somos perpassados, cotidianamente, por enunciados de captura, de aniquilamento e de morte que asfixiam a nossa vivência e as vidas todas, não só as vidas humanas. Não temos mais o privilégio dos lugares de sossego.

Em uma recente publicação da n-1 edições, na Coleção Pandemia Crítica, Samuel Lima nos

diz:

A fome existe porque o racismo existe. Siamês e da pele escura é esse bebê, gerado no acasalamento incestuoso de outros dois irmãos siameses, o consumo e a escassez. [...]. Crianças siamesas, fome e racismo são irmãos gêmeos com um perpetuado processo de crescimento que se mantém no desnutrido, no raquítico, no mundo onde todas as crianças já nascem sentindo suas presenças inseparáveis.

[...] O COVID 19 expôs para quem não quis e ainda não quer ver esse corpo gêmeo nascido da guerra biológica secular. Mais uma vez na história, a humanidade está em extinção, onde o antropocentrismo nega a biodiversidade em favor de toda essa antiga guerra, elaborada na escolha de quem irá ser o corpo do holocausto civil, feita por quem se compromete, de tempos em tempos, com o aumento da lista de abatidos da raça, étnicos, de gênero, classe, de quem não pode ser, ou deve, ser faminto. (LIMA, 2020, n.p)

O corpo eleito para o holocausto civil é o corpo negro brasileiro. É o corpo que continua sendo torturado: nas prisões, cuja população negra é maioria; nas dependências domésticas; pela negação cultural. O corpo eleito para o holocausto civil é o corpo “índio”, teimoso, rejeita “civilizar-se” e por teimar deve ser exterminado. O corpo do holocausto civil é o corpo feminino: alguém pode duvidar do ódio ao feminino quando uma criança de 10 anos é chamada de assassina por optar pelo aborto legal, cuja gestação resultou do estupro?¹¹ Poderíamos encher tantas páginas só com exemplos, tantos são os corpos e desejos abatidos e esquecidos.

Das políticas e das histórias, políticas que são históricas e histórias que são políticas, nos chegam o eco das práticas de exclusão. A fase atual do capitalismo, o capitalismo dos homens endividados, de que nos fala Maurizio Lazzarato (2017), exacerba esse eco, o das exclusões, exacerba os ecos de um sistema imune às alteridades. Outridade significando o que ameaça e deve ser extinto. Práticas que permitem, inclusive, as pandemias e epidemias, porque delas tira proveito em prol de uma economia em movimento constante para fabricar ricos e pobres, vivíveis e matáveis.

Em uma entrevista, abordando o seu novo livro, *Brutalismo*¹², Achille Mbembe diz sobre o que trata nesta obra. Sublinha a necessidade de pensarmos sobre o que é humano no mundo tecnológico atual e quais as articulações entre humanos e não humanos:

Um caminho que exploro constantemente neste livro é o estatuto do humano e do objeto nessa nova religião secular. Para isso, recorro a certas tradições ditas não ocidentais, em particular àquelas metafísicas às vezes rejeitadas por serem consideradas ‘animistas’. Na verdade, a metafísica africana pré-colonial, bem como a metafísica ameríndia, nos permitem desdramatizar a relação homem-objeto. Isto é especialmente possível nessas metafísicas porque elas são menos dicotômicas do que as elaboradas no Ocidente, com suas clivagens entre natureza e cultura, sujeito e objeto, humano e não humano. (MBEMBE, 2020, n.p).¹³

O que não significa, para esse autor, o abandono da razão, mesmo considerando a sua crítica ao legado da razão iluminista no que tem de restritivo. Para esse historiador, a contemporaneidade atualiza os princípios da modernidade “[...] privilegiando as teorias normativas da democracia [tornando] o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território da soberania” (MBEMBE, 2018, p. 9). Entretanto, afirma Mbembe:

[...] o retorno a essas velhas figuras do animismo não é isento de riscos, especialmente neste momento atual em que a razão se encontra sob cerco e é absolutamente imperativo que aprimoremos nossas faculdades críticas. A crítica da razão deve, portanto, ser distinguida de uma guerra contra a razão; assim é, embora muitas lutas políticas contemporâneas busquem

¹¹ Trata-se do caso de uma criança brasileira, veiculado em diversas mídias em agosto de 2020, que teve o aborto judicialmente autorizado e foi hostilizada por diversos grupos, alguns associados ao fundamentalismo religioso.

¹² O livro mais recente de Achille Mbembe, que está para ser lançado em português pela n-1 edições.

¹³ A entrevista está na página da n-1 edições, faz parte da Coleção Pandemia Crítica. Identificação dos textos pela ordem de publicação. O texto dessa entrevista é o de número 138. Entrevista com Achille Mbembe, tradução Ana Cláudia Holanda, revisão Haroldo Saboia. Entrevista originalmente concedida à Mediapart, revista francesa independente.

reabilitam os afetos, a experiência pessoal, os sentimentos e as emoções. A maioria das lutas identitárias que animam a política hoje fazem parte dessa configuração. A meu ver, elas nos desviam dos problemas essenciais que enfrentamos se visarem apenas demarcar fronteiras e se não forem explicitamente articuladas a um projeto mais amplo e planetário: a saber, o de reparar o próprio mundo [...]. (MBEMBE, 2020, n.p.)

Para Mbembe, ainda na mesma entrevista, a capacidade de crítica e a imaginação, fundamentais para se pensar o mundo por outras cosmogonias, está em processo de esgotamento, o que o autor relaciona ao conceito de Brutalismo. Nos diz Mbembe:

Este termo refere-se a uma forma de distribuir a força, de aplicá-la aos materiais, em particular ao concreto, para dar-lhe uma forma que esperamos dure muito tempo, [...] operação de destruição calculada e planejada, cujo objetivo final é construir o indestrutível. [...] fora da arquitetura, o conceito de Brutalismo pode ser entendido como um forçamento de corpos que são tratados como concretos, sujeitando-os a uma combinação de pressões. Reinterpretando-o sob esta luz, o conceito de Brutalismo me permite [...] compreender a dinâmica do momento contemporâneo. A meu ver, este é um momento caracterizado pela escalada da tecnologia, pela transformação da economia em neurobiologia e pelo surgimento de corpos digitais feitos de metal e de outras próteses – que também são engrenagens do capital –, assim como de carne. (MBEMBE, 2020, n.p.)

A partir da segunda metade do século XX, ampliando-se sobremaneira no nosso século, nas mais diversas áreas da produção de conhecimento, tem-se feito notar a preocupação com o devir vida, e não só a vida humana como é percebida na cosmogonia ocidental, mas vida na mais larga das suas acepções. Nessa perspectiva de pensar a vida nos envolvemos com uma fecunda multiplicidade de olhares. Podemos afirmar que a vida humana ainda está no centro dessa dinâmica, mas não mais como aquela para a qual tudo deve convergir e privilegiar. Ao contrário, é possível afirmar que esta centralidade na vida humana se constitui, em larga medida, por uma crítica ao estar humano no mundo, notadamente ao estar no mundo branco, ocidental, heteronormativo e de produtores/consumidores. Uma crítica ao antropocentrismo e à invenção de uma economia predatória que transforma a vida em produto de mercado.

Pensemos no perspectivismo ameríndio. Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima propuseram o conceito de perspectivismo ameríndio.¹⁴ Nas palavras de Viveiros de Castro:

Como diversos etnólogos já o haviam notado, mas quase todos muito de passagem, numerosos povos (talvez todos) do Novo Mundo compartilham de uma concepção segundo a qual o mundo é composto por uma multiplicidade de pontos de vista: todos os existentes são centros potenciais de intencionalidades, que apreendem os demais existentes segundo suas próprias e respectivas características ou potências. (CASTRO, 2018, p. 42)

Ao conceito de perspectivismo ameríndio associaram o conceito de multinaturalismo, tornando visível a contraposição ao multiculturalismo. A considerar a perspectiva ameríndia, a ideia de natureza una e culturas múltiplas é inócua de sentido, uma vez que sob o perspectivismo o mundo dos vivos é percebido como “[...] uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos [...]” (CASTRO, 2018, p. 43). Humanos ou inumanos partilham subjetividades.

[...] humanos como não-humanos – os deuses, os animais, os mortos, as plantas, os fenômenos meteorológicos, muitas vezes também os objetos e os artefatos –, todos providos de um mesmo conjunto básico de disposições perceptivas, apetitivas e cognitivas ou [...] de uma ‘alma’ semelhante. (CASTRO, 2018, p. 43)

¹⁴ Vale a observação de Ailton Krenak em uma conferência promovida pelo Centro de Artes da UFF (Universidade Federal Fluminense), sob o título: Espiral dos Afetos: ideias para adiar o fim do mundo. na qual, de forma bem humorada, lembrou que o perspectivismo sempre esteve entre os “índios”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM&t=13s. Acesso em: ago. 2020

Da literatura nos assoma uma imagem dos devires para fora dessa humanidade restrita.¹⁵ Baleia estava morrendo, havia acompanhado a vida de Fabiano desde sempre, Fabiano aquele que era bicho e era homem e resolvera que podia se orgulhar de ser, sim, bicho, capaz de fazer o que tinha que ser feito. Fabiano resolve que era chegada a hora de abreviar o sofrimento de finitude de Baleia. Os meninos, só meninos, sem nomes, esbravejavam suas dores no quarto onde a mãe os escondera, sentindo que algo terrível rondava Baleia. “Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não se diferenciavam, rebojavam na areia do rio e no estrume fofo [...]” (RAMOS, 1986, p. 85-86).

Enquanto isso, Fabiano se preparava e sofria e aquelas dores todas, dores dos meninos sem nomes, de sinhá Vitória, de Fabiano e de Baleia se faziam em uma só, dor de pessoas que perdem pessoas. No momento derradeiro, a dor não os distingue. Baleia morre evocando o que lhe proporciona prazer, os preás, e pensando nos seus companheiros de jornada. Preocupava-se com os meninos que deveria proteger e na faina que dividia com Fabiano. Entre Baleia e Fabiano há uma simbiose: humano – bicho – canino – bicho.

E Baleia fugiu precipitada, rodeou o barreiro, [...]. Defronte do carro de bois faltou-lhe a perna traseira. E, perdendo muito sangue, andou como gente, em dois pés [...]. Quis recuar e esconder-se debaixo do carro, mas teve medo da roda. [...]. Olhou-se de novo, aflita. Que lhe estaria acontecendo? O nevoeiro engrossava e aproximava-se. Sentiu o cheiro bom dos preás que desciam dos morros, mas o cheiro vinha fraco e havia nele partículas de outros viventes. [...], de novo lhe veio o desejo de morder Fabiano, que lhe apareceu diante dos olhos meio vidrados, com um objeto esquisito na mão. [...] Abriu os olhos a custo. Agora havia uma grande escuridão, com certeza o sol desaparecera. (RAMOS, 1986, p. 87-91)

Preocupada com as cabras que àquela hora da noite estavam fora do curral, Baleia não percebia que estava então livre das suas obrigações, das obrigações que dividia com Fabiano. “Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme” (RAMOS, 1986, p. 91). Talvez lembrando-se de momentos como aquele em que lambeu as “[...] mãos grossas e cabeludas. Fabiano recebeu a carícia, enteneceu-se: – Você é um bicho, Baleia.” (RAMOS, 1986, p. 19).

Como diz Maria Esther Maciel, ao produzir uma reflexão sobre diversos aspectos da relação humano-animal, percorrendo caminhos da filosofia e da arte literária:

Se Michel de Montaigne emerge, no âmbito da filosofia ocidental, como um precursor importante para o debate contemporâneo sobre as políticas da vida, isso se deve, entre outras coisas, à associação feita por ele entre a violência contra os animais e a violência contra as pessoas. Associação que, hoje, tem sido uma das poderosas linhas de discussão no campo da biopolítica [...]. (MACIEL, 2016, p. 49)

Maria Esther Maciel prossegue, desta feita referenciando-se em J. M. Coetzee, atentando para que tratamos os animais como prisioneiros, os matamos e escravizamos.

Os animais estariam, assim, num permanente ‘estado de exceção’ [...]. Em torno desse eixo, Costello [a personagem criada por Coetzee] critica o antropocentrismo, discute as práticas de violência dos humanos contra os humanos como consequência da relação de poder/dominação entre homens e animais. (MACIEL, 2016, p. 51)¹⁶

Em larga medida, os gritos de alerta vêm das vidas nuas, assim postas pelas práticas (bio)(necro)políticas. Se pensarmos em um exemplo da experiência brasileira, os “índios” têm investido, desde a década de 1970 do século passado – o que significa atuar em pleno período ditatorial – no forçar as portas trancadas a eles pela tradição e prática de exclusão e extermínio.

¹⁵ Baleia, um conto, inicialmente escrito por Graciliano Ramos para publicação avulsa, depois passou a constituir o romance, publicado na primeira metade do século XX, que nos conta de “vidas secas”

¹⁶ A autora ainda se reporta aos filósofos Jacques Derrida e Giorgio Agamben.

Lembremos aqui um ditado popular, preconceituoso e pejorativo, e o invertamos: talvez devamos aderir aos “programas de índios”. Os “índigenas” viram-se obrigados a incorporar o mundo da branquitude: nossos costumes, idiomas e saberes como meio para conduzirem suas reivindicações e difundir suas cosmogonias. Sabem dos brancos muito e estes deles pouco ou nada sabemos. Conhecem nossas artes e ciências, falam nossas línguas e nós continuamos, em grande maioria, a olhá-los como humanos exóticos, seres primitivos. Nas palavras de Davi Kopenawa:

O pensamento dos brancos é outro. Sua memória é engenhosa, mas está enredada em palavras esfumadas e obscuras [...]. Eles não conhecem de fato as coisas da floresta. Só contemplam sem descanso as peles de papel em que desenharam suas próprias palavras. [...] Eu não aprendi a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em peles de papel. Vi-as de verdade, bebendo o sopro de vida de meus antigos com o pó de yãkoana que me deram. Foi desse modo que me transmitiram também o sopro dos espíritos que agora multiplicam minhas palavras e estendem meu pensamento em todas as direções. [...] Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. (KOPENAWA, 2015, p. 78)

Decerto, não nos é possível reinicializar o mundo, para usar um jargão próprio à era dos seres ciborgues, mas, como pontuamos acima, os movimentos de resistência e de resiliência, também estes políticos, estão nos horizontes da vida, dividindo e disputando os espaços/tempos com as práticas (bio)(necro)políticas. E, sim, o forçar as portas vem, principalmente, das vidas precárias, das vidas nuas e, sim, destas também emergem conflitos, criatividade e coragem.

Ao propor um debruço sobre tais conceitos com o objetivo de contribuir para as pesquisas e reflexões da história, intentamos uma apropriação crítica na atualização dos problemas e da sua compreensão, no que se refere ao escopo da operação historiográfica, considerando-a no que conflui para pensar as problemáticas a respeito do neoliberalismo, da sociedade de controle e das possibilidades de resistências dentro da experiência histórica atual, sob o capitalismo financeiro, associado ao atual estágio tecnológico.

Que venham as vacinas, talvez, no nosso agora, um jeito de suspender o céu, um jeito de adiar o fim do mundo para contar mais uma história, como nos fala Ailton Krenak.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Ou o ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas Canibais*. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: UBU Editora, n-1 edições, 2018.

COLEÇÃO *Pandemia Crítica*. Vários autores. São Paulo: n-1 edições, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

- ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Tradução de Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.
- ESPOSITO, Roberto. *Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*. Tradução de Angela Couto machado Fonseca, João Paulo Arrosi, Luiz Ermani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. 1. A vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KOPENAWA, Davi; ALBERTI, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Espiral dos afetos: idéias para adiar o fim do mundo*. Conferência, promovida pela UFF. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM&t=13s. Acesso em: ago. 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019. E-book.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. Tradução de Daniel P. P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- LIMA, Samuel. “Você não é você quando está com fome”. *Pandemia Crítica*. Artigo nº 140. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/135>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- MACIEL, Maria Esther. *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MASAGÃO, Marcelo. *Nós que aqui estamos por vós esperamos*. Documentários brasileiro. Direção de Marcelo Masagão. Roteiro de Marcelo Masagão. Distribuição RioFilme, 1999.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. Entrevista com Achille Mbembe. *Pandemia Crítica*. Artigo nº 138. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/133>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- PELBART, Peter Pál. *Vida Capital*. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PUNTONI, Pedro. As guerras da conquista. In: *Guerras do Brasil.doc*. Episódio 1. Documentário dirigido por BOLOGNESI, Luiz. Produção Buriti filmes. co-produção TV Brasil, lançado em 2019, disponível na Netflix.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 56. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1986.
- SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- TITÃS. *O Pulso*. Álbum Õ Blésq Blom, 1989.

Notas de autoria

Telma Dias Fernandes possui Pós-doutorado pela Università Ca foscari di Venezia – IT/CAPES (2015/16). Doutorado, Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal da Paraíba, atuando em ensino e pesquisa com ênfase em Teoria, metodologia e historiografia. Pesquisas e orientações com foco em Biopolítica, teoria da história e história política, história e literatura, história e música, história e cinema, história oral. E-mail: telmadiasfernandes@gmail.com.

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega possui Bacharelado em História pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora da Pós-Graduação Lato Sensu História Cultural, do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisadora CNPq e Propeq. Tem experiência na área de Teoria da História, com ênfase em História Cultural e Estudos Culturais. E-mail: elisammn@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FERNANDES, Telma Dias; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros. A nova história (bio) política: sobre as capturas e as resistências. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 09-20, 2020.

Contribuição de autoria

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega: Pesquisa, discussão teórica e escrita. Correções.
Telma Dias Fernandes: Pesquisa, discussão teórica e escrita. Revisão final.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (Propeq/UEPB).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 13/09/2020.


Modificações solicitadas em 21/10/2020.

Aprovado em 31/10/2020.

Biopolítica na epidemia de Covid-19 no Brasil (2020): uma análise das ações de combate à doença e a oposição anti-quarentena

Biopolitics in the Covid-19 epidemic in Brazil (2020): an analysis of actions to combat disease and anti-quarantine opposition

Leandro Vilar Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0001-8905-9727>
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Neste artigo analisou-se a epidemia de Covid-19, no Brasil, abordando desde seu início diagnosticado no final de fevereiro até os fins de agosto, quando se nota um forte declínio na manutenção das medidas para o combate à doença. Para a coleta de dados recorreu-se a artigos científicos sobre a epidemia, informes oficiais publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e dados produzidos pelo Ministério da Saúde do Brasil. Além dessas fontes, recorreremos a publicações jornalísticas para conhecer a repercussão da doença. Para realizar o estudo, analisamos algumas das decisões adotadas pelo Governo Federal e Estaduais e sua repercussão no país, focando em compreender com a população reagiu a tais medidas concebidas para esse momento de crise. Abordando os problemas políticos e sociais da implementação das políticas públicas de saúde. Diante disso, adotamos o uso dos conceitos de biopolítica e biopoder, do filósofo francês Michel Foucault, aplicando suas ideias ao contexto brasileiro, mostrando um desentendimento quanto a perceber a biopolítica como algo positivo ou negativo. E nesse ponto recorreremos a autores como Agamben, Boaventura de Sousa Santos, Žižek, Safatle e Mbembe para dialogar a respeito das intenções políticas por trás da epidemia. Onde chegamos à conclusão de que a doença foi tratada em vários momentos como uma teoria da conspiração, farsa, sensacionalismo midiático e uma disputa política entre Direita x Esquerda.

Palavras-chave: Biopolítica. Epidemia. Covid-19. Saúde no Brasil.

Abstract: This paper analyzed the Covid-19 epidemic in Brazil, addressing from its beginning diagnosed at the end of February until the end of August, when there is a strong decline in the maintenance of measures to combat the disease. For data collection, scientific articles on the epidemic, official reports published by the World Health Organization (WHO) and data produced by Brazilian Ministry of Health, were used. In addition to these sources, we used journalistic publications to learn about the repercussions of the disease. To carry out this study, we analyzed some of the decisions adopted by the Federal and State Government and their repercussions in the country, focusing on understanding how the population reacted to such measures designed for this moment of crisis. Addressing the political and social problems of implementing public health policies. Therefore, we adopted the use of the concepts of biopolitics and biopower, by the French philosopher Michel Foucault, applying his ideas to the Brazilian context, showing a disagreement about whether to perceive biopolitics as something positive or negative. At this point, we used authors like Agamben, Boaventura de Sousa Santos, Žižek, Safatle and Mbembe to talk about the political intentions behind the epidemic. Where we came to the conclusion that the disease was treated at various times as a conspiracy theory, farce, media sensationalism and a political dispute between Right vs. Left.

Keywords: Biopolitic. Epidemy. Covid-19. Health in Brazil.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

O ano de 2020 entrou na História recente com a maior crise de saúde no mundo, que temos até então no século XXI. Embora que nas décadas anteriores tivemos surtos internacionais de SARS¹ (2002-2004), Gripe Aviária² (2005) e Gripe Suína³ (2009), e no caso específico do Brasil, ocorreram surtos de dengue (2015), febre amarela (2016-2017), Chikungunya e Zika (2017-2019), no entanto, nenhuma dessas doenças virais, causou tanto impacto nacional e internacional como a pandemia global do novo coronavírus identificado como SARS-CoV 2, cujos primeiros casos de infectados foram detectados em dezembro, na cidade de Wuhan, na China, vindo a tornar-se uma epidemia nos dois meses seguintes no país, e depois espalhada pelo mundo em poucas semanas.

No entanto, pesquisas realizadas na França e Itália assinalaram que o SARS-CoV 2 já poderia estar presente nestes países desde dezembro de 2019, pelo menos. A partir dos estudos franceses e italianos contesta-se se a pandemia teria realmente se iniciado com os chineses, já que não se sabe exatamente como as pessoas que faleceram em dezembro de 2019, teriam contraído este vírus. Todavia, a mídia internacional creditou a China como sendo o epicentro dessa pandemia, condição essa que gerou teorias da conspiração, as quais alguns defendem que o vírus teria sido criado em laboratório e disseminado propositalmente para causar calamidade no mundo (ŽIŽEK, 2020).

O presente artigo teve como proposta usar os conceitos de biopolítica e o biopoder desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault, e como estes podem ser aplicados ao contexto da crise de saúde mundial do ano de 2020, ocasionada pela pandemia de Covid-19, tendo como recorte o Brasil entre os meses de fevereiro e agosto, período que compreende o começo e declínio da quarentena e do isolamento. Nesse sentido, o objetivo foi perceber quais políticas de saúde pública foram adotadas a nível Estadual e Federal e como elas foram aplicadas e percebidas pela população brasileira, a qual apresentou uma opinião bastante divergente sobre a adoção de medidas de quarentena e isolamento social, a ponto de tornar-se essa epidemia numa disputa política entre Direita x Esquerda. Contenda essa agravada pela disseminação de notícias falsas (*fake news*), teorias da conspiração, desobediência as medidas sanitárias, fanatismo político e religioso, e até mesmo decisões de políticos desde o Presidente da República até Vereadores, que se manifestaram publicamente contra tais ações emergenciais, além de minimizarem a gravidade da doença.

A estrutura do artigo foi dividida inicialmente num tópico de apresentação da doença nomeada Covid-19, contextualizando esse vírus, sua detecção, sintomas e apontar algumas das medidas de precaução apresentadas pela OMS. Em seguida apresentamos o conceito de biopolítica e biopoder. No tocante a análise do desenvolvimento da epidemia de Covid-19 no Brasil, dividimos os seguintes tópicos por mês, apontando os principais acontecimentos nesses períodos, a nível nacional, porém, evidenciando casos mais específicos ocorridos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, as quais foram palcos de manifestações anti-quarentena. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre a epidemia nos meses analisados.

A doença que parou o mundo

O coronavírus consiste num vírus do tipo RNA (ácido ribonucleico), o qual pertence à família *Coronaviridae*, estando inserida na subfamília *Orthocoronavirinae*. O grupo dos coronavírus são conhecidos há décadas por causar doenças que geram resfriados, febre e complicações respiratórias que podem levar a morte (PATRICK et al, 2005). Tais vírus acometem tanto animais quanto pessoas, e no caso da infecção em humanos, o primeiro registro conhecido foi feito pela

¹ Síndrome respiratória aguda grave.

² Também chamado de vírus influenza suína (SIV) e Gripe A, devido ser do subgrupo do Influenza A.

³ Variedade do vírus Influenza do tipo H5N1.

virologista escocesa June Almeida (1930-2007), enquanto ela trabalhava no laboratório do *St. Thomas's Hospital Medical School*, em Londres, no ano de 1964. Sendo classificado como HCoV-229E, que em contato com um hospedeiro humano, causava sintomas de um resfriado comum. (BROCKLEHURST, 2020).

A partir da observação e classificação de Almeida, nos anos seguintes novas cepas (variedades) de coronavírus foram sendo identificadas, até que em 2019, na China, identificou-se o SARS-CoV-2 (Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), que foi identificado no dia 31 de dezembro na cidade de Wuhan, na província de Hubei, a partir de um paciente de 41 anos que apresentou sintomas como febre, dificuldade em respirar e sinais de princípio de pneumonia. Inicialmente as autoridades de saúde da cidade, consideraram o ocorrido como comum, pois casos de gripe na China são normais. Todavia, em 4 janeiro de 2020, quarenta e quatro pacientes com sintomas parecidos, começaram a serem notificados pelas autoridades hospitalares de Wuhan e de cidades vizinhas. E estes informaram que duas semanas antes haviam visitado o mercado de frutos do mar de Wuhan ou tido contato com gente daquela cidade. (LIRONG et al, 2020, p. 1177).

O mercado de Wuhan foi considerado de início o possível epicentro do novo vírus. Inclusive circulou na imprensa mundial que o vírus teria sido adquirido a partir do consumo de carne de morcego. Embora saiba-se que esses animais possam hospedar cepas de coronavírus, não há confirmações que tenha sido pela ingestão de morcegos que os primeiros infectados tiveram contato com a doença, pois no mercado, além de vender frutos do mar, vende-se também outras variedades de animais, as quais poderiam estar infectadas com o vírus e não apresentarem sinais nítidos da doença. Porém, a contaminação pelo novo coronavírus necessariamente não dar-se-ia apenas pela ingestão desses animais contaminados, mas pelo contato com eles, pois o vírus pode ser transmitido pelo ar. (ANDERSEN et al, 2020, p. 450-452).

A situação na China foi se agravando a ponto que no dia 30 de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS), emitiu um comunicado emergencial dizendo que receberam notificações de infectados por Covid-19 em outros países. Em um pouco mais de um mês desde a identificação dos primeiros infectados em Wuhan, a OMS informava que o vírus havia se espalhado. Entretanto, naquele momento grande parte da população mundial desconhecia o caso ou estava indiferente, pois acreditava-se que a doença ainda estivesse restrita a China. (DANTAS, 2020). Os meses de fevereiro e março foram cruciais, pois em poucas semanas, países como Itália, Espanha, França, Coreia do Sul e Irã notificaram centenas de infectados. No começo de março, países que tinham apenas poucos casos confirmados, já informavam que possuíam mortes causadas por Covid-19 e o número de infectados seguia subindo. No dia 11 de março a OMS declarou o Covid-19 como pandemia. (BELLINI, 2020, p. 3437).

Diante desse problema epidêmico que a Europa vivenciava, além de outros países asiáticos, pois a África e as Américas demoraram um pouco mais para apresentar curvas críticas, a OMS estipulou que os países adotassem medidas de quarentena e isolamento social para frear o contágio da doença. Com isso a OMS emitiu ainda em março, instruções de saúde pública. O documento possui uma série de recomendações, desde questões simples como lavar as mãos até algumas instruções técnicas. (OMS, 2020). Essas recomendações foram adotadas por vários países, pois no dia 25 de março, jornais já noticiavam que o mundo vivenciava sua primeira quarentena do século XXI. Uma reportagem especial da *BBC Brasil* informava os quatro níveis de isolamento adotados por alguns países. (BBC BRASIL, 2020). No caso, os níveis iam do 4 que é o mais restritivo até o número 1 que é considerado o menos restritivo.

- Nível 1: adoção do isolamento vertical, visando resguardar o chamado “grupo de risco”, composto por idosos, gestantes, cardiopatas, portadores de necessidades especiais, diabéticos, portadores de doenças autoimunes, pessoas internadas, doentes, etc. Foi uma medida adotada por muitos países.
- Nível 2: suspensão das aulas. A medida foi uma das mais comuns adotadas por

- quase todos os países que entraram em quarentena.
- Nível 3: toque de recolher noturno, onde determinava-se o fechamento do comércio e atividades durante à noite. Países como Chile, Romênia, Arábia Saudita e Egito adotaram essa medida na época. Porém, o comércio e demais serviços funcionavam normalmente durante o dia.
 - Nível 4: isolamento horizontal, suspendendo aulas, eventos, comércio, negócios, repartições públicas, transporte público, fechamento de fronteiras, recomendando-se que a população permanecesse em casa, somente saindo quem teria que trabalhar ou comprar artigos essenciais. Países como Itália, Espanha e França adotaram esse nível em poucas semanas.

No que se refere ao Brasil, o qual veremos com mais detalhes adiante, o governo brasileiro adotou todos os quatro níveis apresentados acima. Iniciando pelo nível 1 e subindo gradativamente até o 4, apesar que a adoção desses níveis variou de estado para estado, e nem sempre a população obedeceu a essas recomendações.

Biopolítica e biopoder

Antes de adentrarmos a apresentar as medidas do Governo Federal e dos governos estaduais para combater a epidemia do novo coronavírus, destacaremos os conceitos de biopolítica e biopoder desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault (1926-1984), na década de 1970, especificamente em sua visita ao Brasil, onde ele palestrou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1974, cujo tema foi *O Nascimento da medicina social*, posteriormente ele retomou a ideia de biopolítica nos anos seguintes em cursos na França, até chegar ao livro *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) (DANNER, 2010, p. 153).

Sobre essa origem da biopolítica, Foucault no *Nascimento da medicina social*, disse que foi através do Capitalismo que a medicina social engendrou o surgimento da biopolítica como forma de controlar o corpo a serviço do Estado

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1995, p. 47).

Nesse sentido, a biopolítica consistiria nas medidas governamentais que atuam e interferem sobre a cultura, a sociedade, a economia, as leis, a saúde, a educação, além de ditar normas e restrições comportamentais que afetam a população sob aquele governo, ditando parâmetros e ações sobre a vida e a morte. (FOUCAULT, 2007, p. 40-41).

Tais parâmetros são retratados em diferentes condições: a forma como o indivíduo veste-se, como o governo trata as diferentes opções sexuais; a definição de família e casamento; a atenção que o governo dar para assuntos públicos como natalidade, mortalidade, criminalidade, aborto, longevidade, migração, abandono, adoção, etc. A instrução escolar, militar e política para que a população tenha bons hábito de saúde e disciplina; o acesso a hospitais, clínicas, orfanatos, asilos; o acesso ao serviço de saneamento básico; o serviço de segurança pública e o tratamento dado pelas instituições policiais e legais a população, tudo isso são reflexos da biopolítica adotada, pois aplicam-se direta ou indiretamente ao corpo do indivíduo, passando-o a regulamentá-lo, de forma saudável ou não. (FOUCAULT, 1999, p. 131-132).

A partir da biopolítica surge o biopoder, pois enquanto o primeiro consiste nas medidas legais ou pelo menos reconhecidas pelo Estado, para se aplicar normas, leis e regras, o biopoder seria a forma pela qual tais medidas seriam executadas. Sendo essas formas inicialmente oriundas com o

Direito nos séculos XVII e XVIII, que posteriormente passaram a incidir sobre a liberdade, a vida, a morte, a orientação sexual, a identidade e o trabalho. Sendo medidas originalmente concebidas para o bem-estar da população, voltadas para a vida, porém, não significou que não foram aplicadas para outros intuitos. Nesse ponto, o autor sublinha que algumas guerras e o racismo, foram reflexos de ações de biopoder (FOUCAULT, 2005, p. 286-291).

Foucault também salienta que o biopoder contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo e sua afirmação no mundo Ocidental, e ele não esteve restrito apenas as autoridades políticas, mas o biopoder também se expressa através das Forças Armadas, da polícia, da escola, da medicina individual, de grupos sociais, na família e na própria cultura, onde as instituições disseminam o biopoder de maneira que ele torne-se algo culturalmente aceito como sendo a normalidade e o correto. E isso é utilizado como forma de dominação e controle, pois à medida que a população tende a reconhecê-lo como “algo normal”, passam a perder o senso crítico para sua aplicação, e deixam de contestar seus desvios e usos duvidosos (FOUCAULT, 1999, p. 132-133).

tendo apresentado de forma breve ambos os conceitos, passaremos para aplicá-los ao caso brasileiro e retomaremos comentários de Foucault e de outros autores, comentando-os com base nos exemplos dados a seguir, os quais mostram o funcionamento do biopoder tanto para gerar benefício, quanto malefícios, pois Foucault já havia assinalado que o biopoder quando sofria abuso, punha em risco tanto a soberania individual, quanto a soberania coletiva e do Estado (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Fevereiro: o coronavírus chega ao Brasil

A epidemia de Covid-19 chegou ao Brasil em meio a uma crise política e econômica, que se agravou nos meses seguintes e gerou também uma crise de saúde pública. Entretanto, antes que o Covid-19 fosse decretado pela OMS como uma pandemia mundial, no Brasil, a primeira medida de biopolítica contra um possível surto da nova doença, foi a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, concebida para apresentar medidas de proteção, além de definir o que seria quarentena e isolamento e outras ações para evitar o aumento do contágio. No tocante a essa lei é interessante destacarmos as definições por ela apresentada.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus. (LEI Nº 13.979, 2020).

Além dessas definições, destacamos o artigo 3º, no qual encontram-se as medidas de enfrentamento a epidemia do novo coronavírus, sendo essas: isolamento, quarentena, exames médicos, coleta de amostras, acompanhamento da evolução dos casos, medidas de restrição excepcional e temporária, redução de viagens internacionais e interestaduais, etc. (LEI Nº 13.979, 2020).

Embora essa lei tenha sido aprovada em fevereiro, no entanto, suas medidas somente começaram a ser aplicadas em meados de março, pois antes disso, houve por parte de representantes do Governo Federal, o posicionamento de que o Brasil talvez não vivenciasse uma crise de saúde como vista em outros países. Na época, o Ministério da Saúde noticiou que o primeiro caso de Covid-19 no país, foi confirmado no dia 26/02, num senhor de 61 anos, que deu entrada no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. O mesmo havia retornado de uma viagem à Itália. Todavia, em estudos posteriores, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) emitiu nota no mês de maio, informando que os primeiros casos de Covid-19 teriam ocorrido ainda no começo de fevereiro,

nas cidades de São Paulo e Cascavel/PR, onde as secretárias de saúde registraram várias internações de pessoas com problemas respiratórios e até alguns óbitos. Somente meses depois que foi confirmado se tratar de Covid-19 (CORREIO, 2020).

Após esse primeiro caso confirmado no estado de São Paulo, o número de novos infectados cresceu de forma lenta, pois no dia 26 de março, exato um mês desde o primeiro caso relatado, naquele momento o Ministério da Saúde confirmava 482 infectados por Covid-19, apesar que posteriormente foi apontado subnotificações para tais valores. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Devido ao número baixo, muitos governadores não tomaram medidas imediatas por considerar que talvez o vírus não seria tão contagioso como em países asiáticos e europeus. Além desse atraso dos governos em tomarem medidas para implementar a quarentena e o isolamento social, isso também permitiu que parte da população brasileira se mostrasse indiferente a ameaça da epidemia, pois ao verem que o número de casos era baixo, consideraram aquilo como sinal de que a doença não seria perigosa. Inclusive o presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) e o vice-presidente Antônio Hamilton M. Mourão (PRTB), mantiveram o tom tranquilizador, alegando que o Brasil não corria risco de um surto epidêmico, e muito do que era transmitido pela mídia a respeito dos outros países, tratava-se de alarde. (ÚLTIMO SEGUNDO, 2020a).

Devido a esse descaso com o nível de periculosidade da pandemia, as medidas tomadas pelo Governo Federal e os Estados demoraram a serem aplicadas, e não surtiram efeitos totalmente esperados, pois parte da população como será visto adiante, manifestou-se contrariamente a tais medidas de saúde, motivadas por distintos fatores.

Março: o início da quarentena

Enquanto as autoridades maiores do país seguiam com a postura de não encarar o risco da pandemia mundial de Covid-19, alguns governadores decidiram agir antes do Governo Federal tomar alguma decisão propriamente dita. Assim, no dia 12 de março, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, frente o aumento de infectados na região, decretou a suspensão das aulas e de eventos com mais de 100 pessoas, embora que a medida na época fosse temporária, apenas abarcando cinco dias úteis. Mas trata-se de uma das primeiras medidas a aplicar isolamento, que no caso, refere-se ao isolamento de nível 2 como citado anteriormente.

Apesar da decisão do governador Rocha, no dia 15 de março, ocorreu o primeiro protesto durante a epidemia, onde apoiadores do presidente Bolsonaro, se reuniram em Brasília e em outras cidades, para protestar contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o Senado, a Câmara dos Deputados e outros políticos. O próprio presidente compareceu em uma dessas manifestações, contrariando o fato que na ocasião o governador Rocha havia decretado que eventos com mais de 100 pessoas não deveriam ocorrer. (ESTADÃO, 2020). Aqui percebe-se o primeiro embate de biopoder entre os governos Estaduais e o governo Federal, onde o Presidente da República ignorou um decreto manifestado para a segurança pública.

Ainda neste mês, o ministro Mandetta, assinou a portaria Nº 395, de 16 de março de 2020, que autorizava o repasse de verba no valor de R\$ 424,154,750 milhões de reais para aos estados para bancar as despesas de combate à epidemia, que naquele momento já havia passado de mais de três mil infectados. Assim, os Estados começaram a tomar suas próprias medidas de prevenção e tratamento, dentre as mais comuns foram a suspensão de aulas e cancelamento de eventos públicos e privados. No entanto, alguns dos governadores cogitaram decretar suspensão do comércio e outros estabelecimentos como restaurantes, bares, clubes e igrejas. A condição de citar que igrejas poderiam ser fechadas, não agradou alguns dos grandes pastores neopentecostais do país, que publicamente reclamaram disso (CORRÊA FILHO, 2020).

E dez dias após a portaria nº 395, os governadores de vários estados de distintas regiões do país, já haviam decretado suspensão de aulas, cancelamento de eventos e espetáculos, cancelamento de voos, e até mesmo adotaram medidas de isolamento e quarentena de níveis 3 e

4, o que significou que o comércio, repartições públicas e privadas, que não fossem essenciais (alimentação, abastecimento, saúde, segurança etc.), seriam fechados inicialmente por quinze dias. (AGÊNCIA BRASIL, 2020a).

O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta também se manifestou em algumas entrevistas, ao dizer que concordava com as medidas de quarentena propostas pelos Estados. Dessa forma, antes do final de março, o Brasil havia entrado no início de um isolamento nacional, algo que não era visto desde a Gripe Espanhola que atingiu o país entre 1919 e 1920. Ainda assim, nem mesmo naquela época, o isolamento e a quarentena não tinham sido tão amplos (GOULART, 2005).

E com a decisão dos Estados, baseados na lei 13.979/2020, tinha-se a primeira aplicação concreta do biopoder voltado para sanar um problema de saúde pública, em que a população foi momentaneamente desprovida de seu direito de mobilidade, onde a ordem geral era “fique em casa”. Se recapitulamos que o biopoder como dito por Foucault, tende a agir de diferentes formas pelas quais exerça algum tipo de controle sobre o corpo dos indivíduos governados, temos na condição dos governadores recomendarem que a população evitasse ir à rua, uma prática pela qual o biopoder estava agindo sobre o corpo desses indivíduos, valendo-se de uma prerrogativa de segurança nacional, para impedir o aumento do contágio do novo coronavírus, ao mesmo tempo em que essa ação de salvaguardar a saúde da população, significasse impô-la a obrigação de um isolamento emergencial. Mesmo que encarado a contragosto por parte de alguns (VENTURA; AITH, RACHID, 2020).

Nesse ponto, Foucault dizia que as ações do biopoder tendiam a partir de motivos que visassem o bem-estar, fosse o combate a formas de mortalidade, desnutrição, surtos de doença, práticas higiênicas inadequadas e outros problemas de saúde. Por outro lado, o biopoder também poderia ser usado num intuito de coerção, vigilância, punição e opressão, algo que ele diz ter acontecido em governos autoritários e ditatoriais (FOUCAULT, 1999, 2005). No caso do Brasil, o biopoder manifestado pela biopolítica emergencial, foi projetado para atender o bem-estar o povo, mas parte da população não viu com sabedoria tais recomendações. Sobre isso, Preciado comenta:

[...] que toda biopolítica es inmunológica: supone una definición de la comunidad y el establecimiento de una jerarquía entre aquellos cuerpos que están exentos de tributos (los que son considerados inmunes) y aquellos que la comunidad perciben como potencialmente peligrosos (los demuni) y que serán excluidos em un acto de protección inmunológica. Esa es la paradoja de la biopolítica: todo acto de protección implica una definición inmunitaria de la comunidad según la cual esta se dará a sí misma la autoridad de sacrificar otras vidas, en beneficio de una idea de su propia soberanía. El estado de excepción es la normalización de esta insoportable paradoja. (PRECIADO, 2020, p. 165-166).

O comentário do filósofo Paul B. Preciado, recebeu seu exemplo prático no Brasil, onde o presidente Jair Bolsonaro em pronunciamento proferido no dia 20 de março, reclamou dos governadores, alegando que a medida de suspender atividades comerciais, aeroportos, portos, rodoviárias e outros serviços públicos e privados, era algo abusivo, pois o país não vivenciava um risco de infecção como visto em outros lugares. Nesse ponto, tanto apoiadores do presidente, quanto pessoas que não o apoiavam, mas que concordavam com suas falas, passaram a defender publicamente que se a economia parasse, o país entraria na falência (ÚLTIMO SEGUNDO, 2020a). Nota-se que o presidente e seus adeptos, eram contrários a tais medidas de quarentena, pois afetariam suas vidas, assuntos e negócios. Aqui percebemos o que Preciado apontou como a biopolítica ser usada para o beneficiar alguns em detrimento de pôr a vida de muitos outros em risco, pois segundo estes que protestavam, a “economia não poderia parar”.

Diante desse argumento de que a quarentena prejudicaria a economia e acabaria agravando

a “fome”⁴ e geraria “assaltos”, aqueles que defendiam ser contrários a medidas de restrição, começaram a se manifestar publicamente, atacando-as e propondo até boicote (SOUSA, 2020). Sobre isso, Boaventura dos Santos comenta que essa opinião foi compartilhada em muitos países de tendência conservadora, neoliberal e extremista, onde seus governantes erguiam a “bandeira” de que era necessário “sacrificar” milhões de vidas pelo bem da economia, entretanto, economistas de diferentes nacionalidades contestaram esse argumento (SANTOS, 2020, p. 26).

No caso do Brasil, o Governo Federal inclusive adotou medida dos ditos “países esquerdistas”, ao aprovar no dia 26 de março, um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 que seria pago nos meses seguintes⁵. Embora o pagamento desse auxílio foi contestado, sob alegação que faliria os cofres públicos. Com isso, alguns políticos se posicionaram contrários a esse auxílio, defendendo inclusive que se o comércio não parasse, não haveria necessidade de tal ajuda governamental. Tal atitude pode ser considerada um exemplo de necropolítica como assinalado por Achille Mbembe⁶, no qual uma ala do Estado claramente deixa de pensar na segurança individual, e decide que parte da população é “descartável”, defendendo que essas pessoas, sobretudo, os pobres, os trabalhadores autônomos, os empregados de lojas, shoppings e fábricas, devam correr o risco para manter seus empregos e as atividades fluindo (SOUSA, 2020).

Observa-se um exemplo do que o filósofo Vladimir Safatle chama de “estado suicidário”, onde claramente nota-se que para algumas autoridades políticas, mas também empresários, banqueiros, industriais, investidores, donos de estabelecimentos comerciais, fabris e de prestação de serviço, seus negócios não poderiam ter seus serviços e renda abalados por conta de governadores que decretaram medidas de quarentena, as quais ordenavam que a população evitasse ir trabalhar, comprar, negociar, vender e passear. E assim, defendiam ir para a rua e seguir com a vida, pois essa epidemia não era “tão perigosa” ou seria uma “falácia”. E caso morressem algumas pessoas, seria um “sacrifício válido” para manter o país funcionando (SAFATLE, 2020).

Nesse contexto, observa-se novo embate entre as autoridades políticas do país. O Senado preocupado em aprovar uma lei que concedia um auxílio emergencial de R\$ 600,00 no intuito de evitar que os desfavorecidos ficassem sem condições de conseguir seu sustento diário⁷, mas de outro lado, políticos defendendo que o auxílio deveria ser negado, e a população que pudesse trabalhar, seguisse trabalhando, pois a economia não poderia parar. E esse posicionamento antagonico levou a novos protestos pelo país.

Em 27 de março, poucos dias após estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Paraná e Santa Catarina, os quais começaram a adotar a quarentena, ocorreram carreatas contrárias a tais práticas. Nesse primeiro momento os manifestantes que participavam dessas carreatas, não usavam máscaras, portavam bandeiras nacionais, usavam camisas da seleção brasileira de futebol, e alguns exibiam camisas e bandeiras com a imagem do presidente Bolsonaro. (LECLERCQ, 2020). No entanto, essas manifestações que foram as primeiras ocorridas após o

⁴ De fato, a epidemia agravou a fome no Brasil. Em setembro de 2020, o IBGE emitiu nota apontando que cerca de 10,3 milhões de brasileiros não tinham acesso a refeições diárias.

⁵ Inicialmente o auxílio seria de 200 reais, mas foi acordado o valor de 600 reais, como estipulado pelo Decreto Nº 10.316, de 7 de abril de 2020. O auxílio foi concebido para ajudar principalmente pessoas desempregadas sem seguro-desemprego e autônomos incapacitados de trabalhar devido a quarentena. Embora que nos meses de sua aplicação, identificou-se fraudes, onde civis e militares o receberam de forma indevida.

⁶ O conceito de necropolítica é inspirado no de biopolítica, mas ambos são distintos, pois o primeiro diz respeito as atitudes e ações do Estado, referentes a vida e a morte, ditando quem deve viver e morrer, quem é importante e quem é descartável. Apresentando ações pelas quais os governos deliberadamente permitem práticas de controle, opressão e negligência. Mbembe defende que isso teria tido início na Idade Moderna, com o colonialismo, o imperialismo e a escravidão negra e indígena. Sendo aplicado através do necropoder, que se manifesta de distintas formas (MBEMBE, 2018).

⁷ Salientamos que esse auxílio somente é concedido para pessoas que possuam acesso à internet, smartphones e contas bancárias. Logo, os milhares de moradores de rua no país, ficaram de fora desse benefício. E soma-se a essa parte da população desfavorecida, as pessoas sem acesso regular a internet, algo visto não apenas no campo, mas em cidades do interior e até em bairros e comunidades de cidades grandes.

decreto de quarentena nacional, foram apenas o estopim para várias outras que ocorreriam nos meses seguintes.

Abril: início dos protestos anti-quarentena

Nota-se aqui um embate da população contra o biopoder exercido pelos governadores e prefeitos, pois enquanto esses determinavam medidas de nível 3 e 4, por outro lado, houve prefeitos, governadores, o presidente e partidários que também se mostravam críticos, e completando isso, parte da população desrespeitava os decretos, mantendo estabelecimentos abertos, como bares, lanchonetes, restaurantes e lojas, algo que ocorria não necessariamente em cidades interioranas, mas nas capitais dos estados, em bairros periféricos ou com grande aglomeração populacional. Além da condição de haver aglomerações em mercados ou o simples fato de pessoas caminhando na praia, parques e praças como se nada estivesse acontecendo no país.

Tal embate era fomentado principalmente por quatro fatores: o negacionismo de que a epidemia fosse algo grave ou até mesmo real⁸; a ignorância em não tomar precauções propostas pelo Ministério da Saúde, como manter distanciamento, evitar aglomerações, usar máscaras, higienizar-se regularmente; a oposição apresentada pelo presidente Bolsonaro e seus adeptos quanto a alegar que a biopolítica dos Estados era excessiva; por fim, havia a necessidade de sobrevivência, condição de que parte da população, especialmente a que trabalha como autônoma, ou depende de pequenos negócios de venda, não podiam simplesmente deixar de trabalhar e ter que sobreviver com o auxílio de R\$ 600,00. Comparado aos demais motivos, esse seria o mais crucial para impedir que pessoas tivessem que adotar um isolamento social de grau mais elevado.

Apesar desses fatores, surgiu também uma outra condição, a qual chamamos de fator conspiratório, que inclusive esse associa-se ao negacionismo e a ignorância. Diante disso, novas teorias conspiratórias acusando os chineses de terem criado o vírus em laboratório para causar tal crise global, passaram a vigorar e serem compartilhadas nas redes sociais e aplicativos de mensagens (ŽIŽEK, 2020, p. 11-12). Essas teorias até se difundiram em outros países e foram usadas para se atacar os defensores do isolamento social e da quarentena, como o próprio ministro Mandetta, que foi criticado por adeptos dessas conspirações, os quais lhe dirigiram ofensas, por ele acreditar nessas supostas “mentiras”.

Além dessas teorias conspiratórias, nas semanas seguintes também foram difundidas notícias falsas (*fake news*) dizendo que a epidemia era algo inventado pela mídia, que os médicos estavam fraudando obituários, que havia caixões vazios ou cheios de pedras, os quais estavam sendo enterrados para constar como sendo pessoas mortas por Covid-19, entre outras informações que desmentiam a quarentena, o isolamento e até sugeriam tratamentos alternativos⁹. Isso tudo era resultado de atitudes negacionistas quanto a realidade da epidemia e as pesquisas científicas. Sendo essas *fake news* difundidas por políticos, autoridades, celebridades e pessoas com influência social, que inclusive incentivavam a população a ir às ruas para protestar contra a quarentena.

Sobre isso, Safatle critica a condição de parte do governo ser conivente com a propagação dessas mentiras e conspirações, utilizando-se dela para benefícios próprios e alegadamente “honestos”. Ele comenta que “É claro que séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas

⁸ Existem negacionismos em diferentes âmbitos: na História, na Meteorologia, na Economia, na Política, na Biologia, na Física, na Medicina etc. No caso do ano de 2020, a pandemia de coronavírus tornou-se um novo fator para incitar o negacionismo em várias pessoas, tanto do Brasil, quanto em outros países. Onde essas pessoas procuravam justificativas, na maior parte das vezes, fundamentadas em boatos, teorias da conspiração e na ignorância, para tentar minimizar o perigo da doença, e até mesmo usar isso como meio para insultar e debochar daqueles que apoiavam medidas de saúde para combater essa pandemia. (DIAS, 2020). Embora salientamos que o negacionismo seja fruto também da desinformação e não apenas uma tendência de negar aquilo que não lhe convém.

⁹ O site do Ministério da Saúde criou uma página específica para delatar tais *fake news* e desmenti-las. A lista é longa e continua aumentando. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news?limitstart=0>. Acesso em: 2 maio 2020.

habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por coronavírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis” (SAFATLE, 2020).

No dia 10 de abril, novos protestos, dessa vez, passeatas realizadas na Avenida Paulista, reuniram dezenas de pessoas que acusavam o governador João Dória (PSDB), de estar abusando de sua autoridade. Aqui temos a percepção de pessoas contrárias a atuação do biopoder aplicado pelo governo estadual de São Paulo. E o caso é problemático, pois esse estado teve o maior número de infectados e mortos no país, passando de 50 mil mortes. Mesmo diante de tais elevados números, ainda havia pessoas que discordavam das medidas de isolamento e quarentena. Essas pessoas também contestavam a veracidade da epidemia, acusando-a de ser uma mentira ou sensacionalismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Foi também em abril que o governo Federal e os governos Estaduais tomaram novas medidas biopolíticas de combate à epidemia. No caso do governo Federal, ocorreu a aprovação da MP 927 que reduzia a jornada de trabalho, salários, além de poder suspender o contrato trabalhista, entre outras prerrogativas. Esse decreto atingia o indivíduo diretamente, pois estava em jogo seu direito e possibilidade de seguir trabalhando, logo, sua capacidade de sustento (MP 927, 2020). Quanto aos governos Estaduais, a novidade foi a criação de hospitais de campanha¹⁰, compra de testes para identificar a doença e compra de respiradores mecânicos para auxiliar os pacientes com sintomas mais graves. Tais medidas biopolíticas foram propostas para assegurar a saúde da população, embora que denúncias de superfaturamento, somadas a *fake news* sobre tais hospitais e testes, gerou revolta em parte da população, que alegava que isso era uma “máfia” dos governadores e prefeitos para enganar o povo e lucrar com a doença.

E na metade do mês de abril a situação entrou em tensão quando o presidente Bolsonaro aumentou seu atrito com o ministro Mandetta, quanto a duração do isolamento social e fechamento do comércio. A tensão chegou ao ápice, no dia 16 de abril, quando a demissão de Mandetta foi anunciada no *Diário Oficial*. O ministro que foi visto nas últimas semanas antes da sua demissão, como uma pessoa sensata, tendo reconhecido o perigo da epidemia de Covid-19 no país, foi demitido por discordâncias internas com certas alas do governo que pressionaram por sua saída. Quando Mandetta deixou o cargo naquela semana, o número de infectados já havia passado dos 30 mil, e o Brasil já tinha mais de 2 mil mortos. Em seu lugar foi nomeado o médico oncologista Nelson Teich, que manteve a política do isolamento a contragosto de alguns, condição essa que dois dias depois, cidades como Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo e Porto Alegre, registraram novas manifestações cobrando do novo ministro o fim do isolamento horizontal (UOL, 2020).

A situação naquele momento se mostrava preocupante, pois de um lado tinha-se claramente uma biopolítica manifestada pelos prefeitos, governadores e o Ministério da Saúde, buscando assegurar a manutenção das medidas de combate à epidemia, e por outro lado, o presidente e partidários, mostrando-se contrários a manutenção de algumas dessas normas, exercendo suas influências para contestar a eficácia e necessidade dessas medidas. E entre os protagonistas políticos, estava a população que se dividia entre apoiar um dos lados ou ignorar ambos.

No dia 20 de abril novos protestos ocorreram em Brasília, dessa vez não foram protestos necessariamente pedindo a reabertura do comércio, mas atos de cunho político, onde os manifestantes em plena quarentena, desobedeciam às recomendações e foram às ruas protestarem contra a corrupção do STF e do Congresso. Alguns dos manifestantes voltaram a pedir intervenção militar e até solicitaram um novo AI-5, notando-se aqui a incoerência de ideias por parte dessas pessoas. Na ocasião dos protestos, o presidente Jair Bolsonaro esteve presente, algo que inclusive dividiu opiniões entre seus partidários, por considerar ideia insensata e não sendo a hora

¹⁰ Inicialmente foi proposta a construção de 192 hospitais, mas no final de maio 94 foram entregues, a maioria em São Paulo, depois Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais. Alguns desses hospitais inclusive estavam abaixo do esperado, contendo poucos leitos, alas e equipamentos (CNN BRASIL, 2020b).

para que aquilo fosse feito e tampouco ele deveria ter comparecido. (WASHINGTON POST, 2020).

Mas enquanto o biopoder dos Estados e do Ministério da Saúde era posto em dúvida pela população e autoridades políticas, os quais consideravam aquilo opressivo, tolice e exagero, o número de vítimas continuava a crescer cada vez mais rápido. Apenas em um mês, entre 26/03 a 26/04, o número de infectados saltou de 482 para 61.888, e o número de mortos foi de um pouco mais de 10 para 4.205 falecimentos (BELLINI, 2020). E a situação brasileira agravou-se ainda drasticamente no mês de maio.

Maio: aumento dos protestos e agravamento da epidemia

Com a chegada de maio a condição da epidemia no país seguia preocupante. Embora as medidas biopolíticas de isolamento e quarentena se mantivessem, no entanto, cada vez mais pessoas começavam a sair às ruas sem preocupação, geralmente indo para locais de passeio, feiras e mercados. Após 60 dias de quarentena, parte da população brasileira estava cansada em ter que permanecer em casa, e essa condição de procurar desopilar e passear¹¹, levou muitas pessoas que até então estavam permanecendo em seus lares, a começar lentamente irem caminhar, viajar para praias mais distantes, onde não havia fiscalização, ir regularmente a supermercados e feiras, simplesmente para passear. E essa tendência foi vista entre diferentes faixas etárias, indo dos adolescentes até os idosos.

Os três primeiros dias daquele mês, apresentou manifestações em algumas cidades do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Além dessas manifestações, o mês de maio foi marcado por uma alta taxa de mortalidade, sendo reportado que os dias 5, 6 e 7 registraram cerca de 600 mortes diárias por Covid-19, tal fator, no qual em menos de 72 horas, faleceram mais de 1.800 pessoas pelo vírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Condição que levou alguns prefeitos e governadores a decretarem *lockdown* (fechamento total). Neste caso, o *lockdown* refere-se ao nível 4 apresentado anteriormente, podendo ter variações quanto aos limites da sua restrição. Foi a primeira vez em que governantes decretavam essa medida, algo que já havia sido tomado em outros países europeus e asiáticos, meses antes¹².

E nesse sentido, cinco estados o adotaram: Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. Sublinha-se que a medida foi aplicada a algumas cidades com maior risco, apresentando alto índice de infectados e casos de morte, embora que isso tenha incluído as capitais Belém do Pará, Fortaleza, São Luís e Salvador. No caso do Rio de Janeiro, a capital não sofreu *lockdown* total, mas parcial, limitado a alguns bairros da Zona Norte e Zona Oeste, mas outras cidades populosas, como Niterói, adotou a medida também. Ao todo, dezoito cidades nessa primeira semana de maio, adotaram este procedimento frente o aumento alarmante de número de mortos em poucos dias, ocasionado pelo desrespeito as medidas de isolamento e quarentena (JC, 2020). E essa escolha pelo *lockdown* novamente desagradou parte da população, pois no dia 10, ocorreu em Brasília, nova manifestação pedindo o fim do isolamento horizontal.

No dia 13, noticiava-se que o Brasil havia ultrapassado a França em números de infectados por Covid-19, chegando a então marca dos 179 mil infectados e 12 mil mortos, tornando o sexto país com maior número de mortes. (G1, 2020). Apesar do número alarmante, no dia 14, o presidente Bolsonaro se manifestou publicamente por uma *live* no *Facebook*, alegando que tais números mostravam que as medidas de isolamento, quarentena e *lockdown* executadas pelos Estados, eram falhas. E para sustentar seu argumento vago, ele citou a Suécia, apontando que o país não declarou

¹¹ É preciso considerar que há situações em que as pessoas vivem em lares problemáticos e violentos, o que leva alguns dos membros a preferirem passar o tempo fora de casa, para poder ter tranquilidade e até segurança (SOUSA, 2020).

¹² Países como China, Coreia do Sul, Itália, Espanha e França, já haviam em poucas semanas de diagnosticado a epidemia, tomado medidas de *lockdown*. Lembrando que o *lockdown* é decretado por prefeitos e governadores, funcionando para localidades específicas. As que adotaram isso notaram níveis de controle do contágio, mas mesmo nestes países a população seguiu desrespeitando as normas, condição essa que a Itália e a Espanha, vivenciaram altos índices de mortandade.

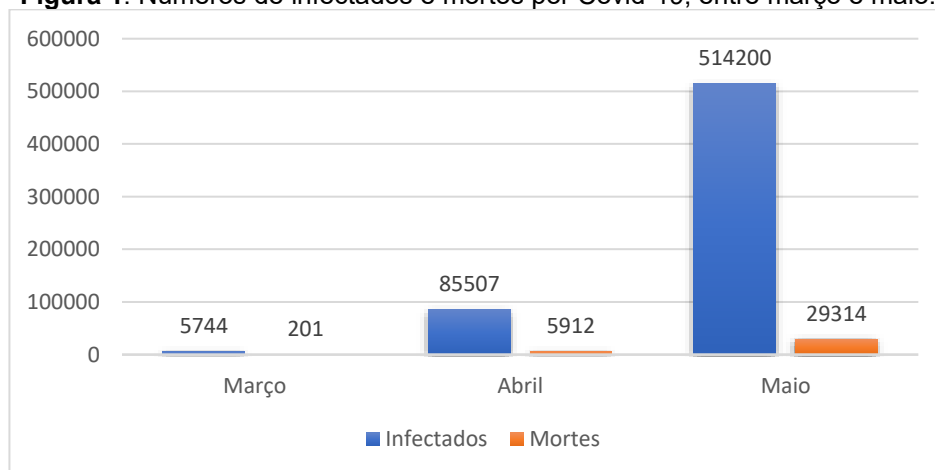
tais medidas e estava em boa situação. O problema é que a fala do presidente estava terrivelmente equivocada, pois entre as cinco nações escandinavas, a Suécia era o país com maior número de mortos e infectados por Covid-19, e o governo sueco reconheceu que falhou em ter subestimado a necessidade do isolamento (METRÓPOLES, 2020).

Diante dessa problemática na qual o número de mortos e infectados continuava a subir, pois parte da população desobedecia as medidas impostas pelos Estados, Municípios e o Ministério da Saúde, e o presidente negando a realidade da situação epidêmica, a crise política e de saúde agravou-se ainda mais na manhã do dia 15 de maio, quando o segundo Ministro da Saúde, Nelson Teich, pediu exoneração, após discordar de atitudes tomadas por Bolsonaro, como a tentativa de permitir que salões de beleza, barbearias e academias voltassem a ser abertas e novamente defender o uso de cloroquina para tratamento do Covid-19 (CNN BRASIL, 2020a). Teich foi sucedido de forma interina, pelo general Eduardo Pazuello¹³, que não possui formação em Medicina ou na área de Saúde.

Dois dias após a saída de Teich, manifestações anti-quarentena ocorreram em algumas cidades do Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste. Mas, se por um lado, o presidente e aliados se mostravam contrários as medidas de isolamento horizontal, quarentena e *lockdown*, no dia 20 de maio foi aprovado o controverso protocolo recomendando o uso de cloroquina para tratamento de Covid-19, sendo esse um medicamento utilizado principalmente para tratar malária e não possuindo testes satisfatórios e seguros que apontassem eficácia no tratamento dos sintomas causados pelo novo coronavírus. Apesar disso, em várias ocasiões, Bolsonaro e aliados fizeram propaganda do remédio, defendendo efeito real e seguro. (AGÊNCIA BRASIL, 2020b).

Os últimos dez dias de maio registraram rápido crescimento no número de infectados. 11 estados decretaram *lockdown* para várias cidades ou suas capitais (SOUZA, 2020). Enquanto isso, os governadores e prefeitos seguiam tentando conscientizar que a população respeitasse as medidas de quarentena e isolamento, mas em apenas dez dias, os valores cresceram rapidamente (ver figura 1)

Figura 1: Números de infectados e mortos por Covid-19, entre março e maio.



Fonte: Produzido pelo autor, com base nos dados do Ministério da Saúde.

Observa-se pelo gráfico acima, como o crescimento de número de infectados foi elevado, dentro de um período de 60 dias, em que saltou dos 5.744 infectados no final de março, para os 514.200 casos no final de maio. Um valor quase noventa vezes maior. E esse vertiginoso crescimento é um dado bastante preocupante, pois nesse período as medidas de quarentena, isolamento e *lockdown* estavam em vigor, mesmo assim, elas não conseguiram frear o contágio. O

¹³ Inicialmente indicado como ministro interino em 15 de maio, Pazuello somente foi nomeado ministro efetivo, em setembro, após mais de três meses no cargo, como interino.

que revela de um lado problemas de aplicação da biopolítica, mas por outro lado, a desobediência a essas normas, motivadas por distintos fatores, incluindo interesses políticos e econômicos.

Apesar desse elevado aumento quanto aos números de casos e óbitos, protestos continuaram a ocorrer no país, culminando no dia 31 de maio, quando ocorreu uma grande manifestação política em Brasília, de partidários do governo, que contou novamente com a presença do presidente Bolsonaro, dessa vez montado a cavalo, para cumprimentar os apoiadores. Enquanto isso, na cidade de São Paulo, bolsonaristas confrontavam manifestantes que foram protestar contra eles. O que incluiu a presença de grupos antifas¹⁴ (TERRA, 2020). Os protestos anti-quarentena do final de maio, marcou o início da política de reabertura gradativa do comércio. Algo pleiteado desde meados daquele mês¹⁵, e agora posta efetivamente em prática a partir de junho.

Junho: reabertura gradativa

Em 9 de junho o país atingiu a marca de 700 mil infectados, e dez dias depois chegava a 1 milhão de casos notificados. (ISTOÉ, 2020). Apesar desse aumento de 300 mil pessoas infectadas em menos de duas semanas, os governos estaduais seguiam reabrindo o comércio gradativamente, e mesmo os estados onde apresentaram postura contra a reabertura, já estavam cedendo a pressões políticas e econômicas. Sobre isso, Aquino et. al comentou:

A decisão de flexibilizar as medidas de distanciamento social e os critérios adotados pelo Ministério da Saúde devem ser discutidos à luz das informações disponíveis na literatura científica internacional, que, ao contrário do proposto para o Brasil, têm balizado suas decisões no monitoramento da velocidade da transmissão da epidemia e, por conseguinte, da magnitude dos números de infectados, casos de doença e óbitos. A flexibilização ou o fim das medidas de distanciamento social é uma questão delicada, pois manter o controle da pandemia até que uma vacina esteja disponível pode exigir o bloqueio das atividades cotidianas da sociedade por muitos meses, com impactos econômicos e consequentes altos custos para a vida das populações. (AQUINO et al, 2020, p. 2431).

E devido a essa reabertura, isso afetou na redução de protestos que pediam por tal ato. No caso, observa-se que desde março quando os protestos tiveram início, o mês de junho registrou o menor número de manifestações contra a quarentena. O que não significou necessariamente algo positivo, pois embora as manifestações tenham diminuído, a população seguiu descumprindo com as medidas para acessar lojas, mercados, padarias, parques e shoppings, e isso repercutiu numa explosão de novos casos.

O problema que no Brasil a flexibilização nem sempre foi exercida de forma adequada pelas autoridades responsáveis, além de haver o agravante da desobediência e negligência da população. Embora vários países da Europa e Ásia estivessem adotando a flexibilização também, na contramão deles, países das Américas e África, mantinham-se em quarentena e isolamento mais rígidos de acordo com seus critérios e condições (BARIFOUSE, 2020).

Entretanto, os governadores e prefeitos considerando que mais de 100 dias de quarentena era um tempo demasiadamente longo para manter as atividades suspensas e a população em seus lares, julgavam que era o momento da retomada da “normalidade”. Embora salientamos que para eles tomarem essas decisões, outros fatores estiveram por trás disso, alguns claramente contrários a biopolítica, e outros que podem ser considerados agentes da necropolítica, ou seja, concebidos

¹⁴ Tais grupos também aproveitaram para protestar contra o presidente e seu governo. Ou seja, observa-se novamente fatores políticos nesses protestos em meio a epidemia. E nesse caso tivemos o encontro de aliados e opositores.

¹⁵ Algumas cidades de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, etc. já haviam iniciado nas últimas duas semanas de maio, a decisão de reabrir parte do comércio de rua e até mesmo alguns shoppings. Porém, é preciso salientar que devido à falta de fiscalização, houve várias cidades pelo país, que na prática nunca seguiram efetivamente as recomendações de isolamento, quarentena e *lockdown*. Mantendo seus estabelecimentos abertos.

sem a preocupação pelo bem-estar da população.

Diante dessa problemática de flexibilizar a quarentena e o isolamento social, cada estado seguiu sua política para fazer isso. Alguns adotaram logo no início de junho a flexibilização, enquanto outros adiaram para o final do mês. Tal política de reabertura afetou principalmente os níveis 3 e 4 da quarentena, os quais ditam o fechamento do maior número possível de estabelecimentos comerciais e de serviços diversos, além do fechamento de áreas de lazer, e dita recomendações para a população evitar sair de casa sem necessidade.

o longo de junho começou-se a ver a reabertura do comércio de rua e de centenas de shoppings pelo país. Embora tenha sido recomendado horário reduzido de funcionamento e controle na quantidade de pessoas em cada estabelecimento. Mas a falta de fiscalização adequada, não evitou lojas lotadas (SAID, 2020). Mas além do retorno do comércio, também se cogitou a reabertura dos estabelecimentos de alimentação. Decisão tomada mais tardiamente. Nessa tendência de reabertura das atividades comerciais, também seguiu a autorização para que praias, parques e praças voltassem a ser frequentados, e até mesmo a decisão de retomar os campeonatos de futebol com estádios fechados para as torcidas (A TRIBUNA, 2020).

Em meio ao afã da flexibilização em progresso, o final do mês encerrava-se com 1,4 milhão de casos e 59.594 óbitos gerados pela epidemia. O que significa que num período de 30 dias, contados de 01 a 30 de junho, a curva de infectados subiu de 526.447 para 1.402.041, o que resulta num aumento de 875.594 novos casos, valor maior do que o total acumulado entre 26/02 e 01/06. Por tais dados mostra-se que enquanto as medidas de quarentena e isolamento foram mais rígidas, o crescimento do contágio foi menor se comparado ao período de flexibilização dessas medidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Entretanto, a situação apenas piorou.

Julho: crise da quarentena

Julho começou dando continuidade à crise da quarentena ainda iniciada em junho. Novamente os governadores e prefeitos de estados com altos índices de infecção e mortalidade¹⁶, seguiam flexibilizando a quarentena, apesar que fosse recomendado manter as medidas de distanciamento social, evitar aglomerações, e o uso obrigatório de máscaras, no entanto, grande parte da população destes estados, não obedecia tais medidas da biopolítica de combate à epidemia, o que levou cidades como Rio de Janeiro e São Paulo a instituir um programa de vigilantes e fiscais da saúde para repreender a população e multá-los. Tais fiscais também autuavam estabelecimentos que estivessem descumprindo as medidas de segurança¹⁷. Apesar dessas regras, pessoas seguiam sem usar máscaras, desrespeitavam o distanciamento e a fiscalização. O dia 5 de julho registrou um alto índice de pessoas passeando em praias no Rio de Janeiro, em praças e parques em São Paulo e Brasília. Além de apresentar bares lotados. Neste mesmo dia o país já registrava mais de 1,6 milhão de infectados e 60 mil mortes (JUCÁ, 2020).

No dia 7, o presidente Bolsonaro comunicou a imprensa que testou positivo para o Covid-19. Embora ele tenha sido acusado por parte da mídia de ocultar suspeitas de que tivesse adoecido meses antes, pois ele negou-se a apresentar os resultados dos testes que fez em março e abril, Bolsonaro aproveitou a situação para promover o uso de medicamentos defendidos por ele e apoiadores, como sendo eficazes no tratamento da doença e até usados como preventivos também. Novamente sua atitude foi criticada não apenas pela imprensa e por políticos, mas por autoridades de saúde (GOTLIB; JORDÃO, 2020).

Nas semanas seguintes, registros de descaso quanto ao cumprimento das medidas de isolamento, foram feitos em várias cidades brasileiras. Além disso, a polícia também registrou

¹⁶ Os estados com maiores índices: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e Paraná.

¹⁷ Por exemplo, em São Paulo, a multa para quem não usasse máscara era de R\$ 524 reais, já o estabelecimento onde permitisse o acesso de clientes sem esse acessório, o valor era de R\$ 5.025 reais. Em outras cidades os valores diferenciavam.

estabelecimentos funcionando de forma inadequada, e até mesmo a ocorrência de festas em distintas cidades. As pessoas que burlavam os decretos de saúde, alegavam que tais demandas eram abusivas, e estavam oprimindo sua liberdade de ir e vir. Nota-se novamente uma postura de tratar a biopolítica como uma ameaça, como uma afronta ao direito individual. Para essas pessoas, os fiscais que cobravam o uso de máscaras, distanciamento e que aplicavam multas, eram malvistas, quase como se fossem “opressores” aplicando o biopoder pelo qual estavam a serviço. No entanto, há casos em que o Estado deve intervir contra o direito individual para salvaguardar o interesse público.

Logo, as medidas de saúde pública podem, de fato, “invadir a esfera da liberdade individual de forma bastante agressiva”, invasão que, “no âmbito do Estado Democrático de Direito, será sempre permitida quando feita nos termos da lei e em defesa do interesse público, no caso, a proteção da saúde pública contra riscos à saúde identificados na sociedade”, com base em “amplo debate social” sobre as regras e os procedimentos que o Estado deve adotar”. Os programas de imunização, cada vez mais atacados por campanhas contrárias à vacinação, constituem um exemplo bastante revelador da complexidade desta questão. (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 9-10).

Embora o Estado brasileiro detivesse o direito de obrigar a população a seguir as medidas de quarentena e isolamento social, mas a falta de fiscalização e conscientização pública, levou a inúmeros descumprimentos. E nesse ponto observa-se por esses aspectos que parte da população brasileira considerava que a flexibilização da quarentena significaria o abandono das medidas de prevenção.

Nas últimas semanas de julho, surgiu o debate quanto ao retorno das aulas. Enquanto algumas cidades noticiavam que as festas de réveillon foram canceladas, os estados do Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Norte, Rondônia, Acre, Santa Catarina, São Paulo, Piauí, Paraná e o Distrito Federal, apresentaram planos para retomada das aulas em agosto ou setembro, alegando-se que a situação da epidemia estava diminuindo e “sob controle” (ÚLTIMO SEGUNDO, 2020b).

Alguns dos defensores da volta às aulas, chegaram a fazer comparações com outros países europeus onde tal processo já estava em andamento desde maio, mas a realidade lá era diferente da brasileira, onde alguns países como Dinamarca, Noruega e Portugal os índices foram bem baixos, por sua vez, nações com altos índices de mortes, como Espanha e Itália, planejavam retorno das aulas talvez em setembro ou outubro (ESCOLAS EXPONENCIAIS, 2020). No caso do Brasil, a situação era ainda mais complicada devido ao descaso quanto a flexibilização, apesar que em setembro, algumas escolas retomaram suas atividades como no caso de Manaus, a primeira capital a autorizar o retorno das atividades escolares a nível público e privado.

Agosto: o “retorno da normalidade”

Agosto iniciou com a falsa impressão de que a vida havia voltado a sua normalidade. Após quase dois meses de flexibilização, para muitas pessoas parecia que tudo estava resolvido e a epidemia era agora uma lembrança ruim. O aumento de indivíduos não usando máscaras e não respeitando outras medidas de prevenção, foi banalizado. Embora a fiscalização ainda continuasse, essa já apresentava sinais de irregularidade e negligência. E nesse ponto sublinha-se que não foi apenas as pessoas que anteriormente eram adeptas de movimentos anti-quarentena e contrárias ao uso de máscaras, mesmo aqueles que defendiam a biopolítica de saúde, começaram a ignorá-la também.

Embora oficialmente as medidas de saúde para o combate à epidemia de Covid-19 estivessem operantes, o que se notou é que mesmo os governos a nível Municipal e Estadual, os quais por meses foram opositores ao Governo Federal, aderiram a tendência de flexibilizar o cuidado. Não sendo incomum ver a cada dia, mais prefeitos e governadores autorizando a reabertura do comércio, dos passeios públicos, dos jogos de futebol, restaurantes, lanchonetes,

academias, salões de beleza, igrejas etc.

As notícias sobre a epidemia em agosto, foram ofuscadas por problemas políticos, econômicos e ambientais da época como: o aumento contínuo do dólar, reformas econômicas que não saíram, crescimento do desemprego, denúncias de corrupção contra a família do presidente, e os grandes incêndios na Amazônia e no Pantanal, tudo isso distraía a atenção da população para a crise de saúde no país, e gerava a falsa sensação de que a situação estava melhor. Todavia, no mês de agosto, o Brasil passou dos 3 milhões de infectados e dos 100 mil mortos, mostrando que a biopolítica de flexibilização era falha (PHILLIPS, 2020). (ver figura 2)

Figura 2: Tabela com os números de infectados e mortes, referentes aos meses de março a agosto

Sem flexibilização	Com flexibilização	Nº Infectados	Nº Mortes
Março		5.744	201
Abril		85.507	5.912
Maio		514.200	29.314
	Junho	1.402.041	59.594
	Julho	2.662.645	92.475
	Agosto	3.908.272	121.381

Fonte: produzido pelo autor com os dados do Ministério da Saúde.

Com base na figura 2, observa-se que a flexibilização da quarentena e do isolamento social, algo iniciado em junho, foi uma decisão precipitada. Pois em abril e maio, meses nos quais a quarentena e o isolamento agiam de forma mais rígida, e inclusive até *lockdown* foram implementados em algumas cidades e estados, conseguiu retardar um pouco o crescimento da curva de infecções, principalmente em abril, época que foi marcada pelos protestos anti-quarentena. Todavia, maio marcou uma crise da biopolítica, revelando não apenas a continuação dos protestos, mas um aumento considerável de pessoas que saíam de seus lares sem necessidade expressa, procurando ir passear ou frequentar estabelecimentos de alimentação, que estavam abertos ilegalmente. O resultado foi um crescimento de mais de 429 mil casos em 30 dias, somente no mês de maio. E a situação piorou com a flexibilização em junho, mostrando que nos meses seguintes, o país registrou 1 milhão de novos casos mensalmente. Mantendo o Brasil no segundo lugar no mundo de países com mais casos de Covid-19, por algumas semanas, até ser ultrapassado pela Índia antes do final de agosto. Mas a queda do Brasil para a terceira posição mundial, não é algo positivo a se comemorar, pois o país ainda acumula casos elevadíssimos.

Considerações finais

Enquanto um fim para a epidemia ainda não é visível no horizonte, podemos fazer um exercício de reflexão sobre como o combate a essa doença foi feito no Brasil. O Governo Federal publicou decisões importantes como a Lei no 13.979/2020, que estabeleceu os princípios básicos de combate à epidemia, incluindo as definições de quarentena e isolamento. No entanto, essa lei aprovada nos idos de fevereiro, somente em março começou a ser posta em prática e ao longo dos meses seguintes, ela foi parcialmente cumprida. Embora salienta-se que essa lei serviu apenas de base para que os Estados promulgassem suas próprias normas para atender suas situações específicas.

No tocante as ações dirigidas para a economia e o sustento individual do cidadão, o Governo Federal aprovou o Decreto Nº 10.316/2020 que estipulou o auxílio emergencial, que de fato, foi essencial para ajudar milhões de brasileiros. Embora recordamos que de início houve críticas quanto a sua concessão, sob alegação de comprometer os cofres públicos. A segunda ação de caráter econômico providenciado, foi a Medida Provisória Nº 927/2020, a qual teve uma

repercussão mais controversa, por alterar normas trabalhistas durante alguns meses, no intuito de manter empregos e ajudar as empresas. Essa MP recebeu alterações no seu texto base nos meses seguintes. E somente mais adiante poderemos ter uma noção de sua eficácia.

Mas além dessas duas ações econômicas, o Governo Federal também liberou verbas para alguns estados, apesar que coube aos governadores a construção de hospitais de campanha e a compra de medicamentos, testes, entre outros materiais hospitalares. E nesse quesito houve alguns problemas de corrupção. O que revela o uso da biopolítica para fins escusos, algo que o próprio Foucault já havia salientado distintas vezes. E nesse sentido, ressaltamos que esse ato de se valer da epidemia para lucrar em cima da ajuda aos outros, não recaiu apenas sobre os políticos, mas sobre comerciantes, vendedores e fornecedores, os quais aproveitaram a alta procura por produtos como máscaras, luvas, álcool gel, etc. para inflacionar valores abusivos. Tais aspectos nos fez recordar do “estado suicidário” dito por Safatle.

Quanto a percepção pública acerca do vírus e da epidemia, conclui-se que isso é representado por um misto de ideias envolvendo teorias da conspiração, sensacionalismo, negacionismo, fanatismo e desinformação. Posicionamentos compartilhados por autoridades públicas e pela população no geral, ora pendendo por uma opinião mais segura quanto ao perigo da doença, ou ora pendendo para uma opinião negacionista e incoerente. Nesse contexto, observamos um outro uso do biopoder, sendo este utilizado pelo presidente Bolsonaro como forma de se contrapor ao biopoder de outras autoridades do país, gerando um embate de ideias, deixando o campo da saúde, para tornar-se uma disputa ideológica, a qual ele mesmo acusava seus opositores de estarem fazendo isso contra ele.

Mas além dessas manifestações nas ruas, protestos nas redes sociais seguiram com regularidade, sendo que alguns estiveram aliados a várias *fake news*, das quais algumas defendiam teorias da conspiração, a ponto de tornar-se o problema de saúde da epidemia numa briga política entre Direita x Esquerda, algo que foi visível em vários aspectos no Brasil. Por tais exemplos, observa-se claramente o que Preciado, Agamben e Žižek comentaram sobre como as teorias da conspiração, a paranoia, a ignorância e o fanatismo contribuíram para gerar uma onda de desinformação e uma “resistência equivocada”, pois tratavam a pandemia não como única ameaça, mas como “arma” de um complô global, sendo mais importante procurar desmentir essa “farsa” do que cuidar dos problemas de saúde. E essa crise política tendo como pano de fundo uma suposta conspiração mundial por trás da disseminação do novo coronavírus, repercutiu na condição de que em dois meses, dois Ministros da Saúde deixaram o cargo por serem alvo de pressões antagônicas.

Outro aspecto a ser destacado, foi o grande aumento no número de casos de infectados, algo apresentado nas figuras 1 e 2, as quais mostraram que nos meses nos quais a quarentena e o isolamento foram seguidos com mais êxito, o crescimento no contágio foi menor. Apesar que essa obediência as regras, durou pouco, pois em maio houve um grande salto de novos casos. E tais valores continuaram a crescer com a flexibilização, a qual se mostrou precipitada e falha em vários aspectos. Algo que pode ser considerado uma necropolítica, como definido por Mbembe, quando o Estado deixa de se preocupar com o bem-estar da população e passa a ditar medidas que comprometam a vida de milhares ou milhões, alegando que estão tomando a decisão certa. Mas nesse caso, sublinhamos que o problema não foi a flexibilização em si, mas a forma como ela foi executada e o desrespeito da população e das autoridades as medidas de segurança. Nesse sentido, não é apenas o Estado que teve culpa, mas o povo também contribuiu para isso.

Embora isso seja uma lição a ser considerada tanto no Brasil, quanto em outros países, pois notou-se que os governos não estavam preparados para combater uma pandemia mundial, e as pessoas ainda não estão preparadas para longas quarentenas, devido a diversos fatores¹⁸. E por

¹⁸ Além da condição econômica de sustento, os fatores de saúde também pesaram contra a manutenção da quarentena e do isolamento por longos períodos. Condição essa que a OMS apontou aumento no tabagismo, alcoolismo, estresse,

tais condições, essas pessoas tendem a deixar seus lares. Caso uma nova pandemia acometa o mundo num futuro próximo, os países devem repensar suas biopolíticas para evitar que antigos problemas e erros voltem a se repetir.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Reflexiones sobre la peste. In: AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan*. [S.l.]: ASPO, 2020, p. 135-137.

ANDERSEN, Kristian G. et al. The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nature Medicine*, v. 26, 2020, p. 450-452. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41591-020-0820-9?fbclid=IwAR1Nj6E-XsU_N6IrFN1m9gCT-Q7app0iO2eUpN5x7OSi-l_q6c1LBx8-N24. Acesso em: 25 abr. 2020.

APESAR do coronavírus, país registra atos pró-governo. Presidente divulga manifestações. *Estadão*, 2020. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apesar-do-coronavirus-pais-registra-atos-pro-governo-presidente-divulga-manifestacoes,70003233854>. Acesso em: 27 abr. 2020.

APÓS 29 dias no cargo, Nelson Teich pede demissão do Ministério da Saúde. *CNN Brasil*, 2020a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/15/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude>. Acesso em: 30 maio 2020.

AQUINO, Estela M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 25, (suppl. 1), p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BARIFHOUSE, Rafael. Coronavírus: na contramão do mundo, Brasil flexibiliza quarentena antes de atingir pico de mortes. *BBC Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52930843>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BOLSONARO anda a cavalo em ato em Brasília; manifestantes se enfrentam em São Paulo. *Terra*, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-anda-a-cavalo-em-ato-em-brasilia-manifestantes-se-enfrentam-em-sp,9cc039a35f8ed8fd1a11b627bdf3d9872m0fxsje.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL passa a marca de 1 milhão de casos de Covid-19. *ISTOÉ*, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-e-segundo-pais-a-passar-da-marca-de-1-milhao-de-casos-de-covid-19/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL supera a França em número de infectados pelo novo coronavírus, diz universidade. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/13/brasil-supera-a-franca-em-numero-de-infectados-pelo-novo-coronavirus-diz-universidade.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2020.

BROCKLEHURST, Steven. *The woman who discovered the first coronavirus*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-52278716>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARREATA em SP perde força, volta atacar Doria e pede fim do isolamento social. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/carreata-em-sp-perde-forca-volta-a-atacar-doria-e-pede-fim-do-isolamento-social.shtml>. Acesso em: 21 maio 2020.

CLUBES da série A do Brasileiro registram 95 casos de jogadores com coronavírus. *A Tribuna*, 2020. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/esportes/maisesportes/clubes-da-s%C3%A9rie-a-do-brasileiro-registram-95-casos-de-jogadores-com-coronav%C3%ADrus-1.106236>. Acesso em:

insônia, ansiedade, depressão, irritabilidade, baixo autoestima, sobrepeso, obesidade, fome etc. (RESENDE; ANDRADE; MIRANDA, 2020).

30 jun. 2020.

COMO está sendo a volta às aulas na Europa e na Ásia? *Escolas Exponenciais*, 2020. Disponível em: <https://escolsexponenciais.com.br/desafios-contemporaneos/como-esta-sendo-a-volta-as-aulas-na-europa-e-na-asia/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CORONAVÍRUS//Brasil. *Ministério da Saúde*, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. a 30 set. 2020.

CORONAVÍRUS chegou ao Brasil em janeiro, antes do Carnaval, diz Fiocruz. *Correio*, 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/coronavirus-chegou-ao-brasil-em-janeiro-antes-do-carnaval-diz-fiocruz/>. Acesso em: 21 maio 2020.

CORONAVÍRUS: um terço da população mundial está sob quarentena; veja 4 tipos de restrição. *BBC Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52040808>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CORRÊA FILHO, Heleno Rodrigues. *Lei do CoronaVirus 2019 – autoritarismo sem garantias de cidadania*. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/02/comentario-a-lei-do-coronavirus-2019-uma-lei-autoritaria-sem-garantias-de-cidadania/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 4, p. 143-157, 2010.

DANTAS, Carolina. Novo coronavírus é emergência de saúde internacional, declara OMS. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/30/novo-coronavirus-e-emergencia-de-saude-internacional-declara-oms.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DE GRIPEZINHA A “NÃO É TUDO ISSO”: vezes em que Bolsonaro minimizou coronavírus. *Último Segundo*, 2020a. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-03-24/de-gripinha-a-nao-e-tudo-isso-vezes-em-que-bolsonaro-minimizou-coronavirus.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DIAS, Roberto. *O coronavírus criou uma nova espécie de negacionista*. *Folha de S. Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2020/04/o-coronavirus-criou-uma-nova-especie-de-negacionista.shtml>. Acesso em: 21 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *El nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 3v

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GOTLIB, Jéssica; JORDÃO, Fernando. Bolsonaro diz estar bem e que foi tratado para covid-19 com cloroquina: “Reação quase imediata”. *Correio Braziliense*, 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/07/interna_politica,870076/bolsonaro-diz-estar-bem-e-que-foi-tratado-para-covid-19-com-cloroquina.shtml. Acesso em: 15 jul. 2020.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde*, v. 12, n. 1, p. 101-142, 2005.

JUCÁ, Beatriz. Brasileiros lotam praias e bares, enquanto infectados pela covid-19 passam de 1,6 milhão. *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-06/brasil-16-milhoes-de-brasileiros-lotam-praias-e-bares-enquanto-infectados-pela-covid-19-passam-de-1-6-milhao/>

praias-e-bares-enquanto-mortos-pela-covid-19-no-pais-se-aproximam-de-65000.html?ssm=FB_BR_CM&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR1iQcucLuGnkoQw-2EFr6Fy-OxpTb-9_yHgtN2JR8A7i8cdy9TPqqFglnc#Echobox=1593994700. Acesso em: 20 jul. 2020.

LEADERS risk lives by minimizing the coronavirus. Bolsonaro is the worst. *Washington Post*, 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html?fbclid=IwAR0uPYA_hJP5_RAvu-MNmae3NsBuTsqmUI_VEITTrhOkqQSIKqYcUa_grbs. Acesso em: 30 abr. 2020.

LECLERCQ, Michel. Face au péril du Covid-19, Jair Bolsonaro ne fait plus rire les Brésiliens. *Le Figaro*, 2020. Disponível em: https://www.lefigaro.fr/international/face-au-peril-du-covid-19-jair-bolsonaro-ne-fait-plus-rire-les-bresiliens-20200323?fbclid=IwAR2yAR5mMKzdGUZI60ebc3dZ7gSvqz4DAHys0tndm_MoxP7PmUsiweoagh4. Acesso em: 10 abr. 2020.

LEI Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LIRONG, Zou et al. SARS-CoV-2 Viral Load in Upper Respiratory Specimens of Infected Patients. *The New England Journal of Medicine*, n. 382, apr. p. 1177-1779, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMc2001737>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MANDETTA é demitido do Ministério da Saúde pelo presidente Bolsonaro. *UOL*, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/16/mandetta-demissao-ministerio-da-saude-bolsonaro.htm>. Acesso em: 21 maio 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: n-1 Edições, 2018.

MEDIDA Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020. *Diário Oficial da União*, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

MINISTÉRIO da Saúde apresenta novo protocolo para uso da cloroquina. *Agência Brasil*, 2020b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/ministerio-saude-apresenta-novo-protocolo-para-uso-cloroquina>. Acesso em: 10 jun. 2020.

NOVE estados e o DF pretendem retomar aulas presenciais até setembro. *Último Segundo*, 2020b. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-07-21/9-estados-e-o-df-pretendem-retomar-aulas-presenciais-ate-setembro.html>. Acesso em 05 de ago. de 2020.

OMS. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19), Situation Report-72*. 1 de abril de 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331685/nCoVsitrep01Apr2020-eng.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PATRICK, C. Y. Woo et al. Characterization and Complete Genome Sequence of a Novel Coronavirus, Coronavirus HKU1, from Patients with Pneumonia. *Journal of Virology*, vol. 79, n. 2, p. 884-895, 2005. Disponível em: <https://jvi.asm.org/content/79/2/884.full>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PHILLIPS, Tom. 'We failed': one scientist's despair as Brazil Covid-19 deaths hit 100,000. *The Guardian*, 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2020/aug/09/brazil-covid-19-deaths-natalia-pasternak-bolsonaro?CMP=fb_gu&utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR1zFq7pIWh3vfYK7uyi0BK7Evc6gNeUGCo2rZq4ypWQUO1DR9eKCqYH7g0Y#Echobox=1596968114. Acesso em: 30 ago. 2020.

- PRECIADO, Paul B. Aprendiendo del Vírus. In: AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan*. [S.l]: ASPO, 2020, p. 166-185.
- RESENDE, Viviane; ANDRADE, Mávila; MIRANDA, Vanessa. Os impactos psicológicos da quarentena e como reduzi-los. *Sanar/Med*, 2020. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/impactos-psicologicos-da-quarentena-e-como-reduzi-los>. Acesso em: 03 out. 2020.
- SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao Estado Suicidário*. *Crisis & Crítica*, 2020. Disponível em: <https://crisiscritica.net/publicaciones/sobre-o-estado-suicidario/>. Acesso em: 30 set. 2020.
- SAID, Flávia. *Em meio à pandemia, Brasil tem mais de 400 shopping centers abertos*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/em-meio-a-pandemia-brasil-tem-mais-de-400-shopping-centers-abertos/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SÓ 47% dos hospitais de campanha previstos no Brasil já foram entregues. *CNN Brasil*, 2020b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/28/so-47-dos-hospitais-de-campanha-previstos-no-brasil-ja-foram-entregues>. Acesso em: 30 maio 2020.
- SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil. *UNIFESSPA*, 2020. Disponível em: <https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/2-uncategorised/107-vulnerabilidade,-vida-prec%C3%A1ria-e-luto-os-impactos-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil.html>. Acesso em: 02 out. 2020.
- SOUZA, Marina Duarte de. Coronavírus: 11 estados brasileiros registraram lockdown em pelo menos uma cidade. *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coronavirus-11-estados-brasileiros-registram-lockdown-em-pelo-menos-uma-cidade>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- SUÉCIA reconhece erros em não adotar lockdown no combate ao coronavírus. *Metrópoles*, 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/suecia-reconhece-erros-em-nao-adotar-lockdown-no-combate-ao-coronavirus>. Acesso em: 30 maio 2020.
- VEJA as medidas que cada estado está adotando para combater o Covid-19. *Agência Brasil*, 2020a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/veja-medidas-que-cada-estado-esta-adotando-para-combater-covid-19>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- VEJA quais estados já decretaram lockdown no Brasil. *JC*, 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2020/05/5608273-veja-quais-estados-ja-decretaram-lockdown-no-brasil.html>. Acesso em: 30 maio 2020.
- VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, [S.L.], p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49180/32876>. Acesso em 20 maio 2020.
- ŽIŽEK, Slavoj. *¡Pandemia! El Covid-19 sacude al mundo*. [S.l]: OR Books, 2020.

Nota de autoria

Leandro Vilar Oliveira é Doutor em Ciências das Religiões (PPGCR-UFPB), Mestre em História e Cultura Histórica (PPGH-UFPB), membro do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (NEVE). Membro do corpo editorial da revista *Scandia: Journal of Medieval Norse Studies*. Atua principalmente nas áreas de história das religiões, simbologia, mitologia nórdica, história medieval, moderna, Brasil holandês e história militar. É autor do blog *Seguindo os Passos da História* e escritor. E-mail: vilarleandro@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

OLIVEIRA, Leandro Vilar. Biopolítica na epidemia de Covid-19 no Brasil (2020): uma análise das ações de combate à doença e a oposição anti-quarentena. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 21-42, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 13/08/2020.

Modificações solicitadas em 06/10/2020.

Aprovado em 18/10/2020.

O corpo da criança nas tramas da biopolítica: quando a filantropia se fez máquina de captura (Brasil 1940-1950)

The child's body in the frames of biopolitics: when philanthropy made a capture machine (Brazil 1940-1950)

José dos Santos Costa Júnior

 <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O texto problematiza a emergência histórica do corpo infantil na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 como o efeito de um dispositivo médico-pedagógico-assistencial, partindo da descrição e análise enunciativa do boletim da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Para isto, articula tal periódico com outras narrativas e saberes da época para inquirir as suas condições de possibilidade. Mobiliza-se um conjunto de fotografias, dados demográficos e textos presentes no periódico a fim de desenhar os contornos de uma genealogia da criança como sujeito de certos cuidados e investimentos socioeconômicos. A entrada do país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) gerou o cenário para redesenhar as políticas sociais com foco na infância e maternidade. Localmente, a Paraíba passava por transformações na gestão pública com o interventor Ruy Carneiro e a racionalização da administração. Tal projeto gerou conflitos com a Igreja católica no que dizia respeito ao tratamento de questões sociais como maternidade e infância, tratadas a partir de então pela primeira-dama Alice Carneiro na ótica da filantropia e não mais da caridade. Para pensar os conflitos e tensões que marcaram o processo em que a infância e o corpo da criança foram tomados como objetos de políticas específicas, mobiliza-se, metodologicamente, as ferramentas de Michel Foucault sobre a analítica do poder em interface com as formulações conceituais de Thomas Lemke e Laura Bazzicalupo sobre biopolítica, bem como as reflexões de Jacques Rancière e Georges Didi-Huberman sobre a historicidade das imagens. Analisa-se, portanto, as estratégias de captura e produção do corpo infantil na esfera pública, articulando-se a “disciplina” (anatomopolítica do corpo humano) e a regulação (biopolítica da população) para construir um projeto nacional.

Palavras-chave: História do Brasil. História da Infância. Estudos da Governamentalidade. História da Paraíba. Pós-estruturalismo.

Abstract: The text problematizes the historical emergence of the infantile body in Paraíba between the 1940s and 1950s as the effect of a medical-pedagogical-assistance device, based on the enunciative description and analysis of the bulletin of the state commission of the Brazilian Legion of Assistance (LBA). To this end, it articulates this journal with other narratives and knowledge of the time to inquire about its conditions of possibility. A set of photographs, demographic data and texts present in the journal are mobilized in order to draw the outlines of a child's genealogy as the subject of certain socioeconomic care and investments. The country's entry into the Second World War (1939-1945) created the scenario for redesigning social policies focusing on childhood and motherhood. Locally, Paraíba was undergoing transformations in public management with the interventionist Ruy Carneiro and the rationalization of administration. Such a project generated conflicts with the Catholic Church regarding the treatment of social issues such as motherhood and childhood, since then treated by First Lady Alice Carneiro from the perspective of philanthropy and no longer charity. In order to think about the conflicts and tensions that marked the process in which childhood and the child's body were taken as objects of specific policies, Michel Foucault's tools on power analytics in interface with Thomas Lemke's conceptual formulations are mobilized methodologically and Laura Bazzicalupo on biopolitics, as well as the reflections of Jacques Rancière and Georges Didi-Huberman on the historicity of images. Therefore, the strategies for



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

capturing and producing children's bodies in the public sphere are analyzed, articulating "discipline" (anatomy of the human body) and regulation (biopolitics of the population) to build a national project. **Keywords:** History of Brazil. Childhood History. Governmentality Studies. History of Paraíba. Post-structuralism.

Introdução

Quando o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial, em 1942, junto aos Aliados, enviando "os pracinhas" da Força Expedicionária Brasileira (FEB), estava em construção uma das primeiras políticas de Estado voltadas para a infância e maternidade no Brasil. Criada em 1942 por Darcy e Getúlio Vargas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) fez história no país até os anos 1990, quando foi extinta pelo governo de Fernando Collor de Mello. Foram criadas as comissões estaduais e municipais da LBA, seguindo uma lógica de descentralização da política que ao mesmo tempo a centralizava de outro modo, na medida em que os governos àquela época eram exercidos por interventores nomeados pelo presidente da república. No caso da Paraíba, a Comissão Estadual (CE) da LBA foi criada por Alice Carneiro e seu esposo, o interventor Ruy Carneiro, no mesmo ano em que foi criada a Comissão Nacional (CN). Ao longo dos anos, a CE realizou ações de profilaxia e cuidados com mães e crianças que estavam na fase de 0 a 6 anos de idade, aproximadamente.

Se a proposta inicial havia sido a de que o Estado assumisse o papel dos pais que haviam se dirigido aos campos de batalha, efetivamente as carências de saúde, educação e assistência às famílias pobres – historicamente marcadas por desigualdades estruturais de caráter socioeconômico – deram o tom para o funcionamento das comissões. Isto ocorreu a partir de uma racionalização das práticas médicas e educativas, visando a formação do "homem novo". Nos limites do que este texto pretende abordar, focalizarei na reflexão sobre as condições de emergência do corpo infantil como objeto de governo na Paraíba entre os anos 1940 e 1950. Para tanto, mobilizarei algumas fontes documentais, principalmente o Boletim da LBA que passou a circular em 1947 na Paraíba. Por meio desta revista publicou-se informações sobre o funcionamento e o alcance dos trabalhos da comissão, desde o litoral ao alto sertão. O conjunto das edições deste periódico da LBA foi acessado no arquivo da Fundação Casa de José Américo de Almeida, em João Pessoa, o que se explica pelo fato de a esposa deste ex-governador, Alice de Almeida, também ter sido presidenta da comissão estadual nos anos 1950. Os boletins consultados perfazem um recorte temporal de 1947 a 1955.

As múltiplas edições do boletim foram produzidas de acordo com uma estética e uma política da palavra que se empenhou em não somente "representar" o objeto "criança", mas constituiu-a imagética e cientificamente. Ana Luiza Martins (2001) faz algumas reflexões em torno dos estudos que tomam a revista como fonte ou objeto de pesquisa e destaca que a própria expressão "revista", derivada do inglês *review*, foi sendo construída ao longo do tempo e passou a ser lida como sinônimo de boletim, que, no caso aqui em estudo, é o nome dado para a publicação mensal. No que se refere à especificidade da revista como fonte de pesquisa, vale destacar que o próprio nome é sintomático daquilo que a publicação propõe fazer ver: "nos dicionários de língua portuguesa, a gênese da palavra *revista* é situada no final do século XIX, quando, desgarrada do significado usual de 'passar a tropa em revista', assume o status de publicação [...]" e assim passou a ser compreendida como um "título de certas publicações periódicas em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos" (MARTINS, 2001, p. 45). Considerar os formatos por meio dos quais esse periódico construiu suas leituras sobre a infância consiste em uma condição imprescindível para a análise das suas enunciações. Se uma revista, como o nome sugere, "passa em revista" uma série de assuntos, permitindo com isso uma leitura "fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva" (MARTINS, 2001, p. 45), tal modo de construir sentidos deve fazer parte das descrições e análises, compreendendo que a relação entre forma e conteúdo

sempre se dá de maneira problemática e densa.

A arquitetura do boletim pode ser lida como uma construção discursiva na qual a imagem assumiu uma função enunciativa fundamental pois, como nos sugere Jacques Rancière (2012), a relação entre as palavras e as imagens não se dá apenas no que se refere a uma prescrição ou doutrinação do signo verbal sob o imagético e sim em uma profícua e complexa relação. As formas por meio das quais algumas enunciações do boletim remeteram a discursos médicos e pedagógicos permite pensar como saberes dispersos foram articulados para construir uma visibilidade em que os termos “infância” e “criança” foram articulados para gerenciar diagnósticos e expectativas. Tais discursos obedeceram “a padrões epistemológicos, a públicos e a circunstâncias diversificadas”, emergindo em “pressões históricas e sociais, com estatutos, recepções e graus de importância também diversificados” (CASTELO BRANCO, 2019, p. 29).

Este texto se insere no campo de Estudos da Governamentalidade, que reelabora ou desdobra o conjunto de formulações do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) sobre a governamentalidade. Este neologismo francês, que deriva da palavra *gouvernemental*, significa “aquilo que é relativo ao governo” e já era conhecido bem antes de sua aceção na obra foucaultiana. O semiólogo Roland Barthes havia utilizado este termo nos anos 1950 para designar o “governo considerado como essência da eficácia” (LEMKE, 2017, p. 04). Foucault retoma esse termo para referir-se à “racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (FOUCAULT, 2008a, p. 04). Tal estudo debruçou-se sobre as “artes de governar” que emergiram a partir do século XVII por meio das disciplinas como forma de constituir uma anatomia política do corpo humano (na lógica de um “corpo-máquina”) e às estratégias de regulação da população em seu conjunto (operando na lógica complementar à primeira e que tomava o “corpo-espécie”).

De um lado a disciplina do corpo humano, do outro a regulação biopolítica da população ocorreram como processos complementares e dinâmicos, eivados de tensões na elaboração de formas capilarmente dispersas no tecido social para melhor exercer domínio sobre as condutas. Se uma nova economia política do corpo se caracterizou pela disciplina como um modo de torná-lo economicamente mais produtivo e politicamente controlável, por outro lado impunha-se a questão do corpo-espécie como objeto de cálculos do governo, daí a importância do dispositivo da sexualidade, como Foucault o analisa em *A vontade de saber* (1976). Trata-se de “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Compreendo com Foucault que a biopolítica “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 206) que surgiu no século XVIII, produzindo uma série de efeitos no modo como os Estados nacionais iriam lidar com a população, não vista de forma homogênea, pois por meio de recursos como a estatística – e as primeiras formas de demografia – pôde-se recortar a população em grupos sem perder de vista a noção de conjunto, permitindo pensar o tema da natalidade e do governo da infância. Construiu-se historicamente a biopolítica como forma de “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”, tratando-se de uma tecnologia que articula saber e poder para o governo da população, ou seja, “um poder contínuo, científico, o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Mobilizo neste texto a noção de dispositivo elaborada inicialmente por Foucault e comentada por Giorgio Agamben do seguinte modo: “dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos” tendo sempre uma função estratégica concreta se inscrevendo em relações de poder-saber, tendo como objetivo também a produção de subjetividades (AGAMBEN, 2009, p. 29). Este termo técnico, criado por Foucault em seus estudos genealógicos, refere-se: “a) é um conjunto

heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; b) o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder; c) como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber” (AGAMBEN, 2009, p. 29). Por sua vez, Gilles Deleuze (2016, p. 363-364) enfatiza que “os dispositivos [...] têm por componentes linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de forças, linhas de subjetivação, linhas de rachadura, de fissura, de fratura, todas as quais se cruzam e se emaranham, umas que dão mais uma vez noutras, o que suscitam outras, através das variações ou mesmo das mutações de agenciamento”. Portanto, disso

[...] decorrem duas consequências importantes para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. O universal, com efeito, nada explica, é ele que deve ser explicado. [...] A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é uma mudança de orientação, que se desvia do Eterno para apreender o novo. O novo não deve designar a moda, mas, ao contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos, em conformidade com a questão que começara a nascer no século XIX: como é possível a produção de algo novo no mundo? (DELEUZE, 2016, p. 363-364).

O dispositivo refere-se a uma rede que articula elementos diversos e dispersos para construir certos objetos de saber na ordem do visível. No caso em análise, se trata do corpo infantil como objeto de definição médica, biológica e política. Assim, uma categoria central nesses estudos foucaultianos refere-se ao conceito de biopolítica, mobilizada pela primeira vez em 1973 durante uma fala proferida em uma de suas conferências no Brasil. Este conceito não foi criado originalmente por este pensador, uma vez que tal noção tem um lastro histórico consideravelmente amplo e variado (LEMKE, 2018). Contudo, Foucault o colocou em um campo de problematizações distinto no qual o seu interesse maior é fazer a genealogia do Estado moderno não como ente unificado, organizado, concentrador de poder e causa de todas as mudanças sociais. Mas, ao contrário, seguindo os procedimentos da genealogia de Nietzsche, se tratava de fazer a história da governamentalização do Estado, isto é, uma história das diferentes racionalidades práticas que haviam constituído o Estado moderno. Nisto, a biopolítica como perspectiva de análise dirige-se ao conjunto de estratégias e táticas que fizeram com que o Estado tomasse a vida biológica como objeto de definição, circunscrição, medição e potencialização nos cálculos que visavam a melhor produção e reprodução das forças vitais e do governo dos viventes, pois “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 1988, p. 138). Sobre o processo de formação do Estado e sua efetuação política, Foucault afirma que

[...] o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” e assim torna-se um desafio estudar não o Estado em sua “essência”, interrogando o seu “segredo”, que são simplesmente inexistentes, mas tocar no problema do Estado pela sua exterioridade e assim pôr em questão as práticas de governamentalidade que o produzem de determinada maneira no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008a, p. 106).

Este aspecto é muito importante no que diz respeito ao funcionamento do Estado no Brasil e na Paraíba, em particular, na medida em que a pesquisa documental permitiu perceber como empresas e setores da sociedade civil interferiram na construção das políticas para o corpo infantil. O Serviço de Bioestatística do Departamento de Saúde da Paraíba, por exemplo, foi órgão estratégico na década de 1940 para quantificar e tornar numericamente visível a população acometida por doenças como tuberculose e paludismo (malária). Na medida em que um conjunto de ações foi desenhado para lidar com a saúde e educação da infância e da maternidade, o corpo também ganhou novos contornos (bio)políticos.

A filósofa italiana Laura Bazzicalupo (2017, p. 18) afirma que “a análise biopolítica ilumina criticamente o exercício de poder presente naqueles dispositivos morais e jurídicos que legitimam e organizam a ação normativa sobre a vida, discursos biojurídicos e bioéticos que se alicerçam na natureza do ser vivo para estruturar a intervenção política sobre o mesmo”. Um dos efeitos desses dispositivos ao longo do século XX foi justamente a atenção à saúde das populações, como bem demonstra a historiadora da medicina, Anne Marie Moulin (2011), da seguinte forma:

[...] a preocupação com a saúde é superior taticamente à preocupação com a doença. Se a palavra-chave do século XVIII era felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde. Afirmando em 1949 o direito à saúde reconhecida como preocupação universal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dotou o século XX de um novo direito ao homem [...]. A saúde passou a ser a verdade e também a utopia do corpo, aposta da ordem social de uma ordem internacional futura, mais equitativa e mais justa (MOULIN, 2011, p. 18).

Portanto, o que pode a política quando se defronta ou se estabelece com o problema da vida humana materialmente apreensível a partir da fisicalidade dos corpos e da matéria sanguínea, óssea e epitelial? As imagens a seguir e os discursos que as tornaram possíveis a partir de materialidades diversas como textos, fotografias e estatísticas médicas e sanitárias permitem demonstrar como uma instituição pública construiu formas de lidar com o corpo infantil em um campo de tensões e conflitos com Estado, religião e sociedade civil. A analítica do poder e a genealogia do Estado moderno se constituíram ao articular a dinâmica poder-saber, não em sua efetuação dialética, mas situando tal produção em um campo de forças mais amplo, (i) negociável.

Sendo assim, biopolítica torna-se uma categoria de análise dos procedimentos e tecnologias por meio dos quais o Estado e a sociedade civil em seu conjunto mediarão, elaboraram, divulgaram e reforçaram meios para gerir a vida da população. No âmbito da análise biopolítica, trata-se de atentar conceitualmente para o fato de que “diferente do assumido por uma posição naturalizante, a vida não representa nenhuma referência normativa e ontológica estável” (LEMKE, 2018, p. 15), o que significa dizer que o modo como se concebe, conceitua e gere a vida tem sua própria historicidade. Já nos anos 1960, Foucault havia demonstrado em *As palavras e as coisas* (2007) como a emergência de saberes como a biologia, a economia política e a filologia foram importantes para pensar o homem como “ser que vive”, “ser que trabalha”, “ser que fala”.

Um corpo encenado e a infância como objeto da política

Figura 01: Enfermeiras cuidam de criança em hospital assistido pela LBA.



Fonte: Boletim da LBA, Comissão Estadual, Ano VI, n. 36, Jul/Ago/Set., 1952.

A janela aberta no fim do quarto permitia ver um novo amanhecer. Além dela uma paisagem

marcada pela divisão entre o azul do céu e o verde de árvores longínquas, em montanhas também distantes, pusera à vista o entrelaçamento da natureza um tanto próxima com um ambiente planejado, montado, organizado e pensado para cuidar de um corpo doente. Este corpo aparece deitado em primeiro plano, coberto por um lençol branco em uma cama de ferro. Mais adiante a fotografia permite imaginar a presença de outro leito. Tratava-se de um quarto de hospital. O corpo que estava coberto pelo lençol branco como signo de higiene, era o de uma criança. Próximo à cama há um pequeno armário de madeira sobre o qual estão dispostos, na parte superior, recipientes com álcool, algodão e medicamentos. Esse armário estava junto a uma parede branca, próxima à janela, que delimitava o espaço de outro leito que a fotografia não permite ver. Uma janela aparece no canto da imagem, permitindo que raios solares adentrassem pela enfermaria.

Na parte inferior desse pequeno armário havia um espaço livre, apoiando as cadernetas e receituários médicos em cujas páginas poderiam ser anotadas informações sobre as enfermidades do corpo e o tratamento. Havia, então, corpos no quarto. Não somente doentes, mas também dispostos e treinados para operar na cura do outro. Duas enfermeiras observavam o corpo infantil. A mais próxima ao rosto da criança oferece cuidados, parece sentir sua temperatura, reconhecer o vigor de uma vida infantil pulsante. A outra, cujo rosto é mais difícil de ver, estava inteiramente vestida da cabeça aos pés, o que faz pensar que seria uma das religiosas da Casa de Caridade, instituição que atuou em parceria com a LBA em espaços como o Hospital Infantil Arlinda Marques.

As mãos estavam entrecruzadas e os olhos miravam o corpo diante dela. É fato que o ritual diário de se aproximar do leito, perceber os comportamentos matinais da criança, indagar-lhe sobre a noite passada, as permanências ou não de sintomas do dia anterior e o modo como a criança se sentia no momento em que dela se aproximavam, constituíam alguns aspectos da prática médica, hospitalar e assistencial. Os olhos das enfermeiras que fitavam o corpo infantil doente podem ser entendidos como a extensão e complemento do olho do Estado. Esse olhar parece sintomático de uma relação de poder que não se dava apenas no sentido da subjugação e do controle coercitivo. Mas uma relação produtiva. Uma relação em que o saber médico era considerado o autorizado a descrever as condições de vida em que aquele corpo deveria viver. Tal movimento foi seguido de outro que se refere à prescrição e diagnóstico do que podia e deveria ser feito pelo médico.

Ao mesmo tempo em que a imagem situa corpos nesse cenário também sugere ausências. As páginas do boletim eram repletas de textos escritos por diferentes médicos como Giuseppe Orlando de Paula Marques, diretor do Hospital Arlinda Marques em João Pessoa, que assumiu o lugar de fala autorizado a lidar com o corpo infantil. Todavia, o corpo adulto masculino esteve ausente nessa imagem. Esta ausência abre a possibilidade de pensar sobre a política de formação de profissionais da LBA e na qual as mulheres assumiram o lugar de cuidadoras.

Esta política da vida infantil emergiu em um campo de forças que, na Paraíba, estava entrelaçado por tensões diversas e no panorama nacional e internacional não era diferente. Após a queda da primeira república, o pacto político entre as famílias que historicamente lidaram com o poder político local estava sendo renegociado. A “revolução de 1930” e, anos depois, a instauração de uma ditadura no país por meio do Estado Novo (1937-1945), rearticulou consideravelmente o jogo político e a interferência do Estado na sociedade. O coronelismo havia se tornado prática do passado, pelo menos em tese, e figuras como Zé Pereira que havia protagonizado a “Revolta de Princesa” como resposta às mudanças que João Pessoa quisera implementar na racionalização da administração do Estado a partir de 1928, pareciam figurar no passado. Contudo, mesmo se a partir de fins dos anos 1930 e início dos anos 1940 a indicação de interventores passou a ser essencial para a construção da política varguista, também pode-se ver como a “família” continuou sendo um elemento de estruturação na política partidária e na gestão do Estado. As famílias continuaram tendo presença no imaginário político. As páginas do jornal *A União* e do Boletim da LBA empenharam-se na ideia de que Ruy Carneiro e sua esposa Alice constituíam um modelo de família exemplar. Isto constituiria a legitimidade para gerir e governar as vidas das crianças.

As políticas públicas desenhadas para a criança durante o Estado Novo já foram objeto de estudo na História, Sociologia e Serviço Social, entre outras áreas. Cristina Fonseca (1993) situa que não foi a Revolução de 1930 o ponto de surgimento de uma política social no país, pois no período da Primeira República já haviam sido construídos marcos jurídicos e políticos sobre a proteção ao trabalho, assim como sobre a presença do Estado na gestão da “questão social”. Desse modo, “o que ocorre a partir de 1930 é uma mudança no caráter dado à política social, que vai sendo incorporada enquanto uma função do Estado, fortalecendo-se a ideia do Estado como principal agente implementador de políticas sociais” (FONSECA, 1993, p. 98). A preocupação com a criança e, mais especialmente, com as temáticas da mortalidade infantil, o menor abandonado e a delinquência infantil apareceu logo nos primeiros anos do Governo Vargas, figurando na mensagem de Natal aos interventores em 1932 e gerando as condições para a convocação da Conferência Nacional de Proteção à Infância no ano seguinte, contando com a presença de delegados de todos os estados e representantes de instituições privadas. Por sua vez, André Pereira (1999) analisou a implementação do programa de proteção materno-infantil no âmbito do Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, como resultado de uma interpretação dualista sobre a criança (endeusada e angelical) face ao adulto (demonizado), algo que ele caracteriza na “longa duração”, dada sua formulação por Jean-Jacques Rousseau no século XVIII. Na engrenagem montada pelo DNCr surgiram equipamentos públicos como os Postos de Puericultura (destinados não somente para pobres) e a Casa da Criança (um tipo de escola com orientação médica). O autor situa as ações na rede em que outras iniciativas surgiram, como o Serviço de Assistência aos Menores em 1941 e a LBA em 1942, disputando a cena pública com investimentos e focos variados na questão da criança.

Tais políticas mobilizaram conteúdos racistas do discurso eugênico e articularam –se a partir de cisões e estereótipos sobre a criança pobre, logo, minorizada, e institucionalizada por diferentes maquinarias de governo e tutela (RIZZINI, 2011; RIZZINI; PILOTTI, 2011). Maurício Parada (2011), estudando a relação entre o corpo infantil e o corpo nacional nesse período, enfatiza que essa transformação ocorrida na década de 1930 ocorreu porque “até aquele momento, apesar de algumas iniciativas governamentais e parlamentares, esse tema estava predominantemente associado a eventos patrocinados e desenvolvidos por clubes e organizações privadas” e a transformação ocorreu quando Vargas “consolidou uma prática intervencionista a esse respeito e, nesse processo, duas ideias conduziram a uma nova relação entre política e corpo: a preocupação com a educação e com o civismo” (PARADA, 2011, p. 351). Tais investimentos em termos de políticas públicas estiveram intimamente vinculados às políticas da imagem que tornaram visível o corpo da criança em fotografias diversas.

Ao localizar a fotografia acima como parte de uma maquinaria discursiva mais ampla que criava dizibilidades e visibilidades para “o problema da infância”, se vê a sua dimensão política. Trata-se de um registro institucional, pois a LBA fez do Boletim um meio para não somente informar ou prestar contas financeiramente à sociedade sobre o que estava sendo feito. Buscou-se criar uma memória discursiva com as personagens, cenários, fazeres e dizeres. O boletim destinava-se a outros órgãos, o que deixa claro que era preciso gerar convencimento e interesse público.

Penso com Georges Didi-Huberman (2012) na relação entre a imagem e o real como sendo marcada por um certo “incêndio” e, nesse sentido, tomar a imagem como ponto de partida para uma leitura histórica e uma escrita historiográfica será sempre, indubitavelmente, lidar com “cinzas”. E, na medida em que coloco em questão as condições que tornaram possível tal imagem chegar até o presente, de onde a inquirio, será também um desafio perceber que ela é, metaforicamente, um “braseiro” que não esfriou e cujo potencial de fazer arder no presente mantém-na também viva. O desafio de tomar uma imagem como monumento do passado consiste em saber olhá-la. “Uma imagem bem olhada seria, portanto, uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem e, portanto, nosso pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 215). Essa imagem nos

permite pensar sobre como o Estado atuou sobre o corpo, tendo a saúde não somente como motivo ou fundamento de sua ação, mas como escolha estrategicamente feita. Assim, operar com essas cinzas, esses restos do passado que venceram as defasagens e as imposições do tempo será, do ponto de vista da escrita historiográfica, agir sobre um “morto”, como já dizia Michel de Certeau (2012). Estes vestígios nos tocam, nos incitam a pensar, nos estimulam a identificar recorrências, inquirir sobre as transformações e ponderar sobre os discursos – como práticas que constituem os objetos de que falam, não meramente os representando (FOUCAULT, 2008b) – que os tornaram “sobreviventes” no tempo.

A fotografia de capa figurava em uma edição composta por dezoito páginas com conteúdo variado: iniciava-se com a coluna “Nossos municípios” com texto informativo sobre a cidade de Teixeira; apresentava um texto sobre avanços na medicina com as contribuições de Ambroise Paré (1510-1590); dados sobre assistência jurídica à população; efeitos do sol no corpo humano como remédio gratuito; a tuberculose; o câncer como um desafio para a ciência; orientações sobre o tempo para dormir e os efeitos do sono na saúde; informações sobre o hospital Arlinda Marques e seus atendimentos; e três balancetes com prestação de contas dos recursos financeiros referentes aos meses de julho, agosto e setembro. Era uma edição variada e composta por elementos diversos que permitem uma visão geral das ações em curso. A LBA tinha autonomia administrativa e técnica. Suas ações se articulavam com departamentos de saúde, educação, estatística e, especialmente, com o Departamento de Maternidade e Infância (DMI).

A presença de fotografias com autoridades, eventos oficiais ou mesmo narrando visualmente ações desenvolvidas na Paraíba ou no país como um todo, eram cruciais para gerar o *efeito de real* desejado. Com Roland Barthes (2004), compreendo o efeito de real gerado por um monumento como a fotografia, na medida em que, ao pretender “atestar” ou “testemunhar” que o fato aconteceu efetivamente e que pode ser percebido quase que de forma transparente por meio do registro visual, se oculta que a fotografia é em si um recorte daquilo que lhe é externo e que é apresentado como seu referente natural. Barthes afirma que, na história que se pretende “objetiva”, o “real nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito de real*” (BARTHES, 2004, p. 178).

Como essa ação foi efetuada nacionalmente, algumas recorrências e diferenças têm sido mapeadas pela historiografia da infância. No contexto de Santa Catarina, por exemplo, Michele Tumelero (2010) estudou a ação da LBA no município de Chapecó, apontando a centralidade da família como foco de transformação das relações com a criança. Ali, tais cuidados estavam articulados com o sentido de uma norma familiar burguesa.

Ação local, projeto nacional

“Ninguém mais do que eu pode atestar os bons serviços que a Legião Brasileira de Assistência tem prestado em todo o Brasil” – disse o presidente Eurico Gaspar Dutra na primeira Convenção Nacional da LBA, no Rio de Janeiro, em junho de 1947.¹

Otávio da Rocha Miranda era o presidente da CN-RJ àquele momento e organizou a convenção que contou com as presenças dos ministros de Estado do Trabalho, Educação e Justiça, respectivamente os Doutores Morvan Dias de Figueiredo, Clemente Mariani e Benedito da Costa Neto. Em todos os encontros a pauta era uma só: divulgar os projetos da LBA e buscar parcerias. “Em uma rápida explanação o dr. Otávio da Rocha Miranda declarou que já estavam traçados planos concernentes à prevenção à tuberculose, este terrível mal que todos os dias extermina tantas vidas”. Ao concluir sua fala, “o orador fez um esboço da repercussão que os serviços [...] têm tido em todos os recantos do Brasil”.² De fato, as ações se multiplicaram rapidamente pelo país, pois,

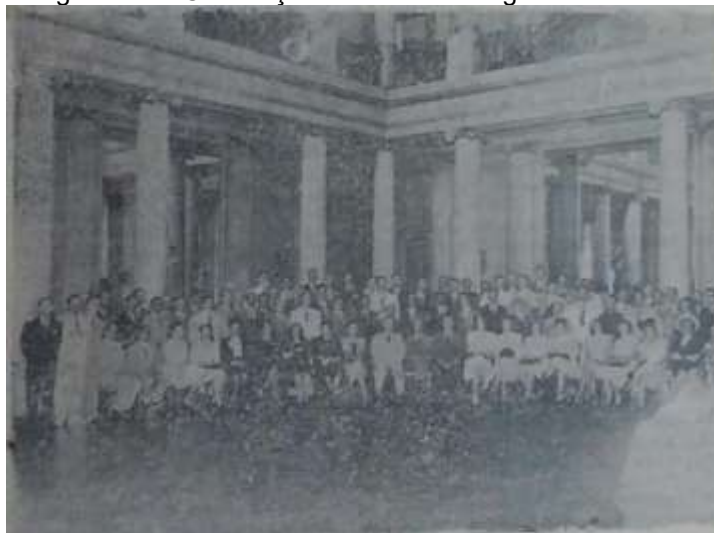
¹ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2.

² Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

com “apenas 3 anos de existência, em 1945 a Legião Brasileira de Assistência já existia em 90% dos municípios brasileiros” (SPOSATI, 1989, *apud* TUMELERO, 2010, p. 57).

O contato com os diferentes ministros teve como um dos efeitos discursivos a produção de uma lembrança em torno das condições em que a instituição surgiu no país, como aparece na fala do ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto: “[...] o Brasil jamais poderia esquecer os nobilitantes serviços que a LBA prestou aos brasileiros justamente, numa das horas mais graves da nossa história, quando os nossos ‘pracinhas’ se encontravam na luta, nos campos da Europa”.³ A proposta de uma política em torno da maternidade e da infância, tomando o corpo como objeto a ser educado, disciplinado e civilizado a partir do projeto de nação e de brasilidade, teve continuidade e atravessou décadas do século XX, sendo um capítulo importante na história das políticas para a infância no Brasil. Ademais, no caso da Paraíba, uma demanda específica havia particularizado as ações da Legião: a seca de 1942. Apesar de ter surgido inicialmente com o objetivo de assistir as famílias dos pracinhas, as ações atenderam a demandas locais de assistência.

Figura 02: Fotografia da I Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência.



Fonte: Boletim da LBA, Ano I, junho de 1947, n. 2, p. 1.

A historicidade de tal intervenção na Paraíba permite particularizar o que ocorreu localmente. Essa política de assistência se estruturou a partir da fabricação de múltiplas imagens, fossem elas de autoridades, paisagens ou atividades com seu público. Nesse último caso, visava-se dar visibilidade para aqueles e aquelas que foram atendidos em suas necessidades mais básicas de alimentação. Instituir uma política em torno daquilo que era visto, daquilo que deveria ser visualizado e memorizado pela população e pelos próprios agentes públicos foi um fator condicionante no modo como essas ideias circularam e foram incorporadas em ações de Estado.

A captura do conjunto das pessoas que participaram da convenção enfatizava o espaço em que aconteceu, reafirmando a retórica da coletividade em prol da infância pobre. O plano geral da fotografia privilegiou o grupo, a quantidade de pessoas envolvidas no evento e isso tem o efeito de atualizar a própria ideia de uma “legião”⁴ como corpo coletivo em prol de uma causa. Articulada ao enunciado da proteção social, tal fotografia materializava a retórica do “sentimento nacional”. Por sua vez, a LBA emergiu em um momento em que novas escolhas e referências estavam em jogo

³ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

⁴ “sf (lat legione) 1 Divisão principal do exército romano composta de 10 coortes e compreendendo cerca de 4 a 6 mil soldados de infantaria e 300 cavaleiros. Era comandada por um legado. 2 Grande número, grande quantidade. 3 Grande porção de demônios. 4 Grande quantidade de gente. 5 Grande quantidade de anos. 6 Folc Cada uma das sete divisões de uma linha, na feitiçaria. L. de honra: ordem militar e civil instituída na França por Napoleão I. L. estrangeira, Mil: corpo de voluntários de súditos estrangeiros a serviço de um Estado, especialmente da França”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=legi%E3o>. Acesso em: 24 abr. 2016.

quando se tratava de “tratar do social”, o que remete a uma compreensão eminentemente funcionalista da sociedade. Irene Rizzini (2011) historiciza a transformação entre uma ação caritativa – marcada pela ação da igreja católica e que tinha suas bases desde o período colonial na América Portuguesa – e a promoção de uma filantropia como ação humanitária e socialmente engajada, mas com repertório técnico e científico. “A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem, mercado livre e trabalho (RIZZINI, 2011, p. 94).

Mas, por que governar fazendo tantas alusões à infância visando exercer um governo sobre ela? Essa genealogia do corpo infantil desenha-se na esteira de uma análise biopolítica, compreendendo assim “o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Daí o reconhecimento do potencial biológico da população e suas capacidades não somente laborais, mas raciais. O discurso do embranquecimento da população estava em voga (DÁVILA, 2006). Ao se constituir como uma política social, a LBA se articulou com a sociedade civil, como nota-se quando o boletim informou que o cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, estivera presente na convenção. O nome da “sua eminência” D. Jaime figura ao lado de líderes do setor industrial e comercial como Euvaldo Lodi, que naquele ano se elegera como deputado federal por Minas Gerais e já tinha uma história ligada à política, tendo participado da Constituinte de 1934 e tendo sido um dos fundadores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e do Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946.

Se as páginas do boletim teceram elogios e falaram da importância da articulação com a Igreja, por outro lado, quando houve a implementação da LBA na Paraíba, a postura do Estado em relação à Igreja Católica resultou em conflitos. Ao analisar a história política paraibana no período, Jean Patrício da Silva (2013) destaca transformações na política do Estado. Dentre as mudanças operadas, ele destaca que se até então a relação entre Estado e Igreja tinha sido construída de forma amistosa, tendo em vista que Argemiro de Figueiredo, na posição de interventor, fortaleceu a aliança eclesial, por outro lado, com Ruy Carneiro, essa passou a operar noutro sentido. O discurso científico suplantaria a hegemonia do discurso religioso sobre pobreza e carência social. Silva (2013) destaca ainda que poucos fatos políticos tiveram tanta repercussão no governo de Ruy Carneiro como o primeiro ato feito por ele com base no decreto nº 50 que foi publicado no Diário Oficial no dia 17 de agosto de 1940. Esse ato extinguiu o Serviço de Assistência Social (SAS) que era presidido pelo cônego José Coutinho, mais conhecido como Padre Zé. “A explicação para a extinção foi a crise financeira, que não permitia o funcionamento da requerida repartição, e a falta de organização administrativa e financeira do órgão” (SILVA, 2013, p. 84). O governo foi reforçando ações de assistência laica e pautadas em critérios técnicos.

Tais transformações históricas, no entendimento sobre as articulações políticas e os significados atribuídos ao termo “parceria”, são relevantes para se compreender o modo como foram desenhadas e planejadas as políticas públicas. As diferentes percepções e compreensões sobre o “social” e as políticas a serem destinadas para a população mais pobre articularam-se com modos específicos de operar a máquina pública. Ao assumir o governo, Ruy Carneiro “herdou” de Argemiro de Figueiredo uma estrutura administrativa e financeira endividada e em crise. Tal situação foi uma das condições de possibilidade para que a gestão de Ruy fosse historicamente caracterizada como centralizadora e com forte ímpeto de racionalização da gestão das políticas sociais. Uma certa “contenção de gastos fica bastante clara nos primeiros meses da administração [...], em virtude não só da propaganda governista, mas também pela desaceleração do ritmo de obras efetuadas” (SILVA, 2013, p. 112).

Política da vida, emblemas da morte

Apesar de partir da infância e do corpo infantil, tal política do cuidado tinha como foco uma

vida inteira, pois planejava e atribuía à infância todo um horizonte de expectativas composto pelo projeto de uma cidadania marcada pela condição de trabalhador/a para os futuros homens e mulheres. Por isso mesmo a comparação da infância com outras faixas etárias foi algo recorrente no boletim, bem como as reflexões em torno da infância como fase preparatória para o adulto que seria formado. Embora o foco da LBA fosse a maternidade e a infância, a preocupação com a vida adulta era algo extensivo às suas políticas, visto que a infância era considerada “etapa preparatória” e formadora do caráter e do corpo do cidadão que teria na vida adulta o ponto de maturação. O pensador indiano Ashis Nandy analisa como a infância foi construída na modernidade, ao dizer que:

Na medida em que o próprio estado adulto é valorizado como um símbolo de completude e como um produto final de crescimento ou desenvolvimento, a infância é vista como um estágio imperfeito e transitório a caminho da condição adulta, normalidade, socialização completa e condição humana. Isso é a teoria do progresso aplicada ao ciclo de vida do indivíduo (NANDY, 2015, p. 228).

Assim, vamos percebendo como historicamente o corpo infantil foi significado e articulado em uma rede de saberes e poderes, onde a própria definição etária do desenvolvimento corporal e cognitivo atualizou maneiras desiguais de partilhar o saber e a vida. A infância seria uma etapa “menor” na hierarquia da vida humana, figurando a vida adulta como ponto de chegada. Este tipo de compreensão sobre o ciclo de desenvolvimento humano foi bastante divulgado no boletim da LBA. Se a infância era vista como um tipo de promessa do que viria a ser, a velhice aparecia como o ponto em que o indivíduo começava a “declinar”⁵. O cuidado com a alimentação infantil aparecia como ponto de antecipação ou prevenção de problemas que ganhariam gravidade na vida adulta. Todos esses investimentos foram articulados no que tenho chamado de um dispositivo médico-pedagógico-assistencial que, ao articular discursos, instituições, saberes e outros elementos em um campo de forças, tornou possível a emergência do corpo infantil como objeto problematizável e governável. De toda forma, repetia-se de diferentes maneiras uma expressão que dava título a um dos textos de J. Leomax Falcão nas páginas do boletim: “É preciso dar mais atenção à criança”. Ele foi um dos médicos autorizados a escrever e publicar suas ideias no periódico. Certa vez, disse:

Já temos focalizado em trabalhos anteriores, divulgados neste Boletim, aspectos diversos do importante problema da assistência à infância, em nosso País, e, paralelamente, do da proteção à maternidade, que lhe é correlato. E sempre o temos feito, à luz dos dados estatísticos oficiais, visto como são as repartições de Saúde Pública as fontes mais autorizadas, neste particular.⁶

O ato de referenciar a autoridade das instituições pode ser visto como estratégia discursiva que visava instituir um saber que possuía autoridade. Falcão era membro do Departamento de Saúde da Paraíba e sua inferência sobre a validade dos dados estatísticos dizia respeito ao próprio espaço de trabalho e a função que ele exercia no serviço de bioestatística vinculado ao Departamento. Sua preocupação central era com os números que demonstravam o alto índice de mortalidade infantil e materna. Por isso mesmo, havia a necessidade de fortalecer as ações da LBA, que vinha prestando serviços nessa direção, contando com a ajuda da “iniciativa privada” e ocorrendo junto com as ações empreendidas pelas “autoridades sanitárias da classe médica, das associações científicas e de uma parcela de nossas elites intelectuais”⁷ que agiam no sentido de minimizar essa situação. “Países há”, dizia Falcão, “como os Estados Unidos da América, onde, nestes últimos anos, o coeficiente de mortalidade infantil foi reduzido à metade, o que representa, sem dúvida, uma conquista espetacular, digna de encômios e de imitação”. Mas, os desafios eram grandes e embora ele dissesse que o problema da mortalidade infantil era “um problema econômico”, havia também referência às dificuldades e resistências culturais. Via-se isso na medida

⁵ Cf. Boletim da LBA, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952, p. 15.

⁶ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

⁷ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

em que a “deseducação de nossa gente”, somada ao “pauperismo” que se alastrava no seio das “classes menos favorecidas”, constituíram entraves consideráveis. O tom laudatório aos EUA deixava muito clara a interferência da política de boa vizinhança empreendida por Franklin Delano Roosevelt.

“Eleve-se o nível econômico das populações e dê-se-lhes uma instrução conveniente, e podemos estar certos, diminuirão os nossos altíssimos coeficientes de mortalidade infantil e materna”, dizia Falcão em tom de proposta política. “Ao lado dessas providências, desenvolvam-se as atividades de assistência médico-social, multipliquem-se as maternidades, os berçários, os postos de puericultura, os lactários e cantinas maternas” como formas de empreender transformações na vida da população. Por outro lado, suas propostas também se construíram em torno de uma instrução, afirmando que: “distribuem-se publicações de educação sanitária, conselhos de higiene, etc., e dentro, digamos de um decênio, teremos alcançado um êxito impressionante”.⁸

A gramática que conforma a linguagem do boletim foi permeada pela alusão aos números, quantidades e períodos estabelecidos como metas para alcance dos objetivos traçados. Esse tipo de preocupação e sua correlata estruturação discursiva guarda certa continuidade nos pronunciamentos que Falcão fez. Mas sua leitura da infância também aludia ao caráter moral na formação da criança pois, “cuidando do caráter da criança e da integridade de seu organismo, afim (sic) de que a mesma possa enfrentar, durante a maturidade, os árduos embates da vida”. A LBA assumira a responsabilidade de desenvolver os projetos e processos educativos e higiênicos que convergiam para a formação daquilo que ele nomeava como “brasileiros conscientes e patriotas”. Tais brasileiros eram as células para a conformação do Brasil como país que se almejava “grande e poderoso”.⁹

Em outra edição do Boletim, Falcão também tomara a palavra para fazer ver o problema da mortalidade infantil na ótica dos dados estatísticos. A mortalidade na cidade de João Pessoa era um desafio. Descreve isso a partir de critérios como idade e sexo e o recorte no ano de 1947. O material foi publicado em primeira página. Expressava os índices de mortalidade infantil na Paraíba e o próprio texto de introdução era provocativo: “Alarmante os nossos coeficientes de mortalidade infantil – Tuberculose, causa de morte relevante, entre nós – O papel da L.B.A no setor da assistência à maternidade e à infância”. O texto ocupou toda a primeira página do periódico e uma parte da segunda, com duas pequenas colunas de conclusão na parte inferior.

Tabela 1: Mortalidade infantil na Paraíba.

Anos completos	H	M	H e M
0	537	504	1041
1	94	92	186
2 a 4	54	59	113
5 a 9	28	16	44
10 a 19	48	28	76
20 a 29	87	139	226
30 a 39	95	110	205
40 a 49	88	84	172
50 a 59	80	69	149
60 e +	148	186	334
Ignorada	15	7	22

Fonte: Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

Interessante o fato de haver na Paraíba, naquele momento, um serviço de *bioestatística* junto ao Departamento de Saúde. A vida passou a ser lida por meio de números. Os números como operadores de um discurso sobre a vida e sobre as possibilidades de existência dos indivíduos.

⁸ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

⁹ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

Com sua materialidade própria, o número despersonaliza e desindividualiza o problema, apontando apenas para uma massa, um conjunto abstrato. Ao seu modo, o número gera convencimento, impactando na produção de subjetividades e comportamentos sociais. O fato de tais estatísticas figurarem na primeira página deixava claro tal apelo. O projeto racional moderno e a proposta de um saber construído a partir dos conceitos e metodologias da ciência como discurso autorizado aparecia também nesse tipo de abordagem sobre a população, uma vez que os números são também enunciados que podem ser analisados considerando-se a cadeia enunciativa da qual fazem parte. Se nenhum outro tipo de enunciado deve ser considerado isoladamente, penso ser fundamental reconhecer a natureza estratégica desse tipo de enunciação tão presente nas páginas da LBA. A preocupação com a mortalidade infantil evidenciava a preocupação com a vida, isto é, com as condições materiais de existência.

Tabela 2: Mortalidade infantil na Paraíba

Doenças	Número de pessoas doentes
Diarreia e enterite (abaixo de 2 anos)	866
Tuberculose do aparelho respiratório	274
Doenças do coração	177
Debilidade congênita, vícios de conformação congênitos, nascimento prematuro, etc.	172
Paludismo (malária)	81
Doenças do fígado e das vias biliares	75
Outras doenças	923

Fonte: Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

A forma como as doenças apareceram na revista referia-se a fatores como a vulnerabilidade do corpo infantil, daí os esforços para evitar que doenças como a tuberculose, diarreia e enterite continuassem ceifando vidas. Os dados quantitativos construíram de modo particular uma leitura sobre as condições de vida da população infantil. Ao tematizar o percurso histórico de formação da estatística como campo de estudo e seus usos sociais, identificando especialmente sua emergência enquanto uma ciência no século XIX, Olivier Martin (2001) afirma que houve uma transformação no transcurso do século XVIII para o XIX, criando as condições para que os dispositivos estatísticos não mais pertencessem exclusivamente aos reis e suas administrações, mas fossem operados como dispositivo autônomo destinado a uma análise científica do corpo social. Martin (2001) identifica as articulações entre a Estatística e a Sociologia como disciplinas que, de forma dialogada e intercambiando metodologias e critérios de pesquisa, se construíram em uma profícua interação do ponto de vista científico.

Sobre a tabela 02, apresentando a curva de mortalidade infantil, o texto afirmava: “[...] os dados acima confirmam, como se vê, a assertiva feita, linhas atrás, no tocante à forma da curva de mortalidade por grupos de idade, em talho U ou do tipo antimodal (U – shapped, dos ingleses (sic) e americanos”.¹⁰ A relação que se estabeleceu entre o texto e o número foi com o objetivo de confirmação das hipóteses e especulações apresentadas. Fez-se uma referência aos ingleses e americanos, o que indica a cultura do quantitativismo que foi incorporada pela gestão pública brasileira, a partir da década de 1920, com os intercâmbios dos intelectuais brasileiros que foram para escolas dos Estados Unidos, trazendo de lá um arcabouço teórico e metodológico montado a partir de critérios desse tipo (DÁVILA, 2006).

Do número de mortes apresentado no conjunto da população, 1041 delas correspondiam às crianças que haviam falecido antes de completar um ano de idade. Neste sentido, o boletim aponta que em um número relativo tinha-se um coeficiente de mortalidade infantil em 259 mortes por mil nascidos. Entre os três elementos que o texto visa dar conta também se pode observar a causa da

¹⁰ Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, Número 10, p. 1.

mortalidade infantil. Outra tabela foi construída com o objetivo de descrever a presença das doenças causadoras de morte na infância, no ano anterior. Desse modo, o boletim foi construindo uma visibilidade para a infância por meio desse tipo de enunciação numérica e estatística.

O recurso à estatística foi apenas uma das tecnologias usadas pela medicina social na Paraíba para construir saber e exercer poder sobre o corpo infantil. No dia 2 de fevereiro de 1942, o jornal *A União* havia lançado uma matéria sobre a questão da medicina social e seus desafios na assistência à infância.¹¹ “Quem quer que aprecie à luz dos conhecimentos atuais”, dizia o pediatra João Medeiros,

[...] os avanços e os progressos que a medicina moderna auferiu das novas condições de vida, que a técnica impôs ao homem, há de surpreender-se que, tendo alcançado tão longe no discernir e aplicar as noções recentes que a terapêutica (assim a clínica, como, sôbre tudo (sic), a cirúrgica) e a higiene lhe proporcionaram, em benefício da humanidade, muitos males ainda a aflijam dos que fora de esperar já estivessem expungidos da face da terra, mercê do adiantamento científico de hoje.¹²

Ao tratar de uma “biologia social”, o autor falava sobre o fato de que as enfermidades não tinham apenas um fato biológico determinante, mas também continham os aspectos relacionados ao “estado social do indivíduo”, compreendendo nisso suas possibilidades econômicas. Defendia a tese de que as enfermidades diziam respeito aos espaços sociais, formas de sociabilidade e características individuais. “A medicina sem desmerecer as contribuições de [Louis] Pasteur [1822-1895] e seus continuadores, nem esquecer tão pouco, as do Instituto Experimental de Higiene, de Pettankoffer, deixou pouco a pouco de ser puramente microbiológica”, passando a atribuir, além das causas “morbígenas” que atuavam sobre o organismo humano tais como o ar, água, solo, os agentes “infecciosos e parasitários, de fácil investigação e experimentação, um papel saliente áqueloutras [sic] causas que resultam das disposições gerais”. Compreendia-se, assim, fatores de ordem social e também aqueles que se referiam ao trabalho, pois eram também preponderantes na conservação da saúde ou na produção da doença.

Diante de tais desafios, Medeiros afirmava que o “espírito do médico e do sociólogo” teria sido estimulado a pensar sobre tais questões, buscando para elas soluções por meio da elucidação das causas, da evolução clínica e da produção de prognósticos “na esfera da assistência e da previsão público-social”. Dentro de tais condições históricas e sociais, o autor afirmou que se havia constituído uma mudança no próprio estatuto da medicina na sua articulação com a assistência social. “É que ela, a medicina social”, afirmava o pediatra, “é, efetivamente, uma criação do espírito médico contingente à época em que vivemos”, seu nascimento teve a ver com uma nova interpretação sobre o homem à luz da economia, de sua valorização como fator econômico. “A análise das perturbações e desequilíbrios familiares em virtude de doença, invalidez ou morte dos respectivos chefes” passou a ser vista não apenas como obra de misericórdia e filantropia, mas na qualidade de “desfalque do capital humano” que repercute de maneira muito forte sobre a “balança social”, quer do ponto de vista da coletividade ou do trabalho a ser executado. Um dos tipos de preocupação central do autor foi a questão de preparar o corpo humano da melhor forma possível, prevenindo doenças e demais vicissitudes com o intuito de protegê-lo enquanto força de trabalho.

Cristina Fonseca (2007) aponta que nesse período de fortalecimento da máquina estatal, caracterizada também por um processo de burocratização e centralização das políticas do governo, a ideia de cidadania foi usada de maneira bastante forte para garantir uma maior legitimidade da ação estatal em relação aos grupos populares. Todavia, essa ideia de cidadania deve ser relativizada na medida em que ela foi uma “cidadania tutelada” pelo Estado marcadamente centralizador e autoritário. A percepção em torno da cidadania é que ela estava “embutida na

¹¹ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

¹² *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (FONSECA, 2007, p. 38).

Mas o texto d'*A União* dizia ainda que: “o homem é, portanto, mais que simples valor econômico. Representa, também por sua vez, um capital social, que similarmente merece amparo, proteção, desenvolvimento”. Buscando justificar um suposto desenvolvimento, o pediatra afirmou que desde as tribos mais primitivas observava-se o enriquecimento da coletividade pela valorização do indivíduo. Na vida civil, Sociologia e Economia se articulariam para identificar a “finalidade biológica, que visa a melhoria das condições gerais de vida, de modo a permitirem que a humanidade deixe de se dicotomizar [sic] entre os que riem, gosam [sic], trabalham e repousam e os que choram, penam, se esfalfam e morrem sempre na miséria”. Na ótica do autor, “o valor econômico do homem entra em relação com o enriquecimento da sociedade, do país, do universo”, pois, se efetivamente era o trabalho humano que “cria riqueza, que as produz”, ele também devia participar da partilha dessa riqueza, fazendo parte do ciclo de distribuição e circulação.

João Medeiros demonstrava uma análise que situava o desenvolvimento da medicina frente às questões sociais dentro do contexto de desigualdade econômica, atentando para a relação capital/consumo e a redução da mão de obra. Tal crise teria reduzido a capacidade de consumo do homem a níveis que ele considera como de verdadeira “pré-indigência”. Diante disso, a medicina articulou-se com a Sociologia com o objetivo de compreender as “leis da economia”, percebendo as relações entre salário real e custo de vida, compreendendo elementos como alimentação, moradia, “repouso fisiológico”, visto como tão indispensáveis para uma vida saudável. O pediatra esclarecia que a medicina social estudava os fatores econômicos que se apresentavam na vida do homem. Na medida em que a higiene se desenvolveu e criou raízes em áreas como “a sociologia, a economia humana, a psicologia, a filantropia, o direito e a moral” foi que a medicina “foi levada ao terreno social”, constituindo-se como uma medicina social. Esta consistia na “arte de prevenir e curar considerando, em suas bases científicas, como em suas aplicações individuais e coletivas, o ponto de vista das relações recíprocas que religam a saúde dos homens às suas condições de vida”. A higiene não observava apenas o “[...] homem doente, mas sobretudo o homem são, apreciando o desenvolvimento de sua vida no meio social que o cerca, para orientar-lhe o aperfeiçoamento como para elevá-lo física e espiritualmente em vista – é essa a função da medicina social – dos motivos de ordem médica que subsistem nas questões sociais”.¹³ Via-se a medicina como ciência que se dava na articulação com a demografia e aquilo que o autor chamou de “eugenesia”, o que parece se tratar de “eugenia”, vista como a ciência do bem viver e da prescrição das formas adequadas para tratar do corpo e da saúde física e mental. Se, no primeiro momento, o pediatra dedicou-se a descrever as condições de surgimento da medicina social, posteriormente, ao afirmar que esta se vinculava diretamente com a assistência social, passou a destacar questões que envolviam diretamente a infância e a maternidade.

A elevada finalidade da proteção à maternidade, a preservação da assistência à infância, as enfermidades sociais, do industrialismo, do pauperismo e suas relações com o salário, a higiene mental, a infância abandonada e delinquente, do mesmo modo que com a orientação profissional (psicotécnica), a reeducação e readaptação dos lisiados (sic), retardados, difíceis anormais de toda espécie e as instituições de previdência e amparo, quais sejam os seguros, ajudas sociais, mutualismo, cooperativismo, caixa de pensões, compensação, o de auxílio aos velhos e aos incapazes de toda ordem.¹⁴

Esse saber era urdido no interior de uma ampla e complexa teia na qual circulavam critérios e princípios de análise da infância. “No biológico, tanto quanto no social, os fenômenos se repetem com a mesma sincronia”, afirmava Medeiros. Diz ainda que os avanços e êxitos sociais que estavam

¹³ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4-5.

¹⁴ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

sendo alcançados no momento eram, na verdade, um efeito direto, um “fruto imediato da revolução desencadeada pela guerra, como agente catalítico que precipitou as reações gerais e especiais conducentes a uma nova realidade universal, a uma nova concepção da sociedade”. No argumento dele não se pode negar que tudo aquilo que estava sendo vivenciado era resultado de uma “evolução lenta e muita vez obscura, que mal bruxoleia (sic), aqui e acolá, por meio de manifestações críticas isoladas, qual expressão do esforço esquecido de gerações e gerações.”¹⁵

Foi nesse sentido evolutivo que construiu a sua leitura da sociedade e dizia não existir outra razão para a transformação que irrompia de forma violenta. Tais transformações exigiam olhares cuidadosos, não sendo possível que ninguém negasse a influência histórica de acontecimentos como a Revolução Francesa. Parece que as referências a acontecimentos históricos distantes no tempo e no espaço apareciam com certa frequência também no boletim da LBA, assim como no jornal *A União*, e atendia a dois tipos de objetivos: a) contextualizar eventos e situações políticas, sociais e econômicas a partir do recurso de uma retórica sobre o passado, buscando inserir o acontecimento do presente em uma cadeia histórica no qual ele estaria devidamente situado e podia ser visto como legatário de uma herança desse passado e, necessariamente, seu continuador; b) afirmar uma origem para as conquistas e desafios do presente, mostrando como os direitos da criança, por exemplo, estavam sendo garantidos tendo como referência uma série de acontecimentos históricos no qual essa cidadania podia ser vislumbrada de forma embrionária. No caso de João Medeiros, no texto publicado em *A União*, fazia-se referência à obra do filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau (1712-1778) como um pensamento relevante na construção da própria “época hodierna”, tendo influenciado na definição de questões que dali em diante já começavam a fazer parte da agenda dos governos, como a infância.

Havia certa compreensão da história como acúmulo, ou seja, como uma série de processos que se somam de maneira direta, isto é, uma concepção de história progressiva e cumulativa. Parece-me ser possível inferir isso na medida em que o autor terminou seu texto apresentando a ideia de que, como afirmara a escritora sueca Ellen Kay (1849-1926), “este século, o nosso, é o século da criança”. Assim, compreendendo essa linha do tempo traçada brevemente, concluía-se que: “ao que parece só agora fixou o homem que a infância é o alicerce físico da raça, o substrato material da espécie e da humanidade, que precisa de cuidado, preservação e amparo”, desde que se quisesse a infância integrada nos “grandes destinos que novas perspectivas lhe abrem para o futuro”.

Aqueles eram tempos marcados pelo desejo de construir o homem brasileiro a partir de um ideal. Ao discutir essa construção, Jerry Dávila (2006, p. 48) faz uma história das políticas de educação produzidas no Brasil entre os anos de 1917 e 1945, atentando para a permanência do discurso eugenista no processo de escolarização da infância dentro de um projeto de nação. Em 1938, o ministro da educação, Gustavo Capanema, ficou incomodado com a estátua do “Homem brasileiro” que ele havia encomendado para ser posta na entrada do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES). “Capanema estava preocupado com a aparência dessa escultura porque concebia a nova sede do MES como uma afirmação sobre o futuro e o papel do governo em sua moldagem. Os dois temas que expressavam o pensamento de Capanema não estavam retratados na escultura”. Primeiramente, na ótica do ministro, “o ‘Homem Brasileiro’ deveria simbolizar o produto da engenharia racial e social” e tal recomendação estava explícita quando Getúlio Vargas encomendara a obra e, de acordo com tal orientação, “a escultura teria essa forma justamente porque o Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o ‘ministério do homem’”, em segundo lugar “a figura degenerada não combinava com o prédio modernista”. As análises de Dávila nos permitem pensar como a educação, que passou a se constituir dentro de uma política estatal programada, se articulava a um projeto de nação e para tal via-se como necessária a regeneração do povo brasileiro, salvaguardando-o

¹⁵ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

cultural e biologicamente dos signos da miscigenação. Assim, não haveria a permanência de genes e características biológicas consideradas de uma raça inferior. A eugenia, como ferramenta científica e política de Estado, consistia na “[...] prática de ‘aperfeiçoar’ física e mentalmente a raça brasileira pela manipulação dos traços genéticos, primeiro por meio de controles sobre o ato e o contexto de procriação”.

Percebendo as continuidades que marcaram aquela época pode-se situar o texto do pediatra João Medeiros no jornal *A União* em 1942 dentro dessas condições de possibilidade. A medicina social na Paraíba teve uma história que antecedeu e se somou às ações da LBA e é preciso destacar que, apesar daquele pediatra ter escrito seu texto no ano em que a LBA foi implantada na Paraíba, não há uma clara referência a essa instituição, mas sim aos processos sociais e políticos que tornaram possível sua aparição no estado. Na Paraíba, os investimentos em saúde e educação para a infância estavam sendo construídos desde o oitocentos, como bem demonstra o estudo de Nayana Cordeiro Mariano (2015) sobre o discurso médico-higienista na construção de um modelo hígido de educação escolar primária na então Parahyba do Norte entre os anos de 1849 e 1886. A historiadora da educação problematiza o papel da legislação na produção de um modelo escolar pautado na ideia de construção da nação e formação de corpos disciplinados e higienizados, assim como tematiza o conflito e a articulação entre o saber médico e as artes de curar protagonizadas por parteiras, barbeiros, benzedeiros e boticários no momento em que a presença de profissionais diplomados na área da medicina ainda era muito escassa na região.

Entre meados do século XIX e do XX um amplo conjunto de ações em prol do saneamento da infância e uma intensa produção discursiva em torno do corpo infantil, na sua interface com a educação e a saúde, foi produzida. “Em nome da infância dialogavam médicos, educadores, Imprensa” (BRITES, 1999, p. 21) e com isso a infância passou a ser tematizada, abordada, teorizada, definida e dada a ler para a sociedade por um grupo de profissionais que cada vez se pluralizava mais (sendo composto por médicos, juristas, psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, educadores, políticos, etc.) e visava aperfeiçoar o conhecimento sobre esse sujeito, ao passo que o inventava. A ação da LBA não se dava de forma isolada, na medida em que ela construiu uma rede de instituições e pessoas que contribuiu para a consecução dos objetivos traçados nacional e localmente. Por isso mesmo, a LBA financiou a alimentação de alunos de escolas de João Pessoa a partir de 1944.

Figura 03: Cenas de cuidado com o corpo infantil.



Fonte: Boletim da LBA, Ano IV, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950.

A relação com o corpo infantil mediada pelo toque apareceu também na edição referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1950. Trata-se de uma imagem que se repete, um gesto preso em uma cadeia de signos do qual faz parte, e incutido numa cultura do cuidado com o corpo infantil. Uma imagem eminentemente política pela posição que ocupou e pela relação que estabeleceu com as demais que a circundavam numa página branca sob a qual desenhos de crianças e mulheres figuravam em um tom alaranjado. Apesar de não ser uma fotografia, como tantas que apareceram nas páginas do boletim, tratava-se de uma imagem que também tocou o real. Mais do que tocar essa realidade da qual buscou ser um referente fidedigno, uma imagem desse tipo arde, suscita estranhamento ou mesmo um efeito de beleza sobre as formas como o corpo foi exibido, descrito, dado a ler e significado por uma ótica do detalhe. Efetivamente, uma imagem só faz arder na medida em que toca os sujeitos para os quais se destina se conectando com uma experiência sobre a qual ela busca ser uma leitura coerente e digna de confiança e verossimilhança. As imagens são apresentadas e instituídas no mundo a partir de uma relação com as palavras que a inserem nesse próprio mundo visando traduzi-las ou explicá-las. Mas, como busco ler com Rancière (2012), não se trata de uma atitude prescritiva ou normativa, hierarquizando o signo verbal sob o não-verbal. São recursos distintos, dando-se a ler por materialidades diversas que inserem o corpo fabricado em imagens na ordem do discurso.

Assim, pode-se ver como uma imagem nunca está dissociada da cultura que a constrói. O fato de as crianças apresentadas serem aparentemente brancas deixa claro como a eugenia descrita acima participou da construção dessa visibilidade sobre a infância e a criança na Paraíba. De fato, a LBA buscou produzir efeitos na sociedade paraibana a partir da invenção de uma cultura do cuidado que foi desenhada, exemplificada, amplamente descrita e ensinada com imagens que tinham uma função política de pedagogizar subjetividades. A produção imagética da mulher como personagem que assumiu a dianteira das ações da LBA foi outro elemento fundamental. “A Legião Brasileira de Assistência foi conduzida sobretudo pelas mulheres e se utilizava particularmente da mobilização feminina no enfrentamento dos problemas sociais gerados pela participação do país na guerra” (TUMELERO, 2010, p. 90), no primeiro momento em que tais ações foram realizadas. O estatuto de imagens públicas e para um público heterogêneo não é uma informação meramente complementar, mas condição de possibilidade para que tais imagens tivessem se tornado possíveis para figurar nas páginas de um boletim cuja pauta principal era o governo da infância via saúde e educação. Entendo também que eram imagens intimamente articuladas tanto umas com as outras, no caso de fotografias, desenhos e/ou gravuras, como também em relação aos textos.

A relação que ocorreu, no boletim, entre texto e imagem se estabelecia com uma finalidade

pedagógica e visando efeitos de complementaridade na medida em que, a exemplo da edição em que figura essa capa da LBA, pode-se ler na primeira e na última página textos que convocam, incitam, convidam, estimulam e tentam mobilizar pessoas e instituições para que se somem na *Campanha Nacional da Criança*, cujo objetivo era reduzir os índices de mortalidade infantil e criar uma “consciência coletiva” sobre o problema. Não são muitos os objetos que compõem as cenas representadas, mas a cama e o berço são suficientes para passar a mensagem da LBA. Se naquela edição do boletim mais uma vez se noticiava os números de atendimento às crianças e suas mães na maternidade Cândida Vargas, bem como noções de puericultura e atendimentos nos postos de higiene infantil de Cajazeiras e Mamanguape, a imagem cumpria uma função introdutória. Mas é fato também que aquele era um momento em que, nacionalmente, uma campanha buscava angariar recursos e desenhar percursos para reduzir o índice de mortalidade infantil, uma vez que cerca de 300 mil crianças morriam anualmente no país.

Considerações finais

“Que faz você por mim?”, dizia um texto do boletim, como se assumisse a voz de uma criança indagando o leitor sobre como ele agia em relação à sua condição. O texto foi estruturado basicamente por perguntas que pareciam querer informar e sensibilizar o leitor sobre a grave situação em que se achava o país, pois centenas de vidas continuavam sendo perdidas a cada ano, o que exigia uma ação forte e capaz de mobilizar a sociedade, posto que: “A solução do problema da Infância Brasileira não depende de alguns... Mas da participação de todos [sic]. De uma Consciência Coletiva, em que cada um pergunte a si mesmo: — Que faço eu pela Infância?”¹⁶

Portanto, ao pensar sobre a atuação da comissão estadual da LBA na Paraíba nos anos 1940 e 1950, pude demonstrar como a interação entre diferentes instituições e setores público e privado consistiu em uma estratégia para viabilizar uma atuação em rede que pudesse apreender o corpo infantil nos diferentes espaços por onde ele circulasse e nas distintas relações estabelecidas com a criança. Desde as consultas iniciais nos serviços de atendimento às gestantes, passando pelo espaço da Maternidade Cândida Vargas e acompanhando todo o ciclo de vida da criança desde sua mais tenra idade, estes foram modos de produzir um corpo educado e higienizado. Uma política do corpo infantil foi implementada de forma ampla e com diferentes objetivos, criando múltiplas formas de fazer ver o “problema da criança brasileira”, a exemplo da questão da mortalidade materna e infantil. Deste modo, pude analisar como o boletim construiu todo um arquivo visual e mobilizou um repertório científico para inventar o corpo infantil como objeto de governo, articulando a individualidade corpórea a procedimentos de regulação da vida social e da população em seu conjunto na Paraíba daquele momento.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 25-51.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Tradução de Luísa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 2012.

¹⁶ Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, s.p.

- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Edição preparada por David Lapoujade. Tradução de Guilherme Ivo. Revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 363-364.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. *Revista Pós – Belo Horizonte*, v. 2, n. 4, p. 204-219. nov. 2012.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 97-116, 1993.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Introd., organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 407-431.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 31 de janeiro de 1979. In: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, p. 103-138.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*. Tradução de Eduardo Altherman Camargo Santos. São Paulo: Editora Politeia, 2018.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Tradução de Mário Antunes Marino e Eduardo Altherman Camargo Santos. São Paulo: Editora Politeia, 2017.
- MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia, 2015.
- MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34. 2001.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista – Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História do corpo. As mutações do olhar. O século XX*. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 15-82.
- NANDY, Ashis. *A imaginação emancipatória: desafios para o século XXI*. Organização e revisão técnica de Lucia Rabello de Castro. Tradução de Joannes de Knegt. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo:

Unesp, 2011, p. 351-370.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*. 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

TUMELERO, Michele Rodrigues. *A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova Chapecó” – SC (1940-1960)*. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

Nota de autoria

José dos Santos Costa Júnior é doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Atua na área da História com ênfase nos seguintes temas: teoria e metodologia da história, história e historiografia da infância, história da educação, ensino de história e história do Brasil república. E-mail: jose.junior010@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O corpo da criança nas tramas da biopolítica: quando a filantropia se fez máquina de captura (Brasil 1940-1950). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 43-63, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 20/07/2020.


Modificações solicitadas em 22/10/2020.

Aprovado em 01/11/2020.

Experiência, infância, linguagem e acontecimento: a biopolítica de Giorgio Agamben e a Educação


Experience, childhood, language and event: The Giorgio Agamben's biopolitics and education

Pedro Angelo Pagni

 <https://orcid.org/0000-0001-7505-4896>

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Raphael Guazzelli Valerio

 <https://orcid.org/0000-0003-2058-6478>

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O presente estudo se interessa em aprofundar o diagnóstico de Walter Benjamin acerca do empobrecimento da experiência a partir da hipótese biopolítica de Giorgio Agamben. Os dispositivos biopolíticos da modernidade já não permitem a passagem da experiência à linguagem produzindo, deste modo, formas de vida esvaziadas de ética e ação política. A seguir, explora a figura da infância como acontecimento, o que permitiria ao contemporâneo escapar de suas dicotomias constitutivas e, ao arriscar-se num espaço vazio, produzir novamente uma forma de vida ética. O texto divide-se em duas partes e quatro momentos. Na primeira parte é explorado o problema da experiência, de Benjamin até Agamben; aprofunda, logo em seguida, esta problemática com a noção de biopolítica. Na segunda parte, apresentamos a noção de infância como acontecimento, já que ela representaria a entrada do humano na linguagem. Neste movimento de passagem e produção do acontecimento percebemos a possibilidade de construção de uma forma de vida, isto é, uma vida ética.

Palavras-chave: Experiência. Infância. Acontecimento. Biopolítica. Agamben.

Abstract: The present study is interested in deepening Walter Benjamin's diagnosis of the impoverishment of experience from Giorgio Agamben's biopolitical hypothesis. The biopolitical devices of modernity no longer allow the passage from experience to language producing life forms without ethics and politics. Then explores the figure of childhood as an event, which would allow the contemporary escape its constitutive dichotomies and produce again an ethical way of life by venturing into an empty space. The text is divided into two parts and four moments. In the first part the problem of experience is explored from Benjamin to Agamben, deepens soon after, this problem with the biopolitics' notion. In the second part we present the notion of childhood as an event, because it would represent the entrance of the human in the language. In this movement of passage and production of the event we realize the possibility of building a life form, this is, an ethical life.

Keywords: Experience. Childhood. Event. Biopolitics. Agamben.

Declínio da Experiência e Biopolítica

O empobrecimento da experiência, da capacidade de pensá-la e de narrá-la, observada em nossos dias, consiste em um importante problema para a Filosofia Contemporânea. Walter Benjamin (1994) foi um dos primeiros filósofos contemporâneos a diagnosticar esse problema e as suas consequências para a vida humana. Para ele, o que denomina como *pobreza da experiência* teria ocorrido por meio de sua redução ao empírico, produzida pela racionalização da existência, desenvolvida pela aplicação da ciência e da técnica à vida, a ponto de destituir a sua aura, como



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

ocorreu com a arte. O sintoma que evidencia tanto o empobrecimento da experiência quanto a efetiva queda da capacidade de narrá-la aparece com o retorno dos soldados da Primeira Guerra Mundial que, segundo ele, voltaram mudos, sem nenhuma aventura para narrar, nada para dizer.

A discussão em torno da distinção entre *Erffahrung* (experiência) e *Erlebnis* (vivência) é bastante conhecida, desenvolve-la, contudo, fugiria dos propósitos deste artigo. Basta recordar que o debate teve lugar já nos inícios da modernidade e, de começo, se apresentava como um problema puramente epistemológico, como em Francis Bacon, no embate entre racionalistas e empiristas e, enfim, na síntese de Kant. A redução da experiência a um procedimento epistêmico e racional encontra seus primeiros críticos em Schlegel e Novalis, para ficar nos mais conhecidos. Hegel e Nietzsche estão na lista desta importante tradição da qual Benjamin e Agamben se apropriam.

É com Giorgio Agamben (2008) que o projeto benjaminiano parece caracterizar esse problema de um modo mais próximo ao que vivemos em nossos dias. Agamben argumenta que não necessitamos presenciar nenhuma catástrofe ou guerra para percebermos a interdição da experiência, basta, em nossos dias, “a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade” (2008, p. 21). Afinal, o cotidiano do homem contemporâneo não contém quase nada que possa ser traduzível em experiência: nem o trabalho, nem as notícias dos jornais, nem as viagens de férias, nem o consumo. O que se percebe, segundo Agamben (2008, p. 22), é que o homem contemporâneo volta para “casa à noitinha extenuado por uma mixórdia de eventos” (alegres ou tristes, intensos ou não), sem que nenhum deles tenha se traduzido em experiência, tornando nossa existência cotidiana insuportável.

Esse problema faz parte da suspeita desses filósofos e de parte da filosofia contemporânea em relação ao projeto da modernidade. Nesse caso, essa suspeita consiste em lembrar a esse projeto os custos de seu desenvolvimento, com a redução da experiência ao empírico, a restrição do pensamento ao conhecimento científico e à tecnologia, bem como o quanto concorreu para o *silenciamento* do indivíduo diante de um vazio existencial sem precedentes. Essa suspeita da modernidade tem se constituído em uma das tarefas primordiais das filosofias e das teorias sociais contemporâneas, levando-as, não somente a lembrar os custos do empobrecimento da experiência e da perda de sua capacidade narrativa, como também a pensar o tempo presente de outro modo. Diante do esvaziamento da existência humana de sentidos, discutir as suas consequências para a educação parece ser relevante aos estudos em filosofia da educação.

Seguindo a interpretação de Agamben (2004), pode-se dizer que o vazio existencial pressentido por todos e ao qual as novas gerações parecem se adaptar no presente, é resultante da inclusão da vida nua (*zoé*) nos mecanismos e cálculos do poder estatal e da transformação da política clássica em biopolítica, no desenvolvimento da modernidade. Recorrendo ao pensamento de Michel Foucault, o filósofo italiano considera que, em termos políticos, essa transformação consiste em produzir e disciplinar a vida nua para promover a subordinação da população aos dispositivos de poder do Estado e docilizar os corpos para que os indivíduos se adaptem aos modernos modos de existência. Sem essa inclusão da vida nos mecanismos e cálculos do poder (AGAMBEN, 2004) e essa transformação da política clássica em biopolítica, a sociedade moderna não teria se desenvolvido. Contudo, no desenvolvimento dessa sociedade, mais do que fazer parte dos mecanismos de poder, a vida nua passa a ocupar progressivamente o centro da cena política da modernidade, na medida em que a esfera privada passa a se constituir no paradigma desta última, em detrimento da vida pública. Por sua vez, recorrendo a essa interpretação, assinalada originalmente por Hannah Arendt (2010), Agamben (2004) considera que, historicamente, essa substituição da vida pública pela privada seria uma das consequências dos modernos totalitarismos, dos estados de exceção e dos campos de concentração.

Giorgio Agamben retoma de forma abrangente, a partir de meados dos anos 1990, as hipóteses biopolíticas de Foucault em seus livros. Sobretudo, em *Homo sacer I*, Agamben procura ampliar e, em alguns pontos, corrigir a biopolítica foucaultiana (AGAMBEN, 2004, p. 12). A principal

divergência diz respeito ao alcance temporal do biopoder. A diferença não é pequena e se desenvolve a partir de uma noção criada pelo italiano, a vida nua¹ – responsável, a um só tempo, pela origem da política, bem como do direito. Se para Foucault a política se transmuda em biopolítica a partir da modernidade, para Agamben a política se apresenta, desde sempre, como biopolítica. Para Foucault, o que caracteriza a modernidade são os dispositivos e as instituições disciplinares; para o italiano, é a exceção soberana tornada regra². Outra importante diferença diz respeito ao emprego metodológico do conceito. Para o filósofo francês, trata-se de analisar os dispositivos concretos por meio dos quais o poder se relaciona com a vida e com os corpos. Já Agamben incorporará em suas análises todo um discurso jurídico-político das teorias clássicas do poder, em especial a soberania, deixadas de lado por Foucault.

Agamben inicia sua argumentação em torno da biopolítica a partir de um trabalho filológico. Os gregos antigos, aos quais devemos quase que a totalidade de nosso léxico político, não tinham uma única palavra para designar o que damos o nome de vida. Possuíam, pois, dois termos distintos: *zoé*, que designava o simples fato da vida, comum a todos os seres vivos, e *bíos*, um modo de vida particular, restrito às comunidades humanas, uma vida qualificada do ponto de vista ético e político. Os gregos não só distinguiam os termos, como procuravam separá-los. Aqui o italiano retoma, em certa medida, as teses de Hannah Arendt presentes, principalmente, em *A condição humana*.³ A *zoé* tinha lugar no âmbito do *oikos*, isto é, da casa, onde reinava a necessidade de suprir as condições materiais da existência humana: alimentação, reprodução, trabalho, etc. É, pois, todo um âmbito econômico. Pelo contrário, a *bíos*, a vida qualificada, pertencia à *pólis*, ou seja, à política: lugar da liberdade, da igualdade e da vida ética. Nas línguas modernas essa oposição praticamente desaparece e, onde de algum modo permanece, não apresenta nenhuma diferença substancial, como, por exemplo, nos termos Biologia e Zoologia. Para nós, um único termo, vida, designa um pressuposto no qual se é capaz de isolar em cada uma das formas ou maneiras de viver.

O problema, então, é que, na modernidade, o objeto e o objetivo da política deixaram de ser o *bíos* e tornaram-se a *zoé*, em termos foucaultianos⁴. Ou, a vida biológica, isto é, econômica e reprodutiva, ocupando cada vez mais o centro da vida política, em termos arendtianos. De qualquer modo, a politização da *zoé*, da vida nua, nos é apresentada como o evento político decisivo da modernidade, pois modifica radicalmente os conceitos políticos gregos, dos quais nos servimos por

¹ De clara inspiração benjaminiana e seu conceito de mera vida (*bloÙe Leben*). A noção aparece em *Crítica da Violência – Crítica do Poder (Zur Kritik der Gewalt)* (BENJAMIN, 1986, p. 174). A passagem esclarecedora é a seguinte: “Sem dúvida, valeria a pena investigar o dogma do caráter sagrado da vida. Talvez, ou mesmo provavelmente, esse dogma seja recente, o último erro da enfraquecida tradição ocidental de procurar na impenetrabilidade cosmológica o sagrado que ela perdeu”.

² Outra tese de Benjamin que Agamben assume como axiomática: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” (*Ausnahme*) em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Esse se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como norma histórica. O assombro com o fato de que episódios que vivemos no século XX *ainda* sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.” (BENJAMIN, 1994, p. 226). O interessante é que, para o filósofo italiano, todo o problema da exceção se dá num duplo diálogo entre Benjamin e Schmitt; para este último a comunidade política e a soberania se fundam sobre o paradigma da excepcionalidade. Agamben faz uma leitura bastante própria do (suposto) diálogo estabelecido entre ambos nos anos 20 e 30 a partir de publicações de livros e artigos científicos. (AGAMBEN, 2007, p. 81-98).

³ Em *A condição humana*, segundo Agamben, Arendt se aproxima de algo como uma biopolítica. A filósofa faz notar que, a partir da modernidade, a diferenciação entre o social (entendido aqui como âmbito privado) e o político praticamente desaparecem, e é possível tomar um pelo outro. As atividades antes de interesse puramente privado tornaram-se questões políticas, e a administração da economia, portanto do lar (*oikos*), tornou-se interesse coletivo, isto é, interesse do Estado. Para os gregos, há uma clara distinção entre as atividades econômicas – pertencentes ao domínio do lar, da casa, e as atividades políticas (*pólis*). É claro que sem vencer as necessidades impostas pela vida natural, por meio da organização doméstica, não era possível viver, tampouco o *bem-viver* aristotélico. Contudo, a política jamais poderia visar à manutenção da vida, tarefa da casa que, desse modo sustentava, porém num outro âmbito, a *boa vida* – esta, sim, política.

⁴ Cf. AGAMBEN, 2004, p. 14.

três mil anos. Para Agamben, esta relação vida nua/política ou vida nua/soberania é antiquíssima, porém somente a modernidade foi capaz de desvelar. É uma espécie de *rio biopolítico subterrâneo*, para usar uma metáfora do autor, que percorre toda a história política do Ocidente, mas que permanecia num relativo funcionamento na antiguidade – por meio da distinção *pólis x oikos* – e no medievo – por meio de outros dispositivos como, por exemplo, a distinção *autoritas x potestas*. A modernidade, assim, ao colocar a vida biológica, a vida nua, no centro dos cálculos e mecanismos do poder, trouxe à tona o dispositivo originário por meio do qual se formou a política e o direito: “Se pode dizer [...] que a produção de um corpo biopolítico é a prestação original do poder soberano. A biopolítica é [...] tão antiga como a exceção soberana” (AGAMBEN, 2004, p. 9).

É o que Agamben se propõe, pois, a fazer: analisar a relação biopolítica/soberania, isto é, como a vida nua está inscrita no poder soberano. O poder político se funda, portanto, no isolamento e na separação do simples fato de viver, a vida nua, de suas formas de viver. Para o italiano, o nexo entre política e vida nua já está presente na clássica definição aristotélica do homem como animal que possui linguagem (*zoon logon ekhon*). Segundo Aristóteles, a política se funda a partir da linguagem e não da voz. A voz, comum a todos os animais, é capaz de exprimir o prazer e o desprazer; a linguagem, por seu turno, atributo humano, expressa o justo e o injusto e, por isso, pode fundar a comunidade. Observe-se, então, que é a relação vida e política que está em jogo na passagem da voz (*phoné*) à linguagem (*lógos*).

O teórico e jurista ultraconservador Carl Schmitt é também uma importante referência no projeto biopolítico agambeniano que, em sua *Teologia Política* (2006, p. 7), assim define a soberania: “Soberano é quem decide sobre o estado de exceção”. Mais adiante, demonstra que não se trata de um estado de sítio ou necessidade pública, mas que, no estado de exceção temos a condição mesma de vigência do direito. Esta condição é dada pela decisão soberana sobre a exceção; note-se que o estado de exceção não é o caos anterior a norma, mas o estado de coisas resultante da suspensão da norma. De modo que podemos dizer que a exceção é, pois, uma exclusão.

A partir deste raciocínio, Giorgio Agamben (2004, p. 35) define o estado de exceção como estrutura originária da soberania nos seguintes termos: “Se a exceção é a estrutura da soberania, a soberania não é, então, nem um conceito exclusivamente político, nem uma categoria exclusivamente jurídica [...] ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão.”

Nossa relação com o poder soberano tem, portanto, a forma do abandono. A vida, a vida ordinária, só pode ser incluída no ordenamento por meio de sua exclusão, quer dizer, ela está presa numa zona limítrofe, nem dentro, nem fora, mas suspensa. Agamben (2004) argumentará que o modelo originário desta vida presa no abandono soberano é a *sacratio* – a sacralidade da vida. O *homo sacer* era uma figura particular do direito romano que, acusado de um delito poderia ser morto por quem quisesse e, ao mesmo tempo, vedado aos ritos do sacrifício.

Sacra, isto é, matável e insacrificável, é originariamente a vida no bando soberano, e a produção da vida nua é, neste sentido, o préstimo original da soberania. A sacralidade da vida, [...] exprime [...] justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono (AGAMBEN, 2004, p. 91).

O *homo sacer* é modelo originário do que, nas democracias modernas, viria a ser o direito à vida. O simples fato de estar vivo é o que nos inclui no ordenamento jurídico como membros de um Estado; ao mesmo tempo, essa mera vida, a vida biológica diríamos hoje, é aí incluída por meio de uma exclusão, isto é, sua exposição a um poder de morte que deriva justamente da criação dum ordenamento jurídico, dum Estado. Um morto que ainda vive, tal é a condição do *homo sacer*: sua vida (nossa vida) está, pois, suspensa, separada.

Ora, para o italiano o mesmo direito à vida que rege a biopolítica, no desenvolvimento da sociedade moderna, assinala também a possibilidade de decidir quais vidas merecem viver e quais

vias não, restringindo a primeira à mera sobrevivência e aos choques fabricados pelo cotidiano. De modo que o Estado aspira à regulamentação da vida nua (*zoé*), porém, por uma racionalidade indiferente à vida política (*bíos*).

Se essa biopolítica preconizou os acontecimentos históricos do nazismo e do fascismo, ela continuou a reger os modos de existência social e as políticas do Estado moderno. Isso porque ela teria assumido a fisionomia de uma política de bandos, a regulamentação de um poder sobre a vida nua (*zoé*), indistinto da vida ética e política (*bíos*), e a eleição não da cidade, mas do campo, como paradigma biopolítico do Ocidente. Se a política de bandos consistiu em excluir os que não se deixam subjugar ao instituído e ao paradigma biopolítico atual, a indistinção entre *zoé* e *bíos* trouxe consigo um paradoxo, na atualidade: se, por um lado, nunca a vida foi tanto propagada e tanto regulamentada na esfera pública, inclusive como parte das políticas do Estado, por outro, nunca se sentiu a perda de seu sentido por parte daqueles que a vivem e dos cidadãos. Ao perceberem a vida restrita à mera sobrevivência e aos dispositivos de poder, estes últimos não veem muito sentido na vida propagada e regulamentada na esfera pública, como *zoé*, ao mesmo tempo em que parecem ver como muito longínqua a possibilidade de restaurarem a vida política, como *bíos*, e aspirarem ao viver bem antes do que apenas sobreviver.

O diagnóstico de Benjamin (1994) pode ser lido, deste modo, como uma impossibilidade de nosso tempo em transformar, ou melhor, fazer a passagem da experiência à linguagem. Propomos, a partir de Agamben, a possibilidade de pensar para além, ou aquém destas dicotomias constitutivas da modernidade, em especial a modernidade educativa, como também pedagógica. Se, no limite, estas dicotomias nos levaram ao triunfo da biopolítica que interdita a vida pública em nome da produção de uma vida nua, meramente sobrevivente, incapaz não apenas de narrar a experiência, mas, mais do que isso, vivenciá-la, erigir uma figura pedagógica que não se deixe capturar pelos dispositivos dicotômicos parece ser uma tarefa relevante. Esta figura, em verdade já existe, basta virá-la ao avesso. A seguir, nos mediremos com a categoria de infância entendida como acontecimento. Assim, este estudo postula superar o hiato concernente a relação entre experiência e linguagem, concebendo que aquela pode ser traduzida em um dos gêneros desta e comunicada entre os participantes de uma comunidade.

O acontecimento infantil: potência de pensar e *ethos*

Os estudiosos das atuais tendências em filosofia da educação⁵, ao se apropriarem dos pensamentos filosóficos da primeira teoria crítica, de Hannah Arendt, Giorgio Agamben e da chamada filosofia da diferença, optaram por pensar o problema da experiência, buscando evidenciar o hiato entre a sua expressividade e as linguagens constitutivas dos saberes e das práticas escolares.

A infância é entendida por esses autores como o tempo-espço da experiência ainda não expressa em linguagem articulada, mas que necessita da linguagem para que, em silêncio, se pense no que se passa ou, poeticamente, se exprima entre os saberes e prática escolares. Assim, postulam que a infância é a figura que se aproxima da designação do hiato entre a experiência e a linguagem, dando o que pensar ao pensamento (*noûs*) e aos sujeitos da comunidade, sem que esse pensar possa necessariamente ser expresso e comunicado, mas gere a diferença e o dissenso no seio dessa mesma comunidade.

Com isso, objetiva-se encontrar nas categorias filosóficas contemporâneas de acontecimento e de infância as possibilidades de pensar e de expressar a experiência na *práxis* educativa, de modo distinto daqueles que a elegeram como conceito fundamental das teorias pedagógicas ou que a desprezaram. Uma alternativa à atual pragmática do ensino, implicando as atitudes éticas e políticas dos sujeitos aos quais se destina e que as promovem no sentido da

⁵ Sobre a atualidade dos estudos em filosofia da educação ver: FREITAS (2017) e PAGNI (2015).

transformação de si mesmos e de seus modos de existência.

O diagnóstico de Giorgio Agamben (2004) acerca do empobrecimento da experiência e da destituição da vida, assim como as suas implicações na conversão da *práxis* educativa em arte-técnica que se exerce sobre a infância para a educação, nos parece de primeira ordem. Do mesmo modo, as designações de infância e de acontecimento, que caracterizam o pensar suscitado pelo hiato da experiência em relação a linguagem, elegendo-os como categorias chaves para pensar uma superação das práticas e discursos educacionais da biopolítica da modernidade.

A constituição dos saberes e das práticas escolares, desde a modernidade, se apoiou nessa restrição da experiência ao empírico, desenvolvida pelas ciências modernas, assim como se legitimou em discurso de verdade que se fundamenta na figura do sujeito, no pensamento supostamente identificante e na racionalidade instrumental, convertendo a *práxis* educativa em uma tecnologia, dentre as tantas existentes, no presente. Por conseguinte, restrita a mera aplicação dos saberes à prática educacional, na atualidade, essa arte-técnica parece deixar de se relacionar com a existência humana e com a formação do homem para se constituir em uma operação de ajustamento de meios a fins dados, desenvolvida pelo educador, objetivando oferecer aos seus destinatários habilidades e competências que os conforme ao existente.

Em tal instrumentalismo da razão, sequer a prática do pensar que incide sobre os modos de existência do educador e a sua subjetividade são considerados necessário. Ao serem minimizados nessa atividade e nos saberes e práticas com os quais esse sujeito opera, são incorporados como uma espécie de mecanismo que, mesmo para o educador, parece destituído de sentido. Por sua vez, os destinatários dessa atividade também parecem ser privados dessa prática do pensar e das interpelações sobre os sentidos de sua existência que, no limite, somente são exercitados no tempo e no espaço fora do domínio institucional da escola: ao menos quando aí também não estão subordinados a outros mecanismos sociais que ampliam ao extremo essa interdição do pensar e do problematizar a existência.

Esse paradoxo da biopolítica assinalado pelo filósofo italiano pode ser percebido não apenas no que restou da esfera pública e nas ações do Estado, como também em sua distribuição nas imagens veiculadas pela mídia e nos discursos circulantes pelas diversas artes de governos, dentre elas a pedagógica. Com esse modo de racionalização do mundo, a arte de governo pedagógica, desenvolvida na instituição escolar, contribuiu para estender o seu domínio à formação das novas gerações e aos capilares da subjetividade humana, interditando as esperanças de ruptura com o passado e desfigurando a experiência do sujeito, necessárias à transformação do existente e de si mesmo. Enredada nessa racionalização, essa arte parece não oferecer possibilidades de escape à racionalidade totalizadora que a compreende, ampliando as formas de naturalização da cultura e de destituição da vida, com o objetivo de regulamentar as resistências emergentes nos espaços e tempos escolares, de prescrever normas de conduta e de disciplinar os corpos dos destinatários do discurso postos em circulação, facilitando a sua recepção e incorporação aos modos de pensar correntes na *práxis* educativa. Isso ocorre na medida em que a arte pedagógica formaliza o aprendizado e restringe o ensino a uma tecnologia, elaborando-os teoricamente sob a ótica de uma racionalidade que excluiu aquilo que provém do sensível, do inefável, enfim, da experiência, rompendo aí os laços dos saberes e práticas escolares com a vida, embora a redimensione como vida nua.

A racionalidade instrumental ou técnica em que o ensino se apoia e aos quais os processos de aprendizado se adéquam no desenvolvimento da arte pedagógica, na modernidade, contribuiu para minimizar ao máximo as qualidades artísticas da *práxis* educativa, afastando os saberes e as práticas escolares das possíveis relações com sua dimensão estética e de sua implicação com a vida. Ao se restringir à operação de ajuste de meios aos fins dados, com vistas a eficiência da transmissão do que é ensinado e a objetividade de sua apreensão cognitiva pelos destinatários dessa arte, essa racionalidade exclui da elaboração dos saberes e práticas escolares, pressuposta

pela sua organização e planejamento, a experiência e a vida às quais está associada.

Nesse sentido, seguindo o projeto benjaminiano da *filosofia que vem*, Giorgio Agamben (2008) reforça as seguintes teses anteriormente expressas por Nietzsche (1998) e por Adorno (1995): a de que a infância é uma condição da própria experiência com a fala, que acompanha toda a vida humana, desde o nascimento, e não estaria reduzida a uma idade específica; ela não é a figura da incapacidade, da ignorância ou da inefabilidade, mas a da possibilidade de uma ruptura com o passado⁶. Diferentemente deles, porém, o filósofo italiano entende que a infância em questão não seria algo que precede a linguagem nem seria um paraíso que, em um determinado momento, cessa de existir para surgir a palavra e a fala articuladas, mas coexiste com a linguagem desde a sua origem, constituindo-se em uma expropriação presente no humano por toda a vida e contra o qual ele se defronta para se constituir enquanto sujeito (AGAMBEN, 2008, p. 59) na medida em que ela parece se apresentar como lugar de criação de pensamento. Nesse sentido, a infância também estaria condicionada por uma história, ao mesmo tempo em que impulsiona o sujeito nascente a fazer história, estabelecendo com ela uma relação de não linearidade, mas de descontinuidade, na medida em que se constitui em um acontecimento singular.

Como a infância não é da ordem da passividade nem da incapacidade e da dependência, mas se interpõe entre a experiência e a linguagem, se torna condição e origem de uma e de outra, sendo esta a sua origem lógica ao longo da vida humana e propiciando historicamente uma outra experiência com a linguagem. Essa experiência da infância, por um lado, não é simplesmente uma impossibilidade de dizer, mas de falar a partir de uma língua e do poder discursivo instituído, encontrando aí os seus limites históricos; por outro lado, é um espaço para a ética e para a política, porque não existe uma articulação entre voz e linguagem, mas somente um espaço vazio em que o homem pode se lançar e se arriscar, fazendo disso a sua história, no presente. Nessa afonia, segundo Agamben (2008, p. 16-17) um *ethos* e uma comunidade poderiam se tornar possíveis e, então, a infância poderia ser um espaço não apenas a ser preenchido com a linguagem, como também um estado de “*ilatência* impresumível que os homens habitam desde sempre, e na qual, falando, respiram e se movem”. É justamente essa *ilatência* que os homens ainda não teriam assumido, no presente, “para fazer experiência do seu ser falante” e, então, se perguntar pela expressão justa da existência da linguagem, transformar a vida humana enquanto *ethos* e buscar uma *pólis* que “estejam à altura desta comunidade vazia e impresumível”: “esta é a tarefa infantil da humanidade que vem” (AGAMBEN, 2008, p. 17).

Agamben parece nos oferecer uma teoria da experiência, para a qual a infância é imprescindível. “A in-fância em questão”, diz o filósofo italiano no prefácio de *Infância e História* (2008, p.10), “não é simplesmente um fato que poderia se isolar um lugar cronológico, nem algo como uma idade ou um estado psicossomático que uma psicologia ou uma paleoantropologia poderiam jamais construir como um fato humano independente da linguagem” (p. 10). Ao contrário disso, o conceito de infância é um modo de se pensar os limites da linguagem e do pensamento, após a puríssima eliminação do indizível naquela por meio deste, com a finalidade de significar não o que é inefável, mas o que é dizível.

Nesse sentido, procura encontrar o lugar lógico da infância na relação entre experiência e linguagem, onde aquela consiste numa experiência transcendental nos termos sugeridos pelo projeto benjaminiano, contrapondo-se à forma como essa foi concebida por Kant (1994), sem levar em conta esta experiência como constitutiva de uma *experimentum linguae*, isto é, “uma experiência que se sustêm somente na linguagem”, que pode nomear objetos transcendentais por meio de “conceitos vazios sem objeto” e que é “autorreferente” na medida em que não possui referentes externos (AGAMBEN, 2008, p. 11-12). É evidente que uma experiência transcendental no interior da *crítica* kantiana é impossível ou, no mínimo, fora de proposição. No célebre prefácio à segunda

⁶ Conferir o verbete “infância” escrito por Pagni (2006) para o *Dicionário de Filosofia da Educação*, coordenado por Adalberto Dias de Carvalho.

edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant (1994, p. 9-22) se indaga sobre a possibilidade de fazer a experiência, não com objetos empíricos, mas com conceitos e princípios que nos são dados *a priori*; estes, adverte o filósofo prussiano, devem deixar-se pensar.

Para Agamben (2008, p. 11-13), o pensamento é um *experimentum* desse tipo, do mesmo modo que a infância entendida como ausência de linguagem articulada, não é sinônimo de não pensar, mas de um processo anterior a essa mesma linguagem pelo qual todo pensador pensa sem conseguir se comunicar. Como em sua infância – uma infância do pensamento –, o pensador infante tem a sua disposição a língua, mas não consegue elaborar um discurso. O lugar lógico da infância estaria justamente nessa diferença entre língua e fala, entre semiótica e semântica. Se não houvesse essa cisão entre língua e discurso, o homem teria sido sempre falante, não havendo a possibilidade nem de conhecimento, nem de infância, nem de história, mas seria apenas uma natureza linguística à qual estaria imediatamente unido, sem o estabelecimento de qualquer descontinuidade ou diferença por meio da qual seria capaz de produzir história e saber.

Em razão dessa estrutura cindida da linguagem humana, da necessidade da articulação entre língua e discurso, se estabeleceria, porém, uma relação entre a potência e o ato de produzir um discurso e a sua privação dada pelos mecanismos de sua distribuição, interdição e silenciamentos, demarcados pela e a partir da língua. Isso porque o poder humano se estabelece nessa estrutura da linguagem e, como diz Agamben (2008, p. 14-15), “aquilo de que no *experimentum linguae* se tem experiência não é simplesmente uma impossibilidade de dizer: trata-se, antes, de uma impossibilidade de falar *a partir de uma língua*, isto é, de uma experiência – através da morada infantil entre língua e discurso – da própria faculdade ou potência de falar”. Nesse sentido, caberia perguntar pela gramática do verbo poder que se encontra nessa estrutura linguística e, particularmente, nesse *experimentum linguae*. Mas, se por um lado, na relação entre língua e discurso e, particularmente, no hiato dessa relação onde se localiza logicamente a infância, se encontraria uma privação, um silenciamento resultante da própria estrutura da linguagem, por outro lado, se poderia abrir um espaço para a ética e para a política porque não existe uma articulação entre voz e linguagem, mas somente um espaço vazio em que o homem pode se lançar e se arriscar no *experimentum linguae*.

Por conta disso, nessa afonia, um *ethos* e uma comunidade tornar-se-iam possíveis e, então, a infância poderia se tornar em algo não apenas a ser preenchido com a linguagem, que a livraria de sua impotência de produzir um discurso, como também um estado de “*ilatência* impresumível que os homens habitam desde sempre, e na qual, falando, respiram e se movem” (AGAMBEN, 2008 p. 16-17). É justamente essa *ilatência* que o homem ainda não teria tentado “assumir”, verdadeiramente, “para fazer experiência do seu ser falante” e, então, ao se perguntar pela expressão justa da existência da linguagem, transformar a vida humana enquanto *ethos* e buscar uma *pólis* que “estejam à altura desta comunidade vazia e impresumível”: “esta é a tarefa infantil da humanidade que vem” (AGAMBEN, 2008, p. 17) – seguindo o programa benjaminiano.

Com isso, Agamben (2005, p. 58-59) concebe a experiência e a infância não em si mesmas ou puras, e portanto mudas e independentes da linguagem, mas em relação à linguagem, isto é, uma “in-fância do homem, da qual a linguagem deveria, precisamente, assinalar o limite”. Assim, uma teoria da experiência poderia ser somente uma teoria da in-fância. Contudo, essa in-fância não seria algo que preceda e seja independente da linguagem. Não haveriam para o filósofo italiano fatos psíquicos subjetivos independentes e aquém do sujeito linguístico, e a ideia de uma infância como uma substância pré-subjetiva revelar-se-ia um mito – algo que, certamente, também contestaria a posição de Adorno (1995) –; nem haveria um sujeito transcendental em termos kantianos (1994) que precede a experiência; pois infância e linguagem remetem uma a outra e se constituem em suas respectivas origens. Origem que se dá na linguagem e pela linguagem. É nesse círculo que Agamben (2008, p. 59) busca “o lugar da experiência enquanto infância do homem” na medida em que se constituem em origem uma da outra, já que “a infância que aqui está em questão,

não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em um determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito”. (AGAMBEN, 2008, p. 59). O filósofo italiano (2008, p. 65) diz ainda:

Experimental significa necessariamente, neste sentido, reentrar na infância como pátria transcendental da história. O mistério que a infância instituiu para o homem pode de fato ser solucionado somente na história, assim como a experiência, enquanto infância é pátria do homem, é algo de onde ele desde sempre se encontra no ato de cair na linguagem e na palavra. Por isso a história não pode ser o progresso contínuo da humanidade falante ao longo do tempo linear, mas é, na sua essência, intervalo, descontinuidade, *epoché*. Aquilo que tem na infância a sua pátria originária, rumo à infância e através da infância, deve manter-se em viagem.

Trata-se de um sujeito que é sujeito à historicidade e que faz história; não de uma história linear e progressiva da humanidade, mas que estabelece com ela descontinuidades, que aparece nela como um acontecimento singular. Isso porque não sendo da ordem da passividade nem da incapacidade e da dependência, esse lugar lógico da infância, esse hiato que se interpõe entre a experiência e a linguagem se tornando condição e origem de uma e de outra, ao longo da vida, propicia um *experimentum linguae* que não apenas pode repetir a estrutura de linguagem e preencher o espaço vazio entre a língua e o discurso, mas a interrompe, gerando uma experiência transcendental e abrindo à história esse mesmo espaço em que uma outra língua se ensaia nos primeiros fonemas articulados pela criança e um discurso diferente do existente pode emergir.

Considerações finais

Agamben reforça a dupla inflexão em relação às formas hegemônicas de pensar a infância, no presente, tal como aquelas propostas desde uma parte da obra de Kant, passando pela concepção de Nietzsche, até as de Benjamin e de Adorno sobre o assunto, ainda que seja para delas discordar em alguns pontos. De um lado, ele deixa de associá-la a uma idade específica e a uma fase de desenvolvimento humano, que a tomaria como sinônimo de criança, bem como a interpretação de que esses seres pequenos, objetos de cuidados especiais, seriam frágeis, incapazes, ignorantes, sem pensamento, sem experiência. De outro, ele a concebe como uma “[...] condição de rupturas, experiências de transformações e sentido das metamorfoses de qualquer ser humano, sem importar a idade” (KOHAN, 2005, p. 246); condição esta que pode significar uma descontinuidade com a história, com os modos de ser, de agir e de pensar habituais.

Se retoma uma concepção metafórica de infância, como sinônimo de menoridade, ele o faz para inverter o pensamento iluminista e a filosofia da história kantiana. Com Nietzsche, a infância é retomada no sentido de uma transformação do espírito necessária ao tempo presente, sim, mesmo que não seja como sinônimo de esquecimento e de inocência imprescindível ao pensar ou ao filosofar com o martelo, mas no sentido de se pensar uma experiência originária, transcendental, produtiva do pensamento, recorrendo à linguagem como meio de seu nascimento, que também é ruptura e descontinuidade com a história. Contra Adorno, Agamben parece questionar a proposta de retomar a infância como uma experiência profunda, inconsciente e indizível, constitutiva de uma subjetividade evanescente, a ser objeto do pensamento crítico, da autorreflexão sobre o próprio sujeito no sentido de trazê-la ao pré-consciente deste, apresentado como única saída ética e política para evitar o retorno à barbárie no presente, mesmo reconhecendo os seus limites de comunicá-la aos demais, porque a sua ausência de linguagem estaria associada à interdição dos mecanismos de dominação, só encontrando vazão relatava no fazer criativo da obra de arte.

Para finalizar, observemos uma figura animal relatada por Agamben, o axolote (*Ambystoma mexicanum*). Esse animal, que é, na verdade, uma salamandra, vive em águas doces no México. Quando encontrado pela primeira vez, acreditou-se tratar-se de um novo espécime, cuja

particularidade era a de manter, por toda vida, características lavares de um anfíbio. Mais tarde, verificou-se que o axolote subia à superfície e transformava-se num exemplar adulto de salamandra mosqueteira. Temos aqui um caso peculiar de regressão evolutiva, conhecida por pedomorfose ou neotênia. Isto posto, Agamben (2012, p. 90) reflete:

A evolução do homem não se teria dado a partida de indivíduos adultos, mas sim das crias de um primata que, como o *axolotl*, teria adquirido prematuramente a capacidade de se reproduzir. Isso explicaria aquelas particularidades morfológicas do homem que [...] não correspondem às dos antropóides adultos, mas às dos seus fetos. Particularidades que nos primatas são transitórias, mas que se tornaram definitivas no homem.

O mais importante disso tudo, para o italiano, é que essa hipótese poderia iluminar de modo novo a linguagem e toda a cultura humana, características que fazem do homem algo muito além do seu código genético. Diferentemente dos animais que “rejeitam as possibilidades somáticas que não estão inscritas no seu gérmen” (AGAMBEN, 2012, p. 91), a criança neotênica, isto é, a origem humana, apreende precisamente as possibilidades somáticas que lhes são arbitrárias, ou seja, como em Heidegger (2006), ela estaria não no ambiente, mas no mundo:

A criança neotênica, pelo contrário, estaria em condições de poder dar atenção precisamente àquilo que não está escrito, a possibilidades somáticas arbitrárias e não codificadas: na sua infantil onipotência, ela seria tomada de estupefação e ficaria fora de si, não como os outros seres vivos, numa aventura e num ambiente específicos, mas pela primeira vez, num *mundo*: ela estaria, verdadeiramente, a escuta do ser. E como a sua voz está ainda livre de toda prescrição genética, não tendo absolutamente nada para dizer ou exprimir, ela seria o único animal da sua espécie que, como Adão, seria capaz de *nomear* as coisas na sua língua. No nome, o homem liga-se à infância, para sempre amarrado a uma abertura que transcende todo destino específico e toda vocação genética. [...] Na verdade, se há alguma coisa que distinga a tradição humana do gérmen, é o fato de ela querer salvar não apenas aquilo que pode ser salvo (as características essenciais da espécie), mas também aquilo que nunca poderá ser salvo, [...] o ser, a não latência do *soma* infantil, ao qual apenas o mundo, apenas a linguagem estão adaptados [...] As diversas nações e as muitas línguas históricas são as falsas vocações com as quais o homem tenta responder à sua insuportável ausência de voz [...] Esse autêntico apelo da humanidade em relação ao *soma* infantil tem um nome: o pensamento, ou seja, a política. (AGAMBEN, 2012, p. 91-93).

Embora compreenda a língua e o discurso como parte dos jogos de poder existentes que excluem a experiência na qual se origina a infância e a infância da experiência humana, o filósofo italiano vislumbra o hiato entre língua e discurso característicos do *experimentum linguae* em que consiste a infância, como um espaço vazio que não é somente preenchido pela linguagem, mas é o começo dela, o balbuciar de uma voz, diferente do discurso existente e que o tensiona no sentido de tentar fazer brotar, afirmativamente, um outro *ethos* e uma outra *pólis*. Tal visão é mais afirmativa do que a de Adorno em relação às possibilidades da emancipação humana, no presente, entendida em termos diversos da filosofia transcendental kantiana, porque não fundada num sujeito moral e numa moralidade *a priori*, mas em uma experiência aberta que permitiria a constituição de um *ethos* e uma *pólis* que se contraponham à sacralização da vida política atual, conforme a hipótese biopolítica de Agamben (2004). Dessa forma, como o próprio filósofo italiano assume, segue o projeto benjaminiano incrementando-o a partir de uma concepção de linguagem não presente na filosofia que vem, assim como, na longa pesquisa intitulada *Homo Sacer*, se aproximar de temas não completamente desenvolvidos pelo projeto foucaultiano, tentando pensar o tempo presente, as rupturas com ele, no limiar da infância, nos termos anteriormente assinalados, estabelecendo a partir dela nexos entre a ética e a política.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte. Editora UFMG.

2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. 2. ed. São Paulo. Boitempo Editorial. 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*. Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *Ideia da Prosa*. Belo Horizonte. Autêntica. 2012.

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. 4. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010.

BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência – Crítica do Poder. In: BENJAMIN, Walter. *Documentos de Cultura Documentos de Barbárie* [Escritos Escolhidos]. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 160-175.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7. ed. São Paulo. Brasiliense. 1994. p. 114-119.

HEIDEGGER, Martin. *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2006.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo. Abril Cultural. 1994.

KOHAN, Walter O. *Infância*. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte. Autêntica. 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo. Companhia da Letras. 1998.

SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2006.

Notas de autoria

Pedro Angelo Pagni é Professor Livre Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Doutor em Educação pela UNESP. E-mail: pedropagni@gmail.com.

Raphael Guazzelli Valerio é Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: raphael.guazzelli@ufpe.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

PAGNI, Pedro Angelo; VALERIO, Raphael Guazzelli. Experiência, infância, linguagem e acontecimento: a biopolítica de Giorgio Agamben e a Educação. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 64-75, 2020.

Contribuição de autoria

Pedro Angelo Pagni: Escrita conjunta do texto com base em pesquisa desenvolvida pelos dois autores. Revisão bibliográfica.

Raphael Guazzelli Valerio: Escrita conjunta do texto com base em pesquisa desenvolvida pelos dois autores. Revisão final.

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 02/06/2020.

Modificações solicitadas em 22/10/2020.

Aprovado em 02/11/2020.

As instituições de reclusão e “controle” dos loucos na Parahyba do Norte entre 1889 e 1928


Institutions of seclusion and “control” of the insane in Parahyba do Norte between 1889 and 1928

Edna Maria Nóbrega Araújo

 <https://orcid.org/0000-0003-2904-9695>

Universidade Estadual da Paraíba – Campus de Guarabira

Joedna Reis de Meneses

 <https://orcid.org/0000-0003-0385-9382>

Universidade Estadual da Paraíba – Campus de Guarabira

Resumo: No final do século XIX e primeiras décadas do século XX a cidade da Parahyba do Norte, influenciada pelas ideias de modernidade e civilização, vivenciou uma série de reformas no espaço físico bem como diversas transformações nos costumes, hábitos e cotidiano de sua população. Essas reformas buscaram “retirar” e “excluir” das áreas centrais da cidade aqueles que eram tidos como responsáveis por promover a “desordem”. Tratava-se de destruir desde edificações fora do chamado alinhamento e/ou excluir e, se possível, silenciar historicamente, os pobres, menores abandonados, mendigos e loucos que perambulavam pelas ruas. Neste artigo, se pretende estudar, especificamente, as tentativas de exclusão dos indivíduos considerados loucos das ruas da cidade da Parahyba do Norte, bem como a psicopolítica da exclusão. Para tanto, foram pesquisadas fontes como os Relatórios dos Presidentes de Estado/Província, Relatório da Santa Casa de Misericórdia e Jornais da época. Buscou-se historicizar as tentativas de controle dos ditos “furiosos” na Cadeia Pública, na Santa Casa da Misericórdia, posteriormente, no asilo Sant’Anna e, por fim, no hospital Colônia Juliano Moreira, quando os médicos psiquiatras puderam exercer um saber/poder nas instituições, pautados nos discursos científicos, que enclausurava, vigiava e silenciava os rotulados com a marca da loucura.

Palavras-chave: Loucura. Institucionalização. Enclausuramento. Cidade.

Abstract: At the end of the 19th century and the first decades of the 20th century, the city of Parahyba do Norte, influenced by the ideas of modernity and civilization, experienced a series of reforms in the physical space as well as several transformations in the customs, habits and daily lives of its population. These reforms sought to “remove” and “exclude” from the central areas of the city those who were held responsible for promoting “disorder.” It was about destroying buildings outside the so-called alignment and / or excluding and, if possible, silencing historically, the poor, abandoned minors, beggars and madmen who roamed the streets. In this article, we intend to study, specifically, the attempts to exclude individuals considered crazy from the streets of the city of Parahyba do Norte as well as the psychopolitics of exclusion. Sources such as the Reports of the Presidents of State / Province, the Santa Casa de Misericórdia Report, and the newspapers of the time were searched for, trying to historicize the attempts to control the so-called “furious” in the Public Jail, at Santa Casa da Misericórdia, later Sant’Anna asylum and, finally, at the Colônia Juliano Moreira hospital, when psychiatric doctors can exercise knowledge / power in institutions based on scientific discourses. ficos, who cloistered, watched and silenced those labeled with the mark of madness.

Keywords: Madness. Institutionalization. Enclosure. City.

O tema aqui proposto tem o intuito de analisar os discursos sobre o louco na cidade da Parahyba do Norte entre 1889 e 1928, demarcando historicamente os momentos em que a



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

sociedade paraibana passou a intervir diretamente em seus *corpos* através de práticas de controle como a do *enclausuramento* hospitalar. É importante destacar que o louco passou a ser alvo de intervenção das autoridades governamentais no momento de consolidação de um projeto higienizador e civilizatório propagado pelo discurso modernizante presente nessa cidade. Tais mudanças vieram atreladas ao conceito de modernidade e foram construtoras de determinados discursos sobre loucos, pobres e mendigos, não apenas na cidade da Parahyba do Norte, como também em diferentes cidades ocidentais no mesmo período. Era um momento de reformas urbanas e de tentativas de exclusão dos indivíduos considerados não adequados às novas imagens das urbes.

Nesse sentido, os Presidentes de Estado e a Imprensa da época comentavam sobre a presença “incômoda” dos alienados nas ruas da cidade e a necessidade de serem “recolhidos”. No período citado, os loucos costumavam ser enviados para a Santa Casa da Misericórdia onde viviam acorrentados, em péssimas condições de higiene, e conviviam com pessoas acometidas das mais diferentes doenças. Na cidade da Parahyba, os indivíduos considerados loucos também eram aprisionados na Cadeia Pública junto aos ladrões, bêbados, homicidas e estupradores. A partir de 1891, muitos passaram a ser internados no asilo Sant’Anna onde viviam em “cubículos escuros” sem higiene e sem assistência médica especializada e/ou minimamente adequada para um ser humano.

Com a fundação do Hospital Colônia Juliano Moreira, a experiência da loucura passou a ser “controlada” a partir de uma instituição específica na cidade. Esse controle, por sua vez, tinha um amparo teórico no saber da designada *psiquiatria*. Na instituição Juliano Moreira, as relações de poder foram postas em prática através das técnicas de disciplina e da docilidade empregadas aos corpos dos loucos. Produzia-se uma investida psicopolítica na qual esse saber, considerado científico, que alvejava os indivíduos e, devido ao internamento e às terapêuticas aplicadas, sujeitava-se as pessoas aos lugares de loucos e doentes. A partir de então, o internamento passou a ser considerado o artifício para o encontro da suposta “cura” dos males da mente humana.

O recorte temporal de 1889 a 1928, aqui proposto, inicia com a Proclamação da República e termina com a construção do Hospital-Colônia Juliano Moreira. Segundo Edvaldo Brilhante da Silva Filho (1990, p. 62) “de fato a história do ‘Asylo de Sant’Anna’ começou com a queda da monarquia e a eclosão do regime republicano (1889), que no campo jurídico foi a partir do Regulamento nº 169 do dia 18 de janeiro de 1890. [...]”. Meses depois, o governo do Estado deu sua autorização para o funcionamento das primeiras enfermarias específicas no tratamento dos pacientes psiquiátricos. Isso não significa dizer que há uma característica rígida e mecânica na consolidação do recorte cronológico, já que em várias ocasiões foi necessário fazer referência a momentos anteriores devido a importância de alguns aspectos para este estudo. Nesse sentido, pesquisar esse período é adentrar também na memória da cidade da Parahyba do Norte, nos discursos dos políticos, médicos, imprensa e instituições. É possível, assim, destacar a pertinência de se analisar a história do louco levando em consideração, principalmente, os seguintes problemas: entre 1889 e 1928, na cidade da Parahyba do Norte, teriam os conceitos de urbanização, modernidade, civilização e disciplina influenciado no cotidiano dos ditos loucos? Como a sociedade do período passou a observá-los e, principalmente, a intervir em seus corpos? Como foram produzidos os discursos sobre os loucos na cidade da Parahyba do Norte – João Pessoa – nos anos de 1889 a 1928? Como viviam os loucos nas instituições totais na Parahyba do Norte? O que mudou no discurso médico em relação à loucura possibilitando a construção do Hospital Juliano Moreira em 1928?

Na busca pela análise destas questões iniciais foram pesquisadas fontes como os Relatórios dos Presidentes de Estado/Província, Relatório da Santa Casa de Misericórdia e Jornais da época.

Cenários *modernos* da cidade e a criação das instituições asilares

A partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, as cidades brasileiras, influenciadas pelas ideias de modernidade e civilização europeia, vivenciaram diferentes transformações, no espaço, nos costumes, hábitos e cotidiano da população. No citado período, transformar o mundo, mudá-lo, traduzia a ideia do que era ser moderno. Ser moderno era estar encantado com a modernidade, era se permitir demonstrar estar apaixonado com o que a sociedade urbana e industrial tinha trazido de diferente. Era se encantar com a velocidade do progresso, presente, por exemplo, nas estradas de ferro ou na produção industrial. Era buscar substituir práticas sociais antigas por novas. Portanto, ser moderno era, especificamente, buscar ser diferente do antigo, era estar preso ao sonho de transformar o mundo constantemente.

Desde o final do século XIX o sonho da modernidade vinha sendo compartilhado pela elite e intelectuais da Parahyba do Norte. Acompanhar a modernidade era o mesmo que estar apto para acompanhar o mundo, era preciso poder compartilhar com o mundo, como outras cidades brasileiras, a modernidade e o progresso. Esse desejo de acompanhar o mundo moderno não envolvia, portanto, apenas as grandes metrópoles, envolveu também as pequenas cidades (ARAÚJO, 2001).

As preocupações com a aparência da cidade eram denunciadas na imprensa:

Nota-se que diversos passeios das principais ruas da cidade estão bastante estragados, havendo calçadas com grandes trechos sem tijolos. Esse desleixo dos proprietários, que concorre para afeiar a cidade e incomodar os transeuntes precisa ser corrigido pela coação das posturas municipais. [...] Infelizmente ainda ha muita gente que não dá o devido apreço aquilo que é feito para o embelezamento da cidade. Tudo que diz respeito á vida civilizada desagrada aos inveterados hábitos da roça. Já é tempo de se corrigirem tantos defeitos incompatíveis com a vida civilizada de uma capital (*A União*, 26/10/1907, p. 01).

A citação acima, que data de 1907, menciona uma cidade que ainda não se “corrigiu”. As últimas décadas do século XIX e início do século XX, porém, marcaram a cidade através da busca por esta correção. Em 1907 se falava em tijolos quebrados. Mas, desde 1866, por exemplo, buscava-se determinar como deveria ser construída a cidade, como deveriam ser colocados os tijolos. Ainda em 1866, observou-se a publicação de uma lei que estabelecia como deveriam ser construídas as casas na área urbana. Dizia a lei:

As fronteiras serão construidas conforme as posturas em vigor, terão cornija e calçada e serão rebocadas e caiadas. Os muros terão doze palmos de altura, [...] A calçada ou passeio quer nas fronteiras e muros, quer nas casas que se houverem de levantar ou reedificar será feito de conformidade com o nivelamento desta cidade (Edificações. Lei 243, § 1º e 2º.” *Collecção das Leis Provinciaes da Parahyba do Norte*. Parahyba do Norte: Typ. J. R. da Costa, 08/10/1866).

As Posturas visavam eliminar o que se considerava irracional, ordenar as construções, controlar o espaço urbano. Estabelecer hábitos “civilizados”. As pessoas foram proibidas de interferir diretamente no espaço que ocupavam com suas vidas e, em nome do alinhamento, do nivelamento, da estética das classes dominantes, não podiam mais decidir a forma de construção das suas casas, a largura das ruas, a altura dos muros, das fachadas, das janelas.

Entre o século XIX e início do século XX, as chamadas Posturas Municipais foram usadas, com frequência, como forma de esquadramento urbano e como forma de controle dos hábitos e comportamentos do cotidiano da população. Além das posturas que demonstravam a ampla vontade de controle, muitas outras posturas se seguiram e estavam direcionadas não apenas para a rua, para as edificações, para os costumes, mas também impunham uma série de medidas referentes ao destino do lixo, ao arejamento das moradias, à limpeza dos armazéns, ao funcionamento dos açougues, aos depósitos de carne e peixe e de outros gêneros que facilmente se deterioravam, como as frutas e verduras. Ou seja: foram publicadas leis controlando lugares e

ações que pudessem ofertar algum risco às condições de saúde da população (ARAÚJO, 2001).

Os governantes agiam, em nome da ordem, no sentido de disciplinar o uso da cidade, o comportamento dos seus habitantes e o corpo de cada morador da cidade. “Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.” (FOUCAULT, 1989, p. 80).

O encantamento que a modernidade provocava alcançou a elite política e intelectual da Parahyba do Norte. O governo gostaria de inovar, de modificar a cidade ou, precisamente, a sua estrutura urbana, de forma parecida com a das grandes metrópoles. Havia a expectativa de que a cidade estivesse caminhando nos trilhos da modernidade. E caminhar nesses trilhos significava apagar as imagens e os comportamentos do passado, encobrir os arranhões. Significava defender a remodelação da cidade. Nesse sentido, não se tratava de algo estranho para o Presidente de Estado, Camilo de Holanda, no ano de 1917, afirmar: “[...] em todas as construções de direito administrativo, devemos **copiar o que já se encontra feito e experimentado nos grandes centros evoluídos**” (Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado Sr. Dr. Camilo de Holanda. Parahyba do Norte, A União, 02/09/1917, p. 2, grifos nossos).

De acordo com Camilo de Holanda, percebe-se que as autoridades governamentais não apenas conheciam o que estava ocorrendo em outras cidades, como também queriam seguir seus exemplos. Através das matérias publicadas na imprensa do período, foi possível observar que os paraibanos estavam informados sobre as reformas urbanas ocorridas na Europa e em outras cidades brasileiras, uma vez que, nos próprios jornais, havia uma parte destinada às informações estrangeiras, sobretudo, acerca da França e da Inglaterra, além de outros espaços dedicados a cidades como o Rio de Janeiro, que representava o “maior centro cosmopolita da nação, em íntimo contato com a produção e o comércio europeu e americano, absorvendo-os e irradiando-os para todo o país” (SEVCENKO, 1995, p. 28).

Na Parahyba do Norte, a influência europeia foi absorvida e, embora não tenha experimentado reformas modernizantes tão intensas quanto o Rio de Janeiro, não deixou de haver a tentativa de alinhamento aos padrões de civilização, progresso e desenvolvimento europeus. Estava em jogo um projeto de vida, um sonho do novo superar o antigo. As casas de taipa e os velhos casarões deveriam dar lugar a prédios novos, salubres, iluminados e bem arejados. As ruas estreitas e becos deveriam ser substituídas por ruas largas e avenidas, todas obedecendo às normas dos higienistas. A cidade perfeita teria que ter água encanada, energia elétrica, cinema, praças, bondes elétricos, entre outros aparatos que faziam da modernidade o desejo dos paraibanos mais abastados. A atuação dos Presidentes de Estado e Prefeitos da Capital demonstrava uma certa obsessão em construir uma cidade esteticamente moderna.

No início do século XX, acentuou-se a preocupação em reorganizar a cidade da Parahyba do Norte, que, aos poucos, teve seus espaços tradicionais de circulação, moradia, lazer e trabalho, redefinidos, remodelados. Destacaram-se, nessa busca de remodelação, os governos de João Lopes Machado (1908/1911), João Pereira de Castro Pinto (1912-1915) e Camilo de Holanda (1916-1920). No período desses governos, foram incentivadas e praticadas, dentre outras reformas, as seguintes: transformação dos logradouros públicos em locais atraentes através da remodelação, arborização e criação de praças e Jardins Públicos; derrubada das casas de palha, abertura de ruas e avenidas que visavam substituir os chamados becos insalubres; remodelação, caiação dos prédios públicos e calçamento das ruas. O projeto de rede de esgotos de 1913 também estava próximo aos elementos modernos que vinham sendo solicitados para a cidade, como a energia elétrica e o abastecimento de água. O ano de 1912, época do governo de João Machado, fora singular em relação a esses dois aspectos, uma vez que a Parahyba do Norte, a partir daquele ano, passou a contar com os serviços de água encanada e energia elétrica (ARAÚJO, 2001).

A rua e a casa ganharam, portanto, novos olhares, além do olhar do construtor. Foi preciso criar ruas largas, arejadas, bem ventiladas, com canais de drenagens, sistemas de esgotos e de

abastecimento de água potável. As casas também receberam essa mudança de olhares e de vigilância: abrem-se janelas nas alcovas, varandas e *terrassês* modificavam a estrutura arquitetônica. Requeriam-se ambientes mais claros, mais ventilados, onde a luz do sol e o vento pudessem ter acesso livre, tanto quanto os membros aí residentes. Médicos, químicos e engenheiros opinavam sobre os melhores métodos de arejamento das cidades e das residências, e a salubridade tornou-se a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente à salubridade que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde (OLIVEIRA, 2003, p. 18).

Conforme Foucault (1989, p. 80), a medicina urbana contribuiu para o projeto modernizador das cidades e, na Parahyba do Norte, a influência da medicina fora de suma importância já que o apoio dos médicos, seja diretamente envolvidos na administração da urbes ou através dos seus discursos nos jornais, contribuiu para transformar o centro da cidade em um espaço ordeiro, asseado e belo, onde a elite pudesse transitar sem os perigos das doenças ou da incômoda presença dos pobres, mendigos, ladrões, menores abandonados, órfãos, loucos, aleijados e prostitutas. No entanto, é possível perceber na documentação pesquisada que, apesar das tentativas de exclusão e de construção de uma nova cidade, os pobres continuaram a disputar o espaço urbano com as elites. A velha cidade se encontrava com a nova. O brilho da moda, do moderno e dos novos costumes se via ofuscado pela presença de grupos sociais que não estavam disputando as melhores roupas, os melhores chapéus ou perfumes, mas o direito à existência que, evidentemente, não era silenciosa ou imperceptível como talvez desejassem os mais aquinhoados socialmente. Assim, de forma paralela às fachadas modernas que, naqueles dias, se buscava construir para a Parahyba do Norte, havia a miséria social em exposição permanente nas ruas da cidade (ARAÚJO, 2001).

A permanência dos pobres nos lugares públicos era tomada como um inconveniente, como um “espetáculo” deprimente, que causava tristeza e vergonha. A presença dos mendigos atrapalhava a imagem que se queria exibir da cidade.

Os atores nomeados por uma parcela da sociedade como mal-ditos e que compõem o cenário urbano são, em sua grande maioria mendigos, crianças abandonadas, enfermos, loucos, bêbados... sujeitos nômades que não tem outro lugar se não as calçadas e as ruas da cidade. Os memorialistas muito têm a falar sobre essas vidas errantes que vivem a compor a cartografia urbana. Vidas estas que são instituídas pela ordem moderna e civilizada como causadoras da desordem (BRITO, 2011, p. 36).

Como apresenta Brito, os pobres, loucos e vários outros que perambulavam pelas ruas, também eram considerados malditos na cidade de Campina Grande, eles representavam figuras contrárias à ordem da modernidade e da civilização que se desejava no momento. O que fazer para estabelecer a ordem urbana? Como excluir os indivíduos considerados atípicos das ruas e mudar a fisionomia da cidade para uma cidade ordeira, higiênica, civilizada e moderna?

Na cidade da Parahyba do Norte, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, a solução encontrada para retirar os pobres das ruas estava na derrubada de suas casas de palha do centro da cidade. Já os doentes, velhos, mendigos e menores abandonados eram “escondidos” nos asilos e hospitais. Não havia preocupação com uma política para erradicar a situação de pobreza, mas, ao contrário, uma “defesa” cada vez maior da exclusão dos destituídos da cidade. Com isso, objetivava-se ocultar “das vistas do público, essa legião de seres imundos e repelentes” que “infestavam” as ruas (A União, 02/09/1917, p. 2). Mas, era necessário colocá-los em espaços específicos, onde aqueles que viviam do vício do roubo, da vadiagem e da mendicância pudessem se “regenerar” através do trabalho.

Visando essa eliminação e exclusão, foram criadas instituições assistencialistas, como os hospitais, o Instituto de Proteção à Infância e o Orfanato D. Ulrico, para abrigarem os menores,

além do asilo da mendicidade, para recolher os mendigos:

Essa Instituição, que é uma das mais meritorias do Estado, realiza na Parahyba um grande ideal, qual seja o de plena assistência aos necessitados-indigentes que dantes perambulavam pelas ruas, demindo-nos (sic), com o triste espectáculo da mendicidade, algumas vezes de pura exploração, os foros de cidade civilizada, além ainda de vários outros perigos de ordem moral e material. [...] A mensalidade dos sócios é apenas de mil réis, pagos semanalmente. Como se vê, a existencia do Asylo de Mendicidade da Parahyba importa em uma grande economia para cada familia, que dantes se via na contingência de soccorer semanalmente, a um grande numero de indigentes que lhe batiam ás portas [...] (A UNIÃO, 16/02/1917, p. 2).

A presença dos mendigos no perímetro urbano descaracterizava a pretensa imagem moderna e civilizada que a cidade da Parahyba do Norte desejava exibir para o mundo. Por isso, afastá-los significava uma dupla vitória. Primeiro, econômica, porque seria mais barato ajudar na manutenção de um asilo de mendigos do que atender-lhes os anseios cotidianamente, e, em segundo lugar, havia uma satisfação provocada pelo fato de que o “olhar” da elite não mais precisaria conviver com as imagens consideradas deprimentes, com certa desordem da cidade, o que justificava pagar para manter a cidade em “ordem”, com os mendigos afastados.

O Asylo de Mendicidade, naquele momento, surgia como a instituição que seria capaz de promover, de forma rápida e barata, esse distanciamento dos mendigos das ruas da cidade.

Ao lado dos mendigos também caminhavam os loucos, e estes também eram considerados incompatíveis com a busca da modernidade. Eram pessoas que dependiam das esmolas ou de algum trabalho para sobreviver pelas ruas da cidade. Alguns, abandonados pela família, vagavam pelas ruas. “Tais personagens foram, em certa medida, tolerados nas cidades parahybanas por muitos anos. No entanto, quando eram acometidos por crises de excessos, se tornavam casos de polícia” (JUNQUEIRA, 2016, p. 108). Eram então encaminhados para a Cadeia Pública, ou para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia ou para a residência familiar, onde eram mantidos presos nos porões ou quartos.

O que fica em evidência é que, na cidade da Parahyba, no contexto do século XIX, tal como aconteceu na Europa entre o seiscentos e o setecentos, conforme observou Foucault, a loucura só terá hospitalidade entre os muros dos hospitais e/ou das cadeias, junto aos pobres e indesejáveis. E aqui, como lá, também se observou uma degradação moral da pobreza, antes vista sob a sigla da misericórdia e que passou a comportar todos os tipos de práticas antissociais (JUNQUEIRA, 2016, p. 110).

Sobre a prática de confinar loucos e pobres, de forma vinculada, nos hospitais é interessante lembrar Foucault quando chama atenção para o momento da grande internação:

Uma data pode servir de referência: 1656, decreto da fundação, em Paris, do Hospital Geral. ‘A Casa e o Hospital tanto da grande e da pequena Misericórdia quanto do Refúgio, no bairro de Saint-Victor, a Casa e o Hospital de Cipião, a casa da Savonnerie, com todos os lugares, praças, jardins, casas e construções que deles dependem’. Todos são agora destinados aos pobres de Paris, ‘de todos os sexos, lugares e idades, de qualquer qualidade de nascimento, e seja qual for sua condição, válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis. (FOUCAULT, 2005, p. 49).

Nesse sentido, observa-se que o Hospital Geral foi um espaço para recolher o pobre, o miserável e o que não “pode responder pela sua própria existência” na cidade. O Hospital Geral não possui nenhuma associação com a ideia médica de cura como a enunciada nos dias de hoje. É uma “estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa” (FOUCAULT, 2005, p. 50).

Os loucos, durante um século e meio, foram colocados sob o regime desse internamento, até que foram libertados das salas do Hospital Geral, por Pinel, Tuke e Rush, respectivamente na França, Inglaterra e Estados Unidos. Eles foram os “pioneiros de um movimento reformista no

tratamento dispensado ao louco, possibilitando a construção de locais específicos para a internação, nos quais ele passaria a receber algum tipo de cuidado” (OLIVEIRA, 2008, p. 21).

Michel Foucault, em História da Loucura (2005), chama a atenção para o grande internamento ocorrido na Europa no século XVII. Na Parahyba do Norte se pôde observar o recolhimento dos também chamados perigosos no século XIX, principalmente na Santa Casa de Misericórdia onde pessoas acometidas de diferentes doenças eram internadas no mesmo espaço.

A existência de loucos e/ou loucas na Parahyba não é recente. No entanto, somente em 1830, por meio da Postura Municipal Nº 10, foi que se ouviu o primeiro grito sobre as experiências da loucura na Província da Parahyba. Depois disso, em 1858, quando governava a Província o Sr. Henrique Beaurepaire Rohan, foi que a existência desses sujeitos veio à luz. Naquele ano, o provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, o Sr. Francisco d’Assis Pereira Rocha, tentou, um movimento, muito semelhante em seus fins, àquele representado pela experiência da Nau dos Loucos, qual seja: livrar, não só a Província, mas, principalmente, aquela Casa de Caridade, do “terrível fardo”, representado pela responsabilidade de recolher e cuidar dos(das) alienados(as). Indignado, o Provedor Pereira Rocha reclamava da proibição de enviar para o Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, os alienados que viviam divagando pelas ruas de Parahyba.

Em 1828, os Loucos e /ou as loucas já não eram aceitos(as) quando circulavam pelas ruas da cidade e, em 1858, a situação era mais complexa diante do desejo das autoridades de enviá-los para o Rio de Janeiro onde deveriam ficar internos no Hospício Pedro II, recém-criado pelo Imperador. Diante da não autorização por parte do Imperador, o Senhor Pereira Rocha se mostrava bastante descontente, já que os loucos continuariam na Santa Casa de Misericórdia dividindo espaço com outros doentes.

Por outro lado, o Dr. Innocencio João José Poggi em seu Relatório como Provedor de Saúde da Província, sugerira construir um lugar específico para os alienados “de modo a resistir aos estragos que eles costumão praticar, e que os livre o mais possível dos choques, contusões”. (POGGI, 1858, p.3).

Felizmente a segunda dessas urgentes necessidades vae ser satisfeita no andar térreo da nova obra da enfermaria das mulheres, e talvez a primeira também possa sê-lo. Segundo consta, no pavimento inferior do Hospital da Santa Casa, foram edificadas saletas, arejadas com grades de ferros nas janelas, destinadas aos alienados[as], que, logo que concluída, teve outro destino, dado ao fato de ter aparecido demandas consideradas mais “uteis”. Os loucos e/ou loucas permaneceram confinados no pavimento térreo, nas duas celas sujas e escuras nos fundos do Hospital, junto à cozinha onde tantas vezes estiveram de mistura com os presos, “e por baixo do salão, em que se ach[avam] as enfermas, de sorte que, quando se ach[avam os loucos e/ou loucas] nos intervalos de furor não pod[iam] as enfermas tranquilizar[em-se] um instante”. (NEVES, 1862, p. 2)

A insatisfação ou indiferença dos dirigentes da Santa Casa em relação aos loucos pode ser observada quando o espaço antes destinado a eles fora utilizado para outros fins, dito “mais uteis”.

Passavam-se os anos e, ao que parece, a insatisfação diante da permanência dos loucos na Santa Casa de Misericórdia só aumentava, como também aumentava a violência com que eram tratados:

Chegado à década de 70 do século XIX, a Santa Casa encontrava no argumento da falta de espaço uma forma de se ver livre dos “indesejados” hospedes, que, conforme referido pelo Provedor Joaquim Moreira Lima, “não só perturba[vam], e encommoda[vam] os outros doentes [e também os funcionários do estabelecimento], como arruína[vam] e destro[iam] o edifício”, diante do que, converia ao menos, já que não se pode fazer um edificio independente, preparar alguns quartos com toda a segurança para esses infelizes. Conservos em ferros, e algemados para evitar que eles arrombem os quartos, é um crueldade pungente. Não existe no Hospital uma só prisão segura, e com as comodidades indispensáveis a esses enfermos. Se a Assembléa não der os meios os infelizes teram de sofrer, além dos encommodos d’essa cruel enfermidade, as violências empregadas para conte-los (JUNQUEIRA, 2016, p. 122-123).

Indesejados por todos, médicos, funcionários, e até mesmo pelos familiares, em decorrência do seu comportamento, eles recebiam um tratamento desumano. Eles viviam “conservados em ferros, e algemados” como se aprisionados nas salas.

De acordo com Edvaldo Brilhante da Silva Filho, o aprisionamento já era uma prática utilizada em relação aos loucos ao longo do período colonial e do período imperial, associado a outros recursos terapêuticos considerados “não científicos”:

Há registros que os insanos muitas vezes recebiam severos castigos físicos, pois era uso corrente pensar tratasse de problemas de possessões demoníacas (questões espirituais), também usavam medicações caseiras como chás de ervas medicinais, os banhos de água quente e fria, os banhos de mar, as orações das benzedadeiras (conhecidas por rezadeiras), tinham ainda os exorcismos (praticados pela Igreja Católica), os enclausuramentos radicais, onde os mais agressivos eram acorrentados trancafiados dentro de cubículos nos porões das residências, etc. (SILVA FILHO, 1998, p. 44).

Ao longo dos anos, os loucos que não perambulavam pelas ruas sofriam em suas residências. Eram as próprias famílias que os escondia nos porões escuros. Quando era possível, enviavam-nos para instituições onde ficavam reclusos ou, usando a terminologia usada por Erving Goffman (2005), instituições totais. Nesse sentido, os loucos foram “fechados” em várias instituições e com os mais variados grupos de sujeitos, sejam em hospitais destinados a doenças contagiosas como a Santa Casa, nas Cadeias Públicas, dentre outras. Junto com essa contingência de sujeitos, os loucos passaram a ser, aos poucos, silenciados, pois foram misturados aos criminosos e aos doentes de variadas patologias.

Na Parahyba do Norte, uma das principais instituições a desempenhar o papel de instituição total foi a cadeia pública. Embora pouco explicitado em seus relatórios, apresentados aos presidentes de Estado, constata-se que a cadeia pública foi grande receptora de loucos, como mostra o relatório abaixo:

O digno chefe de policia em se o minucioso relatorio referindo-se à Cadeia desta capital, disse n'ella existirem 107 presos, numero excessivo que o edificio não comporta, sendo preciso para evitar tal aglomeração que os Srs. Juizes das diversas circumscripções do Estado não enviarem presos indiciados, apellados ou protestado. O honrado Dr. Chefe de policia reclama em seu relatorio providencia no sentido de serem effectuados certos melhoramentos no edificio que serve de cadeia publica nesta capital é justo que algo se faça para dar melhores e mais hygienicas accomodações ao velho edificio, onde se acham reclusos quase todos os sentenciados do Estado. Pelos mappas constantes do relatorio da policia vê-se que do 1º de Setembro do anno passado até Julho ultimo, entraram na cadeia publica da capital 152 presos, sendo que a 23 de Julho existiam na mesma prisão os seguintes crimes: de homicídio – 47 roubo – 17 estupro – 3 ferimento – 7 defloramento – 1 moeda falsa – 1 alienados – 2 (LEAL, 1906, p. 6)

Outros exemplos: “Notas da Polícia dia 10 existiam na cadeia 222 presos, sendo 220 criminosos e 2 desordeiros. Existem mais duas mulheres alienadas”. (Estado da Parahyba 13/11/1891, p. 2). Outro Jornal também afirma: “Existem recolhidos a cadeia 163 detentos sendo 6 alienados.” (Correio Official, 15/01/1903, p. 2).

Como apresentado nos relatórios, os alienados eram encarcerados com os mais variados detentos, acusados de vários crimes, de roubo a homicídio. Percebe-se, então, que nesse período citado, a imagem do louco ainda estava sendo construída enquanto doente.

Diante do exposto, pode-se observar que a cadeia pública era uma das principais instituições que enclausuravam os sujeitos tidos como loucos. Todavia, considerando os demais relatórios do Presidente de Estado, pode-se verificar um significativo *silenciamento* nos respectivos documentos sobre a presença dos loucos na cadeia, ou sua pouca menção. No entanto, outros indícios fazem perceber que o número de loucos presos nessa instituição era muito maior do que os esporadicamente divulgados. O que aponta para tal direcionamento são as inúmeras notícias

divulgadas no periódico *A União*, onde trazia constantemente os nomes dos indivíduos que foram presos por “distúrbio” ou por “parecer sofrer de doença mental”, conforme se pode observar nos seguintes exemplos: “Durante o policiamento de ante-hontem para hontem, por guardas civis, foi recolhido a Cadeia Publica o individuo Antonio Pereira de Carvalho, que apresentava symptomas de loucura” (*A União*, Parahyba do Norte, 05/11/1915, p. 2). “[...] deu entrada nesta cadeia [...] a mulher Maria Alexandrina da Conceição, que se achava sofrendo de alienação mental”. (*A União*, Parahyba do Norte, 25/11/1924, p. 3). “O Guarda de n. 68, de serviço na praça Vidal de Negreiros, conduziu á Repartição Central de Policia o individuo Virginio Teixeira, por parecer soffrer das faculdades mentaes”. (*A União*, Parahyba do Norte, 08/12/1929, p. 3). “O guarda nº 60, de serviço na praça da Independencia, conduziu a policia o individuo Chrispiniano Nunes, por parecer soffrer das faculdades mentaes.” (*A União*, 26/02/1930. p. 2). Os dados expostos no Jornal *A União* nos fazem concluir, mais uma vez, que a cadeia pública era uma das instituições que mais encarceraram os sujeitos tidos como loucos.

Se existiam quase diariamente pessoas presas como loucas, como justificar os Relatórios de Presidente de Estado com um pequeno número de presos? O que classificaria estas pessoas como doentes mentais? Como elas se apresentavam para receber tal diagnóstico e serem levadas para a delegacia? Qual o conhecimento teria o Guarda de número 60 ou 68 para identificar um louco? Como eles eram tratados na prisão?

É importante pensar as prisões como instituições disciplinares, como instituições que estavam preocupadas com as chamadas pessoas perigosas, inclusive com os loucos, no sentido de retirá-los das ruas.

Desta forma, tratar a questão da loucura nas instituições de segurança da cidade da Parahyba do Norte leva, inevitavelmente, para a problemática de sua invisibilidade. No entanto, essa invisibilidade discursiva em torno da loucura e do sujeito louco produz também uma outra forma de controle e de sujeição a qual este artigo tem buscado analisar, ou seja, o silenciamento dos indivíduos a partir da psicopolítica. A partir desse momento histórico, começa a se produzir um cenário de exclusão e, por conseguinte, de silenciamento uma vez que o pensamento dos indivíduos considerados loucos historicamente tem sido ignorado.

No final do século XIX e início do século XX, a história deste silenciamento, desta invisibilidade, começou a ser construída, principalmente com as diferentes tentativas de naturalização do aprisionamento dos loucos. Por exemplo, diante da falta de instituições para receber os loucos e, considerando que em Recife e Olinda já existiam espaços específicos a eles destinados, a comparação com essas cidades vizinhas era constante naquele período. Essa comparação, que naturalizava demasiadamente a ideia de um espaço específico para o enclausuramento dos loucos, resultou em uma campanha pela criação de um novo hospital para eles. Na Santa Casa, principalmente, nos momentos em que havia possibilidade de seca ou epidemias, a campanha se acentuava. Nesse sentido, no ano de 1890 foi inaugurado o primeiro estabelecimento para o “recolhimento” dos doentes mentais na cidade da Parahyba do Norte, o Asilo Sant’Anna (SILVA FILHO, 1998). Não se tratava de um asilo no modelo “científico”, mas um lugar onde pudessem recolher os loucos retirados das ruas. Como bem colocado por Castro (1945, p. 366): “[...] os insanos passaram a contar [...] com um tecto e não hospital, um verdadeiro deposito humano, onde se recolhiam”¹.

Os primeiros doentes mentais do ‘Asylo de Sant’anna’ vieram trazidos para tratamento especializado da famosa Cadeia Pública da capital, pois encontravam-se recolhidos (como

¹ O terreno do Asilo Sant’Anna foi comprado em 1859, pelo Presidente Henrique Beaupaire Rohan para abrigar o Colégio de Educação de Artífices da Paraíba e foi extinto em 1875. Já em 1878 diante do surto de varíola, “este foi transformado em Hospital dos Variolosos”, já que ficava distante da cidade. “Finalmente com o passar dos anos este foi servido para abrigar toda sorte de pessoas marginalizadas socialmente, como os doentes de outras endemias: cólera, febre amarela, tifo, sífilis,” etc. e até os pobres juntos retirantes vítimas do flagelo da secas de 1877-1879, mendigos comuns ou vadios, prostitutas e muitos outros [dentre eles os loucos] (SILVA FILHO, 1998, p. 61-62).

prisioneiros comuns) já que esta era uma atitude bastante normal para a época. Chegaram inicialmente '12 loucos furiosos' para ocupar os doze quartos (tipo cubículo individual) que existiam no local, eram divididos em 06 quartos para homens e 06 para mulheres. (SILVA FILHO, 1998, p. 63).

O Asilo Sant'Anna foi o primeiro hospital específico para loucos na Parahyba. E, a princípio, recebeu os presos tidos como "loucos furiosos" para ocuparem os pequenos quartos daquele hospital. Porém, diante das condições descritas por Oscar Oliveira Castro, a situação dos loucos parece não ter sofrido mudanças significativas ao deixarem a Cadeia Pública:

Era um pavilhão colocado ao lado nascente do atual Hospital Santa Isabel, baixo, com mais ou menos uns trinta metros quadrados de área coberta. O edifício, além da alpendrada que o rodeava, dispunha de 12 celas escuras e sem ventilação, cujas portas, únicas e pesadas singularizam-se pelo orifício de forma retangular, bem no centro, com grade de ferro em forma de cruz, atestando o perigo do excitado, cujos gritos desordenados, ecoavam além do alto muro que o separava do mundo exterior. Por aquele arremedo de janela, escavado na porta processava-se toda a comunicação do insano com o Enfermeiro ou pessoas da família. A passagem de medicamentos e refeições se fazia através daquelas grades frias e impassíveis. No piso de cada cela, bem no centro existia o orifício da fossa, cujos gases nauseabundos enchiam o recinto (CASTRO, 1945, p. 366).

O que se observa nesse período sobre a experiência da loucura na Parahyba do Norte, é um enclausuramento, ou seja, o internamento dos loucos, em condições desumanas. Sem receber tratamento ou atenção dos profissionais da área de saúde. O que mudaria na vida dos loucos que saíam dos porões de suas casas ou das prisões e ficavam meramente presos dentro dos cubículos de um Hospital? Portanto, o tratamento, a busca pela cura ou bem-estar do interno e sua reinserção em sociedade não era algo imaginado naquele período. O que fica evidenciado é a necessidade de prender, enclausurar sem um sentido para além da palavra enclausuramento ou controle. Como considera Foucault, "O internamento seria assim a eliminação espontânea dos 'a-sociais' [...]" (2005, p. 79), portanto, o internamento na capital da Parayba só serviria para a eliminação dos loucos do espaço urbano.

Na descrição da estrutura do Asilo Sant'Anna, fica claro que a preocupação desse estabelecimento não era pautada em uma terapêutica ou em uma ideia de tratamento e cura, era, sobretudo, um regime de internamento fechado, longe das ideias "humanísticas" (de tratamento) da psiquiatria que eram derivadas das ideias desenvolvidas até mesmo por Pinel². Pode-se perceber, nesse momento, a ausência do que Foucault chamou de relação poder/saber referente ao médico psiquiatra no asilo Sant'Anna, pois o campo psiquiátrico ainda não existia na Parahyba.

Como apontado, o Asilo de Sant'Anna já nasce com fortes problemas de estrutura e de tratamento especializado para esse tipo de enfermo. Castro, ao discutir as formas de terapêuticas empregadas nessa instituição, expõe que os enfermeiros exerciam mais participação no cuidado com os pacientes que os próprios médicos. Além disso, argumenta que as visitas dos médicos, à Santa Casa de Misericórdia, eram muito rápidas. Nesse aspecto, "A terapêutica se resumia na aplicação de calmantes, brumuretos e mais brumuretos, cujo efeito medicamentoso era secundado pela reclusão" (CASTRO, 1945, p. 367).

Para além desse problema, outro se mostrava preocupante: a falta de espaço e leitos para a grande demanda de indivíduos que pleiteavam um, e vale ressaltar que o Asilo Sant'Anna era responsável pelo recolhimento de doentes de várias partes do estado. O asilo contava com 12 salas, contudo, o número de asilados extrapolava, em muito, essa quantidade: "Identificamos em janeiro do ano de 1895 uma população de 40 asilados, sendo, nesse caso, 28 internos a mais que sua capacidade". (A UNIÃO, 1895, p. 1).

² "Assim como Pinel, no final do século XVIII, os primeiros alienistas brasileiros reivindicaram para si [...] o tratamento humanitário dos doentes." (CUNHA, 1989, p. 45).

Em resposta a essa problemática, não demorou muito para que o Asilo Sant'Anna passasse a ser objeto de inúmeras críticas, principalmente vindas da imprensa, que, nesta época, passava a se preocupar com a organização espacial da cidade e, sobretudo, do conhecimento médico, que aos poucos ia se constituindo enquanto autoridade na remodelação da cidade. Data do ano de 1897 a primeira reclamação referente a essa instituição, no ofício do major Mariano Rodrigues Pinto, pedindo providências do presidente de Estado, Antonio Alfredo da Gama e Mello, junto àquele estabelecimento:

Na tarde do dia 6, visitei o Asylo de Sant'Anna, installado no sitio Cruz do Peixe, fazendo-me acompanhar pelos irmãos Escrivão, Procurador Geral e Mordomo respectivo. É indescritivel o estado desse estabelecimento, onde se acham recolhidos os alienados e os doentes de enfermidades contagiosas.

Os cubículos occupados pelos alienados [...] acham-se todos humedecidos e resfriados em consequencia do gotejamento geral da cobertura dos edificios na presente estação chuvosa. As roupas, de que se servem os doentes actualmente, são escassos e repugnantes andrajos que, dados a consumo no hospital de Santa Izabel, são remetidos para ali, a de vestir os infelizes enfermos, que não dispõem de muda, quando estes vão a lavanderias, conforme fui informado pelos respectivos enfermeiros.

Falta-lhe também roupas, louças, asseio e até as condições hygienicas necessarias á estabelecimentos daquela natureza; do que resulta que alguns doentes longe de encontrarem alivio e o restabelecimento de suas enfermidades, muitas vezes adquirirem novas, que os levam a seputura. (A UNIÃO, 17/07/1897, p. 1).

Em 1910, com a chegada do Dr. Octávio Ferreira Soares, começou o que Edvaldo Brillhante chamou de fase científica da Psiquiatria na Parahyba, (1998, p. 68) uma vez que o referido médico possuía uma formação em psiquiatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e passou a trabalhar no Asilo Sant'Anna.

No entanto, a documentação mostra que não ocorreram mudanças na forma de tratamento dos loucos internados no Asilo Sant'Anna. Em 1913, o relatório do presidente João Pereira de Castro Pinto deixa bem claro que o mal-estar causado pelas condições em que se encontrava a população interna dessa “casa de supplicios” continuava:

Se todos os serviços de character official ou não, mas affectando à comunhão alcançassem a bem-aventurança de uma superintendencia tão conduzida como a do talento magistrado na Santa Casa de Misericórdia, nós teríamos recuperado meio século de atraso em nossa evolução social, rememorada pela differença e pelo egoísmo, pelos erros e pelas faltas secresivamente accumulados.

Prova desta minha asserção está ali, no hospício de alienados, antro de miséria e de angustias, onde recolhe os loucos para mais inremediavelmente se lhes desenvolver a louca, em taes condições de hygiene que parece uma casa de supplicios, cuja planta, e cujo regime nos viesse da China. (PINTO, 1913, p.44)

Os discursos promovidos sobre as condições do recinto ou das formas de tratamento, tornaram-se cada vez mais notáveis e presentes nos meios da imprensa e entre as autoridades governamentais.

A questão publica e social da assistencia aos allienados ainda é letra morta na Parahyba do Norte, talvez por um descaso injustificavel dos seus govêrnos. O que nós aqui temos – o ergastulo da Cruz do Peixe – é uma masmorra infecta e sem luz, mais propria e enloquecer os sadios que a asylar esses pobres doentes do systema nervoso. Aquella baiuca lugubre, de portas negras, com pequenos guiehés guarnecidos de ferro era e é em tudo proporcional ao que chamavamos emphaticamente de Cadeia Publica, deshonorando as modernas instituições do Direito Penal [...] (*Diário do Estado*. Parahyba do Norte, 28/02/1919, p. 2).

E ainda:

A construção da Colônia de Alienados tem despertado causas criminosas com a Santa Casa

porque tem mantido esse Serviço de assistência aos loucos. Os censores esqueceram que foi o Estado que fez construir em 1890 o prédio que reclusa os destituídos da razão, o entregando a Santa Casa em 1893, em condições inferiores as atuais. Felizmente está próximo o término desse Serviço para Santa Casa, e para os loucos, **que não tem um tratamento ditado pelos últimos ensinamentos da ciência médica.** (NOVAES, 1925, apud SILVA FILHO, 1998, p. 65, grifos nossos).

Esses discursos passaram a ser promovidos, majoritariamente, a partir da segunda década do século XX, principalmente, depois da criação do órgão da “Repartição de Hygiene” durante o governo do presidente João Lopes Machado. No entanto, apesar de demonstrar a repetição, ano após ano, das mesmas reclamações em relação às precárias condições do Asilo Sant’Anna, não fizeram nada para mudar. Apenas criticavam e os loucos continuavam lá.

Esses dois aspectos, criação da Repartição de Hygiene e o governo de João Lopes Machado, são importantes para entender porque esse período passa a sofrer a investida do discurso médico referente ao tratamento desses doentes mentais. A Repartição de Hygiene foi responsável por organizar um saber/poder junto à classe médica, fazendo-os ter maior participação frente à população (SANTOS, 2015). O que estava implícito era a participação e constituição do médico enquanto um agente de transformação social, o profissional que detinha a chave do progresso e do desenvolvimento. Era o portador da cura e do saber científico.

Outro fator de importância é que os médicos passaram a compor os meios políticos e da imprensa na cidade da Parahyba e, nesse sentido, percebe-se que os olhares para os modelos higiênicos e sanitaristas tornaram-se reivindicações bem mais fortes do que em momentos anteriores. Os médicos, aos poucos, começam a sair de seus consultórios e hospitais para ocupar outros postos no governo, principalmente posições de destaques nos serviços de saúde. Além dos mais, os altos segmentos da urbe paraibana, desejosos do progresso e da civilização, elegeram o discurso médico-sanitário como o caminho pelo qual remodelariam a cidade e construiriam uma Parahyba nova, moderna, limpa e educada. Aos médicos fora dado o poder reformador (SANTOS, 2015).

Portanto, fica claro que o asilo Sant’Anna, era um estabelecimento que não se adequava a essa nova lógica de internamento asilar dos doentes mentais. Com o advento do regime republicano, como aponta Cunha (1989), uma nova lógica de tratamento para com esses sujeitos nascia. Não mais seria útil apenas trancafiá-los em salas úmidas e deixá-los aos cuidados de enfermeiros, sem médico especialista, ou seja: o psiquiatra.

É importante notar, que embora os discursos de ataque ao asilo Sant’Anna, sejam, na maioria das vezes, mascarados pelo caráter humanista e assistencialista, eles traziam em suas entranhas toda uma lógica de disciplina e uma apropriação desses indivíduos através das práticas discursivas advindas do saber psiquiátrico. Portanto, o campo psiquiátrico da Paraíba precisava de um estabelecimento que se adequasse a esse padrão estabelecido pelo conhecimento científico, porque, como afirma Foucault em *Microfísica do Poder* (1989, p. 28), o hospital não se caracteriza apenas como uma “máquina de curar”, mas, sobretudo, como um instrumento que serve para “[...] produção, acúmulos e transmissão de saber.”

Dialogando com Michel Foucault no texto “A casa dos loucos”, percebe-se que o asilo Sant’Anna não se assemelhava aos asilos instituídos durante o século XIX, principalmente na Europa, pois, como trabalhado por aquele autor, o asilo do século XIX desempenhava um papel de lugar de “diagnóstico” e “classificação”. Era, sobretudo, um “[...] espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e submissão” (FOUCAULT, 1989, p. 203). Ou seja, o médico dessa instituição estava construindo uma relação de poder e saber implicado na observação e classificação desses indivíduos: só ele poderia dizer a “verdade” sobre eles, acarretando uma apropriação do sujeito louco pela medicina e pelo hospital, o que obviamente não caracterizava o asilo Sant’Anna.

Além da falta de assistência especializada no asilo Sant’Anna, também faltava vaga para

receber os loucos que procuravam o hospital em busca de atendimento:

A Provedoria dessa instituição faz ciente que os hospitaes de Santa Izabel, Sant'Anna e a enfermaria dos loucos estão completamente cheias, não havendo espaço para colocar uma esteira, e por isso deixa de admitir doentes nos mesmos enquanto não houver vaga. (*Diário do Estado*. Parahyba do Norte, 28/02/1919, p. 2).

Os loucos não podiam circular nas ruas, como também faltava vaga nos hospitais da cidade que eram destinados aos alienados. Essa situação era frequentemente retratada nos jornais que criticavam não só a falta de hospitais, mas as condições de funcionamento dos existentes.

Nesse sentido, políticos e médicos passam a investir na construção de um novo hospital para loucos, como foi observado na documentação consultada, onde consta a presença de correspondências entre o Presidente Camilo de Holanda e o psiquiatra Dr. Juliano Moreira “pedindo-lhes conselhos technicos” e “socorrendo-se das luzes” do psiquiatra. (*A União*, 1917, p. 3).

No ano de 1918, o médico psiquiatra Octávio Ferreira Soares, fazendo uso da imprensa, veio a público pedir apoio ao governo de Camilo de Holanda no tocante a assistência desses “infelizes alienados”, em um artigo intitulado “Assitência de Alienados”:

[...] o nosso asylo Cruz do Peixe se acha sempre com os cubículos cheios de doentes, porque, os parentes e a policia, embora reconheçam a insalubridade, o horror do edificio[...] E o que fazer ao ver semelhante espectaculo? Nada! Cofranger-se-nos e recolhel-os, pois a sociedade e os parentes os repellem! E para quem appellar?

Para o exmo. sr. dr. Camillo de Hollanda, medico distincto, conhecedor de todos os segredos da sciencia moderna, viajado, o qual reconhece a necessidade de tal serviço tão utilitário á collectividade, e que perpetuará o seu nome no torrão natal. (*A União*, 15/06/1918, p. 4)

O discurso do médico Octávio Ferreira Soares, foi mais um discurso proferido em favor da construção do Hospital Psiquiátrico e, percebe-se que, na medida, que o então médico, fez referência à situação em que se encontravam os doentes no asilo Cruz do Peixe, propiciou também uma cobrança para a fundação de um hospital para os loucos na cidade.

Já no ano de 1917, Octávio Ferreira foi enviado em uma excursão ao Rio de Janeiro, para ter com o psiquiatra Juliano Moreira, para assim buscar os mais novos conhecimentos referentes à ciência psiquiátrica. E foi nesse modelo de psiquiatria e internamento asilar defendido por Juliano Moreira que o Hospital para doentes mentais foi pensado e construído em solo paraibano.

Porém, foi no ano de 1928 que se deu a inauguração do Hospital-Colônia Juliano Moreira, cujo objetivo era abrigar os alienados em um local que realmente fosse exclusivo para os tratamentos que eles precisavam; ao menos essa era a justificativa a qual rendeu aplausos na semana médica da Parahyba:

O Dr. Sá e Benevedes traçou longamente a história do hospital Colonia Juliano Moreira conseguido para nossa terra no govêrno de Epitacio Pessôa a valiosa cooperação do ministro João Pessôa. [...] o edificio foi iniciado pela administração do dr. Accacio Pires. A planta é devida ao dr. Juliano Moreira, grande mestre da psychiatria brasileira. (*A União*, 10/05/1927).

O hospital foi entregue no governo de João Suassuna que atribuiu o gasto de mais de 200 contos com as instalações do hospital. Ainda sobre a fundação do Hospital-Colônia que prometia um lugar específico para tratar a loucura, o então Presidente da Parahyba, João Suassuna, apresenta suas considerações acerca da inauguração do hospital, no relatório apresentado no ano de 1928: “A Parahyba recebeu com os maiores aplausos a inauguração desse estabelecimento, a cuja construção está ligado por carinhoso interesse o nome do abnegado conterrâneo a quem hoje entrega os seus destinos”.

O dia 23 de junho deve ser lembrado nesta casa com especial carinho. Assinala a remoção dos loucos para a Colonia de Alienados, cuja inauguração vale por um título de alta beneverencia

para o atual governo. Sabe V. Exc. do quadro dantesco dos loucos depositados nas prisões, sem tratamento apropriado, a se devorarem na furia da moléstia; e bem pode calcular do allivio ora desfructado pela administração desta casa, dantes sem tranqüillidade, pela falta de recursos para proporcionar a tão infelizes criaturas um relativo conforto. (1928, p. 59).

Com a fundação dos hospitais, a partir da psiquiatria, passou-se a naturalizar o fato que era preciso trancafiar os loucos. Louco que não correspondia a uma ameaça à sociedade era aquele que se encontrasse internado, controlado e observado constantemente. Não havia naturalidade em ter que se deparar com eles nas ruas. Sadio era poder-se promover a reclusão total deles. Reclusão em locais apropriados, para que fosse possível, quem sabe, regenerá-los através do internamento. Nota-se que a loucura passa a ser vista como necessária de tratamento e, portanto, do saber médico.

O internamento passou a ser “[...] lugar de cura, não mais o lugar onde a loucura espreitava e se conservava obscuramente até a morte, mas o lugar onde, por uma espécie de mecanismo autóctone, se supõe que ela acabe por suprimir a si mesma” (FOUCAULT, 2005, p. 433).

Concomitantemente, o século XX vê surgir uma nova categoria de doente, o doente mental, e uma nova ciência que os objetificava: a psiquiatria.

Enquanto os hospitais funcionavam como uma cidade perfeita para abrigar os loucos, perfeita se tornava a cidade aos olhos da elite e dos que acreditavam que extinguir os loucos, os mendigos, as prostitutas e os menores do seu cotidiano era o objetivo maior que deveria ser alcançado pela mesma no início do século XX.

[...] O espaço asilar deveria ser uma cidade perfeita, transparente, racional e moral, em que a loucura pudesse ao mesmo tempo aparecer e ser abolida. Aparecer como uma verdade não só do louco, mas do homem, e ser superada pela força da racionalidade reinante na organização e no funcionamento do asilo (PELBART, 1994, p. 46).

Considerações finais

Através desta pesquisa foi possível observar as mudanças na forma de tratar a loucura na cidade da Parahyba do Norte, desde o momento em que era considerada causadora de desordens e tida como incômodo para a sociedade, até o momento em que passou a ser medicalizada. Ou seja: do período em que os loucos eram colocados na Cadeia Pública, em hospitais gerais como a Santa Casa de Misericórdia, no asilo Sant’Anna para alienados, até a internação em 1928 no Hospital-Colônia Juliano Moreira.

A princípio, a cadeia pública foi a instituição que mais absorveu em suas celas esses indivíduos. Percebe-se que a falta de um estabelecimento específico para tratamento dos loucos, ocasionou seu encerramento em várias outras instituições. Durante a pesquisa, não se obteve acesso aos relatórios da Cadeia Pública, além dos relatórios que foram publicados em jornais e apresentados aos presidentes de Estado. Nesse caso, não foi possível analisar as práticas empregadas dentro dessa instituição com relação aos loucos, mas se pode apontar que eram encarcerados como os demais detentos.

Em relação à Santa Casa, as condições dos loucos eram em locais inadequados e junto com outros doentes. Os administradores reclamavam da presença incômoda dos loucos e cobravam um lugar para “despejá-los”.

Outro aspecto interessante diz respeito ao asilo Sant’Anna que, embora tenha sido inaugurado para tratar os loucos, pouco foi o seu sucesso, pois era muito mais salas que serviam de depósito para os alienados que um hospital.

Portanto, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, os discursos de ataque a essa instituição serviram de justificativa para a criação de um hospital, pautado pelo isolamento científico, conforme defendido pelos psiquiatras.

Nesse contexto, a fundação do Hospital Colônia Juliano Moreira, foi percebida como a luz

da psiquiatria que traria ordem para o problema dos alienados na capital. Por outro lado, a própria estrutura e o número de leitos não foram suficientes para atender a demanda crescente de doentes, além de atender doentes de outras localidades do Estado. A Cadeia Pública ainda continuou recebendo esses indivíduos por alguns anos demonstrando, assim, a manutenção das estratégias de controle e de exclusão dos loucos na Parahyba.

Fontes

Jornais

A União. 1895, 1897, 1915, 1917, 1918, 1927, 1930.

Estado da Parahyba. 1891.

Diário do Estado. 1919.

Correio Oficial. 1903.

Relatórios diversos

POGGI, João José Innocencio. Relatório do Provedor de Saúde da Província de Parahyba do Norte, em 11 de ago. de 1858. Parahyba, Typ. L. Parahybana, 1858. In: ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858.

NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1862 In: LIMA, Francisco D'Araujo. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862.

Relatório do Provedor Dr. José Ferreira de Novaes, 02 de julho de 1925. apud SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. História da Psiquiatria na Paraíba. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

LEAL, Walfredo. Relatório do Presidente de Estado. Parahyba do Norte, 1906.

PINTO, João Pereira de Castro. Relatório do Presidente de Estado. Parahyba do Norte, 1913.

SUASSUNA, João. Relatório do Presidente de Estado. Parahyba do Norte, 1928.

Leis

Edificações. Lei 243, § 1º e 2º." *Collecção das Leis Provinciaes da Parahyba do Norte*. Parahyba do Norte: Typ. J. R. da Costa, 08/10/1866.

Referências

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba do Norte e seus encontros com a modernidade*. Recife, 2001, 167p. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001

BRITO, Fátima Saionara Leandro. *Andanças que cortam os caminhos da razão: as vivências insanas e a atuação da reforma psiquiátrica em Campina Grande PB*. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução*. João Pessoa-PB: A União, 1945.

- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Cidadelas da Ordem: A doença mental na república*. Coleção tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- JUNQUEIRA, Helmara Gicelli Formiga Wanderley. *Doidos[as] e Doutores: A medicalização da loucura na Província/Estado da Parahyba do Norte 1830-1930*. Recife, 2016, 465p. Doutorado em História Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti. “Fora da Higiene não há salvação”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme – Revista de Humanidades* v. 4, n. 7, p. 14-29, fev./mar. 2003. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/161>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- OLIVEIRA, José Rogério de. *Políticas Públicas de saúde mental e reforma psiquiátrica em Pernambuco (1991 – 2001)*. Recife, 2008. 146p. Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
- PELBART, Peter, *Da clausura do fora ao fora da clausura: Loucura e desrazão*. São Paulo: 1994.
- SANTOS. Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Entre a Ciência e a Saúde Pública: A Construção do Médico Paraibano como Reformador Social (1911 – 1929)*. Campina Grande, 2015, 254p, Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. *História da Psiquiatria na Paraíba*. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

Notas de autoria

Edna Maria Nóbrega Araújo: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba, Licenciatura em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisa nas áreas de História Cultural, História e Gênero, História, modernidade e urbanização, História da saúde e da doença e História da Loucura. E-mail: ednanobrega06@gmail.com.

Joedna Reis de Meneses: Possui Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em História e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de História. Ministra aulas na graduação e pós-graduação de Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: análise Historiográfica, Subjetividades, Corporeidades, Sensibilidades e Práticas Educativas. É Professora colaboradora do PPGH/UFPG. E-mail: joedna8@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; MENESES, Joedna Reis de. As instituições de reclusão e “controle” dos loucos na Parahyba do Norte entre 1889 e 1928. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 76-92, 2020.

Contribuição de autoria

Edna Maria Nóbrega Araújo: Foi responsável neste texto pela escolha de todas as fontes citadas, tais como: leis, jornais e relatórios e contribuiu também na produção do mesmo em todas as suas etapas inclusive na leitura e debate prévio das obras que fundamentam este texto.

Joedna Reis de Meneses: Pesquisa comum desenvolvida pelas autoras nos dois últimos anos. Escrita compartilhada do texto, de maneira considerada indistinta pelas autoras. À Joedna Reis de Meneses coube a decisão da citação de outros autores.

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 15/08/2020.


Modificações solicitadas em 17/09/2020.

Aprovado em 11/10/2020.

A Anormalidade nos Domínios Biopolíticos: “A Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco” (1931)

The anormality in the biopolitical domains: “A Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco” (1931)

Rafael Santana Bezerra

 <https://orcid.org/0000-0002-1052-7637>

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo se insere na problemática geral dos efeitos que o medo de uma possível reprodução e expansão da loucura impôs aos médicos psiquiatras e ao Estado de Pernambuco no início do século XX. A loucura ingressava, ao lado das grandes doenças epidêmicas, como o novo perigo a ser evitado e combatido. Deste modo, nosso objetivo é identificar as discontinuidades das concepções médicas sobre loucura, atentando para o aparecimento das primeiras instituições de assistência, tratamento e profilaxia da doença mental no estado. Buscaremos analisar e caracterizar os princípios políticos e médicos que guiaram a elaboração e funcionamento da “Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco”. O que queremos indicar é que o aparecimento da categoria do “anormal” no final do século XIX favoreceu a emergência de uma nova governamentalidade preocupada não somente com o adestramento de corpos individuais, mas agora, com a vida e os hábitos da população, uma categoria politicamente importante para os projetos de modernização do Estado. Trata-se da estruturação de uma biopolítica da população pernambucana.

Palavras-chave: História da Loucura. Ulysses Pernambucano. Biopolítica.

Abstract: This article is inserted into the general problematic of the effects that the fear of a possible reproduction and expansion of madness imposed on psychiatrists and the State of Pernambuco at the beginning of the 20th century. Madness entered, alongside the great epidemic diseases, as the new danger to be avoided and combated. Thus, our objective is to identify the discontinuities of medical conceptions about madness, paying attention to the appearance of the first institutions of assistance, treatment, and prophylaxis of mental illness in the state. We will seek to analyze and characterize the political and medical principles that guided the elaboration and functioning of the “Organização de Assistência aos Psicopatas”. What we want to indicate is that the appearance of the “abnormal” category at the end of the 19th century favored the emergence of new governmentality concerned not only with the training of individual bodies but now, with the life and habits of the population, a category politically important for state modernization projects. It is the structuring of the biopolitics of the population of Pernambuco.

Keywords: History of Madnass. Ulysses Pernambucano. Biopolitical.

Introdução

Um dos discursos mais violentos do campo psiquiátrico pernambucano no início do século XX foi proferido pelo presidente da “Liga Pernambucana de Higiene Mental”, o desembargador João Aureliano. Publicado pelo “Arquivo da Assistência aos Psicopatas” (1934), o autor revelava suas preocupações com o crescimento da “degeneração” entre os pernambucanos, indicando a necessidade de aplicar as “novas diretrizes da higiene mental” que vinham dos Estados Unidos e da Alemanha hitlerista. Essa “novidade” sugeria, inicialmente, que os médicos psiquiátricos deveriam se transformar em verdadeiros sociólogos, tendo a obrigação de estar em alerta para as



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

diversas causas de produção e reprodução da doença mental. Sua função era “conservar a saúde e dilatar a vida”, ampliando seus saberes para outros domínios científicos.

De acordo com o Dr. João Aureliano, parte da profilaxia deveria se concentrar na educação e na criação higiênica das crianças e adolescentes onde admite-se que a “educação psíquica principalmente na infância tem o poder de criar hábitos e tendências capazes de modificar a estrutura cerebral, concorrendo para dar nova diretriz à conduta humana” (AURELIANO, 1934, p. 49). Esses jovens tornaram-se alvos de um processo de estatização do biológico, do entendimento de que a regulamentação da população pelo Estado era fator preponderante para o desenvolvimento social. Através da ação nos corpos em desenvolvimento, pelo condicionamento do comportamento, era que se produziria, no futuro, a população desejada. Os menores transformaram-se, no início do século XX, na esperança de realização da utopia psiquiátrica.

Entretanto, para o presidente da LPHM, a grande saída “profilática” residiria na sistemática e “heroica esterilização dos anormais”. A esterilização eugênica impediria a reprodução da “degeneração”, salvaguardando o “futuro das raças e das nacionalidades” (AURELIANO, 1939, p. 50), e transformava-se, portanto, em “medida de segurança”. Definia por “anormais” todo aquele “grande rebotalho humano”, ou seja, aquilo “que sobra depois de escolhido”, “o resto do que foi aproveitado”. Estes seres humanos, agora definidos como “restos de feira”, deveriam perder uma das funções mais básicas da vida biológica, a capacidade de reprodução. O Estado, revestido de ciência, desejava adentrar e colocar sob seu domínio a própria “vida nua”, a Zoé dos gregos, ou seja, a vida despida de qualquer valor social e entendida em termos puramente biológicos (AGAMBEN, 2007).

Em concordância com Jurandir F. Costa (2007), compreendemos que os discursos eugênicos e de esterilização racial não faziam parte do repertório ou das ideias dos principais membros da psiquiatria pernambucana. Isso não impediu, entretanto, a circulação desses conceitos nas suas instâncias de produção/reprodução do saber (revista e associações) ou a elaboração de críticas mais enfáticas e diretas a essa proposta. “Na mesma época, Odilon Galati, no Rio, James Ferraz Alvim, em São Paulo, e Ulysses Pernambucano, em Recife [...], orientavam suas pesquisas numa direção totalmente oposta à higiene social da raça” (2007, p. 75). Porém, ainda que não concordassem com as ideias eugênicas, os discursos e práticas do campo psiquiátrico pernambucano pautavam-se numa nova relação de poder, que incorporava ao universo político os domínios da vida biológica. A psiquiatria pernambucana do século XX emergiu ao lado e em função do que Michel Foucault (1976) denominou de biopolítica.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (2004) procura identificar as formas pelas quais o poder tornou-se capaz de produzir subjetividades necessárias às realidades sociais e econômicas, em especial, ao capitalismo. Buscava-se caracterizar a elaboração da própria força produtiva a partir da fabricação de indivíduos, ou na modulação dos corpos dóceis. Essa nova análise das relações de forças emergia sobre o que ele denominou de “poder disciplinar”, como “a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2004, p. 142). Nesses “regimes disciplinares”, caberia às escolas, aos hospitais, às prisões, aos quartéis, em suma, às “instituições disciplinares”, realizar a docilização dos corpos e moldar a subjetivação dos indivíduos.

Esse poder disciplinar age sobre o “corpo-máquina”, sobre o corpo que é passível de ser adestrado, docilizado, vigiado e punido quando necessário. O poder disciplinar conecta-se, portanto, ao conceito de anátomo-política do corpo humano. Esse “adestramento” liga-se às necessidades utilitárias, “a sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, tudo isso foi assegurado por processos de poder que caracteriza as disciplinas” (FOUCAULT, 1976, p. 141). É só no final do primeiro volume de “História da Sexualidade” (1976) que Foucault vai nos apresentar uma nova tecnologia do poder, com funções reguladoras, fruto da superação dessa estratégia centrada essencialmente no corpo individualizado com suas intenções disciplinares.

Este segundo polo de desenvolvimento do poder, emergente a partir do final do século XVIII, age sobre o “corpo-espécie”, sobre os processos “naturais”; trata-se de uma estatização do biológico: os nascimentos, a mortalidade, a saúde, a duração da vida e as condições ambientais e higiênicas. A função dessa nova tecnologia de poder é produzir uma série de intervenções e de controles reguladores daquilo que se repete, daquilo que existe em um número maior de corpos e indivíduos. Essa novidade surge aliada ao aparecimento da concepção de população: “como um problema político, como um problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 293). A biopolítica é, deste modo, essa nova técnica que se dirige à multiplicidade dos indivíduos, entendidos enquanto massa, e que se afetam em processos de conjuntos próprios da vida biológica.

A biopolítica se efetua diferente do poder do soberano, não há mais o “fazer morrer”, circunscrito na letra da lei, mas o poder de “fazer viver e deixar morrer”. Esse “fazer viver” não implica numa vida livre, mas na subordinação da população às regulamentações racionais com que este poder está operando no momento. Deve-se levar em consideração que o poder disciplinar (anátomo-política) e o poder regulamentador (biopolítica) não estão no mesmo nível e, portanto, não são absolutamente contraditórios ou separados. A medicina, por exemplo, articula esses dois poderes, pois ela exerce um saber-poder tanto ao nível do corpo (individual) quanto ao nível da população. Ela produz uma norma médica que enquadra tanto indivíduos quanto populações numa série de taxonomias científicas, circunscrevendo os limites da normalidade.

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e aos acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento entre um e outro é a norma. (FOUCAULT, 2005, p. 302).

A “sociedade de normalização”, ou seja, a sociedade regida pela “norma”, é o resultado dessa aliança entre as estratégias de poder para disciplinar corpos e as táticas de regulamentação de populações. O dispositivo de sexualidade, por exemplo, utiliza-se da norma jurídica da aliança para enquadrar corpos individuais numa relação jurídica da sexualidade heteronormativa, ao mesmo tempo em que implica numa política global dos corpos, na regulamentação das taxas de fecundação e crescimento demográfico. Em suma, a sociedade de normalização é um efeito histórico das estratégias de poder que centraram sua ação na vida humana.

Ao dizer que o controle da anormalidade é uma medida de “segurança”, em função do perigo de sua repetição e reprodutibilidade, o Dr. João Aureliano circunscreve seu discurso nos domínios biopolíticos, na preocupação de “organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má” (FOUCAULT, 2008, p. 27). Nas aulas de 1978, transcritas no Brasil sob o título de “Segurança, Território, População”, Foucault retoma a questão da biopolítica redefinindo seus critérios de atuação. Enquanto o poder soberano era exercido através da lei, e o poder disciplinar, pelas “instituições disciplinares”, o poder biopolítico funcionaria através dos “dispositivos de segurança”, que visariam, diferente do treinamento individual, “o equilíbrio global, algo como uma homeostase: segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos”. (FOUCAULT, 2005, p. 297).

Deste modo, o objetivo deste artigo é identificar as descontinuidades das concepções médicas sobre loucura, atentando para o aparecimento das primeiras instituições de assistência, tratamento e profilaxia da doença mental em Pernambuco. Buscaremos analisar e caracterizar os princípios políticos e médicos que guiaram a elaboração e funcionamento da “Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco”.

Do Hospício ao Hospital: As Descontinuidades da Psiquiatria Pernambucana

Foi com os psiquiatras franceses Pinel (1745-1826) e Esquirol (1772-1840) que a concepção de alienação foi deslocada dos domínios religiosos, punitivos, para os espaços científicos,

produzindo, inclusive, uma nova categorização da doença mental. Essa amplitude taxonômica ajudou a efetivar o processo de consolidação da loucura dentro dos domínios médicos, assim como requereu uma nova especialização da percepção ou identificação dos doentes. A partir de então, somente o olho especializado era capaz de identificar os sinais da alienação. Determinavam-se, portanto, os critérios da especialidade psiquiátrica, demarcavam-se os domínios de um novo campo científico, ao mesmo tempo em que se redefinia o status político, jurídico, civil e social do louco.

Pinel e Esquirol estabeleceram o viés sintomático como critério classificatório, e, a partir dele, elegeram quatro grandes espécies ou classes de alienação mental: mania, melancolia, demência e idiotia. A mania seria o delírio com agitação, caracterizado por alterações nas funções intelectuais, pela falta de vínculo com a realidade; também marcada pelo desregramento das paixões e pelos atos imorais. Por sua vez, a melancolia era definida como delírio parcial e submetida a outros tipos de paixões, como a tristeza. De forma geral, essas duas concepções de alienação mental definiam-se a partir da extensão do delírio, combinado com algum tipo de paixão. Já a demência e a idiotia correspondiam à “loucura” propriamente dita; a primeira seria o desequilíbrio na inteligência (razão) e a segunda, sua total inexistência.

Ao se introduzir a novidade da “loucura com raciocínio” (CAPONI, 2012, p. 45), especialmente Esquirol e sua concepção de “monomania raciocinante”, a doença mental referia-se mais ao comportamento, aos hábitos, ações e paixões do indivíduo do que à sua racionalidade. Portanto, havia possibilidade de recuperação, já que a doença poderia ser corrigida através da intervenção especializada, agindo sobre os desvios das ideias, do comportamento e dos sentimentos do alienado. A patologia se inseria no universo da moralidade, agindo no desregramento das vontades. O psiquiatra era agora um ortopedista moral: “se alienação é sobretudo uma desordem do comportamento, se ela se insurge contra a ordem social por meio de atos involuntários, a cura só pode ser obtida pela imposição de certas normas transmitidas por um processo de reeducação do alienado, de um tratamento moral” (PORTOCARRERO, 2002, p. 44).

Compreendida como a moléstia dos desvios morais, a loucura ameaçava os princípios da civilização, fazendo com que a psiquiatria aparecesse “como instrumento de aprimoramento da sociedade civilizada” (MACHADO; LOUREIRO; LUZ, 1978, p. 418). O hospício tornou-se, portanto, o local privilegiado do tratamento moral. Pinel e Esquirol vão desencarcerar os loucos, substituindo os calabouços pela arquitetura terapêutica do manicômio. Não se tratava mais de exercer um poder negativo sobre os corpos, mas, agora, o hospício era um dispositivo disciplinar apto a produzir um saber/poder positivo sobre a loucura. Um dos princípios terapêuticos formulados por Esquirol no “*De La Folie*” (1816) era o isolamento. Segundo o médico, o afastamento garantia a segurança do doente – e de sua família; libertava-o das influências exteriores; vencias suas resistências pessoais, submetia-o ao regime médico e impunha novos hábitos intelectuais e morais (CAPONI, 2012).

Por conseguinte, para a efetivação do tratamento pelo isolamento, o hospício deveria funcionar como um espaço heterotópico (FOUCAULT, 1967), submetendo os doentes a uma dinâmica própria, diferente de sua vida e de seus antigos hábitos. Distante dos aglomerados urbanos, o ar puro circulava entre os pavilhões, o silêncio e a tranquilidade opunham-se à realidade de seus antigos lares. De maneira geral, a função geográfica do hospício era deslocar os sujeitos das suas condições originárias, enquadrando-os na espacialidade racionalizada da psiquiatria. O hospício se “caracteriza por um isolamento que se constitui não só como espaço fechado em si mesmo, mas também como espaço diferente, heterogêneo com relação às outras instituições” (MACHADO; LOUREIRO; LUZ, 1978, p. 434).

Assim, o hospício vai se definindo como instrumento da ação médica, como lugar privilegiado para o exercício do poder disciplinar. Nele, estava concentrado o controle das “operações do corpo”, impondo ao interno uma relação de docilidade-utilidade. Instaura-se assim, nos domínios médicos do século XIX, uma anátomo-política do corpo humano, ou ainda, uma “mecânica do poder”, baseada em ter “domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para

que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, seguindo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 2004, p. 119). O tratamento moral produziria o reordenamento das novas “operações” do indivíduo.

No manicômio, não se podia deixar o alienado livre, entregue ao seu desatino, e o controle do tempo era parte do processo terapêutico. O hospício deveria descrever uma ocupação para os alienados. Os doentes faziam parte da manutenção do hospício, costuravam, bordavam, plantavam; de uma maneira geral, produzia-se uma norma e um tempo do trabalho. O lucro desse esforço não era objetivo, ou seja, o seu produto material, mas a inculcação da ética do trabalho como reconstrução moral. O tempo livre e a recreação também deveriam ser medidos, controlados e fiscalizados pelos funcionários do hospício.

Em acordo com Machado, Loureiro e Luz (1978) e Magali Engel (2001), compreendemos que o aparecimento da psiquiatria no Brasil esteve vinculado à emergência da medicina social, ou seja, ao momento em que os médicos identificaram que a doença não era seu único objeto científico e apropriaram-se da sociedade como alvo de intervenção. Em consequência, a loucura passou a ser tratada como uma ameaça à ordem social e aos progressos da civilização, sendo submetida aos projetos políticos de normalização social do espaço urbano: “o louco faz seu aparecimento como um perigoso em potencial e como atentado à moral pública, à caridade e à segurança. A loucura é o perigo a ser evitado nas ruas da cidade” (1978, p. 377). Operando esse afastamento, erigia-se a necessidade de construir os locais adequados para a realização da medicalização da loucura.

Seguindo a lógica da psiquiatria francesa, foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento para o tratamento da doença mental no Brasil: o Hospício D. Pedro II. A institucionalização da psiquiatria nacional começava a ganhar força com a criação da cátedra de “Doenças Nervosas e Mentais” na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1881). Confiada inicialmente ao prof. Dr. Nuno de Andrade, a disciplina ganhou maior destaque com seu substituto, o Dr. Teixeira Brandão (1886). Somente com a instauração da República é que a administração do Hospício passava para as mãos do Estado, e, ao domínio efetivamente médico, em 1890, quando o Hospício D. Pedro II passou a se chamar Hospital Nacional dos Alienados.

Guiados pela mesma tradição, o primeiro asilo de alienados do Estado de Pernambuco, o Hospício de Santa Isabel, foi inaugurado em 1860, ficando a cargo de sua administração a Santa Casa de Misericórdia de Olinda. Os insanos, que perambulavam pelas ruas do Recife, que frequentavam as Casas de Correção e os Hospitais Gerais, tinham agora um destino específico, o que não correspondeu, necessariamente, a uma melhoria das suas condições de vida. De acordo com as considerações de Heronides Coelho (1983), os problemas do hospício eram vários e, na prática, funcionava como um “depósito” de sujeitos considerados “intratáveis”: havia superlotação (em 1877 existiam 144 doentes para 40 leitos), deficiência de alimentação, falta de água, ausência de médicos e a enorme mortalidade de seus internos, chegando a ultrapassar o número de 50% na década de 1870.

Para resolver o problema, em 1872, sob a encomenda do Presidente da Província, o Dr. Henrique Pereira de Lucena, foi ordenada a construção do “Hospício de Alienados do Recife”. Inaugurado em 1883, após vários problemas envolvendo a compra do terreno e a construção do prédio, o novo hospício do Estado ficou estabelecido no Sítio da Tamarineira. A sua função era: “dar asilo aos alienados de ambos os sexos, tratá-los e curá-los, sem distinção de condição, naturalidade e religião” (FILHO, 1983, p. 75). No primeiro ano, chegaram ao estabelecimento 87 doentes; três anos depois, o número superava a marca de 200 internos. A mentalidade, já em desuso na época, de relacionar assistência com a caridade religiosa (FOUCAULT, 2014), fez com que a organização e manutenção do novo prédio permanecesse nas mãos da Santa Casa.

A arquitetura do hospício, projetado pelo engenheiro francês Victor Fournié, obedecia ao Sistema Pavilhonar, “considerado, até então, o padrão arquitetônico hospitalar mais moderno da

época” (MIRANDA, 2010, p. 55). O modelo adotado estava em acordo com as concepções mentalistas da psiquiatria francesa, que entendia o hospício e o isolamento como instrumentos fundamentais da prática terapêutica. Neste primeiro momento, a planta era composta pela casa da administração, dois pavilhões, um masculino e outro feminino (destinados aos internamentos), e um outro, colocado entre eles, para a instalação da cozinha e demais dependências (FILHO, 1983, p. 69). Eram admitidos no estabelecimento dois tipos de internos: os indigentes e os pensionistas. Sendo estes últimos divididos por classe: 1ª classe, quarto separado com tratamento especial; 2ª classe, quarto para dois até quatro; e, por último, 3ª classe, enfermarias gerais.

A organização arquitetônica do hospício era tão importante para o projeto terapêutico quanto a distribuição dos sujeitos nesse espaço. A idealização da psiquiatria francesa era a da colocação dos indivíduos de acordo com suas espécies de loucura. Obedecia ao princípio disciplinar do “quadriculamento”, uma forma de “decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias” (FOUCAULT, 2004, p. 123). No projeto médico desta espacialização-taxonômica, a imposição da ordem passava pela eliminação da singularidade e controle da multiplicidade. Entretanto, algumas limitações técnicas impediam a realização das ideias originais. O que Machado, Loureiro e Luz (1978) observaram no Hospício D. Pedro II, assemelhava-se à realidade do hospício do Recife: “é um espaço classificatório que localiza e distribui os indivíduos em seu interior, a partir de categorias muito pouco médicas como tranquilo-agitadores, sujos-limpos e outras do gênero que sempre podem ser acrescentados” (MACHADO; LOUREIRO; LUZ, 1978, p. 434).

De acordo com Carlos Miranda, o tratamento médico, neste primeiro momento, era limitado, resumindo-se ao “emprego de banhos, camisa de força, reclusão nos calabouços, o uso de medicamentos à base de brometo de potássio, hidrato de cloral, amileno, sulfonal, quina e ao emprego de sedantes, com ópio e a morfina” (MIRANDA, 2010, p. 59). Vistos como “animais perigosos”, os loucos eram submetidos a um sistema disciplinar baseado na violência e no controle ostensivo do corpo e do tempo. Os médicos deveriam estabelecer oficinas de trabalho como estratégia terapêutica, reduzindo o tempo livre do alienado. A recreação era controlada e submetida aos meios de “distração”, para que pudessem “concorrer para a cura da alienação mental” (FILHO, 1983, p. 82). Os não inseridos na ordem terapêutica eram enquadrados pela coerção física, que ia desde a reclusão solitária até a diminuição da alimentação por um dia.

A Proclamação da República instituiu alterações importantes na administração e funcionamento do “Hospício de Alienados do Recife”. Para tal serviço, chegaram da Itália, em 1891, 10 freiras da “Congregação Filhas de Santana” sob a direção da Irmã Teodósia Cechetti. Subordinados às religiosas, exerciam a função médica o Dr. Joaquim Loureiro, nomeado em 20 de março de 1891, e o Dr. Constantino Pontual, nomeado em 29 de abril do mesmo ano. O pequeno número de médicos não conseguia garantir a efetivação da prática e do discurso médico sobre a loucura, esse espaço era tomado pela força das religiosas. Aliam-se a esse problema as péssimas condições materiais do hospício. De acordo com Heronides Coelho, deste “período que vai da Proclamação da República ao começo do século XX constatamos uma verdadeira decadência nos serviços da assistência aos alienados” (FILHO, 1983, p. 87).

Os últimos anos do século XIX foram marcados pelo aprofundamento da falência do sistema manicomial. No ano de 1891, ocorreram 251 óbitos no Hospício de Alienados do Recife, o que correspondia a 40% do total de pacientes internados naquele período (MIRANDA, 2010). A superlotação, misturada às péssimas condições de higiene, ao convívio, num mesmo espaço, de pessoas com doenças infectocontagiosas, entre elas, crianças, homens e mulheres, além da fragilidade da presença e procedimentos médicos, ajuda a explicar o caos que havia se tornado o hospício do Recife. O hospital, compreendido como espaço de cura e, portanto, de preservação da vida, possui, ao mesmo tempo, uma função não dita. Ele opera, sob a luz da negligência estatal, um projeto de eliminação de vidas precárias e improdutivas. O “deixar morrer” é uma dessas

estratégias do “tanátopoder” (AGAMBEN, 2007).

O projeto da psiquiatria, de um espaço terapêutico mediado pela racionalização, encontrava na prática os entraves para seu funcionamento. Algumas melhorias tímidas começaram a surgir quando se estabeleceu na direção do “Hospício de Alienados” o cargo do médico-diretor, ocupado pelo Dr. Joaquim Loureiro em 06 de abril de 1904, com auxílio do Dr. Constâncio Pontual, de Fernando Lisboa Coutinho e Teófilo de Holanda Cavalcanti. Fortalecendo o poder científico, chegaram ao estabelecimento os recém-formados Dr. Alcides Codeceira, Teodorico Padilha e Solto Maior. Logo, instituíram-se algumas práticas terapêuticas, como os serviços de hidroterapia e eletroterapia. Entretanto, loucos e médicos permaneciam na companhia das “Irmãs de Santana” e sob administração da Santa Casa de Misericórdia.

Os finais do século XIX marcaram, portanto, uma autocrítica da psiquiatria brasileira e pernambucana: a perspectiva mentalista, estabelecida por Pinel e Esquirol, começava a ser substituída pelas visões organicistas dos psiquiatras alemães e franceses. Em consequência disso, questionava-se a instituição do hospício como único espaço de saber e de cura reservado aos doentes mentais. Esse duplo movimento, de interrogar a taxonomia francesa e seus projetos terapêuticos, implicou numa reformulação das estruturas médicas de assistência e tratamento da loucura no Brasil.

Parte dessa descontinuidade da psiquiatria esteve relacionada ao conceito de “degeneração”, descrito pela primeira vez no “*Traté des Maladies Mentales*” (1857), do psiquiatra franco-austríaco Benedict Auguste Morel. O médico parte do pressuposto da existência de um “tipo primitivo” (normal) do ser humano e propõe a “degeneração” como “um desvio doentio do tipo normal da humanidade” (MOREL, 2008, p. 500). A alienação era, portanto, um estado avançado de degeneração. Para Morel, os procedimentos de degeneração eram o resultado de uma série de influências negativas, tanto físicas quanto morais, “e como todos estados doentios, têm suas características especiais” (MOREL, 2008, p. 499).

Uma dessas “características especiais” seria a “transmissão hereditária” ou “herança mórbida”. Esse conceito, compreendido como um processo de reprodução hereditária da doença e, portanto, da própria condição anormal, ameaçava o desenvolvimento do tipo ideal de humanidade (entendido em termos de raça). A “herança mórbida” seria uma espécie de “obstáculo ao progresso” da raça humana, “por seu contato com a parte sadia da população” (MOREL, 2008, p. 501). A solução encontrada por Morel residia no reconhecimento do “modo de produção dos degenerados”, na sua “classificação”, mas sobretudo, na “profilaxia” e “higiene”, uma vez que era impossível, tornando-se degenerado, a remissão ao tipo normal da humanidade.

Foi com a teoria da degenerescência de Morel, de 1857, que os psiquiatras atentaram para os aspectos biológicos e hereditários das enfermidades. A substituição da classificação sintomatológica pela etiológica propiciou o aparecimento de novas categorias na cena médica: “alienações hereditárias”, “alienação por intoxicação”, “loucuras simpáticas”; eram essas terminologias que identificavam os grupos de moléstias produzidas pelo médico franco-austríaco. “Na verdade, a classificação de Morel parte de um pressuposto mais ideológico e menos metodológico: toda loucura tem uma causa orgânica, mesmo que seja uma hipotética hereditariedade” (PESSOTTI, 1999, p. 84). Mesmo com todos os problemas de cunho científico, a teoria da degenerescência possibilitou o deslocamento psiquiátrico para as questões de ordem física. A doença mental passaria a ser interpretada a partir do corpo, das relações causais com as práticas cotidianas, através do histórico familiar ou dos “desvios” anatômicos.

Para Sandra Caponi (2012), começava a se constituir uma espécie de “psiquiatria ampliada”, ou, ainda, uma “medicina do não patológico”. A invenção do “anormal”, como desvio do tipo primitivo da humanidade, propiciou a apropriação do poder médico de um conjunto amplo de sujeitos que não se enquadravam nos casos clássicos da doença mental. Alcoólatras, usuários de drogas, religiosos de matriz africana, sífilíticos, mestiços, criminosos, os habitantes de alojamentos

insalubres; em suma, ampliaram-se os domínios em que o poder psiquiátrico deveria agir. Nesse sentido, Vera Portocarrero (2002) explica que o aparecimento do “anormal” englobaria todos aqueles que escapavam do poder disciplinar produzido pelo modelo manicomial. A teoria da degeneração de Morel foi importante para a retirada da psiquiatria dos muros asilares, estendendo a ela toda uma possibilidade de medicalização da vida humana.

O final do século XIX foi marcado pela ascensão da tradição alemã na psiquiatria, notadamente pela influência da Escola de Illeau, com Krafft-Ebing (1840-1902). Publicado no ano de 1879, o “Tratado Clínico e Prático das Doenças Mentais” reunia uma nosografia baseada no conceito de “psicose”, influenciada pelas degenerações de Morel. Entre elas, estavam as “psicoses funcionais”: divididas entre as “psiconeuroses”, que atingiam o cérebro sadio; e as “degenerações psíquicas”, que atingiam o cérebro predisposto, compreendido em termos de “taras psicopáticas”. Essas concepções ajudavam a efetivar a condição do degenerado dentro da lógica da anormalidade, como sujeito intermediário entre o normal e o patológico: “As degenerações psíquicas, ao contrário, afetavam sujeitos portadores de estigmas físicos e cuja constituição nervosa e psíquica sempre fora anormal, desequilibrada” (BERCHIERE, 1980, p. 141).

Entretanto, a maior influência do campo psiquiátrico brasileiro na passagem do século é a de Emil Kraepelin (1856-1926), autor do “Compêndio de Psiquiatria”, publicado em 1883, e que em trinta anos “conheceria oito edições e se transformaria, mediante acréscimos sucessivos num grosso tratado de duas mil e quinhentas páginas” (BERCHIERE, 1980, p. 161). A classificação de Kraepelin era extensa e conseguia aliar elementos etiológicos e sintomáticos, relacionando os sintomas mentais com as alterações físicas (cerebrais). Analisava-se a doença mental em sua plenitude: anatomia patológica, sinais clínicos, causas biológicas e sociais. Portanto, a alienação poderia ser resultado de causas endógenas (cerebrais ou não) ou exógenas, tais como as infecções e intoxicações, até traumas emocionais. Dentro de sua longa classificação, merece destaque, pelo uso comum dos médicos brasileiros, os “estados psicopáticos”. Baseados nas degenerescências, esses “estados” eram divididos em: “desequilíbrios constitucionais”, “loucura obsedante”, “loucura impulsiva” e pela “inversão sexual”.

Esses novos discursos chegaram ao Brasil, segundo Portocarrero (2002), por intermédio do Dr. Juliano Moreira, ainda que cientistas de outros campos, como o professor de Medicina Legal de Salvador, o Dr. Nina Rodrigues, também os utilizassem com frequência. De toda forma, a novidade da “sociogênese”, inspirada por Kraepelin, interligava as doenças mentais com as relações sociais, com as práticas do cotidiano (uso de bebidas, entorpecentes), com a higiene das populações, com os efeitos das relações sexuais e sua conseqüente reprodução da “herança mórbida”. Esse conjunto de elementos deram aos psiquiatras brasileiros do século XX um novo desafio e a necessidade de manter o desenvolvimento da civilização contra os perigos da degeneração.

Essa nova concepção médica possibilitou o aparecimento da “anormalidade” como um “dispositivo disciplinar” (PORTOCARRERO, 2002), ou seja, como estratégia para a manipulação de forças, por meio da intervenção científico-racional do Estado contra a população. Justificavam-se diversas medidas intervencionistas na família, no trabalho, na escola, nas forças armadas, entre outras, no interior das cidades brasileiras. E assim, “é possível perceber que em meio a atritos e fricções, intransigências e concessões, estabilizou-se um compromisso: O estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas” (COSTA, 2004, p. 29). O que Jurandir F. Costa analisa sobre a relação entre o poder médico e a formação do Estado Imperial, também se faz valer para a formação do Estado Republicano e o poder psiquiátrico. Essa aliança possibilitou a reorganização do Estado a partir dos princípios de uma nova política médica, a Higiene Mental.

Não se tratava apenas de cuidar do “louco”, dentro dos antigos domínios asilares, mas agora, tendo compreendido as causas da loucura, a lógica era evitar a disseminação da doença mental e dos seus estágios mórbidos. Nesse sentido, as novas normas de controle operadas pela

psiquiatria do século XX respondiam às demandas da sociedade burguesa. O “esquadrinhamento” da população, “que divide fundamentalmente em normais e doentes mentais, ou seja, em úteis, produtivos e inúteis” (PORTOCARRERO, 2002, p. 101), aparecerá como a ordem sob a qual se sustentará toda uma nova organização de assistência e tratamento da doença mental.

No ano de 1903, Juliano Moreira é nomeado para a direção do “Hospício Nacional dos Alienados” e para a direção geral da “Assistência a Psicopatas”. Começava a se colocar em prática os imperativos organicistas da psiquiatria alemã: o deslocamento iniciava com a ampliação de instituições de tratamento da doença mental, como as colônias agrícolas, o manicômio judiciário e instituições não asilares, como a assistência heterofamiliar e o ambulatório (para prevenção e orientação). Estabelecia-se, assim, com a emergência do sistema *open door*, a criação de novos espaços para novas categorias de sujeitos: loucos criminosos, alcoólatras, sífilíticos, epiléticos, ou seja, os “degenerados de todos os gêneros”.

Movimento semelhante ocorreu em São Paulo, no “Hospício do Juquery”, já no final da administração de Franco da Rocha. Entre as realizações do médico paulistano, durante os anos 20, podemos mencionar a construção do pavilhão dos “menores anormais”, que se transformaria mais tarde na Escola Pacheco (1929); a construção da colônia agrícola, do laboratório histoquímico (estudo da patologia cerebral), do Manicômio Judiciário e a organização do sistema hetero e endofamiliar (CUNHA, 1986). De forma geral, ainda que timidamente em alguns locais, via-se uma mudança de perspectiva nas organizações de assistência aos doentes mentais.

Pernambuco também começava a operar esses deslocamentos, principalmente a partir da década de 1920, durante o governo de Sérgio Loreto. Esse momento foi notadamente importante para as pretensões modernizadoras da cidade do Recife. Segundo Antônio P. Rezende: “a onda modernizadora tomou conta das grandes cidades do mundo com o avanço do capitalismo. As cidades passavam por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar avanço da ‘verdadeira civilização’” (2016, p. 41). Foram realizadas diversas obras de infraestrutura e embelezamento da cidade, entre elas, os melhoramentos na Escola Normal, a construção da Avenida Beira-Mar, as obras no Derby, a Hospedaria dos Imigrantes.

A preocupação com a cidade entrecruzava-se com os discursos higienistas e desenvolvimentista. No início do século XX, Recife se viu acometido por diversas epidemias: varíola, febre amarela, tuberculose, gripe espanhola. Soma-se a isso o crescimento da população na década de 1920, com mais de 238.843 habitantes, grande parte deles, moradores de mocambos e submetidos a péssimas condições de higiene e de saúde. Pernambuco vivia um verdadeiro processo de precarização da vida de sua população. Em resposta a essa situação, é estruturado, no governo de Sérgio Loreto, o “Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco”, sob a direção de Amaury de Medeiros, nomeado ao cargo em 1º de fevereiro de 1923.

Esta “cruzada modernizante” possibilitou a centralização das ações higiênicas pelo Estado, dando início a uma campanha de educação sanitária, de fiscalização dos alimentos e do policiamento sanitário familiar. Além disso, sistematizou uma nova governamentalidade, compreendida em termos científicos, de que o progresso e o desenvolvimento do Estado só poderiam ter êxito com o auxílio de especialistas técnicos e de médicos. Criam-se então, a “Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária”, os serviços de “Higiene Infantil”, além do “Laboratório Químico e Bromatológico”, da “Delegacias de Saúde”, do “Instituto Vacinogênico” e o “Serviço de Visitadoras” (REZENDE, 2016).

Deve-se levar em consideração que esses projetos higiênicos foram impostos à população como medidas de controle e organização social, utilizando-se inclusive dos meios coercitivos existentes: a força e o medo. “A abertura para a modernização se realizou em cima desses medos e ameaças, apesar do controle e do autoritarismo existentes, que dificultavam a insubordinação política” (REZENDE, 2016, p. 67). Apesar das tentativas de convencimento, como as conferências, concursos literários, palestras infantis e as produções na imprensa, o uso da força

policial era sempre evocada quando as ordens higiênicas não eram obedecidas.

Foi justamente durante este momento e com a decisiva participação do Dr. Ulysses Pernambucano que o Hospício de Alienados do Recife passou para as mãos do Estado. A Santa Casa de Misericórdia recebia uma subvenção de 1.500 contos para a manutenção do hospício e de mais três instituições. Após o pedido de aumento do subsídio, Amaury de Medeiros, por influência de Ulysses, envia para a “Comissão de Finanças da Câmara do Estado” a proposta de alienação dessas instituições pelo Estado de Pernambuco. Aprovada através do decreto de Lei 1.639 de 1924, o antigo hospício era agora de administração do “Departamento de Saúde”, nomeando também o Dr. Ulysses Pernambucano como diretor e substituindo o nome do asilo para: Hospital de Doenças Nervosas e Mentais.

Ainda durante o governo de Sérgio Loreto e a administração de Ulysses Pernambucano, o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais passou por alterações estruturais e procedimentais importantes. Foi aprovada a construção do “Pavilhão de Observações”, o “Pavilhão Anatômico”, a portaria, a colocação da grade do muro e do portão de entrada, e a realização de diversas reformas no prédio principal, além da pintura e manutenção geral. Não obstante: “tão importante quanto as reformas físicas que empreendeu foi a realização de observações sistemáticas dos doentes e a admissão de internos, os primeiros dos hospitais pernambucanos” (HUTZIER, 1987, p. 28). Achavam-se trabalhando no Hospital, neste momento, os Drs. Alcides Codeceira, Costa Pinto e Adalberto Cavalcanti.

Ulysses Pernambucano tornou-se rapidamente uma figura importante da inteligência pernambucana. Nascido em Recife, em 1892, foi estudar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entrando em contato com as teorias psiquiátricas do organicismo francês e alemão. Trabalhando como interno no Hospital Nacional de Alienados, tornou-se, segundo seus necrólogos, um dos principais discípulos de Juliano Moreira. Ulysses Pernambucano só voltaria ao Recife em 1917, assumindo inclusive o trabalho de interno no Hospício de Alienados do Recife, na época, sob a direção do Dr. Joaquim Loureiro.

Um de seus primeiros conflitos, ainda nessa época, foi o famoso caso de maus tratos das três órfãs da Santa Casa que estavam presas no calabouço do hospício como castigo por insubordinação. Denunciando à imprensa pernambucana e aliando-se a personagens importantes do Estado, como o historiador Oliveira Lima e o Senador Ribeiro de Brito, Ulysses consegue a soltura das moças. Uma derrota para a Santa Casa e para o Dr. Joaquim Loureiro que, um tempo depois, em 21 de dezembro de 1921, foi exonerado a pedido próprio. A partir de então, o hospício ficou sob a direção de Alcides Codeceira, pondo em prática algumas das propostas de Ulysses Pernambucano para a melhoria da situação dos internos:

A abolição dos calabouços e das camisas de força, a implantação da balneoterapia, clinoterapia, separação dos epiléticos e dos menores em pavilhões apropriados com uma educação pedagógica, nomeação de um médico e de um cirurgião para as ocorrências médicas e cirúrgicas, material apropriada aos exames dos pacientes, aproveitamento do trabalho agrícola dos doentes crônicos no terreno que circunda o prédio do hospício e a remoção dos entraves administrativos, por força do regulamento, que dificultavam a aquisição de medicamentos para doentes (MIRANDA, 2010, p. 68).

Os anos vinte foram decisivamente importantes para o desenvolvimento e a composição do campo psiquiátrico pernambucano. Neste período, contamos com a criação da Faculdade de Medicina de Pernambuco (1920), junto à instituição da cadeira de Clínica Psiquiátrica (1923), confiada ao Dr. Alcides Codeceira. A colocação do internato para futuros psiquiatras no hospital da Tamarineira propiciou aos novos estudantes a experiência prática necessária ao desenvolvimento da profissão. Ao lado desses elementos, os discursos políticos de desenvolvimento e urbanização legitimavam as práticas médicas de caráter higienista. Concomitantemente, o aparecimento de figuras importantes, como o Dr. Ulysses Pernambucano, José Lucena, Amauri Medeiros e o próprio

Codeceira, ajudou a sedimentar esse saber como uma necessidade pública.

Por conseguinte, o “Movimento de 1930”, que instituiu um novo regime político no Brasil e estabeleceu a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti em Pernambuco, longe de marcar um rompimento profundo com o discurso político anterior, acentuou os ideais de modernização e aliança com o poder médico. Portanto, através do decreto de nº 26 de 1 de janeiro de 1931, é estabelecida a “Divisão de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco”. De acordo com as letras da lei, sua função era melhorar os serviços de assistência aos doentes mentais, diminuir as internações no Hospital de Doenças Nervosas e Mentais e, sobretudo, garantir a profilaxia da alienação. Iniciava-se em Pernambuco, dirigida pelo Dr. Ulysses Pernambuco, uma nova fase da ciência psiquiátrica.

É, portanto, a partir do século XX, que se observará o desenvolvimento de uma nova forma de governo, muito mais preocupada com a regulamentação da população e com o adestramento dos corpos em desenvolvimento. A “Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco” é o resultado dessa governamentalidade instaurada durante esse período e que marca uma nova relação de poder. Foucault (2005) deixa explícita a importância do poder/saber médico neste processo, tendo a função “maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, centralização da informação do saber e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e medicalização da sociedade” (2005, p. 295). Cabe-nos, agora, uma análise do funcionamento desse novo “dispositivo de segurança”.

A “Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco”

A direção e a execução da nova reforma de assistência psiquiátrica, proposta pela interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti, ficou confiada à direção do Dr. Ulysses Pernambucano. “A Organização de Assistência aos Psicopatas” estava subordinada à “Secretaria de Justiça e Negócios do Interior” e compreendia os “serviços para doentes mentais não alienados” (ambulatório e hospital aberto); os “serviços para doentes mentais alienados” (hospital para doenças agudas e colônia para doentes crônicos); o “manicômio judiciário” (loucos criminosos) e um serviço de “Higiene Mental” (prevenção das doenças mentais e Instituto de Psicologia).

Este modelo assistencial, experienciado inicialmente em São Paulo, correspondeu as transformações da nova prática psiquiátrica. Buscava-se ampliar os domínios da psiquiatria superando o “princípio do isolamento” e do asilo fechado, característicos da escola francesa, substituindo-os pelo modelo do *open-door*. Em acordo com Vera Portocarrero, a dispersão espacial em diferentes instituições para abrigar as novas modalidades de assistência, antes de demarcar uma descentralização do poder médico serviu “para ampliar o campo de ação do psiquiatra, visando o poder de decisão sobre a vida dos alienados, centralizando-os cada vez mais nas mãos dos psiquiatras” (PORTOCARRERO, 2002, p. 118). O sistema *open-door* produzia uma espécie de ilusão da liberdade, reconfigurando o poder médico para o exercício sutil da força, deslocamento necessário para pôr em prática o projeto de medicalização da sociedade.

Em Pernambuco, além do Hospital e do Instituto de Psicologia “tudo estava por fazer”, a reforma deveria abarcar a construção de instalações físicas até a contratação de funcionários e especialistas. No relatório de 1932, Ulysses Pernambucano pontuava todos os gastos da reforma e as despesas atualizadas para a realização dos serviços. Tinha como objetivo tornar sua administração transparente, ao mesmo tempo que defendia o governador Carlos de Lima Cavalcanti das acusações de que gastava demasiadamente com os loucos. “Sei que se tem censurado o governo do Estado porque as despesas médicas com a Assistência aos Psicopatas são superiores ao que Pernambuco tinha com o Hospital de Alienados. A acusação é fraca e fácil de destruir” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 12).

No ano de 1930 a verba utilizada para o “Hospital de Alienados” e para o “Oswaldo Cruz” era de apenas 700 contos. Para Ulysses Pernambucano, já se tratava de uma quantidade

insuficiente de recursos. Seu argumento era que a ampliação dos serviços, apesar de demandar mais gastos, não implicava necessariamente no endividamento do Estado, muito em função, do seu racionalismo administrativo. No orçamento para o segundo semestre de 1931, a verba da “Assistência aos Psicopatas foi de 550:880\$000 sendo 200:800\$000 para o pessoal e 350:000\$000 para material” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 12). Para a redução da folha, Ulysses Pernambucano decidiu diminuir a remuneração de médicos e funcionários que passaram a exercer duas funções com o mesmo salário. De toda maneira, no ano de 1932, a “organização” conseguiu um pequeno aumento no orçamento, em torno de 1.007:960\$000, o que indicava, segundo ele, que a reforma foi realizada “quase sem onerar os cofres públicos”.

A despeito das incertezas financeiras, a reforma empreendida por Ulysses Pernambucano procurava solucionar um dos principais problemas do Hospital, a grande quantidade de internos. Seguindo as indicações do relatório de 1932, chegaram ao estabelecimento, entre os anos de 1926-1930, cerca de 5.000 pacientes, ao passo que neste último ano, estiveram internadas 700 pessoas em apenas 300 leitos. A superlotação indicava a necessidade de “por ao alcance dos doentes organizações hospitalares de outra ordem” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 5) como estratégia para desafogar o prédio da Tamarineira. Entre estas instituições estavam a “Colônia Agrícola”, para os doentes masculinos crônicos e o “Pavilhão Feminino” para “abrigar convenientemente à noite, esses doentes” (1932, p. 20).

A “Direção Geral” previa ainda a instalação de outros serviços ao “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais”. Neste sentido, foi definida a construção de um pavilhão para os serviços cirúrgicos, com salas de operação e enfermaria; salas dos serviços oftalmológicos, odontológicos e radiológicos. Além de um outro pavilhão destinado ao serviço de neuropsiquiatria infantil. Ao lado dessas mudanças físicas, outras de caráter administrativo também se operavam. O poder médico buscava se aproximar das famílias dos pacientes através de comunicações e serviços de visitadoras. Modernizava também seu sistema de acompanhamento, realizando alterações no prontuário médico, incluindo, por exemplo, o serviço fotográfico.

A descontinuidade que indicamos, acerca das concepções psiquiátricas da passagem do século XIX ao século XX, possibilitaram o aparecimento de outras práticas e instituições para o tratamento da doença mental, o que não quer dizer que se tenha eliminado o hospital como um desses espaços terapêuticos. Mudava-se as estratégias do fazer curar, mas se mantinha o hospital como elemento importante no projeto psiquiátrico. O tratamento não era mais uma ortopedia moral, mas circunscrevia-se nos domínios biológicos, nas análises microscópicas. O “Boletim de Higiene Mental” (1934) propagandeava a nova fase do “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais”: “Um hospício antigamente: depósito. Um hospício atualmente: um hospital. No depósito, camisa de força, calabouço, cordas e correntes. No Hospital: doente mental repousa no leito. É doente. Trata-se. Pode curar. Fica Bom” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, 1934).

O laboratório, situado no prédio da Tamarineira, era responsável por todas as requisições do sistema de assistência. Neste primeiro momento, estava confiado à chefia do Dr. Alcides Benício, antigo interno de Ulysses Pernambucano. Enquanto no ano de 1930 foram realizados em média 300 exames laboratoriais, em 1931 superava-se a marca de 1000 exames (PERNAMBUCANO, 1932, p. 25), indicando tanto um deslocamento da perspectiva médico-psiquiátrica, valorizando os aspectos biológicos, quanto uma efetiva ampliação dos serviços assistenciais. Além dos exames médicos tradicionais, incluía-se também os específicos, como o do líquido cefalorraquiano, para os diagnósticos, por exemplo, da neuro-sífilis e da demência parálitica. Além dos tratamentos da esquizofrenia e da “sífilis cerebral” através da malarioterapia, piretooterapia e opoterapia.

O “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais” deveria abrigar os “doentes agudos”, ou ainda, “os doentes mentais com reações anti-sociais, perturbadoras da ordem pública, perigosos para a sociedade e para si próprios, delirantes perseguidos e de perseguidores”, enquanto a “Colônia de Alienados” receberia os “doentes crônicos” aptos ao trabalho manual. De acordo com o “Boletim de

Higiene Mental” (1935) essa estratégia de ampliação das instituições de assistência aos alienados teria resultado positivamente na diminuição dos internamentos na Tamarineira. Em 1930 havia 1128 pessoas internadas, enquanto em 1934 esse número teria caído para 794 pacientes. Além disso, os médicos comemoravam a quantidade de doentes “curados” e “melhorados”, legitimando o hospital como espaço terapêutico: 114 curados e 524 melhorados em 1932; 57 curados e 316 melhorados em 1934.

Em 12 de novembro de 1931, aproveitando o antigo prédio da “Escola de Agricultura de Barreiros”, foi inaugurado o primeiro hospital colônia de Pernambuco, sob a direção do Dr. Vicente Matos. O espaço contava com 428 hectares de área arborizada e cultivável, destinado ao trabalho agrícola dos pacientes. Neste primeiro momento foram transferidos 68 doentes do sexo masculino. Propagandeando os feitos do governo e os ideais de civilização, o “Diário de Pernambuco” (1931) descrevia, de forma bastante idealizada, a chegada desses sujeitos: “Na estação de Barreiros desembarcaram alegres e seguiram para a Colônia em absoluta ordem. Chegando a Colônia almoçaram com satisfação, e ali ficaram para a realização de uma grande obra de alevantado sentimento de humanidade”.

O trabalho tornava-se elemento central na definição médica da capacidade mental, ajudava a circunscrever os limites da normalidade e estabelecia os princípios para a vida em sociedade. A inculcação da moral do trabalho e a coordenação de corpos no processo produtivo era parte essencial dessa tecnologia disciplinar, o hospital colônia auxiliava na diferenciação das vidas produtivas das improdutivas. Obedecendo aos princípios biopolíticos, atribuía-se aos indivíduos um determinado valor de utilidade. Quatro dias após a inauguração, a “Colônia Agrícola de Barreiros” já contava com 26 doentes espalhados em turmas de trabalho, nos serviços de “enxada, carro de mão, limpeza, ancinho e gancho, machado e limpeza interna da Colônia”. A crença médica era que “aperfeiçoados em seu serviço, fácil será mais tarde ingressá-los na assistência hetero-familiar” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 32) para só então, com a possível “alta” dos doentes, reintegrá-los ao convívio social.

O outro serviço da divisão de psicopatas, vinculado à colônia agrícola, era a “assistência hetero-familiar”, que consistia “na possibilidade de os pacientes frequentarem as casas de família” (PADOVAN, 2007, p. 18) que viviam nas proximidades do asilo. Este tipo de serviço já havia sido iniciado por Franco da Rocha em São Paulo e correspondia justamente a esse momento de ruptura das práticas psiquiátricas do início do século XX. A “assistência hetero-familiar” está integrada a uma nova forma de pensar o tratamento da loucura, que não se restringia apenas à figura do louco, mas se estendia à sociedade, submetendo todo o corpo social ao compromisso médico e aos imperativos da normalização psiquiátrica.

A “Organização de Assistência aos Psicopatas” como “dispositivo de segurança” operava suas ações com o objetivo de singularizar as coletividades através das taxonomias científicas, permitindo direcionar a cada “categoria de sujeitos” certas instituições disciplinares. O controle da anormalidade exigia a distribuição do poder médico em diversos espaços institucionais. Neste sentido, os alienados agudos e crônicos deveriam estar submetidos aos domínios do “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais” ou da “Colônia Agrícola”. Já os “Serviços Abertos”, divididos em hospital aberto e ambulatório, destinava-se a “assistir aos doentes mentais não alienados, aos ‘pequenos mentais’, como os designam os franceses”. (PERNAMBUCANO, 1931, p. 128). Por sua vez, para os doentes mentais envolvidos em processos criminais, caberia o Manicômio Judiciário.

Em Pernambuco, o Dr. Alcides Codeceira foi designado à direção do Manicômio Judiciário, contando como auxiliar e interno o Dr. Rui do Rego Barros e o Dr. Honor Marcelino. Segundo o médico, este estabelecimento representava a “moderna organização penal”, era por excelência o “lugar de sequestração dos temíveis, dos incorrigíveis, dos amorais constitucionais, substituindo os antigos asilos de segurança” (CODECEIRA *in* PERNAMBUCANO, 1932, p. 52). Inicialmente, a construção do prédio ficou ao encargo da empreiteira “Brandão & Magalhães” e deveria, segundo

Ulysses Pernambucano, ser construído nos terrenos próximos ao “Hospital Aberto” para evitar o “inconveniente” de funcionar em uma área que não pertença ao Estado ou ao erro médico-jurídico de se tornar anexo de algum presídio ou hospital.

Contudo, foi exatamente o que ocorreu com o “Manicômio Judiciário de Pernambuco”, por falta de verbas, passou a funcionar no primeiro andar do “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais”. Em 1935, o Dr. Alcides Codeceira, que se encontrava na Direção Geral da “Assistência aos Psicopatas” após a saída de Ulysses Pernambucano (em 1935), enviou ao “Secretário de Justiça e Negócios do Interior” um relatório descrevendo as condições financeiras da instituição. Suas principais reclamações davam-se em função do restrito ordenamento e reafirmava a necessidade de construção do manicômio judiciário: “Venho por conseguinte, pedir a vossa interferência para a solução de tão importante problema, hospitalar, judiciário e social, o que será de grande valor para o bom nome da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, já conhecido para além de nossas fronteiras” (CODECEIRA, 1936, p. 42).

Por conseguinte, a “Organização de Assistência aos Psicopatas” previa o “Serviço Aberto” com dois estabelecimentos para atender aos “doentes mentais não alienados”. Um “ambulatório, destinado a assistência aos psicopatas que podem permanecer no seio das famílias, outra, o hospital, destinada a utilizar práticas terapêuticas diversas: psicoterapia, malariaterapia, etc.” (1932, p. 39). Durante os primeiros meses de funcionamento, esses serviços eram realizados no próprio “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais” sob a direção dos Drs. Gildo Neto e José Lucena, até que em novembro de 1931 foram transferidos, provisoriamente, para o prédio do Instituto de Psicologia, na rua da Intendência. Somente em 1937, como assinalou o Dr. Gildo Neto em matéria ao “Diário de Pernambuco”, é que o ambulatório e o hospital aberto foram efetivamente inaugurados na rua Padre Roma, a 200 metros do Hospital de Alienados.

O “Serviço Aberto”, diferentemente do internamento nos hospitais fechados, proporcionava aos doentes mentais o tratamento de sua enfermidade sem a necessidade de submetê-los as restrições jurídicas da incapacidade civil. “Eles se opõem aos serviços fechados (hospitais de alienados) onde há uma série de formalidades a preencher, para obter o internamento e de onde sai o doente não quando assim o entende, mas, ao contrário, quando o médico julgar oportuno” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, 1935). Garantia-se a salvaguarda, ao menos momentânea, dos direitos civis dos alienados “sem reações antissociais”. No ambulatório eram realizadas as consultas médicas, buscava-se, sobretudo, diagnosticar precocemente as psiconeuroses (neurastenia, psicastênia, pitiatismo, ciclotimia), além das formas leves de epilepsia e da neuro-sífilis (PERNAMBUCANO, 1931, p. 128).

Para dar maior legitimidade aos diagnósticos clínicos eram elaboradas, com auxílio do Instituto de Psicologia, as “provas psicológicas”, especialmente para os casos de “atraso mental”, definindo os níveis de “imbecilidade” e “debilidade mental”. “Se considerarmos que um grande número de doenças psíquicas exprime apenas um exagero ou diminuição do labor mental normal, concluiremos que as pesquisas psicológicas são um elemento precioso de diagnóstico, que não se deve desprezar” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 42). Garantia-se com o “Serviço Aberto” que esses pequenos casos de alienação mental não fossem enviados para o “Hospital de Doenças Nervosas e Mentais”. Dava-se fluidez burocrática ao serviço, ao mesmo tempo em que enquadrava os níveis de anormalidade nos seus respectivos espaços de tratamento.

Um dos mais importantes setores da “Organização de Assistência aos Psicopatas” era o serviço de “Higiene Mental” confiado à direção dos Drs. José Lucena e Costa Pinto. De acordo com o relatório de Ulysses Pernambucano, suas atividades consistiam em: educação neuropsiquiátrica do grande público; o combate as causas das doenças mentais “diretamente acessíveis” como o álcool, sífilis, e “baixo espiritismo”; organização das estatísticas dos diferentes serviços, comentários e ligações que delas se podem tirar sobre as “psicopatias do nordeste”; serviço social, assistência moral, científica e educativa, pelas visitadoras do serviço, aos egressos dos nossos

hospitais. “Distribuição de conselhos impressos sobre as causas mais frequentes de doenças mentais, modo de tratar o doente em família, etc.” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 48).

A concepção de um plano nacional de higienização mental estava estritamente vinculada ao processo de psiquiatrização da sociedade erigida nas primeiras décadas do século XX. No artigo inaugural da “Revista dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental”, ligada à Liga Brasileira de Higiene Mental, o Dr. J. P. Fontenelle definia os princípios dessa nova prática psiquiátrica, que se apresentaria em duas frentes: “uma, tendo em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração psíquica, é a profilaxia mental; outra, procurando preparar o equilíbrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio psíquico e social, é a higiene mental propriamente dita”. (1925, p. 1). O que se observa, influenciado pelas concepções de degeneração, é a preocupação com os fenômenos sociais de produção e reprodução da doença mental, vinculados às práticas e hábitos da população brasileira. O medo era com os fenômenos passíveis de repetição, que aconteciam em larga escala e a solução era o redirecionamento do comportamento através da inculcação dos valores médicos.

Teremos de levar a toda parte o nosso grito de alerta contra todos os males sociais que estão a ocorrer o cerne da raça e são os fatores principais do povoamento dos manicômios. Pela conferência, pelo artigo, pelo cinema, pelo cartaz, teremos de mostrar ao povo os perigos do álcool, do baixo espiritismo, da cartomania, da sífilis, dos chamados vícios elegantes. Na rua, no bonde, no café, no cinema, nas casas de ensino, na caserna, na fábrica, em toda parte, o Serviço de Higiene há de fazer ouvir a sua voz desinteressante e amiga, doutrinando, ensinando corrigindo, inculcando boas normas para o tratamento do espírito, para evitar as explosões das moléstias mentais (PINTO, Diário de Pernambuco, 1931).

Em entrevista ao *Diário de Pernambuco* (1931), o Dr. Costa Pinto anunciava a novidade em terras pernambucanas: “Serviços desta natureza já existem no Brasil, [...]. Mas, o de Pernambuco é o primeiro que em nosso país surge como Instituto Oficial. E por que não dizê-lo? O primeiro da América do Sul”. Segundo Maria C. Padovan (2007), apesar da influência da “Liga Brasileira de Higiene Mental” na experiência da “Organização de Assistência aos Psicopatas”, a distinção era grande, em função da defesa, por parte da Liga, das teorias eugênicas e do racismo científico. Neste sentido, Pernambuco aproximava-se muito mais das ideias de Juliano Moreira “não adotando uma postura racial, que visassem essencialmente o “embranquecimento da população” (2007, p. 57).

O “Boletim de Higiene Mental”, lançado em dezembro de 1933, foi um dos principais veículos de propaganda dos projetos de medicalização da “Divisão de Assistência aos Psicopatas”. Na primeira edição do jornal, o aviso aos leitores sintetizava seus objetivos médicos: “suscitar portanto o interesse pelas questões de profilaxia mental, remover os embaraços que a qualquer novo empreendimento sabe criar o ceticismo misoneísta, obter a proteção a saúde psíquica a cooperação das boas vontades dispersas, eis o programa que perseguirá com a necessária continuidade o Boletim de Higiene Mental” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, 1933). O periódico era constituído de quatro páginas, publicado mensalmente, salvo os casos de interrupção, reunindo assuntos concernentes as definições psiquiátricas de doença mental, as possibilidades de cura e profilaxia, além de todo um conjunto de discursos de normalização do comportamento social, da educação infantil e da organização familiar.

Percebe-se que os principais temas abordados, desde o seu início e principalmente durante o Estado Novo, versavam sobre a educação da criança (a preocupação com o futuro da raça, e toda uma série de questões envolvendo outros membros da família padrão, os pais), o espiritismo (considerado uma manifestação propiciadora do desenvolvimento de psicoses) e o alcoolismo (uma das principais preocupações dos psiquiatras da época) (PADOVAN, 2007, p. 65).

Outras estratégias de divulgação das normas médicas somavam-se aos escritos do “Boletim

de Higiene Mental”. De acordo com o relatório de Ulysses Pernambucano foram realizados no ano de 1931: 60 palestras de propaganda em Pernambuco, sendo 42 delas reservadas para a “Semana Antialcoólica”, vinculada ao programa da “Liga Brasileira de Higiene Mental”. Muitas dessas exposições eram feitas em escolas, associações, fábricas e, sobretudo, no rádio: “sendo graças aos bons ofícios do Rádio Clube, tem sido possível realizar semanalmente uma pequena palestra ao microfone desta sociedade” (PERNAMBUCANO, 1932, p. 49). Em 1933, o “Serviço de Higiene Mental” havia realizado 65 palestras e publicados 27 artigos sobre os diversos temas de profilaxia mental, além de imprimir 2.000 tiragens do “Boletim” e coordenar 683 visitas das assistentes sociais aos egressos dos hospitais. Desenvolvia-se, ano após ano, os objetivos profiláticos da nova psiquiatria pernambucana, de forma que em 1935 foram impressos 14.000 exemplares do “Boletim de Higiene Mental” (CODECEIRA, 1936).

Considerações finais

É a partir desse conjunto de instituições, centralizados no “dispositivo de segurança” da “Organização de Assistência aos Psicopatas”, que se realizou, não só ao nível individual, mas sobretudo, ao nível global da população, todo um novo mecanismo de ação do poder médico, na busca de uma regularidade, de um equilíbrio geral da sociedade, contra os “inimigos” que ameaçavam a normalidade: “em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 2005, p. 294). Em defesa da manutenção de uma civilização que julgavam construir, os autodenominados “psiquiatras sociais” buscavam afastar os perigos do álcool, da sífilis, do “baixo espiritismo”, da má educação familiar, em resumo, da “degeneração” que ameaçava a população pernambucana.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AURELIANO, João. *As Diretrizes da Higiene Mental*. In. Arquivos da Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, Vol. I. 1934, p. 47-52.

BERCHIERE, Paul. *Os Fundamentos da Clínica: História e estrutura do saber psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

CAPONI, Sandra. *Loucos e Degenerados: Uma Genealogia da Psiquiatria Ampliada*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

CODECEIRA, Alcides. *Relatório da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, no período de 1935*. In. Arquivos da Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco. Recife: Vol. I. 1936. p. 39-87.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: Um Corte Ideológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CUNHA, Maria Clementina. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão: Médicos, Loucos e Hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

- FILHO, Heronides Coelho. *A Psiquiatria no País do Açúcar*. 2. ed. Recife: ABIGRAF, 1983.
- FONTENELLE, J.P. *Higiene Mental e Educação*. In: Arquivos da Liga Brasileira de Higiene Mental. Rio de Janeiro, ano I, 1925, p. 2-11.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Lisboa: Antropos, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HUTZIER, Celina Ribeiro. *Ulysses Pernambucano: Psiquiatria Social*. Revista Ci.& Trop. Nº 1. Vol. 15, 1987, p. 1-18.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Quando a razão começa a julgar a loucura: a institucionalização do sistema manicomial em Pernambuco. *Cadernos de História*. v. 7, n. 7, p. 37-84, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110061>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- MOREL, Benedict-Auguste. Tratado das degenerescências na espécie humana. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, 2008.
- PADOVAN, Maria Concepta. *As Máscaras da Razão: Memórias da Loucura no Recife durante o Período do Estado Novo. (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- PERNAMBUCANO, Ulysses. *Assistência a Psicopatas em Pernambuco: Ideias e Realizações*. Recife: Imprensa Industrial. Revista Arquivos de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, ano II, nº 1, Abril de 1932, p. 3-57.
- PERNAMBUCANO, Ulysses. *Comunicado da Diretoria Geral*. Arquivos da Organização de Assistência aos Psicopatas. Vol I, 1931. p.128-129.
- PESSOTTI, Isaias. *Os Nomes da Loucura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a Descontinuidade Histórica da Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(DES)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na década de 20*. 2. ed. Editora UFPE, 2016.

Nota de autoria

Rafael Santana Bezerra é doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e do Município de Paulista – PE. E-mail: bezerra.historia@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

BEZERRA, Rafael Santana. A Anormalidade nos Domínios Biopolíticos: “A Organização de Assistência aos Psicopatas de Pernambuco” (1931). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 93-110, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico


Recebido em 04/08/2020.

Aprovado em 18/10/2020.

Segurança Nacional e Biopolítica: as práticas e os dispositivos de informação e vigilância da DOPS-PE

National Security and Biopolitics: DOPS-PE information and surveillance practices and devices

Raphael Henrique Roma Correia

 <https://orcid.org/0000-0003-2201-7199>

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo, produzido a partir de pesquisa desenvolvida em dissertação fomentada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB, apresenta uma análise sobre a construção das estruturas de Segurança Nacional e Informação no Brasil, e especialmente em Pernambuco, ao longo do século XX, como sinal de um projeto biopolítico de poder. O texto articula conceitos da teoria biopolítica explorando a organização da Escola Superior de Guerra, permeada pela ideia de guerra permanente e interna, passando pelo processo de criação das polícias políticas estaduais até o detalhamento da emergência de mecanismos, técnicas, recursos procedimentos e a prática de uma mecânica de controle e monitoramento do cotidiano de pernambucanos nessas circunstâncias. Além disso, sua leitura é fundamental para os que se interessam pelo processo de desenvolvimento das redes de segurança e informação anterior ao golpe civil-militar de 1964, as quais serão indispensáveis para a execução e manutenção da Ditadura Militar de 21 anos.

Palavras-chave: Segurança Nacional. Biopolítica. DOPS-PE.

Abstract: This article, produced from research developed in a dissertation promoted by the Graduate Program in History at the Federal University of Paraíba – PPGH / UFPB, presents an analysis of the construction of National Security and Information structures in Brazil, especially in Pernambuco, throughout the 20th century as a sign of a biopolitical project of power. The text articulates concepts of biopolitical theory exploring the organization of the Escola Superior de Guerra, permeated by the idea of permanent and internal war, going through the process of creating state political police until the details of the emergence of mechanisms, techniques, procedural resources and the practice of a mechanics of control and monitoring the daily life of Pernambuco in these circumstances. In addition, reading it is essential for those interested in the process of developing security and information networks prior to the 1964 civil-military coup, which will be indispensable for the execution and maintenance of the 21-year-old Military Dictatorship.

Keywords: National security. Biopolitics. DOPS-PE.

- *Ela é tão livre que um dia será presa.*
- *Presa por quê?*
- *Por excesso de liberdade.*
- *Mas essa liberdade é inocente?*
- *É. Até mesmo ingênua.*
- *Então por que a prisão?*
- *Porque a liberdade ofende.* (Clarice LISPECTOR, 1978)

Em pleno século XXI, diante das trajetórias historiográficas e teóricas da História, podemos afirmar, até sem grande receio, ou pelo menos tornou-se muito difícil negar, que todas as relações humanas, todos os elementos dessas relações, são enlaçados, compostos por fronteiras fluídas, por questões políticas.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

No sentido dilatado do que é político/política, penso de acordo com as propostas filosóficas de um conceito político compartilhado por alguns estudiosos franceses, notadamente do debate gerado pelo que ficou conhecida como Escola Francesa do Político.¹ Grandes teóricos – alguns deles merecem destaque como Claude Lefort (1991), François Furet (1978), René Remond (2003) e Pierre Rosanvallon (2010) – contribuíram para a formação de uma ideia, um conceito filosófico, que compreende a dimensão do político como um elemento alojado, representado por lugares de poder, em rodas, as esferas do que se considera genericamente vida social.

Rosanvallon, por exemplo, em recente livro, *Por uma história do político* (2010), defende as utilidades oferecidas à história através da abordagem filosófica do político. Segundo suas conclusões, a originalidade de uma história filosófica do político permitiria aos historiadores uma interação mais estreita com ações sociopolíticas dos sujeitos estudados. Além do mais:

A história filosófica do político é também compreensiva, porque seu objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência. Sob tais condições é impossível ao historiador, de uma posição externa, pesquisar e controlar um objeto passivo. A abordagem compreensiva busca apreender a história em seu fazer-se, ou seja, enquanto ela mantém suas potencialidades – e antes, portanto que ela se efetive no modo histórico e passivo, como um fato necessário. (ROSANVALLON, 2010, p. 48)

Apesar de suas pretensões globais, referentes principalmente ao projeto de reafirmação de uma *história total* aos moldes braudelianos (ROSANVALLON, 2010, p. 39), enquanto método de observação problemática, a história do político apresentada por Rosanvallon fornece grandes contribuições às pesquisas historiográficas e a esse texto especificamente. Sobretudo o objetivo primordial desse método, que de acordo com o autor seria o de *apreender uma questão* política, ou seja, relacioná-la com os projetos de poderes, *situando-a no contexto de sua emergência*. Assim, dessa forma, a questão central desse texto é a emergência de mecanismos, técnicas, recursos procedimentos e artifícios, isto é, o desenvolvimento, e mais que isso, a prática, de uma mecânica de controle, poderio e monitoramento do cotidiano dos pernambucanos em meados do século XX, poder exercido principalmente pelas práticas da Delegacia de Ordem Política e Social.

O Poder sobre a Vida e a Liberdade Vigiaada nas práticas da DOPS-PE

Da infraestrutura organizada em prol da segurança nacional, que será brevemente detalhada na seção seguinte, resultaram ferramentas valiosas aos anseios fiscalizadores de um estado sob alarme contra os inimigos mais perigosos, isto é, aqueles hipoteticamente infiltrados no território interno do país. Os instrumentos e ferramentas disponíveis aos poderes instituídos, mesmo antes da ditadura militar, permitiram um domínio expressivo, que possibilitariam uma fiscalização e vigilância amplas e detalhadas sobre áreas e indivíduos de seus interesses. Em outras palavras, a superestimada prevenção, as desconfiças de um clima de conflito e as precauções estratégicas forneceram um painel de controle eficiente à vigilância social, e, mais ainda, favoreceram um projeto que se empenhava em praticar um controle total sobre todos os setores da vida dos investigados, considerando que, nesse contexto alarmista, todos eram suspeitos e até mesmo culpados até que provassem o contrário, ou melhor, inocentados até que os dispositivos² de vigilância mobilizados sobre eles provassem isso.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fornecer uma análise sobre a construção das

¹ Normalmente atribui-se aos cientistas sociais, historiadores, sociólogos e politólogos, reunidos por Claude Lefort no Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron (CRPRA), a elaboração e divulgação do conceito do *político* hegemônico no campo da história e das ciências sociais francesas das últimas décadas. Fundada em 1984, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), o CPRA articula atualmente um grupo de estudiosos preocupados em desenvolver pesquisas que demonstrem as características inseparáveis entre política e sociedade.

² Termo referido de acordo com Agamben, retomando Foucault, construído a partir da consideração de mecanismos variados elaborados para operacionalizar os poderes instituídos. Ver: AGAMBEN (2009).

estruturas de Segurança Nacional e Informação no Brasil, e especialmente em Pernambuco, ao longo do século XX como sinal de um projeto biopolítico de poder exercido antes e durante a Ditadura Militar.³ E uma maneira eficiente de começar a descortinar este painel labiríntico é a partir de um documento administrativo elaborado por solicitação do delegado à época, Adson Moury, e que retrata com riqueza de detalhes o funcionamento orgânico da Delegacia de Ordem Política e Social no ano de 1939:

Figura 1: “Mapa da rede de vigilância e controle social, 1939”



Fonte: Prontuário Funcional, Fundo SSP/DOPS – APEJE, nº 29638 – Documentos Administrativos. (SILVA, 2014, p. 150).

O refinado diagrama assinado por *F. J. Pauria* (canto inferior esquerdo da imagem) impressiona tanto pela organização gráfica como pela riqueza de detalhes. Infelizmente, não fica claro na documentação se o autor da esquematização é um artista contratado pela delegacia para realização apenas de um trabalho remunerado ou se foi criada por algum agente interno do órgão com habilidades ilustrativas. Questão que pode ser compreendida de acordo com as pesquisas das historiadoras Mariana Joffily e Maud Chirio (2014, p. 445) que destacam o fato dos arquivos sobre o período, por serem mais orientados à estrutura de repressão e perseguição, se tornarem “mais diretamente úteis na busca de informação sobre os alvos da vigilância do que sobre aqueles que a exerciam”. Mas, certamente, a construção do diagrama demandou um rigoroso e aprofundado estudo sobre a complexa estrutura administrativa e o alcance social pretendido pela instituição policial.

O círculo central, ao qual todas as linhas se unem, é representado pelo *Controle do Comissário/Delegado*, contudo, acima dele, apesar de representada em um círculo de perímetro menor, há uma esfera referindo-se às forças armadas, setor, inclusive, repetido em outro círculo no canto inferior direito da imagem. Estas, e outras, características presentes na representação tornam uma análise das disposições hierárquicas do gerenciamento das funções, atividades dos agentes policiais e atribuições dos setores de controle da Delegacia bastante complicada. Multifacetado por uma sistematização intrincada e labiríntica, em que os campos se apresentam espalhados e interligados por linhas sem diretrizes, direções traçadas ou pontos iniciais e finais sugerem uma espécie de rede de poderes articulados e interdependentes.

A historiadora pernambucana Marcília Gama da Silva avaliou este diagrama da seguinte maneira:

³ Sublinha-se que este texto é parte de uma pesquisa melhor desenvolvida e apresentada na dissertação de mestrado do autor. Cf. CORREIA (2017).

O que temos configurado nesse importante e elucidativo documento é a representação do **mapa de controle da sociedade**, da maneira como a polícia vê e entende os segmentos a serem **vigiados**, contendo não só a sistematização das categorias sociais, como se articulam, mas, sobretudo, como estão configuradas, seja por suas tendências políticas ou pelo perigo que representam, feita de forma minuciosa, detalhada e extremamente reveladora. Se não representa o funcionamento da DOPS para todo o período de atuação, traduz-se num importante indício de como viam e o entendimento que tinham dos diversos segmentos sociais para melhor exercer suas práticas de controle e vigilância, numa demonstração de que já tinham um alto nível de infiltração nas entranhas do tecido social muito antes de sua transformação em Departamento a partir de 1961 e de seu fortalecimento no período do pós-1964. (SILVA, 2014, p. 151, grifos da autora).

Sem dúvidas, a esquematização é digna de uma atenção substancial pelos interessados em conhecer a dinâmica de gerenciamento interno da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. Dentre as possibilidades analíticas oferecidas pelo documento, gostaria de ressaltar, assim como realizou Marcília Gama, o projeto de poder totalizador delineado pela DOPS de Pernambuco desde seus primeiros anos de funcionamento, o qual aparentemente foi até efetuado com certo êxito.

Neste sentido, passo a articular com este universo de elementos encontrados nos documentos da DOPS suposições teóricas sobre as finalidades, as utilizações e os interesses envolvidos na aplicação e manutenção do(s) poder(es), elaboradas, principalmente, por Michel Foucault e Giorgio Agamben. Reporto-me, nesse caso, ao ponto de confluência entre esses autores, aquele em que ambos perceberam um empreendimento de absolutização do monitoramento e, conseqüentemente, controle, dos indivíduos e/ou grupos por parte dos governos estabelecidos, o que para Foucault (1987) se inicia a partir do século XVII, enquanto para Agamben (2004) se estabelece desde a antiguidade clássica, no mundo denominado ocidental. Em relação a este projeto, eles se referem usando os conceitos de biopoder ou biopolítica, isto é, a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder (AGAMBEN, 2004, p. 125).

A expressão biopolítica é utilizada por Foucault (1999) já no capítulo final do livro *História da Sexualidade Volume I*, de 1976. Embora Foucault não tenha explorado claramente esse conceito nos volumes subsequentes da *História da Sexualidade* ou em algum outro livro publicado por ele próprio, as duas coletâneas, *Nascimento da Biopolítica* (2008) e *Segurança, Território, População* (2008), organizadas por Michel Senellart e traduzidas em língua portuguesa por Eduardo Brandão, cujo projeto foi transcrever as falas proferidas pelo filósofo em suas aulas ministradas no Collège de France entre os anos de 1977 e 1979, suprem consideravelmente a lacuna que alguns críticos apontam em relação ao desenvolvimento e caracterização de concepções sobre a Biopolítica por parte do autor.

O documento exposto anteriormente já fundamenta bastante a hipótese ou, pelo menos, estabelece suspeitas da existência de um projeto biopolítico nas práticas departamentais e funcionais da DOPS/PE. Junto a isto, a partir de então, apresento alguns outros conjuntos de registros que permitem fazer associação com parcela dos termos debatidos por esses dois grandes pensadores.

Acompanha-se, então, por meio de um documento policial, um fragmento do dia da médica e professora popular Naide Regueira Teodósio:

30-8-1946 – Às 9,40 a acampanada saíu (sic) de sua residência, à rua Feliciano Lins nº 334 – Iputinga, dirigindo-se para o consultório médico do dr. Bionor Teodósio, à Avenida Caxangá nº 3607. Às 9,55 saíu em companhia do citado médico, os quais depois de darem um passeio pelas ruas Imperatriz e Nova, foram jantar no Hotel Parque. Às 13,20 os dois tomaram o ônibus de Iputinga, seguindo em direção daquele bairro.

[...]

31-8-1946 – Pela manhã estive no Hospital Centenário, e de lá fui à rua do Príncipe nº 742. Demorou-se uns 10 minutos na casa referida, e depois foi à Maternidade de Afogados. Às 11,10

esteve na Maternidade do Hospital Pedro II, dali saindo às 12 horas regressou à residência.⁴

Nada de escandaloso, nada de subversivo, nada de criminoso ou incriminador pode ser identificado nessas informações registradas pelo agente policial sobre Naíde Teodósio. No entanto, a capacidade observadora, a liberdade vigiada da senhora e a camuflagem da segurança (mais uma vez, reitero, em modelos ainda democráticos de governo) podem impressionar o leitor dessa mensagem. Importante destacar também que essas informações servirão de prova para incriminar a médica e professora após o golpe civil de 1964, quando ela foi presa preventivamente (CORREIA, 2017).

Reforçamos, ademais, que apesar das informações contidas nas Partes de Serviço, como no caso das de Naíde Teodósio, pudessem não necessariamente disponibilizar provas suficientes ao ponto de justificar uma prisão, elas eram ainda bastante importantes para a estrutura e as estratégias de repressão do período. Pensando, por exemplo, a partir das reflexões e pesquisas da historiadora Mariana Joffily, percebemos como as informações adquiridas em interrogatórios efetuados com presos políticos proporcionavam variados recursos e instrumentos para os órgãos de segurança e informação. Isto porque, como afirma Joffily (2009, p. 776), as ações praticadas pelo sistema de repressão política eram orientadas pela obtenção do maior número de informações possíveis, por um “dever de pressentir e localizar as manifestações da guerra revolucionária, o que, na realidade, significava ampliar tanto quanto fosse possível o leque das suspeitas”.

Além de médica e professora, Naíde Regueira Teodósio, que estava com 48 anos em 1964, é possuidora de uma trajetória de vida bem representativa das lutas políticas e do desenvolvimento do Partido Comunista e de grupos de esquerda como um todo no estado de Pernambuco durante o século XX. Participou da administração pública em diversas oportunidades, entre elas como Secretária de Saúde e Educação de Pernambuco, entre os anos de 1948 e 1950. A elaboração de seu prontuário individual constitui-se em um projeto que arquiva documentos produzidos entre as décadas de 1940 e 1970, e que, além dos tradicionais documentos policiais, possui diversos impressos especiais, como: as Partes de Serviço de sua prisão hospitalar em 1964; “ato de acareação” entrecruzando declarações de outros presos políticos, utilizados para inocentar ou condenar suas atividades políticas; roteiros de aulas para turmas de educação popular, por exemplo. Naíde também concedeu uma entrevista riquíssima em detalhes para um projeto da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, executado por Eliane Moury, em 1988⁵. Naíde possui grande prestígio social na sociedade pernambucana até o presente, principalmente por conta do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, promovido pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), que desenvolveu sua décima edição em 2017.

Da mesma forma que Naíde Teodósio, podemos encontrar outras histórias de vidas de pernambucanos que foram afetados por essas estruturas de vigilância, como é o caso de Arnaldo Cavalcanti Marques, também médico e professor universitário. Segundo as avaliações do próprio Arnaldo Marques, avanços na ciência, tecnologia e progresso social também foram áreas prejudicadas por conta das ações repressivas. De acordo com ele,

Houve uma série de demissões, de destituições de cargos, de prisões de professores, que redundaram em desorganização; o primeiro ímpeto foi esse. De retirar os professores, ditos subversivos e que tiveram suas cátedras desorganizadas. Esse movimento redundou numa desorganização grande das universidades de Brasília, de São Paulo, e mesmo nas universidades do Recife, onde cerca de dez professores, incluindo livre-docentes e catedráticos foram atingidos por essas medidas. (MARQUES, 1992, p. 32).

⁴ Prontuário Individual de Naíde Regueira Teodósio. N° 4891. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE, Doc. N° 30.

⁵ A pesquisadora Eliane Moury é responsável por um projeto que procurou registrar os depoimentos de vários indivíduos que participaram de movimentos de contestações ao regime militar. As entrevistas se encontram hoje no acervo de fontes orais da FUNDAJ, disponíveis no Centro de Documentação de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA).

Arnaldo Marques foi preso por, no mínimo, três vezes entre os anos de 1964 e 1965, no estado de Pernambuco, por suas intensas atividades fora da área médica. Isso porque seus exames não avaliavam apenas patologias biológicas, mas também se empenhava em fornecer possíveis diagnósticos da realidade social; seus textos eram escritos e conhecidos na sua área acadêmica, mas Arnaldo também publicava em jornais, revistas e outros meios de comunicação e isto parecia não ser admitido pelos investigadores policiais.

O prontuário individual de Arnaldo Marques possui documentos datados desde os anos 1930, isto é, desde o início das atividades oficiais da DOPS em Pernambuco. Seus antecedentes criminais são preenchidos, nesse prontuário individual, por acusações e indícios, mas nenhuma conclusão criminal ou prova, em cerca de quatro folhas frente e verso. Neste conjunto de documentos, Arnaldo é apontado como ativo na Revolução de 1930, sendo espionado por isso, além de ter partes de serviços produzidas desde 1940. Além disso, Arnaldo Marques não era famoso apenas entre os agentes da DOPS/PE, mas também era uma figura pública ativa e conhecida em Pernambuco, devido a, por exemplo, vários artigos publicados no *Diário de Pernambuco* nos anos 1950, os quais fizeram sucesso por seus tons ásperos contra a produção mundial de bombas atômicas, em favor da paz e do desarmamento. Além desses, encontramos no seu prontuário outros textos de Arnaldo sobre, por exemplo, as vantagens da exploração estatal da indústria de petróleo e outros temas que também eram publicados nos jornais de grande circulação e nos populares de Pernambuco, ao longo dos anos 1950 e 1960.

Quando preso e interrogado pelos policiais sobre suas opiniões e posições políticas, sua resposta está descrita da seguinte forma:

Que, na verdade, esclarece o depoente ter ideias apenas ou idealismo político, mas não é adepto nem defensor nem militante de qualquer credo ou ideologia política, sendo simplesmente um observador da política brasileira e mundial; que, para este fim o depoente ler muitas obras desde os tempos acadêmicos (obras que versam sobre a Revolução Brasileira de mil novecentos e trinta, sobre o Nazifacismo, sobre o comunismo socialismo e sobre a doutrina social da igreja e outras questões políticas, interessando a grandes figuras da intelectualidade católica); que, também não deixa de ler, o depoente, vez por outra, os jornais da terra, de todas as tendências, inclusive os esquerdistas.⁶

Onde conclui dizendo que:

[...] confia em que não seja plausível nos dias que correm, admitir-se que o simples apoio à medidas de tendências socialistas e a convicções sincera de que o progresso social no mundo inteiro se vai fazendo dentro de tais diretrizes, seja razão bastante para catalogar um cidadão como adepto do marxismo ou como filiado a um credo político exótico e perigoso e que se há de livrar o nosso Brasil.⁷

Considerando-se um simples observador da política brasileira e mundial, Arnaldo Marques parece querer afastar de si uma acusação bastante comum contra intelectuais no período em questão. O art. 11º da Lei de Segurança Nacional de 1953 definia como crime a propaganda de algumas ideias, entre elas as de ódio, guerra e classe. Em sua defesa, o médico alega que não se poderia confundir, naqueles dias, o estudo de um credo exótico e perigoso com o apoio ou a filiação política e ideológica do próprio analista. Argumentos como esses parecem ter convencido os policiais e militares, todas as vezes em que foi chamado para prestar esclarecimentos sobre atividades subversivas, de que Arnaldo não tinha cometido nenhum crime político e ele, apesar de permanecer preso por alguns meses, nunca foi acusado judicialmente.

Incentivado por Elyane Moury a relembrar suas práticas colaborativas com a imprensa

⁶ Termo de declarações de 11 de abril de 1964. In: Prontuário Individual de Arnaldo Cavalcanti Marques. N° 10230. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE. Doc. N° 22, p. 2.

⁷ Termo de declarações de 11 de abril de 1964. In: Prontuário Individual de Arnaldo Cavalcanti Marques. N° 10230. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE. Doc. N° 22, p. 3.

pernambucana, sua produção intelectual, suas obras acadêmicas e seus textos conceituais, no depoimento gravado em Recife, em 1982, já citado aqui inclusive, Arnaldo Marques declara as possibilidades de que gozava os intelectuais interessados no debate público naquele período, antes da lei da imprensa de 1969, de expressar seus pensamentos publicamente. Além disso, menciona as difusões proveitosas de suas pesquisas acadêmicas em âmbito internacional, lembrando especialmente o que apresentou no Congresso de Cardiologia de Paris, em 1950, sobre aneurisma na aorta abdominal, o qual foi “publicado no Paris Medical, jornal muito tradicional na França, que publicou o trabalho na íntegra” (MARQUES, 1992, p. 27).

Contudo, sente-se falta nos relatos de memória construídos por Arnaldo Marques de menções ao documento que ocupa mais da metade de seu prontuário individual: o livro de memórias e análises sociais intitulado “Havana, Recife e Moscou”. Apesar de ser possível ao interessado ler o livro integralmente no prontuário de Arnaldo Marques, não é possível saber se ele foi publicado e nem quando foi escrito. Pode-se ter uma ideia geral da obra através do sumário presente entre os documentos, o qual divide a obra em três partes: parte I – Visita a Cuba; parte II – Coisas do Brasil; e parte III – No Mundo Soviético. Extremamente autobiográfico, a ideia do livro parece ser um projeto comparativo entre três metrópoles a partir das experiências pessoais e análises subjetivas de Arnaldo. Sem mais detalhes bibliográficos da obra, proponho finalizar esta análise com um resumo produzido pelo próprio Arnaldo Marques:

A minha história pessoal, que não terminou ainda, neste terreno (Recife), é bem longa e típica. – Sem jamais haver pleiteado nada de pessoal, nem postos coletivos, nem cargos de mando, foi sempre do meu natural agrado partilhar de tudo que significasse campanha democrática em minha terra. Associava, por julgar coisa necessária, as leituras científicas e as atividades da profissão, com outras tantas de natureza política, quer locais, quer de âmbito internacional. E em tal pendor vem de longe, dos bancos acadêmicos, da adolescência talvez! As intensas preocupações da vida de médico e de professor, nunca me impediram de estar atento a todos os movimentos democráticos e progressistas de que tem sido teatro o Recife e o Brasil. Nestes quase quarenta anos, participei modesta e discretamente embora, de várias campanhas pela Paz Mundial, pela proscricção das Armas Atômicas, pela Nacionalização do Petróleo, pela Emancipação Econômica da Nação. Dei meu apoio (individual e a-partidário) a numerosas iniciativas democráticas e de alcance social, igualmente subscrevendo manifestos e monções de protestos a frequentes tentativas de golpe ou ameaças de ditadura no país. Tive também oportunidade de realizar uma ou outra palestra e de publicar trabalhos ou dar entrevistas na imprensa sobre temas que, sendo em verdade estranhos à minha profissão, estavam, contudo, ao alcance das possibilidades de um médico e professor de clínica, como era o meu caso. Como o faço ainda hoje, tenho trabalhado sempre por mero idealismo e por convicção, principalmente apoiando valorosos e sinceros companheiros de orientação progressista, ligados ou não a partidos políticos de várias tendências (aí incluídos os comunistas) correligionários orientados sempre para as soluções pacíficas dos problemas nacionais, que a mim jamais falaram de conspiração ou subversão armada. São eles os bons amigos que hoje constituem os da “velha guarda”, poucos enfim, confiando, contudo, nos milhares jovens ardorosos e cheios de ponderado patriotismo que estão continuando a grande luta. Pois, atitudes assim normais em países verdadeiramente democráticos aqui foram tidas como “estranhas” e até catalogadas de “atividades subversivas”.⁸

Não intencionalmente, o trecho selecionado no livro para ser exposto aqui, de alguma forma, sintetiza as minhas escolhas narrativas realizadas para se aproximar da trajetória de vida de Arnaldo Marques condicionada aos tempos de exceção da primeira metade do século XX em Pernambuco. Por meio de suas habilidades comunicativas, Arnaldo consegue expor, de maneira bastante clara e consciente, seus objetivos profissionais e interesses políticos. Modesta e discretamente, Arnaldo Marques pronuncia e avalia as inúmeras campanhas de que participou motivado por um dever de cidadão que acreditava ser essencial em qualquer sociedade democrática. Conscientemente, ele

⁸ Termo de declarações de 11 de abril de 1964. In: Prontuário Individual de Arnaldo Cavalcanti Marques. N° 10230. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE. Doc. N° 43.

admite que a sua forma de agir e pensar gera consequências que fogem ao seu controle, podendo estas atitudes serem consideradas até como crimes. Para tristeza, como dito, os detalhes bibliográficos sobre a abundante obra de Arnaldo, com cerca de 26 capítulos apontados no índice arquivado pela DOPS, não puderam ser encontrados nos documentos a que tive acesso.

Praticada pelas Delegacias de Ordem Social e Política, a espionagem social, isto é, a vigilância velada do cotidiano individual das pessoas suspeitas de estarem elaborando ou praticando crimes políticos, configura-se, aparentemente, numa das ferramentas da mecânica de controle, numa das práticas dos micro poderes espalhados sutilmente pelo conjunto social, reconhecidas por Foucault (1987, p. 176) que “[...] para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com condição de se tornar ela mesma invisível”. Tais práticas descortinam-se com a exploração dos documentos arquivados sob o título de “Partes de Serviço”⁹, como o apresentado anteriormente, onde registra-se o relatório do espião, do investigador policial, podendo ser elaborado no próprio local em que ele observa a ação do suspeito ou após um período longo de observância. Nesse procedimento, de acordo com os documentos aos quais tive contato, é fundamental a catalogação, a averbação nos mínimos detalhes possíveis, de pessoas a lugares, de suspeitas a fatos, sendo todas as informações depois processadas internamente, entrecruzadas com outros registros e conectadas à ampla rede de informações. Ou seja, a execução do que Foucault conceitua como Poder de Escrita:

[...] seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. (FOUCAULT, 1987, p. 157).

As referências foucaultianas citadas anteriormente fazem parte do livro *Vigiar e Punir* do autor, onde ele desenvolve análises sobre a construção dos projetos e estratégias de poder do Estado Moderno e as sutis, mas efetivas, transformações efetuadas nos corpos e mentes dos sujeitos, disciplinarizados por um domínio doutrinário e executado nos mais variados espaços sociais como escolas, hospitais e prisões. Obra prima para se entender a formação das estruturas político-jurídicas da contemporaneidade ocidental, suas articulações teóricas começaram a se tornar incapazes, para o próprio Foucault, de analisar adequadamente o complexo universo político e social do século XX.

Quando escrevia o volume I da *História da Sexualidade*, traçando conclusões como a de que “foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens” (FOUCAULT, 1999, p. 129), ele deixava claro que germinava em seus trabalhos algumas indicações sobre um poder disseminado e institucionalizado pelo Estado, maquiado pela execução de algumas políticas públicas, com pretensões de não apenas disciplinar os hábitos, mas de administrar, isto é, de ter poder irrestrito, de ter o direito de vida e de morte sobre os indivíduos. Neste sentido, observa-se que, principalmente a partir da segunda metade do século XX, aparentemente imbuídos de um sentimento de redenção por conta das grandes guerras, os regimes políticos voltaram-se para a preocupação com o desenvolvimento social, o Estado Liberal abriu espaço ao que se conhece como Estado de Bem-Estar Social, com a execução de uma maior intervenção estatal sobre a vida social. A partir desse modelo, o Estado estabelece mecanismos que viabilizam uma maior preocupação

⁹ Marcília Gama (2014) define as partes de serviço assim: “[...] um tipo de registro policial – constitui uma espécie de escrita policial feita diretamente pelo investigador, através desse procedimento é fixado o resultado do que foi observado pelo investigador durante um período, a respeito do investigado. Essa ‘impressão’ era produto de dias, às vezes meses de acompanhamento de ‘elemento’ suspeito.

com, por exemplo, a saúde, a educação cidadã e a segurança pública.

Em Pernambuco, especialmente, tanto a esquematização departamental quanto a Parte de Serviço destacada anteriormente de Naíde Teodósio como discursos inseridos em documentos oficiais produzidos pelo Estado, demonstram essa preocupação com a competência em gerir eficazmente a sociedade. A suposta preocupação com a Segurança Pública, por exemplo, levou o governo a encetar o maior desenvolvimento da sua polícia política e social. Em 1961, o seguinte relatório é compartilhado com os órgãos de segurança e informação sobre o aprimoramento técnico da DOPS frente aos novos problemas e desafios enfrentados pela dinâmica de transformação das configurações sociais pernambucanas:

Nesse momento, a polícia passa a aprimorar seus mecanismos de ação, ser “**Técnica**” – O que significa estar aparelhada e treinada para potencializar ao máximo os métodos de controle social, combater os desvios e as novas formas de agitação, antes que se instalassem. A polícia será “**Objetiva**” – O que significa apresentar respostas imediatas e à altura, frente a um conflito, agitação, desordem. E “**Eficaz**” – nos resultados. E para isso, a forma de agir e as linhas de ação, requer treinamento, especialização e um imediatismo desse aparelho, no tocante a uma situação de conflito, no sentido de sempre antecipar os fatos. (Relatório do Gabinete do Secretário de Segurança Pública de 15 de abril de 1961. Fundo SSP/DOPS – PE/APEJE: Prontuário Funcional nº 29638, grifos no original *in* SILVA, 2014, p. 181).

Nesse cenário, de meados do século XX, a maioria das certezas construídas pelos intelectuais, pela ciência e pelo presumido progresso material da humanidade foram desmoronando, bombardeadas por problemas incalculáveis ou por uma hipotética crise paradigmática.¹⁰ Especificamente para as circunstâncias aqui debatidas, vale acentuar o trabalho teórico desenvolvido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben sobre os dilemas sociopolíticos das últimas décadas. Interligando a ação política dos estados contemporâneos do século XX com sua erudição especulativa, Agamben empenha-se há um tempo, desde o início dos anos 2000 para ser mais exato, em estudar as características biopolíticas dessa conjuntura. Dialogando com o pensamento filosófico clássico, Agamben acredita que o projeto biopolítico de poder soberano atravessou toda a construção jurídico-institucional do mundo ocidental, pois, segundo ele, “colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado Moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua, reatando assim com o mais imemorial dos *arcana imperii*.” (AGAMBEN, 2004, p. 14). No livro em que divulga esse planejamento, o *Homo Sacer I*, esclarece que o seu maior objetivo é (re)trabalhar com uma lacuna deixada pelos debruçamentos científicos nos estudos acerca dos poderes autocratas elaborados por autores como Foucault, Hannah Arendt e Carl Schmitt, encadeando conceitos-chaves como “vida matável” (*Homo Sacer*), poder soberano, estado de exceção e campo de concentração.

Agamben defende, de maneira convincente, no livro referido, na continuação de sua trilogia e em espaços múltiplos atualmente, que, em nosso tempo, todos os nossos sistemas políticos possuem certo grau de fenômenos autoritários, totalitários e soberanamente biopolíticos de poder. Os campos de refugiados, as favelas, as prisões secretas, políticas de auxílio público diferenciadamente executadas a determinados sujeitos e regiões, as ações de abuso de poder dos policiais em serviço são alguns exemplos disso, em que, para ele, mencionando Walter Benjamin (1986), outra de suas grandes referências, exprimem a regra geral que virou o estado de exceção em nossa sociedade. Agamben adverte:

E apenas porque a vida biológica, com as suas necessidades, tornara-se por toda parte o fato *politicamente* decisivo, é possível compreender a rapidez, de outra forma inexplicável, com a qual no nosso século [século XX] as democracias parlamentares puderam virar Estados

¹⁰ Diversos estudiosos apontam o que se costuma sintetizar na expressão da *crise* dos paradigmas modernos, entre eles Agnes Heller em “A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI”; Thomas Kuhn em “A estrutura das revoluções científicas”; Boaventura Sousa Santos em “Um discurso sobre as ciências”.

totalitários, e os Estados totalitários converter-se quase sem solução de continuidade em democracias parlamentares. Em ambos os casos, estas reviravoltas produziram-se num contexto em que a política já havia se transformado, fazia tempo, em biopolítica, e no qual a aposta em jogo consistia então apenas em determinar qual forma de organização se revelaria mais eficaz para assegurar o cuidado, o controle e o usufruto da vida nua. As distinções políticas tradicionais (como aquelas entre direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público) perdem sua clareza e sua inteligibilidade, entretanto uma zona de indeterminação logo que o seu referente fundamental tenha se tornado a vida nua. Até mesmo o repentino deslize das classes dirigentes ex-comunistas no racismo mais extremo (como na Sérvia, com o programa de “limpeza étnica”) e o renascimento do fascismo na Europa, sob novas formas, encontram aqui sua raiz (AGAMBEN, 2004, p. 128).

Estaríamos condicionados assim a regimes biopolíticos cada vez mais vigorosos, empenhados em caracterizar o que é importante e o que não é, (rede)marcando constantemente as áreas de interesses do que é considerável para as diretrizes políticas do Estado e o que não é, ou seja, quais as vidas relevantes e que devem ser protegidas e quais as vidas descartáveis e que não precisam ser mantidas para que o modelo estatal permaneça com seus projetos de poderes. Condicionamo-nos, neste sentido, à execução de uma dinâmica da preservação e/ou eliminação de vidas (DUARTE, 2008).

Marcília Gama percebeu essas características biopolíticas na conjuntura pernambucana entre meios do século XX e utilizando, inclusive, as bases oferecidas por Agamben, afirmou que em Pernambuco durante o estado de exceção militar elaborou-se

Um poder que precisou criar uma constelação de órgãos cujos tentáculos penetram o tecido social e sugam através de suas múltiplas ventosas a **informação** – dado absoluto, nevrálgico, capaz de alterar a vida, o cotidiano, os sonhos, o rumo de vida das pessoas, numa guerra permanente, desigual e desumana. A existência desse aparato informacional é extremamente útil para dar continuidade ao poder soberano e legitimar o profundo desrespeito aos direitos e garantias constitucionais do cidadão.

[...]

Nessa perspectiva, o combate à subversão representa a destruição do **germe** que penetra, corrói e inflama o **povo**, a coletividade, que, segundo a análise de Agamben (1998), contém necessariamente a “fratura biológica fundamental”, condutora de toda a carga biológica e política inerente ao ser pensante, com suas potencialidades, que por si só é matéria perigosa, podendo inflamar, se mal conduzida, à égide do mais sólido poder. (SILVA, 2014, p. 261-262, grifos da autora).

Na conjuntura problematizada por esse texto, além dos documentos já expostos, uma série de outros exemplos, arquivados e não, poderiam expressar a concepção de que a corporação que tomou as rédeas do poder estatal transformou sistematicamente a vida de seus “inimigos” políticos em uma “vida nua”, isto é, como debatido anteriormente, uma vida que poderia ser manejada sem importância e até mesmo descartada sem remorso. As justificativas ideológicas encontradas por eles para legitimar as torturas dos presos políticos para a obtenção de informações, o alto número de mortes “em combate” aos inimigos internos e os, alguns ainda, corpos e/ou vidas desaparecidas durante os governos militares servem como indícios de que essa ligação não é tão descabida. Nesse sentido, há informações registradas em pesquisas que seguem os mesmos preceitos. É o caso, por exemplo, do livro “A biopolítica e a vida que se pode deixar morrer” (2012), tese de doutorado desenvolvida pela historiadora Susel Oliveira da Rosa, em que trata, entre outras coisas, da banalização da violência policial no Brasil, sobretudo no período do regime militar.

A construção das estruturas de vigilância política ao longo do século XX no Brasil

É fundamental perceber que, não por acaso, o momento em que o Brasil mais investiu, financeira e ideologicamente, em segurança, coincidiu com o período histórico dos conflitos armados mais violentos da humanidade – o século XX. Este século que fez o sonho iluminista do progresso inequívoco da razão e das ciências sucumbir às duas grandes guerras de escalas globais e ao medo da extinção da espécie humana pelas bombas nucleares. Os anos 1950 e 1960, em particular, correspondem justamente à uma expressa bipolarização do planeta em áreas de influências, interesses e domínios. Nesses termos, um lado seria composto por países capitalistas teoricamente de economias liberais, comandados pelos Estados Unidos (EUA) e, o outro, por regiões sob a intervenção socialista, na maioria das vezes revolucionária, em algumas oportunidades sendo associada a reformas sociais, encabeçada pela União Soviética (URSS). Segundo o historiador Eric Hobsbawm, uma das grandes referências teóricas no estudo da contemporaneidade,

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de todos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita da hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1995, p. 223).

Ou seja, por quase meio século a humanidade habituou-se com uma guerra generalizada, mas que, em vez de militarmente combatida, se efetivava, rotineiramente, em conflitos localizados e restritos. Insuflada pelas rivalidades ideológicas, essa realidade de guerra abundante atingia, entre outros, a vida cotidiana da população civil, sendo, em todos os espaços sociais, perseguidos e julgados os comportamentos suspeitos, rotulando e punindo os indivíduos desvinculados das normatizações, considerados subversivos, ou seja, criminosos de extremo perigo.

No Brasil, país alinhado institucionalmente ao bloco capitalista, era visível o empenho em expurgar a “ameaça comunista” do território e, se possível, das ideias, dos pensamentos da população. Não obstante tenha sido corriqueira a vigilância e pretensão de controle sobre as convicções oposicionistas e/ou revolucionárias desde o século XIX, quando, com a chegada dos imigrantes europeus com suas “ideologias perigosas”, origina-se uma concepção de que o estrangeiro (notadamente, os adeptos do anarquismo, marxismo e socialismos) seria responsável pela corrupção das ideias da sociedade brasileira.

Esse complexo de uma situação de perigo mundial se torna mais forte a partir da década de 1940 e países como o Brasil, que participavam das guerras internacionais apenas indiretamente, enviando tropas militares, por exemplo, agora precisavam, nessa conjuntura de guerra universal, desenvolver e/ou melhorar os seus mecanismos de defesa tornando-os suficientes pelo menos para responder com efetividade a essas ameaças generalizadas.

Por conseguinte, o Brasil fundará a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, inspirando-se na escola militar dos Estados Unidos – *Nacional War College* (LEITE, 1984). Assim, a escola de guerra brasileira foi pensada para ser um instituto de ensino e pesquisa empenhado em conceber métodos de defesa eficientes no projeto da Segurança Nacional, inaugurada com a Lei N° 785 de 20 de agosto de 1949. Inicialmente condicionada aos limites das forças armadas, a Escola Superior de Guerra amplia, ao longo do tempo, as suas zonas de influência e atuação. Suas pretensões podem ser identificadas, segundo Creuza de Oliveira Berg (2002) em três pontos fundamentais,

que seriam 1) Objetivos Nacionais (ONP, as siglas são retiradas do texto da própria autora); 2) Política Nacional (ONA); e 3) Poder Nacional.

Sem dúvida, o maior projeto arquitetado pela ESG foi a construção, divulgação e manutenção da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, por meio da qual guiaram-se boa parte das ações dos órgãos de segurança, assim como os poderes estatais, ao longo do período de mais ou menos uma década anterior ao golpe de estado protagonizado pelos militares em 1964. Em proporcionalidade direta com as metas de Segurança e Desenvolvimento nacionais, elaborava-se um discurso que prometia, através de um maior controle sobre a sociedade, elevar os índices econômicos e impulsionar o progresso público brasileiro. Projeto que inclusive não era elaborado apenas pela ESG, como afirma Alves:

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos. (ALVES, 1984, p. 35).

Assim como as de Creuza de Oliveira Berg (2002) e Maria Helena Moreira Alves (1984), várias análises já foram elaboradas sobre as ideologias de Segurança Nacional brasileira. Destaco, além destas, o protagonismo do general Golbery do Couto e Silva na elaboração dos principais preceitos teóricos da ESG, sobretudo em relação às conclusões difundidas, por exemplo, no seu trabalho clássico sobre a *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil* (1981). Nele o general defende que a América Latina era uma área privilegiada geograficamente, por extensão também o seria economicamente, e que o Brasil possuía uma posição de destaque nos interesses mundiais. Obviamente que isso é uma tentativa minha de resumir a complexa e vasta teoria sustentada pelo general Golbery Silva apresentada com mapas, gráficos, estratégias econômicas, planejamento militar e conceitos teóricos abundantes no seu livro.

Paralelas à socialização destes preceitos, as ações estatais buscavam garantir a execução de procedimentos que os materializasse, permitindo-lhes uma aplicação efetiva nos labirintos cotidianos do complexo social. Se a guerra estava ocorrendo, e em plena expansão, era preciso organizar uma defesa e uma forma de contra-atacar. Mas, como lutar em uma guerra sem armas? Notadamente, a utilização de armas bélicas durante a Guerra Fria era inexpressiva, se comparada às proporções dos dois conflitos internacionais anteriores. Contudo, travava-se um combate em que as armas de fogo não eram, normalmente, manuseadas, mas nem por isso deixariam de existir duelos deveras mortíferos e cruentos, nos quais a munição eram informações, dados pessoais e informes estratégicos, ambiente em que as armas metaforicamente poderiam ser relatórios e serviços de espionagem. Enfim, uma grande batalha pelo domínio de um conhecimento que forneceria poder(es) – ou como Foucault (2008) refletiu, uma espécie de saber-poder. Onde conhecer o inimigo, suas táticas, atividades e planos permitiria, assim, engendrar a proteção necessária e até sua possível anulação. Em vista disto, há um flagrante refino nos apetrechos de vigilância, arquitetando-se estruturalmente uma comunidade ou rede¹¹ inter-relacional entre a polícia, as forças armadas e os órgãos de informação.

A institucionalização de uma polícia especializada em crimes políticos ou ideológicos foi, decerto, uma das ligas que amarrou essa malha organizacional da segurança e informação.

¹¹ A utilização dos termos, como já havia me referido na introdução, *rede* ou *comunidade* correspondem a perspectivas divergentes entre alguns especialistas. Autores como Carlos Fico (1992; 1999; 2001) utilizam *comunidade* em conformidade aos termos utilizados pelos próprios agentes em documentos elaborados pelas delegacias ou instituições de segurança daquela ocasião; já outros, como Marcília Gama (1996; 1997; 2014), empregam o termo *rede* por considerar a palavra mais representativa da complexidade, do concatenamento e atuação esparsa dos órgãos articulados pelo regime com militares e civis.

Cronologicamente, o combate ao que se considerava crimes políticos acompanha o estabelecimento do regime republicano no Brasil. De uma maneira geral, a compreensão das funções dos órgãos policiais como um todo é bastante labiríntica, pois envolve uma pluralidade sociopolítica, que incorpora especificidades regionais, formas de governo e conjunturas históricas. Sobre o funcionamento da polícia política, só no Brasil desfruta-se de considerável porção de análises acadêmicas, por exemplo, Eliana Rezende Furtado de Mendonça (1998) aponta as atribuições que os órgãos policiais do Rio de Janeiro receberam, já no início do século XX, para combater os crimes políticos; enquanto que Rosângela Pereira de Abreu Assunção (2006, p. 6) analisa, em uma dissertação, “o impacto do anticomunismo sobre a dinâmica institucional da Polícia Política Mineira – DOPS/MG e sobre o imaginário policial em relação aos comunistas no período compreendido entre os anos 1935 e 1964”; e Marcília Gama da Silva (1996; 2014) especializou-se no desenvolvimento e atuação da polícia política no estado de Pernambuco.

Conforme também observou a historiadora Eliana Mendonça, desde os primeiros anos do período republicano brasileiro, o governo da capital federal preocupou-se em estruturar um setor especialmente direcionado ao controle político, o Corpo de Investigações e Segurança Pública (fundado em 1907), que concentrava suas atividades nas matérias ligadas às “vigilâncias especiais”, mesmo sem uma especialização basilar. Na década de 1920, suas funções foram reelaboradas em torno da 4^o Delegacia Auxiliar¹², encarregada de cuidar da “[...] ordem política social, associações operárias, anarquistas, político especial, cadastro operário, comunista e expulsões.” (XAVIER, 1996, p. 53).

Mesmo que pareça evidente a preocupação com o perigo das ideias políticas num movimento em direção ao estabelecimento de polícias especializadas e profissionalizadas nos crimes de dimensão política nos anos 1920, será nos anos 1930 que tal marcha alcançará fôlego nacional. Como observou Rosângela Assunção:

Os anos 1930 foram fundamentais para o processo de modernização e profissionalização da polícia civil. Nestes anos, o Estado Vargas volta-se para a maior regulação e intervenção na sociedade. Trata-se de um Estado de feições autoritárias e que, por isso mesmo, não prescindiu da polícia para o controle dos comportamentos políticos. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 33).

Resultado dessa dinâmica, a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, foi pensada com a finalidade de transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime jurídico mais rigoroso. Assim, a ação das polícias, especialmente políticas, passou a ser justificada por um aparato legal exclusivo, que foi decisivo para a afirmação desta polícia como órgão voltado especificamente para o controle social e político e serviu ainda para justificar e legitimar a existência deste órgão reservado.

Em Pernambuco, no mesmo ano da publicação da LSN, precisamente em 23 de dezembro de 1931, por força do decreto-lei n^o 71, foi inaugurada a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Delegacia que seria um órgão especializado da corporação policial, mas o que a distinguia dos demais órgãos policiais era sua função voltada para a manutenção do que se considerava a ordem político-social. A definição do que era a ordem político-social engloba os matizes referentes à aplicação da legislação vigente e à apreciação que se realiza dos preceitos legais do conjunto de leis instituído. Ou seja, a ação policial dos agentes de uma polícia política empenha-se no sentido do controle dos comportamentos político e social, como um verdadeiro método de controle da sociedade (ASSUNÇÃO, 2006, p. 18-25). Para Marcília Gama, analisada no trabalho de Silva,

Estudar a integração da rede de informação durante o regime civil-militar e, sobretudo, a montagem da polícia política em Pernambuco e o papel desempenhado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no controle e vigilância da sociedade possibilita pensar a história

¹² Criada através do Decreto n^o 15.848 de 20 de novembro de 1922.

desses órgãos num palco nem sempre de harmonia, mas principalmente, de tensões, disputas, conflitos e embates que interferem na sociedade produzindo efeitos múltiplos. (SILVA, 2014, p. 61).

Sobremaneira, o projeto era eliminar ao máximo as brechas e ter sob controle todo o corpo social. Manter a “ordem natural” das coisas se tornou o objetivo dos que assumiram a responsabilidade de preservar a paz, e para atingir este objetivo não importava o que se fazia desde que o resultado fosse satisfatório. Algumas vezes, as preocupações com a segurança eram tão excessivas que chegavam a adquirir um tom caricato e anedótico.

A polícia política, seus órgãos e serviços de informação e segurança de Pernambuco também protagonizaram algumas dessas atividades de investigação que parecem surreais aos nossos olhos hoje. Por exemplo, nos arquivos da DOPS-PE há um prontuário funcional organizado com a indicação de “Subversão 1960”, Nele consta um documento, com o carimbo de confidencial, que consigna a vigilância de norte-americanos, “que se auto intitulam hippies”, na capital pernambucana, divulgando mensagens de “faça amor, não faça guerra” e “utilizando pulseiras no pulso esquerdo”, entre outras “atitudes estranhas”.¹³ Ou seja, os destaques do lado do braço onde os hippies norte-americanos utilizavam as suas pulseiras se tornava uma indicação e, talvez se eles tivessem sido recolhidos para prestar esclarecimentos, poderia até servir como prova para fundamentar uma prisão sob acusação de crime de subversão.

O historiador Carlos Fico (2001, p. 73), que por conta das inúmeras pesquisas sobre o tema parece-nos extremamente familiarizado com os documentos produzidos pelos órgãos de segurança responsáveis por manter as ações repressivas em meio ao regime militar, também menciona alguns episódios que poderiam servir como exemplo desse “grotesco”:

Em 1973, palavras de ordem da esquerda foram carimbadas em células de 1 e 10 cruzeiros: para a comunidade de informações, tratava-se de “modificação sofisticada da propaganda adversa”.¹⁴ Um grupo de geólogos soviéticos, viajando para a Bolívia, fez uma escala no Brasil: segundo setores de informações, a presença dos geólogos poderia redundar em infiltração comunista¹⁵. (FICO, 2001, p. 72).

No entanto, ainda que esses exemplos revelem um lado cômico nas práticas das investigações policiais desse período, é preciso ter a cautela de não omitir as características profissionais e de severidade geradas por essas informações no contexto político e social do período. Apesar do tom cômico que adquirem em um momento posterior como o nosso, essas informações podem ter acarretado consequências danosas aos indivíduos citados ou a terceiros que com eles tenham convivido. O historiador Daniel Aarão Reis considera, inclusive, que eram justamente esses medos e perigos, reais ou não, o que mantinha os protagonistas da ditadura militar e seus apoiadores unificados. Para ele, esses agentes “trabalharam com eficácia estes medos. Não os inventaram mas souberam explorá-los, exagerando-os” (REIS FILHO, 2014, p. 85).

Acredito, nesse sentido, que a análise apresentada neste artigo, sobre a formação ideológica e da instituição jurídica dos mecanismos de coleta de informações e segurança, seja necessária e produtiva para que possamos refletir e perceber, entre outras coisas, como no momento da execução do Golpe de Estado em 1964, já havia um suporte tecnoburocrático alicerçado pelas transformações ocorridas ao longo do século XX. De acordo com a dinâmica de guerra encarnada pelo Estado brasileiro, especialmente pelo advento da ideia de que se verificava uma guerra interna contra inimigos ardilosos e ocultos, estabeleceu-se o desafio de montar e pôr em funcionamento uma máquina de vigilância capacitada em combater a pluralidade de táticas e estratégias dos adversários, principalmente para afastar a ideia de que os militares e seus

¹³ Cf. Prontuário Funcional nº 1.894 Fundo 1097 SSP/DOPS – PE. APEJE, Docs. Nº. 5-7.

¹⁴ Informação C. nº 683/16¹AC/73 encaminhada ao ministro da justiça em 9 jan. 1974, contida no processo C. nº 50382. MC/P Cx 593-05133.

¹⁵ Processo C. nº 56390/71, [1971]. MC/P Cx. 588-05128.

apoiadores criaram todos os seus instrumentos de repressão e perseguição política apenas a partir do momento que ocuparam, autoritariamente, as instituições políticas do Brasil. Ademais, este texto também se esforçou em oferecer uma perspectiva teórica, baseada na teoria biopolítica, para se considerar, pesquisar e observar com mais atenção as estruturas de vigilância e suas práticas no Brasil, sejam elas em períodos de governos autoritários ou em momentos considerados democráticos.

Fontes Documentais

BRASIL, Lei de Segurança Nacional Nº 1.802 de 5 de outubro de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL, Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

Prontuário Funcional nº 1.894 Fundo 1097 SSP/DOPS – PE. APEJE, Docs. Nº. 5-7.

Prontuário Funcional, Fundo SSP/DOPS – APEJE, nº 29638 – Documentos Administrativos.

Prontuário Individual de Naide Regueira Teodósio. Nº 4891. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE, Doc. Nº 30.

Relatório do Gabinete do Secretário de Segurança Pública de 15 de abril de 1961. Fundo SSP/DOPS- PE/APEJE: Prontuário Funcional nº 29638.

Prontuário Individual de Naide Regueira Teodósio. Nº 4891. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE, Doc. Nº 30.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São. Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). 175f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Vol. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 222-234.

BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressão artística e censura no regime militar*. São Carlos: EdUFSPar, 2002.

CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). *Revista eletrônica de História Unisinos*, v. 18, n. 3, p. 440-451, set./dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.02>. Acesso em: 20 set. 2020.

CORREIA, Raphael H. R. *Presos em nome da Ordem: as prisões preventivas e suposta solução à subversão pernambucana em 1964*. 143f. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

DUARTE, André de Macedo. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI. In: SOUZA, Ricardo T; OLIVEIRA, Nythamar F. *Fenomenologia Hoje III – Bioética, biotecnologia, biopolítica*. Porto

125

Alegre: Edipucrs, 2008. p. 63-87.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed Loyola, 2010

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. I A Vontade de Saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no College de France em 1978-1979. Tradução Eduardo Brandão; Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURET, François. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

JOFFILY, Mariana. Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, p. 769-799, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 16 set. 2020.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução Eliana de Melo Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LISPECTOR, Clarice. *Um Sopro de Vida: (Pulsações)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MARQUES, Arnaldo Cavalcanti. Em entrevista a Eliane Moury Fernandes, FUNDAJ: CEHIBRA, 1992.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*. v. 12, n. 22, p. 379-388, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSA, Susel. *A biopolítica e a vida que se pode deixar morrer*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROSANVALLON. Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Marcília Gama da. *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da Polícia Política. In: *DOPS: A lógica da desconfiança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32-41.

Nota de autoria

Raphael Henrique Roma Correia é doutorando em história pelo PPGH/UFPE. Formado em licenciatura plena pela Universidade de Pernambuco. Em 2017 defendeu uma dissertação que analisa as prisões preventivas a partir do golpe de 1964 na efetivação de um Estado de Exceção e um projeto biopolítico de poder. Atualmente pesquisa sobre o ensino de história no fim da ditadura militar no Brasil, para entender as ações do Estado em torno da memória e do esquecimento das práticas autoritárias dos militares. E-mail: raphaelromaczr@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

CORREIA, Raphael Henrique Roma. Segurança Nacional e Biopolítica: as práticas e os dispositivos de informação e vigilância da DOPS-PE. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 111-127, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 07/07/2020.


Modificado em 28/09/2020.

Aprovado em 11/10/2020.

Rever a colonização, reler a biopolítica, almejar o poder: os bandeirantes paulistas nas minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1720

Review colonization, re-read biopolitics, target power: the “paulistas” pioneers in the mines of Serro do Frio and Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1720

Danilo Arnaldo Briskievicz

 <https://orcid.org/0000-0002-7652-1959>
Instituto Federal de Minas Gerais

Resumo: A visão das elites nacionais sobre os bandeirantes paulistas do século XVIII nas minas gerais é centrada na noção de vocação e missão para a construção de uma nação livre, politicamente moderna e progressista. Propomos uma releitura da função política dos bandeirantes na modernidade colonial capitaneada pela Coroa portuguesa e seu Governo-geral no Brasil em torno da discussão sobre biopolítica, poder disciplinar, poder e violência, autoridade e violação dos corpos. De maneira geral, a noção de gesto pedagógico colonial nos convida a rever as biografias sob outro viés histórico, o de submissão; de maneira específica, mostramos como os bandeirantes paulistas, porta-vozes ferozes da biopolítica metropolitana não apenas promoviam a colonização centrada na violência, mas criavam um *modus operandi* estruturador do jogo político autoritário, legado este ainda reverberado nos dias atuais. A partir de metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, histórica e política (Foucault e Arendt), revelamos o intrincado jogo de intenções políticas entre bandeirantes e a Coroa portuguesa, marcado pela atuação social desses personagens, com múltiplos conflitos e interesses, em que a morte e o assassinato faziam parte do processo de forma corrente. O resultado do estudo mostra que a história colonial brasileira guarda profundamente em sua tradição política a confusão entre poder e violência, autoridade e violação, herdada culturalmente por capilarizados mecanismos da reprodução da biopolítica.

Palavras-chave: Brasil Colônia. Ancestralidade política. Biopolítica. Gesto pedagógico colonial. Herança cultural.

Abstract: The view of national elites on the 18th century São Paulo “bandeirantes” [pioneers] in Minas Gerais is centered on the notion of vocation and mission for the construction of a free, politically modern and progressive nation. We propose a reinterpretation of the political function of the pioneers in colonial modernity led by the Portuguese Crown and its General Government in Brazil around the discussion on biopolitics, disciplinary power, power and violence, authority and violation of bodies. In general, the notion of colonial pedagogical gesture invites us to review the biographies on another historical perspective, that of submission; in a specific way, we show how the paulistas pioneers, fierce spokesmen for metropolitan biopolitics, not only promoted colonization centered on violence, but created a *modus operandi* that structured the authoritarian political game, a legacy that still reverberates today. Based on bibliographic and documentary, historical and political research methodology (Foucault and Arendt), we reveal the intricate game of political intentions between pioneers and the Portuguese Crown, marked by the social performance of these characters, with multiple conflicts and interests, in which death and murder were part of the process, on a regular basis. The result of the study shows that Brazilian colonial history has a deep confusion in its political tradition between power and violence, authority and violation, culturally inherited by capillarized mechanisms of the reproduction of the biopolitics.

Keywords: Colony Brazil. Political ancestry. Biopolitics. Colonial pedagogical gesture. Cultural heritage.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra aos pobres acabe? Marielle Franco, 2018, um dia antes de seu assassinato

O objetivo deste estudo é lançar um olhar retrospectivo sobre o passado da colonização brasileira no século XVIII e problematizar suas heranças e legados no Brasil atual, entre eles a confusão estrutural entre poder e violência, entre autoridade e manipulação, entre política e submissão. Propomos uma releitura acerca da constante mitificação da vocação dos bandeirantes paulistas a serviço do Governo-geral do Brasil e da Coroa portuguesa como desbravadores do sertão e responsáveis pela construção da brasilidade, ligada à noção de progresso e modernização. Para isso, retomar o papel social desses “homens bons” e suas ambiguidades é forma contemporânea de compreensão de uma certa representação do passado nacional. Rever biografias como jogo político, visto que o gesto pedagógico colonial – quem ensina e quem aprende na convivência social ou na estruturação das sociabilidades – estruturou-se no século XVIII no processo de modernidade política europeia, com seus dispositivos biopolíticos de construção de uma civilidade marcada pelo medo e pela violação dos corpos, ou seja, em torno do crescente uso do poder disciplinar. Para controlar era necessário violar.

Assim, nossa proposta de análise é voltar ao passado colonial brasileiro como quem resgata fragmentos históricos explicativos de nosso jogo político atual: afinal de contas, porque banalizamos a violência como gesto pedagógico cotidiano institucional; por que ainda marcamos nosso estar-no-mundo como guerra civil constante velada pelos órgãos oficiais; por que (con)viver no Brasil é ainda um jogo político mesclado pelo autoritarismo institucional e governamental? Acreditamos que não há o contemporâneo sem passado. O olhar retrospectivo sobre como agimos politicamente hoje em nosso cotidiano passa necessariamente pela consideração de que, em algum momento, estruturamos essa forma de convivência autoritária e violenta, ensinando-a e aprendendo-a socialmente. Por isso, este estudo é permeado de intencionalidade histórica, pois necessário se faz conhecer como agiam os antigos em seus complexos jogos políticos. Quem dominou também era dominado, quem violentava era também violentado, criando um círculo vicioso de banalização da ação política centrada nas autorizações para violar o corpo alheio. Esse é o *leitmotiv* dessa retomada histórica. Afinal de contas, os bandeirantes serviram a qual projeto de nação?

Assim, a história dos primeiros anos das minas do Serro do Frio (Vila do Príncipe em 1714, sede da Comarca do Serro do Frio em 1720 e cidade do Serro, em 1838), conquistadas oficialmente em 1702 por bandeirantes paulistas, explica o *modus operandi* da colonização da Coroa portuguesa no Brasil no século XVIII, especialmente nas minas gerais, território de lavras de ouro. De modo geral, os bandeirantes executavam dois tipos de serviços: a expulsão programada das sociedades indígenas através do apresamento ou mesmo dizimação, e a organização prévia da burocracia estatal orbitando em torno dos regimentos, fossem eles o de 1603, 1618, e o mais importante, o *Regimento dos Superintendentes, Guarda-mores e Oficiais Deputados* de 1702, a partir da escrituração dos livros oficiais e, no caso das minas serranas, o *Livro da Fazenda Real*. Compreender o cotidiano desses bandeirantes é o objetivo desse estudo. Longe de incensar suas biografias, temos como ponto de condução de nossa narrativa a noção de gesto pedagógico colonial, ou seja, como esses “homens bons” ensinavam e praticavam as noções de autoridade, poder e violência. O gesto pedagógico colonial é um conceito fundamentado nas relações de poder, mando e obediência, em hierarquização de dispositivos de punição e de medo – os mecanismos do poder disciplinar –, em que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2017, p. 137); baseia-se na compreensão alargada da política como centrada no poder, como capacidade humana de agir em concerto (ARENDDT, 1992; 1994). A violência estruturada do cotidiano das minas serranas e do território brasileiro em processo de colonização. No caso serrano, o descobridor do ouro aluvisional Antônio Soares Ferreira teve uma interessante trajetória no interior das relações de

poder colonial: da primazia dos descobrimentos em 1702 ao seu assassinato, a mando do Conde de Assumar, em 1720, passaram-se apenas 18 anos. O que aconteceu nesse período que justifique seu assassinato? O que se alterou?

Acreditamos que a biografia dos primeiros bandeirantes serranos demonstra as complexas e capilares relações políticas entre a Coroa portuguesa e esses bandeirantes, responsáveis pelo serviço primordial de adequar o território ao gesto pedagógico metropolitano, para depois nele se instalar a paróquia de Nossa Senhora da Conceição e o Senado da Câmara, a fim de possibilitar outras formas de controle biopolítico dos súditos. Aos bandeirantes havia duas formas básicas de agir: continuar primando por descobrimentos ou se inserir na nova ordem política da Vila do Príncipe. Isso é perceptível no caso serrano: Antônio Soares Ferreira continuou sua saga de primados; o escrivão da Fazenda Real tornou-se vereador do Senado da Câmara. Em torno desses modelos de atuação social e sociabilidade política pretendemos narrar a trajetória desses bandeirantes paulistas nas minas gerais dos primeiros anos do século XVIII. Nosso estudo pretende observar o gesto pedagógico colonial, criticando certa mitologia em torno do bandeirante como um missionário vocacionado por um destino manifesto desde tempos imemoriais, talhado para fazer surgir um grande país, que cedo ou tarde se revelaria na conformação do território e povo brasileiros; uma mitologia em que esses paulistas foram apresentados como colonizadores de terras para a modernização da economia nacional, levando o progresso para o interior do Brasil, o progresso ao estilo da narrativa das elites nacionais tão própria ainda do senso comum popular.

O guarda-mor Antônio Soares Ferreira (c. 1640-1720)

O bandeirante paulista Antônio Soares Ferreira, o descobridor das minas do Serro do Frio, em 1702, recebeu o cargo de guarda-mor. Ele foi casado com Maria de Freitas, falecida em 1702 em Itu; ele era natural de Conceição dos Guarulhos [Guarulhos], filho do sargento-mor do mesmo nome. É o que aparece nos documentos oficiais: em 14 de março de 1702 ele foi reconhecido como guarda-mor descobridor das minas (PINTO, 1902, p. 939), para quem os mineradores entregavam o quinto do ouro, recebendo sua carta de imposto pago, podendo circular com ouro em pó, normalmente voltando para os currais da Bahia. Em 20 de fevereiro de 1704, ele se autointitulava guarda-mor das minas do Serro do Frio, tendo enviado uma carta ao governador-geral do Brasil, dom Rodrigo da Costa (1702-1708), respondida com o mesmo reconhecimento de sua função em 17 de março de 1705¹. Esta interessante correspondência, levada até dom Rodrigo da Costa pelo guarda-mor Antônio Soares Ferreira, dá conta das relações iniciais de poder, autoridade e privilégios nas minas do Serro do Frio. As cartas levavam muitos dias para ter uma resposta lida por seu emissário. Um trecho da carta de Soares Ferreira ao governador-geral dom Rodrigo da Costa escrita no dia 20 de fevereiro de 1705 foi respondida oficialmente em 17 de março de 1705, chegando às mãos do remetente depois de muitos dias. Nela aparece que a provisão de guarda-mor foi dada a Soares Ferreira pelo governador na Bahia, com autorização da Coroa portuguesa. Além disso, revela-se o privilégio familiar dos bandeirantes: o pai do descobridor das minas do Serro do Frio, de mesmo nome, já tinha feito sua fama na extinção dos gentios, ou seja, no aprisionamento, escravização e dizimação das aldeias indígenas nos sertões brasileiros ao norte de São Paulo, como está anotado pelo próprio redator da carta. A carta possui aspecto comemorativo pelos descobrimentos do ouro, deixando ao bandeirante todos os seus outros interesses, ou seja, a sua propriedade rural no Vale do Parnaíba:

Estimo muito estar Vossa Mercê entregue da provisão, que lhe remeti, de guarda-mor desses seus descobrimentos, e de posse do dito cargo, sem contradição de pessoa alguma, antes me consta, ser com grande gosto, e satisfação desse Povo, o que não posso duvidar, assim pelo grande zelo que Vossa Mercê mostra no serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, como por

¹ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XLI, 1938, p. 352-360.

filho de um pai tão digno de sua real grandeza, o que bem testemunha este Estado, e Capitania respeito da grande parte que teve na extinção do gentio, que a inficionava, e assim espero, ver em Vossa Mercê logradas aquelas mercês, que o dito Senhor lhe deve fazer, pois com tanto trabalho e despesa de sua fazenda se expôs a lhe fazer este tão grande serviço, só por aumentar a do mesmo Senhor, de que lhe hão de resultar tão lucrosos aumentos; e pelo que me toca a mim nesta parte, dou a Vossa Mercê, quanto me é possível, e posso, os agradecimentos, e parabéns, do bem que tem obrado, deixando todos os mais interesses, só afim de conseguir estes descobrimentos [...]².

A história do descobridor das minas do Serro do Frio prosseguiu no Mato Dentro, ou seja, no arraial de Conceição do Mato Dentro, no morro que levava seu nome, onde foi assassinado, em 1720, pela comitiva do coronel José Borges Pinto, a mando do governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, ao tentar fugir da ordem de prisão por desobediência às ordens de abandonar aquelas minas. O Conde de Assumar considerou que o bandeirante paulista usurpara as datas pertencentes à Coroa portuguesa. Isso, de fato, era um crime grave, pois a providência estava prevista no *Regimento* de 1702. Contudo, ao que parece, não era bem esse o motivo. A dissimulação do Conde de Assumar era bastante conhecida e este era hábil em criar situações para defender seus interesses e não permitir questionamentos de sua autoridade. Analisando os documentos, fica claro que a queixa do governador em relação às lavras de ouro do bandeirante paulista estava em sua lucratividade para a Coroa. Assim, essas datas dariam menor rendimento ou se equiparariam com as datas de cobre. Esse é o motivo que aparece na primeira ordem de proibição das lavras, expedida em 10 de dezembro de 1718³, completada com outra ordem ao mestre de campo Jerônimo Pereira da Afonseca para que não mais permitisse qualquer pessoa minerar nas terras, por ser o rendimento inferior às minas de cobre⁴. Isso incluía os escravos de Manuel Corrêa Arzão, camarada de Soares Ferreira na conquista do território serrano. Três dias depois, em 13 de dezembro, a situação já havia mudado completamente, pois o mesmo governador Conde de Assumar mandou uma carta a Antônio Soares Ferreira declarando que, após segunda pesquisa sobre o ouro de sua lavra, autorizava a exploração, confirmando que o mesmo não teria usurpado as terras da Coroa portuguesa⁵. A questão girava, até então, em torno do rendimento das lavras de ouro, não de sua divisão correta, com a previsão das terras da Coroa portuguesa aparentemente tendo sido realizadas e arrematadas, como de costume, em conformidade com o *Regimento* de 1702. No mesmo dia 13 de dezembro, o Conde de Assumar mandou o mestre de campo autorizar a exploração das lavras do paulista descobridor das minas do Serro do Frio por terem o mesmo rendimento que as de Pitangui⁶.

Parece que o Conde de Assumar, disposto a comprovar sua autoridade nas minas gerais, questionada na Vila Rica com sedição liderada por Filipe dos Santos (28/06/1720), aproveitou-se do clima de revanchismo e desautorizações de seu governo nas minas gerais provindos de vários lugares e por diversas lideranças locais, e acabou por decretar a prisão de Antônio Soares Ferreira. Não havia motivo para mandar prendê-lo, exceto aquele de mostrar-se mais poderoso que o governador no distrito serrano das minas. Mandou prender o bandeirante paulista por capricho ou proteção de seu cargo? Tratou-se de uma ação impensada ou o uso clássico da razão instrumental na governamentalidade? Fato é que no mesmo ano da morte de Filipe dos Santos na Vila Rica foi também assassinado o descobridor das minas serranas, praticamente ao mesmo tempo, em lugares diferentes. Assim, os documentos relatam a dinâmica da vingança do Conde de Assumar por seu desafeto serrano: no dia 04 de maio de 1720, expediu ordem ao coronel José Borges Pinto “para ir ao Mato Dentro e prender o capitão-mor Antônio Soares Ferreira e trazê-lo à sua presença

² Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XL, 1938, p. 352-353.

³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 512.

⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 519.

⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 521.

⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 522-523.

para ser castigado⁷; no mesmo dia, outra ordem “a todos os oficiais de milícia de qualquer distrito para prestarem todo o auxílio que lhes solicitar o coronel José Borges Pinto, na diligência de que está encarregado⁸; ainda no mesmo dia, outra carta expedida:

Ao juiz ordinário da Vila do Príncipe [Domingos do Vale Padilha]: depois de deliberar os motivos determinantes da prisão que mandou efetuar do capitão-mor Antônio Soares Ferreira, residente em Mato Dentro – um rebelde contra as ordens e bandos e determinações régias – recomenda-lhe tomar conhecimento judicial das suas culpas em cartório, remetendo o resultado dessa diligência para o final julgamento em junta de justiça; determina entregar a ordem inclusa a quem servir de guarda-mor para repartir o morro que o dito Antônio Soares usurpara, depois de tirar a data de Sua Majestade⁹.

Na citação acima percebe-se, mais uma vez, a forma dissimulada de agir do Conde de Assumar. Há dois anos atrás legalizara a exploração das minas, afirmando que estava tudo correto. O que mudou nesse período? Qual a nova acusação? A de usurpação das terras da coroa, ou seja, acusou Antônio Soares Ferreira de não distribuir e fazer arrematar as braças terras da Coroa portuguesa. Para justificar sua ação, o Conde de Assumar ordena ao “guarda-mor do distrito para ir ao Mato Dentro do Serro do Frio e repartir pelos mineiros o morro que se chama Antônio Soares Ferreira e que foi por este usurpado, tirando previamente a data de Sua Majestade”¹⁰). O resultado foi um motim do bandeirante paulista Antônio Soares Ferreira que contou com a participação de todos os seus camaradas e escravos. No conflito, acabou assassinado. Isso foi confirmado por carta do Conde de Assumar ao coronel José Borges Pinto datada de 06 de agosto de 1720. Nela, o governador afirmou – não sabemos se de maneira debochada ou não – que o coronel preferia que Antônio Soares Ferreira não tivesse morrido.

As providências seguintes são bem interessantes do ponto de vista do *modus operandi* do Conde de Assumar: segundo o relato do coronel, os participantes do motim juraram vingança, especialmente Manuel Corrêa Arzão, um dos parentes de Soares Ferreira; ele mandou, então, o coronel, seu comandado, prender Manuel Corrêa Arzão e mandá-lo para Vila Rica; resolver a situação dos escravos, possivelmente arrematando-os e recolhendo os rendimentos para a coroa; regularizar as lavras, conferindo seu funcionamento; além disso, em pagamento simbólico pela ação resolvida, autorizou o coronel José Borges Pinto a assumir a “regência provisória do distrito do Serro do Frio ficando a outra parte a cargo de Pedro Pereira [de Miranda], divisão essa que deliberou fazer agora por ser aquele distrito muito extenso”¹¹. A divisão ficou confirmada – o Mato Dentro para o coronel José Borges Pinto e a Vila do Príncipe para Pedro Pereira de Miranda – por carta datada de 08 de dezembro de 1720¹².

O gesto pedagógico colonial do Conde de Assumar, ou seja, o que ele queria demonstrar com suas ações na punição de seus desafetos, é deveras radical para não ser analisado com mais vagar. A violência política na região das minas de ouro foi um fenômeno comum, relatado exaustivamente por estudos históricos coloniais: a formação de quilombos e as medidas para sua extinção, as guerras indígenas pela defesa de seus territórios, a Guerra dos Emboabas, a Revolta de Vila Rica são alguns exemplos. Estabelecer uma hierarquia de cargos, uma burocracia de processos para consulta a partir das letras sagradas dos magistrados era fundamental para haver um mínimo de ordenamento jurídico e garantias de soberania do estado português nos territórios de sua colônia. Assim, de acordo com o entendimento de Hannah Arendt, o poder das leis e, por consequência, a autoridade das instituições que as fazem cumprir, é um jogo social de consentimentos. Dessa forma, “é o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e

⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 668.

⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 668-669.

⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 669.

¹⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 669.

¹¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 669.

¹² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933, p. 693.

esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência” (ARENDR, 1994, p. 35). O *Regimento* de 1702 estabeleceu parâmetros de governança dos territórios minerais baseado no reconhecimento da autoridade dos descobridores das minas, bem como no detalhamento de suas funções *pari passu* com a legislação portuguesa das Ordenações Filipinas. O impacto do assassinato do descobridor das minas do Serro do Frio foi a redução de poder do governo da capitania – o Conde de Assumar já era bastante reconhecido pelo uso extensivo de dispositivos violentos de punição – em terras minerais, em incipiente processo de espelhamento da legislação metropolitana. É que para Arendt, a opinião popular é o que sustenta ou declina o poder do governo, uma vez que este poder depende de números. Nesse sentido, o poder de um governo e a tomada de suas medidas legisladoras se assenta no “vigor da opinião” (ARENDR, 1994, p. 35), enquanto que a violência “até certo ponto, pode operar sem eles, por que se assenta em implementos” (ARENDR, 1994, p. 35). Por consequência, se levado ao extremo, o poder pode se definir na fórmula do “todos contra um” e, por outro lado, a violência é o “um contra todos” que não consegue se efetivar a não ser através de instrumentos. O uso da violência é apenas um instrumento que pretende multiplicar a energia de quem comanda, não sem minar a sua autoridade.

Nesse sentido, o Conde de Assumar passou por cima de uma das regras básicas da política, em que “jamais existiu um governo exclusivamente baseado nos meios de violência” (ARENDR, 1994, p. 41), porque mesmo o mais violento governo precisa de uma certa base de apoio – seja sua polícia, seja a rede de informantes. Por isso, “homens sozinhos, sem outros para apoiá-los, nunca tiveram poder suficiente para usar da violência com sucesso” (ARENDR, 1994, p. 41). A autoridade do descobridor das minas do Serro do Frio foi posta à prova pelo Conde de Assumar. Não por acaso, a ordem de prisão mobilizou todos os camaradas do guarda-mor em sua defesa – eles lutaram ao seu lado contra o grupo do Conde de Assumar –, o que gerou perseguição posterior a vários eles, em especial a Manuel Corrêa Arzão. Por isso, em última análise, a vitória do Conde de Assumar foi simbólica – se considerada pelo ponto de vista de fazer cumprir o seu mandado de prisão –, mas nisso houve perda de poder, pois seu gesto pedagógico minou a sua autoridade para negociar com as populações dos descobertos. Nos casos em que a política é dominada pelo uso da violência acontece que “do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência” (ARENDR, 1994, p. 42), mas “o que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDR, 1994, p. 42). Diferentemente da tradição que equaciona poder e violência, para Arendt, quando a violência é total o poder está se deteriorando ou já chegou ao seu fim. Na política, “substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto; pois ele é não apenas pago pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder” (ARENDR, 1994, p. 42).

A violência política – cuja ameaça maior é a morte – destrói a política. Para fazermos um comparativo dos erros portugueses na colonização do território das minas basta lembrar que num governo moderno – esse foi um longo aprendizado dos povos colonizados em sua relação com a Coroa portuguesa – o poder não se enquadra, segundo Arendt, no binômio mando-obediência. Pelo contrário: o poder é essencialmente cooperativo, permite a pluralidade de opiniões, uma vez que “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 1994, p. 36), agir em conjunto, em simultaneidade com os outros” (ARENDR, 1994, p. 36). Ademais, “o poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa seguir-se” (ARENDR, 1994, p. 41). O retorno da violência não é o poder, é a impotência. A impotência retorna ao espaço público na mesma proporção da violência utilizada contra os cidadãos. Arendt desqualifica a violência como ferramenta política de geração de poder. Ela é enfática ao afirmar que a violência “não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso” (ARENDR, 1994, p. 58); se há uma concessão política à violência, é enquanto ação de curto prazo

que possa colaborar para chamar a atenção sobre a decadência do poder e da autoridade de algum sistema político. A violência só tem sentido se desmascara a impotência do poder e comunica ao mundo a sua decadência. Nesse sentido, “ao contrário do que seus profetas tentam nos dizer, a violência é a arma mais da reforma do que da revolução” (ARENDR, 1994, p. 58). A rapidez na ação instrumental violenta só se justifica diante de um resultado rápido, porque senão, “o resultado será não apenas a derrota, mas a introdução da prática da violência na totalidade do corpo político. A ação é irreversível, e um retorno ao *status quo* em caso de derrota é sempre improvável” (ARENDR, 1994, p. 58). Dessa forma, a “prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (ARENDR, 1994, p. 58). Parece que, para os antigos governantes, o gesto pedagógico colonial da desobediência civil dos bandeirantes se somava ao medo que tinham dos caminhos, dos gentios e das montanhas, como expressava dom Rodrigo da Costa, governador-geral do Brasil, em 1704¹³.

O capitão-mor do distrito Manuel Corrêa Arzão (c. 1640-1733)

Além de Antônio Soares Ferreira, outro descobridor exerceu a função de guarda-mor nas minas do Serro do Frio. Trata-se de Manuel Corrêa Arzão, que substituíra o guarda-mor oficial em muitas circunstâncias, aparecendo em declarações de quinto do ouro como autoridade máxima para autorizar a transação. Além disso, assumiu o controle das minas do Serro do Frio em 1708. Ele estava no distrito desde o início de sua ocupação oficial em 1702.

Foi durante seu mandato de guarda-mor – talvez, nesse momento, Antônio Soares Ferreira estivesse em novos descobrimentos pelo distrito das minas do Serro do Frio, provavelmente na direção do Mato Dentro – que houve uma das maiores crises na exploração de ouro nas minas gerais, ainda sem capitania definida, vinculada, assim como São Paulo, à Capitania do Rio de Janeiro. A Guerra dos Emboabas (1707-1709) provocou disputa pelo território das minas entre paulistas e portugueses. O impacto nas minas do Serro do Frio fez-se sentir tardiamente, com documentos partindo aos montes para as providências do guarda-mor, os quais contam histórias de proibições e limitações de exploração, mostrando incertezas em relação às reais motivações dessas proibições, deixando claro que o pano de fundo era a crise de governamentalidade portuguesa em sua colônia brasileira. São três documentos enviados ao guarda-mor coronel Manuel Corrêa Arzão. O primeiro foi escrito em 07 de maio de 1708, e suspendeu oficialmente a cultura das minas e solicitava o envio do ouro dos quintos:

Pela própria carta de Sua Majestade, que Deus guarde, que remeto a Vossa Mercê, verá o que sem embargo das dificuldades que propus ao dito Senhor, se me ofereciam para se suspender a cultura das minas do distrito desta Capitania, foi servido resolver se suspendesse nela, pelas razões que na dita carta se insinuam: pelo que ordeno a Vossa Mercê, faça com toda a indústria possível (se por força se não puder conseguir, no caso que seja necessário usar dela) que nas minas que forem do distrito desta Capitania, não haja cultura, nem se trabalhe nelas por modo algum; cobrando, antes que se proceda a esta diligência, todo o ouro dos quintos que se estiver devendo; porque com esta alteração, se fará mais difícil, e violenta a cobrança dele; e o que se cobrar poderá Vossa Mercê entregar, com todo o que estiver junto, ao Ajudante André Marques, a quem mando a esta diligência, precedendo na entrega as clarezas costumadas. Ao capitão-mor Antônio Soares Ferreira, e a Baltazar de Lemos de Moraes Procurador da Coroa escrevo sobre este particular, para que fiquem entendendo o que Sua Majestade manda, e juntamente concorram com Vossa Mercê para a execução desta diligência, a qual por ser tanto do serviço do dito Senhor, espero eu se porte Vossa Mercê nela de sorte que conheça ele, que ainda nas partes mais distantes do seu Reino, tem em Vossa Mercê vassalo, que o sirva com zelo, e fidelidade, e que por este serviço se faça Vossa Mercê acreedor da sua grandeza, o que eu lhe farei presente, para que Vossa Mercê também veja, que em agradecimento do que obrar, hei de

¹³ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XL, 1938, p. 357.

concorrer juntamente para os seus aumentos [...].¹⁴

O segundo documento foi escrito no mesmo dia e emitido para o procurador da Coroa e Fazenda Real das minas do Serro do Frio, Baltasar de Lemos de Moraes, e ao capitão-mor Antônio Soares Ferreira das mesmas minas, a fim de não se continuar na cultura daquelas minas.

Ao Coronel Manuel Correia Arzão, guarda-mor dessas minas, escrevo, remetendo a carta de Sua Majestade, que Deus guarde pela qual ordena, se não cultivem as minas que estiverem no distrito desta Capitania sem embargo dos inconvenientes que lhe representei havia para isso; e como ao dito Coronel encomendo que faça executar esta ordem, pelo modo que lhe for possível, e há de ser necessário precisamente que Vossa Mercê concorra para a execução dela: me parece dizer a Vossa Mercê que nesta diligência obre com tal zelo, e eficácia, que tenha Sua Majestade, que remunerar-lhe, e eu que agradecer-lhe. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e maio 7 de 1708. Luiz César de Menezes.¹⁵

O terceiro documento reflete a mentalidade portuguesa para com sua colônia, em especial, a sua forma de lidar com os riscos de perda do controle sobre os (des)caminhos do ouro, tentando manter certo ordenamento jurídico a partir das autoridades reconhecidas minimamente pelos moradores dos povoados (teriam os aventureiros do ouro alguma coesão social, a não ser a fortuna rápida?), em três frentes: a militar, a jurídica e a eclesiástica, a fim de conter a guerra civil nas regiões das minas de ouro. Era necessário criar um ambiente de paz social, ou como os documentos antigos assinalam de maneira reiterada, o sossego dos moradores. Esse longo documento foi escrito em 17 de julho de 1709 pelo Conselho Ultramarino de Lisboa, que se posicionou sobre como controlar um corpo político em ebulição pela corrida do ouro, que ainda ia permanecer até o final de 1720, quando a Coroa portuguesa conseguiu espalhar por todos os lados da vida social o seu poder simbólico e iniciou um modelo de funcionamento do gesto pedagógico colonial com êxito em seus complexos dispositivos de biopolítica, os ícones do poder. A tarefa do guarda-mor não era nada fácil naquele contexto de criação ou fundação de uma sociedade que ninguém sabia se sobreviveria após os descobrimentos do ouro, tentando obrigar as minas a se espelharem nos ordenamentos jurídico, eclesiástico e militar portugueses. Mesmo depois das duras lições da Guerra dos Emboabas, houve nas minas do Serro do Frio uma guerra civil entre os descobridores e os mineiros nela instalados. O guarda-mor acabou entrando em litígio com Geraldo Domingues, em 1711, por conta das lavras do Rio do Peixe. O litígio só foi resolvido de fato com a elevação do arraial à Vila do Príncipe em 1714. No meio do processo de devassas e prisões, o governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, dom Braz Baltazar da Silveira (1713-1717) referendou, em 25 de maio de 1714, o pedido de Arzão para assumir o cargo de capitão-mor do distrito das minas do Serro do Frio, “atendendo a pessoa de Manuel Corrêa Arzão e o estar servindo de guarda-mor no *distrito do Serro do Frio*, cargo que *exercia há anos*, ordena ao dito Manuel Corrêa Arzão, governe como capitão-mor o dito distrito” (SILVA, 1928, p. 10, grifos do autor). A provisão saiu tempos depois, em 17 de abril de 1714, com os seguintes termos:

Faço saber [...] que tendo consideração aos merecimentos, nobreza e mais requisitos que concorrem na pessoa de Manuel Correia Arzão a ser um dos primeiros descobridores do sertão do Serro do Frio, tendo servido naquele distrito em tudo quanto se lhe encarregou com grande acerto e satisfação, e confiando dele que com a mesma maneira procederá daqui em diante, hei por bem de nomear e prover no posto de capitão-mor das ordenanças da Vila Nova do Príncipe e seu distrito para servir por tempo de três anos. Se no entanto eu o houver por bem e Sua Majestade não mandar o contrário, por esta o hei por empossado no dito posto com o qual gozará de todas as honras, privilégios, isenções e liberdades que por ele lhe pertencerem, e ordeno a todos os oficiais e soldados das Ordenanças o conheçam por seu capitão-mor e como tal lhe obedeçam e cumpram suas ordens assim por escrito como de palavra tão pontualmente como devem e são obrigados, e para firmeza de tudo lhe mandei dar esta patente por mim assinada e

¹⁴ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XLI, 1938, p. 227-228.

¹⁵ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XLI, 1938, p. 228-229.

selada com o sinete de minhas armas que se cumprirá tão inteiramente como nela se contém, registrando-se nos Livros da Secretaria deste Governo e nos da câmara da dita vila (SILVA NETO, 2018, p. 105).

Uma análise breve da provisão explica muito sobre a criação do distrito do Serro do Frio e sua ocupação primitiva, além do processo de sua elevação à categoria de vila ou municipalidade. Arzão é um dos primeiros descobridores, mas não comandou a bandeira de descobrimento. Ele era um homem de confiança do guarda-mor Antônio Soares Ferreira. Parece que o governador retribuiu a atuação de Arzão na resolução do conflito com Geraldo Domingues em 1711, o que de certa forma pacificou o distrito das minas. A Vila do Príncipe foi elevada a esta categoria em 1714, mas somente em 1715 houve a instalação do Senado da Câmara, começando o processo de suas vereações e nomeações. Parece que o governador da Capitania, dom Braz Baltazar da Silveira, resolveu, por um ato monocrático, nomear Arzão ao cargo de capitão-mor do distrito da Vila do Príncipe. O motivo teria sido a libertação de Geraldo Domingues pela anistia de 1714, dada aos revoltosos de 1711, e o reconhecimento da autoridade política do desafeto de Arzão, que foi eleito para o cargo de juiz ordinário, governando a vila com os vereadores Antônio de Moura Coutinho, Luiz Lopes de Carvalho, Antônio Sardinha de Castro e o procurador do ano, Manuel Mendes Fagundes.

Em suma, o cargo de capitão-mor não competia com o cargo de superintendente e guarda-mor do distrito das minas do Serro do Serro e da Vila do Príncipe; antes, havia a possibilidade de ampliação dos cargos provisionados entre os mesmos descobridores, cada um ampliando seus rendimentos e influência política no território mineiro. Arzão exerceu o cargo até 1720, quando participou da revolta contra o mandado de prisão do Conde de Assumar expedido contra Antônio Soares Ferreira, ocasião em que o bandeirante foi assassinado em fuga. Depois disso, Arzão teve prisão e sequestro de seus bens decretada em 06 de agosto de 1720, e ele desobedeceu à ordem, fugindo para as minas da Capitania de Mato Grosso, onde teria recebido sua anistia em 1733, segundo Silva Neto (2018, p. 106), “achando-se na vila de Cuiabá”, onde “obteve patente para o posto de tenente-coronel”, falecendo em 1736.

O Superintendente Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo (c.1660-c.1730)

No art. 3º do *Regimento* de 1702 ficou estabelecido que o foro para qualquer representação contra a medição das datas seria a própria figura do superintendente ou guarda-mor, considerando-se como critério “o que estiver mais perto”¹⁶. Em caso de litígio, o superintendente deveria ter a capacidade de pacificação dos casos, evitando-se guerras e motins. De fato, esbulhar as minas alheias era algo muito comum nos distritos minerais. Segundo Silva (1789, v. 2, p. 527), esbulhar diz respeito ao ato de “desapossar, tirar alguém, esbulhá-lo da posse”, sendo o esbulho o “ato de tomar alguma coisa a alguém contra sua vontade, sem legítima autoridade, ou direito”. Isso poderia se dar pela invasão deliberada das braças arrematadas diante da Receita Real dos terrenos auríferos, ou mesmo pelos faisqueiros que vagassem pelos terrenos a procura de ouro. Manter a ordem nas lavras de ouro no distrito do Serro do Frio não devia ser tarefa fácil nas primeiras décadas da sua exploração, quando chegavam aos ribeiros inúmeras pessoas em busca de enriquecimento rápido pela cata do ouro nos depósitos aluvionais. Dessa forma, o *Regimento* de 1702 estabeleceu, em seu art. 5º, o ponto central de toda mineração, o pressuposto de todo empreendimento ou empresa nas minas: o tamanho dos terrenos, lavras ou datas a que teriam direito os seus exploradores. O processo de demarcação dos descobertos começa, como de costume, pelo superintendente, que tendo conhecimento dos ribeiros com pinta de ouro, deveria ordenar imediatamente o guarda-mor a “medir o comprimento deles para saber as braças que têm e, feito, saberá as pessoas que estão presentes e os negros que cada um tem, tomando disso

¹⁶ *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, 1999, v. 1, p. 314.

informações certas, e ordenará ao guarda-mor faça a repartição das datas”¹⁷. O primeiro superintendente do distrito do Serro do Frio foi Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Ele chegou às minas do Serro do Frio com outros bandeirantes comandados por Antônio Soares Ferreira e escreveu a certidão de descobrimento no livro da Receita da Fazenda Real, aberto em 14 de março de 1702 pelo procurador oficial da Coroa portuguesa, Baltasar de Lemos de Moraes Navarro (PINTO, 1902, p. 939-962). Ele foi nomeado no dia 05 de fevereiro de 1711 pelo primeiro governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (separada da Capitania do Rio de Janeiro em 09 de janeiro de 1709) Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1710-1713). A nomeação foi transcrita por Silva (1928, p. 9-10):

Porque se faz conveniente haver no distrito do Serro do Frio um superintendente que administre justiça a todos os moradores dele e atendendo eu à boa informação do sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas [de Araújo], que se acha morador no distrito do Serro do Frio há anos, donde foi à Bahia levar quintos e estar atualmente ocupando o posto de sargento-mor do coronel Manuel Corrêa Arzão, hei por bem elegê-lo no cargo de superintendente de todo o distrito do Serro do Frio e seus arraiais para que administre justiça em causas ordinárias e no crime, prendendo, tirando devassas. E, outrossim, lhe hei por muito encarregado a boa arrecadação da Fazenda Real, confiscando comboios que entrarem no distrito pela estrada dos currais da Bahia como também o ouro que sair pelas ditas estradas sem quintar.

A história do antigo escrivão do descobrimento das minas do Serro do Frio se confunde com os primeiros vinte anos desse território, que vai se tornar o termo da Vila do Príncipe. Além de escrever a certidão do descobrimento, ele presenciou praticamente todos os recolhimentos dos quintos de ouro realizados pela Fazenda Real no distrito e anotados no livro próprio; conheceu todos os mineiros – homens e mulheres, aventureiros ou não, que passaram pelo arraial mais antigo do distrito onde ele morou durante toda a sua vida – desde 1702, arraial este depois elevado à Vila do Príncipe em 1714. Pelo registro dos documentos, ele afastou-se do arraial uma única vez, em 1706, quando foi para Salvador, a cidade da Bahia, capital do Brasil na época, a fim de levar a arrecadação do quinto do ouro para a Provedoria/Superintendência das Minas, em companhia de Domingos Fernandes Bitencourt e mais uma comitiva formada por escravos e possivelmente alguns índios. É o que ficou registrado no dia 10 de abril daquele ano:

Aos dez dias do mês de abril de mil setecentos e seis anos nestas minas do Serro do Frio e pousadas do capitão-mor Antônio Soares Ferreira guarda-mor delas, aí apareceram presentes Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo e o capitão Domingos Fernandes Bitencourt aos quais pelo dito guarda-mor foram entregues as duas mil quinhentas e sessenta e cinco oitavas de ouro em pó da importância da receita deste livro até hoje que os sobreditos se obrigarão por suas pessoas e bens móveis e de raiz havido e por haver pôr na cidade da Bahia a custa por conta e risco dele dito guarda-mor e entregar ao provedor-mor deste estado do Brasil na forma do estilo de que fiz este termo que os sobreditos assinaram e eu, João Mendes da Mota, escrivão da Fazenda Real o escrevi. Domingos Francisco Bitencourt, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo (PINTO, 1902, p. 955-956).

Os descobridores das minas do Serro do Frio – Serro do Frio era o arraial dos primeiros descobrimentos nos seus ribeiros Quatro Vinténs e Lucas, elevado à Vila do Príncipe, onde foi edificada a primeira pousada, rancho ou pouso, e depois houve o arraial de cima e o de baixo – moraram nos primeiros anos neste sítio. De lá, deslocaram-se para fazer outras descobertas nos ribeiros com margens ou praias com pintas de ouro de aluvião. Isso fica claro quando é citada a pousada do capitão-mor Antônio Soares Ferreira, o guarda-mor. A quantidade de ouro em pó era excepcional para os quatro primeiros anos de exploração dos ribeiros: 2.565 oitavas, resultado do quinto do ouro e arrematações de terras da Coroa portuguesa. A oitava do ouro recebeu esse nome por ser a oitava parte da onça, medida de peso equivalente a 28,69 gramas, arredondadas em dois

¹⁷ *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, 1999, v. 1, p. 314.

dígitos depois da vírgula. Uma oitava de ouro equivale a 3,59 gramas arredondadas em dois dígitos depois da vírgula. As 2.565 oitavas representavam, portanto, 9,2 quilogramas de ouro em pó carregados por mais de 1.000 quilômetros pelos caminhos da Bahia.

O sargento-mor Mascarenhas de Araújo chegou nas minas como escrivão da Fazenda Real e assumiu o mais alto posto na Companhia das Ordenanças em 1711, tornando-se superintendente do distrito serrano e de seus arraiais. Em 1716, o superintendente assumiu o cargo de oficial do Senado da Câmara, sendo eleito juiz ordinário. Em 1717, ele foi eleito para o cargo de vereador, juntamente com Gabriel Gonçalves Pena e Domingos Barbosa Moreira; o juiz ordinário era Antônio Sardinha de Castro e o procurador do ano Paulo Pires de Miranda (BRISKIEVICZ, 2017). Contar partes da vida do escrivão e primeiro superintendente das minas do Serro do Frio é expor essencialmente o gesto pedagógico colonial. Ele incorporou o papel social do “homem bom”, letrado, especializado nas sagradas letras e na escrita de processos para consulta, a serviço do governo português, através de seus cargos na Fazenda Real (escrivão), na Companhia das Ordenanças (sargento mor superintendente) e no Senado da Câmara (juiz ordinário e vereador). Com ele, aprendemos como se organizou a instituição de um descoberto dos ribeiros com pintas de ouro de aluvião pelos bandeirantes paulistas, a divisão das terras, lavras ou datas, a arrecadação dos quintos do ouro, a distribuição dos privilégios dos cargos públicos para homens bons letrados. A autoridade de Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo começou pelo domínio das primeiras letras, da competência em escrever com sagradas letras em livros oficiais assentos para além daquele momento e daquele lugar, para servir de documento comprobatório dos achados e da distribuição da justiça nas minas do Serro do Frio. Nos primeiros anos das minas do Serro do Frio e seus distritos e da Vila do Príncipe e seu termo, o gesto pedagógico colonial da escrita das sagradas letras foi importado de Sabará e que antes havia saído do interior paulista, onde promoveu o privilégio dos descobertos e dos cargos públicos. Nos primeiros anos, os paulistas vindos de Sabará trouxeram a escrita como gesto pedagógico colonial, mas não estavam preocupados em difundir o aprendizado das primeiras letras naquele lugar. O brilho do ouro ofuscava a instrução pública, a preocupação era a exploração dos ribeiros auríferos, não difundir em aulas régias a alfabetização.

É por isso que, pelo gesto pedagógico colonial, o que se escrevia vinha importado, como praticamente tudo naquele lugar provisório da pousada sabarense, onde ainda se ensaiava uma organização social, cultural e econômica que permitisse a vida em comunidade. A preocupação era o ouro. O brilho do ouro ofuscou a educação. Assim, o gesto pedagógico colonial nas duas primeiras décadas do séc. XVIII nas minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe baseou-se na presença física dos descobridores – num conflito entre ações oficiais do procurador da Receita Real e de seu escrivão regulados pelo livro levado em branco para os descobertos e a autoridade do descobridor e de seus camaradas – que exerceram sua autoridade entre os aventureiros do ouro, marcaram o território com suas disputas pelo poder presentes nas desobediências civis e motins armados e fundaram os costumes iniciais da civilização serrana. Entre o sonho e a realidade, entre o pensado e o viável fundou-se um conjunto de manifestações do gesto pedagógico colonial: muito foi ensinado, muito foi aprendido, entre o brilho do ouro e a difícil vida concreta daquele período.

A nova ordem política e o procurador Baltazar de Lemos de Moraes Navarro (c. 1660-1740)

A presença de Baltazar de Lemos de Moraes Navarro no ato oficial do descobrimento das minas do Serro do Frio explica muito sobre o gesto pedagógico colonial. Ele levou consigo de Taubaté, em São Paulo, um livro em branco, bico de pena e tinteiro para o território das minas do Serro do Frio. Tudo isso foi feito para escrever um ato oficial do qual era procurador, ou seja, ele representava, naquele momento da Fazenda Real, um órgão diretamente ligado ao Governo-geral do Brasil e à Coroa portuguesa. Ele tomou um livro em branco que levava consigo, justamente para aquele ato, até então sem nenhum registro oficial, sem nenhum assento para ser lido para além

daquele momento. Seu gesto foi todo ele ordenado, orientado e guiado pelas práticas minerais consagradas pelo *Regimento* de 1702; tomou um bico de pena, embebeu seu instrumento de escrita na tinta, retomou mentalmente sua fórmula oficial e escreveu as primeiras sagradas letras de processos para consulta serranas:

Livro primeiro da Receita da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, de que é guarda-mor explorador o capitão Antônio Soares. 1702. Livro que há de servir da receita da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, de que é descobridor o guarda-mor Antônio Soares Ferreira, que numerei e rubriquei pela faculdade que para isso tenho, e tem princípio em catorze de março de mil setecentos e dois anos. O procurador da Coroa e Fazenda Real Balthazar de Lemos de Moraes Navarro (PINTO, 1902, p. 939).

Pouco tempo depois, em carta enviada ao governador-geral do Brasil dom Rodrigo da Costa no dia 06 de dezembro de 1704 o procurador da Fazenda Real já enviava notícia na qual reclamava seus rendimentos anuais e pedia providências em relação ao escandaloso comportamento do padre visitador das minas gerais de São Paulo o cônego Gaspar Ribeiro Pereira. A formalidade do gesto pedagógico colonial se mostra na polidez e deferimento da autoridade tanto do guarda-mor quanto do sargento-mor e procurador da Fazenda Real dos distritos do Serro do Frio e Itacambira:

Pela carta que de Vossa Mercê recebi de 6 de dezembro do ano passado, vejo ficar Vossa Mercê de posse do cargo de Procurador da Coroa, e Fazenda Real desses distritos sem contradição de pessoa alguma, como também o guarda-mor Antônio Soares Ferreira, de cujas eleições me acho mui bem satisfeito pelo que Vossas Mercês tem obrado, e obram no serviço de Sua Majestade de quem Vossa Mercê deve esperar a remuneração que merece o seu grande zelo, e merecimento; e assim pode Vossa Mercê estar certo o hei de fazer presente ao dito Senhor, e desejarei conheça Vossa Mercê, não tem quem com mais vontade solicite tudo o que for utilidade sua.¹⁸

A carta de patente ou provisão do sargento-mor dos distritos do Serro do Frio e Itacambira foi remetida ao procurador da Fazenda Real Moraes Navarro, no dia 19 de março de 1705, anexa à carta seguinte:

Em tudo quero experimente Vossa Mercê a minha boa vontade, mostrando a Vossa Mercê, o muito que me interesso nos seus acrescentamentos, em remuneração do serviço que Vossa Mercê faz, e tem feito a Sua Majestade que Deus guarde, nessas minas, e cargo que exercita de Procurador da Coroa e Fazenda Real desses descobrimentos, e seus reais quintos; pelo que remeto a Vossa Mercê a patente inclusa de Sargento-maior desses distritos; esperando que Vossa Mercê neste posto, se avante com tantos merecimentos, que se faça digno de todos os mais em que o desejo ver. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e março 19 de 1705. Dom Rodrigo da Costa.¹⁹

Qual era a intenção oficial do Governo-Geral do Brasil? Registrar em livro o descobrimento das minas do Serro do Frio que se encontravam no mesmo lugar em que foi feito o primeiro arraial ou pousada onde seu descobridor Antônio Soares Ferreira fez seu rancho. Santo Antônio foi considerado o protetor ou patrono do descobrimento, por isso mesmo recebendo a homenagem pela graça alcançada. Por extensão, o ribeirão do descobrimento onde foram achadas as pintas de ouro recebeu naquele ato oficial o nome de Ribeirão de Santo Antônio do Bom Retiro. Isso no registro oficial do escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Na abertura do livro realizada pelo procurador da Fazenda Real aparece não um arraial, um pouso ou uma pousada, mas um vastíssimo território entre a Serra de Tucambira [Itacambira] e a Serra do Espinhaço. É fundamental lançar um olhar retrospectivo ao Serro e à sua história administrativa e territorial: a sua elevação a cidade foi tardia, no ano de 1838; antes, em 1714, foi ereta uma Vila do Príncipe por decisão e nomeação de dom Braz Baltazar da Silveira, que escolheu seu lugar e determinou que nas minas

¹⁸ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XLI, 1938, p. 6.

¹⁹ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XLI, 1938, p. 10-11.

do Serro do Frio fosse instalado um Senado da Câmara; as minas do Serro do Frio dedicadas a Santo Antônio onde se fez um bom retiro ou pousada para abrigar os descobridores próximos ao ribeirão foi o ponto de partida para a ocupação do vasto território entre Itacambira e o Espinhaço. O arraial, pousada, rancho ou pouso dos descobridores foi edificado nas minas do Serro do Frio, ou seja, em seu arraial; disso decorre que, em documentos oficiais posteriores ao registro do escrivão Lourenço Carlos, nunca foi assentado o nome de Santo Antônio do Bom Retiro, que antes sempre aparece referenciado como sede de um distrito do Serro do Frio. Foi a partir e em torno do arraial do Serro do Frio – base militar, civil e religiosa dos descobrimentos – que houve a expansão dos descobrimentos formando o seu distrito.

Agora, em olhar prospectivo: o arraial do Serro do Frio descoberto em 1702 foi elevado à Vila do Príncipe em 1714 e à cidade em 1838. Uma questão: entre 1702 e 1714, como aparece no mesmo livro do descobrimento, antes de ir para a Bahia levar o ouro em pó para onde se dirigiam os mineiros com seu ouro não quintado? Ao arraial-sede do distrito das minas do Serro do Frio, o Serro do Frio. Outra questão: a quem os mineiros pagavam seus quintos? Na presença do guardamora Antônio Soares Ferreira ou do capitão-mor Manuel Corrêa Arzão ou do superintendente Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo sob o testemunho escrito de um escrivão e do procurador da Fazenda Real. Todos residiam primeiramente no arraial do Serro do Frio e de lá administravam o seu distrito.

Insistimos, metodicamente, até este ponto, na ocupação territorial das minas do Serro do Frio tendo como base o *Regimento* de 1702, derivado das *Ordenações Filipinas* de 1595/1603, dos regimentos de 1608 e 1618 e, acima de tudo, na forma das sagradas letras usadas para a escrita de processos para consulta, a fim de perpetuar como documento ou jurisprudência a voz dos ausentes (HESPANHA, 1994, p. 291). Como o gesto pedagógico colonial é indissociável das pessoas que o constituíram como realidade sociocultural, é fundamental narrar as suas biografias para alargar a compreensão sobre as formas de perpetuação desse gesto. Nesse sentido, parece-nos importante entender como a função pública e o gesto pedagógico colonial se misturaram na biografia do procurador da Receita da Fazenda Real, Baltasar de Lemos de Morais Navarro.

Seguindo o perfil de seus camaradas dos descobrimentos no distrito das minas do Serro do Frio, Morais Navarro era paulista – a referência da residência desses bandeirantes era Taubaté, por conta das rotas comerciais de aprisionamento de indígenas que ligavam aquela região, bem como o acesso ao caminho da Bahia e seus sertões. Essas rotas de escravização indígena foram usadas largamente pelos paulistas. Como já dissemos, a atividade comercial dos bandeirantes paulistas estava ligada às propriedades rurais e ao mercado de escravos da terra, aos poucos modificada para a economia dos descobrimentos do ouro ao final do séc. XVII e primeiras décadas do séc. XVIII. Morais Navarro nasceu por volta de 1660, e faleceu em 1740. O procurador da Receita da Fazenda Real estava no descobrimento das minas do Serro do Frio em missão oficial da Coroa portuguesa, autorizada pelo governo-geral do Brasil, juntamente com seu escrivão. Ele foi fundamental para confirmar documentalmente os achados de ouro. Seu cargo mostra a relação com o governo, pois além de capitão, era procurador. Ele recebeu seu cargo de capitão das Ordenanças por que era um “homem bom”, herdeiro do capital simbólico de sua família e de seus amigos influentes. Por isso,

Supunha-se que os membros das famílias localmente mais prestigiadas e antigas dispunham de uma autoridade natural, ou seja, sedimentada pelo tempo, que mais facilmente seria acatada pelos de baixo. Pensava-se também que os mais nobres e ricos seriam igualmente os que davam maiores garantias de isenção (“desinteresse”) e independência no desempenho dos seus ofícios, no sentido de poderem viver para eles sem deles viverem (MONTEIRO, 1998, p. 325).

Morais Navarro era filho de Maria Bueno de Camargo e outro do mesmo nome (LEME, 1905, p. 363). Ele casou-se em 1696, em Santana do Parnaíba, com Izabel Pires Monteiro, filha de Salvador Jorge Velho. Ser genro de Salvador Jorge Velho garantia grande visibilidade social ou

para ser mais exato, era privilégio garantido diante dos olhos da Coroa portuguesa. Segundo Leme (1905, p. 363),

Este Salvador Jorge Velho foi descobridor das minas de ouro em Curitiba, as quais tomaram o seu nome; prestou relevantes serviços à coroa de Portugal, pelo que mereceu receber uma honrosa carta, firmada pelo real punho em 1698; foi muito opulento, possuindo fazendas de cultura em Parnaíba, móveis de ouro e prata, além de 560 índios carijós, cuja administração lhe passou por herança de sua tia Agostinha Rodrigues; faleceu em 1705 e teve 11 filhos.

Em carta remetida ao governador-geral do Brasil, na Bahia, dom Rodrigo da Costa, pelo guarda-mor Antônio Soares Ferreira, no dia 20 de fevereiro de 1704 e respondida em 17 de março de 1705, traz importante nota sobre Morais Navarro:

De Baltasar de Lemos de Morais, Procurador da Coroa, e Fazenda, dos quintos de se distrito, tive carta, em que me dá conta de estar de posse do dito cargo, sem contradição, como Vossa Mercê me repete, e todos os instantes, me desvanço da grande eleição que tenho feito, assim na sua pessoa dele, como na de Vossa Mercê, para os mesmos cargos; porque sei, hei de sem dúvida sair mui bem desempenhado, pelo grande acerto, desta eleição e não menos, da que Vossa Mercê fez de Escrivão, e Tesoureiro, em Lourenço Carlos Mascarenhas e a José Borges Pinto, de quem já tenho algum conhecimento, mas a aprovação de Vossa Mercê, é só, o que para comigo os acredita.²⁰

Um detalhe importante nas biografias dos descobridores serranos é a relação familiar. Muitos deles mantiveram suas esposas em suas propriedades rurais paulistas, evitando transferi-las para a região das minas. Esse é um tema que exige ainda muitos estudos, pois as relações de parentesco nem sempre eram lineares no mundo colonial em seus primeiros anos, no sentido de estar centrada unicamente na geração de filhos naturais (herdeiros diretos dos seus pais), podendo haver grande descendência dos bandeirantes com outras mulheres, escravas, forras e índias. Um caso serrano é a descendência dos irmãos Ottoni, ligada a uma ancestral índia. Segundo Silva (1928, p. 106):

Quem escreve esta Memória descende pela materna de uma indígena Joana Francisca da Guerra, paulista, casada com o branco Antônio Ferreira Netto. Dela também descendeu Cristiano Ottoni, o qual confessa o fato na sua Autobiografia e por aí explica o seu caráter *desconfiado*. Os bugres nesta Vila somente incomodavam, e muito, as plantações e os porcos em Senhora do Porto e no Peçanha, mas não o sangue. Não devia haver por igual o menosprezo pelos mulatos. Havia deles uma grande cópia no Tijuco e também nesta Vila e o Senado deles se serviu para companhias militares. Ora, eles são descendentes de branco, às vezes de branco nobre como o Desembargador João Fernandes.

Por fim, alguns esclarecimentos sobre os cargos do procurador e capitão Morais Navarro em suas atividades nas minas do Serro do Frio são necessários. A princípio, seus rendimentos eram determinados por suas patentes e provisões: era capitão de Ordenanças e isso devido ao seu privilégio familiar, sua renda anual e posição social; era também procurador, ou seja, um representante *ad hoc* do provedor-mor da capitania, cargo pelo qual talvez recebesse algum ordenado anual. Não fica claro qual seria sua porcentagem oficial – se é que houve – nos descobertos de ouro. A princípio, então, ele recebia seus rendimentos anuais provisionados ou pagos pela Coroa portuguesa através dos cofres da capitania.

Um fato político foi determinante para afastar os bandeirantes descobridores do território do arraial do Serro do Frio: a ampliada autonomia para nomeações e provisões do Senado da Câmara, instituído a partir da elevação do arraial à vila. Isso, de certa maneira, permitiu que as decisões de provisões passassem pelos oficiais. O primeiro juiz ordinário, por exemplo, foi Geraldo Domingues, o mesmo que lutou com Manuel Corrêa Arzão, em 1711 no Rio do Peixe, sendo julgado e preso,

²⁰ Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, v. XL, 1938, p. 355-356.

depois anistiado. É que a relação entre os descobridores e os homens bons eleitos para a constituição do Senado da Câmara a partir de 1714 girou em torno de novas redes de poder e de autoridade. Enquanto os descobridores chegavam com suas patentes e provisões de bandeirantes e funcionários do estado português, podendo galgar novos cargos – de sargento-mor para superintendente, por exemplo –, a criação da vila impôs uma nova ordem na distribuição dos privilégios reais, concentrando as nomeações, provisões ou patentes em torno dos interesses desses oficiais e de suas relações com o ouvidor e o governador da Capitania de Minas Gerais, ambos a partir de 1720.

O ambiente era de muitas transformações na antiga ordem da distribuição dos privilégios para os paulistas – a Guerra dos Emboabas é um exemplo emblemático desse conflito entre reinóis e brasileiros. Nas minas de ouro, novas situações foram criadas. Novas disputas pelo território se intensificaram. Essa situação foi regimentalmente resolvida com a publicação, em 1709, do alvará de 18 de outubro. Ele pretendia acabar com as crescentes irregularidades praticadas nas câmaras legitimamente criadas no processo de eleição dos postos, efetuando transformações com a finalidade de promover uma interferência maior da Coroa na escolha dos ocupantes dos cargos (MELLO, 2009, p. 69). As câmaras, senados da câmara ou concelhos reorganizaram as relações de poder nos antigos descobrimentos do ouro, afastando a interferência dos bandeirantes. O alvará de 1709 pretendeu equilibrar as novas relações políticas emergentes, fazendo vigorar outros critérios. Quem conseguiu transitar entre as duas realidades – antes e depois da Vila do Príncipe e seu Senado da Câmara – foi o superintendente Lourenço Carlos Mascarenhas, eleito juiz ordinário em 1717 e vereador em 1718. Dessa forma, surgiram critérios de poder e autoridade talvez mais comunitários, originados do corpo político mais denso e orbitando em torno de homens bons e fidalgos, como os critérios de “melhor nobreza, cristandade e desinteresse”²¹. O gesto pedagógico colonial da economia dos privilégios políticos, eclesiásticos e militares se colocou para os descobridores das minas do Serro do Frio que conviveram com novas ordenações régias localmente resolvidas. É por isso que há um desaparecimento político de Morais Navarro, talvez de volta para sua terra natal, talvez em busca de outros descobrimentos. O mesmo aconteceu com outra figura importante nessa história da fundação das minas do Serro do Frio: o filho do descobridor, o também bandeirante João Soares Ferreira.

Conclusão

O gesto pedagógico colonial serrano fundou-se em solo brasileiro e mineiro como uma tentativa de espelhamento da organização política, econômica e cultural portuguesa (especialmente a religião cristã/católica pelo sistema do padroado real), como uma extensão ou tentáculo dos fundamentos metropolitanos com infinitos pontos de conflito e tensão para serem ajustados com o passar do tempo. Isso não significa o abandono dos acoplamentos funcionais com outras culturas advindas do contato com as sociedades africanas por conta da escravidão transatlântica e mesmo com as múltiplas sociedades indígenas, em seus saberes e tecnologias indispensáveis à sobrevivência na região das minas de ouro, ou seja, na constituição de uma civilização serrana pluripedagógica. Para viver nas minas de ouro foram necessárias interações culturais profundas, de múltiplas matrizes pedagógicas, com seus mais diversos gestos pedagógicos em novo território, em nova realidade social, cultural e biológica. Em momento algum, é nossa intenção classificar como melhor ou pior as culturas em troca de saberes, afirmando que a cultura portuguesa teve preponderância natural no território brasileiro por uma superioridade de qualquer natureza.

Nada disso. A dominação portuguesa fez apagar muitas marcas de outras culturas, pois para que seu gesto pedagógico se capilarizasse molecularmente, esse foi um discurso de coesão social

²¹ Portugal, *Coleção de regimentos reais, compilados por José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa*. Tomo V. Lisboa, p. 203.

do ponto de vista do dominador. Então, queremos identificar que o poder e a autoridade portuguesas nas minas de ouro e seus territórios se constrói pelo uso massivo da violência, impondo a exploração em torno do produto de exportação – o ouro – através de sua arrecadação em microprocessos cotidianos, até os macroprocessos internacionais como a articulação do mercado da escravidão e o aparelhamento de uma gigantesca malha tributária colonial. Não se tira a riqueza de um território e a leva para outro continente sem uma malha de punição em torno da arrecadação – diminuindo, ao máximo, as perdas e os descaminhos da sonegação – dos impostos, multas e sobreimpostos.

Portanto, os primeiros vinte anos do século XVIII foram determinantes para o aprendizado de como efetivamente deveria ser exercido o controle do território brasileiro. As minas do Serro do Frio são parte desse aprendizado de como dominar territórios do ultramar com eficiência. Por isso, nesse território, o gesto pedagógico colonial em microcosmo pode nos ajudar a entender o Brasil colonial numa visão mais alargada, em macrocosmo. Nada deveria fugir à capilaridade do poder disciplinar metropolitano.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1705-1711. V. XLI. Carta para Baltasar de Lemos Morais Navarro sargento-mor, e Procurador da Fazenda Real dos distritos do Serro do Frio e Itaquambira sobre a eleição de Tesoureiro e Escrivão dos quintos e procedimento do Visitador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, p. 6-7.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1705-1711. V. XLI. Para Baltasar de Lemos de Morais Navarro com a patente que se lhe remete de Sargento-maior dos distritos do Serro do Frio e Itaquambira. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, p. 10-11.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714. V. XLI. Carta para Antônio Soares Ferreira guarda-mor das Minas do Serro do Frio, sobre vários particulares tocantes às mesmas minas. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, p. 352-360.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1705-1711. V. XLI. Carta que se escreveu ao coronel Manuel Correia Arzão, guarda-mor das minas do Serro do Frio sobre se suspender a cultura daquelas minas e enviar o ouro dos quintos. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, p. 227-228.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1705-1711. V. XLI. Carta que se escreveu ao Procurador da Coroa e Fazenda Real das minas do Serro do Frio, Baltasar de Lemos de Morais, e ao capitão-mor Antônio Soares Ferreira das mesmas minas, sobre se não continuar na cultura daquelas minas. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, p. 228-229.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714. V. XL. Carta para Antônio Soares Ferreira guarda-mor das Minas do Serro do Frio, sobre vários particulares tocantes às mesmas minas. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, p. 352-360.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto*, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. 2 vols.

PORTUGAL. Lei de 18 de outubro de 1709. Em que se declara a forma em como daqui por diante

se não de fazer as eleições para capitães-mores e dos mais oficiais da Ordenança. *Sistema, ou Coleção de regimentos reais, compilados por José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa*. Tomo V. Lisboa, p. 202-205, 1789. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Provisões, patentes e sesmarias 1717-1721*. Belo Horizonte/MG, ano XXIV, 1933 (Código 12 da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro).

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6.ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da crônica e suas anotações: história das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas. (14/03/1702 a 14/03/2003)*. Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1905.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009 [E-book].

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes municipais e elites sociais locais (séculos XVII-XIX): Estado de uma questão. In: *O município português*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998. p. 79-90.

PINTO, Luiz Antônio. Memórias municipais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, n. VII, p. 939-962, 1902.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*. Reformado, e accrescentado por António de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 vols.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. *Desbravadores do Brasil*. Brasília: Sesc-DF, 2018.

Nota de autoria

Danilo Arnaldo Briskievicz é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Licenciado em Filosofia e Pedagogia, Especialista em Temas Filosóficos pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Filosofia Política, também pela UFMG. E-mail: doserro@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Rever a colonização, reler a biopolítica, almejar o poder: os bandeirantes paulistas nas minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1720. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 128-145, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 13/07/2020.


Modificações solicitadas em 22/10/2020.

Aprovado em 24/10/2020.

O fantasma do corpo: a sexualidade como dispositivo do biopoder em *A pele que Habito* (2011)

The phantom of the body: sexuality as a device of biopower in The skin I inhabit (2011)

Paul Jardim Martins Afonso

 <https://orcid.org/0000-0001-7767-6285>

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Os estudos historiográficos contemporâneos lançaram o corpo em problematizações que, sob diversos ângulos, observaram os comportamentos, práticas, formas de interação e de constituição do corpo-sujeito. Suas representações e significados entram em cena na pesquisa histórica e, na esteira das elaborações, o presente artigo propõe compreender a sexualidade como dispositivo do biopoder e o corpo como superfície de investimento biopolítico, a partir do filme *A Pele que Habito* (2011), de Pedro Almodóvar. Para tanto, foram selecionados seis enquadramentos do filme em atos da personagem Vera/Vincent em que, à luz do que compreende Michel Foucault como dispositivo biopolítico, apresenta de que modo a sexualidade atua como elemento de esquadramento, captura e controle dos corpos, em um primeiro debate. Em seguida, seguindo a questão proposta por Espinosa “O que pode um corpo”, delinea-se um debate acerca da constituição da identidade como aparato de enclausuramento, da ideia de representação como a própria imagem mantida para cessar o movimento de criação de possibilidades de vida e, por fim, como a personagem que encena esse corpo é capaz de nos direcionar para uma possibilidade outra de leitura ético-estética de viver.

Palavras-chave: Corpo. Sexualidade. Dispositivo Biopolítico. *A pele que Habito*.

Abstract: Contemporary historiographical studies launched the body into problematizations that, from different angles, observed the behaviors, practices, forms of interaction and constitution of the subject-body. Their representations and meanings enter the scene in historical research, and in the wake of the elaborations, this article proposes to understand sexuality as a device of biopower and the body as a biopolitical investment surface, from the film *A Pele que Habito* (2011), by Pedro Almodóvar. To this end, six frames of the film were selected in acts by the character Vera / Vincent in which, in the light of what Michel Foucault understands as a biopolitical device, he presents how sexuality acts as an element of scanning, capturing and controlling bodies, in a first debate. Then, following the question proposed by Espinosa “What can a body”, a debate is outlined about the constitution of identity as an enclosure apparatus, the idea of representation as the image itself maintained to stop the movement of creating possibilities for life and, finally, how the character who plays this body is able to direct us towards another possibility of an ethical-aesthetic reading of living.

Keywords: Body. Sexuality. Biopolitical Device. *The skin I live*.

Toledo, Espanha, ano de 2012. Localizada em “*El cigarra*”, a câmera percorre a mansão, entra por suas janelas e, apesar da escuridão da cena, está claro que o lugar é habitado. O corpo indefinido e ofuscado está em foco antes das lentes caminharem para um ambiente prisional e inóspito. Na tela surgem as letras “*Un film de Almodóvar*”. O corpo toma forma. Uma marcha fúnebre acompanha o close sobre o corpo yogue que se movimenta, coberto por tiras de tecido. Na tela, mais uma vez “*La piel que Habito*”.

A música chega ao ponto máximo de excitação, sucessão de imagens, meditação. O quadro se transforma em um ambiente entorpecedor. Para o café da manhã, um coquetel de remédios. A câmera percorre o quarto com figuras de artistas plásticas e escritoras, esculturas disformes



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

preenchem o espaço. Um corpo molda outro “corpo”. A governanta leva o café, roupas e um livro.

- Marília, está aí?
- Sim.
- Mande-me mais fita dupla face, por favor?
- Não posso conseguir isto pra esta manhã.
- Tudo bem.
- Hoje também queria uma agulha, linha e tesoura.
- Isto é uma brincadeira, não é?
- Claro. (ALMODÓVAR, 2011, 00:03:20).

O corpo abre o armário, as mãos tateiam os vestidos ali guardados, escolhe um e o veste. Apoia-se em uma barra de alongamento. A câmera faz um close do corte da barra do vestido. Pausa para o primeiro ato.

O trecho elucidado percorre o corpo em sua superfície, materialidade e plasticidade para fazê-lo objeto central e constituí-lo mais nos rasgamentos e possibilidades do que nos encarceramentos. Os estudos historiográficos contemporâneos lançaram o corpo em problematizações que, sob diversos ângulos, observaram os comportamentos, práticas, formas de interação e de constituição do corpo-sujeito. Suas representações e significados entram em cena na pesquisa histórica e, na esteira das elaborações, o presente artigo propõe compreender a sexualidade como dispositivo do biopoder e o corpo como superfície de investimento biopolítico a partir do filme *A Pele que Habito* (2011).

A pele que habito é um thriller de Pedro Almodóvar lançado no ano de 2011. De narrativa descontínua, Almodóvar adapta histórias entrelaçadas do livro “Tarântula” de Thierry Jonquet e constrói o fascinante roteiro que narra acontecimentos de um evento traumático e as relações megalomânicas de um médico cirurgião que deseja desempenhar o papel do Deus cristão ocidental. O desejo proibido: criar a pele mais resistente, plástica e maleável e provar que o ser humano pode criar tudo. Robert Ledgard e Vera, criador e criatura, nos deixam absortos com o desenrolar dessa trama. Em cena, o corpo, matéria viva, esquadrinhada e revestida da pele, que ora nos protege, ora nos deflagra, ora nos aprisiona, ora nos libera.

A historiografia, quando se volta ao campo dos estudos do corpo, permite compreender qual lugar ele ocupa em diferentes momentos históricos, de modo que suas contribuições são tão fundamentais quanto das outras áreas do conhecimento que também se ocuparam do corpo desde a Antiguidade Clássica. Entrevê-lo por meio da tessitura dos acontecimentos revela um corpo que é também histórico, mergulhado em sentidos, conjunturas e temporalidades. Desde os leves tecidos que o recobre às robustas estruturas que o confinam e obscurecem, ficam na espreita olhos curiosos de uma humanidade que ainda se questiona: que corpo é este? De onde vem? Como o sujeito é a ele atrelado? Esta é uma questão central para o estudo da película feito aqui.

Deparamo-nos com diversos discursos que integram membros, vértebras, articulações e órgãos, para fazer funcionar um corpo onde a vida pode circular. É precisamente aí onde a biopolítica e o biopoder investem seus esforços, é esta governabilidade que evoca a formação de um corpo coeso que é social, um corpo-espécie.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados [...] o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos [...]. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população (FOUCAULT, 1988, p. 151-152).

Ainda que haja tantos corpos, tantas as perguntas acerca deles, tantas formas de examiná-los em meio às redes dos saberes e do conhecimento, tratamos aqui do corpo-potência, como produto dos paradoxos da biopolítica. O recorte encontra suas arestas no universo cinematográfico de Pedro Almodóvar, a fim de compreender qual o regime de corpo na contemporaneidade, corpo este produzido num duplo movimento de criação: o corpo que é constituído a partir dos discursos que o atravessam e o incluem na massa 'homogênea, compacta, contínua, unidirecional' onde 'são abolidas todas as singularidades' (PÉLBART, 2011, p. 26) e o corpo que não se conforma nos limites da materialidade e nem pela unidade da massa, que age sobre si criando então o corpo-potência. Embora haja inúmeros trabalhos que se cercam das análises da película, a historiografia ainda se furta ao trabalho de pensar as tecnologias audiovisuais como dispositivos de poder-saber. Portanto, o presente artigo concentrar-se-á em atravessar o universo que, mesmo sem muitas cores nesse filme, Almodóvar consegue criar para tensionar a matriz de inteligibilidade das relações sociais.

Poder sobre a vida e unidade nos corpos

A vida tornou-se um lugar comum para a maioria dos campos do saber. O objeto mais precioso para a história é a vida, já que essa disciplina se preocupa precisamente em compreender as transformações das vidas no espaço/tempo. Todavia, é importante salientar quais investimentos são feitos *sobre, para e pela* vida e de que maneira as vidas são atravessadas pelos acontecimentos históricos e os constrói. A história é a mais pura dispersão da vida no tempo.

Enquanto uma tentativa de organizar e dar sentido aos fluxos de acontecimentos, a historiografia tradicional atua como instrumento biopolítico, na medida em que se pauta pela classificação lógico-ontológico das coisas e tende, como diz Michel Foucault, [...] "a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal" (FOUCAULT, 1984, p. 18); nesse ponto, para a história, não haveria rupturas e só aquilo que fosse amplamente documentado na escrita seria passível de ser estudado. A história focalizava os "grandes acontecimentos": por "grandes" entende-se uma disciplina a cargo das elites, do estado, do biopoder. Porém, nesse artigo pretendemos tensionar o que se habituou chamar de história, e podemos nos voltar "contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta" (FOUCAULT, 1984, p. 18). Assim, é precisamente no ponto em que se escancaram as incoerências do fluxo contínuo da história, onde a vida se irrompe tomando outras direções, que ela escapa aos tentáculos do poder.

Desse modo, podemos concluir que o corpo não só tem uma história, mas carrega em si as marcas dessa história. Conforme Louro (2015),

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo do tempo os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir de padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura (LOURO, 2015, p. 77).

O poder ou, como compreende Michel Foucault, as *relações de poder*¹, se valem de aspectos morais para categorizar os corpos. Esses valores rígidos operam sobre os sujeitos, a fim de cristalizá-los, pois é justamente nessa dinâmica que ele se torna funcional e é precisamente onde a vida não se movimenta que é passível de ser apropriada. Por isso, as forças que nos tensionam se valem das dicotomias, natural/antinatural, bom/mau, puro/impuro, normal/patológico,

¹ Multiplicidade de relação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou o contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; o poder se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em todas as relações entre um ponto e outro (FOUCAULT, 1988, p. 88).

para apagar tudo aquilo que é diferente, novo, vivo.

A Pele que Habito (2011) faz parte desse universo caótico, portanto, histórico. A história de um cirurgião plástico obcecado pelo corpo humano que decide, arbitrariamente e contrariamente ao conselho de ética médica, construir uma pele humana mais resistente, e que, através de procedimentos cirúrgicos, cria um 'novo corpo'. Corpo este que a personagem habita como lugar inexorável ao qual está condenada. A Jaula incômoda carrega nela marcas do que foi e do que se possibilita a ser, a partir dos cortes de bisturi.

Aqui nos deparamos com a produção de possibilidades da materialidade que é o corpo, a partir da incidência do biopoder. Conforme Haraway, os saberes tornam-se híbridos. Dito isso, também o alcance de se produzir um corpo perfeito nos orienta a pensar de que corpo fala o não dito que se costura nas entrelinhas dessa trama. Corpo escrutinado, violentado, essa "pele que habito" desabilita muitas possibilidades que nos evidenciam o bisturi preciso que corta e constrói a captura. Portanto, o saber-poder médico é um dos fios condutores narrativos dessa trama, em que Pedro Almodóvar constrói um roteiro que denuncia e expõe os limites de inteligibilidade e coerência entre corpo, sexualidade e modos de vida.

Para estabelecer a relação entre a narrativa fílmica e as questões levantadas neste artigo, é imprescindível explanar a discussão acerca do biopoder e da sexualidade. Para Michel Foucault, é bastante estratégico pensar a investida da lógica maquinária do poder na sexualidade, a partir do século XIX, uma vez que "de um lado, a sexualidade apresenta-se enquanto um comportamento extremamente corporal que depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente", e de outro "a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população". E é nesse sentido que a sexualidade atua como dispositivo do biopoder.

De modo descontínuo, Almodóvar nos apresenta os planos-sequência da película, que por vezes nos confundem justo no modo como se constrói a coerência do que pretende ser comunicado. Desta feita, as sequências que se seguem estão dispostas para apresentar possibilidades outras de reflexão e análise acerca do dito visual. O filme, como discurso e tecnologia de poder, recorte e (re) enquadramento feito aqui traça uma cartografia de denúncia, de evidência concreta, que se dá no corpo, das amarras do poder.

Ao buscar por um corpo "perfeito", que corresponda à norma apesar do "desvio" (de não ser "biologicamente feminino", portanto não-verdadeiro), não é apenas uma questão estética, mas tem uma relação intensa e incessante com a busca pela identidade. Há uma exigência de coerência que ao mesmo tempo sustenta e é amparada pelas dualidades e pelos binarismos através dos quais fomos domesticados e treinados para compreender o mundo e que, por sua vez, são também inerentes à noção normativa de humano. Se nos (re)fabricamos de outras maneiras, por mais que tentemos apreender nesse repertório os corpos tidos como "desviantes", tem-se, em algum momento, uma necessidade por atender à norma no sentido de fixá-los em uma nova concepção – à qual, doravante, devem encaixar-se "verdadeiramente", isto é, com reconhecimento médico-científico.

Figura 1: O criador e a criatura



Fonte: ALMODÓVAR, 2011, 01:17:44.

- Como acaba de ver, a operação foi um sucesso!
- Os pontos que vão até a barriga ainda estão sensíveis.
- Seria bom evitar forçá-los. Mas isto não será um problema. Como vê, terá que manter aberto o novo orifício e conseguir, pouco a pouco, que ele se torne mais profundo. Pense que sua vida depende disto. (ALMODÓVAR, 2011, 01:17:44).

A expressão de pavor em Vincent justifica seu silêncio. Ele não diz uma palavra. Olha fixa e profundamente para Robert esperando a próxima orientação. Não faz ideia do que precisa ser feito. Em seguida, uma passagem emblemática da película que merece atenção e cuidado do espectador/leitor. As figuras 1 e 2 foram dispostas nessa sequência, a fim de tentar reconstruir o plano-sequência delineado no filme.

A noção da captura é explícita no filme. O propósito de análise aqui empreendido nos faz habitar também outros espaços que, mesmo que invisíveis, assim como as mãos do cirurgião, são capazes de construir materialidades normativas. Vincent obedece, segue o protocolo, quer sobreviver. Aceita os termos impostos por Robert que, a todo custo, demarca que não há outra possibilidade de vida que não esta. A relação biopolítica salta aos olhos a partir dessa gestão da vida. Aqui, o fazer viver é, a todo custo, pressuposto dessa relação violenta. A morte não está em questão, já que é preciso o corpo vivo para consolidar a criação.

- Posso ir agora?
- Para onde?
- Para minha casa.
- Mas só estamos começando (ALMODÓVAR, 2011, 00:36:33s).

Figura 2: A fábrica de dildos²



Fonte: ALMODÓVAR, 2011, 01:18:24.

Robert continua com a explicação fria e objetiva a respeito dos procedimentos para aperfeiçoar o “novo orifício” e culmina na apresentação teatral dos dildos. Ele retira de uma pequena maleta azul seis dildos e os dispõe em sequência sobre a mesa, do maior para o menor. Almodóvar nos atenta para o fato de que é fundamental olhar com acuidade para enxergar os mecanismos e as tecnologias sociais que estão envolvidas na produção e construção de corpos e subjetividades. Há evidentes operações que controlam e regulam a produção de feminilidades e masculinidades. Conforme Paul Preciado (2014),

O dildo é o primeiro indicador da plasticidade sexual do corpo e da possível modificação prostética de seu contorno. Talvez ele indique que os órgãos que interpretamos como naturais (masculinos e femininos) já tenham sofrido um processo semelhante de transformação plástica (PRECIADO, 2014, p. 79).

Interessa-nos, como evidenciado por Foucault, a função dos discursos e instituições enquanto meios de significar os corpos e dar sentido às práticas, estabelecendo entre ambos certa unidade, sobretudo a atuação do discurso médico sobre a sexualidade, corporificado na persona do Dr. Robert Ledgard: “A operação foi um sucesso!” A operação do biopoder que rasgou o corpo de Vincent, realizada pelo saber médico sobre a sexualidade, configura uma “uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprias” (FOUCAULT, 1988, p. 23). Por isso, ao analisarmos o desejo do cirurgião de “criar um corpo”, tratamos de reorientar essa lógica para pensar no saber-poder como uma técnica política de intervenção social e não mais individual. “A sua vida depende disso” diz precisamente sobre a vida que é tomada de assalto pela política. Ou seja, os usos da ciência como luta política para legitimar o poder de criação/colonização. O médico que camufla a potência desse saber-poder faz de sua ação duplo movimento de controle e vigilância de efeitos disciplinares e regulamentadores.

Para além da analítica do sujeito, Michel Foucault foi capaz de produzir uma História da sexualidade (1988) partindo do pressuposto de que ele compreende a sexualidade enquanto uma invenção social, constituída e perpassada por vários discursos acerca do sexo; são discursos que controlam, regulam e normalizam; produzem verdades sobre o sexo. A verdade sobre o sexo que se constitui por meio da insistente disciplina que Robert propõe a Vincent, já que a sua vida depende disto. Poder disciplinar de abrir o orifício, incidência plástica no corpo da população, a fabricação

² Pênis artificiais.

de um corpo por meio de práticas reguladoras que produzem os efeitos de real e marcam Vincent agora na fronteira de corpo outro.

[...] o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (FOUCAULT, 1988, p. 24).

Os discursos, portanto, inscrevem o sexo em um campo do saber específico para que seja possível aplicar sobre ele uma tecnologia política. Dessa maneira, o dispositivo da sexualidade³ age de modo a instaurar uma ideia sobre o sexo, unificando a conduta sexual e se construindo enquanto norma que acaba por concentrar esforços para torná-la lugar de verdade. Ou seja, há o anseio, segundo Foucault, de que o sexo entre no discurso e seja monitorado, controlado o tempo todo.

Figura 3: Construindo a natureza



Fonte: ALMODÓVAR, 2011, 00:10:12 min.

– Interferimos em tudo que nos rodeia. Na carne, na roupa, nos vegetais, nas frutas... Em tudo! Por que não aproveitamos os avanços da ciência e melhoramos nossa própria espécie? (ALMODÓVAR, 2011, 00:10:12).

A partir da figura 3, conseguimos vislumbrar o plano-sequência em que a narrativa fílmica busca problematizar a ideia de natureza, representada pelo discurso médico-científico. Segundo Spink e Gimenes, “conhecer é dar sentido ao mundo. Não se trata de mero processo de informação, de adesão a uma ou outra teoria [...] o conhecimento na ótica da produção de sentido implica, no posicionamento perante os dados, as teorias, e os outros” (SPINK; GIMENES, 1994, p. 150). Nesse sentido, a interferência do saber-poder médico pretende não apenas garantir a possibilidade de vida, mas a fabricação de modos de existência que façam parte da matriz de inteligibilidade que se constitui como verdade e natureza, fixa e imutável.

Ao construir um corpo constituído em sua materialidade de uma pele resistente a picadas de inseto e até a queimaduras, o cirurgião Robert Ledgard vai de encontro ao discurso de “natureza”

³ Segundo Foucault, “o dispositivo da sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais do poder”; ele engendra “uma extensão permanente dos domínios e qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p. 88-101).

imutável dos corpos e, simultaneamente, ao criar um novo corpo e produzir uma fissura nesse discurso, ao adequar este corpo a uma prática quando orienta 'novo orifício', reafirma e fixa os discursos identitários e os discursos que constroem sujeitos de gênero e sexualidade, o que dá sentido ao sexo como dispositivo de constituição identitária do sujeito, materializada pelos corpos.

Por isso, ao dar sentido à personagem Vera, Almodóvar “posiciona-se em uma rede de relações. [...] implica em trazer para o cenário a microescala da interação social onde, se torna possível a ruptura entre o instituído e o instituinte que possibilita a atividade criativa e a construção de novos sentidos.” (SPINK; GIMENES, 1994, p. 151). Quando percorremos as nuances da História do corpo é possível compreender de que modo esses novos sentidos que se constroem significam a materialidade do corpo humano. O filme consegue, desse modo, focalizar as rupturas para que possamos compreender os mecanismos de significação simbólica do corpo que emergem na contemporaneidade. Através dessa leitura, é possível dizer que o corpo também é discurso.

Nesse sentido, o corpo, estudado enquanto organismo vivo, é nomeado pelo discurso como algo naturalmente (i)mutável. O paradoxo revela que o próprio mecanismo-discurso-saber-poder que constrói, fabrica, cria esses corpos e desloca-os de uma posição estática é o mesmo que os aloca em uma nova posição estática, confinando-os, aprisionando-os na norma.

Identidade, representação e a potência da diferença

Quando se estabelece uma relação entre a narrativa fílmica e as questões do corpo, é possível transpor a metáfora da pele para o figurino da personagem principal Vera/ Vincent em “A pele que habito”. O tecido é aparentemente aderente, flexível, e do mesmo modo que evidencia contornos e formas, é capaz de se expandir e transformar-se pelas posições de yoga. Os tons e composições vão além, ao produzirem questionamentos que se entremeiam às tiras de malha cor da pele, tornam-se emblemáticos, já que a pele na trama aparece como uma espécie de cárcere intransponível.

A Pele que Habito ou o modo como pensamos nosso corpo e a forma como, a partir dessa materialidade, somos conduzidos e coagidos a pressupor identidades-representações que perpassam pela sexualidade, é pauta recorrente em muitas culturas no ocidente, em diferentes contextos e épocas. Conforme Nicholson (2000), a identidade é um conceito e deve ser entendida “como enraizada historicamente”.

Figura 4: “*La piel que habito*”



Fonte: ALMODÓVAR, 2011, 00:01:26 min.

O corpo em evidência dirige o espectador a seu palácio mental da cultura, que o coloca no ato a partir de um sistema de crenças específico, engendrado e fixo. Portanto, o ato é precisamente a incidência dos dispositivos biopolíticos. O biopoder objetiva colocar as multiplicidades de modos de vida em seus cálculos mais perversos; é precisamente neste ponto que a história, ao se ocupar também desse objeto valioso que é a vida, ganha lentes ainda mais aguçadas para enxergar o modo de funcionamento desse maquinário. Fundamental se faz a reflexão acerca das construções socioculturais para enxergar os corpos em suas linhas de inscrição e investimento de práticas, funções e matéria. Conforme Tânia Navarro-Swain (2000):

Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/ morais? Que corpo é este que eu habito cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 01)

“A impossibilidade de tornar um corpo cognoscível, legível, eloquente sobre si mesmo, humanizado” (SANT’ANNA, 2001, p. 65), elucida um desconforto antigo que perpassa a história da humanidade. Identificar um sujeito através do corpo é uma estratégia biopolítica de formatação desses corpos construídos e esquadrihados pelas redes de poder. Nesse sentido, o centramento de determinadas produções de saberes em detrimento de outros se constitui em uma lógica também biopolítica, corte cirúrgico e morte de corpos/destruição maciça de conhecimentos outros, que se seguem subjugados/periféricos. O corpo, nesse registro epistêmico, mostra a materialidade da manutenção de relações ainda coloniais, que são traduzidas em saberes-poderes.

Ao problematizar a relação dos sujeitos contemporâneos com seus corpos ficam evidentes as contradições e paradoxos que os atravessam desde a antiguidade até a contemporaneidade. O corpo é, ao mesmo tempo, lócus de aprisionamentos, resistências e lutas cotidianas, vivendo de transformações tecnológicas capazes de construí-lo de formas distintas. Conforme Matesco (2009),

Compreendemos que não só arte, mas todo pensamento ocidental é construído através de dualidades como matéria e espírito, aparência e essência, corpo e alma, corpo e mente, sensível e inteligível, criadas pelo homem em momentos históricos diferentes para tentar compreender esse enigma que nos constitui (MATESCO, 2009, p. 54).

A personagem Vincent, após a vaginoplastia⁴ forçada, não consegue reconhecer seu próprio corpo enquanto materialidade do eu. Os tons fúnebres e melancólicos do plano remetem ao suspense macabro que Pedro Almodóvar se propôs a construir. A representatividade da cena do espelho guia o espectador para reflexão da forma como o corpo também pode aprisionar uma subjetividade.

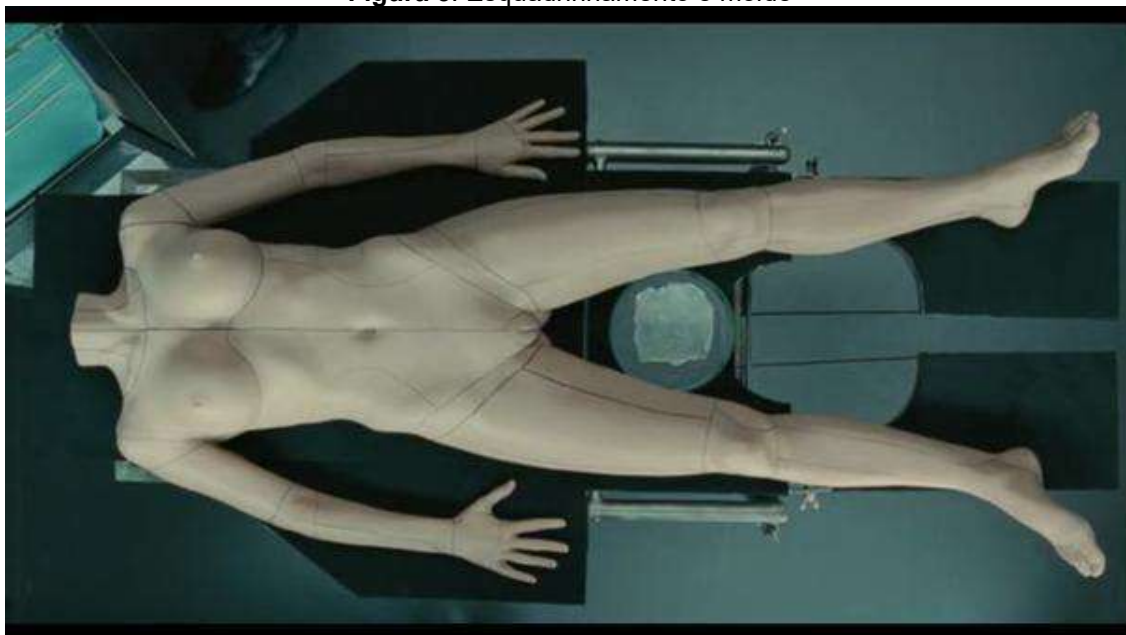
Entre tantas marcas, ao longo dos séculos, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/feminino como uma divisão primordial. Uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial e, quase sempre, relacionada ao corpo. É um engano, contudo, supor que o modo como pensamos o corpo e a forma como, a partir de sua materialidade, “deduzimos” identidades de gênero e sexuais seja generalizável a qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar (LOURO, 2015, p. 78).

Almodóvar constrói a narrativa e os sentidos produzidos a partir dela nos permitem compreender os equívocos cometidos ao relacionar diretamente a forma como pensamos o corpo e o modo como sua materialidade é investida de significados que fixam determinadas identidades, tanto sexuais quanto de gênero. Nessa cena, a personagem se vê em um “não lugar” para pensar

⁴ A cirurgia de redesignação sexual, conhecida como mudança de sexo, é um processo que começa bem antes da sala de cirurgia. São necessários dois anos de tratamento psicológico e hormonal até que o paciente esteja pronto para o procedimento cirúrgico. Faloplastia – feminino para masculino. Vaginoplastia – masculino para feminino. Disponível em: <http://www.manualdomundo.com.br/2013/08/como-funciona-a-cirurgia-de-troca-desexo/>, Acesso em: 04/12/2015. (N.A.)

seu corpo, já que se compreende como “homem”, branco, heterossexual, mas a materialidade do eu não é correspondente. Eis o impasse.

Figura 5: Esquadrinhamento e molde



Fonte: ALMODÓVAR, 2011, 00:11:36 min.

Posto que não compreendemos o corpo como uma superfície pré-discursiva, o que conta então, como humano? O que significa esta tentativa engendrada pelo personagem Dr. Robert de aprisionar uma subjetividade masculina num corpo agora ‘materialmente’ feminino? A busca por um corpo “perfeito”, que atenda à norma apesar do “desvio” (de não ser “biologicamente feminino”), não é apenas uma questão estética, mas tem uma relação intrínseca com a busca pela identidade; há uma exigência de adequar o corpo/subjetividade, que ao mesmo tempo sustenta e é amparada pelas dicotomias e pelos binarismos inerentes, às normas regulatórias.

A representação indica como que um “sinal de verdade”. Dessa forma, a aparência constrói parte significativa da representação, já que o modo como se dá a performatividade do gênero e do sexo se materializa na representação do corpo. Dispomos do conceito de performatividade, que a teórica Judith Butler (2003) toma emprestado da linguística, para pensar os processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso, e afirmar que a linguagem referente aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição deles, mas, no instante mesmo da nomeação, os constrói (BUTLER, 2003). Ou seja, os corpos são constituídos a partir da interação constante entre a norma e a sexualidade.

Dado que as representações são parte integrante e fundamental dos imaginários, é preciso criar instrumentos para que se possa apreendê-las. Uma aproximação inicial da noção é possível por meio das colocações de Denise Jodelet (2001) que observa que as representações são o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior. Ademais, segundo a autora, “a representação é um saber prático que liga um sujeito a um objeto.” (JODELET, 2001, p. 27).

Nesse sentido, a vontade metafísica de conhecer ou estabelecer uma verdade que se inscreve na superfície dos corpos é também um modo de exercitar o poder sobre a vida (vontade de saber). Para Friedrich Nietzsche (s.d.) a vontade de verdade tem uma intencionalidade prática e política, de normatizar a vida, de barrar seus fluxos. Nietzsche compreende que essa vontade de verdade implica numa vontade de poder.

Ao fabricar a capacidade de desvendar o que há de mais oculto sobre as coisas, constrói-se uma ideia de essência que ataca e extirpa as possibilidades das vidas serem vivíveis de outros

modos. Por isso, investe-se no aniquilamento constante de modos de vida que não conseguem caber no embaraço do universal.

Contudo, é imprescindível notar que o “real” não é construído de maneira simples, linear e direta; na contramão disso, podemos compreender que essa realidade é atravessada por uma série de elementos, tais como emoções, pré-conceitos e pré-julgamentos, que categorizam os indivíduos de determinadas sociedades. Logo, se por um lado as representações são capazes de criar nosso estar no mundo, nossas possibilidades de apreendê-lo, por outro, elas também contribuem para fenômenos diversos de incompreensão e incompatibilidade, sobretudo no que tange à nossa interação com o diferente, com o que não nos é familiar e que, por um motivo ou outro, nos é estranho. Por isso, é fundamental empreender uma transformação epistêmica que consiga causar fissuras na lógica binária e seus efeitos: hierarquias, classificações e exclusão. Tratar aqui da monstruosidade que esse corpo carrega é pensar em possíveis fissuras às assimetrias epistêmicas que sujeitam os excessos a caberem nas organizações canônicas de produção de saberes sobre o humano.

No momento em que essa matéria é investida de sentidos, afetados discursivamente pelos processos sócio-históricos que constituem os sujeitos, é que se pode compreender o significado do corpo. Ao notar a entrada do corpo no campo simbólico, é que foi possível superar a compreensão do corpo apenas enquanto carne, para entendê-lo enquanto corpo-discurso, componente fundamental à constituição da estratégia biopolítica do poder.

Os elementos audiovisuais que compõem a narrativa fílmica nos possibilitam pensar quanto o biopoder, quando faz sua investida no corpo de modo tenso, plástico e sonoro, é capaz de produzir efeitos nos corpos; por conseguinte, o filme atua como dispositivo que evidencia o modo como se fazem ecoar as tecnologias de maneira eficaz na relação plateia/público/população. As composições são extremamente fortes, por vezes, tensas e elaboradas, a fim de conduzir os espectadores a um conjunto de sensações. Esses elementos visuais e sonoros atribuem significados, constituem representações e são próprios da linguagem cinematográfica. Tais signos são objeto da semiótica, como podemos pensar, conforme Lúcia Santaella (2005) que conclui:

As linguagens estão no mundo e nós estamos na linguagem. A Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado e de sentido (SANTAELLA, 2005, p. 19).

No filme, som e luz, além da composição estética dos cenários, se complementam para transmitir a mensagem, basicamente em cenas muito contrastadas por cores fortes, marcando uma interpenetração do branco e do preto – duas cores neutras – cortadas por pinceladas de vermelho – cor quente – que aparece com frequência no filme e marca momentos de clímax. Além disso, outros signos são apresentados ao longo do enredo, marcando desconforto e tensão. A trilha sonora é a aliada perfeita do cineasta nessa composição, conduzindo as imagens e textos em sua sonoridade. O enredo também está impregnado de elementos significativos, tais como a própria presença de um personagem fantasiado, mostrando a oposição entre a fuga e a prisão através de elementos artificiais. *A Pele que Habito* é um filme semiótico no que propõe sobre os limites do corpo, da identidade e da sexualidade como dispositivo biopolítico.

Portanto, é pensar nos mecanismos que constroem esses tensionamentos no corpo que também reside a preocupação desta análise; ou seja, com os modos de se construir o sujeito, para além de um corpo/matéria. A subjetivação, ou seja, uma das formas dessa construção, acontece por meio de uma mecânica que se articula para inscrever sobre os corpos significados que, com muita frequência, reproduzem os modelos previamente dados pelas instâncias de saber-poder, de produção e manutenção da ordem estabelecida. Logo, efetivam-se através das linhas de subjetivação normalizadoras, responsáveis pela criação das identidades, dos papéis sociais e sexuais bem definidos, da heteronormatividade, dos determinantes binários dos sexos e dos

gêneros, dos discursos ascéticos e dos corpos úteis, dóceis e disciplinados (PERES, 2011, p. 72).

Todavia, entendemos aqui que a subjetividade, que é atravessada por multiformes acessórios, compõe atualmente um repertório já em ruínas. Isso porque a questão agora se (re)orienta no intuito de apontar não mais o que somos ou fazemos, mas se ainda queremos ser ou precisamos desses tipos de codificação para garantir à nossa performatividade efeitos de decodificação por outrem.

Portanto, parece bastante oportuno aliar a esta discussão historiográfica os estudos culturais que, no momento mesmo em que lidam com outras referências, apontam problemáticas na ideia de um núcleo comum que se constrói para todos os corpos/sujeitos. Durante muitos anos, a identidade protagonizou o papel de categoria que ancorou o mundo social com estabilidade e fixidez e ajudou a construir as bases estruturais da grande História Total do Humano. Conforme argumenta Stuart Hall (2002):

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002, p. 7).

Contudo, se pensamos a crise das identidades enquanto a desconstrução de um paradigma diferente e a diferença enquanto algo em relação ao mesmo e não a si mesma, cairemos no mesmo movimento teórico circular de pensar a desconstrução para construir algo que a substitua. Uma possibilidade teórica que nos permite escapar é a percepção de lentes distintas para enxergar esse corpo em cena desenhado por Pedro Almodóvar, baseada na diferença e não mais na identidade, algo que cria e produz. Somos nós, finalmente, como profetiza Donna Haraway (2009), que encarnamos a ficção de múltiplos acoplamentos que já não mais nos permitiria evocar tal unidade/centralidade do humano? Então, é a realidade do corpo-ciborgue-potência que coloca em xeque a ontologia do humano.

Ao desnudar a construção dos sistemas de significação e representação cultural, evidenciamos as multiplicidades e diferenças, deparamo-nos com uma infinidade de combinações possíveis, cada qual com um tempo curto de duração e identificação. Para tanto, podemos conceber o mundo a partir das multiplicidades. Conforme Deleuze e Guattari, no prefácio de seu livro *Mil Platôs para a edição italiana*,

As multiplicidades são a própria realidade, e não suportam nenhuma unidade, não entram em nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são singularidades; as suas relações, que são seus devires; a seus acontecimentos, que são hecceidades (quer dizer, individualização sem sujeito); a seus espaços-tempo, que são espaços e tempos livres; a seu modelo de realização, que é o rizoma (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui platôs (zonas de intensidades contínuas); aos vetores que as atravessam, e que constituem territórios e graus de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 8).

Compreendendo o contemporâneo e a efervescência de discussões que remetem à ideia de multiplicidades proposta por Deleuze, é preciso abandonar os pressupostos de um sujeito unívoco, desenvolvido de maneira unidimensional e progressiva, superando impasses e cristalizando conhecimentos. Conseguimos tatear um pouco esse terreno movediço das multiplicidades de que trata Deleuze no que tange a narrativa fílmica: O que pode um corpo? Conforme Deleuze e Guattari (1997),

Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos despercebidos. Para tornar imperceptível, não a nós mesmos, mas o que nos faz agir, experimentar ou pensar. E, finalmente, porque é agradável falar como todo mundo e dizer o sol nasce, quando todo mundo sabe que essa é apenas uma maneira de falar. Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 10).

Nessa multiplicação de que fala Deleuze, em vez de serem divididas, as normas são rearranjadas, desestabilizadas, deslocadas de seu ponto fixo. Há aqueles/as que permanecem na fronteira, seduzidos ou repelidos por alguma razão, e aqueles/as que a cruzam, desviam das regras e da direção planejada. Dessa forma, ao se afastarem, fazem mais evidente sua presença, antes silenciada. Se uma representação tornou-se um conhecimento prático que dá sentido aos objetos, sejam eles quais forem, neste caso, os sentidos que os corpos ganham na contemporaneidade são outros, já não mais fixos, já não mais naturais e intocáveis. O corpo tornou-se a materialidade do desvio. Vera/Vincent aqui extrapola a lógica da representação e, conforme Deleuze aponta, se coloca na esteira da diferença, pura intensidade imensurável. O corpo, por isso, torna-se acontecimento. E conforme Espinosa (1973) deflagra urgente: “Nem mesmo sabemos o que pode um corpo, ou seja: nem mesmo sabemos de que afecções somos capazes e até onde vai nossa potência” (ESPINOSA, 1973, p. 186).

É através dele “que ao ousarem se construir como sujeitos de gênero e de sexualidade precisamente nesses espaços, na resistência e na subversão das “normas regulatórias”, eles e elas parecem expor, com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas” (LOURO, 2015, p.18). A personagem Vera/Vincent tirou das sombras o que tanto a modernidade científica, sobretudo nos discursos do século XIX, tentou ocultar. Deleuze, ao situar a questão da diferença como elemento central de sua filosofia, se distancia da tradição do idêntico que, como nos apresenta Hans Ulrich Gumbrecht (2010) está saturado de uma cultura de sentido que classifica o ser em categorias analógicas. Portanto, como nos fala Deleuze (1998), a igualdade do ser está presente em todas as coisas, sem mediações, no entanto, as coisas se mantêm desigualmente nesse ser igual.

Fundamental compreender aqui também que Deleuze nos aponta para uma dimensão singular que destaca a diferença como acontecimento. No arremate, a diferença é irreconhecível por si mesma; é sempre desdobrada e desarrolhada, portanto, remetida a outra diferença. É o aspecto que nos permite vislumbrar a sensação de produção, o que, em termos bergsonianos, é descrita como aplicada em sua intensidade pura e imensurável.

Não nos interessa os motivos pelos quais a personagem decidiu cruzar a fronteira da representação do corpo. Não é a intenção deste artigo descobrir os propósitos do diretor. Entendemos que o trânsito parece supor a liberdade que têm os sujeitos para circularem. No entanto, não podemos ignorar aqueles que são forçados a transitar. O que nos importa aqui é, puramente, o movimento.

Um texto que nunca se encerra, ele é devir

De que maneira esse corpo será reconhecido? A personagem não se reconhece. O ator encena o teatro das sombras do corpo, que agora não se parece nada com o que costumava parecer, com as características aparentemente imutáveis. A ideia é ser reconhecido, identificado? Aqui, vale lembrar que há um deslocamento na posição de sujeito: aquele que penetra agora passa a ser penetrado, nesse caso, uma auto penetração.

Figura 6: Encontro na Fronteira



Fonte: ALMODÓVAR, 2011, 01:47:15

– Antes do casamento de Casilda, há seis anos, eu te disse que te daria um presente só pra vê-la vestida com ele. Você disse para eu vesti-lo, já que gostava tanto dele. Nesse momento, estávamos só nós dois aqui, lembra? (ALMODÓVAR, 2011, 00:07:16).

Colocar em questão a evidência do corpo, que é material, nos remete a pensar no que representa a troca de sexo de que fala Vera nessa cena. O falo, marco do poder simbólico da dominação, transforma o corpo de Vera/ Vincent em território de possibilidades outras de criação. Ao desejo, nada falta. Compreendendo isso, transformar, mesmo que violentamente, Vincent em Vera, nos possibilita enxergar na virtualidade uma possível efetuação no real, ou seja, violências são sistematicamente perpetradas contra corpos dissidentes. Todavia, Almodóvar, num toque de mestre, aparece com uma provocação: e se sobre o corpo do homem-branco-cis-hétero incidir a violência que aniquila grupos TLGBs⁵, negros e negras, populações periféricas e marginais?

Muito mais do que apresentar possibilidades de romper e escapar, a narrativa fílmica traz sucessivos elementos de denúncia dos mecanismos de incidência de poder, violência e dominação, sobretudo a partir da produção discursiva da comunidade médica. Não intento aprofundar isso nessa discussão, muito embora esteja vinculada ao objetivo proposto, qual seja pensar a sexualidade como dispositivo do biopoder e como superfície de investimento biopolítico. Evidenciar a mecânica do biopoder nos permite compreender de que modo dispositivos são arquitetados para produção de corpos enquadrados dentro de matrizes de inteligibilidade que permitem a manutenção política das relações, por sua vez buscando manter a coerência sexo/gênero/corpo e desejo.

O ataque simbólico de Almodóvar ao falo traz na vaginoplastia a incidência do saber-poder médico sobre o corpo da população. Vincent, cobaia da violência institucionalizada, é o corpo escrutinado do biopoder. Por isso, na encruzilhada do corpo, Vera/Vincent deseja escapar, seja se refabricando, se resignificando, se reatualizando. Na fronteira da violência, da vida nua do corpo sacrifício, Vincent começa a se efetuar Vera. Portanto, linha de fuga, esquiva de captura e exposição dos dispositivos da sexualidade na manutenção do sistema sexo-gênero, bem como a heterossexualidade compulsória. Aqui, Vera nos representa como corpo, lócus de incidência de poder, uma matéria inacabada, inconclusiva; corpo território político, Vera que recusa o corpo novo,

⁵ O uso da sigla TLGB diz respeito à tentativa de visibilidade de categorias que são sistematicamente excluídas do discurso e que se inserem na agenda da militância política dissidentes aos movimentos lgbtqi+, quais sejam: transexuais, travestis e transgêneros.

habita a pele de fronteira. O fantasma do corpo que foi Vincent e tornou-se Vera assombra e torna-se presença-ausência, irreconhecível de fronteira. Borra os limites ao mesmo tempo que expõe as normas regulatórias dos dispositivos de poder-saber sobre o corpo/sexo-gênero/desejo.

Ao entrar na loja, Vera/ Vincent se emociona. A sua travessia não foi livre e descompromissada, mas representou um exílio. Um exílio que capturou sua subjetividade e a encarcerou em um corpo estranho. A personagem foi um sujeito que escapou da via planejada. Extraviou-se e se colocou à deriva. Encontrou uma nova posição, outro lugar para se alojar e continuar sua caminhada. Atravessou ao longo da trama várias fronteiras. Percorreu muitos caminhos; talvez preferisse nunca ter cruzado. Muitas vezes, o ato de recusar nem sempre implica criticidade ou subversão.

Vera/ Vincent encontra-se presa entre uma multiplicidade de mundos que se colidem a todo o tempo. “A fronteira é o lugar de relação, região de encontro, cruzamento e conforto” (LOURO, 2015, p. 20). O (não) lugar que evidencia a sexualidade como dispositivo do biopoder. De Vera é demandada a submissão a inúmeros tipos de violência e exploração do corpo, sob o argumento de que “sua vida depende disso.” Terra de Vera Cruz, para jogar o jogo discursivo e pensar a metáfora do território colonizado, dominado, que a biopolítica não cessa de reatualizar.

Na sequência final, depois de atirar no peito de Robert Ledgard, Vera faz questão de deixar claro que não é Vera, mas sim Vincent. Nesse sentido, reforça a construção da subjetividade masculina, fixando para si uma essência de um corpo que um dia lhe pertenceu. Assim, evoca outro rosto, outra subjetividade, outro corpo, que, construídos dentro do sistema sexo/ gênero, agora aterrorizam e apavoram Vera/ Vincent, que se sente dentro de uma clausura eterna, tentando lidar com a identidade que não condiz com seu corpo, com a subjetividade que não comporta seu desejo.

Quando identificamos e nomeamos, necessariamente excluimos tudo aquilo o que escapa àquela subjetividade, àquele corpo e àquela identidade que se pressupõe essencial e natural. Se se tratam de práticas, é preciso realocar o sujeito desviante, “anormal”, dentro das normas regulatórias. Se se trata de corpo, sexo, gênero, é imprescindível dar coerência a essa tríade, de maneira que correspondam, necessariamente, uns aos outros. Nessa medida, a identidade é tanto um conceito quanto um elemento de constituição do sujeito que se apresenta problemático, uma vez que se pretende homogeneizar e unitizar tudo aquilo que se compreende e se enxerga enquanto multiplicidade.

Esse desacerto evoca uma não humanidade do nome dito “próprio”, de maneira que ao apontar o nome próprio como algo não humano, mas que só pode pertencer ao “homem”, Derrida desloca a ideia de que a linguagem verbal é o atributo mais humano do “homem”, o que diferenciaria hierarquicamente o homem do animal, argumento que institui uma fronteira com a ilusão de pensar que o ser humano é superior, ao pressupor a supremacia da racionalidade como qualidade humana. Isso, por sua vez, se constitui em um tipo de humanismo que não faz nada além de interditar e excluir os modos de vida que não são hegemônicos e caracterizar e determinar o que é normativamente humano ou “próprio” do homem.

O encontro não pressupõe conforto. A personagem Vera/Vincent não se contenta e se conforma com a ideia de o corpo ser via de passagem, ser estadia provisória. Vera não é um sujeito nômade, que segundo Braidotti (2000) é uma ficção política e uma figuração, que se distingue do migrante e do exilado. Contudo, Vera é uma personagem que transgride gênero e sexualidade, descortinando representações de corpo emblemáticas para a contemporaneidade. Não se coloca aqui como um novo ideal de corpo, de sujeito, não há intenção de produzir uma nova referência.

A visibilidade e a materialidade desses sujeitos e corpos parecem ser significativas justamente por elucidarem o caráter inventivo, cultural e instável de todas as identidades. São significativas, por ventura, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicidade de formas de performatizar os gêneros, construir corpos e sexualidades. Mais que isso: encontrar modos de vida vivíveis, a partir da análise teórica.

Concluir ou não concluir... Eis a questão

Na construção de uma história contemporânea, é possível, a partir das “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1994) como o cinema de Pedro Almodóvar e as películas que nos provocam até o arrepio do último fio de cabelo da nuca, que o sujeito consiga perceber modos ativos de subverter os arranjos normativos de gênero e de corpo. É fundamental ressaltar que a discussão de gênero aqui feita não parte da referência biológica, mas das possibilidades de experimentação e performances de gênero dos sujeitos em suas práticas cotidianas. A atenção histórica que se dá ao corpo traz para o centro da civilização material modos de vida, tecnologias e as contradições existentes na dispersão dos sujeitos. Coloca em cena o homem “vivo” de carne e osso. Deslocar sentidos fixos e engendrados do corpo se faz imprescindível, ao passo que é possível mapear a emergência do universo sensível e simbólico, entrelaçando a dança dos corpos materiais, transeuntes e físicos, entendendo, por conseguinte, como os atos mais “naturais” são fabricados pelas normas que regulam as relações sociais.

Assistimos, ressaltamos, na historiografia contemporânea, a celebração das singularidades sem sujeito, que se articulam, se agenciam e criam dispositivos que expressam as diferenças que constituem um movimento de devir constante para a condição humana. Tentar pensar uma genealogia do corpo, da sexualidade, do gênero e do próprio humano implica, necessariamente, pensar um mundo de multiplicidades, o que supõe eliminar as hierarquias, produzir relações transversais, feitas sempre no mesmo nível.

De acordo com Foucault (1988), na fabricação do elemento imaginário que é ‘o sexo’, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo – desejo de tê-lo em discurso, formulá-lo em verdade. Ele constituiu ‘o sexo’ como desejável. Robert, ao tentar encarcerar Vincent no corpo Vera, atua como o próprio dispositivo da sexualidade que garante ao biopoder o controle da vida, a garantia da vida em seus cálculos, em seus termos e condições. Todavia, o corpo pode, plástico, se ampliar e alcançar formas que escancaram a produção incessante de máquinas controláveis, de desejo, sexo, corpo e gênero. Vera rompe, denuncia, explode.

Cria um corpo desorganizado, um corpo-potência, uma monstruosidade que revela profunda admiração e terror para o grande olho da razão moderna cartesiana. Toda criação envolve fazer e desfazer. Vincent, desfeito em último ato, diz para Cristina que é preciso que ela creia no que diz. Vera/Vincent trava essa guerra, no campo da linguagem aniquiladora, porque seu corpo é o próprio campo de batalha. O que há de mais belo se não isso? Morrer e nascer. (Re)Nascimento. (Re)Existência. A potência da diferença, do devir é colocar esses corpos em cena, como faz Pedro Almodóvar na ágora contemporânea, que são as ruas. Aqui vemos condensadas várias experiências de tempo, de espaço e de ser. À resposta de Espinosa/Deleuze, digamos: seremos a própria máquina de guerra. A inspiração de Vera/Vincent nos convida a travarmos esse revide de uma vida mais digna. Somos o próprio plano de imanência, linhas de fuga. Por afetos mais felizes e potentes.

Fonte

ALMODÓVAR, Pedro. *A pele que habito*. [Filme-Vídeo]. *La piel que habito*. Espanha, Buena Vista International/El Deseo S.A. 2011. DVD. Drama. Música: Alberto Iglesias. 117 minutos.

Referências

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, 2003.

- DE LAURETIS, Teresa. *A tecnologia do gênero*. Trad. de Susana B. Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. de Sueli Rolnik, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Clair. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção os Pensadores).
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 12-14.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: PUC Rio; Contraponto, 2010.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século 20*. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. *Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-119.
- JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 01-21.
- LOURO. Guacira L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MATESCO, Viviane. *Corpo, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb*. Brasília, v. 8, n. 1/2, p. 47-86, 2000.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. *Michel Foucault: Sexualidade, Corpo e Direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 69-104.
- SANT'ANNA, Denise Berluzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SANTAELLA, Lucia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- SPINK, Mary Jane Paris; GIMENES, Maria da Glória G.. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901994000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2020.

Nota de autoria

Paul Jardim Martins Afonso é doutorande em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). Citado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (PPGH-Unimontes). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes (2013). Membro do Laboratório de Pesquisas e Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC). Tem experiência na área de Teoria da História, História Contemporânea, Corpo, Gênero, sexualidades e mídias audiovisuais. E-mail: paula_jardim@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

AFONSO, Paul Jardim Martins. O fantasma do corpo: a sexualidade como dispositivo do biopoder em A pele que Habito (2011). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 146-163, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 14/08/2020.


Modificações solicitadas em 28/09/2020.

Aprovado em 16/11/2020.

Black American Colonization in the Brazilian Amazon: Colored bodies in motion¹

Colonização Negra Americana na Amazônia Brasileira: Corpos de cor em movimento²

Marcia Esteves Agostinho

 <https://orcid.org/0000-0001-6425-3304>
University of Rochester, NY

Abstract: In the 1860s, when post-emancipation debates reached transnational significance, Brazil and the United States were the only two countries in the Americas where slavery was still legal. While Brazil was recognized as a place where “colour is no obstacle to advancement” (CHRISTIE, 1865, 78), the United States witnessed the emergence of the belief that “the races cannot live together in a state of freedom” (WEBB, 1853). Considering that context, the fortuitous encounter of a New York Times article from 1862 aroused my curiosity for it reported a project to transplant Afro-descendants from the United States to the Brazilian Amazon. Such a project remained virtually ignored by the Brazilian historiography, except for the book published by Nícia Vilela Luz in 1968, denouncing the American intentions to colonize the Amazon. Although the so-called “negro colonization” project never yielded an official proposition to the Brazilian government, it still deserves examination. I argue that, in the present context of global exchanges and migrations, this historical event gains new relevance. The intention of transferring an entire category of the population from one national territory to another raises questions about citizenship and national sovereignty. At the same time, it opens the opportunity for a transnational approach that can illuminate otherwise unseen aspects of migrations.

Keywords: Black colonization. Amazon. Amalgamation. African diaspora.

Resumo: Na década de 1860, quando os debates pós-emancipação alcançavam significado transnacional, o Brasil e os Estados Unidos eram os únicos países nas Américas onde a escravidão ainda era legal. Enquanto o Brasil era reconhecido como um lugar onde “a cor não é obstáculo para o avanço” (CHRISTIE, 1865, 78), os Estados Unidos testemunhavam o surgimento da crença de que “as raças não podem viver juntas em estado de liberdade” (WEBB, 1853). Diante desse contexto, o encontro fortuito de um artigo do New York Times de 1862 despertou minha curiosidade, pois relatava um projeto de transplante de afro-descendentes dos Estados Unidos para a Amazônia brasileira. Tal projeto permaneceu praticamente ignorado pela historiografia brasileira, a não ser pelo livro publicado por Nícia Vilela Luz em 1968, denunciando as intenções americanas de colonizar a Amazônia. Embora o chamado projeto de “colonização negra” nunca tenha rendido uma proposta oficial ao governo brasileiro, ele ainda merece ser examinado. Defendo que, no atual contexto de trocas e migrações globais, esse evento histórico ganha nova relevância. A intenção de transferir uma categoria inteira da população de um território nacional para outro levanta questões sobre cidadania e soberania nacional. Ao mesmo tempo, abre a oportunidade para uma abordagem transnacional que pode iluminar aspectos das migrações que de outra forma seriam ignorados.

Palavras-chave: Colonização negra. Amazonas. Amalgamação. Diáspora africana.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ This work is part of a broader research project that aims to understand the feeling of *Brazilianess* through the lens of the History of Emotions.

² The expression “de cor” is used here as reference to how people of African descent were customarily identified in Brazil in the nineteenth century.

Recently arrived in Rio de Janeiro, in October 1861, General James Watson Webb was invited to a game night at the Russian embassy. Partnering with the British minister against the team formed by the host and the Prussian minister, he tried to get a sense of what it meant to represent the interests of powerful nations in that exceptionally tropical monarchy. He was proud of his title “American Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Brazil,” which he would maintain from that year until 1869. However, his long career as a journalist and editor of the *New York Courier and Enquirer* had not prepared him for the challenges he would face in the new diplomatic career.

The controversy over slavery, which had just led to the start of the Civil War in his own country, delayed the assumption of Webb’s duties. When preparing his official presentation speech, the impetuous general insisted in replying to the remarks that his predecessor – a southern cause sympathizer – had made when leaving the American embassy in Rio, during the parting interview with the emperor. Webb felt the urge to refute the statement that the institution of slavery established “an affinity” between the two countries. After all, in his view, slavery was not a national institution in the United States. Although informed by the Brazilian foreign minister that “any reference to slavery would be embarrassing to the emperor, particularly on the occasion of a full-court,” the new American minister to Brazil stubbornly insisted on the hot topic. After weeks of arguing with the Brazilian government, Webb consented to rewrite his official speech (HILL, 1932, p. 147-148).

Soon, Webb would understand that slavery, and particularly slave trade, was a controversy that could even break off diplomatic relations. On that warm October night, with no intention whatsoever, he aggravated a transnational crisis involving his game-partner, the British minister named Christie. Sitting at that green felt table, friendly welcomed among his fellow ministers, Webb criticized his game-partner’s play, and felt offended by the rude response from Mr. Christie, who had supposedly said: “You talk too much” (THE TIMES, 1863). The animosity that started on the basis of “personal differences” between the two diplomats is well documented in the newspapers, including a 63-pages letter by Webb recounting the chronology of the events.³ Such personal dispute would reinforce the negative image of the British diplomat – “a rather impetuous and tactless man, ill-suited for diplomacy and particularly for such a post” – who already had to deal with sensitive questions of state, such as the British pressure on Brazil to abolish slavery (ALLEN, 1978, p. 21). The set of incidents that became known as “the Christie Issue” resulted in the interruption of diplomatic relations between Brazil and Great Britain from 1863 to 1865, and “ended in a diplomatic victory for Brazil.”⁴

In the 1860s, when post-emancipation debates reached transnational significance, the United States and Brazil were the only two sovereign countries in the Americas where slavery was still legal.⁵ At that time, Brazil was internationally recognized as a place where “colour is no obstacle to advancement” (CHRISTIE, 1865, p. 78). The United States, however, witnessed the emergence of projects for Afro-American emigration out of the belief that “the races cannot live together in a state

³ J. Watson Webb, “A Letter from His Excellency J. Watson Webb, United States United States Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary in Brazil to J. Bramley-Moore, Esq., M.P. In Reply to a Statement in the “Times” Newspaper by His Excellency W.D. Christie 1863.” *The Times*, London, Issue 24553 (May 08, 1863), 12.

⁴ “In December 1862, William D. Christie, a particularly arrogant and overbearing British minister, who had already irritated the Brazilian government by consistently championing the cause of the *emancipados*, *Africanos livres* and slaves illegally imported since 1831, authorised a naval blockade of Rio de Janeiro as a reprisal for the failure to pay compensation for the plundering of a British vessel *The Prince of Wales* after it sank off the coast of Rio Grande do Sul in June 1861 and the alleged mistreatment of three British naval officers of HMS *Forte* accused of misconduct on the streets of Rio in June 1862. It lasted only six days and only five Brazilian merchant vessels were seized. But the Brazilian government regarded it as unacceptable ‘aggression’, and in May 1863 broke off diplomatic relations with Britain. Christie, criticised by the British community in Rio, by commercial interests in Manchester and London and by the opposition in parliament, was withdrawn. After arbitration (in Brazil’s favour) by Leopold II, king of Belgium and mediation by the king of Portugal, diplomatic relations were restored in September 1865 when Edward Thornton, the British minister in Buenos Aires, conveyed the apologies of Queen Victoria to D. Pedro II at Uruguaiana, where the emperor was visiting Brazilian troops at the start of the Paraguayan War (1864–70). Thus, the ‘Christie affair’ ended in a diplomatic victory for Brazil.” Bethell, Leslie. “Britain and Brazil (1808–1914).” In: *Brazil: Essays on History and Politics*, 57-92. London: School of Advanced Study, University of London, 2018, 79. For a version of “the Christie Issue” from his own perspective, see Christie, William Dougal. *Notes on Brazilian Questions*, 1865.

⁵ In 1862, Cuba was still under the Spanish dominion.

of freedom” (WEBB, 1853).

This research was motivated by the fortuitous encounter of a New York Times article dated December 28, 1862. Its curious headline said: “Negro Colonization. Brazil Proposed by Our Minister as a Field for Colonization. Interesting Dispatches from J. Watson Webb” (NEW YORK TIMES, 1862). The article reported a project, conceived by the American minister to Brazil during the Civil War, to transplant Afro-descendants from the United States to the regions of the Brazilian Amazon.

Although the black colonization project has never yielded an official proposition to the Brazilian government, it reveals much about slavery and racial relations in both countries. I argue that, in the present context of global exchanges and migrations, this historical event gains new relevance. The intention of transferring an entire category of the population from one national territory to another raises questions about citizenship and national sovereignty, at the same time as it opens the opportunity for a transnational approach that can illuminate otherwise unseen aspects of the problem of populations’ transfer.

“Negroes are not citizens of the United States”⁶

While it was ever clearer that slavery was an anachronistic and morally condemnable system, economic interests still played a considerable role in the confrontation between plantation owners and abolitionists in both the North and the South Americas, and doubts about the aftermath of a future emancipation represented additional problems. For Brazil, a mixed-race country where there were as many free people of African descent as people deemed white,⁷ the Constitution recognized Brazilian-born free and freed persons as citizens, regardless of race.⁸ Thus, the main issue was the transition of a slave-based economy to a waged labor model. For the United States, there was additionally the concern about the destiny of the almost four million black people who would be suddenly freed, and for whom citizenship had been denied by the Supreme Court in 1857. The decision in the Dred Scott case was clear: “no black person” – enslaved, freed, or free-born – was a citizen of the United States (JONES, 2018, p. 14).

Dred Scott was an emblematic legal case, to which Chief justice Roger Taney responded with a jurisdictional ruling “on the basis of his race” with “twenty one separate references to either black inferiority or white superiority” (ALLEN, 2006, p. 160). Jones (2018, p. 13) argues that Taney’s decision “reflected the tensions that free African Americans generated in Baltimore.” That was the city where he lived, and which was also home to “the nation’s largest free black community.” Only after the Civil War had ended slavery, the Fourteenth Amendment would state that all people born in the United States are citizens, no matter if they were born free or freed from formerly enslaved conditions. However, soon the threat of forced removal would be replaced by racial segregation. As Allen (2006, p. 176) summarizes, “American law, since the founding of the republic and more intensely thereafter, sought the continued subordination of free blacks.” In the antebellum period, citizenship was very much a matter of race, going beyond the condition of bondage. That was the historical context in which Webb developed his ideas.

Years before becoming a diplomat, general Webb had already expressed such preoccupation with the future of freed slaves in an article from 1853, in which he affirmed that “the races cannot live together in a state of freedom” (WEBB, 1853). As a competent journalist, he was in tune with the anxieties of the society, out of which many projects for Afro-American emigration had emerged since

⁶ “WHO ARE NEGROES? – Chief Justice Taney Decides in the Dred.” Weekly Vincennes Gazette, April 1, 1857, Vincennes, IND. sec. XXVI.

⁷ As Sidney Chalhouh notes, “the free population of 4,245,428 people of African descent represented 42.7 per cent of the inhabitants of the country, just about the same number of people deemed white in the 1872 census.” p. 406.

⁸ Celia Maria Azevedo (2005, p. 297) draws attention to the fact that, in the early nineteenth century, “the word race was yet far from being instilled in one’s mind as a scientific truth either in biological or cultural terms.” Furthermore, she argues that “the struggle against ‘prejudice of color’, and in defense of citizenship, pointed toward the rejection of the public recognition of ‘race’.”

the early 1800s. Liberia, the colony established in West Africa in 1822, is the most well-known case of the effort for black colonization, even though places like Canada, Mexico, Central and South America, Haiti, Sierra Leone, in different degrees, had also been considered as possible migration destinations (EVERILL, 2012). It does not mean, however, that all these countries were receptive enough to make the plans work.

The Haitian government, motivated by the deficit of skilled labor, set up a scheme in 1824 to recruit black Americans, which included paying for their transportation and granting them land (TAYLOR, 2002, p. 288). In 1829, Canada was also receptive to the about 2,000 Afro-Americans who left Cincinnati. Their legal status was guaranteed and, therefore, their land ownership was respected. The Afro-American Canadian colony went well until the late 1840s, when Irish settlers moved to the same area (TAYLOR, 2002, p. 297). Nevertheless, many were the cases of rejected Afro-American colonies. The New York Daily Tribune informed in December 1862 that the United Kingdom declined the American government's proposition of "voluntary colonization of Americans of African descent in the British colonies." The same article expressed the "serious fears seemed to be entertained by the people of Nicaragua that the President intended establishing a colony of free colored persons in some part of Central America" (NEW YORK DAILY TRIBUNE, 1862). In his Annual Message to Congress in 1862, President Lincoln confirmed that "Liberia and Hayti" were, so far, "the only countries to which colonists of African descent from here, could go with certainty of being received and adopted as citizens" (LINCOLN, 1946, p. 668).

It is worth mentioning that discussions about deportation to Africa were not absent in Brazil. Indeed, motivated by the Malê revolt, led by African-born slaves in 1835 (REIS, 2019), the province of Bahia passed a law that made legal the repression of freed Africans suspected of "promoting slave insurrection", including their "re-exportation" (SILVA, 2010, p. 102). The demographic profile of the province's capital, Salvador, may suggest the intensity of the panic caused by the revolt. There, 78 percent of the population was black or mixed, and "among the slaves, the vast majority (63 percent) was born in Africa" (REIS, 2019, p. 186). Yet, the threat to security that such a large foreign population represented was not the only reason for sending Africans back to Africa. Since the abolition of the Atlantic slave trade in 1831, the Brazilian government had needed to deal with the problem of the Africans illegally brought to the country. Thus, Bahian law targeted both the freed Africans and the individuals imported as slaves after the prohibition of 1831.

In Brazil, the deportation of Africans was a solution for a dual problem of internal security and international affairs. Whereas in the USA, it made part of a rhetoric of the need to segregate races. If in one country it was a political issue, in the other it was explicitly racial. This does not mean that Brazil was immune to the racial ideal of Anglo-American philanthropism. Proof of this is the periodical *O Philantropo*, which circulated in Rio de Janeiro between 1849 and 1852. Its aim was "to combat slavery and indicate the means of its extinction." In this context, following the American example in Liberia, it defended the colonization in Africa with freed slaves from Brazil (*O PHILANTHROPO*, 1849). Recently, historians have shown that this periodical received ideological and financial support from British organizations (RE, 2017; KODAMA, 2008). Still, black colonization did not have much repercussion in Brazil, given the limited space this idea received in the Press. The few articles published about this subject remarked "the hatred that reigns in America between the white and colored population" (*DIARIO*, p.2) or the Northern "antipathy" (*O CORREIO DA TARDE*, p. 1) as motives for both parties wishing to separate. Even though the proposition of racial segregation may have been unappealing or inapplicable in the country, *O Philantropo* contributed to the intertwining of the notions of race and nation (KODAMA, 2008, p. 426).

Webb was probably aware that the debate on "African colonization" in the Brazilian context implied transferring the black population in the opposite direction envisioned by the American Colonization Society. Under that expression, what was discussed was the free African immigration to replace the slave labor in the country. The Brazilian Parliament addressed that possibility in 1843

when both European and free African settlers were considered (ANNAES, 1843, p. 741). In the following decades, the debate extended to newspapers' pages. Some periodicals defended this alternative (O PAIZ, 24 de abril de 1860, p. 1), while others highlighted the impossibility of putting African colonization into practice, for the risk of being interpreted as disguised slave traffic and provoking British retaliation (O REGENERADOR, 10 de abril de 1860, p. 1). In this debate, those who advocated a "Brazilian colonization" also considered European immigration unwanted (O REGENERADOR, 21 de abril de 1860, p. 2). That situation might have made Webb believe that his project had some chance of being accepted.

Besides, regarding racial relations, the Brazilian stance seemed to be similar to that of Canada. In response to a consultation on the prospects to black Americans settling in that country in 1829, the Lieutenant Governor of Upper Canada said: "We royalists do not know men by their color. Should you come to us you will be entitled to all the privileges of the rest of his majesty's subjects" (JAY, 1853, p. 377-378). Such a statement suggests an opposition between the American (republican) and the Canadian (royalist, monarchist) attitudes regarding race, which the example of Brazil (at that time, a monarchy) seems to reinforce. The South American country was recognized by the American press as a place "where already the social distinctions between the white and black races which once existed have been nearly eradicated" (NEW YORK DAILY TRIBUNE, 1862). Even Mr. Christie, that "particularly arrogant and overbearing British minister," confirmed it. (BETHELL, 2018, p. 79). He asserted that "there is no doubt, as stated by the reviewer, that colour is no obstacle to advancement, and the free-born son of an emancipated slave may attain to any position, if he has merits and abilities, and fortune favours him" (CHRISTIE, 1865, p. 78).⁹

Recently arrived in the country, Webb could rely only on travelers' and diplomats' opinions to make sense of the racial feelings in Brazil. If the near eradication of "the social distinctions between the white and black races" was true, how receptive would Brazil be to the idea of taking black immigrants from the United States as its own citizens? Why would the United States prefer to deport their freed slaves instead of assimilating them into the waged workforce? These are the questions that guide the present research, which is motivated by the New York Times article from 1862 that revealed to the public Webb's plan to set up a colony in Brazil to relocate the undesired Afro-American population (NEW YORK TIMES, 1862).

In his first months as a minister in Rio de Janeiro, Webb mistakenly assumed that, because of the growth of coffee plantations in the Southeast, "the fact that the slave population is on decrease instead of increase, as with us [the United States], [...] is rapidly depopulating the northern provinces of the empire" (NEW YORK TIMES, 1862). Based on this premise, it occurred to Webb that the labor question of Brazil might be "auxiliary to our own [of the United States] difficulty in disposing of the free negro" (NEW YORK TIMES, 1862). Thus, the general came up with a supposedly win-win solution: a project to transplant freed slaves from the United States to the Amazon regions. Webb's scheme consisted of a "joint-stock colonization company," to which the manumitted slaves would work as "apprentices" for three years. At the expiration of that term, the black migrants would become citizens of Brazil. Besides the remuneration, as a company stockholder, on the labor of hundreds of thousands of people during the years of apprenticeship, Webb expected to be rewarded with the appointment as president of the company. (HILL, 1932, p. 160-161).

Webb believed it was "quite impossible that the Government of Brazil could hesitate" to sign a treaty that would benefit all. From his perspective, without expending any amount of money, the country would solve its labor problem and would be free from the risk of slave insurrections. Theorizing on the differences between the Africans who had been sent to North and South America, Webb argued that Brazil had been supplied with "a very superior race," which is "a fierce, warlike and intellectual people, to whom slavery is as much a burden as to many of the Caucasian races." Therefore, in his view, Brazil would profit from receiving the black people from the United States –

⁹ For a recent study on social mobility in early nineteenth-century Brazil, see DANTAS and DOUGLAS (2020).

“an ignorant and servile people” who yield themselves naturally to servitude” (NEW YORK TIMES, 1862).

Webb’s black colonization project remained virtually unknown to the Brazilians until 1968, when the historian Nícia Vilela Luz published a book denouncing the American intentions to colonize the Amazon (LUZ, 1968).¹⁰ Influenced by the zeitgeist of the Cold War, Luz was interested in the project’s implications for national sovereignty. After all, the opening of the Amazon river for free navigation was a realistic threat to Brazil, especially since the American “government’s interest was an outgrowth of the expansionist fever” (HILL, 1932, p. 218). Webb’s project was inspired by the Navy officer and scientist Matthew Maury’s suggestion that “the free navigation of the Amazon is the greatest commercial boon that the people of the South and West— indeed that the people of the United States can crave” (Cited by HILL, 1932, p. 219). In 1850, in the midst of British pressure against the slave traffic, Maury argued that the Amazon Valley was a “safety valve” where US slaveholders could settle. In his words, “That Valley is to [be] the safety valve for our Southern States, when they become over-populated with slaves, the African Slave Trade will be stopped, and they will send their slaves to the Amazon. Just as the Mississippi Valley has been the escape valve for the slaves of the Northern, now free, States, so will the Amazon be to that of the Mississippi.” (Cited by HORNE, p. 114). Like the Americans Maury and Webb, the English Edward Haslewood also defended the colonization of the Amazon valley (SOARES, 1970, p. 76).¹¹ Nevertheless, it is curious that foreigners’ projects to occupy the Amazon received very limited public attention in Brazil.

Suspicion about American expansionist intentions would be more than enough reason for Brazil to decline a proposition like the black colonization envisioned by Webb. However, it is still worthy of examining such a project, not only from the geopolitical but especially from the human perspective. That is why, instead of focusing on the word “Amazon,” the present paper is interested in the word “Negro.” Therefore, while the 1968’s analysis of Webb’s project privileged geopolitical aspects, the present study is related to the topic of racial relations and citizenship. In this sense, it is worth of considering the mentalité that gave birth to the “negro colonization” project, looking at the main characters involved in its conception.

Slavery and the threat of Amalgamation

The collaboration and beliefs shared by general James Watson Webb, the American minister to Brazil, and William Henry Seward, secretary of state during Lincoln’s government, are key to understanding the circumstances that led to a black American colony project in the Amazon in 1862. As a strong anti-slavery leadership, Seward had run for the Republican presidential nomination in 1860 against the more moderate Abraham Lincoln. Seward lost but became responsible for the country’s foreign affairs, imprinting his mark on American diplomacy. In the case of Brazil, he counted on his friend, general Webb, whose influence as a newspaper editor had supported Seward’s political ambition (HILL, 1932, p. 146).

In a speech delivered in the senate, in 1860, Seward showed his radical face when denounced the ‘irrepressible conflict’ between the slave and the free labor systems. Although they “have existed in different States, but side by side within the American Union... these antagonistic systems are continually coming into closer contact, and collision results.” For him, it was “an irrepressible conflict between opposing and enduring forces, and it means that the United States must and will, sooner or later, become either entirely a slave-holding nation, or entirely a free-labor nation” (SEWARD, 2018). The domestic audience was not so receptive to this tone, which apparently

¹⁰ Search remade on 10/15/20, in the Hemeroteca Digital, referring to the period from 1860 to 1869, with the keywords “Amazônia”, “negros norte-americanos”, “ministro norte-americano”, “colonização negra”, “colonização africana”, “Abrantes”, “colonos amazonas”, “sociedade de colonização” did not return any result that demonstrates this event’s repercussion in the Brazilian press.

¹¹ On the international interest in Amazon in the nineteenth century, see: PALM (2009) and SOARES (1970).

hurt his chances for the presidential nomination that year.

Considering Seward's duties as secretary of state, his opinions about the causes and effects of slavery would have sounded even more radical and offensive if addressed to audiences from Latin America. In Seward's opinion, slavery's "legitimate fruits are seen in the poverty, imbecility, and anarchy which now pervade all Portuguese and Spanish America" (SEWARD, 2018). He suggested that the United States did not have the same fate as the Latin American countries because "the free-labor system is of German extraction, and it was established in our country [United States] by emigrants from Sweden, Holland, Germany, Great Britain, and Ireland. We justly ascribe to its influences the strength, wealth, greatness, intelligence, and freedom, which the whole American people now enjoy" (SEWARD, 2018). Seward clearly condemned all Latin populations to poverty, imbecility, and anarchy. He understood the presence or absence of slavery in hereditarian terms, transferring the responsibility for the adoption of that institution to past generations and to other cultures. By doing so, even though he denied the agency of all contemporary peoples, he preserved the dignity of "the whole American people" who enjoy strength, wealth, greatness, intelligence, and freedom.

General Webb, as a long-time supporter of Seward political career, expressed similar opinions about slavery, however in a more direct style. He was convinced of the necessity of getting rid of not only the institution of slavery dominant in the South but also of the black population once it was abolished. Even before having government credentials, in 1853, Webb had appointed himself as "a fair representative of the Press of the United States," taking leave to approach domestic and foreign policy in the English Press. He, then, had declared: "Be assured that we shall get rid of slavery as rapidly as we constitutionally can, and that we shall never permit Cuba to pass out of the possession of Spain, or become a republic of free negros, while we have the power to prevent it." In a letter to the editor of *The Times*, Webb had expressed his belief that "there is not a man in [his] country...who does not consider slavery a curse to the slaveholder and the States in which it exists" (WEBB, 1853).

The previous passage reveals Webb's point of view and his assertiveness, which would later manifest on many occasions during his stay in Brazil. First, when he insisted on addressing the issue of slavery in his official presentation to D. Pedro II, ignoring the advice of the Brazilian foreign minister that it would cause embarrassment to the emperor (HILL, 1932, p. 148). Second, Webb "refused to learn Portuguese, regarding Brazilians as an inferior race," making evident his disdain for a slave Monarchy, populated by a mixed-race people (CROUTHAMEL, 1960, p. 415). Considering the attitudes of a man who was already "confirmed in the conviction that slavery is ... utterly demoralizing to the people who tolerate it," one can imply how offensive Webb's ideas might have sounded to the Brazilian audience (WEBB, 1856). After leaving the embassy in Rio, in 1869, Webb would be remembered by the members of the Brazilian parliament as someone who "looked more like a private interest agent than a political representative of the great republic of the United States" (ANNAES, 1870, p. 236).

As James Watson Webb's biographer James Crouthamel affirmed, "Webb favored emancipation only if the freedmen were removed from the United States." Such an attitude illustrates the fact that being an abolitionist does not necessarily imply empathizing with the enslaved people. Likewise, one should not assume that those who fought for the end of slavery would defend the transformation of slaves in their fellow citizens. Ideological, as much as material, reasons motivated not only the American ambassador but also millions of Southern and Northern citizens to support the freed black population's deportation. In Crouthamel's words, "Webb's nationalism, carried to the extreme of racism, was a trait he shared with many Americans in that optimistic age" (CROUTHAMEL, 1960, p. 418).

In the mid-1800s, material and ideological conditions converged to make the United States rethink their concept of citizenship. That was an age of intense economic growth and technological

transformation when the industrial growth of the Northern states conflicted with the slave-based commercial agriculture of the South. Almost one decade prior to the Civil War, a Southern review discussed what was considered an “excessive slave population,” which had doubled from 1820 to 1850 and was predicted to reach four million slaves by 1860, while the limits of the slave territory were fixed. The article suggested that Northern states were acting against their own interests by attempting to impede the slavery expansion into new territories. “The rapid increase in the number of slaves will compel the southern people to employ their slaves in the manufacture of such articles that are now made exclusively in the northern states.” However, the transformation of slave labor in a direct competitor of northern cheap white labor is more than a threat to the North. It is the proposed “remedy” to “the alarming evils of a rapidly and fearfully increasingly slave population” (DE BOW’S REVIEW OF THE SOUTHERN AND WESTERN STATES, 1852, p. 182).

One may ask: What was such an “alarming evil” of an increasing slave population? In economic terms, it seems that the people in the South should not perceive the competition with white labor as nothing but an advantage. In this case, an excessive slave population would be “evil” only from the Northern perspective. So, what would be equally disturbing to the entire country? Abraham Lincoln gave us the answer in his speech at Springfield, Illinois, on June 26, 1857: “There is a natural disgust in the minds of nearly all white people, to the idea of an indiscriminate amalgamation of the white and black races” (LINCOLN, 1946, p. 359).

Based on Lincoln’s words, one may infer that, at that time, “a natural disgust” to amalgamation was an emotion shared with many Americans – who were “horrified at the thought of the mixing of blood by the white and black races.” In that speech at Springfield, Lincoln said that “a very large proportion” of the members of the Republican party were for the idea defended by him that “the separation of the races is the only perfect preventive of amalgamation.” Lincoln continued: “Such separation, if ever effected at all, must be effected by colonization” (LINCOLN, 1946, p. 364).

Later, as president of the United States, Abraham Lincoln addressed, once again, the black colonization issue in his Annual Message to Congress on December 1, 1862. He recommended the following article as an amendment to the Constitution: “Congress may appropriate money, and otherwise provide, for colonizing free colored persons, with their own consent, at any place or places without the United States.” When proposing the provision for colonization, Lincoln reaffirmed: “I strongly favor colonization.” His justification is very pragmatic. “With deportation, even to a limited extent, enhanced wages to white labor is mathematically certain. [...] Reduce the supply of black labor, by colonizing the black laborer out of the country, and, by precisely so much, you increase the demand for, and wages of, white labor.” Although “the subject is presented exclusively in its economical aspect,” Lincoln’s words spoke to the ears of those who believed that new homes could be found for free colored persons “in congenial climes, and with people of their own blood and race” (LINCOLN, 1946, p. 679-687).

The “Negro Colonization Project”

Soon after presenting his credentials in Rio de Janeiro, James Watson Webb “perceived by allusions in the public Press... that the President, in suggesting the means to carrying out the gradual manumission of the negro, alludes to the necessity of obtaining a place of colonization for the persons manumitted” (NEW YORK TIMES, 1862). Although Webb did not mention his source, it is a fact that the colonization issue was present in the newspapers. On January 13, 1862, for instance, the Daily National Republican reported that Governor Blair, of Michigan, had introduced a bill in the House of Representatives containing “provisions in respect to the colonization of negroes.” That newspaper also reported that “the President shall acquire in Mexico, South America, Central America, or islands in the Gulf of Mexico, lands, or the right of settlement on lands, to which emancipated slaves shall be transported” (DAILY NATIONAL REPUBLICAN, 1862).

Although acknowledging the “wisdom” of the president’s suggestion, Webb knew that its

execution might “be attended with difficulties so embarrassing as, in a measure, to defeat the object in view.” Thus, after some study, he elaborated a project that he believed would be worth the consideration of investors and of the two governments. As if he had “discerned the finger of God pointing to the northern provinces of Brazil as the land of promise” Webb believed he had found the perfect new home for “the negros” from America (NEW YORK TIMES, 1862). After all, Brazil was a country “in congenial climes, and with people of their own blood and race” (LINCOLN, 1946, p. 679-687).

On May 20, 1862, Webb dispatched the project to Seward, the secretary of state, who then submitted it to President Lincoln. When it first came to public, Webb’s project was briefed by press as

[...] a treaty by which all the free negroes of our country shall be transplanted to the regions of the Amazon, at the expense of the United States, and there endowed with land gratuitely by Brazil, and at the expiration of a term of years become citizens of Brazil, with all the rights and privileges of the free negro population of the Empire, all of whom, by the Constitution, are the recognized equals of the white man, and equally eligible with him to the highest office of the Empire,...(NEW YORK DAILY TRIBUNE, 1862, p. 1).

On July 21, 1862, Webb received the reply, and it was negative. Discussing the project issue by issue, Seward’s response established that most of the arguments that Webb had presented as facts were only assumptions. Seward started by saying, “you [Webb] assume that this toleration of Slavery afflicts them.” It goes on with phrases such as, “You tell me...;” “You assume that...;” “You, but perhaps erroneously...;” “You think that...,” which indicated that Webb was the one responsible for the information gathered about the Brazilian labor situation (NEW YORK TIMES, 1862).

In the dispatch of July 21, Seward recognized that “in Brazil the slave is generally the only laborer, and he is found in every province. In the United States slaves are exceptional... and found in only a section and not through the whole country.” Thus, in the face of an inevitable movement towards the end of slavery, reforms must be made with moderation. “How to practice this moderation is really the problem now to be solved respectively by Brazil and the United States” (NEW YORK TIMES, 1862).

Webb had told him about the changes in the Brazilian labor market after the abolition of the African slave-trade, which caused a rise in the prices of slaves and the scarceness of labor to meet the increasing demand for coffee. He had also argued that “owing to some cause emigration from Europe into Brazil is practically unknown...” Moreover, Webb had suggested that a presumed excess of laborers in the United States could find employment in Brazil, where they would be part of a “colonization upon most liberal principles” (NEW YORK TIMES, 1862).

However, considering that the Civil War had not facilitated the relations between the executive and the legislature and the senate, many questions involved in the proposition made by Webb “remained a subject of earnest but as yet confused discussion.” Seward expressed doubts about whether the provisions for a treaty based on executive decisions on those matters could obtain approval from the Congress. To explain that the president could not grant him permission to negotiate that treaty with Brazil, Seward recognized that “we have no right to assume that the emperor of Brazil would prefer an expelled caste from this country to other possible supplies of population for the improvement of the laboring classes of the empire” (NEW YORK TIMES, 1862).

It took seven months for the “negro colonization” project to become public. In the meantime, newspapers announced the abandonment of black colonization schemes in Central America (CENTINEL OF FREEDOM, 1862). The main reason for the failure of such schemes was apparent in what the governments of those countries intimately responded: “If we [the United States] have a class of people we desire to get rid of, they [Central America countries] do not wish to take them” (BOSTON TRAVELER, October 21, 1862).

The proposition of black colonization was never formally presented to the Brazilian

government. However, the Brazilian historian Sergio Buarque de Holanda mentioned that the emperor D. Pedro II wrote in his journal, dated June 11, 1862, that “Abrantes presented three proposals from the American minister, whose purpose was to transplant to the Amazon valley, principally, the freed negros from the United States! Abrantes is to take copies of so singular proposals and to respond to Webb as appropriate” (HOLANDA, 2017, p. 131). The expression that the emperor used in Portuguese to qualify it “as appropriate”– “como convém” – has a slightly negative connotation. Alongside with the exclamation point in the preceding sentence,¹² it indicates that, more than surprising, Webb’s project might have sounded a little offensive to the emperor. It is worth noting that Webb contacted Brazilian authorities before hearing from his superiors, therefore, without authorization. According to historian Gerald Horne, who examined Webb’s papers archived at Yale University, about two weeks later, on June 24, Marquis d’Abrantes sent a response to Webb. The proposition was rejected because “nothing of that sort may possibly be tried in our country, as we have a positive law which expressly interdicts the admittance of any freed Negroes within our limits” (Cited by HORNE, 2007, p. 6). The Brazilian Minister of Foreign Affairs justified the rejection referring to the law of November 7, 1831, which prohibited the slave trade.

Similar propositions, and the threats implicit in them, had incited negative reactions from Central America countries. As Horne notes, some countries “thought that U.S. Negroes might wind up being a Trojan horse for Washington.” He suggests that, due to the suspicions it provoked, “the scheme passed into stillbirth—and Lincoln was then poised to “evolve” to the point of accepting the continued presence of U.S. Negroes, not least since his desire to send them away was being extinguished for lack of finding a place to deposit them” (HORNE, 2007, p. 181-182). However, there were countries eager to welcome free laborers from the United States. That was the case of Dutch Suriname. Examining the Dutch-language papers of the Netherlands’ Department of Foreign Affairs, Michael J Douma suggests a different perspective on Lincoln Administration’s colonization plans. According to his findings, the U.S. government turned against the project as a reflection of a change in the American society’s perception of “the African class.” As Seward wrote to the American ambassador to the Netherlands, James Shepherd Pike, in 1864, “Now not only their free labor, but their military service is also appreciated and accepted.”¹³

Two years before that, Seward had already manifested his attention to “public opinion,” recognizing its importance to “guide” the government’s actions. Closing the document dated July 21, 1862 concerning the president’s rejection of the “negro colonization” project in Brazil, Seward alerted Webb that “We shall grow wiser every year, every month, and every day, in regard to the questions I have been considering, because public opinion will settle and guide us as occasions for our action arise” (BOSTON TRAVELER, October 21, 1862). Nevertheless, it is also possible that Washington’s decision not to make a formal proposition to the Brazilian government was, somehow, influenced by concerns with international relations and diplomacy.

Conclusion

Webb was no slave trader. Even so, he came up with a scheme that could have made him profit from mass migration. That opportunity seemed so clear as if indicated by “the finger of God” (WEBB, 1862). His initiative could serve a two-fold benefit to his country – solving the economic problem of excessive labor and the ideological discomfort of racial segregation. Moreover, the black colonization project was legitimized by official government policy. No matter the “evil” – the devaluation of wages or the threat of amalgamation –, Webb could personally profit from the

¹² Note the exclamation point, in the quotation from Holanda, in the first paragraph on page p.131 of “*Livro dos Prefácios*”: “...os negros que se libertassem nos Estados Unidos!”

¹³ “Seward to Pike, February 15, 1864, Diplomatic Instructions from the Department of State, 1801–1906,” *General Records of the Department of State*, (vol. 14, January 29, 1833–September 12, 1864), RG 56, U.S. National Archives. Cited by Michael J. Douma, “The Lincoln Administration’s Negotiations to Colonize African Americans in Dutch Suriname.” *Civil War History* 61, n. 2 (2015), 116.

situation. Behind the appearance of nationalism and philanthropy, being the agent of such an ambitious migration project was an incredibly profitable endeavor.

However, despite its seeming convergence with his nation's priorities, the colonization project was a failure. Although Webb understood why the United States would prefer to deport their freed slaves instead of assimilating them into the waged workforce, he completely misjudged the Brazilian economic and cultural reality. The anxieties of the American society regarding "amalgamation," which made the Afro-American population "undesired," justified the effort towards the "disposing of the free negro." Thus, he wrongly assumed that a country whose population was already amalgamated would naturally take "disposed" black people as its own.

Brazilian miscegenation might have blinded Webb to the geopolitical issues that would make Brazil unreceptive to black immigrants from the United States. The colonization of the Amazon valley had serious implications for national sovereignty. Hence the suspicion about American expansionist intentions. Therefore, we can conclude that Webb's black colonization project might have failed because slavery was already a dying-out economic system in the Americas, including Brazil. The kind of labor in which the Afro-Americans were skilled was not appealing to Brazil's development project. Thus, those potential migrants were seen as nothing more than an "expelled caste" from the United States. In addition to their lack of economic utility – especially if compared to skilled free laborers from Europe –, such a vast population could reach four million people, coming from an expansionist power raised earnest suspicions. It seemed like a serious threat to the recipient country's sovereignty.

Nevertheless, as Horne observes, "nations shipping huge numbers of their nationals to distant climes was not new, as the example of the poor and the Irish in the U.K. showed" (HORNE, 2007, p. 175). So, what makes this particular case relevant? As I have argued, in the present context of global exchanges and migrations, it can shed light on some aspects of the problem of populations' transfers that continue valid in the present. One aspect has to do with the opportunities for private profit, as the example of Webb illustrates, which can stimulate the organization of mass migrations. Another aspect relates to the implications for the national sovereignty of the country receiving the migrants, as the American expansion into the Amazon valley would represent for Brazil. Besides, one should not ignore the emotional aspects of this complex issue. As expressed in Lincoln's speech, amalgamation provoked disgust in the mid-nineteenth century Americans. The extent to which such a visceral feeling influenced the projects of black colonization deserves further research.

It is intriguing that Webb's Project remained unknown to the Brazilian public and hardly discussed in the American press. News about it appeared months after Webb had presented it to Seward. The expression "Interesting Dispatches" used in the headline suggests it sounded surprising for New York journalists. Moreover, the only information we have about the Brazilian government reaction is that collected by Luz in Webb's papers archived at Yale University (and not digitized) and a reference made by Holanda to D. Pedro's journal. I wonder what the interests were to keep the black colonization project confidential.

In any case, one should bear in mind that Webb's project considered transferring almost four million people to Brazil, whose entire population in 1860 was a little more than eight million (IBGE). The scale of such a deportation project draws attention to the significant pressure that it can impose on the infrastructure of the recipient territory. Finally, Black American Colonization in the Brazilian Amazon illustrates how ideologies and emotions can stigmatize specific populations, transforming them into categories of "undesired" people. More importantly, though, this historical event also shows that the process of global exchanges and migrations can be interrupted or even reverted. The failure of Lincoln's colonization plans – and the subsequent incorporation of the Afro-descendants into the American nationality – invites us to reflect on the fluidity of society's perceptions of collective identities.

References

Primary sources

Annaes do Parlamento Brasileiro (14 de agosto de 1843), 741. Biblioteca Nacional do Brasil.

Annaes do Parlamento Brasileiro (23 de junho de 1848), 265. Biblioteca Nacional do Brasil.

Annaes do Parlamento Brasileiro (28 de julho de 1870), 236. Biblioteca Nacional do Brasil.

BOSTON TRAVELER (October 21, 1862), 4.

BOSTON TRAVELER (September 1, 1862), 5.

CENTINEL OF FREEDOM, Newark, NJ (October 14, 1862), 1.

CHRISTIE, William Dougal. *Notes on Brazilian Questions*, 1865.

DAILY NATIONAL REPUBLICAN. "Mr. Blair's Plan." *Daily National Republican* (January 13, 1862), 2, America's Historical Newspapers, SQN: 14D0FC81D36C3E88

DE BOW'S REVIEW OF THE SOUTHERN AND WESTERN STATES. "Art. V. Excessive Slave Population. The Remedy". *De Bow's Review of the Southern and Western States*. XII, 2 (February 1852) *American Periodicals*, 182.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, (18 de novembro de 1850), 2. Biblioteca Nacional do Brasil.

IBGE. Estimativas da População 1550-1870. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm.

JAY, William. *Miscellaneous Writings on Slavery*. Boston: John P. Jewett & Co., 1853.

LINCOLN; Abraham. *Abraham Lincoln: His Speeches and Writings* (Cleveland: World Pub. Co, 1946).

MORNING OREGONIAN. "Negro Colonization," *Morning Oregonian*, Portland, OR (December 10, 1892), 4.

NEW YORK DAILY TRIBUNE. "Negro Colonization," *New York Daily Tribune* (December 10, 1862), 1. America's Historical Newspapers, SQN: 12CCE90C76C554F0

NEW YORK TIMES. "Negro Colonization. Brazil Proposed by Our Minister as a Field for Colonization. Interesting Dispatches from J. Watson Webb." Mr Webb to Mr Seward. Legation of the United States. Petropolis, May 20, 1862. *Correspondence of the St. Louis Democrat*. *New York Times* (December 28, 1862), 2. <https://www.nytimes.com/1862/12/28/archives/negro-colonization-brazil-proposed-by-our-minister-as-a-field-for.html>

O CORREIO DA TARDE. (6 de fevereiro de 1862), 1. Biblioteca Nacional do Brasil.

O PAIZ. "Cartas Americanas." *O Paiz* (6 de maio de 1893), 2. Biblioteca Nacional do Brasil.

O PAIZ, Rio de Janeiro, RJ (24 de abril de 1860). Biblioteca Nacional do Brasil.

O PHILANTHROPO, Rio de Janeiro, RJ (6 de abril de 1849). Biblioteca Nacional do Brasil.

O REGENERADOR, Rio de Janeiro, RJ (10 de abril de 1860). Biblioteca Nacional do Brasil.

O REGENERADOR, Rio de Janeiro, RJ (21 de abril de 1860). Biblioteca Nacional do Brasil.

PLAIN DEALER, Cleveland, OH, (January 26, 1888), 3.

PRESS, Philadelphia, PA (July 14, 1862), 4.

SEWARD, William Henry. "The Irrepressible Conflict," In Helicon (Ed.) The Hutchinson Unabridged Encyclopedia with Atlas and Weather Guide (Helicon, 2018). https://login.ezp.lib.rochester.edu/login?url=https://search.credoreference.com/content/entry/heliconhe/the_irrepressible_conflict/0?institutionId=1154

SOUTH CAROLINA HOUSE OF REPRESENTATIVES. General Assembly. Committee on Slavery and the Slave Trade. "Report of the special committee of the House of Representatives of South Carolina, on so much of the message of His Excellency, Gov. Jas. H. Adams, as relates to slavery and the slave trade." Charleston, 1857.

THE TIMES. "Mr. Christie and General Webb: Letters to the Editor," The Times, London, Issue 24553 (May 08, 1863), 12. The Times Digital Archive.

THE TIMES. "There are people occasionally to be met with to." The Times, London (October 3, 1853), 8. The Times Digital Archive.

THE WASHINGTON POST. "BRAZIL FOR AFRO-AMERICANS." The Washington Post (March 30, 1893), 1. <https://search-proquest-com.ezp.lib.rochester.edu/docview/139063576?accountid=13567>.

WEBB, J. Watson. "To the Editor of The Times." Fenton's Hotel, St. James's-street, September 29. The Times, London (October 3, 1853), 9. The Times Digital Archive.

WEBB, J. Watson. "A Letter from His Excellency J. Watson Webb, United States United States Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary in Brazil to J. Bramley-Moore, Esq., M.P: In Reply to a Statement in the "Times" Newspaper by His Excellency W.D. Christie 1863."

WEBB, J. Watson. "Slavery and its tendencies: a letter from General J. Watson Webb to the New York Courier and Enquirer," (Washington, D.C. 1856). Oberlin College Library

WEEKLY VINCENNES GAZETTE. "WHO ARE NEGROES?-Chief Justice Taney Decides in the Dred." Weekly Vincennes Gazette Vincennes, IND. sec. XXVI, (April 1, 1857). (Accessible Archives Inc.®, Collection: The Civil War).

Secondary sources

ALLEN, Austin. *Origins of the Dred Scott Case: Jacksonian Jurisprudence and the Supreme Court, 1837-1857*. Athens, Ga: University of Georgia Press, 2006.

ALLEN, Peter. *The Cambridge Apostles: The Early Years*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da "raça": anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 297-320, dez. 2005.

BENNETT, Lerone. *Forced into Glory: Abraham Lincoln's White Dream*. Chicago: Johnson Publishing Company, 2000.

BETHELL, Leslie. *Brazil: Essays on History and Politics*. London: School of Advanced Study, University of London, 2018.

BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*. Gainesville: UPF, 2003.

CHALHOUB, Sidney. The Precariousness of Freedom in a Slave Society (Brazil in the Nineteenth Century). *International Review of Social History*, v. 56, n. 3, p. 405-439, 2011.

- CROUTHAMEL, James L.. James Watson Webb: Mercantile Editor. *New York History* 41, n. 4, p. 400-422, 1960.
- DANTAS, Mariana L. R. and LIBBY, Douglas C.. “Families, Manumission, and Freed People in Urban Minas Gerais in the Era of Atlantic Abolitionism.” *International Review of Social History* 65, n. S28, p. 117-144, 2020.
- DAWSEY, Cyrus B. and DAWSEY, James M., eds. *The Confederados: Old South Immigrants in Brazil*. Alabama: University of Alabama Press, 1998.
- DOUMA, Michael J. The Lincoln Administration’s Negotiations to Colonize African Americans in Dutch Suriname. *Civil War History*, v. 61, n. 2, p. 111-137, 2015.
- EVERILL, Bronwen. ‘Destiny Seems to Point Me to that Country’: Early Nineteenth-Century African American Migration, Emigration, and Expansion. *Journal of Global History*, v 7, n. 1, p. 53-77, 2012.
- FIKES Jr., Robert. U.S. Blacks’ Perceptions, Experiences, and Scholarship regarding Central and South America – 1822-1959. *The Negro Educational Review*, v. 57, n. 3-4, p. 171-187, 2006.
- GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 2, p. 307-331, 2003.
- GREGORY, James N.. *Southern Diaspora: How the Great Migrations of Black and White Southerners Transformed America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.
- HILL, Lawrence F.. *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*. Durham, N.C: Duke University Press, 1932.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- HORNE, Gerald. *The Deepest South: The United States, Brazil, and the African Slave Trade*. New York: New York University Press, 2007.
- HUNT, Gaillard. *William Thornton and Negro Colonization*. Massachusetts: The Society, 1921.
- JARNAGIN, Laura. *A Confluence of Transatlantic Networks: Elites, Capitalism, and Confederate Migration to Brazil*. Alabama: University of Alabama Press, 2008.
- JONES, Martha S. *Birthright Citizens: A History of Race and Rights in Antebellum America*. Cambridge University Press, 2018.
- KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 407-430, 2008.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro: Saga.1968.
- LUZ, Nícia Vilela. A Monarquia Brasileira e as Repúblicas Americanas. *Journal of Inter-American Studies*, v. 8, n. 3, p. 358-370, ul. 1966.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Resenha de: A Amazônia Para Os Negros Americanos: As Origens De Uma Controvérsia Internacional. *Revista de História* 38, n. 78, p. 502-504, 1969.
- PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- RE, Henrique Antonio. Uma missão abolicionista britânica no Brasil e as relações entre a British and Foreign Anti-Slavery Society e a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da

Colonização e Civilização dos Indígenas. *Almanack*, Guarulhos, n. 15, p. 293-317, Apr. 2017

REIS, João José. “*The Malê Revolt*” *The Brazil Reader: History, Culture, Politics*, edited by James N. Green, et al., Duke University Press, 2019.

SILVA, Angela Fileno. ‘*Que eu vou na terra dos negros*’: circularidades atlânticas e a comunidade brasileira na África. Tese (Dissertação em História). USP, 2010. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19082011-105508/en.php>

SOARES, Álvaro Teixeira. “Limites do Brasil na Amazônia: Densificação Demográfica e Econômica das Fronteiras. Ação Do Exército, Marinha E Aeronáutica”. *Revista Brasileira de Cultura*, v. 13, n. 2, p. 59-85, jan./mar. 1970.

STERNHELL, Yael A.. *Routes of War: The World of Movement in the Confederate South*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

STROM, Sharon Hartman and WEAVER, Frederick Stirton. *Confederates in the Tropics: Charles Swett’s Travelogue*. Jackson: University Press of Mississippi, 2011.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Vintage Books, 1946.

TAYLOR, Nikki. Reconsidering the ‘Forced’ Exodus of 1829: Free Black Emigration from Cincinnati, Ohio to Wilberforce, Canada. *The Journal of African American History* 87, no. 3 (2002): 283-302.

TYLER-MCGRAW, Marie. *An African Republic: Black and White Virginians in the Making of Liberia*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

Notas de autoria

Marcia Esteves Agostinho is a History Ph.D. student at the University of Rochester, NY, where she also obtained the degree of Master of Arts in History. In addition to her career in historical research, with interest in the History of Emotions, she is a Doctor in Production Engineering (COPPE/UFRJ), having worked for two decades as professor, interdisciplinary researcher, and author. E-mail: mesteves@ur.rochester.edu.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

AGOSTINHO, Marcia Esteves. Black American Colonization in the Brazilian Amazon: Colored bodies in motion. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 164-179, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.


Histórico

Recebido em 15/08/2020.
Modificações solicitadas em 12/10/2020.
Aprovado em 14/10/2020.

A modéstia e a ostentação no vestuário das mulheres alforriadas na Vila de Pitangui (1750-1820)

Modesty and ostentation in the clothing of the manumitted women in the Pitangui village (1750-1820)

Ana Caroline Carvalho Miranda

 <https://orcid.org/0000-0002-2678-0135>
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar de forma qualitativa o vestuário das mulheres alforriadas da vila de Pitangui, Capitania de Minas Gerais, Brasil, no período de 1750 a 1820. Através dos inventários *post mortem*, testamentárias e testamentos, verificamos o valor material e social dos trajes destas mulheres. Devido à representatividade e valor monetário de algumas peças deixadas, constituiu-se, em alguns casos, como herança no momento anterior à morte, doadas às outras forras, às filhas e comadres, como demonstração de afeto e gratidão. Através da investigação, notamos a valorização simbólica que as indumentárias carregavam, os valores culturais e o poderio socioeconômico de quem às vestia. Tratava-se de uma sociedade de Antigo Regime, onde as aparências tinham grande importância e atuavam como marcadores sociais. Desta forma, para as egressas do cativeiro, os trajes poderiam significar uma importante forma de afirmação da liberdade, distanciamento do passado escravista e, ainda, importante diferenciador entre cativos, libertos e livres.

Palavras-chave: Libertas. Vila de Pitangui. Vestuário. Sociedade.

Abstract: The present article aims to analyze in a qualitative way the clothing of the *manumitted women* in the village of Pitangui, Captaincy of Minas Gerais, Brazil, from 1750 to 1820. Through the *post mortem*, wills and testament inventories, we verify the material and social value of these women's costumes. Due to the representativeness and monetary value of some pieces left, it was, in some cases, an inheritance before the death, donated to other lines, daughters and comadres, as a show of affection and gratitude. Through investigation, we noticed the symbolic valorization that the clothes carried, the cultural values and the socioeconomic power of those who wore them. It was an *Ancien Régime*, where appearances were of great importance and acted as social markers. For those who were released from captivity, dress could mean an important way of affirming freedom, distancing themselves from the slavery past and, still, an important social differentiator between captives, manumitted, and free people.

Keywords: Manumitted women. Pitangui Village. Clothing. Society.

Introdução

O presente artigo analisa o vestuário das libertas da vila de Pitangui, Capitania de Minas Gerais, no período de 1750 a 1820. Para tanto, utilizamos 20 inventários *post mortem*, 12 testamentos e 2 testamentárias deixados pelas mulheres, no intuito de localizar o valor material e simbólico dos trajes.¹ Por se tratar de um segmento social específico, como demonstra o nosso



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Para o período analisado, encontramos no Arquivo de Pitangui cerca de 401 inventários *post mortem* de mulheres, e dentro deste número, localizamos 20 inventários relativos às forras, o que representa 5% do total. No que se refere aos testamentos, o total de documentos relativos às mulheres em geral é de 89 fontes e dentro deles há 12 pertencentes às forras, o que representa 13% do montante. Não há como dimensionar de forma precisa o total das fontes existentes para o recorte temporal, devido ao estado em que o arquivo se encontra há um bom tempo: sem organização, serialização e higienização de grande parte dos manuscritos, o que impossibilita a disponibilidade para a consulta.

objeto de estudo, a forma de vestir poderia significar o afastamento do passado escravista, uma forma de diferenciar-se dos cativos e demonstrar certo poderio social e econômico.

A seleção do recorte temporal foi estabelecida em virtude do período concentrar o maior número de documentos de libertas para o século XVIII, e se estende até o fim do XIX, no fim do período colonial. A escolha da região se justifica pela importância da vila de Pitangui como grande produtora agropastoril, abastecendo não apenas a Capitania de Minas Gerais, mas também outras regiões da América Portuguesa, como o Rio de Janeiro (SILVA, 2008, p. 232-237). Ademais, há poucos trabalhos que se concentram na localidade e em sua população alforriada de forma específica.

O vestuário, tema escolhido, era tido como um dos principais símbolos de distinção social, ocupando lugar de destaque na sociedade das Minas setecentistas. Algumas escravas e forras ostentaram nas vilas e nas áreas rurais utilizando tecidos nobres, joias e adereços, diversos deles importados. No continente africano, os adornos faziam parte tanto do cotidiano masculino quanto do feminino e possuíam significados variados: o segmento social pertencente, a situação econômica, a idade e a matriz familiar daqueles que os usavam (PRIMO, 2008, p. 4).

Na América Portuguesa, distinguir-se por meio dos trajes gerou vários conflitos e leis que tentavam restringir às negras o uso de determinadas vestimentas, como assegura Cláudia Cristina Mól (2004, p. 178). Tratava-se de uma sociedade de Antigo Regime, onde as aparências tinham grande importância. Para os indivíduos que saíam do cativeiro, havia a necessidade de afirmação do status de liberto. Uma das formas dessa afirmação era através da aquisição de símbolos de dignificação: cativos, moradas, animais, ouro, vestuário e família. Nesse sentido, os alforriados objetivavam deixar de ser vistos como estranhos para a sociedade – como eram na condição de escravos – ou seja, excluídos, e tornar-se incluídos, parte do corpo social, agora não apenas com deveres, mas também com direitos (SOARES, 2011, p. 36). Nesse sentido, o prestígio social do liberto estava ligado à forma como se portava, ao trabalho que desempenhava e aos laços com pessoas influentes, ou seja, estava atrelado às redes sociais estabelecidas antes e após o cativeiro (GUEDES, 2011).

Dentro disso, o vestuário atuava como parte do cenário urbano e rural, uma vez que funcionava como importante demarcador das diferenças entre os segmentos sociais. Evidenciava a hierarquia entre os indivíduos e mostrava quem detinha maior poder. Para analisar qualitativamente os dados referentes à nossa pesquisa, compomos um banco de dados com as seguintes informações sobre as libertas: nome, ano, item do vestuário, joia, adorno e valor do objeto. Através disso, comparamos a qualidade e o preço dos itens listados por elas nos inventários, testamentárias e testamentos. Como resultado, encontramos, de modo geral, um vestuário diversificado, de diferentes valores, tecidos e qualidades. Os bens mais caros possuíam detalhes em renda, pelicas, sedas, ouro e prata. Já os de preços menores eram feitos de baeta, tecidos mais grosseiros e joias em latão e outros metais menos nobres.

Houve ambas as influências nos trajes das libertas: a europeia e a africana. A primeira pôde ser notada por meio dos tecidos importados, lenços e sapatos; a segunda através dos fios de contas, corais e da combinação de saias e camisas coloridas, tradição que parte das mulheres africanas usavam (MÓL, 2002). Dentro disso, sugerimos que haviam roupas para serem usadas no cotidiano, em casa e no trabalho, e outras para ocasiões especiais, como em festividades e cerimônias religiosas.

Ademais, as libertas buscavam aparentar-se da melhor forma possível para a sociedade, mostrando que já não mais pertenciam ao grupo dos escravos e à desonra, própria do cativeiro (PATTERSON, 2008, p. 34-35). Para parte das libertas faltava o básico dentro dos lares, como objetos de cozinha e móveis, mas não deixavam de possuir vestes e adornos para ostentar nas vilas, o que denota a extensa preocupação com as aparências e com a forma com que se portavam em público. Na medida em que construíam o patrimônio material e suas redes de relacionamento,

produziam, igualmente, o patrimônio imaterial, ou seja, a honra, a liberdade e a dignidade. E, dentro disso, parte também dessas mulheres ascenderam economicamente e reafirmaram o *status* social alcançado por meio das indumentárias.

Para melhor assimilarmos o comportamento deste segmento em sociedade, dialogamos com as perspectivas da História Social. Tais perspectivas prezam pelos modos de constituição e ação dos atores sociais, do coletivo e das relações que configuravam historicamente as estruturas sociais e econômicas. Reiteram a dinâmica histórica da estratificação social, bem como as identidades e relações socioeconômicas construídas pelos sujeitos (CASTRO, 1997, p. 80).

Os trajes como parte do teatro social

O uso das roupas e adornos refletia o funcionamento dos mecanismos sociais, culturais e econômicos, transparecia as normas do comportamento religioso e moral dos indivíduos. Segundo Daniel Roche, as leis que eram voltadas para a compra e posse das vestimentas revelam as ligações entre a cultura material, religiosa, filosófica e jurídica, esta última dizia respeito às restrições colocadas pelas leis suntuárias (ROCHE, 2007).

As leis suntuárias visavam delimitar os usos e costumes. Em várias sociedades, tanto na antiguidade quanto no medievo e na modernidade, existiram regras que incidiam diretamente sobre o vestuário, alimentação e composição das casas. Além disso, estas leis tinham como propósito regulamentar a balança comercial, limitando o comércio dos produtos importados e exportados (LIPOVETSKY, 1989, p. 41).

Os inventários *post mortem* e testamentos nos proporcionam a percepção e o significado que cada peça do vestuário tinha no período colonial. Tais fontes nos permitem visualizar a forma de trajar de cada segmento social, assim como a circulação e o valor dos tecidos e adornos. Em relação à América Portuguesa e Europa, existiam legislações que visavam delimitar o uso das indumentárias pelos moradores, quais grupos sociais poderiam utilizar determinadas peças, acessórios e armas.

Segundo Silvia Hunold Lara, as legislações que diziam respeito às indumentárias permitidas a diversas categorias sociais são bastante antigas. Em Portugal, as primeiras determinações reais a restringir o tipo, a qualidade e os materiais para as vestimentas e armas são datados para a segunda metade do século XV (LARA, 2007, p. 87-88). Elas visavam controlar os excessos, garantir que a *boa ordem* permanecesse vigente e tornar sempre visível as distinções sociais.² Tais leis foram incorporadas às Ordenações Manuelinas e depois às Filipinas.

Em 1677, a Coroa Portuguesa produziu determinadas cláusulas que condenavam a ostentação e os gastos imoderados dos vassalos em relação às roupas, com a justificativa de que isso os empobrecia e envaidecia, causando a ruína das famílias nobres e facultosas (LARA, 2007, p. 88). Nestas cláusulas, proibia-se que qualquer indivíduo portasse enfeites, botões, fitas, fivelas, ou qualquer outro adorno que fosse de prata e ouro, e também delimitava que ninguém utilizasse capas ou carapuças que impedissem de deixar o rosto a mostra. A maior parte das restrições feitas pelo rei girava em torno de evitar que as pessoas comuns chegassem a adquirir bens e roupas parecidas com as que os nobres usavam.

Em 1749, foram propostas outras leis que interferiam na circulação de pessoas com determinadas peças de roupa. Nelas, haviam regras direcionadas aos negros e mulatos, proibindo-lhes a circulação com alguns tecidos, com multa em dinheiro ou açoites. O intuito era fazer com que eles, mesmos os livres e libertos, não se vestissem luxuosamente como forma de evitar o mau exemplo para os demais negros e para nunca se equipararem ao vestuário dos brancos (MAGALHÃES, 1997).

² A boa ordem aqui é entendida como moral, mantenedora dos princípios cristãos, baseada na afirmação das diferenças entre os indivíduos e no respeito a cada categoria social.

Íris Kantor, através de seu trabalho sobre as indumentárias e seus significados em Minas Gerais no século XVIII, pode verificar como a defesa da nobreza, da honra e da moral foram baseadas nos critérios de cor. Nesse sentido, ressalta que os trajes marcavam as distâncias sociais e diferenciavam os costumes dos indivíduos que ali viveram. Um exemplo disso foi o controle sobre o uso de rendas, bordados, pedras preciosas, ouro e prata por parte da população negra (KANTOR, 1995, p. 121-122). No entanto, parte do segmento de pretos e crioulos forros não deixou de circular nas vilas setecentistas com roupas requintadas, joias e adereços de valor (MAGALHÃES, 1997, p. 82-199).

Carla Maria de Carvalho Almeida ressalta que os habitantes da comarca de Vila Rica investiram parte de seus rendimentos em objetos que garantiam o “bom tratamento, ou seja, em roupas, adornos, joias e sapatos”. Isto refletia o ideal aristocrático e de corte presentes na localidade em razão de ser a sede da capitania e pelo trânsito contínuo de pessoas. Na região, moravam autoridades administrativas, eclesiásticas e homens letrados. Segundo a autora:

Naturalmente, os ocupantes de tais cargos tendiam a ser pessoas mais qualificadas e, portanto, mais habituadas ao ‘bom tratamento’. Assim, é muito provável que os hábitos destes ‘homens bons’ fossem difundidos entre a população em geral e se tornassem uma forma de vida a ser imitada por aqueles que pretendessem a eles se igualar (ALMEIDA, 2001, p. 76).

À vista disso, as populações livre e liberta tentavam seguir os passos das elites quando transitavam nos espaços públicos. A preocupação demasiada com as aparências e com a exteriorização da riqueza denotava o interesse pelo bom tratamento e pela *boa* reputação. Entretanto, poderia disfarçar a dura realidade do cotidiano nos ambientes domésticos: a pobreza traduzida pelo pouco mobiliário, a falta de itens básicos para a cozinha, para dormir e a utilização de trajes simples, sem nenhum conforto.

Diante destes ideais propostos pelos segmentos sociais mais elevados, havia vestimentas destinadas ao âmbito privado do lar e outras específicas para o meio público, festas, ritos fúnebres, missas. Por exemplo, era permitido às mulheres andarem com “mangas de camisa” apenas em casa, jamais fora (MÓL, 2002). Em relação às mulheres de cor, mesmo havendo restrições, não eram suficientes para impedir que elas se vestissem como bem quisessem. O pintor e desenhista Jean Baptiste Debret deixou suas impressões sobre a forma com que as mulheres negras se apresentavam nas ruas do Rio de Janeiro no século XIX. Abaixo, duas de suas pinturas.

Figura 1: Chica da Silva e seu séquito



Fonte: DEBRET, 1978. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Litogravura do tomo III.

Figura 2: Negra tatuada vendendo caju – século XIX.



Fonte: DEBRET, 1978. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Litogravura do tomo III.

Na segunda imagem, percebemos as vestimentas das negras trabalhando: trajando blusas, saias longas, panos na cabeça e adornos que remetem a cultura africana, como balangandãs, colares com muitas voltas, pulseiras e figas. Os adereços usados na cintura geralmente eram usados para atrair “bons fluídos”, prevenir dos perigos e servir de amuletos (LARA, 2007, p. 119-120). Durante a época moderna e, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, os panos importados da Ásia, Índia e Europa atendiam a demanda africana e constituíram-se como valiosas mercadorias de troca no tráfico negreiro (THORNTON, 2004, p. 49-52). Ademais, observa-se que a negra vendedora de caju aparece com tatuagens e pinturas faciais, outra referência a cultura africana, pois determinados grupos étnicos pintavam seus corpos para distinguir-se dos demais (MÓL, 2002, p. 77-78).

Apesar das mulheres serem retratadas na segunda imagem com roupas simples, não significa que todas as negras se apresentavam em público da mesma forma. Parcela delas utilizou um vestuário pomposo composto de tecidos finos e joias valiosas para trabalhar, ir à missa, casamentos e comemorações populares. Algumas, como é mostrado na primeira imagem, vestiam-se demasiadamente ostentosas, com saias de tecidos finos, brincos de ouro, colar de fios de conta, sapatos e chapéus. Além disso, algumas andavam pelas ruas das vilas acompanhadas de um séquito de escravos, como foi o caso de Chica da Silva e de outras libertas (MIRANDA, 2017, p. 110).

O trânsito feminino negro gerou desconforto as demais pessoas da sociedade. Um exemplo disso foi o caso do bispo do Rio de Janeiro, que no início do século XVIII enviou uma carta ao rei denunciando as pretas, pardas e outras mulheres de cor por andarem pelas ruas da cidade vestidas de sedas, garças e ouro (LARA, 2007, p. 120-121). O que não garantiu que elas parassem de se portar desta maneira. As escravas e libertas circulavam por todos os lugares das vilas e arraiais: vendendo secos e molhados em suas lojas fixas, no entorno das minas, nas cerimônias religiosas, nas reuniões e festas das irmandades leigas, em contato com pessoas de diferentes segmentos sociais (FIGUEIREDO, 1999).

Beatriz Magalhães verificou que em Vila Rica, no século XVIII, parcela dos manumitidos possuiu roupas requintadas e portou joias de alto valor, igualando-se às roupas de indivíduos de segmentos sociais elevados (MAGALHÃES, 1997). O que corrobora com a premissa de que os indivíduos, após se libertarem, tinham a necessidade de aproximar dos livres e acumular riquezas,

preocupados, desta forma, com a exteriorização. Além disso, o vestuário da população egressa do cativeiro significava também a distinção entre os demais negros que estavam na condição de escravos.

Sustentado pela teoria de Orlando Patterson, Márcio Soares afirma que o escravo representava socialmente um ser desprovido de direitos e submisso às vontades de seu proprietário, visto como desenraizado e ligado aos ofícios mecânicos. A partir do momento em que lhe era concedida a liberdade, este começava a viver, já não era mais submisso, passava a ter direitos e lutava por sua honra (SOARES, 2001, p. 41). Nesse sentido, o vestuário fazia parte dos importantes símbolos de reputação e dignificação social para àqueles que saíam do cativeiro. Um exemplo disso era através da utilização de sapatos, negada aos cativos e permitida para os livres e manumitidos. Ademais, o preço dos calçados era alto, fator que determinava o público que os usavam (MAGALHÃES, 1997, p. 7).

O vestuário das libertas da Vila de Pitangui

As mulheres forras da vila de Pitangui fizeram parte do cenário urbano, rural e das áreas mineradoras, atuando como costureiras, vendeiras, lavadeiras, donas de lojas, vendedoras ambulantes, mineradoras e lavradoras. Através de seus ofícios, conquistaram os seus bens de valor, móveis e imóveis. Parte delas viveu de forma modesta, com poucos itens nas casas, móveis escassos e raras vestes. Outra parte angariou pecúlio, adquiriu casas, escravos, móveis, vestuários luxuosos, adornos e joias, demonstrados através de seus testamentos, testamentárias e inventários *post mortem*.

No que tange especificamente aos trajes destas mulheres, percebemos a presença de variada gama de tecidos, camisas, capas, coletes, lenços, meias, saias e panos por elas utilizados. Variaram entre tecidos finos e simples. Os finos eram de seda, lemiste, bretanha, pelica, gala, crepe, cetim e veludo, com detalhes em rendas e bordados; os simples eram de baeta, algodão, camurça, melânia e linho. A baeta e a melânia eram tecidos feitos a partir da lã grossa, e a camurça era de origem animal (PEREIRA, 2004, p. 139-151).

Segundo o glossário de termos têxteis e afins, composto por Manuela Pinto da Costa, a *seda* é um tecido produzido a partir do casulo do bicho-da-seda, e os panos que eram produzidos com esta fibra possuíam várias designações, dentre elas, o tecido denominado seda (COSTA, 2004, p. 157). O *lemiste*, pano de lã muito fino de origem inglesa, era vendido apenas na cor preta e geralmente tinha por finalidade representar o luto, assim como o fumo (COSTA, 2004, p. 59). A *pelica* era um tecido composto de pele fina, curtida, utilizado para fazer luvas (COSTA, 2004, p. 154). O *crepe* era feito de seda mais ou menos baço, de fio de seda em qualquer cor, leve, próprio para confecções femininas, conhecido como crepe da China ou crepe cetim. Poderia, igualmente, ser preto e usado em sinal de luto (COSTA, 2004, p. 143). O *cetim* era uma espécie de pano de seda, lustroso e fino (COSTA, 2004, p. 216). A *bretanha* era um pano nobre de algodão que era tecido pelos cafres (PEREIRA, 2008, p. 58). E o *veludo* era liso de um lado e felpudo de outro, podia ser de lã, algodão ou de seda. Possuía diversas designações e poderia ser bordado, cinzelado, frisado, entre outros (PEREIRA, 2008, p.160).

O preço, a quantidade e as cores dos itens descritos na documentação foram variados. Dependiam do estado de conservação do material e do tempo de uso. No inventário de Mariana Gomes de Araújo, preta forra, feito no ano de 1775, constavam os seguintes itens:

Dois côvados de lemiste preto em bom uso visto e avaliado na quantia de 6\$000 réis
Um leque fino novo visto e avaliado na quantia de 2\$400 réis
Um de Braga já usado visto e avaliado na quantia de \$900 réis
Um par de sapatos de veludo carmesim com suas ponturas de prata já usados vistos e avaliados na quantia de 1\$200 réis
Um par de chinelos de reto carmesim visto e avaliado na quantia de \$720 réis

Dois vasos de fita carmesim vistos e avaliados na quantia de \$300 réis
Uma terça de fita carmesim vista e avaliada na quantia de \$180 réis
Uma da Ilha de Bretanha usada com renda vista e avaliada na quantia de \$600 réis
Uma camisa da Bretanha com babados de renda vista e avaliada na quantia de 2\$400 réis
Um cabeção de camisa de Bretanha com babados de cambraia e seus bordados visto e avaliado na quantia de 2\$400 réis
Uma camisa de linho vista e avaliada na quantia de \$600 réis
Um colete de veludo usado com seu cordão visto e avaliado na quantia de 2\$400 réis
Um par de meias de algodão de renda bem usado visto e avaliado na quantia de \$150 réis
Um lenço de seda visto e avaliado na quantia de \$600 réis
Um lenço de seda visto e avaliado na quantia de \$450 réis
Um terceiro de algodão visto e avaliado na quantia de \$225 réis
Um enxergão de linhagem já velho visto e avaliado na quantia de \$600 réis
Uma timão de baeta visto e avaliado na quantia de 3\$600 réis
Uma saia de baeta preta bem usada vista e avaliada na quantia de \$600 réis
Uma dita de baeta azul em bom uso vista e avaliada na quantia de 3\$600 réis
Uma dita de brilhantes com barra de baeta cor de rosa vista e avaliada em 6\$000 réis.³

A soma dos itens do vestuário de Mariana totalizava 35\$955 réis, valor relativamente alto se comparado aos mesmos itens deixados pelas demais mulheres pertencentes ao mesmo segmento social de Pitangui. Importante atentarmos para os detalhes nos itens elencados por ela, como a qualidade dos tecidos: alguns nobres como o Lemiste, as camisas da Bretanha; o colete de veludo; o lenço de seda, a saia de brilhantes; dois leques finos e por último os sapatos, um dos maiores símbolos que dividia a população livre e liberta da cativa, visto que apenas aqueles da última condição que não poderiam usar. As cores dos tecidos também foram variadas: preta, azul, carmesim e detalhes em rosa. Carmesim era uma das denominações para o vermelho, muito utilizado pelos africanos (MÓL, 2002, p. 180).

Maurícia Gonçalves, preta forra natural da Costa da Mina e detentora do maior plantel de escravos entre as libertas, também utilizou de roupas e adornos luxuosos para se apresentar na sociedade da vila de Pitangui no século XVIII. Em seu inventário de bens constavam:

Uma saia de veludo preto em bom estado avaliada em 14\$400 réis
Um colete de veludo preto avaliado em \$900 réis
Uma capa de veludo avaliada em 1\$800 réis
Uma calça de cetim bordada de retrós forrada de nobreza azul avaliada em 12\$000 réis
Um cordão de ouro fino que pesa 04 oitavas 03 quartos avaliado em 6\$737
Um par de brincos de ouro e laços compridos de diamantes olhos de mosquitos que todos pesam quatro oitavas e meia e um vintém avaliado em 8\$000 réis
Um laço branco comprido com camadas que pesam 04 oitavas, três quartos e quatro vinténs avaliado em 6\$000.⁴

O guarda-roupas de Maurícia não se destaca pelo número de itens declarados, pois, como podemos perceber, não é grande, mas pela qualidade e valor dos artigos. Ela possuiu roupas de veludo, cetim, joias finas e valiosas com ouro e diamantes. A soma das oito peças totalizou 48\$837 réis.

Os itens mais utilizados pelas libertas da localidade foram saias, camisas, lenços e joias. Na documentação total encontramos 22 joias, 21 saias, 12 camisas e nove lenços. Segundo os viajantes que passaram pelas Minas Gerais no século XIX, era comum que as alforriadas se vestissem com camisas e saias (MÓL, 2002, p. 180-182). Elas citaram também artigos como

³ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, Inventário de Mariana Gomes de Araújo – preta forra. 1775. Cx 015 Dc 004.

⁴ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, Inventário de Maurícia Gonçalves – preta forra. 1798. CX 032/007.

cabeção e timão. Cabeção era a parte que ficava em torno do pescoço, virada para trás⁵. Timão era uma camisola comprida ou casaco grosseiro usado por escravos, mulheres de baixa condição e crianças, como abrigo do frio (PEREIRA, 2004, p. 68). Abaixo a descrição e quantificação de todos os itens declarados pelas forras.

Quadro 01: Itens relacionados ao vestuário listados nos inventários e testamentos das libertas da vila de Pitangui (1750-1820)

Item	Quantidade
Brincos de ouro/aljôfares/prata/laços com diamante	10
Botons	02
Cabeção linho/camurça/bretanha/babados	05
Calça de cetim com nobreza azul	01
Camisas de bretanha/renda/babados/linho	12
Capa de baeta/veludo	03
Chinelos de rife carmesim	01
Colete de veludo preto/verde com cordão	02
Cordão de ouro fino	01
Fios de conta de ouro de pescoço/prado/prata/contas	03
Fivela de estanho/prata	02
Laço com brinco de ouro/pedras engemadas com brincos/camadas	04
Lenços de algodão/seda/linho/velantão francês/	09
Meias de algodão/renda/linho	03
Saias de baeta	01
Saias de baeta preta	02
Saias de baeta azul	02
Saias de baeta anil	01
Saia de baeta cor do mar	01
Saias de algodão	02
Saia de camelão	01
Saias da Bretanha	02
Saia de tecido fino	01
Saia de pano alvadio grosso	01
Saia de estepe	01
Saia de melânia	01
Saia de brilhantes com barra de baeta cor de rosa	01
Saia de gala preta	02
Saia de veludo preto	01
Saia de salamanca	01
Sapato de veludo carmesim com ponturas de prata	01
Sapato de pelica	01
Total	82

Fonte: IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, Inventários.

Como demonstra o quadro acima, nos trajes das libertas de Pitangui continham desde tecidos comuns e de baixo valor como o linho, algodão e baeta, até os mais finos como a seda, lemiste, veludo, gala e nobreza. As joias também chamam atenção, a maioria em ouro e algumas com aljôfares e fios de conta. Os aljôfares, corais, fios de conta e demais pérolas miúdas eram muito utilizados pelas mulheres de cor na América Portuguesa. Os corais eram usados no continente africano desde o século XV e os portugueses eram os principais fornecedores e comerciantes, segundo Eduardo França Paiva. De acordo com o mesmo autor, era comum o uso destes adereços por parte das libertas na capitania de Minas Gerais, assim como o uso de balangandãs, figas e outros adornos vinculados à cultura africana (PAIVA, 2001, p. 221-233).

⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 211.

Além dos itens acima arrolados, algumas mulheres da vila de Pitangui declararam possuir côvados e libras de tecido, medidas utilizadas no período colonial brasileiro. O côvado era uma das medidas de comprimento de tecidos, equivalente a três palmos ou 0,66 cm, e a libra era medida de peso, equivalente a 0,459 kg (CARRARA, 2001, p. 73). Mariana Gomes de Araújo foi a liberta que mais possuiu medidas de tecido, contendo em seu inventário:

Dois côvados de pano lemiste avaliados em 6\$000 réis
Um côvado de crepe fino avaliado em 2\$400 réis
Um côvado de pano de Braga avaliado em \$900 réis
Três vasos fita carmesim avaliados em \$450 réis
Duas libras de algodão avaliadas em \$600 réis.⁶

O côvado de cada tecido variava de acordo com a sua qualidade, se era de uso comum ou luxuoso. Para Vila Rica, na primeira metade do século XVIII, Alexandra Maria Pereira encontrou nas lojas o côvado de lemiste custando de 3\$500 a 4\$500 réis, e o de crepe fino por \$500 réis. As fitas, como Mariana disse possuir, eram feitas de tecido compridos e estreitos, usado para ornar e atar (PEREIRA, 2004, p. 73). Não encontramos referências que remetam ao tecido denominado Braga. Há, porém, a denominação Bragal, que era um “pano grosseiro utilizado na confecção de bragas (calças interiores, largas e curtas)” (COSTA, 2004, p. 140). O que pode ser vinculado ao próprio hábito das africanas de se enrolarem com tecidos ou utilizá-los como turbante (MÓL, 2002, p.182).

Através do que encontramos sobre o vestuário das libertas da vila de Pitangui, podemos dizer que era ele era composto de roupas simples, utilizadas no dia a dia, bem como de trajes feitos de tecidos finos, joias, sapatos e outros adornos. Não observamos a presença de vestidos, o que pode ser justificado pelo alto custo destes e pela legislação que proibia as mulheres negras de utilizá-los, como observou Alcântara Machado (MACHADO, 1980, p. 94). As peças que compuseram os guarda-roupas das libertas da localidade foram, majoritariamente, as saias e as camisas, feitas de várias tecidos, e algumas, como demonstramos, de veludo, seda, gala e outros panos bem avaliados no mercado.

Algumas peças importadas e de alto valor foram deixadas pelas alforriadas de Pitangui como herança às pessoas com as quais tinham afinidade. Rosa Ferreira da Costa, no ano de 1762, declarou as suas últimas vontades em testamento:

Declaro que deixo de esmola a filha de Joana Capim por nome Maria uma saia de seda de ouro.
Declaro que deixo de esmola a filha de Manoel Antunes de Oliveira por nome Thariana uma saia de seda preta e um colete de seda verde.
Declaro que deixo de esmola a filha de Antonio de Araujo Velho uma saia de seda verde.
Declaro que deixo de esmola a minha afilhada Francisca da Costa Gomes de Faria os meus brincos de diamantes e seus laços.
Deixo também de esmola a filha mais velha de Maria de Sousa Brandão uma saia riscada.
Declaro que deixo a Clara filha de Maria Pereira preta forra uma saia de riscado azul e 05 oitavas de ouro.
Declaro que deixo de esmola as filhas de Domingos de Sousa Ferreira duas camisas.
Declaro que deixo de esmola a filha mais velha do licenciado Manoel Irmão Lopes uma saia riscada de passarinho e uma camisa de seda de ouro.
Declaro que deixo a Rosa Varela duas camisas das melhores.
Declaro que deixo de esmola a filha de Ignácia por nome de Cora cinco oitavas de ouro e mais uma volta de corais de braço digo mais quatro ou cinco voltas de corais.⁷

Através do que foi descrito por Rosa, percebe-se a variedade e a qualidade dos tecidos e adornos que ela possuiu: saias e colete feitos de seda, camisas nobres, saias riscadas, corais e brincos de diamantes. Ademais, a descrição daqueles a quem deixa os seus bens demonstra o

⁶ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, Inventário de Mariana Gomes de Araújo – preta forra. 1775. Cx 015/Dc 004.

⁷ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, testamento de Rosa Ferreira da Costa. 1762. Cx 094/Dc 013; Testamento de Maria Machado Pereira. 1777. Cx 094/Dc 017.

envolvimento de Rosa com indivíduos de diferentes segmentos sociais: livres e libertos.

Como percebemos, o vestuário das libertas, de modo geral, variou entre roupas simples e luxuosas. As simples poderiam ser utilizadas para a realização dos ofícios que desempenhavam e para ficarem em casa. Já as mais pomposas, sugerimos que eram usadas em festas, em cerimônias religiosas e em outras ocasiões que exigiam portarem-se de forma mais requintada.

Os trajés utilizados pelas libertas no momento da morte

A religião Católica, trazida para a América portuguesa através do processo de colonização, influenciou os costumes, a justiça e a moral dos indivíduos que ali viveram. A partir da Santa Sé, estruturava-se todo o repertório de normas de cunho administrativo e doutrinário determinado a guiar a vida religiosa dos fiéis no Novo Mundo português (CAHON, 2014, p. 85). Foram variadas as formas de manifestação da religião cristã e muitas vezes ela foi reelaborada pelos seus praticantes no além-mar, principalmente por se tratar de um território composto de indivíduos culturalmente diferentes: africanos, europeus e indígenas. Desta forma, o catolicismo na América portuguesa foi marcado pelo sincretismo, sobretudo no que tange à prática dos cultos cristãos pelos africanos e seus descendentes, mesclados com as religiões do continente negro (THORNTON, 2004, p. 319).

Segundo Cláudia Rodrigues, a simbologia das vestes no momento da morte fazia parte tanto da cultura cristã quanto para os africanos. A mortalha garantia a “boa morte” e uma passagem tranquila para o outro mundo (RODRIGUES, 1997, p. 196). Para os cristãos, o objetivo centrava-se em garantir a salvação, e para os africanos era o momento de reencontrar os ancestrais. O local a ser enterrado e a mortalha solicitada tinham o seu ritual e definiam o poder econômico e o prestígio social dos indivíduos.

As mortalhas eram caras e aqueles que não possuíam o valor suficiente para comprá-las eram enterrados apenas envoltos em um lençol. De acordo com a cultura cristã, algumas cores poderiam atrapalhar o desenlace da alma do corpo, outras poderiam auxiliar na entrada no outro plano. As crianças, quando batizadas, eram enterradas com vestes coloridas, simbolizando a pureza e a certeza da salvação. E as mortalhas de santos tinham como finalidade pedir a intercessão e a proteção destes junto a Deus.

João José Reis destaca que a utilização de mortalhas de santos representava um apelo para que eles ajudassem os que as vestiam. O autor observou que em Salvador os homens se vestiam de mortalhas de santos e as mulheres de santas (REIS, 1991, p. 120). Rodrigues verificou os seguintes tipos de mortalhas no Rio de Janeiro: as coloridas, as de santos, os trajés oficiais de militares e sacerdotes, as das agremiações religiosas, as roupas de nobres e as roupas simples (RODRIGUES, 1997).

Algumas mulheres forras da vila de Pitangui destacaram a forma como seriam enterradas: algumas com hábitos de santos com que tinham mais afinidade e outras envoltas em lençóis. As mortalhas mais citadas foram as de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Monte do Carmo, Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco. Quitéria Martins, por exemplo, no ano de 1788, disse que gostaria de ser enterrada da seguinte forma:

Declaro que meu corpo será amortalhado no habito de Nossa Senhora da Conceição e sepultado nesta capela do Onça nas sepulturas da nossa Irmandade e acompanhará meu corpo o pároco ou capelão com mais dois outros sacerdotes, todos estes dirão missa de corpo presente pela minha alma de esmola de uma oitava de ouro.⁸

Percebe-se, através deste pedido, a vontade da liberta ser enterrada no hábito da santa que tinha maior devoção, explicitando, dessa forma, a irmandade a que pertencia: a de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos.

Rosa Ferreira da Costa também ressaltou que deveria ser enterrada vestida com uma

⁸ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, testamento de Quitéria Martins – preta forra. 1784. Cx 022 Dc 012.

mortalha. Neste caso, escolheu a de São Francisco e pediu que fosse sepultada na matriz de Nossa Senhora dos Raposos, acompanhada pelo reverendo e demais sacerdotes que estivesse na freguesia, pela Irmandade das Almas e do Santíssimo Sacramento.⁹ Já Ana Abreu, natural de Costa da Mina, em 1779 disse que ao morrer seria amortalhada em hábito de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, mesma santa da irmandade de que fazia parte, acompanhada dos sacerdotes que estivessem na vila de Pitangui no momento.¹⁰

Maria Machado, da mesma forma que Ana Abreu, pediu que as irmandades a acompanhassem após a morte. Descreveu em seu testamento as suas últimas vontades:

Declaro que falecendo será meu corpo amortalhado em um hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo que se mandará fazer e [...] acompanharão meu corpo à sepultura o meu reverendo pároco e três sacerdotes mais os quais todos me darão missa de corpo presente de que se lhe dará esmola de citação de resto por ela como de acompanhar se lhe dará o que com feito digo o que por direito lhe competir. Declaro que sou irmã da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desta vila o que acompanhará meu corpo a sepultura e [meus] filhos o farão os anuais que se lhe deixarem. Lhe deixo mais de esmola oito oitavas de ouro. Declaro que se mandarão dizer vinte e cinco missas pela minha alma de esmola de meia oitava de resto e serão ditas pelos sacerdotes que eleger. Declaro que sou irmã da Santa Casa de Jerusalém lhe deixo de esmola oito oitavas que meu testamenteiro passará logo os anuais que lhe tiver devendo.¹¹

Diferentemente de Rosa, Quitéria e Maria Machado, que desejavam que seus corpos fossem cobertos de forma suntuosa, feitos todos os ritos fornecidos pelas Irmandades e confrarias, Ana Cabral, em seu testamento, disse que seu corpo seria amortalhado apenas em um lençol.¹² Parte das pessoas que não detinham poder aquisitivo ou que deixavam muitas dívidas a serem pagas no momento da morte, não podiam como arcar com os cerimoniais. Desta forma, optavam pela simplicidade no enterro, evitando mais despesas e gastos para o testamenteiro.

Diante disso, verificamos que os trajes fúnebres variaram de acordo com o que as libertas conseguiram acumular em vida, ou seja, diante da situação econômica em que se encontravam próximas ao falecimento. As que descreveram mais bens nos testamentos e inventários foram as que mais ostentaram nos rituais da morte. As que viveram de forma mais simples, optaram pelo funeral modesto.

Conclusão

Além de cobrir os corpos, as roupas traziam consigo simbologia e significado. Segundo Cláudia Mól, o trajar estava ligado às várias funções que o indivíduo desempenhava na sociedade e à sua posição dentro de um grupo. A comunidade, desta forma, era espaço de exteriorização das aparências e os trajes atuavam como poderoso demarcador das hierarquias.

As libertas de Pitangui possuíam variadas indumentárias, contendo tanto trajes feitos de panos nobres e de tecidos grosseiros. Os últimos, como observamos, provavelmente eram usados no lar e para realizar seus ofícios. E os primeiros, utilizados mais no ambiente urbano, nos dias de festa, cerimônias religiosas e nas irmandades leigas. Como se tratava de uma sociedade que prezava pelas aparências, vestir-se com tecidos e adornos nobres afirmava o poderio econômico das libertas e o distanciamento das camadas sociais inferiores.

Além das ruas das vilas e dos arraiais serem utilizados como palco de ostentação das aparências, o momento do funeral também era usado para demonstrar o poder econômico dos indivíduos e a influência destes sobre a comunidade em que viviam. Uma parcela das manumitidas tinha condições de arcar com enterros grandiosos, composto com vários padres, irmandades leigas,

⁹ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, testamento de Rosa Ferreira da Costa – preta forra. 1762. Cx 094 Dc 013.

¹⁰ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, testamento de Ana de Abreu – preta forra. 1779. Cx 094 Dc 032.

¹¹ IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, testamento de Maria Machado Pereira. 1777. Cx 094/Dc 017.

¹² IHP, Fundo CMP, Seção Justiça, testamento de Ana Cabral – preta forra. 1750. Cx 032 Dc 007.

velas, várias missas e hábitos de seus santos de devoção. Outra parcela possuía apenas o suficiente para pagar as dívidas que deixara enquanto viva, pedindo apenas que fosse enterrada em um lençol, da forma mais simples.

À vista disso, concluímos que, para parte das alforriadas, o acesso à liberdade possibilitou significativa acumulação de pecúlio e como fruto disso, elas puderam comprar vestes, joias e adornos bem avaliados. Além de compor as indumentárias, as joias e adornos também podem ser considerados como uma das formas de investimento econômico para este segmento social, pois poderiam facilmente ser trocadas, vendidas ou usadas como crédito. O que denota que estas mulheres não eram desclassificadas socialmente e economicamente, e que se situavam em um grupo intermediário que só crescia na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Ademais, podemos notá-las como agentes operantes nas vilas e arraiais, que buscavam se adequar às normas e signos vigentes, e que faziam tratos com pessoas de diversos segmentos sociais, vislumbrando melhores condições de vida e reconhecimento.

Fontes

Impressa

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

Manuscritas

Arquivo do Instituto Histórico de Pitangui – Fundo: CMP (Câmara Municipal de Pitangui), Seção Justiça.

Inventários

Inventariado	Inventariante	Ano	Documento
Ana de Abreu – preta forra	Antonio Barbosa Fiuza – preto forro	1779	CX 017/003
Ana Cabral – preta forra	Antonio Teixeira	1750	CX 032/007
Barbara da Costa- crioula forra	Manoel Fonseca Rego – pardo forro	1790	CX 024/014
Cipriana Maria da Conceição – crioula forra	Benedito Ferreira – preto forro	1795	CX 029/005
Germana Maria dos Santos – crioula forra	José Aquino Rego	1799	CX 034 /011
Jacinta da Rocha – crioula forra	Domingos Pereira Alves	1768	CX 012/ 004
Joana Sousa Andrade – crioula forra	Pedro Veloso Carvalho	1797	CX 031 /009
Luzia Ferreira Campos – preta forra	Rosa Maria Alves	1773	CX 014/002
Maria Benguela – preta forra	N/C	1799	CX 034/009
Maria Madalena – crioula forra	Manuel Faria Morato	1770	Cx 012/015
Mariana Gomes Araujo – crioula forra	Domingos Pinto Coelho	1775	CX 015/ 004
Maurícia Gonçalves Galvão – preta forra	Domingos Alves Oliveira	1798	CX 032/007
Rita Maria Sousa – preta forra	Miguel Sousa Soares	1799	CX 033/011
Ana Maria Soares – crioula forra	Manoel Joaquim Cordeiro	1797	CX 031/010
Leonor Machado – preta forra	N/C	1796	CX 031/011

Inventariado	Inventariante	Ano	Documento
Lourença Veloso – preta forra	N/C	1781	CX 019/022
Quitéria Martins – preta forra	Alferes Jose Machado	1788	CX 022/012
Bernardo Costa Braga	Ana Ferreira Rodrigues (preta forra)	1806	Cx 043/003
João Silva Carneiro (Preto forro)	Maria Felipe (Preta forra)	1794	CX 028/006
Jose Rosa (Preto forro)	Antonia Afonsa (Crioula forra)	1797	Cx 031/017
Luciano Manoel Tavares Araujo	Ana Gonçalves (Crioula forra)	1809	CX 048/006

Testamentos

Testador	Testamenteiro	Ano	Documento
Ana Abreu (preta forra)	Antonio Barbosa Fiuza (preto forro)	1779	CX 094/032
Bárbara da Costa (crioula forra)	Francisco Moutinho (pardo forro)	1790	CX 094/057
Joana Ferreira Souto (crioula forra)	Maria Rosa	1815	CX 096/002
Maria Machado Pereira (preta forra)	Gil Machado (preto forro)	1777	CX 094/017
Rosa Ferreira da Costa (preta forra)	Alferes Jose Ribeiro Domingues	1762	CX 094/013
Joao da Silva Carneiro (Preto forro)	Maria Felipa de Andrade (crioula forra)	1792	CX 094/064
Rosa Rocha (negra forra)	Faustina Claudina Silva	1820	CX 095/090
João Henrique Lopes	Rosa Ferreira Silva (preta forra)	1783	CX 094/038
Ana Cabral	Antonio da Silva Teixeira e a sua mulher Felipa Bal de Sa	1750	CX 032/ 007
Quitérias Martins	Antonio Ferreira da Costa	1784	N/C

Testamentárias

Autor	Testador	Ano	Documento
Promotor do júizo	Testamenteiro de Magdalena de Oliveira- preta forra	1766	CX 170/005
Doutor Promotor	Rosa Ferreira da Silva – crioula forra testamenteira de João Henrique Lopes	1793	CX 172/019

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Hierarquia Social polarizada*. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822. Niterói, 2001. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2001.

CHAHON, Sérgio. Visões da religiosidade católica no Brasil colonial. *Revista Digital Simonsen*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 85-99, 2014.

CARRARA, Angelo Alves. “A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária”. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo Brasil, v. 3, n. 2, p. 47-63, 2001.

- CASTRO, Hebe. "História Social". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76-96.
- COSTA, Manuela Pinto da. "Glossário de termos têxteis e afins". *Revista da Faculdade de Letras, Ciências técnicas e do património*. Porto, 2004 I Série vol. III.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *O avesso da Memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.) *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- GUEDES, Roberto. *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados – séc. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- KANTOR, Iris. Tirania da etiqueta nas Minas Gerais Setecentista. *LPH: Revista de História*. Mariana: Dep. De História/UFOP, Ouro Preto, v. 5, p. 122-137, 1995.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Editora Itatiaia, 1980.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A Demanda do Trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte/UFMG, n. 65, p. 153-199, jul. 1997.
- MAGALHÃES, Cristiane Maria. Escravos e libertos: homens de ocupações no século XIX. *Revista O Olho da História*, n. 10, p. 44-52, abr. 2008.
- MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura – Material em Vila Rica (1750-1800)*. Mariana, 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- MÓL, Cláudia Cristina. Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 32, p. 176-189, 2004.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)*. Juiz de Fora-MG, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.
- PRIMO, Bárbara Deslandes. Representação e poder simbólico nas joias afrobrasileiras: sobrevivências culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João del Rei no século XVIII. *Anais Do II Encontro Internacional De História Colonial*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, p. 1-18, set/out. 2008.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROCHE, Daniel. *A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São

Paulo: SENAC, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SILVA, Marcus Flávio da. *Subsistência e Poder: A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

SOARES, Márcio. “A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América Latina”. In: GUEDES, Roberto. *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados – séc. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 35-50.

THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800*. Tradução Marisa Rocha Motta. São Paulo: Campus, 2004.

Nota de autoria

Ana Caroline Carvalho Miranda é Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. É Membro do Laboratório de História Econômica e Social (UFJF), e do Grupo de Pesquisa Escravidão atlântico: família, riqueza e cultura (UFMG). Também é professora nas redes de ensino privada e pública no Estado de Minas Gerais. Pesquisa, atualmente, os seguintes temas: os libertos e o acesso à justiça cível; História da Justiça; Escravidão Atlântica e Antigo Regime Português. E-mail: anacarolinec625@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MIRANDA, Ana Caroline Carvalho. A modéstia e a ostentação no vestuário das mulheres alforriadas na Vila de Pitangui (1750-1820). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 180-194, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 20/05/2020.


Modificações solicitadas em 24/08/20.

Aprovado em 31/08/2020.

Circulação de papéis: notícias e ideias pela América portuguesa (1808-1822)

Circulation of papers: news and ideas through Portuguese America (1808-1822)

Augusto Henrique Assis Resende

 <https://orcid.org/0000-0002-2414-1831>

Universidade Estadual Paulista

Resumo: O início do século XIX no Brasil é marcado por um processo de grande ruptura estrutural, a quebra do antigo sistema colonial, que se materializa especialmente após a trasladação da Corte portuguesa em 1808. As alterações sociais, econômicas e políticas vivenciadas à época tiveram nos escritos (impressos e manuscritos) uma importante ferramenta na disseminação de ideias, notícias, culturas políticas, bem como num rearranjo de comportamentos sociais que perpassavam as alterações que ocorriam entre os âmbitos privado e público daquela sociedade. Para o entendimento dessas situações, apresento algumas discussões historiográficas, bem como fragmentos de fontes (do *Correio Brasiliense*, *Idade d'Ouro do Brasil*, *Correio do Rio de Janeiro* e *Revérbero Constitucional Fluminense*) pertinentes ao recorte temporal (1808-1822), e com os quais quero demonstrar a quase livre circulação de escritos em períodos de extrema proibição, circulação que possibilitava a veiculação de ideias. Tudo isso sob a vigilância da coroa através da censura, um instrumento que enfrentava as dificuldades práticas e logísticas de seu tempo. A abordagem das fontes é feita por meio da associação de dois tipos complementares de metodologia: o método crítico, consagrado por Marc Bloch (2001) e também difundido por Antoine Prost (2014); e a análise semântica, exposta e explicitada por Ronaldo Vainfas e por Ciro Flamarion Cardoso (1997).

Palavras-chave: Escritos. Censura. Notícias.

Abstract: The earlier 19th century in Brasil is marked by a great process of structural rupture, the breaking of the old colonial system, which materialize itself specially after transfer of Portuguese court in 1808. The social, economic and political changes experienced at the time had in the writings (printed and manuscripts) an important tool of dissemination of ideas, news, political cultures, as well as in a rearrangement of social behaviors that permeated the changes that occurred between the private and public spheres of that society. For the understanding of these situations, I present some historiographical discussions, as well as fragments of sources (like in the *Correio Brasiliense*, *Idade d'Ouro do Brasil*, *Correio do Rio de Janeiro* and *Revérbero Constitucional Fluminense*) pertinent to the time frame (1808-1822), and with which I want to demonstrate the almost free circulation of writings in periods of extreme prohibition, a circulation that made it possible the transmission of ideas. All of this was under the watch of the crown through censorship, an instrument that faced the practical and logistical difficulties of its time. The sources are approached through the association of two complementary types of methodology: the critical method, enshrined by Marc Bloch (2001) and also disseminated by Antoine Prost (2014); and the semantic analysis, exposed and explained by Ronaldo Vainfas and Ciro Flamarion Cardoso (1997).

Keywords: Writings. Censorship. News.

Neste texto, eu apresento algumas reflexões concernentes à variedade de material escrito que circulava pela América portuguesa entre 1808 e 1822, bem como à censura que intentava controlar essa circulação. O texto que segue é uma parte daquilo que está sendo desenvolvido em minha pesquisa de doutoramento (a partir de pesquisas que se iniciaram no segundo semestre de 2019 e ainda em curso), e leituras de parte do que foi produzido pelas historiografias brasileira e



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

portuguesa. Assim, a partir de manuscritos e de impressos que eram produzidos para circular em partes do Império luso-brasileiro no período supra, tenho por objetivo mostrar que muitas formas de escritos circulavam pelo Brasil há muito tempo, circulação que possibilitava a veiculação de uma série imensurável de ideias políticas e científicas, de literatura, etc.; demonstrar que os escritos que chegavam à América e que eram veiculados a partir de muitos portos brasileiros influenciaram sedições coloniais (num brevíssimo aparte, já que essa temática extrapola os contornos deste texto, assim como por haver ótimos trabalhos a esse respeito), e continuaram a estar presentes no cotidiano dos habitantes do Brasil no período de 1808 a 1822; além disso, pretendo esclarecer alguns aspectos relativos à censura oficial existente no Império e os limites do aparato censor relativamente à veiculação de escritos por aquele território, e das ideias presentes em tais papéis.

No procedimento com as fontes, as metodologias pelas quais me guio são o método crítico e a análise semântica. De modo que eu possa analisar toda a documentação com o rigor que o fazer histórico demanda, valho-me do que diz Marc Bloch (2001) acerca da importância de se analisar criticamente um documento, da desconfiança quanto ao que as fontes voluntárias e involuntárias oferecem aos historiadores. Também nesse sentido, Antoine Prost (2014) chama-nos a atenção para a grande relevância desse método de crítica documental e de suas regras (com as críticas: interna, externa, da sinceridade e da exatidão), as quais auxiliam os historiadores a procederem a pesquisas que tenham questionamentos pertinentes e que os levem a hipóteses e a respostas adequadas ao momento: o presente. Além disso, atento ao que dizem Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), analiso os textos e os discursos presentes nesse *corpus* de maneira que ambos sejam percebidos para além da hermenêutica ou crítica de interpretação, isto é, que estejam relacionados ao contexto social em que aquela documentação foi produzida. Isso quer dizer que o texto não é um descolamento da realidade em que seu autor viveu e o produziu, e, por tal razão, esse material proporciona chaves de interpretação para que aquele período seja entendido, em outro momento, por historiadores de quaisquer épocas.

Portanto, com o correr do texto, tenho o intento de demonstrar que a América portuguesa esteve aberta a uma quase livre entrada e circulação de papéis de todo tipo e advindos de diversas origens; que a presença desses papéis ensejava a veiculação de ideias já consagradas no velho mundo, mas também traziam novidades do mundo científico, literário, econômico, social e político (casos do liberalismo e do constitucionalismo); e, por fim, visio analisar as ações da censura na porção americana do Império luso-brasileiro no período de 1808 a 1822, bem como demonstrar sua fragilidade em pôr em prática os obstáculos à chegada e propagação de escritos tidos como indesejados.

Sendo assim, é importante que se diga que este texto não é o resultado de pesquisas finalizadas, com ele eu não trago respostas, mas sim uma série de questionamentos, de indagações que considero pertinentes sobre um conteúdo que segue sendo mitificado por parte da historiografia nacional. Faço algumas conjecturas e elaboro algumas hipóteses que podem, penso eu, suscitar novos estudos, buscar novas respostas, ao invés de permanecermos com ares de certeza a respeito de um tema bastante relevante.

Dessa forma, especialmente me volto para locais de considerável importância para o Império luso-brasileiro, a saber: Rio de Janeiro, Salvador e Lisboa, além de também privilegiar uma pequena parte do que se produzia em Londres. A escolha das três primeiras cidades se deve à relevância política, econômica e social que elas tinham dentro do Império, posto que, durante os últimos três séculos, a principal concentração de poder político português esteve nelas presente (MOREL, 2005). Já a capital inglesa foi escolhida devido às relações comerciais e diplomáticas bastante estreitas entre Portugal e Inglaterra, à relevante embaixada portuguesa ali estabelecida e, precipuamente, por conta dos jornais portugueses que lá eram editados e enviados a alguns territórios lusos (*Correio Brasiliense*¹, *O Investigador Português em Inglaterra*, *Espelho*, *O*

¹ Em todos os excertos retirados de jornais, ao longo do texto, foi atualizada a ortografia.

Português etc.).

Assim, na virada do século XVIII para o século XIX, ainda que o Reformismo Ilustrado proporcionasse um ambiente um pouco menos hostil à veiculação de alguns tipos de escritos do que em período anterior, a censura deveria inspirar a sensação de ser um elemento vigoroso e que tinha como finalidade coibir os escritos considerados subversivos à ordem política e religiosa. Em Portugal, a censura de todos os papéis produzidos no reino, e daqueles que nele entravam, era uma atribuição da Real Mesa Censória. Porém, a partir de decreto de 19 de julho de 1790, um dos órgãos da coroa, o Desembargo do Paço, sofreu reformas político-administrativas e passou a receber as atribuições censoras que cabiam à Real Mesa Censória, extinta desde então.

Subordinada ao Desembargo do Paço, e também com o intuito de cuidar da censura, havia a Secretaria da Revisão, composta por dois oficiais e vários censores. Entretanto, alguns anos mais tarde, em 17 de dezembro de 1794, um decreto passava a fazer distinção concernentemente aos papéis a serem inspecionados pelos órgãos da coroa: os escritos de cunho secular continuavam a ser da responsabilidade do Desembargo do Paço, enquanto que os escritos de teor religioso passavam a ser uma atribuição exclusiva do Santo Ofício.

Finalmente, no início do século XIX, o Desembargo do Paço seria ramificado, em consequência da transferência da Corte para o Brasil. Por alvará de 22 de Abril de 1808, foi criada no Rio de Janeiro uma nova instituição, designada 'Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens', com a incumbência de tratar os assuntos do Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens e Conselho Ultramarino. Contudo, a instituição-mãe continuaria a funcionar no Reino, consultando, inclusive, o rei da Corte do Brasil [...]. (SUBTIL, 1998, p. 146)

Atinente às ideias que circulavam entre os portugueses, é relevante mencionar que as Luzes foram introduzidas oficialmente no Império luso-brasileiro a partir do reinado de D. José I (1750-1777) por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), conde de Oeiras, e depois, marquês de Pombal. Em comparação com outros Estados europeus, a Ilustração ganhou contornos mais suaves em terras lusas dadas as especificidades sociais da população, principalmente aquelas ligadas às tradições sociais e religiosas, podendo-se dizer que ali o Iluminismo prevalecente era católico e moderado. Desse modo, ainda que as alterações e as reformas promovidas por Pombal tenham sido relevantes à Portugal, posto que por conta delas tenha havido interessantes e importantes transformações econômicas, sociais e políticas, elas não foram suficientes para abalar a ordem constituída, isto é, o Antigo Regime – visto que reguladas pelo ministro (VILLALTA, 2015).

Com Pombal à frente do governo português, pretendeu-se utilizar algumas ideias difundidas a partir do Iluminismo para pôr Portugal novamente na marcha do progresso, ou ao menos, não o deixar tão “atrasado” em relação às potências europeias de então. Para tanto, mirava-se uma maior diversificação econômica do Império português com o incentivo às companhias de comércio, voltadas às colônias, e com o fortalecimento da coroa diante da Nobreza e da Igreja. Assim, ainda que Pombal tenha sido um incentivador e implementador do Reformismo Ilustrado, ele também se empenhava em reforçar o absolutismo monárquico (VILLALTA, 2015).

É interessante acrescentar que, àquela altura, fins do século XVIII, o absolutismo monárquico estava fortalecido em terras lusas por conta das reformas pombalinas e as políticas ligadas àquele sistema ainda ditavam o ritmo de muitas situações vivenciadas no Império português. Sob aquelas circunstâncias bem singulares e na esteira do que diz Jürgen Habermas (2014), a censura imposta ao que era escrito poderia ser uma maneira de a coroa tentar controlar tudo aquilo que circulava em público de modo a demonstrar a dominação que o monarca poderia exercer sobre as instâncias particularistas e corporativas daquela sociedade civil. A concentração de poderes nas mãos das majestades se deu, geralmente, a partir da tomada de controle na tentativa de suprimir aquilo que outras esferas sociais possuíam à base da tradição, especialmente no âmbito da esfera pública.

Indo ao encontro dos escritos de Habermas nessa linha de tentativa de controle das esferas

públicas pelos monarcas, Robert Darnton (2016) comenta que a presença e a força da censura na sociedade francesa no Oitocentos complementavam um momento de crescimento do Estado. Nesse sentido, a censura fazia parte de uma estrutura de reforço do poder absolutista, e ainda que a sociedade francesa não fosse tão similar à sociedade portuguesa, é muito provável que, tal como alguns elementos da Ilustração foram assimilados por esta, as características que diziam respeito à burocratização do Estado francês também devem ter servido de exemplo à administração portuguesa.

Não obstante as atribuições do Desembargo do Paço, em que os censores analisavam o que poderia ser impresso em Portugal (e na América portuguesa após 1808), bem como o tipo de impresso que poderia adentrar o Império português, o chefe da Intendência Geral da Polícia (sediada em Lisboa e no Rio de Janeiro, aqui depois de 1808) também ficava atento àquilo que circulava entre os súditos portugueses (europeus e americanos). Além de analisar os impressos, o intendente geral da polícia também voltava sua atenção para os manuscritos, de uso extremamente consagrado na América. Mas fosse em Portugal ou no Brasil, a atuação do intendente geral da polícia e as suas largas atribuições sócio-políticas (a ele cabia cuidar da limpeza urbana, da construção de pontes, da emissão de passaportes etc.), ficavam mais restritas à Corte. E isso era válido tanto para Lisboa como para o Rio de Janeiro (VILLALTA, 2016).

Dessa maneira, por questões atinentes à logística de deslocamento territorial, seria impossível, ou ao menos deveras difícil para o intendente geral da polícia fiscalizar toda a América portuguesa (já com amplas possessões, mas que nos anos da pesquisa ainda contava com dois novos territórios anexados a elas: as conquistas da Banda Oriental e da Guiana Francesa), e mesmo Portugal. Desse modo, caso viesse a ser efetiva, a atuação desse funcionário real no tocante à fiscalização de notícias e de ideias que circulavam por escrito deveria ser uma tarefa hercúlea.

Todavia, é importante deixar claro que, mesmo que algumas ideias relativas à Ilustração chegassem à América portuguesa por vias legais desde o século XVIII, como se vê em larga literatura e conforme os estudos de Morel (2007), percebe-se que teria havido por aqui uma filtragem dessas novas ideias por meio do citado Reformismo Ilustrado português, mas, também, que a leitura da elite em torno do período da Independência brasileira era selecionada a partir de traços da restauração francesa.

Alguns dos escritos que adentravam territórios lusos vinham para a América nas bagagens de colonos que retornavam às suas casas (principalmente vindos de Portugal) “trazendo livros, ainda que proibidos”. Mas até os

Livros condenados eram acessíveis para compra mesmo na Colônia quando faziam parte de espólios, e eram nessa condição arrematados, **ocorrendo sem problemas sua circulação por tal via. Outra forma de burlar os controles se dava pela compra de impressos nos navios que chegavam da Europa**, quer se tratasse de livros, quer das gazetas cuja circulação era vedada pelo governo. (JANCSÓ, 2018, p. 316, grifo meu)

Evidentemente que os livros tinham a sua função já consagrada como difusores de conhecimento relativamente a novas possibilidades e de novas perspectivas, mas, ainda que na América portuguesa eles tenham tido destaque, outros tipos de escritos eram de mais fácil transporte, leitura, assimilação e circulação, como opúsculos, panfletos, pasquins, jornais. Assim, a “disseminação de novas ideias ocorria sobretudo por intermédio de alguns impressos, manuscritos e pela comunicação oral e não sob a forma de uma reflexão de cunho mais sistemático e livresco” (SANTOS; FERREIRA, 2014, p. 46).

É digno de nota acrescer que, a despeito das muitas proibições e restrições feitas pela coroa portuguesa acerca do tipo de material escrito que poderia circular pelas colônias da América portuguesa, as conjurações de Minas Gerais (1788-1789), do Rio de Janeiro (1794) e da Bahia (1798), bem como as revoluções de 1817, em Pernambuco e em Portugal (de Gomes Freire de

Andrade),² demonstram o quanto que o contrabando de ideias foi intenso malgrado os obstáculos oficiais impostos pelo Estado português à propagação de escritos. Para que as pessoas pudessem ter contato com estes, István Jancsó (2018) comenta que havia algumas bibliotecas espalhadas pelas colônias portuguesas na América, sendo que algumas delas eram bem supridas de livros clássicos, bem como dos contemporâneos. Diz também que a leitura e os comentários acerca de tais obras, e de outros escritos, se faziam ou poderiam ser feitos coletivamente, em reuniões, em jantares etc. Além disso, Jancsó assinala que a possibilidade de acesso àqueles escritos não tinha relação direta com a condição econômica nem social do leitor e/ou do ouvinte, e que isso se dava tanto em decorrência da costumeira prática de empréstimos de papéis, como pela extensão que as reuniões poderiam ter.

Nesses movimentos setecentistas, seus membros tiveram acesso a escritos de matizes variados, tanto os que haviam sido aprovados pelos censores quanto os que foram proibidos por eles, como jornais europeus e escritos da Ilustração francesa. No caso dos conjurados mineiros, além desta, eles ainda tiveram inspiração dos movimentos que levaram à independência das treze colônias inglesas da América do Norte;³ já os fluminenses conversavam e discutiam questões relativas à liberdade, à igualdade e ao regime republicano, e o mais surpreendente, entre pessoas de estratos sociais diferentes;⁴ os baianos, mais radicais, foram influenciados pelo ideário da Revolução Francesa, com a Conjuração Baiana tendo sido um movimento mais abrangente naquela sociedade e sendo de grande expressão da crise do Antigo Regime na América lusa (SANTOS; FERREIRA, 2014).

O período final do Setecentos e inicial do Oitocentos é de significativa importância em termos de transições sociais e políticas vivenciadas na América e na Europa, e é um momento em que escritos de todo tipo passam a ter grande circularidade por esses continentes. Há um aumento no número de livros e de jornais publicados. No caso de Portugal, por exemplo, a partir de 1808 vê-se aumentar o número de periódicos, mas em especial aqueles impressos no exterior, como em Londres e em Paris. Os autores das folhas impressas nestas cidades se valiam de situações de liberdade de imprensa (maior na Inglaterra do que na França) e conseguiam alcançar leitores e ouvintes em muitas partes do Império luso-brasileiro. Valentim Alexandre explica que

agora, com as novas publicações, a reflexão política concreta deixa de ser o privilégio de um número restrito de homens de Estado e de alguns poucos membros dos sectores sociais dominantes com acesso à corte, alargando-se a outras camadas, que passam a dispor de uma informação relativamente actualizada tanto sobre os acontecimentos ocorridos na Europa como sobre os problemas nacionais, fornecida mensalmente pelas verdadeiras revistas políticas que eram o *Correio Brasiliense*, *O investigador* e *O Português* [...] Melhor do que pelos números, **o impacto desta imprensa pode ser avaliado pela inquietação que provocava nos círculos governamentais luso-brasileiros, que por várias vezes tentaram, mas sem êxito, impedir a**

² O general Gomes Freire de Andrade encabeçou uma conspiração de cunho liberal em Lisboa, em maio de 1817, onde militares formavam o grosso dos insatisfeitos com a preponderância inglesa no governo do reino português. O movimento foi abafado em outubro daquele mesmo ano (NEVES, 2011). Registre-se que 1817 foi um ano de grande fermentação liberal na Espanha, em Portugal e no que é hoje o Nordeste brasileiro (BERBEL, 1999). Mello (2014) diz que os movimentos revolucionários de 1817 ocorridos no império estavam inseridos numa trama maçônica a fim de limitar os poderes da coroa portuguesa e que também teriam desdobramento na Corte carioca.

³ Como demonstra Kenneth Maxwell (2005), os conjurados mineiros tiveram acesso a escritos diversos, sendo que alguns deles tinham bibliotecas, e “mais rapidamente recebiam livros e informações do que chegavam às autoridades coloniais despachos oficiais de Lisboa” (MAXWELL, 2005, p. 147). Tais conjurados tiveram a chance de ler e de ouvir: Robertson (*Histoire de l'Amérique*), a *Encyclopédie* e textos de Bielfeld, Voltaire e Condillac, bem como de Adam Smith, além de o “*Recueil de Loix Constitutive des États-Unis de l'Amérique*, publicado em Filadélfia, em 1778, e que incluía os artigos da Confederação e das constituições da Pensilvânia, Nova Jersey, Dalaware, Maryland, Virgínia, Carolinas e Massachusetts. Continham, também, os comentários à constituição, de Raynal e Mably” (MAXWELL, 2005, p. 147); além da obra de Raynal que cita o “Brasil”: *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, de 1770.

⁴ Como os mineiros, os ditos inconfidentes do Rio de Janeiro também leram a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, de Raynal, além de Émile: ou Da Educação, de Rousseau. Ademais, debatiam questões concernentes à Segunda Escolástica e à soberania popular (VILLALTA, 2000).

sua circulação em território nacional. (ALEXANDRE, 1993, p. 396-397, grifo meu)

Igualmente, em 1808, a partir do estabelecimento da Impressão Régia na nova Corte do Império luso-brasileiro, no Rio de Janeiro, a imprensa (oficialmente inaugurada na América portuguesa) passava a ter grande importância em termos de difusão de informações, e adquiria também aspecto de um novo meio de propagação de escritos político-filosóficos, acrescentando novos conceitos e novas práticas políticas aos letrados e à elite brasileira (SOUZA, 1999). Nota-se que mesmo em grande atraso relativamente a quase todo o continente americano, o estabelecimento de uma oficina tipográfica no Rio de Janeiro proporcionava o nascimento de uma imprensa noticiosa, ativa, combativa e não apenas áulica. A gráfica que dava origem à Impressão Régia havia sido trazida de Lisboa por Antônio de Araújo (posteriormente conde da Barca, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra) e funcionaria de 1808 a 1821. Sua criação e funcionamento se deram no mesmo dia: 13 de maio de 1808.

A partir dali multiplicou-se indefinidamente o número de papéis impressos, inclusive com a abertura de novas tipografias em outras localidades brasileiras. Isso pode ser percebido por meio da notícia da autorização régia recebida por Manuel Antonio da Silva Serva,⁵ em 5 de fevereiro de 1811, para abrir uma tipografia em Salvador (SILVA, 2006). Sobre impressões no Brasil, vê-se em estudo de Isabel Lustosa (2000) que antes de 1808 houve tentativas de se imprimir textos, ainda que quase todas frustradas pela rigidez das normas de proibição da coroa. Analogamente, isso é percebido pela leitura do texto de Carlos Rizzini (1946), que cita três casos de tentativas de publicação de impressos anteriores a 1808, em que se percebe que a coroa portuguesa não queria que a imprensa fosse implementada em suas colônias americanas. Os casos por ele analisados, e estorvados, se deram: em 1706, em Recife; em 1746-1747, no Rio de Janeiro; e em 1807, em Vila Rica, sendo que nas duas primeiras ocasiões a coroa portuguesa obstou as tentativas, e no último parece pairar as brumas da falta de rastros, de evidências.

O alvorecer da imprensa no Rio de Janeiro em 1808 e seu desenvolvimento desde então ensejaram diversas alterações no cotidiano da nova Corte, já que com o aparecimento desse novo aparato, uma miríade de relações sociais era também afetada devido ao seu alcance. Claramente, foi um início tardio de atividade impressa mesmo em consideração a outras porções do continente americano, porém foi animador, visto que a demanda por impressões e por reimpressões haveria de ser alta na sede de um império. Igualmente, aquela atividade contava com a participação de correspondentes, editores, panfletários, folhetinistas, tipógrafos, censores, leitores (SCHIAVINATTO, 2008), ou seja, havia um considerável envolvimento social, econômico e político ligado à Impressão Régia e aos papéis de lá saídos. Ocorreria ainda, em dado momento, a inversão colonial de atribuições relativamente à propagação de escritos e que transformaria a Impressão Régia carioca em uma exportadora de impressos para Portugal (MOTA, 2009).

É importante dizer que o primeiro jornal produzido nas possessões portuguesas na América, de modo oficial, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808). Apesar disso, o jornal que marcaria o início do periodismo brasileiro seria o *Correio Brasiliense* (1.º de junho de 1808) (SODRÉ, 1999; MARTINS; LUCA, 2012). Naquele período começava a haver a criação de jornais por motivações diversas, fossem os de duração efêmera ou os mais persistentes, produção que aumentaria à medida que o tempo avançava.

Desde a sua instalação na América portuguesa, a imprensa e o avanço das instituições políticas nacionais caminharam lado a lado. Pode-se dizer que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 8). Desta maneira, vejo com grande importância o estudo de jornais do período oitocentista, com destaque para as fases de agitação e de transição política. Por isso, a importância de se investigar jornais que eram publicados em sítios de grande atividade política, para que se possa perceber, por meio

⁵ O redator do jornal *Idade d'Ouro do Brasil*.

dos escritos de seus redatores, bem como pelos de seus correspondentes, as nuances de tal momento e de tais localidades.

Assim, leva-se em conta que a imprensa fazia parte da engrenagem política e social de seu tempo, por ela se transmitia aos seus leitores e ouvintes as intenções e as esperanças de seus autores, assim como as suas hipocrisias e artimanhas. Apesar de desempenhar um importante papel, formidável como fonte primária, ela deve ser analisada como quaisquer outras fontes para as quais o historiador lança as suas questões, com rigor e atenção, de modo que as comparações possam ser feitas com o fim de melhorar a compreensão e a reconstrução do nosso passado.

Aproveito o ensejo para brevemente dizer que o referencial teórico pelo qual baseio meus estudos é aquele ligado à história do político. Tenho em vista que este tipo de história passou por uma grande revisão historiográfica durante o século XX, sendo refeito com novos aportes teórico-metodológicos e englobando aquilo que extrapola o individual (que era a principal crítica que se fazia à clássica história política: metódica, anedótica, elitista, biográfica etc.), estando presente e muito associada à coletividade, que é o universo da política.

Tendo ficado no ostracismo da historiografia, principalmente a partir da primeira geração dos *Annales* até os anos 1970, um dos grandes responsáveis pelo retorno triunfante da história do político foi o historiador francês René Rémond, o qual é um dos expoentes na revalorização da história do mundo político na historiografia contemporânea. Reapresentando a história política com uma grande capacidade de apreensão dos movimentos da humanidade, ainda atribuiu a ela o epíteto de “nova” para demonstrar seus maiores alcances enquanto suporte para a pesquisa histórica (RÉMOND, 2003). Pois essa nova história política era apresentada como sendo de vasta abrangência social, visto que os movimentos políticos passavam a ser enxergados como de grande extensão e participação social.

Igualmente em termos de alta relevância, o político e o social passam a ser percebidos como indissociáveis um do outro, sendo que o político seria o responsável pelo ordenamento social. É dizer que a compreensão de uma sociedade não se resume aos aspectos sociais, culturais e econômicos, posto que, com o político, o componente de mais relevo, um agrupamento de pessoas é mais que uma população, é uma comunidade (ROSANVALLON, 2010).

Entretanto, de volta ao objeto do texto, ainda que houvesse tentativas oficiais de entaves à entrada e à veiculação de livros e de outros impressos na América lusa, especialmente em período anterior ao do estabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro, parte dos jornais que passaram a circular por ali a partir de então também exploraria uma nova perspectiva, a de um novo espaço de notícias e de opiniões voltado a um público que, ainda que restrito, poderia aumentar. A partir daí, entre 1808 e 1821 (ano em que a censura prévia era drasticamente diminuída), passava a haver um considerável fluxo de jornais e de panfletos, enfim, de escritos, não obstante a censura (SLEMIAN, 2006). Além disso, como o Rio de Janeiro era a nova sede do poder imperial português e a nova capital passava a abrigar grande parte da nobreza lusitana, como os elevados escalões militares e burocráticos do Estado, via aumentado o número de altos comerciantes (nacionais e estrangeiros – britânicos em sua maioria), e das delegações diplomáticas que para ali acorriam.

Destarte, a coexistência entre panfletos e folhetos manuscritos com panfletos e jornais impressos se deu por certo tempo em territórios portugueses. Assim também ocorreu com a cultura de cunho estritamente oral e com a cultura letrada, contíguas em um momento em que a correlação de ambas fez aflorar um ambiente favorável à politização das ruas, com a presença de vários setores sociais na cena política, visto que o “debate assim transcorrido fez com que a política ganhasse dimensões efetivamente públicas [...] ensejou a formação de uma embrionária, porém ativa, opinião pública, elevada à nova fonte de legitimidade política” (BASILE; CARVALHO; NEVES, 2016, p. 89). Desta feita, a opinião publicada por alguns jornalistas passava a experimentar uma situação de “oposição à antiga autoridade dogmática”. O conceito de opinião pública, inclusive, é muito interessante quando se trata de um tema referente à circulação de papéis. Numa sociedade

como a luso-brasileira, a qual, em início do século XIX, estava vivenciando o ocaso do Antigo Regime, um momento de transição em que muitos conceitos tinham seus sentidos alterados em decorrência de um momento de grandes transformações sociais, políticas e econômicas, a opinião não fugiria àquele contexto de mudanças. Lentamente, ela deixava de ter seu sentido atrelado à individualidade, ao julgamento privado do que se passava em sociedade, isto é, em público, e começava a adquirir aspectos mais abrangentes e relacionados à reflexão privada dos negócios públicos, algumas vezes com discussões feitas em público e/ou do que era público (NEVES, 2014, p. 156-158).

A presença de folhas manuscritas, bem como a de pasquins e de cartas anônimas espalhadas por ambientes públicos como ruas, largos, praças e a de cartazes afixados em portas de casas diversas ou de imóveis ligados à coroa, corrobora a ideia de que a cena pública luso-brasileira já era acessível a muitos segmentos sociais e com um movimento de hibridismo político-cultural, pois contava com situações típicas de ambientes do Antigo Regime, mas também já vivenciava influências da modernidade política liberal.

Assim, expedientes como a leitura em voz alta para certo número de pessoas, feita onde quer que fosse, permanecia como prática corrente no Brasil ainda após o estabelecimento da imprensa. A produção e a circulação de manuscritos também perduraram mesmo após a consolidação dos impressos, além de terem continuado a influenciar na crítica política (MOREL, 2005). Então, a difusão do que era veiculado na imprensa se inseria em um meio de relações culturais em que folhetos, pasquins e oralidade já eram tradicionais, e talvez nenhum desses meios fosse restrito a algum segmento social e tampouco exclusivo a algum deles. A informação contida nas folhas periódicas “perpassava amplos setores da sociedade” e “não ficava estancada a um círculo de letrados” (MOREL, 2012, p. 25), embora fosse natural que estes dominassem a leitura direta dos impressos e especialmente a sua produção.

Então, o que é possível depreender daquele momento é que a ampliação do espaço público luso-brasileiro independia da imprensa e de seu surgimento, bem como de sua consolidação, a partir de 1820. A expansão de vozes, gritos, gestos e da palavra escrita (manuscrita ou impressa), que Marco Morel (2005) chama de *vox populi*, estava em curso irreversível na porção americana do Império português mesmo antes de a imprensa ter tido a censura prévia abolida pelas Cortes Constituintes de Lisboa (29 de setembro de 1820) e confirmada por D. João VI (decreto de 3 de março de 1821). Malgrado alguns ainda considerem o debate político via impressos apenas com o fim da censura prévia, um movimento de crítica e de opinião políticas já se mostrava presente nas colônias portuguesas da América pelo menos desde fins do século XVIII (VILLALTA, 2016).

Dessa maneira, pode-se supor que a censura não haveria de ser um instrumento infalível nem mesmo ubíquo, o que me leva a conjecturar acerca da impossibilidade de o aparelho burocrático censor luso-brasileiro controlar com mãos de ferro os papéis que circulavam em suas possessões, fossem eles impressos ou manuscritos. Desde pelo menos a década de 1790 que a censura estava estabelecida, institucionalizada e aparatada para atuar de maneira a tentar estorvar os escritos e escritores que poderiam vir a trazer inconvenientes à coroa portuguesa e à religião católica. No entanto, há muita diferença entre estabelecer proibições legais e implantá-las em um vasto território, cujo controle e vigilância eram de difícil execução. Percebo que o maior sucesso, de fato, do aparato censor português foi a proibição relativa ao estabelecimento de tipografias em quaisquer partes do Brasil. Porém, transmitir essa circunstância bem-sucedida de embaraço concernentemente à não abertura de oficinas tipográficas antes de 1808, para uma situação de se falar em sérios obstáculos à entrada e à circulação de papéis nas colônias portuguesas na América é querer enveredar-se por algo que as fontes não confirmam.

Nos impressos produzidos especialmente a partir de 1820 havia um discurso político cuja finalidade não era exclusividade dos “intelectuais”, afinal, alguns periódicos e folhetos buscavam uma relação de proximidade com a oralidade justamente a fim de cativar os leitores menos

instruídos, de facilitar a leitura e melhorar seu entendimento, bem como para que a relação oral-escrito pudesse dar credibilidade ao impresso. Com uma linguagem de alcance mais amplo e com escrita mais acessível, em especial nos anos 1820, era costumeiro que jornais e panfletos expusessem os significados de expressões e de termos novos ou pouco conhecidos em seções onde explicavam algumas situações e o vocabulário político em voga (SCHIAVINATTO, 2008, p. 13; 25). Isso se dava porque a função primordial da imprensa e de seus redatores era pensada no sentido de ensinar a população carente de instrução (LUSTOSA, 2003). Isso fica patente na edição de número um do *Correio do Rio de Janeiro*, em que seu redator, João Soares Lisboa, diz não ter luzes suficientes para ilustrar nem dirigir a opinião pública, porém, possuía muita firmeza de caráter e “probidade para manifestá-la”, ao fazer referência às correspondências que inseriria em sua folha com o intuito de instruir as pessoas.⁶

Por outro lado, embora houvesse os periódicos de mais ampla recepção, havia também aqueles cujos jornalistas buscavam o debate ou o diálogo com outro veículo, e assim, mostrar erudição e pautar a opinião dos mais instruídos, como era comum ao mui erudito José da Silva Lisboa (depois visconde de Cairu). A partir de 1821, e principalmente em 1822, foi bastante comum o embate travado entre jornalistas de Portugal e do Brasil por questões políticas atinentes aos dois reinos.

Por aquela altura, apesar de terem diminuído as tentativas de se obstar a circulação de periódicos no Brasil e em Portugal, diz-se que foi somente a partir da abolição da censura prévia, em 1820-1821, que a imprensa periódica cresceu substancialmente no Brasil (NEVES, 2003). Sobre essa temática, Marco Morel (2005) acrescenta que com a liberdade de imprensa se criou um espaço de expressão pública no Brasil. Esse espaço teria proporcionado grande alívio a muitos escritores, que a partir de então poderiam expressar aquilo que antes seria majoritariamente de domínio privado. Nesse sentido, os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* (Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo) argumentaram que, em um cenário de maior liberdade política, como era aquele vivido no período de introdução do liberalismo entre os portugueses, a imprensa também experimentava maior liberdade. Contudo, dizem que, mesmo quando havia repressão a alguns escritos, não havia receio em se escrever, desde que se bendissesse os mandatários. Os dois redatores dizem ainda que no contexto de maior liberdade havia quem usasse a liberdade dos impressos para combater a liberdade de imprensa, e “os que combatem esta Liberdade da Imprensa não só usam dela, mas também abusam, cometem o mesmo crime que exprobram”.⁷

O ano de 1821 segue sendo visto por alguns historiadores como aquele em que o debate de ideias políticas surgia, de fato, na imprensa brasileira, e que só a partir de então, jornais de diversos locais poderiam noticiar livremente acerca da política, ampliando o espaço público brasileiro no campo das letras impressas (NEVES, 2011; MOREL, 2005). Mas, o que se via então era uma mitigação nas instruções referentes à censura de papéis circulantes pelo império, e não o seu fim. Isso fica evidenciado no *Correio Brasiliense*, quando da publicação de um ato da Junta Provisional do Governo Supremo estabelecida em Lisboa após a aceitação, naquela cidade, do regime liberal (15 de setembro de 1820) inaugurado no Porto (24 de agosto de 1820), que por meio de uma Portaria suspendia a proibição dos periódicos portugueses impressos no exterior e se recomendava aos censores razoável franqueza e justa liberdade quanto às análises dos escritos a fim de facilitarem os meios para a propagação das Luzes e do conhecimento.⁸ Ou seja, não tinha havido o fim da censura nem dos censores, o que havia era uma nova determinação de como tratar os textos que seriam produzidos e os que circulariam pelo Império.

Entretanto, como se vê demonstrado até aqui, percebe-se que mesmo anteriormente à suavização da censura prévia (1820-1821), já existia um debate político no Império luso-brasileiro

⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, edição de 10/04/1822, n.º 1, p. 1.

⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, edição de 15/11/1821, n.º V, p. 51.

⁸ *Correio Brasiliense*, Londres, edição de novembro de 1820, n.º 150, v. XXV, p. 498-499.

que prescindia da imprensa produzida na porção americana do império. Provavelmente, um cenário de críticas e de debates políticos não era exclusivo da esfera privada, essas críticas e debates certamente chegavam a ambientes públicos. E quer fossem debates restritos a manifestações breves, pontuais e tradicionais (como a fixação de cartazes de protesto, veiculação de pasquins etc.) ou mais abrangentes e/ou modernos (como a circulação de jornais, de panfletos, de folhetos, de memórias etc.), não parece mais ser possível sustentar que a abertura do debate político luso-brasileiro tenha se dado apenas com a pontual liberdade de imprensa. Até mesmo porque, anteriormente à diminuição dos efeitos da censura, livros e jornais estrangeiros circulavam por aqui, clandestinamente ou não; ou como posteriormente se vê, tanto em Portugal quanto no Brasil, a liberdade de imprensa não teve muita amplitude, sendo obstada pelas Cortes ou pela coroa em algumas oportunidades e de acordo com os interesses de momento.

Acerca da expansão e da ampliação do espaço público na América, a trasladação da Corte portuguesa para o continente americano fez surgir algumas iniciativas no sentido de melhorar a estrutura urbana de algumas cidades e vilas, notadamente a do Rio de Janeiro. Coadunada aos melhoramentos urbanos, havia também a necessidade de se alterar algumas características sociais tipicamente coloniais, de modo a adaptá-las aos comportamentos europeus mais “progressistas”, cortesãos e em que a esfera pública experimentava certa preponderância frente à esfera privada. Isso porque, na colônia, esses dois âmbitos ainda eram muito afeitos um ao outro, com bastante imbricação entre si, em especial no que tocava à privacidade (PRIORE, 2018). Um bom exemplo da fase que faz o público se sobressair ao privado pode ser visto em uma edição do jornal *Idade d'Ouro do Brasil*. Nela se fala que algumas características arquitetônicas de Salvador, como rótulas e gelosias presentes em alguns imóveis, estavam sendo substituídas por gradis de ferro e/ou por vidraças, de maneira a desafeioar a cidade de um estilo mourisco e do qual chegou-se a dizer que lembrava muito Argel.⁹

Desta feita, na capital baiana foram empreendidos alguns esforços a fim de tornar aquele sítio mais propício às manifestações coevas de cunho público, como por meio de algumas iniciativas governamentais (especialmente feitas pelo governador e capitão geral da Capitania, o 8.º conde dos Arcos) e sociais que dotariam aquela localidade dos meios capazes de se representar essas novas manifestações de forma mais apropriada àquele momento. Isso se daria nos primeiros quatro anos após a chegada do príncipe D. João à América, e se materializaria com algumas edificações: de um passeio público, de um teatro, da praça do comércio, da Aula de comércio e de uma biblioteca pública, além da melhoria do porto. Esses locais seriam estabelecidos à custa da junção do interesse governativo e do social local, e aquela sociedade prontamente atenderia às chamadas de subscrições que visavam angariar fundos para o estabelecimento de tais utensílios públicos. As inaugurações também costumavam contar com grande número de espectadores, de vários segmentos, demonstrando o atrativo relativamente a esses novos locais.

Nas páginas da *Idade d'Ouro do Brasil* é possível ver as subscrições citadas, assim como as loterias, cuja finalidade seria, também, a de arregimentar fundos para as obras, além de haver doações individuais e a cessão de escravos “oficiais” que auxiliariam nas ditas construções. Vê-se assim, por exemplo, que havia um “PLANO PARA A LOTERIA PERTENDIDA [sic] EM FAVOR DA OBRA do novo Teatro da Cidade da Bahia, que se acha a erigir nas Portas de S. Bento”.¹⁰ Também se noticia um cronograma referente à *Livraria Pública*, inaugurada no dia 4 de agosto de 1811, dizendo-se que ela se encontrava no mesmo local em que funcionava a “Livraria do Colégio dos proscritos Jesuítas”. O governador da Capitania, conde dos Arcos, esteve presente na solenidade de inauguração, assim como pessoas de “todas as Ordens”. Foi destacada a importância daquela biblioteca para o progresso civilizacional da Bahia,

⁹ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 10/09/1811, n.º 35, p. 3.

¹⁰ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 25/06/1811, n.º 13. p. 4.

[...] e pelas doces esperanças de melhoramento que pregonha [sic] a difusão das luzes. Conhecimentos de todos os gêneros postos ao alcance de todos os curiosos não de excitar os talentos até agora amortecidos [...] Todos os dias, à exceção das Quartas-feiras, estará a Livraria patente a todas as pessoas de qualquer condição.¹¹

E acrescentava-se um pedido: que os subscritores se acertassem com o tesoureiro.

É digno de nota dizer que tanto antes da efetivação da edificação da “Livraria Pública” de Salvador, quanto depois de ficar pronta, era lugar-comum que, por meio da *Idade d’Ouro do Brasil*, se noticiasse doações de livros, de quadros e de jornais de diversos tipos e de distintas partes do planeta. Vê-se em muitas edições que a grande maioria das doações partia de “compatriotas” (entenda-se aqueles nascidos na Bahia) que estavam estabelecidos em outras praças, em especial em Lisboa e em Londres.

Apesar do que é reiterado em parte da historiografia, relativamente à censura e a outras (im)possíveis dificuldades impostas pela coroa à circulação de escritos e de ideias pelo império luso-brasileiro, tenho visto pelas páginas do *Correio Braziliense* e da *Idade d’Ouro do Brasil* que tais empecilhos não eram tão consideráveis. E que especialmente as cidades portuárias da América eram, por repetidas vezes, alvo de bombardeios de diversas notícias e de distintos pontos do globo. Conforme se verifica a partir do periódico baiano supracitado, Salvador tinha amplo destaque nessa rota de difusão de informações, fossem estas verídicas, falsas, exageradas. Mas é relevante perceber que tudo isso circulava de maneira praticamente livre por aquelas paragens.

Nos anos em que a Europa e parte do mundo vivenciavam e sofriam os efeitos da guerra em decorrência da expansão do império francês (sob Napoleão Bonaparte), semanalmente chegavam ao porto da Cidade da Bahia (posteriormente Salvador) navios de muitos lugares com uma série de informes. Estes se propagavam a partir de vias e meios diversos e, em muitos casos, ambas as formas de transmissão se confirmavam e se completavam, sendo que a disseminação de fatos e de ideias ocorria de quatro formas principais: 1) era ordinário que pela oralidade se informasse sobre determinado assunto acerca da Europa; 2) da mesma feita, cartas chegavam com narrativas de acontecimentos militares na península Ibérica e em outros pontos do velho mundo; 3) lia-se fatos decorridos na Europa e na América, especialmente vindos de Londres e de Lisboa, em gazetas diversificadas; e 4) bem como havia acesso à história, a “estórias” e a ensinamentos, conhecimentos proporcionados por meio de livros variados que também eram recebidos naquele porto, assim como uma série de escritos diversos, manuscritos e impressos.

Portanto, de modo a dar mais detalhes das maneiras como as informações e as ideias poderiam ser transmitidas a partir de várias partes do mundo às possessões portuguesas na América e lograrem circular por ali, e baseadas nas quatro formas de transmissão mencionadas acima, esboço algumas situações descritas e narradas tanto pelo *Correio Braziliense* quanto pela *Idade d’Ouro do Brasil*.

Assim sendo, era comum que, às vezes, as informações variadas viessem no *boca a boca* por meio de conversas trocadas com membros de tripulações de embarcações surtas¹² em Salvador, ou mesmo com passageiros – a saber, o porto de Salvador era bastante movimentado, sendo um importante destino no Atlântico sul. Informações desse tipo chegavam àquele porto com muita frequência e de muitos locais, mas especialmente de Cádiz, de Gibraltar, de Londres e de Lisboa, mas também vinham do Porto, da Ilha de São Miguel (Açores) e mesmo de alguma escala realizada no Rio de Janeiro. Como exemplo, cito duas edições da *Idade d’Ouro do Brasil* em que isso se demonstra: a edição de n.º 40, de 19 de maio de 1812 onde se lê: “pelas últimas notícias que aqui chegaram de Londres e de Lisboa, sabemos alguns sucessos que dão lugar muitas reflexões e que mostram que o atual estado da Europa vai insensivelmente mudando” (p. 4); e a edição de n.º 42, de 26 de maio de 1812:

¹¹ *Idade d’Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 06/08/1811, n.º 25. p. 3-4.

¹² Surta é um termo náutico, um adjetivo mais comum no masculino (e que varia de gênero) e significa ancorado, fundeado.

Por uma embarcação que chegou aqui de Gibraltar, recebemos a feliz notícia de que os Aliados concluíram gloriosamente a empresa de Badajoz, ficando na posse daquela importante Praça. Quando nos vier à mão o Ofício de Wellington, exporemos com muito prazer os detalhes dessa ação. (IDADE D'OURO DO BRASIL, 1812, p. 3)

A prática epistolar era deveras conhecida, costumeira e difundida entre as pessoas que sabiam ler e escrever, precipuamente entre quem fosse instruído, inclusive porque era um meio de comunicação muito usual e talvez ainda fosse a principal maneira de trocar informações até as primeiras décadas do século XIX. De tal sorte que ao porto de Salvador chegavam muitas cartas com bastante frequência e com informes que diziam respeito a muitas situações distintas: política, literatura, sociedade, belicosidades etc. Na *Idade d'Ouro do Brasil* podem-se ver notícias citadas com bastante regularidade e que vinham por meio de missivistas, de correspondentes de lugares diversos e que informavam aos leitores, e aos ouvintes dessa folha baiana, sobre assuntos variados. É verdade que mesmo aos cônsules inglês e estadunidense, estabelecidos naquela capital, chegavam muitas cartas pelas embarcações de seus respectivos países.¹³ A presença de dois consulados em Salvador (pode ser que houvesse mais) demonstra que esta cidade ainda tinha bastante influência e importância no império, a despeito da Corte estar estabelecida mais ao sul.

A terceira forma de propagação de notícias no tocante ao Brasil é a que mais me interessa e era feita pelos jornais. Novamente recorrendo ao periódico baiano, já muito citado, e ao porto da capital da Bahia, nota-se que a este chegavam muitos jornais. A maioria deles era trazida da Grã-Bretanha e de Portugal, mas não era difícil verem citadas folhas da Espanha, dos Estados Unidos da América e do México. Como o transporte marítimo ainda era lento no primeiro quarto do Oitocentos (se comparado à atualidade), as embarcações traziam muitíssimas edições dessas folhas e de alguns meses decorridos (nesse momento, muitos periódicos tinham sua tiragem mensal). À guisa de exemplo, o mais significativo carregamento desse tipo de impressos que encontrei até o momento veio com oito títulos de periódicos: *Courier de Londres*; *Morning Chronicle*; *The Times*; *The Weekly Messenger*; *Repertory of arts, manufactures*; *Les Ambigus*; *O Investigador Portuguez*; e *Correio Braziliense*. Salvo alguma grafia distinta da ortografia atual, eu os copiei como foram escritos na edição em que foram mencionados.¹⁴

É curioso e de grande importância frisar que o carregamento dos jornais citados, e em que se descreve o recebimento do *Correio Braziliense*, se deu em um período em que esse jornal português (digo português porque faz parte da semântica de pertencimento à nação portuguesa), mas produzido em Londres, estava proibido de circular pelos estados do Brasil e também no reino de Portugal e Algarves, assim como de ser portado por quaisquer pessoas em tais territórios. A proibição desse jornal, e de todos os escritos de seu “furioso” autor, se deu por Real Ordem de 17 de setembro de 1811, a qual foi dirigida à Mesa do Desembargo do Paço para as devidas providências.¹⁵ Não obstante a censura, é o próprio Hipólito da Costa, redator do dito periódico, quem diz que seu jornal era lido na Inglaterra, em Portugal e no Brasil.¹⁶ Isto é, apesar da proibição quanto à circulação e posse do referido periódico, ele estava presente nos locais em que era vedado, em mais uma mostra da fragilidade da censura. Esse fato corrobora a situação em que se demonstra como sendo de grande dificuldade o procedimento de censurar o que adentrava a América portuguesa, um território de extrema vastidão e de complexa vigilância.

O tipo de carregamento com jornais era comum, como se vê pelas folhas da *Idade d'Ouro do Brasil*. Por esse tipo de carga não ser extraordinário, em muitos desses carregamentos nem havia detalhamento de títulos, como em remessa feita a partir de Lisboa com sete periódicos

¹³ Como exemplo, veja-se nas edições de n.º 63 e 65 de 1811 da *Idade d'Ouro do Brasil*.

¹⁴ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 08/01/1812, n.º 2, suplemento extraordinário. p. 8.

¹⁵ *Correio Braziliense*, Londres, edição de julho de 1817, p. 3.

¹⁶ *Correio Braziliense*, Londres edição de julho de 1817, p. 124-127.

européus.¹⁷ Bem como daquele outro a bordo de um brigue inglês em que vieram folhas inglesas.¹⁸ Casos desse tipo são fartos na *Idade d'Ouro do Brasil*.

Mas afora a habitualidade referente às chegadas daqueles periódicos, outro fator poderia contribuir para a diminuição na descrição mais cuidadosa a respeito de quais jornais chegavam à *redação da Idade d'Ouro do Brasil*: optava-se por dizer “folhas inglesas” ao invés de dar maior detalhamento, como antes se fazia, em face à supracitada proibição referente ao *Correio Brasiliense*. Então, não é caso de dizer que esta folha tenha deixado de chegar às mãos de Manoel da Silva Serva (redator do jornal baiano), mas sim que ele apenas deixou de citar sua posse e leitura por ela ser proibida. Esse fato não prova a efetividade da censura, isso somente demonstra que ela era facilmente despistada, burlada, fosse por um expediente mais apurado (como pela negligência ao se nomear os itens de um carregamento), fosse por simples corrupção dos agentes da alfândega baiana e/ou de outro porto.¹⁹

A quarta maneira pela qual se recebia informes variados era por meio de livros. Muitos deles sendo enviados à América portuguesa a partir das cidades de Lisboa e de Londres, seguramente os principais centros fornecedores de quaisquer produtos aos portos desse continente. Pelas páginas da *Idade d'Ouro do Brasil* se vê que em Salvador existia ao menos dois pontos de vendas de livros (e também de jornais): um deles é a própria sede desse periódico, sendo sempre tratada como “Loja da Gazeta”; a outra não foi nomeada, mas se dizia que vendia cartas de jogar, gazetas e “todas as mais obras que forem saindo”.²⁰ Também era usual que se noticiasse envios de livros da Europa à América por doadores, especialmente feitos à biblioteca pública de Salvador. Em nenhuma das edições se menciona qualquer forma de cuidado referente a quaisquer tipos de livros, nem mesmo se fala acerca de fiscalização deles ao serem recebidos no porto, onde por certo havia uma alfândega. Talvez isso se desse porque a censura fosse algo tão costumeiro àquelas pessoas, que não demandava a explicitação de tais expedientes ou então porque o aparato censor era passível de ser ludibriado.

Nesse contexto, e como é mostrado neste texto, percebe-se que a censura era um instrumento que visava manter os súditos portugueses distantes de ideias que colocassem em risco as práticas absolutistas ainda correntes no império. É fato irrefutável que a censura existia, de modo algum eu estou a negá-la. Porém, ficam ainda algumas pontas soltas, algumas perguntas sem respostas; seria possível que o aparato censor pudesse funcionar de maneira eficiente e efetiva no intuito de evitar a entrada e a circulação de papéis entre quaisquer pessoas numa sociedade como aquela, que se diversificava e se tornava cosmopolita, sendo que durante o período colonial essa fiscalização havia se mostrado um instrumento extremamente débil? Penso não ser o momento (de minha pesquisa) de ter uma resposta taxativa, embora por enquanto eu veja que o poder da censura no Império luso-brasileiro seja superestimado por parte da historiografia.

Portanto, tendo aludido rapidamente aos movimentos contestatórios setecentistas brasileiros, bem como ao agitado ano de 1817 e suas duas revoluções; assim como à presença maciça de manuscritos, afixação de cartazes, de uma imprensa crescente, da circulação de livros; e o espaço público sendo gradativamente mais ocupado, acredito que seja bastante pertinente concluir este texto com uma grande dúvida referente à real eficácia do aparato censor luso-brasileiro, tendo-se mostrado falho, extremamente permissivo e/ou omissivo, ainda assim é estranhamente visto por alguns historiadores como um instrumento inquisitorial.

Fontes

¹⁷ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 08/11/1811, n.º 52. p. 4.

¹⁸ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 21/06/1811, n.º 12. p. 3-4.

¹⁹ Em edição de novembro de 1817, n.º LXXVII, v. XX, p. 116-118, *O Investigador Português em Inglaterra*, Londres, cita um caso de corrupção nas alfândegas de Portugal. Situação similar poderia se dar nas alfândegas do Brasil também.

²⁰ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 12/07/1811, n.º 18, suplemento extraordinário. p. 4.

Correio Braziliense. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Idade d'Ouro do Brasil. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Correio do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Revérbero Constitucional Fluminense. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Pelo povo ao rei, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016. p. 85-102.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no fim do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. p. 304-345.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 7-19.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

- MOREL, Marco. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CAPES, 2007. p. 181-206.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 23-43.
- MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009. p. 197-238.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenador). *Crise colonial e Independência (1808-1830)*. Vol. 1 da coletânea História do Brasil nação: 1808-2010, direção de Lília Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva e Fundación Mapfre, 2011. p. 75-113.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. p. 155-171.
- PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. p. 221-257.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Livraria Kosmos, 1946.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. p. 41-58.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 25-50.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Idade d'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 155-175.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 141-243. [V. 4, O Antigo Regime (1620-1807)].

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. Coordenação: Laura de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nota de autoria

Augusto Henrique Assis Resende é doutorando em História na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL/UNESP Assis), sendo bolsista pela CAPES. Mestre em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL/UNESP Assis), tendo sido bolsista pela FAPESP. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: augustoharesende@outlook.com.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

RESENDE, Augusto Henrique Assis. Circulação de papéis: notícias e ideias pela América portuguesa (1808-1822). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 195-210, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 31/05/2020.


Modificações solicitadas em 28/07/2020.

Aprovado em 24/08/2020.


“Que fiquemos livres da jurisdição dos bispos do Maranhão”¹: os discursos por autonomia eclesiástica da Província do Piauí (1829-1838)

“Let us be free from the jurisdiction of the bishops of Maranhão”: the discourses for ecclesiastical autonomy of the Piauí Province (1829-1838)

João Vitor Araújo Sales

 <https://orcid.org/0000-0002-7808-9362>
Universidade Federal do Piauí

Marcelo de Sousa Neto

 <https://orcid.org/0000-0002-2748-2316>
Universidade Federal do Piauí/Universidade Estadual do Piauí

Resumo: A presente pesquisa analisa os discursos em prol da emancipação do Piauí em relação ao governo episcopal do Maranhão, no recorte temporal de 1829 a 1838, período em que se identificou forte investida de grupos piauienses em busca da constituição de uma diocese autônoma. Em um contexto no qual a província do Piauí encontrava-se subordinada ao bispado do Maranhão, desde 1728, se observaram as investidas de grupos que compunham a elite econômica e política piauiense para separar os governos espirituais das duas províncias, expressos nos documentos do Conselho Geral de Governo e da Assembleia Provincial. A narrativa construída em defesa da criação da diocese do Piauí foi elaborada de forma a denunciar prejuízos econômicos e espirituais à Província e ressaltar benefícios que a separação traria, inspirados nos exemplos eclesiais de Goiás e Cuiabá. Entretanto, o lastro documental analisado, centrado na documentação produzida pelo executivo e legislativo piauiense do recorte, denotam o forte desejo das lideranças econômicas e políticas locais em atender conveniências internas, fruto de uma complexa organização matri-patrimonial estabelecida sobre uniões endogâmicas, que, por meio de uma diocese autônoma, encontrar-se-ia livre das custas e embargos impostos pela administração clerical maranhense.

Palavras-chave: História. Igreja. Diocese. Autonomia. Piauí.

Abstract: This research analyzes the speeches in favor of the emancipation of Piauí in relation to the episcopal government of Maranhão, in the time cut from 1829 to 1838, a period in which there was a strong onslaught of Piauí groups in search of the constitution of an autonomous diocese. In a context where the province of Piauí was subordinated to the bishopric of Maranhão, since 1728, the attacks of groups that made up the economic and political elite of Piauí to separate the spiritual governments of the two provinces, expressed in the documents of the General Council of Government and the Provincial Assembly, were observed. The narrative built in defense of the creation of the diocese of Piauí was elaborated in order to denounce economic and spiritual damage to the Province and to emphasize the benefits that the separation would bring, inspired by the ecclesial examples of Goiás and Cuiabá. However, the documental ballast analyzed, centered on the documentation produced by executive and legislative, denotes the strong desire of the local economic and political leaders to attend to internal conveniences, fruit of a complex matrimonial organization established on inbreeding unions, which through an autonomous diocese, would find itself free of the costs and embargoes imposed by the clerical administration of Maranhão.

Keywords: History. Church. Diocese. Autonomy. Piauí.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Fragmento retirado da discussão do parecer da Comissão especial sobre a Representação do cidadão Firmino Valladão. Códice 520 (ESTN. 05. Prat. 01.). In: PIAUÍ. APEPI. Atas de Registro do Conselho Geral de Presidência da Província do Piauí (CPPPI). 1829-1831. Sala do Poder Executivo. 20ª Sessão, de 16 de janeiro de 1832. f. 116 (verso).

Introdução

A presente pesquisa analisa os discursos em prol da emancipação do Piauí em relação ao governo episcopal do Maranhão, no recorte temporal de 1829 a 1838, período em que se identificou forte investida de grupos piauienses em busca da constituição de uma diocese autônoma. Com esse objetivo, ao se analisar a dinâmica que desencadearia na criação de um bispado no Piauí, depara-se com interesses de grupos familiares controladores da economia e política locais, compostos, sobretudo, por latifundiários, escravocratas, pecuaristas, bacharéis e militares, que reuniam sobrenomes de vastíssimas redes estabelecidas no Piauí (BRANDÃO, 2012), alocando-se aos cargos políticos e administrativos criados a partir da institucionalização da Capitania, em 1758. Esses grupos familiares, como entendidos no presente estudo, possuíam entre suas marcas a “aptidão para proposição de modelos de comportamento, a propriedade de sistemas de valores e interesses, sua capacidade de exercer influência social e simbólica, e às vezes, de pressão” (NERIS, 2014, p. 33).

A esses grupos interessava ter em seu território uma estrutura capaz de, literalmente, sacramentar suas alianças sociais, que se consolidavam pelo matrimônio, unindo, assim, famílias, negócios e prestígios, o que acabaria por se refletir, portanto, no acesso às estruturas de poder local (SOUSA NETO, 2016).

Das sucessivas frustrações no estabelecimento de uma diocese autônoma, aprofundaram-se os ranços entre Piauí e Maranhão e se estabeleceu uma relação memorialística belicosa, especialmente da parte piauiense, que passa a associar sua situação de penúria a um suposto parasitismo maranhense.²

A querela diocesana, então, aprofunda ranhuras existentes na relação entre o Piauí e o bispado do Maranhão e que, conforme documentação consultada, encontra forte tensão nos anos 30 do século XIX, recorte do estudo. Dessa forma, definiu-se como recorte temporal de análises os anos de 1829 a 1838, período em que se identificou forte investida desses grupos na busca da constituição de uma diocese autônoma. Como lastro documental, a pesquisa apoia-se na revisão bibliográfica e na documentação produzida pelo Conselho Geral da Presidência da Província, pelo Conselho Geral de Governo e pela Assembleia Provincial do Piauí, documentos preservados no Arquivo Público do Estado do Piauí.

Em geral, as disputas pelo poder expõem as mais variadas contradições dos indivíduos, momentos que fazem aflorar sentimentos de reafirmação (WOLKMER, 2003). Contudo, a reafirmação pressupõe uma identidade, um reconhecimento sobre si que se constrói a partir de outra referência. Desta relação de confronto e autoconstrução pode-se perceber o sentido de alteridade. Esta percepção sobre si permite entender as inconsistências de determinado indivíduo ou instituição, especialmente, quando colocado em perspectiva histórica, o que se realizou no presente estudo, atento aos devidos recortes e mediações. Assim, entende-se ser possível discutir como as elites políticas piauienses atuavam na defesa de seus interesses dentro dos seus limites territoriais e institucionais, e, especialmente, quando desafiadas pela burocracia imperial, a quem eram subordinadas, seja ao ente religioso, personificado pela diocese do Maranhão, seja ao ente civil, o Executivo e o Legislativo Imperial, ambos presentes no processo de criação do bispado do Piauí.

Para essa construção narrativa, deve ser observado que a estrutura desejada já existia, era a diocese do Maranhão, com sede em São Luís, que concentrou a administração do norte do Brasil,

² Piauí e Maranhão travaram disputas, sobretudo, comerciais. O protagonismo de São Luís (MA) e de Caxias (MA), que escoava a produção do Piauí pelo rio Itapecuru foram relevantes para se mudar a capital do Piauí de Oeiras para Vila Nova Poti (Teresina), em 1852, que proporcionaria a integração da província, pela sua centralidade sertaneja, e a provincialização do comércio, o que seria possível pela navegação do rio Parnaíba, do sul ao norte litorâneo (VILHENA, 2016). Além do aspecto comercial, o periódico *Nortista* (1901, Parnaíba-PI), ao analisar a questão do bispado do Piauí, elenca outros elementos de tensão simbólica entre as duas províncias, como a fuga de cérebros do Piauí para a antiga “Atenas brasileira” (São Luís), onde mentes brilhantes do Piauí teriam sido naturalizadas indevidamente.

isto é:

Instalada em terra de missão, a criação da diocese do Maranhão consistiu no estabelecimento de um foco difusor de dioceses para a região norte e se alinhava à criação de uma estrutura administrativa consoante à autonomia geográfica e política do Estado do Maranhão e Grão-Pará – criado em 1621 e com sede na cidade de São Luís, essa unidade abrangia todo o território que vai hoje do Ceará ao Amazonas. Em 1719, foi desmembrado todo o território com que foi criado o Bispado de Belém do Pará, também ligado à Lisboa. Desde então a área da diocese do Maranhão passou a abranger os limites das Províncias do Maranhão e do Piauí, estrutura essa que se manteve até o início do século XX, quando ocorre o processo de estadualização da Igreja”. (NERIS, 2014, p. 140-141)

Portanto, há bastante tempo, o bispado de São Luís – formada por uma elite, eclesiástica e política, maranhense, que se somava ao bispo, autoridade preposta que representava também interesses do próprio governo³, exercia jurisdição sobre o Piauí.

Ora, se tal estrutura desejada já existia, onde, pois, residia o problema? O imbróglio encontrava-se na falta de controle da elite piauiense sobre essa estrutura. Uma vez externa à província, dificultava a concretização imediata de suas alianças, tolhendo, desta forma, seu alcance político pela tutela do bispado do Maranhão. Este, por sua vez, sujeito à insuficiente subvenção estatal, utilizava-se da prerrogativa exclusiva de aliançar parentes em matrimônio (dispensas matrimoniais) para angariar algum recurso que auxiliava a sustentação da estrutura episcopal maranhense (MELO, 1993).

Em um contexto histórico marcado por um padroado imposto à força, sem reconhecimento da Santa Sé (VIEIRA, 2007), com características típicas de um regalismo que se autolegitimava e que conhecia poucos limites à atuação do Estado sobre a Igreja, os traços de alteridade e desejo de autonomia eram perceptíveis nos órgãos que agregavam a elite piauiense, quais sejam, o Conselho Geral de Presidência da Província, o Conselho Geral de Província, e o órgão que o sucedeu, a Assembleia Legislativa Provincial do Piauí.

Desta forma, tomando como lastro a documentação produzida no âmbito desses órgãos, discute-se as narrativas elaboradas em defesa da construção de um autogoverno espiritual no Piauí, descolado do Maranhão, e que deixou marcas na memória política da província, marcas percebidas e espraiadas por todo o século XIX e ainda presentes quando da, enfim, criação da diocese independente, em 1901.

Verificou-se, então, em um contexto no qual a província do Piauí encontrava-se subordinada ao bispado do Maranhão, as investidas de grupos que compunham a elite econômica e política piauiense para separar os governos espirituais das duas províncias, apoiados em uma narrativa que denunciava prejuízos econômicos e espirituais ao Piauí e ressaltava benefícios que a separação traria, inspirados nos exemplos eclesiais de Goiás e Cuiabá. Entretanto, o lastro documental analisado, centrado na documentação produzida pelo executivo e legislativo piauiense do recorte, denotam o forte desejo das lideranças econômicas e políticas locais em atender conveniências internas, fruto, sobretudo, de uma complexa organização matri-patrimonial estabelecida sobre uniões endogâmicas, que por meio de uma diocese autônoma, encontrar-se-ia livre das custas e embargos impostos pela administração clerical maranhense.

O bispado desejado: os discursos pela criação da diocese do Piauí

Nos registros das discussões travadas no interior dos órgãos de legislação e controle da província transpareciam as marcas de alteridade entre o Estado e a Igreja, delimitados ao Piauí,

³ O caso do bispo escolhido para o Maranhão, D. Marcos Antonio de Sousa, em substituição à D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth, demonstra a vinculação política-ideológica entre a indicação do cargo de bispo às circunstâncias políticas, uma vez que, D. Marcos correspondia aos interesses do regime Imperial (SILVA, 2012), diferentemente do seu antecessor, que manteve-se fiel ao reinado lusitano (PACHECO, 1968), impossibilitando sua permanência no Brasil.

todavia, mediados por interesses de outras províncias. Através dos discursos da atuação institucional, diversos pontos de contato são percebidos, marcados pela construção de si, a partir do outro, em que preponderam cicatrizes de uma relação que não preza pelo “estranho” (BAUMAN *apud* NAXARA, 2009, p. 242), mas por sua hostilidade.

A relação de atritos tornou-se mais evidente ao serem analisados os aspectos que uniam jurídico-religiosamente as duas províncias, percebidos como abusivos pelo Piauí, e necessários, pelo viés do Maranhão, que se respaldava no poder secular.

Perceptivelmente, a memória foi operacionalizada pelas elites políticas piauienses em prol de argumentos que os acompanhavam há algum tempo nos seus discursos⁴, onde, dados os reiterados insucessos na criação de um bispado piauiense, configuraram-se, paulatinamente, em ressentimentos. É nesse sentido que as perspectivas de cada um foram se construindo, a partir da memória ressentida que se deixou escapar nos documentos da época, expondo as profundas feridas existentes entre as províncias do Maranhão e do Piauí, que guardam origem nas inúmeras reconfigurações de poder no Norte do Brasil.⁵

De fato, a Província do Piauí, por longos períodos, esteve subordinada a províncias melhor inseridas no modelo colonial português (MARTINS, 2002). Sobre essa condição, lembra-se que, ao ser criada, ficou sob a jurisdição de Pernambuco, todavia, pelas inúmeras disputas entre sesmeiros e posseiros da localidade, fez-se necessária a intervenção da Coroa portuguesa no intuito de diminuir o poder privado, especificamente da casa da Torre da Bahia e dos sertanistas paulistas que detinham a posse da terra (VILHENA, 2016). Nesse contexto, o Maranhão, mais próximo, e fora do Estado do Brasil (no qual estavam inseridos Pernambuco e Bahia) passou a deter a jurisdição sobre o território desses sertões.

Primeiramente, o gérmen de atrito com o Maranhão remonta a tempos coloniais pelo poder secular, uma vez que o Piauí era dependente politicamente de São Luís (MEIRELLES, 1980). Foram as interferências governamentais⁶ sobre o Piauí que fizeram o Rei de Portugal separar a administração civil nessa região, em 1811. A questão eclesiástica viria com maior força posteriormente, por ocasião das Cortes Constitucionais de Lisboa, em 1822, subjacente à questão política.

A partir da emancipação política do Brasil, passaram a ser recorrentes os pedidos de uma jurisdição eclesiástica com maior autonomia emanados de diversas províncias (MELO, 1993), o que não foi diferente no Piauí. No caso deste, os pedidos foram marcados pela atuante oposição do governo imperial, notadamente da Assembleia Geral e do governo espiritual maranhense, que não viam tal demanda como empreendimento que atendesse a seus interesses utilitaristas.

O desejo da independência religiosa era latente naquela sociedade, especialmente no interior da elite recém enquadrada na burocracia imperial, que via sua atuação diminuída e seus interesses contrariados pela sujeição eclesiástica ao Maranhão, impactando diretamente na organização social e política piauiense. Neste sentido, o incômodo piauiense, em relação àquele contexto que consideravam de sujeição, era externado por meio das decisões e escritos produzidos pelos representantes do estado, a exemplo do que pode ser verificado no seguinte fragmento: “A

⁴ As tentativas de criação um bispado independente no Piauí remete, inicialmente, ao ano de 1822, nas Cortes de Lisboa, por representação do deputado Miguel Borges. A partir daí, vários anos se sucederam com discussões nas instâncias de poder local, sendo remetidas em requerimentos a Sua Majestade, o Imperador, a Assembleia Geral do Império e a título de consulta, ao bispo do Maranhão que estivesse em exercício, que se colocava contra a proposta, sobretudo, pelas perdas financeiras que decorreriam deste ato, o que é compreensível, tendo em vista os escassos recursos de subvenção estatal. Cf. GONZAGA (1907), MELO (1993), PACHECO (1968).

⁵ Sobre este aspecto, ver: MEIRELLES (1980), COUTO (1904), ALMEIDA (1860) e CRUZ (1973).

⁶ O Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Piauí, D. José Tomaz de Meneses (1809/1811) “praticou o excesso” de suspender do cargo o Governador da Capitania do Piauí, Carlos Cesar Burlamarque, mandando-o como cativo à fortaleza de Alcântara. Percebendo a violência e arbitrariedade com que agia o Governador do Estado, cuidou a Corte em soltar Burlamarque e enviá-lo ao Rio. Além de substituir imediatamente Tomaz de Meneses, mandou que se punissem os cúmplices do destemperado Governador, como o desembargador José de Mota Azevedo, que presidiu o inquérito contra Burlamarque. (MEIRELES, 1980).

Comissão especial é de parecer que passe como nova proposta a Resolução sobre a Dignidade Prelática, *a fim de que fiquemos livres* da jurisdição dos Bispos do Maranhão, principalmente do atual, que é muito avarento, e por isso oferece a seguinte resolução [...]”. (APEPI, CGPPI, 1832, grifo nosso)⁷.

A expressão em destaque é emblemática. A finalidade de criação de uma Dignidade Prelática resultava da necessidade “de que fiquemos livres”, autônomos desse outro indesejado, independentemente de seu dirigente. Derivava desse desejo a expressão “dos Bispos”, no plural, mesmo que tal cargo só permita um titular, generalizando, assim, a todos aqueles que ocuparam ou que viessem a ocupar aquele cargo.

A ênfase da fala do representante piauiense, entre seus pares, denota ser um pensamento compartilhado – o “nós” oculto, que inclusive lhe encorajou à tamanha franqueza. Logo, o “nós”, aqueles que desejavam, colidem-se ao “eles”, aqueles que se opunham, simbolizado pelos bispos do Maranhão, personificado àquele instante em Dom Marcos, qualificado mesmo como “avarento”. O foco é por ser este representante do Maranhão símbolo do passado herdado de sujeição histórica piauiense, confundido com o parasitismo econômico, especialmente pelo escoamento do comércio pelo rio Itapecuru até Caxias e pelo porto de São Luís, e a tutela maranhense sobre a Justiça, rememorado e direcionado à tutela religiosa. Nesse aspecto não-dito, agregamo-nos a Ansart (2004, p. 29) que observa que “[...] não se trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais”.

Se em janeiro de 1832 o discurso é desenvolvido a partir da noção que os piauienses têm dos maranhenses, no final do mesmo ano tem-se situação contrária, mas, do mesmo ponto de vista. Desta vez, a noção que os piauienses pensam ter os maranhenses a seu respeito é destacada no documento público, que ressaltava: “Requeiro a leitura da Proposta, que já passou à Resolução do Conselho, respeito a[o] Bispo, ou Dignidade Eclesiástica para esta Província, para que novamente se peça, *ainda que se nos deem gargalhadas*, pois uma hora virá em que possa mas melhor ser atendidos”. (APEPI, CGPPI, 1832b grifo nosso).

“Ainda que se nos deem gargalhadas”, ou, para melhor compreensão, ainda que de nós deem gargalhadas, ou seja, por mais risível, debochador, ridículo que possa parecer aos maranhenses que analisarão a proposta dos piauienses. Essa seria a figuração piauiense, a partir do seu próprio olhar, sobre os que frustravam seu intento, isto é, eivado de depreciação.⁸

A premeditada negativa maranhense encontraria efeito proporcional e contrário dos representantes piauienses. A cada nova solicitação aglutinavam novos argumentos e se recrudesciam de suas convicções, não demonstrando sinais de enfraquecimento diante dos insucessos, encontrando semelhança, o que destaca Ansart (2004, p. 31), ao afirmar que “o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima [...]”, típico da causa do bispado do Piauí, que assim se vitimiza, mentalidade ainda presente no fim do século XIX.

A verificação das fontes confirma a insistência piauiense. De fato, várias foram as solicitações de um bispado independente do Maranhão ao longo de quase todo século XIX, seja por um bispado de anel, seja plenamente por uma diocese, seja pelas “simples” faculdades especiais a um padre local. O que interessava, entretanto, mais do que “livrar-se” da incômoda sujeição ao bispado do Maranhão, eram as articulações familiares que o matrimônio endogâmico propiciaria e sua projeção sobre a sociedade, de prerrogativa do bispo ou sacerdote autorizado. Na maioria dos requerimentos de autonomia eclesiástica, tal argumento estava presente (SOUSA NETO, 2011).

Entender essa conjuntura exige estar atento ao contexto oitocentista. No século XIX,

⁷ Todas as citações documentais foram adaptadas apenas quanto à ortografia, para melhor compreensão do leitor.

⁸ Sobre a ação dos sentimentos e paixões políticas nas instituições, decisões e fatos políticos, especialmente, a partir de Pierre Ansart, ver NARCIZO (2020).

análogo aos anteriores, o casamento constituía a unidade básica das relações sociais. Em todas as instâncias, a família, unida pelo casamento, ou melhor, oficializada e sacramentada pelo matrimônio católico, era a célula do tecido social. Neste sentido, todo e qualquer ato que lhe dissesse respeito afetaria uma rede de relações muito maior do que o próprio núcleo familiar (SILVA, 1984). Logo, todos os cuidados deveriam ser tomados no sentido de lhe fortalecer enquanto instituição angular da sociedade.

Dessa forma, a união entre um homem e uma mulher resultava numa série de direitos e obrigações que poderia elevar ou diminuir sua posição social, bem como de sua parentela. Assim, os candidatos a nubentes deveriam ser selecionados cuidadosamente, visando, em grande medida, a manutenção do patrimônio familiar. Portanto, pode-se dizer que o casamento entre pessoas da mesma família constituiu-se como solução possível, tornando mais espessa a trama das redes familiares locais e evitando a divisão de seus patrimônios (BRANDÃO, 2012).

Existia, entretanto, um forte empecilho, sobretudo para as famílias da elite econômica e política local, em conseguir as bênçãos da Igreja para situações dessa natureza. No Piauí, desde seu período colonial, a família conjugal ganhou especial importância, visto que o casamento, em particular para as famílias da elite, representava ato social com implicações econômicas e políticas, desempenhando destacado papel na sociedade como dispositivo de articulação, cujo sentido era a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Dessa forma, o casamento representava mais que a união de dois cristãos diante de Deus, era também rito social que marcava a união de famílias, indissolúvelmente, por meio do sacramento do matrimônio, imprimindo aos frutos dessa agregação um caráter divino e legal entre as famílias (SOUSA NETO, 2013).

A importância da família conjugal ainda se fazia sentir pela legitimidade que conferia aos seus herdeiros, “nomeando os controladores do nome da família e herdeiros natos do patrimônio dos pais” (BRANDÃO, 2001). Em face disso, o casamento representava instrumento de manutenção e ampliação do patrimônio privado e, como dito, para evitar a dispersão dos bens, em que as gerações mais novas herdavam bens materiais, prestígio e poder de seus ascendentes com a tarefa de mantê-los e/ou ampliá-los por meios diversos, inclusive, novas alianças matrimoniais.

A escolha do cônjuge, portanto, deveria atender a critérios, sobretudo, políticos e econômicos, feitos, em geral, dentro de um círculo limitado de sujeitos que atendiam aos padrões e normas determinados. Entretanto, como o número de pessoas de projeção social⁹ manteve-se sempre reduzido, até o século XIX o mercado nupcial interno também se apresentou limitado para a elite local. Como a escolha de cônjuge deveria ocorrer entre “iguais”, nesse grupo da sociedade piauiense predominaram os casamentos entre pessoas de um pequeno conjunto de famílias, formando estreitas redes familiares de natureza endogâmica, que predominaram no exercício do controle do poder político no Piauí (BRANDÃO, 2012).

Em meio aos interesses desses grupos familiares, destacava-se o papel da Igreja na conformação dos arranjos familiares desejados e que, por sua vez, para sacramentar as uniões, não admitia a ocorrência de relação conjugal entre parentes¹⁰, o que poderia ser caracterizado por incesto ou prática que o valha. A solução encontrada foi conceder as dispensas matrimoniais. Concedida apenas pelo Papa, ou na delegação deste para os bispos, era desejo dos piauienses que lhes fosse estendida a prerrogativa, como pode ser observado no fragmento seguinte:

[...] apresentou uma indicação requerendo [que] se renovasse a proposta feita em trinta de janeiro de mil oito centos e trinta reiterada em trinta de janeiro de mil oito centos e trinta e três,

⁹ Cf. SOUSA NETO (2013), na sociedade do Piauí oitocentista, representavam pessoas de projeção social os proprietários de bens como terra, gado e escravos, os membros da administração, bem como portugueses que no Piauí se estabeleceram. Durante o século XVIII, formaram-se ali os primeiros grupos familiares. Esses tiveram a seu favor a possibilidade de se estruturar e formar patrimônio constituído de terras, gado e escravos, o que lhes garantiu domínio e prestígio no conjunto da sociedade local no século seguinte.

¹⁰ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia eram bastante amplas em definir não apenas consanguinidade, como também o parentesco espiritual, isto é, os compadrios e afilamentos adquiridos nos sacramentos. Cf. VIDE (1853).

em que se pede um Bispo; ou uma Dignidade Prelática para esta Província independente do Maranhão pelos *inconvenientes que se encontram no Diocesano sempre que haja pretensões principalmente em matérias de dispensas Matrimoniais* [...]. (APEPI, CGPPI, 1834, grifo nosso).

Como descrito, as dispensas matrimônias faziam parte do cotidiano daquela sociedade, gerando, inclusive, “inconvenientes”, de modo a ganhar voz no Conselho de Província pela gravidade que cercava os casamentos, como já exposto. Diante de tal dificuldade, requeriam a presença de um bispo próprio, que resolvesse o nó formado a partir da rede tecida pelo casamento parental.

De fato, uma das maiores utilidades na autoridade episcopal residia na faculdade de dispensas matrimoniais, como bem percebiam os representantes piauienses à época, ao destacarem,

[...] feita sobre a indicação do Senhor Silva, para que fique esta Província ereta em Bispado independente do Maranhão, criando-se uma Dignidade Prelática com a Cômputo de 1:600#000 rs: lido até o 1º artigo pediu a palavra o Secretario, e disse votava contra a Proposta em discussão, não por que uma autoridade Prelática faça mal algum; bem que *todavia não lhe conheço outra vantagem, ou utilidade mais do que a de dispensar algum parentes para casamento*, porém porque as circunstancias presentes da Província (quero dizer as suas finanças) não o permitam presentemente, havendo outras muitas coisas de mais urgência o que se deve acudir [...]. (APEPI, CPPI, 1833, grifo nosso).

O que nos chama atenção é a identificação do episcopado com a dispensa de “algum parentes para casamento”, num utilitarismo muito provavelmente compartilhado por todos ali presentes, mas que não lhes interessava admitir, considerando a inconveniência dessa realidade matri-patrimonialista que se consolidaria com a união sacramental, parâmetro para todo e qualquer direito naquela sociedade. O fato é que o único contrário à criação da diocese, por admitir sua inviabilidade face a outras questões sociais, foi solenemente ignorado.

Note-se, portanto, que não é unânime a ereção de um bispado no Piauí. Todavia, percebe-se uma comunhão de ódios, como diria Ansart (2004), nas disputas políticas no âmbito eclesiástico entre Piauí e Maranhão. Neste aspecto, o ódio comum faz esquecer as disputas internas, isto é, daquela elite reunida em assembleia, ao mesmo tempo que assegura a união pela oposição à submissão de questões tão caras aos piauienses nas mãos de estranhos. Logo, o desprezo à única oposição interna expressa entre a elite piauiense, oposição pragmática, atesta a adesão da maioria dos representantes piauienses à criação do bispado independente ao Maranhão, enraizando ainda mais o desejo coletivo e externando rancores, pois, como observado por Ansart (2004, p. 24), “a ideologia política [genericamente falando], designando claramente os alvos do ódio e do desprezo, pode fornecer aos membros do coletivo um reforço da autoestima e da segurança interior”.

Para além disso, temos que, de fato, o casamento não endogâmico já era dispendioso e, por isso mesmo, elitizado, como se observa nas práticas cotidianas destacadas no fragmento:

[...] represente-se ao Governo da Província, para este mandar executar o Decreto de 3 de Novembro de 1827, em que manda que os Vigários não recebam coisa alguma de casarem, ou assistirem os Casamentos dos seus Fregueses, cuja Lei não tem tido execução nesta Província, e antes os Vigários têm exigido de cada um quatro mil reis [...].(APEPI, CPPPI, 1832).

Ao necessitar da dispensa matrimonial, prerrogativa restrita a poucas autoridades eclesiásticas, tal união tornava-se menos acessível quando comparada às uniões ordinárias (regulares). Podemos dizer, então, que a situação era grave, incorrendo inclusive em sanções pela desobediência da norma em vigor, como dos sacerdotes piauienses que ousaram transgredi-la:

[...] é acusado o Pároco da freguesia do Senhor Bom Jesus do Gurgueia, Padre Lourenço Candido Ribeiro de Brito, de haver celebrado diversos casamentos entre parentes, sem que precedessem, segundo se supõe, as necessárias dispensas de impedimento. Em resposta cabe-

me comunicar a V. Ex^a. que nesta data tenho expedido as convenientes ordens para que se proceda a sindicância e se instaure os respectivos processos, cujo resultado em tempo oportuno levarei ao conhecimento de V. E^a. (APEPI, PEDMA, 1870).

Como remete a situação do Pe. Lourenço de Brito, o casamento “entre parentes” exigia as “dispensas de impedimento”, situação que marcou profundamente, sobretudo, a elite piauiense, que se utilizava desse artifício para consolidação e ampliação de alianças. Em geral atuante na política, como no Conselho de Governo da Presidência, no Conselho Geral da Província e o que lhe sucedeu, a Assembleia Legislativa Provincial, aquela elite carregava a marca da subordinação a outra elite, eclesiástica, do Maranhão. Ao defrontar-se à norma, argumentava-se a necessidade das uniões endogâmicas, condição imposta desde as primeiras famílias, como forma de combater o caos social:

Seguem agora os antigos, a pesadíssimos vexames das dispensas matrimoniais, que nesta Província se olham como o mais rigoroso flagelo da cólera Celeste. Releva advertir que os primeiros povoadores desta Província, sendo dotado de grandes faculdades políticas, famílias existem que contam mais de duas mil pessoas ligadas em grau de parentesco, que requer dispensa para se casarem. Estas famílias entrelaçadas por afinidades, sucede, que apenas se possa efetuar um casamento para o qual senão exija dispensa.

[...]

Necessário é portanto de todas as Freguesias expedir se inumeráveis correios para o Maranhão, os quais devem percorrer duzentas, e trezentas léguas de distância, e ir munidos de ordens francas para agenciar de passagem com rio em sempre delongas, e embaraços nos despachos expedem-se dois, e três expressos, um após outros para aplanarem as dificuldades: lançando-se afinal pesadas multas pecuniárias sobre os contraentes, algumas de quatrocentos mil reis, [?] muitos de duzentos, e inumeráveis de menores quantias, sempre pagas antes de se obter a graça. (APEPI, ALEPI, 1838).

Podemos elencar, a partir das questões levantadas pela Assembleia, mais maduras do que as demais, dada a discussão do assunto no transcorrer do tempo, os principais argumentos para que um bispado fosse criado no Piauí, sob a voz institucional das representações políticas piauienses, cujo centro estava na questão matri-patrimonial, o que sempre retornou como discurso modal, intensificado por outros elementos como: a distância (150 léguas de Oeiras à São Luís), que pode ser exponenciada pelo percurso difícil, tornando-se mais oneroso pelos gastos com despachantes, além de outras taxas, como relataram:

[...] alguns casamentos, que se não realizaram por causa da demora da sentença da dispensa, que alcançada a custo de grandes quantias, tem aqui chegado depois da morte dos contraentes: e de outros que não tiveram lugar, por falta de dinheiro, que inteirasse o que se exige no Maranhão, a título de obras Pias, ou por falta de Procuradores que tivessem amizade na Câmara Eclesiástica [...]. (APEPI, CPPPI, 1829).

O vagar dos recursos administrativos-eclesiásticos relativos ao matrimônio e os seus respectivos gastos são lembrados, quando o discurso inflama-se ao nível hiperbólico, o que é compreensível pela relação animosa que se arrastava historicamente, de trazer um fato que carrega, provavelmente, um exagero intencional, isto é, das dispensas chegarem após a morte dos requerentes (MELO, 1993).

Esses são alguns dos aspectos que evidenciam uma depreciação dos piauienses em relação ao governo espiritual do Maranhão. Há um outro fato que se soma aos anteriores e que evidencia um outro tipo de alteridade, marcada de forma positiva a ressoar no psicológico daquela elite do Piauí que entendia, sobre os caminhos tomados por outras províncias, que “se eles podem, nós também podemos”. Essa projeção de si mesmo sobre um outro conhecido ou vislumbrado, para o Piauí, foram as prelações de Goiás e Cuiabá, como foi lembrado em 1829:

Resolveu-se, que se pedisse a Sua Majestade, O Imperador, pela Secretaria de Estado dos

Negócios da Justiça, a Graça de Mandar Expedir Sua Imperial Determinação, a fim de que o Reverendo Bispo do Maranhão, subdelegue ao Vigário Geral desta Província do Piauí as mesmas faculdades, que benefício dos Povos foram dadas pelo Reverendo Bispo do Rio de Janeiro ao Vigário Geral que teve em Goiás, e ao Vigário da Vara de Cuiabá. Quando estas Províncias eram do seu Bispado, para que se concluam aqui mesmo os autos que se processam nos casos de impedimentos para casamentos, que tem sido até agora remetidos, para serem sentenciados na Cidade do Maranhão; devendo-se esperar que, mediante a Soberana Proteção de Sua Majestade Imperial, sendo concedida a dita subdelegação, cessarão os gravíssimos inconvenientes que tanto impedem o bem espiritual dos habitantes da mesma Província, e o progressivo aumento da Sua população [...]. (APEPI, CPPPI, 1829).

O espelhamento nas prelazias de Goiás e Cuiabá marcou tenazmente a lógica argumentativa dos piauienses. Neste aspecto, será sempre uma lembrança rememorada, e desta forma, atualizada. Assim, 11 anos após a elevação das duas prelazias a dioceses, relatavam:

Em a Província de Goiás, cuja população possui mais ou menos igual a do Piauí, se a de Mato Grosso, que talvez não contém metade dos habitantes desta Província, já obtiveram há muitos anos a criação de Prelazia em seu território, o Piauí, Augustos, e Digníssimos Senhores, também tem [?] a esperar que suas reiteradas súplicas não sejam sempre olhadas com indiferença pelos Representantes da Nação Brasileira. E nós fazemos votos, e dirigimos preces aos Céus, para que iluminem nossos Legisladores, e lhes inspirem algum feliz arbítrio, com que possam salvar esta Província da conquista do barbarismo, e da irreligião, que ameaça invadi-la, e subjuga-la. (APEPI, ALEPI, 1838).

Há clara busca por reforçar as similaridades entre Piauí e Goiás, no caso do comparativo populacional, onde o intuito era demonstrar o tratamento desigual entre entes iguais nos aspectos que consideravam fundamentais, como o número “de almas”. Não obstante, destaca a superioridade populacional do Piauí em relação à prelazia de Mato Grosso, deduzindo um tratamento desigual apesar das condições mais favoráveis ao Piauí. Em outras palavras, o maior número populacional piauiense lhe colocaria, ao menos, em “pé de igualdade” com a realidade que se almejava, à exemplo de Cuiabá e Goiás.

Os representantes piauienses apegaram-se à imagem daquelas jovens prelazias de tal forma que ignoravam, ou esforçavam-se por esquecer, que eram situações bem diferentes, inexoravelmente determinantes para a elevação das mesmas à categoria de prelazia e, daí, em dioceses. O caso das jovens prelazias é emblemático para a compreensão, dentre outras coisas, de como o Estado instrumentalizou a Igreja a seu serviço, e ainda, de como a Igreja aproveitou-se desta tutela em seu favor.

No contexto de elevação daquelas prelazias à condição de dioceses, foi enviado a Roma o Ministro Mons. Francisco Correa Vidigal com o dever de obter do sumo Pontífice: o reconhecimento da independência do Brasil; concordata concedendo ao Imperador e seus herdeiros o gozo dos direitos do padroado; uma nunciatura no Brasil; e a elevação das prelazias de Goiás e Mato Grosso, à condição de bispados (indicando o nome dos candidatos ao cargo) (VIEIRA, 2007; LIMA, 2001).

De fato, a Santa Sé estava ciente do risco que corria em conceder o Padroado ao Governo brasileiro, face a situação regalista vivida pela Igreja. Diante da “ameaça de um cisma” (NEVES, 2009, p. 397), o Papa foi diplomático, e, em gestos graduais, reconheceu Dom Pedro como imperador e admitiu confirmar os candidatos apresentados por esse, suposto que fossem dignos, pela bula *Quam íntima*, em 14 de abril de 1826. Para Núncio Apostólico e restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Santa Sé, designa Dom Pedro Ostini, a 23 de junho de 1829.

A elevação das prelazias de Cuiabá e Mato Grosso a dioceses, em resposta à solicitação feita pelo Governo Imperial, veio em 1827, pela Bula *Soliccita Catholicae Gregis Cura*, indicando também a criação e manutenção dos cabidos e seminários, bem como nomeava vigários dos

cabidos diocesanos, sendo um estrangeiro, e fixava os seus benefícios¹¹.

Esse mesmo processo era querido e espelhado por aqueles que buscavam provincializar a Igreja no Piauí. Mas, os contextos eram bem diferentes. Goiás e Cuiabá eram zonas mineiras, de potencial econômico e de posição fronteiriça estratégica (CORBALAN, 2006). A economia piauiense, ao contrário, era voltada para o abastecimento do mercado interno, sobretudo através da pecuária (VILHENA, 2016), o que não era o tipo de dinâmica que estimulava o Governo a colocar sua máxima estrutura eclesiástica, vista, então, como investimento¹².

Outra vantagem a favor dos interesses estatais, assumindo a Igreja como elemento de dominação e territorialização do Império, dizia respeito à localização geográfica de Goiás e Cuiabá, que poderia trazer negociações favoráveis a Portugal, em detrimento da Espanha (CORBALAN, 2006).

É nesse sentido que resta o exercício de reflexão provisória acerca dos elementos que orbitavam e se opunham à autonomia espiritual da Província do Piauí, e que se pode ressaltar, primeiro, estaria a Província do Piauí, por sua elite política, ciente das realidades econômicas distintas entre Piauí e as recém dioceses de Cuiabá e Goiás, estando seus argumentos, a todo tempo, indissociados desta realidade, e, justamente por deterem este conhecimento, insistiram na criação de um bispado que atendesse ao núcleo populacional. Minorando a questão econômica, detém-se as suas necessidades sociais básicas, oriundas da organização social a partir do matrimônio, o que parece ser a hipótese mais acertada.

Outra possibilidade da escolha dos referenciais discursivos tomados pelos representantes piauienses dar-se-ia pelo total desconhecimento destes em relação às condições econômicas das regiões de Goiás e Mato Grosso, o que, antecipadamente, demonstra não ser verdadeiro, como a documentação da época dá a entender.

E, por fim, para os piauienses era indiferente a condição econômica das províncias, já que se tratava de um tema de caráter religioso, pouco importando a dinâmica financeira e territorial, o que parece não ser provável quando se fala da elite política do Império, pouco apta a diferenciar, pela própria estrutura civil-eclesiástica, as fronteiras entre religião e Estado, dado seu espírito regalista.

Dessas reflexões, para o presente trabalho, não interessa partir em defesa de nenhuma. Cabe, no entanto, perceber a profunda referenciação do discurso piauiense ao caso de Goiás e Cuiabá, estabelecendo uma relação de imediata dedução, discurso este que atravessou boa parte dos documentos produzidos sobre o assunto ao longo do século XIX.

Uma vez aberto o precedente pelo Governo em criar bispados para poucas almas, não demoraria até que as elites do Piauí percebessem a oportunidade de se contrapor à lógica utilitária do Governo, tomando pontos tangencias a seu favor, como o número populacional, as distâncias e a burocracia e ainda, o principal motivo, a autonomia para conceder dispensas matrimoniais, isto é, sacramentar alianças familiares e políticas fundamentais para a dinâmica social local.¹³

¹¹ Contudo, por força da Constituição de 1824, artigo 102, o poder Executivo consultou a Assembleia Legislativa antes de conceder ou negar o beneplácito ao documento, pois este continha disposições gerais sobre a Igreja no Brasil. Ao passar pelo crivo da Comissão Eclesiástica (composta por clérigos) e pela Comissão da Constituição (composta por leigos), ambas aprovaram a ereção, extensão e limite das dioceses, discordando, entretanto, da indicação de seus bispos, bem como da nomeação de vigário estrangeiro, julgando sem nenhum efeito as orientações dadas quanto ao cabido e ao Seminário Episcopal. A esse respeito ver: SILVA (2012, p. 97).

¹² Observando as dioceses criadas no Império, elencamos como motivos práticos de ereção de um bispado: a pacificação (diplomacia) e definição territorial, caso de São Pedro do Rio Grande do Sul (1848) (SANTIROCCHI, 2015), e o dinamismo econômico, caso de Diamantina (FERNANDES, 2005) e Fortaleza (REIS, 2005), dioceses criadas em 1854; o que não exclui a demanda pastoral que, no geral, era precária em todas as províncias. Na verdade, esta lógica impactou diretamente na administração pastoral, uma vez que, "nas cidades e nas regiões mais densamente povoadas de partes do litoral ou das minas" (NEVES, 2009, p. 384) as freguesias eram de melhores acessos e de menores distâncias entre si, enquanto nos sertões e nas áreas economicamente periféricas, onde os territórios diocesanos eram dilatados, os serviços sacramentais eram difíceis de serem obtidos e distribuídos.

¹³ É importante perceber que, a partir da segunda metade do século XIX, as demandas para separação do bispado do Maranhão e Piauí são, praticamente, inexistentes. Pode-se supor que a elite piauiense tenha se dado por vencida, uma

Considerações finais: alteridade e discursos que se lançam no tempo

Piauí e Maranhão, por todo o século XIX, defrontaram-se no binômio dominação-autonomia em relação ao governo espiritual da província do Piauí. As noções de alteridade, preservadas nos documentos, indicam uma atitude reflexiva, onde, em primeiro plano o bispado maranhense é demonizado, face às necessidades piauienses, de quem se busca libertar por sua ineficiência. Na verdade, mesmo que eficiente fosse, acredita-se que outros motivos seriam alegados para que se provincializasse uma Igreja local, pelo poder que isto lhes proporcionaria.

O sistema monárquico, pois, encarnado no bispado do Maranhão, reforçou os sentimentos de impotência dos piauienses, colocando-os numa ruminação rancorosa, fazendo-os dependentes e passivos de uma sociedade estamental (ANSART, 2004, p. 23), na medida que seus reclames não eram ouvidos nas instâncias representativas.¹⁴

Seguidamente, num movimento também reflexivo, lançam inspirar-se positivamente em Cuiabá e Goiás, reconhecendo nestas trajetórias eclesiais marcas de si mesmos, à medida que encontravam pontos de contato que lhes servissem de suporte para a almejada independência. Neste aspecto, indiretamente, buscaram forçar um espelhamento entre a diocese do Maranhão e a diocese do Rio de Janeiro que, através de seu “Reverendo” bispo, concedeu gradual independência às antigas prelazias de Goiás e Mato Grosso, até finalmente serem livres de sua jurisdição, o que superestima o papel do bispo – que pouco ou nada relacionava-se à burocracia papal – e subestima o Governo, que intermediava as relações diplomáticas com a Santa Sé e lhe dirigia as demandas por dioceses.

Observa-se, então, que a disputa que ocupou espaço razoável das discussões políticas do Piauí, especialmente nos palanques do Conselho Geral de Província e da Assembleia Legislativa Provincial, além do Conselho de Governo da Presidência, decorriam de antigas cicatrizes da rebeldia entre aquele que detinha a jurisdição e aquele que se inferiorizava por estar sendo subordinado por tanto tempo, enquanto outros, de aparente condição semelhante, eram ditos autônomos.

Esses discursos encontravam justificativas em prejuízos evitáveis e potenciais benefícios trazidos ao Piauí, atravessadas pelo desejo das lideranças econômicas e políticas locais em se livrarem de custas e embargos impostos pela administração clerical maranhense. No entanto, no recorte estudado, a criação da diocese do Piauí, na ótica utilitarista do Governo Imperial em relação à Igreja, não passou de uma quimera, como demonstrou a própria criação desta diocese ocorrer, apenas, após o fim do regime monárquico, com a separação entre Igreja e Estado, o que

vez que, sucessivamente, teve suas demandas frustradas. O mais provável, entretanto, é que a pressão política e, sobretudo, o advento de ideias Ultramontanas na mitra do Maranhão tenham propiciado melhoramentos pastorais em todo o bispado, como a nomeação de João de Sousa Martins (vigário colado de Oeiras) para vigário geral do Piauí, com maiores poderes, inclusive, com faculdades para dispensas matrimoniais, conforme prerrogativas dadas por D. Manuel Joaquim da Silveira. Observe-se, contudo, que os valores arrecadados se mantiveram destinados à Câmara Eclesiástica da diocese de São Luís. (PACHECO, 1968, p. 185-186).

¹⁴ Em 24 de Julho de 1830, a comissão de estatística passa à comissão eclesial da Câmara a resolução do Conselho Geral do Piauí de criação do bispado, por ser de competência desta última. (BRASIL, 1830, p. 36). Em 1834, novamente foi adiado o requerimento do Conselho que “já por vezes tem representado a necessidade de se criar nela um bispado” (BRASIL, 1834, p. 168). No ano seguinte, a Comissão eclesial emitiu parecer quanto aos pedidos de bispados indicados em 1829 (BRASIL, 1829, p. 169) e apresentados em 1834 (BRASIL, 1834 A, p. 117), isto é: do Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Novas, “e de algumas freguesias confinantes e pertencentes aos bispados de Mariana e Pernambuco”, incluindo-se, agora, o do Piauí, pedindo aos bispos que se manifestem sobre a conveniência dos pedidos. (BRASIL, 1835, p. 147). O projeto, em 1836, é novamente posto e adiado (BRASIL, 1836; 1836 A). Finalmente, em 1838, a comissão de negócios eclesiais posicionou-se a favor da criação dos bispados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Sul, bem como da elevação do Rio de Janeiro à arquidiocese. Destaca o parecer que o bispo do Maranhão “julga assaz providenciado o bem espiritual dos piauienses”, opondo-se, portanto ao entendimento da comissão. Dos anos 40 em diante, é inexpressiva a discussão de um bispado ou prelazia no Piauí. O resultado disso foi a aprovação das indicações da Comissão, exceto no que diz respeito ao Piauí. O Rio Grande do Sul teria sua diocese criada em 1848, desmembrada do Rio de Janeiro, que por sua vez só seria elevada à arquidiocese em 1892, noutra conjuntura política e eclesial; e o Ceará seria bispado em 1854, juntamente com Diamantina (MG). O Piauí teria seu bispado criado apenas em 1901, entretanto, sua bula só foi executada em 1903, e sua instalação em 1907.

desencadeou a criação não apenas do bispado do Piauí, como de vários outros Estados da jovem República brasileira.

Fontes documentais

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Sessão de 27 de junho de 1829.

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Tomo 2. Sessão de 2 de agosto de 1830.

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Sessão de 30 de julho de 1834.

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Sessão de 19 de julho de 1834.

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Sessão de 4 de junho de 1835.

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Sessão de 21 de maio de 1836.

BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados). Sessão de 5 de agosto de 1836.

PIAUÍ. APEPI. Atas de Registro do Conselho Geral de Província do Piauí (CGPPI). 1825-1831. f. 176 (verso) – 178 (frente). 25ª Sessão, de 3 de janeiro de 1832. Códice nº 519.

PIAUÍ. APEPI. Atas de Registro do Conselho Geral de Província do Piauí (CGPPI). 1825-1831. f. 170. 17ª Sessão, de 20 de dezembro de 1832. Códice nº 519.

PIAUÍ. APEPI. Atas de Registro da 28ª Sessão do Conselho Geral de Província do Piauí, de 18 de janeiro de 1834. Atas do Conselho Geral da Província do Piauí (CGPPI). 1825-1831. f. 250 (verso). Códice nº 519.

PIAUÍ. APEPI. Atas de Registro da 27ª Sessão do Conselho Geral de Província do Piauí, de 10 de janeiro de 1833. Atas do Conselho Geral da Província do Piauí (CGPPI). 1825- 1831. f. 187 (verso) – 188 (verso). Códice nº 519.

PIAUÍ. APEPI. Atas de Registro do Conselho Geral de Presidência da Província do Piauí (CPPPI). 1829- 1831. Sala do Poder Executivo. 20ª Sessão, de 16 de janeiro de 1832. f. 116 (verso) – 124 (frente). Discussão do parecer da Comissão especial sobre a Representação do cidadão Firmino Valladão. Códice 520 (ESTN. 05. Prat. 01.).

PIAUÍ. APEPI. Recebimento de Ofício. Acusa o Pároco da freguesia do Senhor Bom Jesus do Gurguéia, Padre Lourenço Candido Ribeiro de Brito ter celebrado casamentos entre parentes, sem as necessárias dispensas de impedimento. Paço Episcopal Diocesano do Maranhão (PEDMA). 20 de Abril de 1870.

PIAUÍ. APEPI. Sala do Poder Legislativo (ALEPI). 1ª Legislatura (1835-1837). Representação da Assembleia Legislativa da Província do Piauí solicitando Assembleia Geral a ereção de uma Prelazia na Província do Piauí separada do Bispado do Maranhão. Caixa: 121. Avulso. 6 de setembro de 1838.

PIAUÍ. APEPI. Ata da 4ª Sessão do Conselho Geral de Presidência da Província do Piauí (CPPPI), de 12 de junho de 1829. Sala do Poder Executivo. Atas do Conselho Geral da Província do Piauí (1829-1831). Códice nº 520.

Referências

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In.: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp,

2004. p. 15-36.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. In: FEATHERSTONE, Mike (coord.). *Cultura global*. Nacionalismo, globalização e modernidade. Trad. de Attilio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 155-182.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Matrimônio: legalidade e sagração da família no Piauí colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: livros horizonte, 2001.

CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. *A Igreja Católica na Cuiabá Colonial: da primeira Capela à chegada do primeiro Bispo (1722-1808)*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O Turíbulo e a Chaminé. A Ação do Bispado no Processo de Constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)*. 2005. 210 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Diamantina, 2005.

GONZAGA, Luís (Pe.). ESCORÇO histórico da diocese do Piauí. *O Apóstolo*. 1907.

LIMA, Maurílio César de. *Breve História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

MARTINS, Agenor de Sousa [et al.]. *Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 2002.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MELO, Cláudio (Pe.). *Piauí, diocese e província eclesiástica*. Teresina: Arquidiocese de Teresina, 1993.

NARCIZO, Makchwell. Gestão das paixões políticas: uma breve abordagem da utilização do ressentimento em demandas políticas na perspectiva de Pierre Ansart. *Saeculum – Revista de História*, v. 25, n. 42, p. 157-170, 2020.

NAXARA, Márcia. Pertencimento e alteridade: Romance e formação – Leituras de Brasil. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org.). *Figurações do outro*. 1ed. Uberlândia-MG: Edufu, 2009, v. 1, p. 241-260.

NERIS, Wheriston Silva. *A elite Eclesiástica no Bispado do Maranhão*. São Luís: EDUFMA; Jundiá: Paco Editorial, 2014.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*. 1808-1831. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 379-428.

PACHECO, Filipe Condurú (Dom). *História Eclesiástica do Maranhão*. Maranhão: SENEC/ Departamento de Cultura, 1969.

REIS, Edilberto Cavalcante. *Pro Animorum Salute*. a diocese do Ceará como “vitrine” da romanização no Brasil (1853 – 1912), 2000. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo*

223

do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SILVA, Joelma Santos da. *Por mercê de Deus: igreja e política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820 – 1842)*, 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

SOUSA NETO, Marcelo de. Em nome da fé; em nome dos bens: a criação da diocese do Piauí (1822-1903). *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, p. 193-214, Mai. 2011.

SOUSA NETO, Marcelo de. Nos bastidores do poder: política e relações familiares no Piauí do século XIX. *Revista Crítica Histórica*. Ano VII, n. 13, p. 1-15, jun. 2016.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720) São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso em: 29 jan. 2019.

VIEIRA, Dilermano Ramos. *O processo de reforma e reorganização da igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida: Editora Santuário, 2007.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*, 2016. 272 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro Forense, 2003.

Notas de autoria

João Vitor Araújo Sales é doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Mestre e Bacharel em História pela Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portella (Teresina). E-mail: vitorjhon@hotmail.com.

Marcelo de Sousa Neto é doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente da Universidade Estadual do Piauí, campus Clóvis Moura (Teresina), e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (Mestrado e Doutorado). E-mail: casadapolvora@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SALES, João Vitor Araújo; SOUSA NETO, Marcelo de. “Que fiquemos livres da jurisdição dos bispos do Maranhão”: os discursos por autonomia eclesiástica da Província do Piauí (1829-1838). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 211-225, 2020.

Contribuição de autoria

João Vitor Araújo Sales: Pesquisa, levantamento de dados e escrita.
Marcelo de Sousa Neto: Pesquisa, escrita e revisão.

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 27/06/2020.


Modificações solicitadas em 01/10/2020.

Aprovado em 12/10/2020.

“Em nome da pátria e da glória”: a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria (Pernambuco, 1865)

“In the name of the homeland and glory”: the formation of the 1st Homeland Volunteer Corps (Pernambuco, 1865)

Wellington Barbosa da Silva

 <http://orcid.org/0000-0002-5730-2785>
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: Em fins de 1864, o Brasil entrou em um longo e penoso conflito contra o Paraguai. Como os recursos bélicos (tanto materiais quanto humanos) eram escassos, o governo imperial lançou mão de todos os meios ao seu alcance para arregimentar tropas e enviá-las para o teatro de operações: convocou a Guarda Nacional, intensificou o recrutamento forçado para o Exército e, apelando para o patriotismo dos cidadãos, criou os corpos de Voluntários da Pátria. Esperava-se que os homens aptos para pegar em armas cumprissem ao pé da letra o preceito constitucional de garantir a Independência e a integridade do Império, defendendo-o dos seus inimigos externos ou internos. Em um momento conturbado como esse, palavras como pátria, patriota, patriótico e patriotismo ocuparam o vocabulário dos cidadãos – embora o alcance do significado de cada uma dessas palavras fosse bem limitado, variando de região para região dentro de uma mesma província. Partindo de uma pesquisa de base empírica realizada em um *corpus* documental diversificado (dicionários de língua portuguesa coevos, coleção de leis, relatórios de presidente de província, ofícios de autoridades policiais e, principalmente, jornais de periodicidade regular), este artigo se debruça especificamente sobre os quatro primeiros meses de 1865 e procura avançar na compreensão histórica da mobilização (tanto de cariz governamental, quanto popular) que, nesse recorte cronológico, norteou a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria em Pernambuco.

Palavras-chave: Pátria. Guerra do Paraguai. Pernambuco.

Abstract: In late 1864, Brazil entered a long and painful conflict against Paraguay. As war resources (both material and human) were scarce, the imperial government used all means at its disposal to enlist troops and send them to the theater of operations: it summoned the National Guard, intensified forced recruitment into the Army and, appealing to the citizens' patriotism, created the bodies of Volunteers of the Fatherland. It was expected that men able to take up arms would literally fulfill the constitutional precept of guaranteeing the Empire's independence and integrity, defending it from its external or internal enemies. In a troubled moment like this, words like homeland, patriot, patriotic and patriotism, occupied the vocabulary of the citizens – although the scope of the meaning of each one of these words was very limited, varying from region to region within the same province. Based on an empirical research carried out in a diversified documentary corpus (contemporary Portuguese language dictionary, a collection of laws, reports from the president of the province, letters from police authorities and, mainly, regular newspapers), this article focuses specifically in the first four months of 1865 and seeks to expose the historical understanding of the mobilization (both governmental and popular) that, in this chronological cut, guided the formation of the 1st Corps of National Volunteers in Pernambuco.

Keywords: Homeland. War of Paraguay. Pernambuco.

Cidadãos Guardas Nacionais, lembrai-vos que sois brasileiros e filhos da heroica província de Pernambuco, a província histórica do Império do Cruzeiro.

Briosos pernambucanos descendentes de tantos bravos, a nossa Mãe Pátria nos chama a defendê-la, acudamo-la. Os sacrifícios sobrepõem as ações, marchemos para o Sul a **esmagarmos** o réptil que ousa afoito erguer a cabeça.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

[...]

Tenente-Coronel Francisco de Miranda Leal Seve Comandante do 3.º Batalhão de Guarda Nacional do Município do Recife.

Jornal do Recife, 1865

A genealogia do vocábulo “pátria”, conforme registrou Fernando Catroga, se perde na poeira do tempo. E pode ser encontrado em Homero, “onde patra, patris (e seus derivados: patrões, pátrios, patriôtes) remetem para a ‘terra dos pais’ (hê patris)”. Contudo, desde esse passado remoto sua semântica “engloba, tanto o enraizamento natálico, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia” (CATROGA, 2009, p. 13). O apego à pátria era geográfica e socialmente localizado, de alcance limitado; não se confundia, portanto, com o sentimento nutrido em relação ao Estado e à nação como se tornou comum ao longo dos chamados Tempos Modernos.

Lucien Febvre, em um dos seus livros, analisou a origem e a evolução dos sentimentos de honra e pátria, mas ele não recuou tanto assim no tempo e, discordando de Catroga, defendeu que a palavra pátria “não é muito antiga. É uma palavra do século XVI. É falso que se trata de uma palavra do século XV”. Para ele, o vocábulo aparece, pela primeira vez, entre 1540 e 1550, através do italiano Patria e se torna de uso corrente a partir de 1550 (FEBVRE, 1998, p. 150). No entanto, pelo menos nesse período, a palavra pátria se relacionava com a terra dos ancestrais. Possuindo “ressonâncias carnis e sentimentais profundas”, ela evocava “a terra, os mortos; a terra, esse grande ossuário dos mortos” (FEBVRE, 1998, p. 152).

No Brasil, durante o século XVIII e a centúria seguinte, a palavra pátria também esteve relacionada ao lugar de nascimento, tal como foi registrado por Catroga. Nos dicionários de Rafael Bluteau (1728), Antonio de Moraes Silva (1789), Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e frei Domingos Vieira (1871) o vocábulo aparece com esse significado. Por seu turno, a palavra patriota foi dicionarizada mais tardiamente – aparecendo no glossário de Luiz Maria da Silva Pinto, em 1832, com o sentido de ser “da mesma pátria, amigo da pátria”. E os termos patriótico e patriotismo foram registrados somente no início da década de 1870, pelo frei Domingos Vieira – o primeiro, como adjetivo “pertencente ao patriota, ou à pátria” (mas, figuradamente, como “nobre, digno, elevado, sublime”); e o segundo com o sentido de “amor, zelo do bem da pátria”.

Nas primeiras décadas do século XIX, percebe-se uma evolução semântica do vocábulo pátria. No alvorecer de 1822, o Frei Caneca contribuiu para isso ao publicar uma dissertação destinada, segundo ele, ao “povo rude e que não [tinha] aplicação às letras”, com o objetivo de difundir entre os iletrados a noção correta da palavra pátria (CANECA, 2001, p. 57). Discordando do seu significado unívoco, associado apenas ao “lugar em que se viu a primeira luz do dia”, a “pátria de natureza”, ele sugeriu a ampliação do seu conceito, definindo-a também como a “pátria de direito”, ou seja, o lugar onde as pessoas, mesmo sendo estrangeiras, fixavam suas residências e estabeleciam seus negócios.

Após a independência, a palavra pátria passou, pouco a pouco, a ser atravessada e reelaborada pelos diversos discursos e práticas políticas e sociais que convergiram para a ereção do Brasil enquanto corpo político autônomo, ou seja, para a sua emergência histórica como Estado-nação. Sua efetiva introdução no vocabulário da época ficou patente em um artigo de Gonçalves de Magalhães, publicado em 1836, na revista *Nichteroy*. Nele, o poeta reconheceu a novidade do tema, mas também a sua força contemporânea, afirmando: “Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome” (MAGALHÃES apud SOUZA, 1999, p. 13).

Porém, como afirma José Murilo de Carvalho, o principal fator de produção de identidade brasileira foi a guerra contra o Paraguai. Durante o período colonial não havia pátria brasileira, não havia “um sentimento de pátria comum”. Não havia sequer o Brasil, mas apenas uma “coleção de unidades políticas unidas por contiguidade geográfica” (CARVALHO, 2004, p. 77). Mesmo depois

de proclamada a independência, a “ideia de pátria manteve-se ambígua”, sendo empregada muito mais com uma conotação local ou regional. Com a guerra do Paraguai evidenciou-se uma mudança de mentalidade. Durante cinco anos (1865-1870), o referido conflito “mobilizou 135 mil soldados vindos de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de milhares de famílias”. E, pelo menos no seu primeiro ano, despertou na população “um autêntico entusiasmo cívico” (CARVALHO, 2004, p. 78). Os diversos ritos e simbologias relacionados com o esforço de guerra contribuíram para a constituição de um valor que se elevava “acima das lealdades e dos patriotismos localistas”, ou seja, de uma identidade nacional.

Porém, apesar desse avanço semântico, a noção de pátria ainda se confundia com as identidades locais, no máximo, provinciais. Como nos indica uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, no dia 1.º de julho de 1865, falando sobre o fiasco da convocação dos guardas nacionais de Garanhuns. No dia marcado para a apresentação dos primeiros convocados só apareceu um guarda nacional. E, mesmo assim, para avisar que ia à “capital pedir escusa que, quando não [alcançasse] por outro qualquer meio [a teria] dando um homem por si, visto sua mãe dispor de recursos para o fazer”. Como sugere a matéria, a indiferença desses guardas nacionais, classificada como “intolerável nas críticas circunstâncias” em que o país estava envolvido, se devia à ignorância prevalecente naquela localidade:

Há gente, principalmente nestes remontados, que supõe que o homem nascido em outra província, ou mesmo em um lugar que não seja da sua freguesia, e quando muito da comarca a que esta pertença, considera-o como *estrangeiro!*
Coitados! Não sabem que no vasto império do Brasil todos somos irmãos em nacionalidade, e que uma nação só pode ser feliz, e por conseguinte seus filhos, quando entre estes há união e patriotismo.¹

A notícia acima escancarou o pouco patriotismo dos guardas nacionais de Garanhuns, ou, dito de outra forma, nos mostrou como o conceito mais amplo de pátria defendido por Frei Caneca, no início da década de 1820, ainda era de alcance limitado entre a população. Os pernambucanos, sobretudo os moradores de localidades interioranas, como Garanhuns, continuavam presos à uma noção de pátria cujos limites, no máximo, coincidiam com as fronteiras de sua província.

E olha que essa indiferença se deu em um momento no qual uma avalanche de patriotismo parecia tomar conta das cidades. As primeiras vitórias no campo de batalha eram anunciadas em um tom ufanista pelos jornais. E ainda não haviam retornado à província os primeiros mutilados ou inválidos, trazendo com eles as mórbidas marcas de um guerra. O apelo ao patriotismo, pelo menos na capital da província, aparecia amiúde em uma série de práticas discursivas e simbólicas realizadas pelas autoridades e até mesmo por um ou outro cidadão. Todas elas, cada uma à sua maneira, tentavam inflamar o ânimo dos cidadãos e convencê-los ao alistamento no Exército. Afinal, como determinava a Constituição do Império, no seu artigo 145, todos os brasileiros eram “obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos” (NOGUEIRA, 2001, p. 99).

Era urgente, portanto, que os cidadãos acorressem para defender o Brasil da agressão perpetrada pelo “ousado tiranete de Assunção” – como um jornal coetâneo se reportou a Solano Lopez, logo no início da guerra.² No entanto, o conflito pegou o governo brasileiro de calças curtas. Os recursos existentes (tanto materiais quanto humanos) eram escassos. Sobretudo, para sustentar o esforço bélico de uma campanha com previsão de ser longa e cujo teatro de operações se estenderia para além das fronteiras do país. Como admitiu um presidente de Pernambuco, em um laudatório discurso divulgado por um dos principais jornais recifenses: para “realizar esse importante empenho precisamos de exército e armada; e é bem sabido que ambas as cousas nos

¹ Diário de Pernambuco, 1.º de julho de 1865, n. 148, p. 2. Os periódicos utilizados neste artigo foram consultados por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil (<https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

² Jornal do Recife, 21 de fevereiro de 1865 n. 42, p. 2.

faltam”.³ Diante da “gravíssima conjuntura” aberta com a deflagração da guerra, como alertou um manifesto à população pernambucana assinado por oito deputados provinciais, o governo imperial teria de “infalivelmente recorrer ao recrutamento, ao chamamento da Guarda Nacional, e ao convite de corpos policiais, e de Voluntários da Pátria”.⁴

Conforme aponta Vitor Izecksohn (2001, p. 86), a “mobilização para a guerra é sempre uma questão delicada. Ela implica um aumento da intervenção governamental e a invasão das prerrogativas locais a partir de autoridades distantes”. E, na campanha militar para a Guerra do Paraguai, o governo brasileiro teve “de responder a diversas questões: quais liberdades individuais deveriam ser sacrificadas primeiro? Quais grupos sociais contribuiriam mais para o esforço de guerra? Como o poder central poderia intervir na vida local sem interferir substancialmente nas relações de poder estabelecidas?” Independente das respostas dadas a essas questões uma coisa era certa: o governo imperial não podia deixar de lado o recrutamento forçado, uma antiga prática de se arregimentar soldados no Brasil, o chamado “tributo de sangue” que era cobrado aos homens aptos a pegar em armas (BEATTIE, 2009).

Essa forma de conscrição era, no dizer de Caio Prado Jr., o “maior espantalho da população” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 310). Quando chegava a época do recrutamento, as vilas e cidades viviam momentos de inquietação. Para escapar dos agentes recrutadores havia até quem recorresse ao casamento de última hora, pois, de acordo com a legislação, quem era casado não podia ser recrutado.⁵ Em meados de maio de 1842, o delegado do termo do Brejo escreveu ao presidente da província relatando ser costume naquele lugar “agitarem-se os casamentos” em épocas de recrutamento, embora muitos noivos não fossem “capazes de sustentarem família, por não se darem ao trabalho”. Para identificar os ardilosos, ele sugeriu que o presidente recomendasse aos párocos do lugar para eles fazerem “uma minuciosa indagação” sobre os nubentes, devendo também ser “ouvida a autoridade policial”.⁶

Na verdade, o fato de ter contraído núpcias não livrava automaticamente os homens livres pobres do recrutamento. Em Pernambuco, desde a primeira metade do Oitocentos, a polícia agia ao arrepio da lei e, sem nenhuma parcimônia, recrutava homens casados. Nas partes policiais desse período, nas quais consta o número de prisões efetuadas em um dado dia, encontramos aqui e acolá casos de homens que, mesmo sendo legalmente casados, eram sumariamente presos e “enviados para recruta”. Para justificar essas prisões, a autoridade policial registrava que os presos eram vadios e, portanto, não tinham condições de sustentar a família ou, o mais comum, que eles eram casados, mas não viviam com as suas respectivas esposas.

No entanto, a forma mais recorrente de resistência popular ao recrutamento era mesmo a fuga: ao menor sinal de sua proximidade, os homens recrutáveis fugiam para o meio do mato, onde ficavam escondidos, como se fossem escravos fugidos, até baixar a poeira. Essa estratégia, caso fosse duradoura, podia inclusive acarretar no desabastecimento das feiras locais e na conseqüente carestia dos gêneros de primeira necessidade, devido ao abandono das roças pelos lavradores, como notou Luís dos Santos Vilhena, na Bahia colonial (VILHENA apud PRADO JR., 1992, p. 311). Ou privar os engenhos de mão-de-obra essencial, como se queixaram, em 1865, cinco proprietários rurais da freguesia do Bom Jardim. Eles solicitaram ao presidente da província “a suspensão do recrutamento” com o argumento de que a redução da mão-de-obra ocasionada pelas fugas era prejudicial aos interesses públicos e particulares, pois “ameaçava reduzir tanto o fisco do Estado

³ Jornal do Recife, 4 de fevereiro de 1865, n. 28, p. 1.

⁴ Jornal do Recife, 1.º de março de 1865, n. 49, p. 1-2.

⁵ As Instruções, contidas na Decisão n. 67, de 10 de julho de 1822, determinaram a liberação do recrutamento para homens casados – o que perdurou até a década de 1870. A Lei n. 2566 de 26 de setembro de 1874, que estabeleceu “o modo e as condições do recrutamento para o Exército e a Armada” não cita a isenção para homens casados, embora tenha aumentado o número de critérios que livravam os cidadãos dessa obrigação cívica. Essa legislação está disponível *on-line* no Portal da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/30tVrDc>).

⁶ Ofício do delegado do Termo do Brejo, Tomás Alves Maciel, para o presidente da província, Francisco do Rego Barros, 18 de maio de 1842. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 3, fl. 116.

quanto sua própria renda” (KRAAY, 1999, p. 132).

O recrutamento era uma prática melindrosa e exigia das autoridades uma análise da conjuntura, para ver se o mesmo era viável ou não em determinadas épocas. Em momentos de convulsão social, como motins e rebeliões, ele podia ser um tiro pela culatra para o governo. Um exemplo disso foi dado por Pinto de Souza, delegado de polícia de Sirinhaém. Em janeiro de 1850, durante a Revolução Praieira, ele foi incumbido de recrutar homens para a Marinha, mas ponderou com o chefe de polícia sobre o possível “mau resultado” desta medida. Segundo ele, durante o recrutamento para o Exército, a maior parte dos habitantes se valeu “dos matos para o repouso da noite” – uma prática comum, como vimos. No entanto, “diversos indivíduos” resolveram se voltar contra o governo e engrossar “as fileiras dos rebeldes”. Em sua análise, isso podia acontecer novamente, senão “com os filhos que [podiam] ficar ocultos nos matos, ao menos para com os pais e parentes, os quais com maior prontidão [ouviriam] as seduções” feitas pelos praieiros. Para ele, a prudência recomendava a suspensão “do mesmo recrutamento.”⁷

Nos anos seguintes, quando o ímpeto patriótico arrefeceu e o recrutamento foi intensificado, tornou-se recorrente, em particular nas áreas interioranas, a prática de ações violentas para libertar os recrutados. “Nenhum conjunto de ações” – segundo Vitor Izecksohn – “minou a autoridade imperial de uma forma tão intensa quanto os ataques a escoltas e cadeias” (IZECKSOHN, 2001, p. 93). Foi o que aconteceu, em 22 de março de 1867, em Paudalho. Na ocasião, a cadeia foi atacada por um grupo de 200 homens armados, segundo a estimativa das autoridades. Em vantagem numérica, o grupo atacou a guarda da cadeia, matou três soldados e feriu diversos indivíduos – entre os quais um recruta que faleceu dias depois. Por causa dessa “scena de canibalismo”, como a ela se referiu em tom dramático o presidente da província, foram soltos “todos os recrutas e presos de justiça reclusos na referida cadeia, sendo quatro criminosos de morte, sete pronunciados em outros crimes e trinta e quatro recrutas.”⁸

Após o ataque à cadeia, os ex-prisioneiros, bem como os seus libertadores, se refugiaram nas matas dos engenhos Aldeia e Barrocas, de propriedade do tenente-coronel Luiz de Albuquerque Maranhão. Ainda segundo a narrativa do presidente, a opinião pública atribuía ao mesmo a responsabilidade por tal ataque e o apontava “como chefe, que reunia, mantinha e alimentava tais díscolos e criminosos”.⁹ Independente da soltura de criminosos e da morte de um dos recrutas (talvez um acidente de percurso), podemos conjecturar que o objetivo da empreitada foi mesmo o de soltar os homens recrutados. Para Izecksohn, muitos potentados locais não viam com bons olhos a interferência do poder central em suas redes de relações pessoais, ao recrutar “agregados, parentes e conhecidos cuja lealdade lhes era muito mais importante que os compromissos com a guerra.” (IZECKSOHN, 2001, p. 90-93).

Um ano depois, em 1868, o presidente da província soube que no distrito de Periperi, Termo de Bonito, existia um grupo de homens armados disposto a tomar os recrutas e criminosos a serem remetidos para o Recife. Uma força policial foi enviada para dispersá-lo – “o que só se conseguiu depois de um conflito no lugar do Brejinho, do qual saíram feridos 5 soldados e ficaram presos três dos resistentes, dos quais um gravemente ferido.” Porém, no lugar de Cachoeira, também no termo de Bonito, foram tomados “da escolta que os conduzia 15 dos 21 recrutas que eram remetidos de Caruaru e São Bento.” Nas proximidades da povoação de Bezerras, Manoel e Inácio de Gouveia, irmãos do recruta Lourenço, tentaram sem sucesso libertá-lo. A escolta reagiu, evitando a tomada do preso, mas o confronto foi violento: o subdelegado foi gravemente ferido por um tiro e, Inácio, o

⁷ Ofício do delegado suplente de Sirinhaém, Antonio Germano Regueira Pinto de Souza, para o chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, 8 de fevereiro de 1850. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 28, fl. 235.

⁸ Relatório do presidente Francisco de Paula Silveira Lobo, 15 de abril de 1867, p. 2-3. Os relatórios de presidente de província aqui utilizados foram consultados por meio do Center for Research Libraries – Global Resources Network, cujo endereço eletrônico é: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/180/item>.

⁹ Relatório do presidente Francisco de Paula Silveira Lobo, 15 de abril de 1867, p. 3-4.

seu agressor, foi morto com dois tiros. Uma “infeliz mulher, que estava próxima” também foi baleada, falecendo “poucos momentos depois”. Fatos semelhantes ocorreram nas localidades de Itambé, Quipapá, Vila Bela, Limoeiro, Nazaré, Correntes e Boa Vista.¹⁰

O não-querer dos homens livres pobres ao recrutamento, além de outros fatores (como as rotineiras deserções e atos de insubordinação) demonstrava que a formação de um exército numeroso e disciplinado a médio prazo era algo pouco exequível. Do ponto de vista militar, o recrutamento forçado não dava bons soldados às tropas de linha. Conforme salienta Peter Beattie (2009, p. 31), esse tipo de conscrição “tornou o serviço militar um sistema de trabalho semicoercitivo e uma instituição protopenal”. Da mesma maneira que servia para engrossar as fileiras do Exército e da Marinha, contribuía igualmente para retirar do convívio social uma boa quantidade de homens rotulados como vadios, baderneiros, beberrões e ladrões. Independentemente de suas práticas delituosas como paisanos ou dos julgamentos morais da sociedade, em geral esses homens eram pouco ou nada afeitos à dura vida militar, regida por draconianos códigos disciplinares.

Por isso, o governo imperial apelou também para o patriotismo dos cidadãos aptos para o serviço das armas e, em 7 de janeiro de 1865, baixou o decreto n.º 3.371, determinando a criação de corpos para o serviço da guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de Voluntários da Pátria, bem como estabeleceu as condições e fixou as vantagens a serem pagas aos alistados.¹¹ Não vou entrar aqui nas minúcias desse decreto para analisar os benefícios concedidos àqueles que se voluntariaram para a guerra. Mas, no afã de atrair voluntários, o governo, entre outras coisas, prometeu para eles uma “gratificação de 300\$000 quando [dessem] baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”. Era um mecanismo de mobilização militar inédito em termos de Brasil. Como afirmou Fábio Mendes: “Tratava-se de um elemento novo, inesperado mesmo nas relações entre o Estado e os cidadãos do Império. Talvez pela primeira vez, a imagem do sacrifício pela pátria mobilizava os espíritos em torno de um reconhecimento de pertencimentos e lealdades mútuas para além dos círculos literários” (MENDES, 2010, p. 103).

Aos presidentes provinciais coube a implementação do mencionado decreto em suas respectivas províncias. Porém, antes de esse decreto ter sido instituído ou mesmo sair do papel, ganhando materialidade, houve repartição pública em Pernambuco convocando voluntários “para a sustentação dos brios e dignidade nacionais comprometidos na guerra”. Foi o caso da Capitania do Porto que, em um texto escrito no último dia de 1864, mas publicado no dia 3 de janeiro de 1865, convidava “não só aos matriculados, como a todos os cidadãos que se [quisessem] alistar na qualidade de voluntários para a armada”.¹²

Contudo, o decreto de 7 de janeiro de 1865 demorou um pouco a ser implementado em Pernambuco. No dia 20 de janeiro de 1865, o presidente da província se reuniu no palácio com autoridades militares e civis com esse propósito, mas a reunião chegou ao seu termo sem resultados concretos.¹³ Razão pela qual o governo provincial agendou outra, no início de fevereiro de 1865. Essa, segundo uma síntese esboçada por um periódico, foi “muito concorrida”. O presidente deu início aos trabalhos dizendo o porquê da convocação e, após isso, consultou a opinião das pessoas presentes – tendo recebido, nessa ocasião, segundo o periodista, “muito valiosas considerações a respeito”. Se o responsável pela matéria não perdeu nada, a reunião parece ter se resumido a ponderações. E serviu basicamente para orientar a ação do presidente, ficando acertado que ele deveria se dirigir “a todas as influências da província, sem distinção de cor política” e convidá-las para auxiliá-lo na organização dos corpos de Voluntários da Pátria. Parecia muita conversa para pouca resolução, mas o jornal deu uma prova de exagerada confiança

¹⁰ Relatório do presidente Barão de Vila Bela, 1.º de março de 1868, p. 1.

¹¹ O texto integral do decreto pode ser acessado *on-line* no Portal da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/30tVrDc>).

¹² Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1865, n. 2, p. 3.

¹³ Jornal do Recife, 21 de janeiro de 1865, n. 17, p. 1.

afirmando ser “tão justa a causa, e tão sagrado o motivo dela” que o convite a ser feito pelo governo seria “unanimemente aceito”.

Nessa mesma edição foi publicado um discurso do tenente-coronel Francisco Seve, comandante do 3.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional do Recife – cujo fragmento nos serve de epígrafe. A princípio, ele afirmou que a milícia cidadã era “por sua instituição a defensora da Pátria e o sustentáculo do trono”. E, com um tom laudatório, que Pernambuco era “a província heroica, a estrela brilhante do Império, a coluna mais forte da monarquia”. Por isso, não desmentiria “o nome glorioso tantas vezes comprovado no campo de batalha, desde que venceu o Batavo atrevido”. No final, ele convocou seus subordinados a se alistarem no recém-criado corpo de Voluntários da Pátria.¹⁴ Em Pernambuco, o imaginário da Restauração (1645-1654) sempre emergia da memória social em momentos de confrontos, com o propósito de lembrar aos pernambucanos (e reatualizar) o seu glorioso histórico de lutas contra invasores.

Além das conclamações feitas por autoridades e cidadãos comuns, algumas atividades talvez tivessem uma maior visibilidade, mostrando à população que uma guerra havia sido iniciada e o país precisava de soldados. Estamos falando dos desfiles cívicos pela cidade. No dia 3 de fevereiro de 1865, um periódico registrou uma dessas manifestações públicas:

Anteontem à noite uma música marcial composta de amadores, percorreu algumas ruas da cidade, festejando a vitória de Paysandu. Eram 9 horas e meia quando chegara em frente do palácio, onde deram-se vivas à nação brasileira, à Sua Majestade o Imperador e aos defensores da pátria. S. Exc. o Sr. presidente da província, que se achava na janela, deu vivas aos briosos pernambucanos. A música tocou então o hino nacional, retirando-se depois com direção ao bairro do Recife.¹⁵

Um mês depois, nova passeata foi realizada em virtude de alvissareiras notícias chegadas do front, indicando a provável tomada de Montevidéu pelas tropas brasileiras. Dessa vez, de acordo com um periódico local, os Voluntários da Pátria já alistados, juntamente com “alguns oficiais e muitas praças do 2.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional percorreram ontem à noite várias ruas da cidade, acompanhados do povo e precedidos de uma banda de música”. Quando chegaram ao palácio do governo “deram vivas à integridade do império, S. M. o Imperador e aos defensores da pátria”. Em resposta, o presidente deu “vivas aos Voluntários da Pátria e ao povo pernambucano”.¹⁶ A guerra também tinha o seu lado festivo.

Como afirma Marcello Basile (2009, p. 58), as festividades cívicas “cumpriram importante papel na mobilização das mais diversas camadas sociais e na afirmação dos valores nacionais” durante o período regencial. O mesmo pode ser dito em relação ao Primeiro Reinado (1822-1831) e igualmente ao Segundo Reinado, como nos mostram respectivamente Lara Lis Souza (1999) e Lídia Santos (2018). No Brasil monárquico, os símbolos e rituais cívicos foram importantes instrumentos de educação política. E ajudaram a inventar, embora de forma precária, uma identidade que se sobrepunha às divisões de cor, condição social, região e posicionamentos partidários. Do mesmo modo, eventos aparentemente espontâneos, como esse protagonizado por um grupo de músicos amadores, desempenhavam um papel importante para o chamamento de voluntários, pois contribuíam para fazer os signos e sentidos do patriotismo circularem pela sociedade – difundindo, dessa maneira, a necessidade de as pessoas (e não apenas os homens recrutáveis) se envolverem na defesa da pátria.

Nas ruas, os festejos patrióticos pipocavam aqui e acolá; nos jornais, era constante a publicação de notícias e poesias sobre o conflito, enaltecendo as proezas de nossos soldados no campo de batalha, bem como de laudatícios discursos das autoridades civis e dos comandantes militares; de proclamações de cidadãos comuns; de relações nominais (atualizadas em cada

¹⁴ Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27, p. 1.

¹⁵ Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27, p. 1.

¹⁶ Jornal do Recife, 4 de março de 1865, n. 52, p. 3.

edição) dos cidadãos alistados no corpo de voluntários; de anúncios de venda de músicas temáticas (quadrilhas, polcas, valsas) e até da montagem de peças teatrais sobre a Guerra do Paraguai. Como a “majestosa cena patriótica” feita em homenagem aos “defensores da pátria” que foi encenada no Teatro de Santa Isabel, dois dias após o embarque do primeiro corpo de voluntários. Nas palavras de seu autor, a peça era “entremeada de poesias para canto” e terminava triunfalmente “com a aparição de um quadro alegórico, que [representava] o Paraguai esmagado pelo Brasil”.¹⁷

É possível pensar que, pelo menos no Recife, o assunto da guerra corresse à boca miúda por todos os cantos da cidade: nos átrios das igrejas, antes e depois das missas; nas tavernas, ao sabor das “bebidas espirituosas”; nos bancos das praças públicas; nas rodas de conversa pelas esquinas. Esse não era um tema desimportante, incapaz de despertar a atenção da opinião pública. Todavia, nos primeiros meses de 1865, essa enxurrada de mensagens patrióticas não se traduziu em adesão maciça ao alistamento de voluntários para a guerra. O tão propalado patriotismo, como nos indicam os documentos pesquisados, ficou esquecido em algum empoeirado fundo de baú. Em seu relatório de passagem da administração da província, Antonio Borges Leal Castello Branco confessou que, ao assumir o cargo, existiam apenas “11 voluntários alistados, e era opinião geral manifestada também pela imprensa, que essa província não daria voluntários para a guerra, sendo que até poesias e artigos se publicavam dissuadindo a população dessa nobre contribuição”.¹⁸

Um cidadão pernambucano, residente em outra província, revelou um mal-estar com a indiferença dos seus conterrâneos diante da convocatória da nação. No primeiro dia de fevereiro de 1865, protegido pelo pseudônimo de “Um pernambucano na corte”, ele publicou em um periódico local uma conclamação dirigida aos pernambucanos, onde os questionou de modo enfático: “Será possível que os primeiros soldados da América conservem-se frios e impassíveis espectadores de uma luta em que a pátria está empenhada, luta nobre e santa, pois que de um lado se acham a luz, a civilização, a liberdade, e do outro as trevas, a barbárie, o despotismo!” E arrematou de maneira entusiástica: “Acordai, pernambucanos! [...] Ergue-te, Leão do Norte! Mostra-se tal qual és, e ao som do hino nacional, marchemos contra o inimigo gritando: Viva o Imperador! Viva o Brasil!”¹⁹

A indiferença dos pernambucanos também foi debatida na assembleia legislativa, em uma sessão realizada no mês de março. Na ocasião, o deputado Jacobina rebateu a ideia, defendida por alguns colegas, de que Pernambuco estava indiferente aos clamores da pátria. E lembrou-lhes, não sem razão, que a pretensa falta de patriotismo podia ser apenas um reflexo da dificuldade de comunicação entre a capital e as outras cidades da província, particularmente as localizadas no Sertão, aonde as notícias chegavam com mais lentidão:

Há bem poucos dias, se pode dizer, foi que se começou nesta capital o alistamento dos voluntários, foi em janeiro, que se tratou disso, estamos em março, o tempo não é muito e os voluntários estão chegando, e logo que às localidades do centro cheguem as notícias das circunstâncias do país, dos desejos do governo, o seu número há de aumentar consideravelmente. Portanto, senhores, não se pode dizer que a província está entregue ao indiferentismo quando o império sofre, isto não se deve, nem pode dizer; tanto mais quanto, sendo uma província extensa, ainda não há tempo de terem chegado a todos os seus pontos as notícias que todos aqui sabemos e nas proximidades da capital.

Realmente, nos meses de janeiro e de fevereiro, como ele mesmo admitiu, a província não manifestou “o costumado ardor”, mas sim certo “desânimo e arrefecimento”. Não obstante, em março as coisas tinham começado a mudar, pois, segundo ele, todos os dias os voluntários vinham alistar-se, provando não existir “o indiferentismo, esse desânimo que se [queria] supor”.²⁰

O deputado Jacobina foi certo na sua análise. De janeiro, desde a publicação do decreto

¹⁷ Jornal do Recife, 27 de abril 1865, n. 96, p. 3.

¹⁸ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castello Branco, 25 de julho de 1865, p. 6-8.

¹⁹ Diário de Pernambuco, 1.º de fevereiro de 1865, n. 26, p. 2.

²⁰ Jornal do Recife, 20 de março de 1865, n. 65, p. 3.

de criação dos corpos de Voluntários da Pátria até o princípio de fevereiro de 1865, os voluntários apareceram, é verdade, mas isso se deu em ritmo de conta-gotas. No dia 17 de fevereiro, uma nota veiculada pelo Jornal do Recife informou o alistamento de somente 98 homens até aquela data, embora o responsável pela sua publicação tenha acrescentado, cheio de otimismo, ter “informações exatas, que [autorizavam] a crer” no aumento desse número em pouco tempo, sem contar o entusiasmo sentido por ele nas ruas da cidade.²¹

O presidente da província, Antônio Borges Leal Castelo Branco, compartilhava o mesmo pensamento. Se antes, como ele disse no seu já citado relatório, os prognósticos eram nebulosos, a partir de meados de fevereiro as nuvens pesadas começaram a se dissipar, fazendo “as fileiras dos Voluntários da Pátria [aumentarem] de dia em dia”. Segundo ele, dos lugares mais próximos do Recife “muitos cidadãos [tinham] acudido ao reclamo da pátria”, deixando-o com a esperança de “que o mesmo [aconteceria] a respeito das demais localidades da província”. E o “mais nobre entusiasmo pela defesa da honra e dignidade nacional” era perceptível em “todas as classes da população”:

Cidadãos notáveis por sua posição social, e por seus haveres, têm vindo alistar-se nessa falange de bravos com a mais louvável abnegação, que tanto os honra; e aqueles, que por considerações valiosas não podem fazer o sacrifício de suas pessoas no altar da pátria, oferecem o auxílio de seus serviços gratuitos nesta província, ou de seus donativos para as despesas da guerra.²²

O autor da nota acima referida não disse quais seriam e quem havia repassado para ele as tais “informações exatas”. E o quanto eram elas exatas a ponto de fazê-lo crer no inevitável aumento do número de voluntários. Porém, ainda no mês de fevereiro e, principalmente, no mês seguinte, o seu vaticínio começou a dar sinais de acerto. Nesse período, as fontes documentais consultadas nos mostram um considerável aumento no número de alistados.

Esse aumento deveu-se, sobretudo, aos voluntários vindos de lugares mais distantes da capital. Da cidade de Santo Antão, por exemplo, vieram 56 voluntários; de Água Preta, 58; de Escada, 29. Da aldeia de Barreiros, 15 índios. E igualmente das freguesias mais agrárias do Recife, como as de Muribeca e de Jaboatão, de onde procederam, respectivamente, 15 e 22 voluntários. Uma relação nominal, publicada no Jornal do Recife (1865, n. 65, p. 2), mostrava que até o dia 14 de março tinham sido alistados 459 cidadãos. Entre 17 de fevereiro e 14 de março o número de alistados pulou de 98 para 459 – um aumento de 361 homens em menos de trinta dias.

De pessoas simples a gente graúda, os voluntários começaram a fluir para a capital pernambucana. Uns se apresentavam sozinhos às autoridades responsáveis pelo alistamento; outros, eram trazidos ou enviados por alguém – geralmente um grande proprietário ou um funcionário público mais graduado. Como fez, em meados de março, o capitão Antônio Pereira da Câmara Lima, senhor do engenho Jussara, situado na freguesia de Jaboatão. De uma só vez, ele apresentou os 22 cidadãos citados no parágrafo anterior, entre os quais “um seu enteado de nome José Coriolano Mendes Lins”. E, no final desse mesmo mês, o diretor da aldeia de Barreiros remeteu para a capital os igualmente citados “15 índios dessa aldeia, a fim de servirem no corpo de Voluntários da Pátria.”²³

Os jornais deixaram registradas nas suas páginas vários exemplos dessa peculiar expressão de patriotismo. Entretanto, sabendo-se das relações de clientelismo vigentes naquela época é de se perguntar até que ponto esses homens se apresentaram por vontade própria ou se eles foram coagidos a fazerem isso pelos proprietários de terras (e de gente) – uma prática que, entre outras coisas, servia para reforçar o seu capital simbólico nos meios políticos locais. O mesmo questionamento é válido para o poder de coação dos funcionários da burocracia imperial. E até

²¹ Jornal do Recife, 18 de fevereiro de 1865, n. 40, p. 1.

²² Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 1.º de março de 1865, p. 4.

²³ Jornal do Recife, 27 de março de 1865, n. 70, p. 1.

mesmo dos agentes recrutadores.

Um deputado provincial, em uma sessão da assembleia legislativa, colocou o dedo na ferida. Conhecedor como ninguém das articulações políticas locais, ele reclamou da prática de os potentados rurais remeterem voluntários para a capital, ganhando, com isso, honras e glórias indevidas: “Sr. Presidente, esses homens que vêm para aqui a pedido, a instâncias, talvez por mandado de Pedro ou de Paulo...” E questionou:

Pois um voluntario da pátria é cousa que se remeta inclusa n’um ofício, como um chefe de polícia remetia clavinotes? [...] Mas é o que se tem dado; e Pedro, Paulo, Sancho ou Martinho que remete 3, 4, 5, ou mais voluntários, as honras e glória são para esses que remetem os voluntários, os pernambucanos de que eles não podiam dispor.

Ele também protestou pelo fato de o presidente da província permitir esse procedimento e até reforçá-lo com elogios públicos: “Eu acho que o presidente devia responder a esses que remetem voluntários: – O senhor não tem que me remeter voluntários, eles que venham se quiserem”.²⁴

Em março, a imprensa denunciou o envio para o Recife de “guardas nacionais recrutados, algemados e fardados”. Razão pela qual o presidente da província, Castelo Branco, oficiou ao chefe de polícia para ele averiguar a veracidade do fato – devendo ainda “recomendar sem demora às autoridades policiais, que não [recrutassem] guarda nacional algum sem inteligência prévia com os respectivos comandantes”. E mesmo quando estes autorizassem, por meio de um documento por escrito, o recrutamento de seus subordinados, eles deveriam ser enviados sem a farda da Guarda Nacional. E finalizou o ofício com outra ordem:

Recomende igualmente V. S. às mesmas autoridades que procedam com toda a imparcialidade e justiça, como é necessário, para que o recrutamento não se torne mais vexatório e odioso do que naturalmente é, nem se converta em arma de perseguição e devendo haver o maior cuidado, para que não sejam presos indivíduos que tenham isenções legais. Os abusos nesta matéria serão severamente punidos.²⁵

A coação, o constrangimento e outros excessos aconteciam em quaisquer épocas de recrutamento. Note-se, tomando emprestadas as palavras utilizadas por Kraay (1999, p. 114) em um contexto semelhante, que o presidente nem “precisou usar o adjetivo ‘forçado’ para qualificar ‘recrutamento’ porque, na linguagem oitocentista, ‘recrutamento’ significava recrutamento forçado”.

Corroborando este seu posicionamento, Castelo Branco disse em um relatório que um dos seus maiores cuidados foi o de “não consentir que o recrutamento e a violência viessem desvirtuar o alistamento espontâneo, tornando-o assim odioso e antipático às populações”. A sua precaução, por si só, apontava para a possibilidade de as denúncias serem verdadeiras. Porém, ele mesmo confirmou a sua veracidade quando disse:

Por isso permiti que voltassem para suas casas os que m’o requereram alegando motivos atendíveis, constrangimento ou violência, e ainda na véspera do embarque do 1.º corpo passando-lhe revista, escusei alguns que por moléstias eram absolutamente imprestáveis e onerosos aos cofres públicos.²⁶

Na tentativa de ressaltar o quão cuidadoso ele foi na condução do alistamento espontâneo dos cidadãos, Castelo Branco acabou confirmando o presumível, ou seja, a existência de práticas violentas e/ou constrangedoras na formação do 1º corpo de Voluntários da Pátria.

Pouco a pouco, por livre e espontânea vontade ou não, os cidadãos foram conferindo materialidade aos corpos de voluntários. Não obstante, de onde talvez mais se esperasse uma

²⁴ Jornal do Recife, 10 de abril de 1865, n. 82, p. 3.

²⁵ Jornal do Recife, 10 de março de 1865, n. 57, p. 1.

²⁶ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 8.

pronta resposta à convocação da pátria, o apoio veio a passos lentos ou, em alguns casos, ficou pelo meio do caminho. Foi assim com a Guarda Nacional, a chamada “milícia cidadã”. Havia uma crença de que, entre os alistáveis, os guardas nacionais rapidamente atenderiam à convocação das autoridades. Afinal, tratava-se de uma instituição de âmbito nacional, organizada e armada pelo Estado, reputada como a “defensora da pátria e o sustentáculo do trono” – como a definiu o comandante de um dos seus batalhões sediados no Recife.²⁷ Todavia, a expectativa não se cumpriu inteiramente. Excetuando-se os guardas nacionais da capital, mais próximos do centro do poder, os de outras cidades pernambucanas fizeram ouvidos de mercador à convocação das autoridades e dos seus comandantes.

Castelo Branco deixou-nos registros importantes sobre o que ele chamou de “procedimento censurável” dos guardas nacionais pernambucanos. Logo quando recebeu o aviso do Ministério da Justiça “chamando a serviço de guerra e defesa do Império 2.424 guardas nacionais desta província”, ele baixou uma portaria “designando o número de praças que cada um dos municípios cabia dar, em proporção de sua força”. Além disso, também expediu circulares aos comandantes superiores da Guarda Nacional dando-lhes ordens para a organização e a arregimentação dos seus subordinados – solicitando-lhes, inclusive, “os nomes, sinais característicos e mais informações daqueles guardas que se negassem a marchar, afim de contra eles proceder na forma da lei”. Sem muito resultado. Alguns meses depois, ele voltou a cobrar os referidos comandantes, por meio de outras circulares, pela “pronta vinda” dos contingentes egressos do interior da província.

Apesar de ter adotado tais providências, ele mesmo admitiu não ter “conseguido resultado algum”. A situação era séria, porém, conforme Castelo Branco alertou aos deputados, não era nada sensato engrossar a voz contra os recalcitrantes. E recalcitrantes armados. Para ele,

[...] sendo sumamente desagradável, e talvez impolítico, pelas circunstâncias especiais da Província, recorrer desde logo a medidas extremas, não, contra alguns refratários e um ou outro batalhão da Guarda Nacional, mas, contra todos eles e 2.400 guardas, que em grande parte já me constava andarem foragidos, de ânimo revoltoso, e dispostos à resistência, julguei acertado insistir ainda nos meios brandos.

Insistindo nos meios brandos, ele expediu duas novas circulares endereçadas aos comandantes superiores da “milícia cidadã” recomendando-lhes (e aos demais oficiais) que, ao darem conhecimento das circulares aos seus subordinados, empregassem

todo o seu prestígio e influência para convencê-los de que se [deviam] prestar ao sacrifício que deles [exigia] a pátria, afim de pouparem ao governo a dolorosa necessidade de forçá-los a servirem no exército o dobro do tempo que [durasse] o destacamento, ou a recrutar aqueles, que não [tivessem] isenção legal, como [determinava] o art. 33 da lei de 19 de Setembro de 1850.

Em vez da força, recomendava-se a adoção de medidas persuasivas contra os recalcitrantes. Uma solução política pertinente e não tibieza do governante. Não devemos pensar o recrutamento como uma prerrogativa pétrea dos governantes a serviço da Coroa imperial, sem espaço para negociações. Como propõe Hendrik Kraay, a prática do recrutamento no Brasil Império se guiava por “complexas regras não escritas” e, apesar da sua brutalidade, não significava “a imposição de um estado forte sobre uma população desgraçada”. Pelo contrário, ele era “moldado por uma complexa rede de relações patrono-cliente entre o Estado, membros da classe senhorial e os pobres livres” (KRAAY, 1999, p. 115).

No afã de dar “maior publicidade” ao chamamento para a guerra, Castello Branco também enviou uma proclamação aos juizes de Direito, juizes municipais, juizes de paz, bem como aos Delegados e Subdelegados de polícia, solicitando-lhes para “excitar os brios da Guarda Nacional e da população em geral, convidando os cidadãos, em nome da pátria e da glória, a honrarem a

²⁷ Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27, p. 1.

memória de seus maiores, apresentando-se espontaneamente, já para o serviço exigido da Guarda Nacional, e já para o exército e armada.” Porém, ele dizia estar convencido, em vista de comunicações oficiais e de informações particulares, de que “se o exemplo raro de abnegação e de patriotismo que [dera] S. M. o Imperador, partindo para o teatro da guerra não [produzisse] algum efeito, os meios brandos pouco conseguiriam produzir algum efeito quanto à Guarda Nacional”.

De ponta a ponta da província, chegavam informações das autoridades locais dizendo que os guardas nacionais dificilmente se apresentariam para a guerra caso não fossem tomadas medidas coercitivas. O comandante superior do município de Boa Vista afirmou que a Guarda Nacional sob seu comando não tinha disciplina alguma e parte dos oficiais não merecia nenhuma confiança, supondo, inclusive, que eles mesmos incentivassem seus subordinados a se evadirem – fugindo, assim, do seu patriótico dever. O do Brejo informou ter encontrado resistência até mesmo entre diversos oficiais e alguns comandantes de corpos, dificultando-lhe, assim, a formação dos conselhos de qualificação. E os designados, bem como os que sabiam que seriam escolhidos, fugiam para a província da Paraíba. Em suma, como afirmou o delegado de polícia, “essa gente só [iria] para a guerra amarrada”.²⁸

Como ocorreu com a Guarda Nacional, também se esperava uma rápida incorporação dos soldados do Corpo de Polícia às tropas que partiriam para o teatro da guerra. Castelo Branco, em seu relatório de 1.º de março de 1865, afirmou: “É de esperar que este corpo, que tão bons serviços tem prestado à província, e que certo não é menos patriótico do que os de outras, se ofereça, como fizeram estes, para ir desafrontar a honra nacional nos campos de guerra e juntar mais um troféu à glória e heroísmo de Pernambuco”.²⁹ A Lei n.º 611, de 2 de maio de 1865, criada pela assembleia legislativa provincial, autorizou Castelo Branco “a fazer marchar [para a guerra] o corpo de polícia”, além de elevar o efetivo desta corporação a 500 homens. No entanto, de acordo com os deputados, as praças de polícia eram contratadas para o serviço da província e, portanto, “não podiam ser constrangidas a servirem fora dela”. Resumindo, o presidente não podia obrigá-las a partirem para a guerra. Isso somente ocorreria se elas, por conta própria, decidissem se desligar do Corpo de Polícia e se alistarem no corpo de Voluntários da Pátria.

Essa foi a decisão tomada por alguns soldados e oficiais daquela corporação. No dia 18 de fevereiro de 1865, segundo notícia publicada no Jornal do Recife, dois primeiros tenentes, um furriel e cinco soldados do Corpo de Polícia pediram baixa do serviço para se alistarem no referido batalhão de voluntários. Dando conta também de que o major da corporação policial, Alexandre de Barros e Albuquerque, “bem como alguns outros oficiais do mesmo corpo achavam-se prontos para marchar para o Sul – dando mais uma prova de civismo e valor e demonstrando serem dignos de imitação”.³⁰ Um oficial, inclusive, foi aos jornais para publicizar a sua decisão de seguir para o campo de batalha de qualquer maneira, não sendo nenhum empecilho para isso sua “pesada família, composta de esposa e sete filhos menores”, pois ele não era, nas suas palavras, “daqueles que só [queriam] ganhar os cobres do governo para acompanhar procissão, fazer eleições, etc. etc., como se [dizia]”.³¹ Seu ato provocou a imediata e enérgica reação de outros oficiais de polícia e ele acabou se retratando, tudo isso por meio dos jornais.

Muitos soldados, realmente, tomaram a mesma resolução desses seus companheiros de armas. Contudo, outros tantos não deram a mínima atenção aos clamores da nação. Para tentar animá-los, os deputados provinciais discutiram a possibilidade de se conceder vantagens aos soldados de polícia alistados no corpo de Voluntários da Pátria. A proposta não foi bem aceita por alguns políticos. Deputados, como P. Batista, para quem “provas de patriotismo em defesa do país não se [compravam] com dinheiro”, eram contrários. O deputado Jacobina, por sua vez, era

²⁸ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 3-4.

²⁹ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 1.º de março de 1865, p. 8.

³⁰ Jornal do Recife, 18 de fevereiro de 1865, n. 40, p. 1.

³¹ Jornal do Recife, 10 de abril de 1865, n. 82, p. 3.

favorável ao projeto de lei e argumentava que as vantagens anunciadas não eram uma forma de comprar o patriotismo dos soldados de polícia, mas a necessidade de se prestar auxílio àqueles “afim de que suas famílias não [ficassem] entregues à miséria e à prostituição”.³²

No final, a tese defendida pelo deputado Jacobina foi aprovada pela assembleia legislativa, e deu origem à Lei n. 611 de 2 de maio de 1865, autorizando o presidente a permitir a partida do corpo de polícia para a guerra – sendo em seu lugar criado um corpo provisório, para fazer o seu serviço enquanto durasse o conflito com o Paraguai. Entretanto, mesmo com a garantia, facultada pela pena da lei, do recebimento de vantagens superiores às aprovadas para os Voluntários da Pátria, muitas praças de polícia foram irredutíveis. De um efetivo de 328 homens, “apenas 188 praças se declararam prontas a marchar e 140 [quase 43% do contingente do corpo] se recusaram” a fazer o mesmo. Dessas 140 praças, 10 requereram a aposentadoria e outras 70 a baixa do serviço. As 60 praças restantes decidiram esperar pela formação do corpo provisório para concluir o seu tempo de serviço – mas não poderiam, conforme ficou definido pela citada lei, serem “de novo engajadas, findo o atual engajamento”.³³

Todavia, como afirmamos anteriormente, aos poucos os chamamentos patrióticos começaram a movimentar a população (pelo menos a do Recife) e a dar alguns resultados positivos, embora isso não significasse o aumento dos efetivos dos corpos de Voluntários da Pátria. Como afirmou o presidente acima, aqueles cidadãos que não podiam “fazer o sacrifício de suas pessoas no altar da pátria”, encontravam outras formas de expressar o seu patriotismo, mesmo sem arredarem os pés da capital pernambucana. Como fizeram “algumas pessoas” ao sugerirem à redação do Jornal do Recife a abertura de uma subscrição para a compra do “estandarte à sombra do qual [os Voluntários da Pátria iam] ajudar a vingar a honra e a dignidade nacional dos campos do Paraguai”.³⁴

A proposição foi rapidamente aprovada por um razoável número de cidadãos. Na edição do dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma relação de colaboradores para essa patriótica causa. Rufino Augusto de Almeida, o responsável pela subscrição, conseguiu arrecadar 525\$000 réis. E a redação do jornal coletou outros 283\$000 réis. Ao todo, foi recolhida de um dia para o outro a considerável soma de 808\$000 réis.³⁵ Na manhã do dia 7 de abril deu-se a bênção da bandeira, na igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares – onde uma “multidão imensa de pessoas de todas as classes da sociedade, [ocupou] o interior do templo, sem exceção nem dos púlpitos”. Ao fim da cerimônia religiosa foram pronunciados dois discursos, entremeados pela declamação de uma poesia. Em seguida, o estandarte foi conduzido pelo presidente da província “à porta do templo” e entregue “ao corpo, que em linha se achava formado em frente da igreja”. Vieram mais discursos e poesias, onde, como nos anteriores, as palavras pátria, patriótico e patriotismo foram citadas sem nenhuma economia. Por último, o corpo saiu em desfile

[...] pelas ruas do Cabugá, Crespo, Imperador, Campo das Princesas, onde passou em continência em frente de palácio, regressando para sua caserna no largo do Hospício, pela ponte de ferro, rua da Aurora, Imperatriz e Hospício. Em todo o trajeto, tanto da ida como da volta, nas ruas da Imperatriz e Nova, choveram flores sobre eles das janelas, que, adornadas de pavilhões diferentes, estavam sobrecarregadas de espectadores.³⁶

Como já dissemos, essas festividades cívicas contribuíam para o despertar do sentimento patriótico na população. Castelo Branco sabia disso. Segundo ele, movimentações assim, com “a presença dos voluntários por toda parte era como que uma sedução permanente” para os cidadãos

³² Jornal do Recife, 20 de março de 1865, n. 65, p. 3.

³³ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 12.

³⁴ Jornal do Recife, 15 de fevereiro de 1865, n. 37, p. 3.

³⁵ Jornal do Recife, 16 de fevereiro de 1865, n. 38, p. 2.

³⁶ Jornal do Recife, 8 de abril de 1865, n. 81, p. 1.

ainda não alistados para a guerra.³⁷

Outras formas de expressar o patriotismo apareceram aqui e acolá. Se uns ofertavam somas em dinheiro, outros ofereciam seus serviços, gratuitamente. Na edição de 15 de fevereiro, o Jornal do Recife publicou um “Oferecimento patriótico” feito por dois médicos, os “Srs. Drs. Pereira do Carmo e Moscoso”. Ambos se colocaram à disposição da presidência “para servirem gratuitamente no hospital militar”, durante a ausência dos médicos “do corpo de saúde do exército, que o governo imperial mandou seguir para a Corte, afim de acompanharem o exército nas futuras operações militares”. Outro médico, o Dr. Inácio Firmo Xavier, se dispôs para tratar, a qualquer hora do dia ou da noite, “as famílias dos Voluntários da Pátria sem nenhum honorário público ou particular durante a ausência de seus membros que [partiram] para a guerra.³⁸ Ainda no campo da saúde, o farmacêutico Joaquim de Almeida Pinto ofereceu-se “para fornecer gratuitamente medicamentos às famílias dos voluntários moradores na sua freguesia, durante o tempo em eles se [achassem] fora da província, combatendo em defesa da honra e dignidade nacional.”³⁹

Na mesma linha de demonstrar patriotismo, mas sem engrossar os efetivos enviados para o campo de batalha, os oficiais e praças do 9.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional de Olinda, argumentando conhecerem as dificuldades da força de linha existente na província, se ofereceram para serem destacados para o serviço em toda a comarca e também na capital – um oferecimento, reputado pelo jornal, como “digno de louvor”.⁴⁰ Foi uma estratégia inteligente, por meio da qual eles davam tanto uma demonstração de patriotismo quanto se livravam do enorme risco de entrarem para as duras e secas estatísticas de mortos ou mutilados em território estrangeiro. Se sucedesse de serem destacados para algum lugar, que fosse para dentro da própria comarca, mas não para o teatro de guerra – devem ter calculado os guardas nacionais olindenses ao fazerem esse oferecimento.

No início de março, os negociantes nacionais e estrangeiros estabelecidos no Recife enviaram à presidência um abaixo-assinado se oferecendo para “fazerem gratuitamente o serviço policial da cidade sob a direção da autoridade respectiva” com o intuito de “auxiliar-se e tornar menos pesado à Guarda nacional, o serviço público, na ausência da tropa e linha e Corpo de Polícia”.⁴¹ Até os magistrados teriam tomado essa decisão. Segundo uma nota, publicada em um jornal coevo, todos os “membros da magistratura, inclusive os desembargadores, advogados e bacharéis em direito” teriam assinado uma representação ao governo na qual eles se ofereciam para formar uma guarda cívica e “substituírem no serviço policial da cidade a força de linha, durante a guerra do Sul”.⁴²

Diferentemente dos guardas nacionais, que tinham seus critérios de isenção, mas não estavam totalmente livres de serem destacados para o serviço de guerra, os negociantes e magistrados jamais passariam pelos dissabores do recrutamento forçado. Nesse caso, mais do que o medo da guerra, o oferecimento desses dois grupos expressava a preocupação com a segurança pública. Segundo relatos da época, a criminalidade parecia aumentar ano após ano, atingindo, sem seletividade, as vilas e cidades do litoral ao sertão. (SILVA, 2015; 2019). E, com a possibilidade iminente de a Guarda Nacional e o Corpo de Polícia serem destinados ao esforço de guerra, a situação se tornava mais preocupante.

Contudo, no meio de toda a movimentação provocada pela guerra, havia gente mais preocupada em ganhar dinheiro. As guerras deixam uma legião de mortos, mutilados, viúvas e órfãos, mas também criam mercados, propiciando oportunidades de enormes lucros para os homens de negócios. Em tempos de guerra ou de paz, o dinheiro que movimenta o comércio e a

³⁷ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 8.

³⁸ Jornal do Recife, 29 de abril de 1865, n. 97, p. 4.

³⁹ Jornal do Recife, 8 de março de 1865, n. 55, p. 1.

⁴⁰ Jornal do Recife, 9 de fevereiro de 1865, n. 32, p. 1.

⁴¹ Jornal do Recife, 4 de março de 1865, n. 52, p. 3.

⁴² Jornal do Recife, 20 de fevereiro de 1865, n. 41, p. 1.

indústria é o mesmo: Pecunia non olet – mesmo quando ele está sujo de sangue. O abastecimento das tropas exige a compra de fardamentos, armas e munições, mas também de alimentos, remédios, cavalos etc. Aí entram em cena os fornecedores – geralmente, os maiores beneficiários das guerras. Não foi diferente com a Guerra do Paraguai. Como acentuou o Barão de Cotegipe, em discurso proferido no Senado, no ano de 1867: “É porque a guerra é um benefício dos fornecedores [...], que, enquanto o Brasil puder despender um centavo, ela não se acaba” (COTEGIPE *in* FIGUEIRA, 2001, p. 7).

Divalte Figueira (2001), ao estudar os aspectos econômicos da Guerra do Paraguai, mostra que, diante da quase inexistência de uma indústria manufatureira de propriedade particular no Brasil, o abastecimento das tropas foi feito, em sua maior parte, pelo mercado externo – particularmente a Europa, os Estados Unidos da América e o rio do Prata. Consequentemente, parte considerável do montante de dinheiro empregado com esse objetivo foi escoado para o exterior e não foi utilizado para estimular o crescimento industrial brasileiro, como fizeram outros países em época de guerra. Porém, mesmo de maneira precária, o conflito com o Paraguai também movimentou o mercado interno – ficando a cargo dos arsenais de Guerra e de Marinha a aquisição de provisões e equipamentos para uso no campo de batalha.

E, com isso, eram abertas possibilidades de novos rendimentos para os proprietários de alguma fábrica ou manufatura – mesmo que fosse de fundo de quintal. Isso se confirmou na licitação aberta pelo Arsenal de Guerra de Pernambuco, para quem estivesse em condições de “costurar 646 capotes de pano azul para o 3.º corpo Voluntário da Pátria”. Os interessados deveriam apresentar “suas propostas em carta fechada”, juntamente com “a fiança e habilitações exigidas pelo aviso do Ministério da Guerra, que [tratava] a semelhante respeito”.⁴³

O aumento do trabalho no Arsenal de Guerra, por causa das demandas da guerra, também abriu novas oportunidades de trabalho para a população livre. Um ofício do presidente da província, datado de 9 de março de 1865, concedeu ao diretor do referido arsenal autorização “para admitir mais 2 alfaiates [para coadjuvar] a respectiva oficina, vencendo o jornal da tabela em vigor durante o tempo em que forem precisos aos seus serviços”.⁴⁴ Mais ou menos uma semana antes, o mesmo diretor havia convidado pelos jornais aos “operários de espingardeiros, latoeiros, corrieiros, cozinheiros e tanoeiros para trabalharem de empreitadas [naquele] estabelecimento”.⁴⁵ As vagas eram poucas, temporárias, mas estamos falando de uma sociedade escravista, onde igualmente poucas eram as oportunidades de trabalho regular, assalariado.

Individualmente, houve ainda os casos de pessoas que se aproveitaram da guerra para dar um upgrade nos seus empreendimentos. Como fez o proprietário da loja Esperança, um estabelecimento situado na rua do Queimado, n. 33, onde se vendia um sem-número de produtos voltados para os homens e, principalmente, para as mulheres desejosas de andarem na moda (luvas de pelica, lenços, leques, diademas e “diversos artigos para toilet”). Demonstrando seu timing para os negócios, ele vislumbrou a realização de bailes para comemorar tanto a “vitória alcançada nas margens do Jataí” quanto um possível sucesso das armas brasileiras em Uruguiana (ele ainda não sabia da derrota dos paraguaios nessa batalha quando publicou o anúncio). E passou a direcionar a propaganda dos seus produtos para os prováveis frequentadores de tais bailes, acentuando que eles seriam vendidos “baratíssimos devido ao fim para que [anunciava-se]”.⁴⁶

Com a mesma visão apurada para os negócios, os fotógrafos Eugênio & Maurício, estabelecidos na rua Nova, n. 25, resolveram apostar no sentimentalismo de quem partia para a guerra, mas queria deixar algo de recordação para os entes queridos, uma forma de estar presente, mesmo estando ausente. Faltando poucos dias para o embarque, eles se dirigiram aos “briosos

⁴³ Jornal do Recife, 21 de setembro de 1865, n. 219, p. 3.

⁴⁴ Jornal do Recife, 13 de março de 1865, n. 59, p. 1.

⁴⁵ Jornal do Recife, 7 de março de 1865, n. 54, p. 3.

⁴⁶ Jornal do Recife, 23 de setembro de 1865, n. 221, p. 3.

pernambucanos Voluntários da Pátria” desejosos de deixarem fotografias de recordação para seus familiares e amigos e se colocaram à disposição para “fazer-lhes retratos em cartões de visita por metade dos preços dos particulares, ou 6\$ a dúzia”.⁴⁷

Apesar dos contratemplos verificados com a Guarda Nacional e com o Corpo de Polícia, o governo provincial conseguiu organizar, de janeiro a abril de 1865, o primeiro batalhão de Voluntários da Pátria com 789 homens.⁴⁸ Não era um contingente desprezível, mas proporcionalmente pequeno se atinarmos para a densidade populacional da província naquela época. Para termos uma ideia do que foi dito, basta olharmos somente para a população das quatro principais freguesias do Recife (São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José e Boa Vista) ao longo do século XIX. Elas eram as mais densamente povoadas e podem nos dar indícios de como os corpos de Voluntários da Pátria teriam sido rapidamente formados se o ardor patriótico dos pernambucanos fosse tão forte quanto ele aparecia nos discursos, poesias e conclamações publicados nos jornais ou divulgados de viva voz em lugares públicos.

Os dados demográficos existentes são poucos e lacunares, trazendo nos números registrados as imprecisões relacionadas com a contagem de pessoas no século XIX – geralmente feitas de modo rudimentar por párocos, delegados e outros empregados públicos. Além disso, os censos existentes se referem a um período anterior e a outro posterior ao conflito com o Paraguai. Mas, como diria Pierre Nora, façamos o mel da nossa história com as flores que temos em nossas mãos. Em 1856, ou seja, onze anos antes da eclosão da guerra, apenas as quatro principais freguesias do Recife comportavam uma população livre de 33.270 habitantes – embora aqui estivessem incluídas pessoas de ambos os sexos (CARVALHO, 2001, p. 85).

Em outro censo, o de 1872, o mais completo realizado no Império, a população das quatro paróquias acima citadas pulou para 63.083 pessoas livres, ou seja, houve um aumento de 47,3%, o equivalente a 29.813 pessoas a mais, em um curto espaço de 16 anos. Na divisão por sexo, não computando-se aqui os(as) escravizados(as), existiam 31.639 homens e 24.568 mulheres. Portanto, o número de homens livres, em 1872, era quase igual ao da população total, em 1856. Excluindo-se 195 indivíduos desse total por serem portadores de alguma deficiência física ou mental, inabilitando-os para o serviço das armas, bem como os velhos, as crianças e os engajados nas tropas de linha, restavam nas quatro freguesias citadas algo em torno de 30.000 homens habilitados para a defesa da pátria. Porém, no primeiro semestre de 1865, a maior parte deles não se deixou levar pelos discursos e gestos patrióticos que povoavam o dia a dia recifense e preferiu demonstrar seu patriotismo de outras formas – como mostramos ao longo desse artigo.

O primeiro batalhão de Voluntários da Pátria marchou para a guerra no dia 27 de abril de 1865. A julgar pelos relatos da época, o regozijo público foi grande. Desde a divulgação da notícia do embarque, choveram proclamações, discursos e poesias nos jornais. E pedidos. Diversos cidadãos rogaram que, nesse dia, o presidente da província decretasse o fechamento das repartições públicas e das casas comerciais. Outros pediram aos moradores para “deitarem colchas e hastearem bandeiras em suas varandas”.⁴⁹ Um grupo de cidadãos se organizou em um “esquadrão patriótico” com o fito de acompanhar a pé todo o percurso a ser feito pelos voluntários. Outros cidadãos, mais endinheirados e, talvez, desejosos de mostrar para a sociedade quem era quem na hierarquia social, chegaram ao cúmulo de fretar o vapor Parahyba para acompanharem com suas famílias e amigos a viagem dos voluntários até o cabo de Santo Agostinho – com direito a “música militar de amadores” a bordo, e a soltar “foguetes desde a partida do ancoradouro até a

⁴⁷ Jornal do Recife, 21 de abril de 1865, n. 91, p. 3.

⁴⁸ Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 12. Ainda no primeiro semestre de 1865, o governo provincial conseguiu formar um segundo batalhão com 511 homens, alcançando um total de 1.300 voluntários em seis meses de intensa mobilização patriótica. Porém, neste artigo, tratamos apenas do primeiro deles, que foi quem deu o pontapé inicial na formação dos referidos batalhões.

⁴⁹ Jornal do Recife, 19 de abril de 1865, n. 89, p. 3.

despedida final”.⁵⁰

No dia do embarque, as ruas por onde o cortejo passaria, estavam quase todas “adornadas de colchas e bandeiras”; em quatro delas, havia também arcos feitos de folhas ou de madeira. Às dez horas da manhã, uma “multidão numerosíssima” já aguardava em frente ao quartel a saída do batalhão. Decerto, no meio dessa multidão estava o Esquadrão Patriótico ao qual nos referimos anteriormente. A espera foi longa, pois somente por volta das duas horas e meia da tarde o corpo de Voluntários começou a desfilar. Havia, como era de se esperar, todo um ordenamento, definindo o lugar de cada um no longo cortejo:

Na frente marchava um esquadrão formado de moços empregados no comércio, uniformemente vestidos de branco.

Atrás dele iam as principais autoridades da província e alguns oficiais superiores todos a cavalo. Seguia-se a pé um número imenso de cidadãos de todas as classes formados em linhas paralelas.

Depois as músicas das sociedades *União Permanente* e *União Comercial*, e também as dos corpos primeiro e terceiro de infantaria da Guarda Nacional, e a do quarto batalhão de artilharia de linha.

Formava em seguida um pelotão de oficiais de linha e Guarda Nacional, sob a direção do Sr. Tenente-Coronel Pessoa, secretário do quartel-general.

Atrás destes marchava o batalhão com a sua música na frente, dividido em trinta e dois pelotões, de vinte e quatro praças cada um – total 768 praças, sem oficiais e a música.

Para Roberto DaMata (1997, p. 45, 60), a parada militar é também um modo “de refletir e expressar a estrutura social brasileira”. Nela, os grupos sociais “acentuam suas posições rituais em homologia com as posições que ocupam no mundo cotidiano. A hierarquia é, pois, mantida e, por meio de sua dramatização, manifesta”. O cortejo dos voluntários seguiu esse regramento. Logo após o “esquadrão formado de moços empregados no comércio” vinham “as principais autoridades da província e alguns oficiais superiores”, todos a cavalo. Somente eles vinham a cavalo, manifestando o prestigioso lugar de cada um naquela sociedade. O batalhão de voluntários, motivo de toda a festa, vinha por último – precedido de um pelotão de oficiais do Exército e da Guarda Nacional.

Aplausos, chuvas de flores, poesias e discursos, vivas numerosos e “centenares de foguetes” compunham a estrepitosa sinfonia da despedida. Nem mesmo uma “imensa chuva que caiu por espaço de meia hora” foi capaz de arrefecer o ardor patriótico dos espectadores. Ninguém arredou o pé, nem das ruas, nem das janelas. Quando o batalhão chegou na rua da Cadeia, a aglomeração de pessoas era tão grande “que tornou a marcha impossível por espaço de meia hora”. Toda essas demonstrações de afeto e civismo atrasaram, obviamente, a chegada dos voluntários ao local do embarque. Quando o batalhão chegou ao Arsenal de Marinha eram cinco horas e meia da tarde, quase noite. O cortejo levou aproximadamente três horas para percorrer um trajeto que, em outro momento, levaria de trinta a sessenta minutos, no máximo.

No Arsenal de Marinha, não havia lugar para mais ninguém: “O povo tinha invadido tudo e só a muito custo foi possível romper a multidão”. Uma fileira quádrupla de pessoas ocupava o cais do porto em quase toda a sua extensão, “enquanto as janelas de todas as casas vizinhas estavam atonetadas de gente”. Havia pessoas até em cima de alguns telhados. No ancoradouro, os barcos estavam “galhardamente embandeirados”. Ao lado do São Francisco, o barco de transporte da tropa, estavam outros dois vapores: o Camaragibe e o Parahyba – aquele barco que foi fretado por um grupo de cidadãos endinheirados. A bordo do primeiro “um parque de artilharia salvava, enquanto do outro, inúmeros foguetes subiam ao ar, rebentando estrepitosamente”. No rio, um monte “de botes cheios de famílias” completava o festivo cenário.

Toda essa multidão ainda aguardou pacientemente “mais de uma hora o momento de ver partir o vapor, pra dizer o último adeus a seus briosos comprovincianos”. Todavia, isso não foi

⁵⁰ Jornal do Recife, 22 de abril de 1865, n. 92, p. 1.

possível, pois o embarque “só terminou muito tarde, quando o navio já não podia sair por falta de maré”. E a tão esperada quanto festejada partida dos voluntários para o teatro da guerra somente aconteceu “aos primeiros raios de sol” da manhã seguinte, sob o silêncio de uma cidade que foi dormir embriagada de patriotismo.⁵¹

Ao longo desse artigo ressaltamos como a eclosão da Guerra do Paraguai contribuiu para colocar a palavra pátria e os termos dela derivados (patriota, patriotismo, patriótico) na boca e no cotidiano das pessoas, fazendo-as circular em diversas situações, desde as mais solenes às mais comezinhas – obtendo, assim, resultados não desprezíveis. Afinal de contas, a ideologia do patriotismo, expressa na difusão de discursos, símbolos e valores patrióticos, conseguiu mobilizar a população pernambucana – fosse para lutar na guerra pelo Brasil, fosse para colaborar de alguma maneira com o esforço bélico, mesmo mantendo-se distante do front. E, por extensão, ajudou a reforçar um ainda frágil edifício da identidade nacional, amalgamando nesse contexto de guerra as diversas identidades regionais em benefício da criação de uma unidade artificial, imaginada, ou seja, a nação brasileira. Todavia, as identidades regionais e locais continuavam pulsando dentro de cada voluntário que pegou em armas para vingar a afronta perpetrada por Solano Lopez.

De fato, os voluntários marcharam para lutar em nome de uma mátria, o Brasil, que não ficava restrita aos limites geográficos de seus locais de nascimento, ou mesmo aos de sua província, mas sim que englobava todas as regiões de um país – e suas respectivas e distantes populações, formadas por irmãos desconhecidos, nunca vistos. Ainda assim, a noção de pertencimento a uma região específica do Império continuava fortemente arraigada entre os pernambucanos. Como deixou escapar o presidente Castelo Branco em um dos seus relatórios, quando falou sobre a “sedução permanente” que a presença de voluntários por toda parte causava nos cidadãos ainda não alistados. Segundo ele, essa sedução era “tanto mais eficaz, quanto [era] animadora a certeza de que, ainda em terras remotas, estariam com os seus, sob a direção dos seus, e, para assim dizê-lo em Pernambuco”.⁵² Sendo assim, a identidade regional permanecia incólume, mesmo com a identidade nacional aflorando e ganhando espaço. Os voluntários saíam de Pernambuco, mas Pernambuco não saía deles.

Fontes

Diário de Pernambuco, 1.º de julho de 1865, n. 148. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Diário de Pernambuco, 1.º de fevereiro de 1865, n. 26. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1865, n. 2. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de janeiro de 1865, n. 17. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865, n. 27. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 4 de fevereiro de 1865, n. 28. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 9 de fevereiro de 1865, n. 32. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

⁵¹ Jornal do Recife, 29 de abril de 1865, n. 97, p. 1.

⁵² Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865, p. 8.

do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 15 de fevereiro de 1865, n. 37. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 16 de fevereiro de 1865, n. 38. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 18 de fevereiro de 1865, n. 40. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 20 de fevereiro de 1865, n. 41. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de fevereiro de 1865 n. 42. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 1.º de março de 1865, n. 49. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 4 de março de 1865, n. 52. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 7 de março de 1865, n. 54. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 8 de março de 1865, n. 55. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 10 de março de 1865, n. 57. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 13 de março de 1865, n. 59. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 20 de março de 1865, n. 65. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 27 de março de 1865, n. 70. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 8 de abril de 1865, n. 81. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 10 de abril de 1865, n. 82. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 19 de abril de 1865, n. 89. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de abril de 1865, n. 91. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 22 de abril de 1865, n. 92. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 27 de abril 1865, n. 96. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 29 de abril de 1865, n. 97. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 21 de setembro de 1865, n. 219. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Jornal do Recife, 23 de setembro de 1865, n. 221. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Ofício do delegado do Termo do Brejo, Tomás Alves Maciel, para o presidente da província, Francisco do Rego Barros, 18 de maio de 1842. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 3, fl. 116.

Ofício do delegado suplente de Sirinhaém, Antonio Germano Regueira Pinto de Souza, para o chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, 8 de fevereiro de 1850. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Polícia Civil, cód. 28, fl. 235.

Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 1.º de março de 1865. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180/items>.

Relatório do presidente Antonio Borges Leal Castelo Branco, 25 de julho de 1865. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180/items>.

Relatório do presidente Francisco de Paula Silveira Lobo, 15 de abril de 1867, p. 3-4. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180/items>.

Relatório do presidente Barão de Vila Bela, 1.º de março de 1868. Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180/items>.

Referências

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 53-99.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. In: DORÉ, Andrea; SANTOS, A. C. (orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009, p. 13-34. Disponível em: <https://bit.ly/30nWe8V>. Acesso em: 16 dez. 2019

- DAMATA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOMINGOS VIEIRA, frei. *Thesouro da língua portuguesa*. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, Fapesp, 2001.
- IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 84-109, 2001.
- KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999.
- MENDES, Fábio. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Luminárias, músicas e sentimentos patrióticos: festas e política no Recife (1817-1848)*. Niterói, RJ, 2018. 277 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2018.
- SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, Wellington Barbosa da. “Salve-se quem puder”: polícia e controle do crime no Recife oitocentista (1860-1889). In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (orgs.). *História, violência, criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais*. Uberlândia: EDUFU, 2015, p. 131-154.
- SILVA, Wellington Barbosa da. “Grupos de criminosos infestam aquela parte da província”: banditismo em Pernambuco na segunda metade do século XIX (1850-1870). In: FONTELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz; FLORES, Mariana F. da C. Thompson (orgs.). *História do banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. p. 151-177.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

Nota de autoria

Wellington Barbosa da Silva é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professor associado da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Oitocentos (GEPHISO). Tem experiência em estudos sobre polícia, crimes, prisões, escravidão e cotidiano no Brasil Império. E-mail: wellington.ufrpe@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SILVA, Wellington Barbosa da. “Em nome da pátria e da glória”: a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria (Pernambuco, 1865). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 226-247, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 06/08/2020.


Modificações solicitadas em 31/08/2020.

Aprovado em 18/10/2020.

Leocádia e suas mortes: o confronto de narrativas de um crime hediondo no Alto Sertão da Bahia do final do século XIX

Leocadia and her deaths: the confrontation of narratives of a heinous crime in the Alto Sertão da Bahia, Brazil, at the end of the 19th century

Fernando Donato Vasconcelos

 <https://orcid.org/0000-0003-2193-7428>
Universidade do Porto

Resumo: Narrativas de um assassinato, ocorrido há mais de um século no Alto Sertão baiano, são discutidas a partir da revisão de fontes históricas não verificadas anteriormente – jornais e registros civis. Apesar de cultuada por alguns como “santa”, como se isto fosse uma reparação popular, a vítima teve sua imagem desqualificada de modo sexista e, de certo modo, responsabilizada por sua própria morte, enquanto a mandante e sua família foram protegidas em vários aspectos. Alguns dos fatos, ocultados ou deturpados em meio a memórias fragmentadas e criadas, são analisados à luz dos conflitos de interesses e valores de uma época de formação do Arraial de Beija-Flor, tempo de seca severa, migração econômica, abolição da escravatura e do racismo que persiste até os dias atuais. A família da mandante do crime, ao contrário do que se dizia, teve uma vida abastada na zona cafeeira paulista e não há registros críveis de que a assassina teve uma morte lenta e dolorosa causada por “lepra”, elemento que compõe o imaginário de “vingança divina” em relação ao crime.

Palavras-chave: Século XIX. Violência. Sexismo. Sertão. Cultura Histórica.

Abstract: The narratives of a murder that took place more than a century ago in Alto Sertão da Bahia, Brazil, are discussed based on the review of historical sources not previously verified – newspapers and civil records. Despite being adored by some as a “saint”, as if it were a popular reparation, the victim had her image sexually disqualified and, in a way, held responsible for her own death, while the perpetrator and his family were protected in many ways. Some facts previously hidden and distorted, amidst fragmented and created memories, are analyzed in the light of conflicts of interests and values of a time when Arraial de Beija-Flor was formed, time of severe drought, economic migration, abolition of slavery, and racism that persists today. The family of the perpetrator of the crime, contrary to what used to be said, lived richly in the coffee zone of São Paulo and there is no record that the murderer had a slow and painful death caused by “leprosy”, an element of “divine revenge”, expressed in the popular imagination.

Keywords: 19th. century. Violence. Sexism. Sertão. Historical Culture.

Introdução

Anualmente, na Semana Santa, período em que os cristãos relembram a morte e ressurreição de Jesus Cristo, também acontece em Guanambi, na Bahia, romaria e culto em memória a uma jovem chamada Leocádia, que foi barbaramente assassinada há mais de um século, quando ali ainda era o Arraial de Beija-Flor. A história é tão marcante na região que, além desses atos de fé, a “santa popular”, como é considerada, está presente em dissertações de mestrado (PEREIRA, 2010; CARVALHO, 2013), teses de doutorado (SANTOS, 2011; PEREIRA, 2017), filme (GOMES, 2008), programa de televisão (REDE GLOBO, 2013), romance (GUIMARÃES, 1991), artigos em escolas de ensino médio (MIRANDA et al, 2017), eventos culturais (CARDOSO et al, 2013) e outros. Mesmo a administração pública reconhece a relevância do fato histórico, a ponto do município (GUANAMBI, 2007) declarar como de utilidade pública a área onde



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

ocorreu o crime.

Guanambi está situada no pedaço do sudoeste da Bahia conhecido como Alto Sertão. Até meados do século XIX, a liderança política e econômica microrregional era dividida entre as vilas de Urubu, Rio de Contas e Caetité. De pouco em pouco, Urubu (ou Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, atual Paratinga) perdeu força, dela se desgarrando, dentre outras, a Vila de Monte Alto (atual Palmas de Monte Alto) e desta, em 1919, o Arraial de Beija-Flor (ou Bela Flor), que passou a se chamar Guanambi (NEVES, 2008). O referido arraial começara a se consolidar com a criação do “Distrito de Paz no Distrito da Subdelegacia de Beija-Flor do termo de Monte Alto” por meio da Lei 1979, de 23 de junho de 1880 (GAZETA DA BAHIA, 1880).

Leocádia era uma adolescente pobre, admitida para trabalhar na obra de uma barragem destinada a combater a seca na região do Arraial. Ela teria sido presenteada pelo fazendeiro José Pedro Guimarães com uma peça de tecido para fazer um vestido, “oferecido num misto de piedade e desejo” (GUIMARÃES, 1991, p. 57), o que despertara o ciúme da esposa do “Coronel”, a Dona Raquel. Tal ciúme fora tão doentio que ela determinou a dois empregados que matassem a jovem, trazendo-lhe como prova da morte um seio da vítima. O cadáver foi afundado em um tanque do lajedo próximo.

Após o crime, um dos assassinos enlouqueceu e o outro fugiu, sendo encontrados mortos pouco depois (PEREIRA, 2010), mas, em outra versão, o principal autor fugiu durante as investigações criminais (TEIXEIRA, 1991). A mandante também escapara com o marido para Pitangueiras, em São Paulo, onde teria padecido uma morte lenta e dolorosa causada por “lepra”¹ (PEREIRA, 2017). Tal relato sobre a doença, ao lado da loucura e morte de, pelo menos, um dos executores, compõe um imaginário de “vingança divina” em relação ao mal que praticaram.

À indignação popular pelo assassinato, seguiram-se orações pela “alma pura” da jovem, passando a ladainhas e romarias. Por fim, os pedidos de descanso e paz para a vítima deram lugar a súplicas de ajuda e o suposto êxito destas transformaram a imagem de uma “inocente Leocádia” na “Santa Leocádia”, acrescidos ainda aspectos místicos, tal como o fato do tanque em que seu corpo fora encontrado ter o formato de um caixão (PEREIRA, 2010).

As publicações que tratam do crime referem como fontes a “memória popular”, a “lenda”, a “história oral” e a recuperação de memórias de relatos de familiares de supostas testemunhas. Há, sem dúvida, uma mistura de ficção e realidade, tendo-se em conta que toda memória tem aspecto fragmentário, sofre lacunas e é mediada por valores, crenças e visões de mundo, não havendo memória coletiva una, mas um conjunto herdado de memórias ou criações alheias.

Sempre que possível, é necessário confrontar tais fontes com outras que permitam uma maior aproximação temporal e chegar o mais próximo possível de uma suposta “verdade histórica”, sem resvalar para o chamado “fetichismo documental”, uma vez que documentos também sofrem mediações na sua elaboração ou interpretação (SARLO, 2007). Desvendar um pouco mais dessa História passa por confrontar eventuais surpresas e suas implicações, exumando aspectos e espectros coletivos de uma sociedade e seu conjunto de lembranças e características (SEAWRIGHT, 2017).

Não se trata de encadear fatos e compor uma versão do que seria um “romance real” (MORAIS, 2018; VEYNE, 2008) ou optar por um relativismo histórico (WHITE, 1994). Com base em fatos verificados, tanto quanto possível, ordenados de modo coerente, o que se quer é compreender o seu contexto e os fatores que determinaram ou influíram na sua ocorrência (HOBBSAWM, 1998). Após confrontar trabalhos de quatro autores (Domingos Antônio Teixeira, Dário Teixeira Cotrim, Elísio Guimarães e Thiaquelliny Pereira), com jornais da época e registros civis e paroquiais, busca-se obter mais elementos dessa “verdade histórica” e o contexto do crime.

¹ A hanseníase, antigamente conhecida como “lepra”, é causada por uma infecção bacteriana e à época era tratada com segregação social.

Qualificação e desqualificação da vítima

Não se sabe ao certo quem foi Leocádia e de onde veio. Para Teixeira (1991, p. 68), era “procedente das vizinhanças de Brejinho das Ametistas” (pertencente à Vila de Caetité, a cerca de 50 quilômetros de Beija-Flor), uma “jovem e matuta rapariga” sobre quem, opina o autor, à época, quando chegava uma “personagem dessa classe, verificada sua presença no cabaré, célere corria o boato”, aplicando à vítima o estigma da prostituição.

Cotrim (1994, p. 53) apela à erotização da vítima e cria uma Leocádia que “não pudera evitar os caprichos da carne e, ao perder a virgindade, tratou de fugir de casa”, mas “o pai não a expulsara como faziam todos os pais”; que era uma “morena da cor-de-uva-madura, tinha mágoas no coração e tristeza nos olhos, e de vez em quando as lágrimas tênues lhe percorriam o rosto de uma beleza singular e doce”; e que fora morar “justamente na Rua das Sete Portas, já conhecida pelos machos da vila, lugar onde os homens jovens, ansiosos por mulheres fáceis, pagavam com pouco tostão os doces minutos de amor”. Para o referido autor, Leocádia não apenas foi uma prostituta, como também compartilhou a responsabilidade pelo seu fim:

As evidências levam a acreditar que foram muitas as prostitutas encomendadas por coronéis em todo o sertão da Bahia. Foram elas vítimas de atos libidinosos e cruéis pela força do poder de seus senhores, tendo *algumas se envolvido em desfecho trágico e fatal, exatamente o que ocorreu com a jovem Leocádia* (COTRIM, 1994, p. 49, grifos meus).

No seu “romance histórico”, ou seja, um gênero literário que, assumidamente, entrelaça a narrativa ficcional com registros históricos, Guimarães (1991) apresenta a personagem de modo distinto: numa situação de seca, Leocádia, branca e miserável, com 16 anos, deixa a casa dos pais, com o apoio dos mesmos, e vai morar com sua tia Joana na Rua das Sete Portas, “em busca de uma vida melhor, onde pudesse adquirir algum trabalho e arranjar algo para comer” (GUIMARÃES, 1991, p. 11). No caminho, no carro de boi conduzido pelo “velho preto” Dionísio, sente saudade dos pais e irmãos e “da infância sem infância ou sem esperança” (GUIMARÃES, 1991, p. 12). Adiante, diz o autor que Leocádia, antes de trabalhar na barragem, vivia de lavagem de roupa e enviava “algum dinheiro para sua mãe” (GUIMARÃES, 1991, p. 51).

Guimarães (1991) também diverge de Teixeira (1991) e Cotrim (1994) em relação à procedência de Leocádia, pois afirma que ela veio da localidade Tanque do Juazeiro, próxima do Arraial. Para ele, tratava-se de uma moça de “espírito angelical”, que fora condenada à morte por não ter alguém que a defendesse (GUIMARÃES, 1991, p. 59). Com relação à Rua das Sete Portas, diverge parcialmente dos autores ao afirmar que era rua “quase só habitada por mulheres de vida livre, *com exceção de poucas famílias pobres que lá moravam*” (GUIMARÃES, 1991, p. 22, grifos meus).

Na mesma rua estava localizado o cemitério de propriedade da família Dias Guimarães, e ali ainda há restos do jazigo de Joaquim Dias Guimarães², um dos pioneiros do Arraial, a quem se atribui ser irmão de José Pedro (PEREIRA, 2017), o “pivô” do crime.

Pereira (2010), que teve como objeto de estudo “a construção social da santidade” na sua dissertação de mestrado sobre Leocádia, analisou duas “posições de sujeito”: “Leocádia Santa-Putá” (que a compara a personagens como a “pomba-gira”) e a “Leocádia Santa”, ambas dizendo “respeito a personagens divinas, cultuadas, referenciadas”.

A primeira posição de sujeito versa sobre uma divindade, posição de sujeito que pode ser ocupada por mulheres mortas e que durante a vida *passaram por algum tipo de drama relacionado à sexualidade*. A segunda posição de sujeito trata do mesmo lugar ocupado pelos santos católicos. Para ser sujeito desta última, é necessário estar morto e durante o momento

² Em 14 de maio de 2019, foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Guanambi a Lei nº 1.235, sobre o tombamento do túmulo de Joaquim Dias Guimarães, instalado no imóvel localizado à rua Sete de Setembro (nome atual da Rua das Sete Portas), nº 151.

que corresponde a sua vida, o sujeito, que neste caso pode ser homem e/ou mulher, deve possuir características relacionadas ao estereótipo de santidade. (PEREIRA, 2010, p. 97, grifos meus)

A autora não questiona a possibilidade de a vítima não ser prostituta e ancora-se na narrativa de Dário Cotrim para construir a representação do que vai analisar como “santa-puta”:

o fato de viajar sozinha com um homem é um forte indício acerca da reputação da moça, pois mostra que a família não tinha mais qualquer preocupação com sua honra. (PEREIRA, 2010, p. 64)

a referida jovem é apresentada como alguém de conduta moral duvidosa, uma vez que, além de morar em uma rua onde ficavam os bordéis da vila, e de ter viajado na companhia de um homem com o qual não era casada, recebeu um presente de um homem casado, fato que culminou no seu violento assassinato. (PEREIRA, 2010, p. 65).

Com base em Guimarães (1991), a autora compõe o perfil da “santa”. Mas, diz que a veracidade das narrativas sobre Leocádia não a aflige, “já que o nosso interesse maior versa sobre a forma como Leocádia aparece subjetivada nesses discursos” (PEREIRA, 2010, p. 14).

Não há considerações dos autores citados sobre a condição feminina naquela sociedade, especialmente da mulher pobre, nem se discute a hipótese de contemporâneos do crime terem caracterizado Leocádia como prostituta para atribuir-lhe a responsabilidade, ao menos parcial, pela sua própria morte.

Nos dias de hoje, diferentemente do que se fazia à época, não se pode tomar os substantivos “menina” ou “prostituta” como se fossem adjetivos para qualificar a mulher: “são estados e posições sociais que demarcam histórias, direitos, violações e proteções. Uma mulher adulta pode escolher se prostituir; uma menina, jamais” (DINIZ, 2012). Se, de fato, Leocádia tinha 16 anos e foi levada à situação de prostituição, isso seria, no século atual, caracterizado como crime de exploração sexual de adolescente (BRASIL, 1990).

O reconhecimento da adolescência, por sua vez, não era algo tão nítido. Segundo Mary Del Priore (2016), “adolescência” é uma palavra ausente da maior parte dos dicionários de língua portuguesa até o final do século XIX, embora estivesse nos manuais de medicina. A “fase de amadurecimento ou de crescimento dos jovens se perdia entre milhares de afazeres relacionados à sua sobrevivência” (p. 331). E, assim, pode-se avaliar que Leocádia, que pensava não ter tido infância (GUIMARÃES, 1991), desembarcara na vida adulta para sobreviver.

Tempo e circunstância

Para conhecer mais das circunstâncias do crime, é preciso saber quando ele ocorreu. Domingos Teixeira (1991), que nasceu em 1903, diz que o crime ocorreu “em certo dia, em 1905 ou 1908” (TEIXEIRA, 1991, p. 68), o que mostra que os relatos eram ainda muitos vivos no seu tempo. Cotrim (1994) ratifica a data. A proximidade temporal explicaria a decisão de Teixeira de não nominar José Pedro, referido como “uma das principais figuras de Beija-Flor na época, cujo nome aqui não citaremos em consideração a membros da família a que pertence” (TEIXEIRA, 1991, p. 68), citando apenas a esposa com o prenome Raquel como até agora é conhecida, do que trataremos adiante.

De volta à questão da data, a inscrição no túmulo de Leocádia informa que sua morte aconteceu em 23 de fevereiro de 1880, o que contradiz relatos de que já findara a escravidão. Para Guimarães (1991), o crime desenrolou-se “na manhã do dia vinte e três de fevereiro de 1890” (GUIMARÃES, 1991, p. 81). Como visto a seguir, este autor é o que mais se aproximou da data provável.

Um discurso de um deputado na Câmara Federal sobre a ocorrência de furto de gado na região da Bahia faz referência a uma carta, datada de 23/6/1891, do Conselho Municipal de Monte Alto, integrado pelo intendente³ e seis conselheiros, sendo um deles José Pedro Guimarães

³ Designação dada ao prefeito à época.

(BRASIL, 1891a). Este seria membro do referido Conselho desde 1890 (PEQUENO JORNAL, 1890a). Pode-se considerar que ele ainda estava em atividade na Câmara, mas é possível que seu nome constasse na carta sem que estivesse presente na sessão.

Quanto à época da construção da barragem, em Beija-Flor, os relatos sobre uma seca mais intensa que o usual são coerentes com a grave estiagem de 1888-1890, chamada de “seca de noventinha”, que destruiu a economia e fez ampliar a fome e a desigualdade (SANTOS, 2014). Em 30/12/1890, o Pequeno Jornal, periódico pertencente ao deputado caetiteense César Zama, publicou uma carta do delegado de polícia de Caetité, datada de 6/12/1890, que dizia que, mesmo após um período chuvoso, “a cruel fome continua sempre e ainda mais intensa do que nunca. Grande parte da população tem sido e está sendo vítima de tão horroroso flagelo, chegando a perecer diariamente 5 (a) 6 pessoas unicamente de inanição” (PEQUENO JORNAL, 1890b). Os preços dos alimentos básicos se elevavam drasticamente (PEQUENO JORNAL, 1890c) e a emigração para outros estados aumentava (BRASIL, 1891b).

Sob a liderança do empresário alemão Franz Wagner, foi criada uma comissão estadual para arrecadar fundos através de quermesses, concertos, doações etc. para enfrentar os danos causados pelas secas no sertão, que passou a ser conhecida como Comitê Wagner e destinava recursos para várias localidades, inclusive Beija-Flor (PEQUENO JORNAL, 1890d), com o objetivo de realizar pequenas obras e reduzir o impacto da estiagem.

O romance “Leocádia”, de Guimarães (1991), até por ter seu autor parentesco com a família Guimarães, não deve ser ignorado quanto às memórias históricas que coletou (ABRANTES, 2015). Ao situar José Pedro à frente da construção da barragem, trata da mão de obra formalmente liberta da escravidão em 1888:

Dona Raquel, esposa do Cel. José Pedro, veio servir o café e após ouvir parte da conversa dá sua opinião:

- Ocês tão preocupados que esses negros larguem o serviço? Façam eles trabalharem debaixo de chicote!
- *Os negros já foram abolidos, Raquel, há um ano e meio.*
- Que abolidos, compadre? Essa tapage⁴ vai beneficiar eles também. (GUIMARÃES, 1991, p. 26, grifos meus).

Por outro lado, uma ata eleitoral de março de 1892 indica que o afastamento de José Pedro de Beija-Flor é anterior à esta sessão:

Ata de conclusão dos trabalhos eleitorais da Primeira Seção do Terceiro Distrito de Paz da Paróquia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte Alto para Governador do Estado Federado da Bahia, como abaixo tudo se declara. Aos vinte dias do mês de março do ano de mil oitocentos e noventa e dois, quarto da República, às dez horas da manhã, *em Casa do Cidadão Capitão José Pedro Guimarães*, designada para nela se proceder a eleição, presentes os cidadãos Inocêncio Antônio de Oliveira, como presidente, Timóteo Alves de Oliveira e Balduino Pereira Bino, como vogais, e Tenente José Carlos da Silva e José Pereira Zequinha, como fiscais, todos reconhecidos e já constituídos na Mesa Eleitoral conforme a ata da sua instalação... (BAHIA, 1892, grifos meus)

Ao final, proclamou-se que a totalidade dos 59 votos dos que compareceram foram dados ao candidato Rodrigues Lima, político natural de Caetité. E, embora a cópia da ata tenha uma rasura na palavra “não”, ao compararmos a sequência adotada em outras atas eleitorais do mesmo escrivão (Francisco Antônio Lopes), verificou-se que na lista dos eleitores que não compareceram está José Pedro Guimarães. Ou seja, algo relevante motivou que não estivesse presente a uma sessão eleitoral realizada na sua casa.

Observe-se também que a patente atribuída a José Pedro é de Capitão, o que é coerente com uma publicação feita no “Jornal de Notícias” em março de 1891, que informa que, para a 1^a.

⁴ Tapagem, barragem de terra.

Companhia do batalhão nº 108 da Guarda Nacional, da Comarca de Monte Alto, foi nomeado Capitão o tenente José Pedro Guimarães. É possível que essa nomeação ocorrera em época anterior, mas é certo que sua patente era, então, de Capitão da Guarda Nacional e não de Coronel.

Restava saber se houve alguma notícia jornalística sobre o crime e constatamos uma série de publicações a partir de setembro de 1891, a indicar que o homicídio ocorrera bem antes, uma vez que já havia inquérito judicial. A primeira das notas foi publicada no periódico Diário de Notícias, da Bahia (DN-Bahia), mas não foi encontrada. A partir da republicação da notícia por outros veículos, fato comum à altura, é indicado que a informação original partira de Caetité para o referido jornal da capital baiana. É o que publica o Jornal do Brasil (JB), que cita como fonte o DN-Bahia.

Observadas algumas atualizações ortográficas, transcreve-se o texto do JB com os detalhes sórdidos do crime:

Informações vindas de Caetité, soube o Diário de Notícias da Capital que se deu ultimamente em Beija-Flor, termo vizinho dessa cidade, um crime horrível.

Pessoas residentes nos arredores daquele lugar, notando em um poço alguma coisa pútrida que tornava a água gordurosa e de mal sabor, foram examinar; acharam no fundo do referido poço o cadáver de uma mulher horrendamente mutilado, o qual verificou-se ser de uma meretriz. Eis como foi cometido o crime: a mulher de um negociante de Beija flor, tomada de ciúme, por julgar que seu marido tinha relações ilícitas com a meretriz, pagou com uma arroba de café e 20 tostões em dinheiro a um homem para apoderar-se da pobre.

Aproveitando-se da ausência do esposo, e tendo o indivíduo cumprido sua triste missão, a mulher do negociante dirigiu-se ao sítio onde estava amarrada a infeliz e infligiu-lhe os maiores tormentos, mutilando-lhe muitas partes do corpo.

A infeliz veio a falecer depois de três dias de fome e sede!

A feroz mulher que se comprazia com a agonia da infeliz, depois de ter-lhe tirado alguns membros para oferecer a seu esposo, quando ele voltasse, fez atirar o cadáver ao poço, do qual foi tirado para fazer-se corpo de delito.

O pobre homem ficou tão horrorizado com o presente que desmaiou. Passado o delíquio, sua mulher contou-lhe em risadas as peripécias do nefando crime.

O promotor de Monte Alto não poupou esforços para desabafar a Justiça”.

Preso o mandatário (sic), e pago pela segunda vez, chamou sobre si a autoria do crime.

Apesar de ser fato conhecido e ter a mulher assassina bradado que a mesma sorte esperava a outra obrigando essa outra a fugir (sic), o Juiz baseando-se na confissão do mandatário despronunciou a mulher assassina.

Ultimamente, o preso evadiu-se da prisão de Monte Alto, ficando o crime impune.

É incrível tanta ferocidade no coração de uma mulher! Entretanto, continua a viver com o marido, manchando o leito marital com uma nódoa de sangue, termina o informante do Diário. (JORNAL DO BRASIL, 1891)

Como se vê, a esposa não foi apresentada apenas como mandante, mas como executora do crime, assim como as lesões praticadas são ainda mais bárbaras. O trabalhador que executara a seu mando ou ao seu lado teria sido pago para assumir toda a responsabilidade.

É provável que a notícia a que o JB fez referência tenha sido publicada no DN-Bahia pouco antes, uma vez que o jornal O Tempo, do Rio de Janeiro, publicou em 3 de setembro de 1891 uma pequena nota, como se fosse a notícia incompleta. Informa que houve um crime em Beija-Flor da Bahia, refere que a infeliz vítima foi colocada em um tronco – não a caracteriza como meretriz, mas como uma mulher que “andava seduzindo o marido” da mandante do crime:

Em Beija-Flor da Bahia, a esposa de conhecido negociante, desconfiando que *uma mulher moradora naquele local andava seduzindo o marido*, mandou metê-la em um tronco, onde a infeliz morreu de fome e sede.

A infeliz, depois de ver sem vida a sua vítima, mutilou o corpo, e o atirou em seguida dentro de um poço. A muito leva o ciúme! (O TEMPO, 1891a, grifos meus)

No dia seguinte, O Tempo (1891b) publica matéria quase idêntica à do JB, citando a mesma fonte (DN-Bahia), mas com título em maiúsculas e em posição de destaque na folha impressa: “HORROR!”. Não refere Caetité, por isso o texto fica prejudicado quando fala em “Beija-Flor, um

termo vizinho”, contudo trechos que foram editados pelo JB são ampliados e essa passa a ser a versão mais frequente copiada em outros jornais. Onde o JB havia escrito “mutilando-lhe muitas partes do corpo”, O Tempo substituiu por “mutilou-lhe as partes pudendas, cortou-lhe os seios, vindo a infeliz a falecer depois de três dias de fome e sede”.

Adiante, onde se dizia apenas que “o pobre homem ficou tão horrorizado com o presente que desmaiou”, O Tempo amplia: “Avalie-se o horror do marido, que, voltando à casa, achou como presente que a esposa lhe guardara, fragmentos das partes inferiores de uma criatura. O pobre homem desmaiou!”. E, ainda, substituiu o último parágrafo do JB, mantém a referência ao “sagrado leito conjugal”, e faz juízo crítico ao caráter bárbaro do crime, não reduzindo-o à reação ao ciúme: “A verdadeira culpada continua a viver com o marido manchando assim de sangue o leito conjugal. Realmente o fato não pode ser mais hediondo e só a sua exposição revolta (até) os espíritos mais indiferentes”.

Em 10 de setembro do mesmo ano, o Jornal do Recife (1891) republica a mesma nota, erra o nome de Caetité, que troca por “Calité”, mas mantém o resto do texto, inclusive a abordagem moral da “ferocidade no coração de uma mulher” e sobre o “leito marital” manchado com “uma nódoa de sangue”.

Na semana seguinte, o jornal Novidades (1891) do Rio de Janeiro repete a nota e também erra na localização de Beija-Flor: uma vez que a matéria original falara em termo vizinho à Caetité, ao omitir esta cidade, diz que o arraial fica em termo vizinho à capital baiana, equivocando-se por uma diferença de cerca de 800 quilômetros.

Em novembro do mesmo ano, o Diário de Notícias (1891) do Rio de Janeiro, publicou a mesma matéria, com um texto que parece ser mais próximo do original porque cita Caetité e não omite trechos. A conclusão é idêntica à que consta no Jornal do Recife.

A notícia ecoou no ano seguinte no jornal O Combate (1892) do Rio de Janeiro, onde o texto foi repetido, com novo equívoco, desta vez em relação ao estado de ocorrência: além de ser incluída em uma subseção de “A vida nos Estados” dedicada à “Minas Gerais”, disse que “em Beija-Flor, próximo da Bahia, deu-se ultimamente um crime abominável”. Dada à proximidade do arraial em relação à Minas Gerais, o erro foi menor do que o que o situou próximo à capital da Bahia.

Sobre o jornal que publicou a primeira nota, o Diário de Notícias (da Bahia), sabe-se que fez forte oposição ao governo Rodrigues Lima (1892-1896), acusando-o de corrupção (SAMPAIO, 2001). Todavia, como o político de Caetité, que tivera a totalidade dos votos válidos em Beija-Flor em março de 1891, iniciou seu governo no final de maio de 1892, não há porque arguir a hipótese de que a nota original de setembro de 1891 se relacionasse a uma campanha política para atingi-lo na região, ainda mais sem que nomes fossem citados e num arraial sem maior expressão eleitoral à época.

Por sua vez, ao utilizar os jornais como fonte historiográfica, não há como desconsiderar que a imprensa constrói um discurso de sociedade (SOSA, 2006) e produz ou exagera estereótipos que servem ao discurso da moralidade de então (ALMEIDA, 2017), no caso, a mulher má e ciumenta, o homem bom e inocente, a prostituta ou mulher sedutora etc., tudo acrescido com avaliações morais explícitas ou não.

Os elementos do crime relatados pela imprensa, todavia, confirmam grande parte dos relatos que, como visto, perduram na memória local: houve o crime hediondo; a mulher do fazendeiro foi a mandante; o motivo foi ciúme; a vítima teve seu corpo mutilado; e a Justiça não puniu os culpados. Algumas contradições surgiram: a esposa seria também a principal executora; as mutilações do cadáver foram ainda maiores do que é mencionado; um dos autores foi preso, pago para assumir a culpa e, em seguida, fugiu.

O marido não foi arguido quanto à responsabilidade no crime – até mesmo a informação de que a vítima fora presenteada pelo “coronel” com o tecido para um vestido é considerada apenas como lenda (COTRIM, 1994, p. 53). Na imprensa, a crítica implícita é que continuou casado com

aquela que manchou o “leito marital” com “uma nódoa de sangue”. O viés patriarcal é absoluto.

Quanto à data provável do crime, considerado o curso adiantado do processo criminal e o fato de ter havido chuvas na região no final de 1890, além da referida ausência de João Pedro, é provável que o homicídio acontecera entre o início e meados deste ano, talvez na data apontada por Guimarães (1991).

A mandante e sua família

Chamada apenas de Dona Raquel, ou a “mulher sem coração”, “feroz mulher”, “ciumenta”, “assassina” etc., a autora principal do crime pode, afinal, ter seu sobrenome conhecido: era de uma família de prestígio político na Vila de Caetité e no seu Distrito de Gentio⁵. No registro de nascimento de uma filha, feito pelo escrivão Domingos Pereira Teixeira, em 1879, está a identificação da família:

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e nove, neste Distrito de Paz da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Gentio, município da cidade de Caetité, Província da Bahia, em meu Cartório compareceu *José Pedro Guimarães*, e apresentou-me uma criança do sexo feminino, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, declarando ser sua filha e de Dona *Raquel Gomes de Azevedo*, que nasceu no dia dezoito do mês já mencionado, às duas horas da tarde, na sua morada Lagoa de Pedra, neste Distrito, que tem que ser batizada com o nome de *Maria*, ele declarando natural da Freguesia de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Monte Alto e sua mulher natural desta Paróquia, também casados nesta Paróquia, ambos livres e lavradores, sendo avós paternos *Antonio Dias Guimarães*, já falecido, e *Maria Felizarda de Jesus*, e maternos *Bireno Gomes de Azevedo* e D. *Praxedes Gomes de Azevedo*, e que para constar fiz este termo e comigo assinam o declarante etc. (BAHIA, 1879-1952, registro número 25, grifos meus).

Este registro de nascimento permite constatar que Raquel pertencia à família do Capitão Domingos Gomes de Azevedo, de tradição política na região (NEVES, 2000). Seu pai, Bireno, foi Inspetor paroquial de ensino no Gentio (BAHIA, 1867).

Vê-se também que o casal residia na fazenda de Lagoa da Pedra, um dos lugares de formação da família Dias Guimarães (COTRIM, 2012), morada novamente referida em um registro de óbito de 17/12/1885, quando José Pedro informou a morte de sua filha Ana, de um ano e cinco meses, sepultada no Gentio.

Por outro lado, ao contrário do que dizem os escritos sobre o caso, José Pedro, embora parente, não seria irmão de Joaquim Dias Guimarães, uma vez que era filho de Antônio Dias Guimarães, enquanto se diz que Joaquim era filho de um português chamado José. É possível também que fossem de gerações distintas. Ademais, pesquisas nos arquivos paroquiais de Monte Alto (GUANAMBI, 1840-1897) e registros civis do Gentio indicaram que José Pedro teve sete irmãos e apenas um irmão de nome Manoel.

No romance de Guimarães (1991), José Pedro ficara “envergonhado” e por isso vendeu as propriedades e levou sua família para Pitangueiras, em São Paulo. Como visto, havia sinais de que a mudança para Pitangueira fora repentina. Verificou-se, ainda, que uma filha (Maria Joana) que se casara civilmente no Gentio, somente teve seu casamento religioso em Pitangueiras (SÃO PAULO, 1905, imagens 80-81/587).

Independentemente da ocorrência do crime, é possível, contudo, que a emigração já estivesse nos planos da família. Além da seca, a segunda metade do século XIX teve outro fator que estimulou a emigração para províncias do sul-sudeste do Brasil: a expansão da agricultura cafeeira em São Paulo. Grandes fazendeiros, como o coronel Leolino Xavier Cotrim, migraram para Pitangueiras-SP e traficaram escravos seus e de outros proprietários da região, prosperando lá com o café. Muitos outros planejavam fazer o mesmo caminho. Estima-se que, após a proibição do

⁵ O Distrito atualmente é denominado Ceraíma e pertence à Guanambi.

tráfico externo em 1850, o tráfico interprovincial abrangeu cerca de 200 mil escravos, compulsoriamente deslocados para o sudeste do Brasil (NEVES, 2000), mas a migração econômica continuou a ocorrer após a abolição de 1888.

Os contatos e, por certo, o poder econômico de José Pedro Guimarães permitiram que atuasse com desenvoltura no novo ambiente. Após chegar em Pitangueiras, em 1890 ou 1891, poucos anos depois, em 1897, integrava a Câmara Municipal (CORREIO PAULISTANO, 1897) e foi seu presidente entre 1899 e 1901 (PITANGUEIRAS, 2012). Em 1902, sua patente na Guarda Nacional elevou-se bastante e passou a ostentar o título de Tenente-Coronel Comandante do 6º Regimento de Cavalaria da vizinha cidade de Bebedouro (CORREIO PAULISTANO, 1902). Seu capital foi suficiente para adquirir grandes extensões de terra, gado, cafezal e uma serraria (ALMANAK, 1910). Em carta publicada em jornal, ao elogiar uma máquina de beneficiamento de café que adquirira, diz que o equipamento beneficiava “em 10 horas, de 300 arrobas para cima” (CORREIO PAULISTANO, 1905). Ao falecer em Bebedouro, em 28 de dezembro de 1911, uma nota com sua foto foi publicada com a legenda que deixara muitos amigos na cidade (ILLUSTRAÇÃO PAULISTA, 1912).

Em 1902, Raquel Gomes Guimarães e o seu marido casaram sua filha Irene no seu Oratório privado, “na próspera fazenda” Boa Vista. José Pedro é referido como o “Senhor Coronel D. José Pedro Guimarães”, o que demonstra outra vez sua influência local. Os pais e os noivos assinaram o registro. Raquel estava presente e assinou normalmente, o que contraria, ao menos naquele momento, a informação de que apresentara “lepra”, o que implicaria, à época, no seu afastamento do convívio social (SÃO PAULO, 1902, imagem 10/587). Embora não tenha assinado, ela foi listada como presente no casamento de Maria Joana em 1905, já mencionado, assim como o nome Raquel Guimarães aparece como “mordomo”⁶ da Santa Casa de Bebedouro em 1921 (CORREIO PAULISTANO, 1921), sem sinais, portanto, de que sofreu um final de vida doloroso como apregoado em Guanambi.

Lacunas e iniquidades

Existem lacunas importantes na história de Leocádia, entre elas sua condição racial e étnica. Além disso, a afirmação de que seria prostituta, em razão de ter morado na Rua das Sete Portas, apesar de constar da maioria dos jornais, ainda se apresenta como possível argumento de defesa da autora e mandante do assassinato.

Uma vez que a escravidão fora extinta formalmente, é possível que a rua em questão também reunisse parte daqueles que não tinham terra ou casa para ficar, não apenas as prostitutas. Não se sabe se Leocádia era branca, morena ou negra, mas era pobre e estava em meio aos deserdados daquela sociedade.

A escravidão na região teve características peculiares, com fracionamento dos escravos por várias fazendas, de modo a viabilizar a atividade agropastoril e a policultura, o que permitia aos escravos alguma liberdade de movimento, sem se excluir com isso o caráter violento, autoritário e degradante da relação escravista (PIRES, 2014; NEVES, 1994).

Entre o segundo e terceiro quartel do século XIX, ainda era expressiva a quantidade de escravizados na região, como se vê no estudo de Araújo Júnior (2017) sobre Monte Alto, referente ao período 1840-1888, que identificou casamentos e batizados de 740 escravos na região, muitos dos quais no Distrito de Beija-Flor.

A atribuição da condição de prostituta à Leocádia, independentemente de ser ou não verdadeira, de certo modo naturaliza o assassinato. Tanto o Código Criminal de 1830, quanto o Código Penal de 1890, aplicavam, por exemplo, penas brandas ao homem que praticasse estupro

⁶ Os “mordomos” eram integrantes do Conselho de Administração das Santa Casa e geralmente pertenciam ou transitavam junto às elites.

contra uma prostituta e penas severas, acrescidas de dote, se a vítima fosse “mulher honesta”. Como destaca Almeida (2017), “a violência sexual contra uma prostituta não ameaçava a honra das famílias”, e o código acolhia como atenuante a defesa da honra própria ou de familiar (BRASIL, 1890).

Nas narrativas do crime, o sexismo é irmão gêmeo do racismo, ainda que Leocádia não fosse negra, mas “apenas” uma integrante da plebe. Seu corpo não era visto somente como mão de obra, mas como objeto sexual (SAFFIOTI, 2004), como se isso reduzisse a gravidade do crime contra ela praticado.

A demonstrar que os valores hegemônicos à época da escravidão ainda ecoam nos tempos recentes, Cotrim (1994) opina, surpreendentemente, que:

Os moleques negros eram tratados com excesso de mimo e zelos pelas mucamas, enquanto os meninos brancos, ainda muito cedo, aprendiam as safadezas com os marotos, deflorando negrinhas e emprenhando escravas.

O sentimento amoroso dos brancos com os negros tomou proporções de muita afeição, quando as mucamas revelavam hábitos incestuosos e libidinosos e os chamegos com as negras, mulatas e primas, eram de fato o encantamento dos meninos brancos, isto devido à liberdade admitida pelos seus pais (COTRIM, 1994, p. 99).

Sempre a reiterar ser Leocádia uma prostituta, Cotrim (2012) avalia que “as camadas senhoriais, por sua vez, davam pleno apoio às atitudes de Dona Raquel. Estavam elas apenas empenhadas no repúdio às mulheres de vida livre” (COTRIM, 2012, p. 111-112).

Se, de fato, a maioria das “famílias tradicionais” do Arraial de Beija-Flor, quase todas de origem escravista, preferiu estigmatizar a vítima de um bárbaro assassinato e proteger a mandante e seus cúmplices, de nada vale atribuir à Leocádia na atualidade a condição de “santa”. É essencial que, por meio de novos estudos, se conheça a fundo a história desse crime, de modo a fazer justiça à memória da vítima e, mais ainda, a confrontar uma iniquidade que perdura há mais de um século.

Fontes

ALMANAK Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. Estado de São Paulo – Pitangueiras. Edição de 1910, Nº B00067 p. 182-185. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/44265>. Acesso em 31 jul. 2020.

BAHIA. 1867. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1823 a 1889. Ano 1867, edição 001. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/4823>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BAHIA, Registros civis de Guanambi, 1891-1933, Fotografado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1989. Arquivo referente a Beija-Flor: Casamentos 1892-1925 (livros de notas públicas que incluem Actos de Casamentos).

BAHIA, Registros civis de Ceraíma (Bahia), 1879-1952, Fotografado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1989-1990. Livro de Nascimentos 1879-1952.

BRASIL. 1891. Annaes da Camara dos Deputados (RJ) – 1889 a 1899. Sessão em 14 de agosto de 1891. Edição 002. p. 232. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_01/2697. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. 1891. Annaes da Camara dos Deputados (RJ) – 1889 a 1899. Discurso do Deputado Amphiphio. Sessão em 14 de outubro de 1891. Edição 004. p. 352. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_01/3489. Acesso em: 20 jul. 2020.

CORREIO PAULISTANO. *Manifestações*. Edição de 16 de novembro de 1897. Nº 12359, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_05/8307. Acesso em: 30 jul. 2020.

CORREIO PAULISTANO. *Manifestações*. Edição de 6 de junho de 1902. Nº 13933, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/2116. Acesso em: 30 jul. 2020.

CORREIO PAULISTANO. *Manifestações*. Edição de 22 de março de 1905. Nº 14948, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/6241. Acesso em: 30 jul. 2020.

CORREIO PAULISTANO. *Bebedouro*. Edição de 13 de outubro de 1921. Nº 20932, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/090972_07/6577. Acesso em: 30 jul. 2020.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1891. Rio de Janeiro, Edição de 14 de novembro de 1891. Nº 2317. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/9878>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GAZETA DA BAHIA. Leis sancionadas. Edição de 11 de julho de 1880. Nº 152. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213454/1597>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GUANAMBI. Acervo da Secretaria da Paróquia de Santo Antônio de Guanambi (BA) – Livros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto, 1840-1897.

ILLUSTRAÇÃO PAULISTA. 1912. Necrologia. Edição 0053, de 20/01/1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/186848/1852>. Acesso em 09 jul. 2020.

JORNAL DE NOTÍCIAS (BAHIA). 1891. Edição do dia 7 de março de 1891, número 3396, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/135>. Acesso em: 10 jul. 2020.

JORNAL DO BRASIL. 1891. Rio de Janeiro. Edição do dia 4 de setembro de 1891. Nº 149, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_01/681. Acesso em: 21 jul. 2020.

JORNAL DO RECIFE. 1891. Pernambuco, Edição de 10 de setembro de 1891. Nº 204, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/29960>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NOVIDADES. 1891. Rio de Janeiro. Edição de 18 de setembro de 1891. Nº 308. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/830321/5392>. Acesso em: 23 jul. 2020.

O COMBATE. 1892. Rio de Janeiro. Edição de 9 de março de 1892. Nº 51. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348112/194>. Acesso em: 23 jul. 2020.

O TEMPO. 1891a. Rio de Janeiro. Edição de 3 de setembro de 1891. Nº 106. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/218731/42>. Acesso em: 21 jul. 2020.

O TEMPO. 1891b. Rio de Janeiro. Edição de 4 de setembro de 1891. Nº 107, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/218731/426>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PEQUENO JORNAL. 1890a. Bahia. Edição de 19 de novembro de 1890, pg. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703842/831>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PEQUENO JORNAL. 1890b. Bahia. Edição de 30 de dezembro de 1890, pg. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=703842&pagfis=944>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PEQUENO JORNAL. 1890c. Edição de 03 de outubro de 1890, pg. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/703842/687>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PEQUENO JORNAL. 1891. Bahia. Edição de 01 de setembro de 1891, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/703842/1710>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SÃO PAULO. Registros paroquiais da Igreja Católica de São Sebastião, Pitangueiras – SP, 1902-1923. Fotografados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1989. Arquivo referente a Casamentos 1902-1923. Filme 004633123. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N->

Q79S-GB?mode=g&cat=150993. Acesso em 31 jul. 2020.

Referências

ABRANTES, Cristiane Santos. *Retalhos de Vidas: população, batismos e casamentos no cotidiano do Arrayal de Beija Flor (Alto Sertão da Bahia, 1870-1889)*. Caetité, 2015. 59 p. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado da Bahia – Caetité, 2015.

ALMEIDA, Miléia Santos. Do cativo à pena do escrivão: experiências de mulheres negras no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1890-1940). *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 6, n. 2, p. 209-222, out. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17564/2316-3801.2017v6n2p209-222>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARAÚJO JÚNIOR, Gervásio Fernandes de. Batismos, casamentos e compadrios de escravos na Freguezia de Nossa Senhora Mai de Deos e dos Homens de Monte Alto (1840 – 1888). Caetité, 2017. 136 p. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado da Bahia – Caetité, 2017.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Promulga o Código Penal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm impressao.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 31 jul. 2020.

CARDOSO, Maria do Carmo Neves et al. Biblioteca Viva: Plantando Leitura, Colhendo Cidadãos. *Revista Educação, Tecnologia e Cultura E.T.C.* – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Guanambi, p. 25-30, 2013. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/index.php/etc/article/viewFile/16/23>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. *O diálogo entre cultura escolar e cultura popular na Educação de jovens e adultos numa escola de Guanambi – BA*. Belo Horizonte, 2013. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9FCGE6> Acesso em: 08 jul. 2020.

COTRIM, Dário Teixeira. *Guanambi: aspectos históricos e genealógicos*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

COTRIM, Dário Teixeira. *História Primitiva de Guanambi*. Montes Claros (MG): Editora Cotrim, 2012.

DEL PRIORE. Mary. *Histórias da Gente Brasileira*, vol. 1 – Colônia, Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

DINIZ, Debora. *Adequação ad hoc*. O Estado de S. Paulo. 2012. Disponível em: https://assets-institucional-igp.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2012/04/estadosp31032012_deboradiniz_adequacaoad hoc.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

GOMES, Benedito Teixeira (Diretor, Roteirista e Produtor). *Leocádia*. Estreia em: 25 de julho de 2008. Duração: 75 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XCHDswz3pQo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GUANAMBI. Prefeitura Municipal. *Decreto nº 352, de 30 de março de 2007*. Decreta de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel abaixo discriminado e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios. Nº 19.401, de 3 de maio de 2007, p. 15-16.

GUIMARÃES, Elísio Cardoso. *Leocádia: romance histórico*. Edição do autor. Rio de Janeiro, 1991, 98 p.

- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 321 p.
- MIRANDA, Ana Clara F. et al. Leocádia: uma personagem popular que transformou a vida da pequena vila “Beija-Flor” e conservou através da linguagem oral a memória de um povo. *69ª Reunião Anual da SBPC* – 16 a 22 de julho de 2017 – UFMG – Belo Horizonte/MG. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/69ra/resumos/resumos/2614_138047c50a09832aeeb5cee34846b206f.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.
- MORAIS, Julierme. *Paul Veyne e Hayden White*: duas visões acerca da narrativa histórica. *Aedos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 263-284, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/76623/49781>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravismo e Policultura. *Clio*, v. 15, n. 1, p. 73-98, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24903/20171>. Acesso em: 18 jul. 2020.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, n. 24 (2000). p. 97-128. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20997/13597>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja*: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local. 2. ed. revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.
- PEREIRA, Thiaquelliny Teixeira. *Memória e discurso religioso*: a fé na “Santa Leocádia” de Guanambi – BA. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Vitória da Conquista, 2010. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmils/wp-content/uploads/2017/06/PEREIRA-T-T.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- PEREIRA, Thiaquelliny Teixeira. *A construção social da santidade*: santos populares no interior da Bahia. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09022018-112516/pt-br.php>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. Sertões da Bahia nos tempos da escravidão. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 49, p. 331-337, jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912014000100012>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- PITANGUEIRAS, Câmara de Vereadores de Presidentes. Disponível em: <http://www.cmpitangueiras.sp.gov.br/presidentes>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- REDE GLOBO (BAHIA). *História de Leocádia* – Programa Aprovado. Disponibilizado em 20/11/2013 em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERt6oNyYCIY&t=46s>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. Verbete sobre os jornais baianos – A Tarde, Diário de Notícias, Diário da Bahia e Correio da Bahia. In: Alzira Alves de Abreu et al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, v. 5.
- SANTOS, Ozenice Silva dos. *Territorialidade e Reterritorialidade no espaço agrário baiano*: O Caso da Monocultura Algodoeira do Vale do Iuiú. Porto, Portugal, 2011. 207 p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/112124/3/267602.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. São Paulo, 2014. 334 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo – USP, 2014. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06012015-184410/pt-br.php. Acesso em: 11 jul. 2020.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte; UFMG, 2007.

SEAWRIGHT, Leandro A. Teoria da História – a escrita, o lugar do morto e do assombro: diálogos com Michel de Certeau. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 375-401, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309212017375>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. *Biblos*, Rio Grande, n. 19, p. 109-125, jan. 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258/71>. Acesso em: 30 jul. 2020.

TEIXEIRA, Domingos Antônio. *Respingos Históricos*. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1991.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Nota de autoria

Fernando Donato Vasconcelos é Investigador em pós-doutoramento no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – CITCEM da Universidade Porto, onde desenvolve o projeto “Demografia Histórica e Saúde no Alto Sertão da Bahia”. É Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Graduado em Medicina (EBMSP) e Direito (UFBA). E-mail: fdvasconcelos@gmail.com.

Como citar este artigo de acordo com as normas da revista

VASCONCELOS, Fernando Donato. Leocádia e suas mortes: o confronto de narrativas de um crime hediondo no Alto Sertão da Bahia do final do século XIX. *Sæculum – Revista de História*, vol. 25, n. 43, 248-262, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Agradecimento

O autor agradece a Gervásio Fernandes e Marileusa Amorim, pelo acesso a arquivos paroquiais e civis essenciais para o estudo.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 11/08/2020


Modificações solicitadas em 24/08/2020.

Aprovado em 13/09/2020

“Não há mais grave, mais perigosa, e mais temível”: a sífilis na província da Parahyba (1860-1880)

There is no more serious, more dangerous, and more fearing: syphilis in Parahyba province (1860-1880)

Serioja R. C. Mariano

 <http://orcid.org/0000-0001-6010-0001>
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O artigo tem por objetivo mostrar, a partir da História da Saúde e das Doenças, como a sífilis foi retratada na província da Parahyba, entre os anos de 1860 e 1880, observando a atuação dos poderes públicos para combatê-la e os métodos utilizados na prevenção e terapêutica da doença. Através da documentação consultada, a exemplo dos Relatórios da Inspetoria de Saúde e dos jornais que circulavam na época, percebe-se como a sífilis foi representada na Província. No discurso dos médicos, a sífilis era considerada como um mal perigoso que deveria ser combatido a todo custo, pois era vista como a grande ameaça ao futuro da sociedade. Portanto, segundo os preceitos médicos, o mal deveria ser combatido nos seus espaços, prostíbulos, cadeias, entre outros, pois como a sífilis é uma doença infecciosa, fazia-se necessário um maior controle desses espaços considerados insalubres. A meta era se criar uma sociedade sadia, ou seja, civilizada, segundo os médicos.

Palavras-chave: Sífilis. Parahyba. Discurso Médico.

Abstract: The article aims to show, from the History of Health and Diseases, how syphilis was portrayed in the province of Parahyba, between the years 1860 and 1880, observing the role of public authorities to combat it and the methods used in disease prevention and therapy. Through the consulted documentation, like the Reports of the Health Inspectorate and the newspapers that were circulating at the time, it is clear how syphilis was represented in the Province. In the doctors' speech, syphilis was considered a dangerous evil that should be combated at all costs, as it was seen as the greatest threat to the future of society. Therefore, according to medical precepts, evil should be combated in its spaces, brothels, chains, among others, because as syphilis is an infectious disease, greater control of these spaces considered unhealthy was necessary. The goal was to create a healthy society, that is, civilized, according to doctors.

Keywords: Syphilis. Parahyba. Medical Speech.

De todas as moléstias que podem afectar a espécie humana por via de contagio, diz um escriptor celebre e pratico desta especialidade, **não há mais grave, mais perigosa, e mais temível, do que a syphilis**, porque acometendo de preferência a mocidade, que é a força e riqueza do Estado, traz por isso mesmo os maiores prejuízos a sociedade¹

Era início dos anos de 1860 e na cidade da Parahyba havia uma preocupação com uma “moléstia silenciosa” que se espalhava pelas ruas, atingindo adultos, jovens, idosos e crianças. Era a terrível sífilis, uma doença grave e perigosa. Foi nesse contexto, nas andanças de rotina pelas



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ “Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, Dr. Francisco d’Araújo Lima. (Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862. Grifos meus).

ruas da capital, que o Inspetor de Saúde Pública, o médico licenciado José Inocêncio Poggi,² observava a gravidade da moléstia e como era perigosa porque se desenvolvia “em todas as estações”. Ou seja, era um mal que afetava a população de inverno a verão.

Outras moléstias que igualmente aparecerão na estação invernososa, bem como os ingurgitamentos de fígado e baço, as hydropesias, as asthmas, as inflamações de vias aéreas, a anemia, a pthisica, pulmonar, sem falar da moléstia siphilica, formam o quadro que affligem a população³.

Segundo o Dr. Poggi, nas suas visitas aos enfermos dos hospitais da Santa Casa da Misericórdia e Militar, os doentes de “baixa condição” e com uma “moralidade duvidosa” eram os mais acometidos e morriam com mais frequência de sífilis. Temendo o pior, o Inspetor, em seu relatório enviado ao Presidente da Província, Francisco de Araújo Lima, fez alguns questionamentos acerca da sífilis e, ao mesmo tempo, tentou respondê-los: qual é a origem⁴ dessa doença? E como prevenir a sua propagação? Vejamos o que o médico respondeu:

A origem principal creio eu, existe nos variados focos mórbidos, que se achão disseminados entre a população, quero falar dessas de casas de prostituição, onde não há a menor inspecção nem policial, e nem médica. A causa da moral e da saúde pública imperiosamente reclama que sobre lupanares [prostibulos] exerça-se rigorosa inspecção, uma vez que é dalli que a syphilis, revestida de enganosas formas e de fingidos prazeres, ataca os incautos, irradia-se e finalmente propaga os seus estragos em um grande número de victmas⁵.

O Dr. Poggi considerava os “focos mórbidos” como origem da doença e esses focos estariam nas casas de prostituição, vistas como espaços de proliferação da moléstia. Quando o médico afirmava que nesses espaços a sífilis estava “revestida de enganosas formas e de fingido prazer”, percebe-se, no discurso, a questão da dita “moralidade duvidosa”, regulada pela moral cristã, que associava a doença a um pecado divino, ou da carne e, ao longo do século XIX, também pela moral social relacionada à questão da sexualidade (CARRARA, 1996, p. 26; SANTOS, 2007, p. 75). A metáfora utilizada pelo médico para chamar a atenção acerca do perigo da doença foi compará-la a um veneno que se espalhava no meio das famílias e trazia grandes “prejuízos a sociedade”. A prostituição passa a ser vista como a responsável pela transmissão da doença e era também, segundo o Dr. Poggi, além da causa moral, um problema de saúde pública. Esse “mal da sociedade”, a sífilis, era apontado pelas autoridades públicas como um problema de saúde e caso de polícia e implicava um caráter moral (VIEIRA, 2015, p. 114).

Portanto, entender como a sífilis foi retratada na província da Parahyba é o objeto deste artigo, bem como mostrar a atuação dos poderes públicos para combatê-la e os métodos utilizados na prática de cura na segunda metade do Oitocentos.

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, observamos que houve um crescimento no campo historiográfico dos estudos acerca da História da Saúde e das Doenças, com pesquisas nesse campo do saber que abrem um leque de possibilidades para os estudiosos interessados nas temáticas, como práticas de cura, instituições e saber médico, que ganham cada vez mais espaço de diálogos, tendo em vista os novos olhares nos acervos pesquisados (PIMENTA, 1997; WITTER, 2001; SANTOS FILHO, 2004; NASCIMENTO, 2004, entre outros). Com relação ao entendimento sobre o desenvolvimento da sífilis no Brasil do século XIX, os trabalhos ainda são poucos, ou,

² Pernambucano de nascimento, Poggi era médico licenciado, comendador da Ordem de Cristo e da Rosa, foi Juiz de Paz e atuou como Inspetor de Higiene Pública, Vice-Presidente da Província em 1866 e Provedor da Santa Casa da Misericórdia (1836 a 1838; de 1844 a 1847).

³ A *Regeneração*, 26/10/1861, p. 4.

⁴ A questão relacionada à origem da doença ainda é uma discussão aberta. Mas, alguns estudos apontam que, no final do século XV, a sífilis teria sido levada da América, do “Novo Mundo”, para o “Velho Mundo”, pelos colonizadores europeus. Para maiores esclarecimentos, ver: UJVARI (2003), PORTER (2004), CARRARA (1996), só para citar alguns.

⁵ RELATÓRIO, 1862, p. 3.

quando abordam as questões relacionadas à sífilis como objeto, o recorte é mais abrangente e não tem como foco de análise o século XIX (CARRARA, 1996; SONTAG, 2007; BATISTA, 2013). Na historiografia paraibana, as análises sobre a sífilis aparecem de maneira secundária nos estudos (CASTRO, 1945; ALMEIDA, 1966; VIEIRA, 2000) ou a abordagem remete à história da doença no início do XX (ARAÚJO, 2020).

A sífilis já era uma preocupação por parte dos médicos desde meados do século XIX, com embates que muitas vezes eram antagônicos. Alguns se posicionaram escrevendo nos *Annaes Brasilienses de Medicina* e já mostravam uma preocupação com as consequências da sífilis. Consideravam a doença como um problema moral, representado pela prostituição, e que a mesma deveria ser contida. Cito o trabalho do Dr. José Góes de Siqueira Filho publicado, em 1879, nos *Annaes*, sobre a sífilis e a prostituição. Na ocasião, o médico afirmava que a doença estava relacionada à questão da higiene e que, por obrigação, a administração pública deveria tomar medidas drásticas para melhorar a situação. Quanto à prostituição, o médico a considerava como “a depravação dos costumes” que levava à “decadência” do ser humano, uma “depravação moral” que deveria ser combatida, pois, só assim, assevera o médico, evitar-se-ia a proliferação da doença.⁶ O discurso médico-higienista relaciona a doença com a prostituição, uma prática que poderia levar à degeneração da família, portanto, era importante controlar e regular o sexo com medidas de higienização para prevenir a proliferação da sífilis (COSTA, 2004, p. 241).

Susan Sontag, em “Doença como Metáfora” (2007, p. 39), mostra como a sífilis, no seu flagelo, estava relacionada a um julgamento moral, e que, naquele contexto, havia os perigos do sexo, este representado pela prática da prostituição. Um julgamento acerca da moral e dos bons costumes que estava na ordem do dia do Oitocentos e que deu significados à sífilis, geralmente representada como uma patologia causada pela promiscuidade. Ou seja, “[...] essa preocupação atingia, diretamente, as famílias brasileiras, tendo em vista que a depravação moral” era um mal a ser combatido, caso contrário iria causar a degeneração da sociedade (MACHADO *et al*, 1978, p. 335).

O aspecto monstruoso delatava atitudes pecaminosas. A doença foi associada às relações sexuais e era vista como preconceito. Os prostíbulos eram fonte potencial de doença. A doença recebia denominação diferente em áreas distintas⁷. Os napolitanos a chamavam de ‘doença francesa’, estes passavam a bola para a Espanha como ‘doença espanhola’, que, por sua vez, a devolvia como ‘doença napolitana’. Uma doença oriunda do pecado estava sempre associada ao vizinho. Os doentes se escondiam, recolhiam-se nas suas casas com vergonha do aspecto repugnante (UJVARI, 2015).

Uma doença infectocontagiosa que no discurso passa a ser associada ao outro. Para alguns médicos do século XIX “a sífilis adquiria a condição de flagelo, de praga a atentar as próximas gerações”. Ou seja, “sanear a doença implicava sanear a espécie da devassidão, através da redenção sanitária, do sexo em risco, como um problema social e político da nação” (MARQUES, 2004). A sífilis atingia todas as camadas sociais, não só as mais baixas, como afirmavam os relatórios de Inspeção de Saúde Pública. A doença era considerada como “secreta” e, teria, por exemplo, atingido D. Pedro I, “dado às aventuras galantes” do Imperador. Uma doença venérea que assustava as autoridades que tentaram criar medidas contra a prostituição (SANTOS FILHO, 2004, p. 556).

Como chamam a atenção Roberto Machado *et al* (1978), a saúde se torna um problema social; sendo assim, era necessário que as autoridades constituídas tomassem providências para

⁶ *Annaes Brasilienses de Medicina*, 1879, p. 436. O Dr. José Góes de Siqueira Filho escreveu sobre “A Prostituição e a Syphilis no Brasil”.

⁷ Em *Syphilis Sive Morbus Gallicus* (a sífilis ou doença gálica), publicada em 1530, o médico italiano Girolamo Fracastoro narra a história do mito de “Sífilo um belo e jovem pastor [que] ao insultar o deus Apolo recebera uma nefasta punição: uma terrível doença que passaria a denominar-se sífilis”. Esse poema, “A sífilis ou doença gálica”, foi criado no contexto dos primeiros surtos da epidemia (FERREIRA, 2008; MARQUES, 2004, p. 277)

preservá-la, cuidando, por exemplo, dos aspectos higiênicos da cidade que, no contexto do século XIX, era tida como “doente”, e na visão médica “era importante ordenar a sociedade no espaço urbano” (ENGEL, 1989, p. 12). E a cidade “[...] configura-se então como objeto privilegiado ou mesmo exclusivo da intervenção médica por reunir em sua desordem as causas de doença da população” (MACHADO, 1978, p. 260). Portanto, as cidades deveriam representar um lugar civilizado, limpo, ordeiro e sem doenças. (AGRA, 2004, p. 4).

Nos relatos sobre o entendimento das enfermidades que atingiam a Parahyba no XIX, Horácio de Almeida, nos seus estudos sobre a província, diz que “por sífilis entendia-se tudo quanto fosse doenças venéreas” (1997, p. 123). Um discurso presente na historiografia que vem desde os anos Oitocentos, pois nesse período ainda havia muita confusão, inclusive por parte dos médicos, acerca da etiologia que “[...] estivera envolta em metafísica, preconceitos e superstições” (CARRARA, 1996, p. 25-26).

A sífilis foi chamada de *Lues Venerea* por muito tempo. O termo *Lue* é derivado do latim e significa praga ou epidemia. A doença era considerada uma praga sexual, visto que, quando o seu motivo causador ainda não era conhecido, os sintomas mais observados eram as manifestações nos órgãos genitais. Somente em 1530, o médico, astrólogo e literato Jerônimo Frascatoro deu-lhe um nome que se tornou então aceito por todos: sífilis (BATISTA, 2013, p. 124).

As manifestações sintomáticas da sífilis – essa doença “invisível” – podem demorar anos para se revelar, o que acabava provocando a contaminação de outras pessoas.⁸ A doença é, sobretudo, transmitida sexualmente, mas durante a gravidez pode ser passada, de mãe para o filho, na amamentação. É uma doença provocada pela bactéria *Treponema Pallidum*, que “entra na corrente sanguínea e, caso não seja tratada, ataca o sistema nervoso, o coração, os órgãos internos e o cérebro” (DUNANT, 2013).⁹ Mas nem todas as pessoas que tinham contato com esse agente etiológico adquiriam ou desenvolviam a doença. Ou seja, a sífilis “é uma doença infecciosa aguda e crônica (*T. Pallidum*), adquirida pelo contato sexual e de origem congênita” (SANTOS; ANJOS, 2009, p. 258).

Para evitar o contágio, os médicos alertavam para os cuidados que as pessoas deveriam ter ao entrar em ambientes contaminados pela doença. Essa foi uma das preocupações do Dr. Chernoviz¹⁰, no final do século XIX, que chamava a atenção para os utensílios usados por pessoas infectadas, a exemplo de copos, talheres, cachimbos, ou mesmo o contato na hora do beijo e o aperto de mão. Claro que o doutor já sabia que se transmitia “pela aproximação dos sexos”, mas, também, por outros meios, inclusive na amamentação, ou seja, “no contato imediato” (CHERNOVIZ, 1890, p. 1031)¹¹.

Na Parahyba, o Dr. Poggi se referia à sífilis como sendo *a mais grave, mais perigosa, e mais temível*. Por essa razão, fez críticas aos poderes públicos, representados pela polícia e os seus colegas, pois considerava que os mesmos não cumpriam as suas obrigações de inspecionar

⁸ Na década de 1850 já havia uma preocupação dos médicos com a questão da prostituição e a proliferação da sífilis. Nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, publicado em 1851, o Dr. Costa “lastima que a prostituição não seja neste paiz, nem inspecionada por médicos, nem vigiada pela polícia [...]”. Caso houvesse um controle maior, diz o médico, “tornar-se-ia então a syphilis menos frequente e menos geral do que é [...]”, mas o médico reclama que não havia nenhuma inspeção e preocupação das autoridades, o que só piorava a situação da população.

⁹ As dificuldades no entendimento acerca da origem da sífilis também estão relacionadas aos seus sintomas e lesões. Por exemplo, a boubas, uma doença que também atingia muito a população, tinha sintomas parecidos com a sífilis, é causada pela bactéria *Treponema pallidum*, mas essa doença, diferente da sífilis, não é transmitida sexualmente, mas sim pelo contato com a pele. O agente causador da sífilis, bactéria *treponema pallidum*, foi descoberto em 1905 por Fritz Richard Schaudinn e Paul Erich Hoffmann. DUNANT, Sarah. *The Guardian*, 21/05/2013.

¹⁰ Polonês de nascimento, o médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz chegou ao Brasil no início de 1840, desembarcando na capital do Império. Para exercer a sua profissão no Brasil, teve o seu diploma reconhecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuava como médico e escrevia nas revistas especializadas e nos jornais da época. Escreveu alguns trabalhos de destaque: em 1841, *Formulário ou guia médico e o Dicionário de medicina popular*, em 1878. Nessa época, já residia com a esposa e filhos na capital francesa (GUIMARÃES, 2005).

¹¹ Ver GUIMARÃES (2005).

lugares que acreditava serem espaços de proliferação da doença, a exemplo dos prostíbulos. Para o médico, a sífilis havia chegado em um momento muito ruim, pois a província necessitava de “seres vigorosos”, de mão de obra “saudável” e, caso isso não ocorresse, seria uma desgraça para o futuro da civilização, uma “verdadeira catástrofe”. A doença era vista com uma conotação totalmente negativa, pois, caso fossem afetados, os seres humanos não estariam aptos para as funções civis e o serviço das armas.

O que é por certo é grande mal para a sociedade de um país como o nosso novo e rico, onde se faz preciso por isso mesmo vigor, saúde e desenvolvimento aos seus filhos para fazê-lo caminhar pelo caminho do progresso ao brilhante futuro a que é destinado. Em frente de um mal hediondo, cujas fataes consequências longe de terminarem-se no individuo affectado, transmitem-se que directa, quer hereditariamente ao seio das famílias, ainda mesmo virtuosas¹².

Uma situação grave em que o governo deveria ficar atento, e não cruzar os braços, tendo em vista que os poderes públicos precisariam da população saudável para melhorar o “progresso da sociedade” e seguir o caminho da civilização sem atropelos, segundo as críticas do Dr. Poggi. Vale lembrar que os gestores públicos, a exemplo dos médicos, tomaram para si a ideia de “salvar” a sociedade a partir das medidas de higienização. E a situação só seria resolvida se a questão da higiene fosse encarada com mais seriedade pelas autoridades. É o que pensava o Dr. Poggi na sua fala à Assembleia Provincial em 1862 sobre as medidas de controle à salubridade pública, principalmente aquelas relacionadas aos cuidados com as habitações públicas ou privadas.

Mesmo sendo um gestor público, o médico continuava fazendo sérias críticas aos poderes instituídos, aqui representados pelas Câmaras Municipais. Ele se posicionava afirmando que a sua intenção não era dar lição de moral em ninguém, mas apenas fazer indicações, enquanto Inspetoria, de medidas que poderiam melhorar as condições sanitárias na cidade, como fizera nas orientações sobre construções habitacionais consideradas irregulares, e nas ruas em relação aos alimentos expostos em mercados públicos.

Bons alimentos e bom ar são condições essenciaes á boa saúde; cumpre, portanto, haver sobre isso rigorosa inspeção, perseguindo-se aos sophsticadores, que prevalecem das ephocas e das oportunidades para especularem com a fome e com a miséria, expondo ao consumo alimentos alterados e insalubres. O bom ar é o que não é viciado por emanações deletérias de matérias orgânicas corrompidas; e, no entanto, os monturos, os esterquilínios, as águas estagnadas, a decomposição de substâncias orgânicas vegetaes e animaes ahi estão dia e noite a envenenarnos o sangue da vida¹³.

Os médicos acreditavam que as condições climáticas e o “ar corrompido”, devido à putrefação de matérias orgânicas, seriam responsáveis por muitas doenças. Esses miasmas estariam em vários ambientes, em lugares na cidade da Parahyba considerados pelas autoridades sanitárias como espaços miasmáticos: perto do matadouro, “um verdadeiro foco de infecção”, nos cemitérios, nos pântanos, rios, entre outros (MARIANO, 2015, p. 80-81). Portanto, fazia-se necessário “[...] excluir esses focos miasmáticos como excluía não apenas a possibilidade de uma doença, mas também a falta de norma que estes lugares propagavam” (ARAÚJO, 2001, p. 38). Eram espaços de “desordem” e deveriam ser controlados para que, segundo os médicos que defendiam a prática higienista, houvesse uma melhoria na saúde da população (MARIANO, 2015, p. 110).

Os relatórios de Inspetoria de Saúde Pública, dos anos de 1860, já apontavam os estragos causados pela moléstia:

Quando entramos nos hospitais, quando somos por ventura chamados para medicar a indivíduos de baixa condição, quando examinamos o quadro da mortalidade, vemos avultar e predominar

¹² RELATÓRIO, 1862, p. 3.

¹³ RELATÓRIO, 31/05/1862. Anexo H, p. 3.

a syphiles em primeiro lugar e em segundo essas moléstias de perto, cuja marcha é invariável e quase sempre fatal é muito para temer¹⁴.

Segundo o Dr. Poggi, nos hospitais da Província, a sífilis já estava matando muita gente, pois a mesma se desenvolvia “sem reservas em todas as estações e debaixo de influências diversas”, e atingia, principalmente, indivíduos de “baixa condição”¹⁵. O inspetor continua com o discurso mostrando que os governantes deveriam ficar mais atentos ao perigo que essa moléstia trazia para a sociedade.

Já em meados de 1869, o presidente Francisco de Araújo Lima havia convocado para uma reunião no Palácio do Governo os médicos Dr. Krause e o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro. A pauta do dia era tratar das questões relacionadas à higiene e dos meios preventivos mais adequados para pôr em prática na cidade da Parahyba do Norte, principalmente de asseio e limpeza da cidade. Medidas que seriam, segundo o discurso das autoridades públicas, “mais aquedadas para o progresso e o futuro da civilização”.

A Morte Chronica da Raça Humana

Vale lembrar que, a partir de 1850, outras doenças também afetavam a população da Parahyba, tais como: cólera, febre amarela, varíola, tifo, sarampo, disenteria, câmara de sangue. Essas últimas atingiam mais as crianças e os idosos, doenças que, segundo o Dr. Poggi, atingiam também as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará¹⁶. Compreendo a relevância dessas outras enfermidades que atingiram a Província, mas, neste artigo, não tratarei sobre essas doenças, tendo em vista que o foco deste texto volta-se para a sífilis.

Nos anos de 1870, a Província atravessava uma terrível crise motivada pela seca que assolava o interior da Parahyba. Nesse contexto, de ajuntamento de pessoas com a chegada de migrantes à capital, havia uma preocupação com a transmissão da doença. Os médicos alertavam para os cuidados com as mães contaminadas com a sífilis que não se curavam, os cuidados deveriam ser redobrados, tendo em vista que elas passavam a moléstia para os seus filhos, ou seja, era uma doença congênita.

Esse alerta também pode ser observado no ano de 1871 na fala do inspetor interino de Higiene Pública, o Dr. Abdon Felinto Milanez¹⁷, que via a doença, caso não fosse tratada, como uma “grande devastação no ser humano”. Essa preocupação do inspetor está relacionada ao aumento das “moléstias mais reinantes” na província – sífilis, febre amarela e a varíola –, a partir da segunda metade do século XIX. Para o Dr. Milanez, naquele contexto, “a sociedade inteira deveria reunir seus esforços para esmagar este grande destruidor, e na frase de uma ilustração moderna, esta *morte chronica* da raça humana, para extirpar essa lepra immunda, tanto mais perigosa, quanto desfeixa seus golpes nas sombras”¹⁸.

No seu discurso, a sífilis é associada à lepra, outra doença “assustadora” e, de certa maneira, dos excluídos (pobres, escravizados, prostitutas), sob as quais o enfermo definhava de maneira apavorante. O Dr. Milanez acreditava que não havia um esforço para conter esse mal, pois **“a syphilis é o agente mais poderoso da degradação physica que se observa actualmente na raça humana”**¹⁹. Para o inspetor, o governo da Província não dava a devida importância à manifestação da sífilis, acreditando que a mesma não era tão perigosa, isto porque os sintomas demoravam para se manifestar.

¹⁴ RELATÓRIO, 14/04/1862, Anexo H, p. 4.

¹⁵ RELATÓRIO, 14/04/1862, Anexo H, p. 4.

¹⁶ RELATÓRIO, 11/06/1869, anexo H, p. 2.

¹⁷ Formado pela Escola de Medicina da Bahia, Abdon Felito Milanez clinicou na cidade de Areia e na capital, onde atuou também como Inspetor da Saúde Pública (CASTRO, 1945, p. 102-103).

¹⁸ RELATÓRIO, 16/10/1871, p. 4.

¹⁹ RELATÓRIO, 1871, p. 6. Grifos meus.

Percebe-se que, assim como o seu antecessor, o Dr. Abdon Milanez efetuou ferrenhas críticas à atuação do governo e ao descaso no combate à doença. O médico considerava a sífilis como a *morte crônica da raça humana*, que acarretaria um efeito devastador na população e estaria relacionada “às implicações da herança transmitida de geração para geração”, pois atingia a família, “os filhos da nação”. Caso não houvesse os devidos cuidados, seria a “degeneração humana” (MARQUES, 2004, p. 282). Nesse sentido a sífilis era “uma ameaça a espécie, a nação” (CARRARA, 1996, p. 289).

O Dr. Milanez alertava para os perigos da transmissão da doença porque ela era passada de pai para filho, o que a tornava mais devastadora. Dessa forma, era urgente que “[...] a sciencia ajudada da administração pública, tem o dever de procurar os meios de extinguir tão funesto flagello, que, segundo penso, fornece o maior contingente para os obituários d’esta cidade”²⁰. Portanto, a doença “em si é considerada o inimigo contra o qual a sociedade trava uma guerra” (SONTAG, 2007, p. 59). Essa guerra era contra uma moléstia que estava matando um número cada vez maior de indivíduos, e a ciência, representada pelos médicos, seria o meio de “extinguir” o “tão funesto flagelo”.

Conhecida como o “mal gálico”²¹ ou “gálico” nas palavras do Dr. Chernovizt, a sífilis era associada ao outro, uma doença que vinha de fora, de outro lugar.

Os nomes recebidos pela sífilis na última década do século XV, época em que, pela primeira vez, ela começou a se espalhar pela Europa sob forma de epidemia, constituem um excelente exemplo de necessidade de encarar uma doença temida como algo estrangeiro. Para os ingleses, era o ‘mal-francês’; para os parisienses, o *morbus germanicus*, para os florentinos, o ‘mal-de-nápoles’; para os japoneses, a ‘doença chinesa’. (SONTAG, 2007, p. 114)

A sífilis era associada ao outro, principalmente porque estava ligada à ideia do “pecado da carne” e, portanto, da vergonha. Apresentava, ainda, no imaginário social, aspectos ditos como maléficos da sociedade: “Os doentes se escondiam, recolhiam-se nas ruas com vergonha do aspecto repugnante” (UJVARI, 2015, p. 90). Nas ruas da cidade da Parahyba havia,

Um **pobre velho decrepito, macilento, desfigurado**. Envolvido em andrajos que lhe deixavam despido aqui e ali o corpo magro, descarnado, enfraquecido pela fome, **pela moléstia**, pelos padecimentos, – com os **olhos desbotados e fundos**, as faces invocadas, **os beiços lívidos ressequidos**, e **a boca nua de dentes**, – arrimando-se ao bastão que lhe ajudava os passos mal seguros, e atravessando lentamente as ruas, abatido e acabrunhado, ele era a imagem viva da miséria e da desgraça.

As suas forças pareciam quase todas mortas, e o fio de sua existência mal poderia ainda resistir às privações e à doença, que traziam-no adelgado, e que breve o quebrariam. [...] achava-se talvez débil e extenuado por falta de alimento a ponto de mal se poder erguer²².

Na citação, percebe-se a metaforização da sífilis e os sentidos que são atribuídos à doença, na perspectiva de um corpo degenerado, representado pelo “pobre velho, decrepito, macilento, desfigurado”. No pavor que o moribundo fraco apresentava, assustando os transeuntes, exibia-se um cenário que não estava de acordo com o modelo da medicina social e os preceitos higienistas de um corpo saudável, de uma cidade limpa e, portanto, civilizada. Nas palavras de Sontag, “[...] A doença em si torna-se uma metáfora” (2007, p. 53).

Nos relatórios da Inspetoria há uma seção específica que trata acerca do estado sanitário da Província, mais especificamente da cidade da Parahyba do Norte. Doenças como varíola, “febres de natureza diferentes”, cólera, sífilis, entre outras, são associadas às péssimas condições da salubridade pública.

²⁰ RELATÓRIO, 1871, p. 7.

²¹ Essa denominação “[...] queria dizer que o mal havia sido trazido à colônia portuguesa pelos piratas franceses [...]” (CARRARA, 2004, p. 432).

²² A ALVA, vol. I, n. 4, 1850, p. 5. Grifos meus.

A Hygiene publica representa inquestionavelmente papel muito importante na economia social. Ella indica numerosas causas, que podem alterar e destruir a saúde; os meios de removê-las é enfim a história da prática do que a experiência e observação tem encontrado de mais útil para a prolongação da vida²³.

O inspetor de higiene considerava importante disciplinar e regulamentar a sociedade através de medidas voltadas para a higiene pública, pois havia uma necessidade de intervenção no espaço. As Câmaras Municipais, por meio dos Códigos de Posturas, eram as responsáveis por fiscalizar os cuidados com a salubridade, com a manutenção da ordem e a saúde das pessoas. A ideia era ordenar os espaços para promover a regeneração. Nesse contexto de regenerar, de limpar e de normatizar os espaços, a sífilis era vista como “o monstro a ser combatido”, o inimigo da saúde pública (MARIANO, 2015, p. 77). A doença era “uma entidade mórbida”, “em suas diferentes manifestações”, que continuava fazendo estragos na população da Província.

Quem frequentar os hospitais reconhecerá que dous terços dos doentes n’elles existentes são victimas dessa moléstia manifestada, ora por seus accidentes primitivos, ora por secundários e terciários, e finalmente agravando-se umas e transformando-se em outras moléstias. Agente poderoso da degradação phisica observada nos povos modernos, cumpre que a sciencia ajudada pela administração publica, cuide em obstar seus assaltos tão fatais a sociedade inteira²⁴.

Mais uma vez, é recorrente no discurso uma preocupação em trazer para a “ciência médica”, atrelada aos poderes públicos, a responsabilidade no combate a esse mal que causava “a degradação física da humanidade”. As notícias acerca da sífilis também eram recorrentes nos relatórios da Enfermaria Militar da cidade da Parahyba. Em 1874, a enfermaria se achava sob a direção do 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, o Dr. Luiz Correa de Sá, que apresentou um mapa demonstrativo do primeiro semestre daquele ano. No seu relato, as doenças que mais afetavam os militares eram as febres “de diferentes naturezas”, bem como a varíola e a sífilis²⁵.

Com a institucionalização da medicina social, ao longo do século XIX, as cadeias também foram percebidas como espaços de proliferação de doenças, tendo em vista o ajuntamento de pessoas e as péssimas condições sanitárias nesses locais. Em 1869, o inspetor, o Dr. Poggi, já alertava as autoridades para a proliferação da sífilis nas cadeias e enfermarias militares²⁶. Uma “moléstia predominante” que nesses espaços “era natural entre os soldados”²⁷. Mais tarde, nos anos de 1880, a enfermaria militar saiu de um espaço específico e passou a funcionar dentro do Quartel da Infantaria Militar, local que não apresentava condições porque estava em ruínas e as acomodações não eram adequadas para os enfermos²⁸, como consta no relatório do inspetor²⁹.

Ainda segundo a Inspetoria, a sífilis era responsável por alterar a salubridade pública, o que se percebia na escala progressiva com a qual a doença avançava, principalmente a partir da década de 1870. O cenário urbano foi modificado com um aumento no número de pessoas que migraram do interior, fugindo da seca, para a capital da Parahyba. Essa aglomeração de pessoas causava medo nas autoridades médicas e era considerada como sendo uma das causas principais da proliferação de doenças.

²³ RELATÓRIO, 06/09/1873, Anexo 11, p. 1.

²⁴ RELATÓRIO, 07/08/1874, p. 3-4.

²⁵ RELATÓRIO, 07/08/1874, p. 6-7.

²⁶ Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), os médicos passaram a reportar o aumento considerável, entre os militares, de sífilis e outras doenças venéreas (CARRARA, 2004, p. 399).

²⁷ RELATÓRIO, 17/02/1870, p. 6.

²⁸ Havia um Decreto de Nº 2734 de 23 de janeiro de 1861, que determinava a criação de hospitais para tratamento de indivíduos afetados por “moléstias contagiosas e pestilenciaes” e caso não houvesse tal estabelecimento, que fossem transferidos para os lazaretos. Na década de 1850, no período das epidemias de febre amarela e cólera havia um lazareto na Ilha da Restinga, próximo à barra de Cabedelo, mas que devido às péssimas condições “não resistiu ao tempo, e não restão nem mesmo as ruínas”. Relatório, 1883. Dr. Abdon Felinto Milanez.

²⁹ RELATÓRIO, 21/09/1881, Anexo c.

Essa corrente de pessoas desvalidas que descem de vários pontos do interior para esta cidade, pouco tem diminuído [...] Vê-se, pois, que essa aglomeração do povo que aqui existe já com a saúde mais ou menos deteriorada, fora de seus hábitos, sem agasalho, sem cômodos, sem alimentação regular, sem roupas, será ainda a causa do desenvolvimento das moléstias, até que seja retirada completamente do seio desta cidade essa população adventícia e ociosa [...] ³⁰.

A solução seria, portanto, retirar essa população vista como “ociosa” e dar empregos na “factura de estradas e no plantio”. O Dr. Cruz Cordeiro acreditava, assim como outras autoridades, que o *clima*, a *índole* e a *salubridade pública* eram responsáveis pela disseminação das doenças (SIGAUD, 1844). Carrara aponta para o fato de que, até o final do século XIX, ainda se acreditava que a sífilis ocorria de forma agressiva nos climas quentes. Era, pois, o que se chamava de “sífilis exótica ou tropical” (CARRARA, 1996, p. 396).

Para o Dr. Cruz Cordeiro, essas pessoas “esfomeadas” só pioravam a situação, pois as mesmas estavam propensas a comer “fructas e raízes bravias”, beber “águas insalubres” e ainda traziam seus filhos pequenos a pé sob o calor da seca ³¹. Ou seja, a situação só piorava com os miasmas, esses vapores invisíveis que causavam as doenças, ou ainda, os contágios, como defendiam os médicos. Os contagionistas, diz Chalhoub: “acreditavam que a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através do toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava”; Já os infecionistas acreditavam que “a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente [...]” (2006, p. 64). Só no final do século XIX e começo do XX, com a “revolução pasteuriana” e o surgimento da bacteriologia, é que os médicos vão ter um melhor entendimento da sífilis. Mas, na Parahyba da segunda metade do oitocentos, as teorias do contágio e da infecção estavam em disputa para explicar as doenças.

Ora, a ‘patologização’ do espaço, que as topografias e/ou geografias médicas do século XVIII tinham levado a cabo na Europa, sob o impulso do paradigma neo-hipocrático, também alcançaram a Capital da Parahyba, o que levou ao surgimento de práticas terapêuticas que ultrapassavam, em algumas ocasiões, as análises dos ares, das águas e dos lugares, definindo-se como uma política higienista de cunho socioeconômico, o que será tratado nas páginas seguintes. (JUNQUEIRA, 2016, p. 45-46)

Uma situação que só agravava o estado sanitário da capital, pois esses migrantes pobres com os “seus maus hábitos”, eram considerados os responsáveis pela proliferação da sífilis.

Portanto, entende-se que antes de promover melhorias materiais e higiênicas na pequena cidade, os discursos dos gestores se direcionavam para as práticas supostamente incivilizadas de sua população. Diante do que se entende para as elites políticas, econômicas e letradas de Parahyba, civilização era compreendida como sinônimo de civilidade, cortesia, polidez. (JUNQUEIRA, 2016, p. 40).

Com o aumento de migrantes pobres e “incivilizados” nas ruas da capital, havia uma preocupação em “manter a ordem”, e algumas medidas foram tomadas no sentido de acionar a polícia, os inspetores de quarteirão e outros gestores, para que ficassem atentos ao controle das pessoas que chegavam “aos montes”. Um cenário em que “a miséria confunde-se com a sujeira” (ENGEL, 1989, p. 33).

Como já mencionamos, outra situação apontada como responsável pela proliferação da sífilis seria a aglomeração de “indivíduos indigentes” e, como consequência dessa aglomeração, a “promiscuidade de sexos” e a “falta absoluta de asseio”, nas palavras do Dr. Antônio da Cruz Cordeiro, o “mui distinto e ilustrado cirurgião-mor da província” ³². A partir da metade do século XIX,

³⁰ RELATÓRIO, 1879, p. 12.

³¹ RELATÓRIO, 1879, p. 12.

³² RELATÓRIO, 1879, p. 12.

a doença passa a ser vista como uma ameaça sanitária (MARQUES, 2004, p. 279). Na década de 1870, diante da quantidade de pessoas que estavam chegando à capital, o governo provincial criou, no dia 06 de abril de 1878, um hospital específico para os retirantes, o Santo Antonio, administrado pelo padre Joaquim Victor Pereira. Neste hospital atuavam no corpo médico os doutores José da Silva Lopes Júnior e Luiz José da Silva Correia de Sá.

Os anos se passaram e, na década de 1880, a sífilis ainda era temida pela população. Nos hospitais da capital, “dois terços dos enfermos recolhidos nos hospitais são vítimas dessa moléstia [sífilis]”. São pacientes nos vários estágios da doença “primitivos, ora secundários e terciários”. A sífilis continuava como um “poderoso **agente da degradação física**, continua a lavar com grande extensão entre a população, manifestando-se ora por seus acidentes primitivos, ora pelos secundários e terciários, e finalmente agravando outras moléstias”³³. Diante desse temor, era importante que as autoridades tomassem providências urgentes. Um socorro que deveria ser visto pelos gestores como utilidade pública, já que a doença é “silenciosa e fatal”³⁴. Pois, nas ruas, o que se via nesse período eram pessoas, assim descritas pelo jornal *A União*:

Nariz vermelho e luzente
Pingando constantemente,
Ou é syphilis terciária
Ou é chuva...quaternária³⁵

Em se tratando das práticas curativas, as terapêuticas variavam de acordo com a condição social do enfermo. Para aquelas pessoas que possuíam mais recursos, consultava-se um médico e, na maioria das vezes, era receitado o mercúrio ou o iodeto de potássio até meados do XIX e, posteriormente, introduziram o arsênico ao tratamento. Até esse período, era comum a utilização do mercúrio. Com relação a essa terapêutica, também se indicavam banhos quentes e salsaparrilha. O Dr. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, no seu *Dicionário de Medicina Popular* (Vol. II, 1890),³⁶ indicava para o tratamento interno:

[...] o uso, durante dois meses, pelo menos, do sublimado, ou do protoiodureto de mercúrio, e salicylato de hydrargyrio [...]. Se o mercúrio não for suficiente para curar a moléstia, recorra-se ao uso interno de iodureto de potássio. O tratamento local compõe-se de banhos gerais de água tépida, lavatórios com solução de sublimado, aplicação de emplastro de Vigo e outros curativos adiante indicados (1890, p. 1029).

Para evitar ou aliviar a dor, o Dr. Chernoviz indicava como terapêutica a utilização de 5 centigramas de extrato de ópio. Nos tratamentos com banhos, o médico mandava que o paciente colocasse na água quente alcatrão purificado (8 gramas) e banha (24 gramas); também indicava a fricção de pomada de “mercurial cinzenta” sobre a sífilis “não ulcerada”; ou a solução de *chlorueto de cal com água de Laborraque e vinho aromático* (1890, p. 1031). Relacionado a esse tratamento havia, ainda, *a Conserva de Rosas, Alcaçuz em pó, Xarope de Salsaparrilha*. São indicações de terapêuticas para uso externo e interno de uma doença sobre a qual ainda pouco se sabia acerca da etiologia, pois “a era microbiana data das últimas décadas do século XIX” e o tratamento “em grande parte”, visava a sintomatologia (SANTOS FILHO, 2004, p. 557).

Temos outros exemplos dos tratamentos recomendados pelos médicos e boticários: o banho de vapores, aplicação e ingestão do mercúrio. Vale ressaltar que esse produto “é um veneno e pode

³³ RELATÓRIO, 1884, p.18. Grifos meus.

³⁴ RELATÓRIO, 1884.

³⁵ A UNIÃO, 15/12/1895, p. 3.

³⁶ No ano de 1862, na botica de Antônio Thomaz Carneiro da Cunha, na cidade da Parahyba, podia-se encontrar O *Dicionário de Medicina Popular*, de Chernoviz, com uma encadernação de couro, pelo preço de 22\$800. Nas estantes da botica havia outros manuais direcionados à medicina: *Medicina Homeopatica* de Cochrane, por 18\$000; *Medicina Homeopatica* de Proença, 7\$000; *Medicina Homeopatica* de Mello Moraes, 7\$000; *Medicina Homeopatica de Prática Elementar*, 6\$000. (O PUBLICADOR, 1862, p. 4).

causar perda de cabelo, úlceras, danos nos nervos, loucura e morte” (KNIGHT, 2016, p. 1) A partir da década de 1870, nos anúncios da imprensa, os elixires vão se tornar um poderoso atrativo para o tratamento da sífilis.

E como a doença estava associada, no século XIX, à prostituição e, portanto, à moral, muitas vezes o diagnóstico era silenciado. Na documentação consultada, percebe-se a preocupação com o tratamento dos enfermos. Na imprensa da Parahyba, os anúncios de medicamentos começavam a ganhar mais espaço. Para Oscar de Oliveira Castro (1945, p. 209),

A moda do anúncio era tão absorvente que a medicina não lhe podia ficar à margem. Apareciam anúncios de remédios, pílulas reguladoras [...] ou de sanguessugas hamburquezas, das quais, em 1860, Ginot Manoel Gomes de Carvalho possuía um grande estoque. Este resolvera vendê-las pelo preço de 640 réis a dúzia ou aluga-las pela metade, fazendo grande abatimento nas compras de mais de cinquenta.

Era na Rua das Convertidas, no número 17, na cidade da Parahyba, que ficava a botica do farmacêutico Antonio Tomaz Carneiro da Cunha Júnior, formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. O estabelecimento oferecia medicamentos que garantiam o *prompto alívio*. Eram medicamentos que, na maioria das vezes, serviam para tratar vários tipos de doenças: reumatismo, dor de dente, cólera, espasmos, dor de barriga, contusões, desmaios, bexiga, sífilis, entre outras.

A atuação dos práticos pode ser vista em uma propaganda de 1869 no jornal *O Publicador*. José Francisco de Andrade, recém-chegado à cidade da Parahyba do Norte e instalado também na Rua das Convertidas número 5, anunciava aos transeuntes que no seu estabelecimento era possível encontrar a *Nova Loja de Cabeleireiro, Barbeiro, Dentista e Sangrador*. Dizia o anúncio que o mesmo cortava cabelo com perfeição, fazia coque, tranças e cachos “à vontade do dono”, bem como a barba. Cuidava do asseio da boca, o “único meio eficaz de conservar os dentes alvos e sãos”³⁷. Segundo o médico Chernoviz, a limpeza da boca era importante porque a sífilis poderia ser transmitida pelo beijo. Para os enfermos que precisassem de tratamento, “a qualquer hora do dia e da noite”, o Sr. José Francisco de Andrade fazia sangrias³⁸ “com muito cuidado, tem muito boas bichas de Hamburgo e excelentes ventosas”³⁹. Uma variedade de remédios e tratamentos ganhava mais espaço nos anúncios dos jornais, segundo Santos Filho: “[...] o mercado de drogas inundou-se de uma espantosa variedade de panaceias, elixires, remédios secretos e ‘específicos’, enfim, de medicações e prescrições de sentido nitidamente charlatanesco. Eram de precedência europeia, havendo também os aqui manipulados.” (2004, p. 557)

A Pharmacia Popular, localizada na Rua Duque de Caxias, Nº 56, de propriedade de Cunha Júnior, anunciava *As Pílulas de Velamina*, consideradas o *verdadeiro sucesso da Medicina purgativa*, a droga mais eficiente para *as moléstias syphílicas*. A pílula era extraída da planta velame preparada pelo “farmaceutico” Eugenio Marques de Holanda e atuava no tratamento da sífilis e suas moléstias.

Por mais inveteradas que sejam, e sob qualquer forma que se manifestem: as impigens, boubas, feridas chronicas, rheumatismo **gottoso ou syphilico**, dores nas juntas [...] não poderão resistir à ação combinada d’estas pílulas de velamina e de tinctura de salsa garoba e Manaca. POR MAIS REBELDES QUE SE AS CONSIDEREM⁴⁰.

O *Elixir de Carnaúba e Sucupira*, “importantíssimo remédio, cura de modo rápido e maravilhoso o reumatismo, **as moléstias syphílicas escrophulosas** das mulheres [...]”, era

³⁷ O PUBLICADOR, 12/05/1869, p. 4.

³⁸ As bichas ou sanguessugas eram muito utilizadas como terapêutica para uma variedade de doenças, a ideia era a limpeza do sangue. As sanguessugas de Hamburgo eram consideradas as melhores, segundo os anúncios dos jornais, e havia todo um comércio para atender à demanda.

³⁹ O PUBLICADOR, 12/05/1869, p. 4.

⁴⁰ A UNIÃO LIBERAL, 1879, p. 4. Grifos meus.

preparado na Farmácia Central de Francisco José de Moura, na Rua Maciel Pinheiro, nº 43⁴¹. Interessante como o anúncio do elixir faz uma relação da sífilis com a mulher, pressupondo que ela seria a transmissora da doença, uma mulher “não higiênica” (COSTA, 2004). Esse elixir era composto por dois vegetais da flora brasileira. Indicado para o tratamento da sífilis, o medicamento era vendido na drogaria Rabello, na Rua Maciel Pinheiro de número 40. A propaganda no jornal *A União*, de 28 de setembro de 1895, considerava o elixir como sendo o *Restaurador da Saúde*.

Com o aumento de jornais circulando pelas províncias, os terapeutas os enxergaram como espaços para divulgar e comercializar os seus produtos (PIMENTA, 2004, p. 77). Mas, para serem comercializados, os elixires deveriam ter a aprovação da Junta de Higiene Pública do Rio de Janeiro e uma autorização, por decreto, do Governo Imperial. Deveria, ainda, possuir um registro da Inspetoria de Higiene da capital da Parahyba do Norte. As primeiras iniciativas de fiscalizar a propaganda de medicamentos partiu da Junta Central de Higiene, na tentativa de “reprimir a venda de remédios falsos, ineficazes ou mesmo perniciosos [...]” (BUENO, 2008, p. 18-19).

O *Elixir de Carnaúba e Sucupira* era indicado para o tratamento da sífilis em “suas diversas formas [...]”. O mesmo prometia “uma cura radical, um único vidro deste ótimo preparo tem combatido radicalmente males [...]”, da sífilis adquirida e hereditária⁴². A ideia da “cura rápida” era um dos artifícios utilizados para seduzir os clientes (BUENO, 2008, p. 21). Era importante, nos anúncios, que os medicamentos tivessem a aprovação dos representantes do governo, o que dava uma maior legitimidade à comercialização do produto, ainda mais se pensarmos no “terrível mal” que estavam combatendo, uma doença que ameaçava a instituição familiar, ou seja, o progresso da nação.

As doenças venéreas, em especial a sífilis, alimentaram um rentável negócio de medicamentos, pois nos jornais do século XIX, o anunciante sempre trazia um “poderoso e atestado” produto anti-sifilítico, validado pelos médicos locais renomados [...] (BARRETO, 2005, p. 220).

Outro medicamento apontado como milagroso era o *Depurativo Laroze*, “um xarope de casca de laranja amarga”⁴³. Já o *Cajurubeba* deveria ser ministrado nos primeiros seis dias, uma colher de chá de manhã e outra à noite, pura ou diluída. Recomendava-se que os enfermos evitassem os alimentos ácidos e gordurosos, e tomassem banhos frios ou mornos. A ideia ao usar água quente era para que o corpo expelisse, através do suor, os “humores nocivos ao organismo”. Algumas dessas terapias eram “utilizadas no intuito de curar ou, ao menos, aliviar os sintomas físicos e, porque não, morais, enfrentados pelos indivíduos contaminados” (BATISTA, 2013, p. 127).

Nos anúncios do *Elixir Cabeça de Negro*,⁴⁴ ficava em evidência que o medicamento já havia sido aprovado para ser comercializado nas farmácias da cidade da Parahyba, com a ressalva de que não havia a utilização do mercúrio. O elixir era vendido na farmácia de Antonio José Rabello, situada na Rua Maciel Pinheiro, nº 36. Mais uma vez a promessa de uma cura “rápida, segura e radical” é usada como recurso para que o produto tivesse uma boa aceitação das pessoas⁴⁵.

A propaganda de medicamentos para a sífilis se intensificou nos jornais da Parahyba,

⁴¹ GAZETA DA PARAHYBA, 1890; O PARAHYBANO, 1892, p. 4. Grifos meus.

⁴² A UNIÃO, 1895, p. 4.

⁴³ DIÁRIO DA PARAHYBA, 1884, p. 4.

⁴⁴ O *Elixir Cabeça de Negro* era produzido pelo Dr. Jacintho Silvano Santa Rosa. O médico nasceu na província do Pará e atuou por muitos anos na Parahyba. Havia uma disputa, publicada nos jornais do Pará e da Parahyba, atestando que o legítimo *Elixir Cabeça de Negro* fora criado pelo farmacêutico Hermes de Sousa Pereira e, portanto, era o “legítimo” e que o do Dr. Santa Rosa era “grosseiramente imitado”. Acrescentou-se, ainda, que o médico “nunca” teve a fórmula e não tinha habilidades para produzi-lo. A propaganda ainda alertava aos compradores para declararem no ato da compra que “não queriam o formulado pelo Dr. Santa Rosa”. Ainda havia, em letras garrafais, a frase “Abaixo as Falsificações” (GAZETA DA PARAHYBA, 1888, p. 4; O DEMOCRATA (PA) 1890, p.4). Acredito que para evitar esse tipo de propaganda negativa acerca do produto comercializado com o nome do Dr. Santa Rosa, os seus herdeiros, após a década de 1890, traziam no início da chamada do produto o nome do farmacêutico Hermes de Sousa Pereira como sendo o criador da fórmula (A UNIÃO 1896, p.4).

⁴⁵ GAZETA DA PARAHYBA, 1890, p. 4.

principalmente a partir dos anos de 1870, quando houve um acréscimo no número de periódicos que circulavam pela província. Era, pois, uma poderosa arma para combater esse mal que atingia indistintamente as pessoas. Alguns anúncios traziam o nome de médicos e farmacêuticos atestando a validade do produto. Nomes como os dos médicos Antônio da Cruz Cordeiro e Correia de Sá Pereira de Brito Júnior que atestaram o *Depurativo Vegetal de Salsaparrilha da Jamaica, Caroba*⁴⁶ e guaraná de J. J. Ribeiro e Cia. O *Depurativo* curava os acometidos pelo mal que sofriam com as “dores nas articulações, cancros, bobões”, ou seja, com sintomas da sífilis. Esses medicamentos eram vendidos por preços diferenciados: a garrafa do depurativo, só a unidade, custava 3\$000, ou a dúzia pelo valor de 33\$000. No anúncio também constava a informação que fora aprovado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴⁷.

Com o intuito de disputar a atenção do leitor, os anúncios passaram a trazer depoimentos de pessoas que atestavam a cura a partir da utilização de determinados produtos. Essa estratégia tinha como objetivo conferir credibilidade ao produto e convencer a população do poder dessas terapêuticas. Nas propagandas, as pessoas se pronunciavam e atestavam os “ótimos resultados” e o restabelecimento da saúde a partir da utilização dos medicamentos: “Atesto por me ser pedido que usei o Elixir de Carnaúba e Sicupira Composto para curar-me de moléstias darthrosas de origem syphilica e com dito medicamento colhi optimo resultados, restabelecendo minha saúde [...]”⁴⁸. Logo no início do anúncio, a pessoa era identificada. No caso citado, era um bacharel formado em Ciências Jurídicas no Recife e, ao final, há uma informação de que o atestado havia sido reconhecido em firma do Tabelião Maximiano Franca. Fazer referência à profissão e apontar o reconhecimento oficial em firma garantia uma maior credibilidade acerca da veracidade do medicamento. Os médicos atestavam os “excelentes resultados” do elixir no tratamento da sífilis e assinavam abaixo do anúncio. No entanto, Pimenta (2004) assevera que não havia um controle para identificar se os depoimentos das pessoas que se diziam curadas eram ou não verdadeiros.

Considerações finais

Após a análise da documentação – jornais, relatórios da Inspetoria de Saúde Pública, entre outros –, percebe-se como a sífilis foi representada na província da Parahyba: considerada um mal perigoso que deveria ser combatido a todo custo, tendo em vista que era a grande ameaça ao futuro da sociedade, e essa deveria ser sadia, portanto, civilizada. A doença atingia indistintamente desde o recém-nascido até a pessoa mais velha, ou seja, o futuro do Brasil, de uma nação que se pretendia civilizada. Esse era um discurso recorrente por parte dos médicos de que os governantes deveriam ficar mais atentos para manter um controle rigoroso nos centros urbanos. A questão da salubridade pública era outra preocupação dos médicos. A higiene deveria ser uma meta prioritária, inclusive o controle nos prostíbulos, pois como a sífilis é uma doença venérea, hereditária, fazia-se necessário um maior controle desses espaços insalubres.

Esse controle também deveria se dar através dos tratamentos. Nesse contexto, ainda pouco se conhecia sobre a terapêutica e etiologia da doença. Acreditava-se que a sífilis era um vírus e, pensando dessa maneira, as terapias utilizadas na tentativa de curar o enfermo foram as mais diversas. Os medicamentos aparecem com destaque nas propagandas dos jornais: elixires, pílulas, xaropes. Com o aumento de receitas de elixires e o perigo de “falsificações”, os órgãos de controle, como a Junta de Higiene Pública, passaram a emitir licenças, aprovando o produto para que fosse comercializado, bem como os médicos atestavam a veracidade do produto nos tratamentos indicados, como foi visto no caso do *Elixir Cabeça de Negro*.

⁴⁶ Caroba é uma planta arbórea utilizada na medicina natural para combater artrose e reumatismo, e o chá era bastante utilizado para combater a bactéria da sífilis. <https://www.medicinanatural.com.br/caroba-jacaranda-micrantha/>. O elixir era produzido a partir do fruto de uma árvore de pequeno porte, da família das Anonáceas, parecido com uma fruta-de-conde, a qual dá o nome ao produto. Rica em ferro, potássio, cálcio, vitamina C, vitamina A e vitamina B1 e B2.

⁴⁷ DIÁRIO DA PARAHYBA, 1884, p. 4.

⁴⁸ A UNIÃO, 02/08/1896, p. 4.

Fontes – Jornais e Relatórios

A ALVA, (PB). 1850.

A REGENERAÇÃO, (PB). 1861.

A UNIÃO, (PB). 1895 e 1896.

A UNIÃO LIBERAL, (PB). 1879.

DIÁRIO DA PARAHYBA, (PB). 1884.

GAZETA DA PARAHY(BA), Paraíba. 1888 e 1890.

O DEMOCRATA (PA), (PB), 1890.

O PARAHYBANO, (PB). 1892.

O PUBLICADOR, (PB). 1862 e 1869.

RELATÓRIOS DA INSPETORIA DE SAÚDE (PB) – 1862, 1869, 1878, 1883.

RELATÓRIOS DA ENFERMARIA MILITAR DA CIDADE DA PARAHYBA – 1874, 1884.

Referências

AGRA, Giscard Farias. A Urbs Doente Medicada: a Parahyba tossindo sangue, 1862 a 1918. In: *Anais do V Encontro Estadual de História/V Encontro Nordestino de História*. Recife: UFPE, 2004, p.1-12.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo II, 3. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997 [1966].

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *Uma Cidade, Muitas Tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. *O “Terrível Flagello da Humanidade”: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

BATISTA, Ricardo dos Santos. Lues Venerea entre práticas e representações: Saúde Pública, Doença e Comportamento Social nas Serras Jacobinenses. In: CHAVES, Cleide de Lima (org.). *História da Saúde e das Doenças no Interior da Bahia: Séculos XIX e XX*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013, p. 115-136.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Vendendo Saúde: a história da propaganda de medicamentos no Brasil*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 2008.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CARRARA, Sérgio. *Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entreguerras*. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 427-453.

CASTRO, Oscar de Oliveira. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução*. João Pessoa: A

União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1996].

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1979].

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Luiz Alberto Peregrino. *O conceito de contágio de Girolamo Fracastoro nas teses sobre sífilis e tuberculose*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis (SC), 2008.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 12, n. 2, p. 501-514, maio-ago. 2005.

JUNQUEIRA, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. *Doidos[as] e Doutores: a medicalização da loucura na Província/Estado da Parahyba do Norte 1830-1930*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

KNIGHT, Jude. *Syphilis: Zoonotic Pestilence or New World Souvenir? – Contraception, Death, Disease, Guest Posts, Sex, The Renaissance*. 30/jun/2016. <https://dirtysexyhistory.com/2016/06/30/syphilis-zoonotic-pestilence-or-new-world-souvenir/>

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A espécie em risco: Sífilis em Curitiba nos anos de 1920*. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 277-294.

MARIANO, Nayana R. C. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia, 2015.

MEDEIROS, Coriolano de. Algumas Páginas – Subsídios para a História da Higiene Pública na Parahyba. *Revista do IHGP*, nº 3. 1911, Imprensa Oficial: Parahyba do Norte.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de Curar*. um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 11, p. 67-92, 2004.

PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no Período Imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. Reações e Transações. 8. ed., vol. 5, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1997], p. 541-566.

SIGAUD, Joseph François Xavier. *Du climat et des maladies au Brésil*. Paris: Fortin & Masson Libraires, 1844.

- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos Hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. Rio de Janeiro: Editora AMCGuedes, 2015.
- SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. Tradução de Rubens Figueiredo e Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1977].
- SONTAG, Susan. *AIDS e suas metáforas*. Tradução de Rubens Figueiredo e Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1988].
- SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v.14, p. 73-94, Dec. 2007.
- SANTOS, Vanessa Cruz; ANJOS, Carla Ferraz dos. Sífilis: uma realidade previsível. Sua erradicação, um desafio atual. *Revista Saúde e Pesquisa*, v. 2, n. 2, p. 257-263, mai./ago. 2009.
- VIEIRA, Risomar da Silva. *Estado grave: condições de vida e saúde na Parahyba Imperial*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- VIEIRA, Risomar da Silva. *Parahyba, Vida e Saúde. Cenários de Tempos Deletérios*. João Pessoa: Ideia, 2015.
- UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos Vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015 [2008].
- UJVARI, Stefan Cunha – *A história e suas epidemias*. A convivência do homem com os microrganismos. Rio de Janeiro, Senac Rio: São Paulo, Senac São Paulo, 2003.
- WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Nota de Autoria

Serioja R. C. Mariano é professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e Líder do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista. E-mail: serioja.mariano@academico.ufpb.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. “Não há mais grave, mais perigosa, e mais temível”: a sífilis na província da Parahyba (1860-1880). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 263-279, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 02/06/2020.

Modificações solicitadas em 28/07/2020.

Aprovado em 10/08/2020.

O abastecimento de água no Brasil: uma prospecção bibliográfica no âmbito da historiografia

Water supply in Brazil: a bibliographic search within the scope of historiography

Fabiano Quadros Rückert



<https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O artigo apresenta o resultado de um estudo bibliográfico sobre a história do abastecimento de água no Brasil. Partindo de um conjunto de doze textos (dez dissertações e duas teses) procedentes de Programas de Pós-Graduação em História, o artigo identifica aspectos relevantes para a construção de um conhecimento histórico sobre o tema; analisa procedimentos metodológicos presentes nas obras e trata das fontes documentais usadas pelos historiadores que elegeram o abastecimento de água como objeto das suas investigações. Os critérios aplicados para a seleção da bibliografia, as prioridades definidas e as limitações da abordagem adotada são descritos na Introdução do artigo. Posteriormente, a segunda seção apresenta um panorama da historiografia do abastecimento de água no Brasil com ênfase nas fontes documentais pesquisadas pelos historiadores. Na sequência, a terceira seção concede uma especial atenção para as escalas espaciais e a quarta trata dos recortes cronológicos presentes no conjunto dos textos acadêmicos selecionados.

Palavras-chave: História. Abastecimento de água. Brasil. Historiografia.

Abstract: The article presents the result of a bibliographic study on the history of water supply in Brazil. Starting from a set of twelve texts (ten dissertations and two theses) from Postgraduate Programs in History, the article identifies relevant aspects for the construction of historical knowledge on the theme; analyzes methodological procedures and documentary sources used by historians who choose or supply water as the object of their investigations. The criteria applied for the selection of the bibliography, the defined priorities and the limitations of the adopted approach are described in the Introduction of the article. Subsequently, the second section presents an overview of the historiography of water supply in Brazil with an emphasis on documentary sources researched by historians. Subsequently, the third section pays special attention to spatial scales and the fourth deals with the chronological cuts present in the set of selected academic texts.

Keywords: History. Water Supply. Brazil. Historiography.

Introdução

A palavra prospecção pertence ao campo epistemológico da Geologia e diz respeito à coleta de amostras para análise da composição do solo. O ato de prospectar é pré-requisito para a criação de unidades amostrais, a partir das quais a interpretação de fenômenos geológicos e a classificação da composição química e mineral do solo podem ser formuladas e aceitas dentro de parâmetros científicos.

Neste artigo, a palavra prospecção será deslocada do seu campo científico original para ser aplicada na coleta e análise de dados sobre a história do abastecimento de água no Brasil. No enunciado do título optamos pela expressão *prospecção bibliográfica* porque entendemos que ela corresponde ao objetivo do artigo que consiste em interpretar uma realidade mais ampla a partir de um conjunto de unidades amostrais. A unidade mais ampla corresponde ao conhecimento histórico existente sobre o abastecimento de água no Brasil, e o conjunto de unidades amostrais corresponde



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

às dissertações e teses produzidas pela historiografia brasileira a respeito do respectivo tema.

Diante da inviabilidade de analisar, no espaço de um artigo, todas as pesquisas que abordam a historicidade do uso das águas, foi necessário delimitar o conjunto de unidades amostrais às dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História no Brasil e disponíveis para consulta online. Esta delimitação implicou na exclusão de outras tipologias textuais (como artigos, monografias, capítulos de livros e resenhas) e, simultaneamente, eliminou a possibilidade de análise dos estudos procedentes da Geografia, do Urbanismo e da Engenharia Sanitária – áreas acadêmicas que produzem importantes pesquisas sobre o abastecimento de água. Dentro deste escopo, o que propomos é uma abordagem centrada na historiografia brasileira, e, mais especificamente, nas dissertações e teses.

O objetivo principal da pesquisa que originou este artigo foi a construção de um panorama sobre metodologias, fontes documentais e cronologias recorrentes nos estudos realizados por historiadores que elegeram o abastecimento de água como objeto de pesquisa. Acreditamos que, a partir deste panorama, será possível identificar semelhanças e particularidades no conjunto amostral, localizar eventuais lacunas, apontar tendências e oferecer subsídios para fomentar discussões no âmbito da historiografia.

Metodologicamente, a pesquisa realizada foi do tipo descritiva-exploratória. Ela é descritiva porque busca identificar e descrever características gerais do fenômeno (GIL, 1989) e também é exploratória porque pretende reunir elementos para refinar o entendimento do respectivo fenômeno (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 222). Cabe ressaltar que não pretendemos atribuir valor qualitativo para as dissertações e teses consultadas. O que nos interessa são os procedimentos usados pelos historiadores brasileiros que abordam o abastecimento de água em suas pesquisas e os recortes temáticos e cronológicos usados nas suas construções textuais.

O ponto de partida da *prospecção bibliográfica* foi a consulta na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES. Neste banco de dados, usamos os filtros “abastecimento de água” e “história”. O resultado foi um conjunto de 25 trabalhos procedentes de diferentes áreas acadêmicas. Visando compor uma amostra com pesquisas procedentes exclusivamente da área de História, eliminamos todas as dissertações e teses que não procediam de Programas de Pós-Graduação em História. Feito esse procedimento, restaram 4 pesquisas: 3 dissertações e 1 tese. Cientes de que uma amostra composta por apenas quatro unidades seria frágil e insuficiente para os objetivos da pesquisa, adotamos outro procedimento de busca. Inserimos no *Google* o nome Denise Bernuzzi de Sant’Anna – historiadora brasileira que escreveu uma obra de referência sobre o uso das águas na São Paulo do século XIX¹ e, a partir das citações do seu nome em trabalhos acadêmicos, localizamos outras dissertações e teses que se enquadravam no escopo temático pré-fixado. A amostra final foi completada com a consulta no banco de dados da revista espanhola *Agua y Territorio* – periódico que regularmente publica textos de pesquisadores brasileiros que abordam uso das águas nos seus aspectos históricos, econômicos e socioambientais.²

O resultado dos procedimentos descritos acima foi a seleção de um conjunto de 12 trabalhos, todos procedentes de Programas de Pós-Graduação em História, sendo o citado conjunto composto de 10 dissertações e 2 teses. A primeira pesquisa identificada data de 2005, e a mais recente data de 2018. Na sequência do artigo as dissertações e teses selecionadas serão

¹ O livro de Denise Bernuzzi de Sant’Anna, intitulado “Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)”, é provavelmente, o estudo mais conhecido e mais citado entre os historiadores que abordam o tema do abastecimento de água no Brasil. No respectivo livro, Sant’Anna (2007) explora mudanças na percepção e no uso das águas ocorridas na sociedade paulista no decorrer do século XIX, aborda as relações entre urbanização e o aumento na demanda por água potável e explora a crescente preocupação sanitária que marcou as discussões e ações do poder público no âmbito do abastecimento de água.

² A consulta no banco de dados da revista *Agua y Territorio* foi feita em três etapas: primeiro identificamos os artigos que abordavam o uso das águas no Brasil sem a especificação temática; depois excluímos os que não tratavam do abastecimento de água; e na terceira etapa consultamos as referências bibliográficas do grupo de artigos selecionados pela triagem anterior.

analisadas a partir de três variáveis. São elas: (1) as escalas espaciais contempladas; (2) a tipologia das fontes documentais consultadas, e (3) os recortes cronológicos usados pelos pesquisadores.

As escalas espaciais da historiografia do abastecimento de água no Brasil

O conjunto de 12 textos selecionados é composto, na sua maior parte, por pesquisas que abordam o abastecimento de água a partir de microescalas espaciais. Isso significa dizer que o conhecimento histórico existente se encontra fragmentado e que as narrativas produzidas pelos historiadores brasileiros sobre o uso das águas não podem ser generalizadas porque são produtos de pesquisas locais, geralmente restritas a uma determinada cidade. Os dados apresentados no Quadro 1 permitem a identificação das localidades contempladas pelas pesquisas que resultaram nas dissertações e teses selecionadas.

Quadro 1: referências espaciais contempladas pelas pesquisas

Autor/ano	Localidade contemplada	Macrorregião/procedência
Barreto, 2005	Cuiabá (capital do Mato Grosso)	Centro Oeste
Cordeiro, 2008	Curitiba (capital do Paraná)	Sul
Souza, 2013	Campina Grande (interior da Paraíba)	Nordeste
Machado de Almeida, 2010	Rio de Janeiro (capital do Rio de Janeiro)	Sudeste
Tedeschi, 2011	Mariana (interior de Minas Gerais)	Sudeste
Advíncula, 2009	Parayba do Norte (atual João Pessoa, capital da Paraíba)	Nordeste
Mesquita, 2013	Belo Horizonte (capital de Minas Gerais)	Sudeste
Klauck, 2018	Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, capital de Santa Catarina)	Sul
Peixoto, 2015	“comunidade de Feiticeiros” (atual cidade de Jaguaribe, no interior do Ceará)	Nordeste
Diniz, 2014	Aracati (interior do Ceará)	Nordeste
Neto, 2015	Fortaleza (capital do Ceará)	Nordeste
Rocha de Almeida, 2010	Belém (capital do Pará)	Norte

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados apresentados acima comportam uma distinção entre pesquisas que abordam a história do abastecimento nas capitais e pesquisas que abordam o mesmo tema nas cidades do interior. Constam no Quadro 1 oito capitais e quatro cidades do interior. Quando confrontamos esses números com a organização política/territorial do Brasil, observamos que as cidades do interior estão sub-representadas no conjunto de pesquisas. Atualmente existem 5.570 municípios no Brasil, 26 capitais estaduais e um Distrito Federal – sede da capital nacional. Subtraindo as capitais estaduais, restam 5.544 municípios que se enquadram na categoria cidade do interior, e, destes, apenas quatro estão contemplados no conjunto de trabalhos historiográficos selecionado. Dos quatro municípios do interior listados no Quadro 1, somente Campina Grande (PB)³ apresenta uma população compatível com a categoria de município de grande porte. As outras três localidades do interior do Brasil – Mariana (MG), Aracati (CE) e Jaguaribe (CE) – apresentam um perfil demográfico que se enquadra na categoria de municípios de pequeno porte.⁴

Os dados do Quadro 1 indicam que as pesquisas sobre a história do abastecimento de água em cidades do interior do Brasil, sejam estas de grande, pequeno ou médio porte, ainda são incipientes e precisam ser intensificadas. Observando o atual “estado da arte” e, sem perdermos de vista que o conhecimento histórico não é monopólio dos historiadores acadêmicos, podemos afirmar

³ Segundo os dados do IBGE, referentes ao ano de 2018, a população de Campina Grande foi estimada em 407.472 habitantes.

⁴ Segundo os dados do IBGE, referentes ao ano de 2019, a população da cidade de Mariana (MG) era de 60.724 habitantes; a de Aracati (CE) era de 74.457; e a de Jaguaribe (CE) era de 34.682.

que existe a necessidade de novas pesquisas sobre as experiências de modernização das redes de captação e distribuição de água no Brasil, sobretudo nos municípios do interior.

Dentro da variável escalas espaciais da historiografia do abastecimento de água no Brasil, consideramos pertinente apontar algumas considerações sobre a procedência das pesquisas com base nas 5 macrorregiões que formam o território nacional. Como consta no Quadro 1, os textos selecionados pela prospecção bibliográfica procedem das seguintes macrorregiões: 1 do Norte, 1 do Centro Oeste, 2 do Sul, 3 do Sudeste e 5 do Nordeste. Confrontando esses números com os dados do IBGE, constatamos que a procedência dos trabalhos apresenta similaridade com o padrão demográfico do Brasil que possui no Nordeste a macrorregião mais populosa, seguido do Sudeste e do Sul. Contudo, considerando que as macrorregiões Sul e Sudeste concentram a maior parte das Universidades do Brasil e possuem uma rede de Pós-Graduação mais ampla,⁵ a maior representatividade de pesquisas procedentes da macrorregião Nordeste é um aspecto interessante no conjunto de pesquisas analisado. Cogitamos a hipótese de que os fatores climáticos (a existência do Semiárido e o fenômeno das secas) influenciem no interesse dos historiadores da macrorregião Nordeste pelo tema do abastecimento de água. Outra hipótese que apontamos diz respeito a existência de Programas de Pós-Graduação em História que apresentam maior compatibilidade com a questão das águas, como é o caso do PPGH da Universidade Federal da Paraíba que possui uma Linha de Pesquisa em História Regional; e o caso PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina que possui uma Linha de Pesquisa em História Ambiental.⁶ Entretanto, ressaltamos a necessidade de estudos mais aprofundados para confirmar ou refutar a validade das duas hipóteses.

No que concerne a pouca representatividade das macrorregiões Norte e Centro Oeste no conjunto dos 12 textos, acreditamos que ela pode ser explicada pela baixa densidade demográfica que estas regiões apresentam ou pelo fato de que existem poucos Programas de Pós-Graduação em História nas unidades federais do Norte e do Centro Oeste. No entanto, a baixa densidade demográfica ou o reduzido número de Programas de Pós-Graduação em História não impede a identificação de particularidades no abastecimento de água no Norte e no Centro Oeste que demandam maior atenção dos historiadores. Dentre as particularidades, apontamos (i) a existência de núcleos urbanos planejados que surgiram providos de sistemas modernos de abastecimento de água, como é o caso de Brasília, Goiânia e Palmas; (ii) o acentuado déficit sanitário registrado nas regiões metropolitanas de Belém e Manaus; (iii) o expressivo crescimento de cidades de médio porte como Anápolis (GO), Três Lagoas (MS), Rondonópolis (MT) e Dourados (MS), dentre outras; (iv) a existência de diversas comunidades rurais desprovidas de água potável, e (v) a experiência da gestão privada do serviço de abastecimento de água em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Os exemplos apontados evidenciam que a escrita da história do abastecimento de água nas macrorregiões Centro Oeste e Norte ainda está nas suas páginas iniciais.

Sem desconsiderarmos a importância das diferenças macrorregionais, ressaltamos que em todas as cinco macrorregiões observou-se o predomínio de pesquisas que abordam o abastecimento de água no âmbito das municipalidades. Acreditamos que este aspecto pode ser interpretado como um indicativo de que a historiografia brasileira encontra dificuldades para produzir estudos sobre o uso das águas que superem o espaço territorial das cidades. Uma parte destas dificuldades decorre do ordenamento jurídico brasileiro que tanto no Império, quanto na República, atribuiu aos municípios a competência para a gestão do abastecimento de água. Como

⁵ Em 2013 a Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular – realizou um estudo sobre a situação do Ensino Superior no Brasil. O estudo constatou que, naquele ano, existiam 200 instituições classificadas como Universidades e, desta totalidade, 85 estavam localizadas na Macrorregião Sudeste e 47 na Macrorregião Sul. Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/2013/>

⁶ Do conjunto total da amostra (composto por 12 unidades), 2 procedem do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (Linha de Pesquisa em História Regional) e 3 procedem do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (Linha de Pesquisa em História Ambiental).

consequência desse ordenamento, a ocorrência de conjunturas nacionais favoráveis ou desfavoráveis para investimentos no abastecimento de água não anula o fato de que o ritmo de expansão das redes, o custo da água potável e a própria eficiência (ou ineficiência) do serviço de captação/tratamento e distribuição sempre foram variáveis influenciadas por prioridades políticas e orçamentárias definidas pelas municipalidades.

No decorrer do século XX observou-se um expressivo crescimento da participação da União Federal e dos governos estaduais na promoção do abastecimento de água. Contudo, esse crescimento coexistiu com a competência jurídica dos municípios para gerenciar a prestação e a cobrança do serviço (PEIXOTO, 1994 e REZENDE; HELLER, 2002). Na prática, o que ocorreu no Brasil, sobretudo na segunda metade do século passado, foi o desenvolvimento de uma política de cooperação entre as três esferas da administração pública (municípios, estados e União Federal) visando à ampliação da oferta de água potável e à eficiência na gestão deste serviço (BARROSO, 2002; LAHOZ, 2016).

Fontes documentais e a historiografia do abastecimento de água no Brasil

Das considerações sobre as escalas espaciais das pesquisas selecionadas pela *prospecção bibliográfica* passamos, nesta seção do artigo, para uma análise sobre as fontes documentais consultadas pelas respectivas pesquisas. Considerando o critério de procedência, as fontes documentais podem ser agrupadas nas seguintes categorias: (1) documentos produzidos pelas municipalidades; (2) documentos régios; (3) documentos produzidos pela administração pública provincial e/ou estadual; (4) documentos produzidos pelo governo nacional; (5) relatos de viagens e livros de memorialistas; (6) projetos de engenheiros e arquitetos; (7) imprensa; (8) fontes orais; (9) e inventários.

Antes de avançarmos para a observação da recorrência das categorias supramencionadas, importa ressaltarmos que, a viabilidade de análise da produção historiográfica a partir da tipologia das fontes documentais, implica em reconhecermos que pesquisas produzidas em Cursos de Pós-Graduação em História podem ser baseadas num único tipo de fonte documental ou podem explorar a articulação entre diferentes tipos de fontes.

No ofício historiográfico, articulação de diferentes fontes documentais é um procedimento recorrente, e, a priori, ela não é atributo de maior ou menor qualidade da pesquisa. Geralmente, a articulação – também chamada de cruzamento de fontes – é feita para ampliar a possibilidade de interpretação dos fatos e processos históricos. Vejamos sete exemplos de articulação de fontes documentais distintas pela procedência no conjunto de pesquisas apresentado no **Quadro 1**. São eles: a dissertação de Barreto (2005); a dissertação de Cordeiro (2008); a tese de Rocha de Almeida (2010); a dissertação de Peixoto (2015); a tese de Neto (2015); a dissertação de Mesquita (2013) e a dissertação de Diniz (2014).

A pesquisa de Barreto (2005) sobre o uso das águas na cidade de Cuiabá (MT) é a mais antiga da série. O foco da dissertação foi direcionado para as ações do poder público que influenciavam na oferta e na qualidade das águas consumidas em Cuiabá no período entre 1790 e 1886. Para desenvolver sua pesquisa, Barreto consultou documentos que, de acordo com a classificação adotada, se enquadram nas categorias (1), (3), (7) e (9). A diversidade de fontes documentais consultadas e o interesse da autora pela presença das águas no cotidiano da cidade resultaram num trabalho que poderia ser classificado como uma história social do uso das águas em Cuiabá – trabalho que, ressaltamos, foi pioneiro no âmbito dos cursos de Pós-Graduação em História no Brasil.

Três anos depois de Barreto defender sua dissertação, Cordeiro (2008) concluiu uma pesquisa sobre a história do uso dos mananciais da Serra do Mar para o abastecimento de Curitiba, capital do Paraná. Para construir uma narrativa sobre os primórdios da captação nesses mananciais, a autora explorou relatos de viajantes que percorreram a região no final do século XIX

– documentos que enquadrados na categoria (4); consultou ofícios, leis, relatórios de obras e discursos políticos produzidos pelo governo estadual – documentos que enquadrados na categoria (3) e também estudou projetos de engenharia – tipologia documental enquadrada na categoria (6).

Na sua tese sobre as águas na cidade de Belém, Rocha de Almeida (2010) investigou diferentes tipos de relações estabelecidas entre a sociedade e as águas no cotidiano da capital do Pará, no século XIX. Dentro de um contexto marcado pelo rápido crescimento demográfico e pela riqueza gerada pela extração e comercialização do látex, Belém iniciou sua experiência de modernização de captação e distribuição de água potável com equipamentos e técnicas importados da Europa. E, para construir uma narrativa histórica sobre esta experiência de modernização do abastecimento de água na capital paraense, Rocha de Almeida dedicou uma especial atenção para documentos que se enquadram nas categorias (3) e (4). O cruzamento de documentos procedentes do governo provincial com relatos de viajantes perpassa toda tese. Na documentação da categoria (3) a autora buscou informações para compreender as discussões e estratégias políticas que transformaram o abastecimento de água na Belém imperial. E, na documentação da categoria (4), buscou informações a respeito de temas como paisagem, práticas de sociabilidade, condições de moradia e hábitos de higiene da população local. Neste sentido, importa ressaltar que a tese de Rocha de Almeida aborda a política do abastecimento de água, e, ao mesmo tempo, contempla mudanças no comportamento da sociedade diante das novas técnicas de captação, distribuição e consumo da água no ambiente urbano de Belém.

A dissertação de Peixoto (2015) sobre a construção de obras contra a seca na localidade de Feiticeiro (atual município de Jaguaribe – CE), no que diz respeito ao tema, representa um caso singular no conjunto da pesquisa. Sua singularidade incide no fato de ser a única pesquisa da amostra que abordou o enfrentamento da seca. Neste sentido, o texto de Peixoto possui alta relevância para o conhecimento histórico das relações entre o ambiente e os grupos humanos residentes no Semiárido nordestino. No que concerne ao uso de fontes documentais, Peixoto trabalhou com documentos técnicos da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); consultou a imprensa e explorou fontes orais. Os documentos de órgãos federais se enquadram na categoria (4), a imprensa corresponde à categoria (7) e as fontes orais correspondem à categoria (8).

A tese de Neto (2015) explorou as percepções sociais construídas a respeito das águas e os seus múltiplos usos na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, no período entre 1856 e 1926. No seu texto predominam documentos que se enquadram na categoria (4), ou seja, predominam livros de memórias, relatos de viagens e crônicas.⁷ O autor também consultou documentos da categoria (6) para coletar informações sobre práticas de uso das águas anteriores à implantação do sistema de abastecimento em rede. Um dos aspectos mais interessantes na pesquisa de Neto é a distinção entre as águas desejadas – necessárias para saciar a sede da população e assegurar a manutenção da higiene – e as águas poluídas que prejudicavam a salubridade urbana.

Mesquita (2013) consultou documentos da administração municipal de Belo Horizonte para analisar a política de saneamento na capital mineira no período entre 1948 e 1973. O autor também consultou a imprensa e fez uso de fontes orais. A dissertação explorou documentos que se enquadram nas categorias (1), (7) e (8). Na concepção de saneamento adotada por Mesquita, as obras para o abastecimento de água, coleta de esgoto e drenagem urbana se configuram como parte das intervenções antrópicas no ambiente, e, conseqüentemente, podem ser analisadas sob o prisma da História Ambiental, na medida em influenciam nas representações sobre a natureza e a urbanização. O autor abordou temas como a canalização dos córregos de Belo Horizonte, as

⁷ É importante ressaltar que Neto também classificou as obras de literatura como fonte documental, e, ao fazer isso, pode buscar elementos para sua narrativa histórica em romances como “A normalista” (CAMINHA, 1893); “A afilhada” (PAIVA, 1899) e “O Quinze” (QUEIROZ, 1930). Considerando que o uso de romances como fonte documental foi uma exceção no conjunto de pesquisas históricas que estamos analisando, optamos por manter a categoria (4) restrita aos relatos de viajantes e livros de memorialistas.

enchentes, a poluição hídrica e a insuficiência na oferta de água potável; e, dentro deste escopo mais amplo, ressaltou a existência de uma relação entre o populismo e as obras para ampliar a oferta de água potável realizadas na capital mineira entre 1948 e 1973.

A relação entre abastecimento de água e História Ambiental observada na dissertação de Mesquita também está presente na dissertação de Diniz (2014). Dialogando com a História Ambiental, Diniz pesquisou as percepções da natureza em Aracati (CE) e Lüderitz (Namíbia). Apesar de pertencerem a continentes distintos (América e África), as duas localidades possuíam em comum o fato serem cidades portuárias criadas em regiões de clima árido e com poucos recursos hídricos superficiais. A pesquisa realizada por Diniz é um interessante exemplo das potencialidades da comparação histórica, e, ao mesmo tempo, é um produto historiográfico que se enquadra na nossa prospecção bibliográfica, sobretudo pelas informações que apresenta a respeito do abastecimento de água em Aracati na primeira metade do século XIX. No que tange às fontes documentais consultadas, Diniz trabalhou com as categorias (5) – relatos de viagens; (3) – documentos da administração provincial; (1) documentos produzidos pela municipalidade e (7) – imprensa.⁸

Nos exemplos de pesquisa que apresentamos nos parágrafos anteriores, seria incorreto atribuir maior valor para uma ou outra categoria de fonte documental. No entanto, em determinadas pesquisas ocorre justamente o inverso e a narrativa histórica produzida pelo historiador ganha forma a partir de um tipo específico de fonte documental. No Quadro 1 constam três exemplos: a dissertação de Tedeschi (2011), a dissertação de Klauck (2018) e a dissertação de Souza (2013), todas centradas na categoria documental (1), ou seja, na documentação procedente da administração pública municipal. Consideramos pertinente esclarecer que na respectiva categoria se enquadram peças documentais como Códigos de Posturas, Atas, Editais, Autos de Arrematação, Notificações, Ofícios, Decretos, Livros de Receitas e Despesas e Relatórios, dentre outros.

Tedeschi pesquisou o trabalho da Câmara Municipal de Mariana (MG) na gestão das “águas urbanas” durante o século XVIII e apresentou um detalhado estudo sobre os procedimentos adotados pela municipalidade para ampliar a oferta de água potável, conter as inundações que atingiam o perímetro urbano e interferir em litígios de particulares decorrentes da disputa pelo acesso aos mananciais. A pesquisa de Tedeschi, apesar de centrada na documentação produzida pela municipalidade de Mariana no período de 1745-1798, também explorou outras fontes documentais. Na intenção de compreender a relação entre as águas, a sociedade e a configuração do espaço urbano, a autora pesquisou no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal e coletou uma série de documentos régios relacionados ao uso das águas no Brasil colonial e, particularmente, na cidade de Mariana.⁹ Neste aspecto, importa ressaltarmos que no conjunto de 12 textos acadêmicos apontados no Quadro 1, a dissertação de Tedeschi é a única que aborda o abastecimento de água no Brasil colonial.

Klauck, por sua vez, abordou as ações da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro (atual cidade de Florianópolis – SC) voltadas para o abastecimento de água. Com base nos Livros de Receitas e Despesas da municipalidade, a autora contabilizou os investimentos feitos pela Câmara de Desterro para assegurar o abastecimento de água da população no período entre 1829 e 1889. Ela constatou que o volume de investimentos apresentou variações em determinados períodos, mas, no geral, foi baixo, ficando na média de 0,92% da despesa total da municipalidade (KLAUCK, 2018, p. 107). A mesma Câmara Municipal que investia poucos recursos em obras para o abastecimento de água da população atuou no sentido de coibir – via Posturas, fiscalização e multas – práticas nocivas à qualidade das águas, e, gradualmente, intensificou o controle sobre o

⁸ Cabe ressaltar que nesse apontamento sobre as fontes documentais consultadas por Diniz não estão incluídos os documentos que dizem respeito à paisagem e ao abastecimento de água na cidade africana de Lüderitz.

⁹ Sob o ponto de vista da procedência, as peças documentais coletadas por Tedeschi, em Portugal, se enquadram na categoria (2), ou seja, são documentos régios ou relacionados à administração régia.

trabalho dos aguadeiros.

A relação entre modernização urbana e abastecimento de água também está presente na pesquisa de Souza (2013). Nesta, a maior parte dos documentos consultados procedem da categoria (7) e a cidade investigada foi Campina Grande (Paraíba). Com o auxílio de textos e fotografias publicadas nos jornais da época, o autor abordou a crise hídrica que atingiu a cidade paraibana na década de 1950, tratou da preocupação sanitária e explorou as discussões e estratégias políticas que resultaram na construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras” e do novo sistema adutor, inaugurado em 1958. Apesar de fazer da imprensa sua principal fonte documental, Souza também consultou um amplo volume de documentos que se enquadram na categoria (4), ou seja, na categoria de documentos procedentes do governo nacional. Neste aspecto, a consulta realizada pelo autor no Arquivo Técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) possibilitou uma abordagem sobre a participação do governo federal nos projetos e obras que viabilizaram a modernização do abastecimento de água em Campina Grande.¹⁰ No Arquivo Técnico do DNOCS o autor localizou documentos como abaixo assinados da população local reivindicando água potável e “relatórios de técnicos e engenheiros, devidamente arquivados em livros de registros, livros de ofícios, atas, balanços financeiros, solicitação de compra de mercadorias, relatos de viagens, correspondências.” (SOUZA, 2013, p. 35-36).

De todas as pesquisas apontadas no Quadro 1, somente uma faz da categoria documental (4) o eixo central da sua construção. Esta exceção no conjunto é representada pela dissertação de Machado de Almeida (2010) que trata do abastecimento de água no Rio de Janeiro Imperial. Com base na pesquisa deste autor sabemos que o planejamento e a execução de obras para prover a Corte de água potável foram incumbências do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, e, conseqüentemente, a documentação consultada procede, na sua maior parte, das repartições administrativas do governo Imperial. Juridicamente, o sistema de abastecimento de água na Corte estava sob controle do governo, mas a rede de captação e distribuição contemplava interesses públicos e privados. Na prática, o poder público realizava investimentos canalizando fontes e construindo bicas e chafarizes e, ao mesmo tempo, permitia que os proprietários de imóveis construíssem suas próprias obras de captação – opção acessível para poucos – e arrendava penas de água para os que pagassem o valor exigido. Nestas condições, a rede de água potável no Rio de Janeiro desenvolveu-se de forma assimétrica, atendendo com maior regularidade determinadas freguesias em detrimento de outras (MACHADO DE ALMEIDA, 2010, p. 48).

A dissertação de Advíncula (2009) aborda a modernização do saneamento em Parahyba do Norte (capital do estado da Paraíba durante a Primeira República).¹¹ Nessa cidade, a crescente preocupação de médicos e engenheiros com a higiene e a salubridade urbana fomentou discussões a respeito da necessidade de obras para o abastecimento de água e para coleta de esgoto. A autora priorizou documentos da categoria (7), embora também tenha consultado peças documentais que se enquadram nas categorias (3) e (6). Advíncula dissertou sobre três aspectos do saneamento que são distintos, porém interligados. São eles: o abastecimento de água; a coleta e descarte do esgoto e a coleta do lixo.¹² Para as autoridades políticas e para os profissionais da medicina e da engenharia que participaram do projeto e obras de saneamento de Parahyba do Norte na Primeira República, estes três aspectos foram considerados requisitos para a modernização do espaço urbano, e, ao mesmo tempo, operacionalizados como medidas profiláticas que visavam modificar o precário quadro sanitário que a capital paraibana apresentava.

¹⁰ Segundo Souza (2015), o planejamento e a construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras” e do novo sistema adutor, inaugurado em 1958, foi o resultado de uma parceria entre o governo estadual da Paraíba e o Governo Federal, e, nesta parceria, o DNOCS exerceu um papel relevante na condução dos aspectos técnicos das obras.

¹¹ Em 1930 o nome da capital do estado da Paraíba passou a ser João Pessoa.

¹² O terceiro capítulo da Dissertação de Advíncula trata da questão do lixo gerado pela população de Parahyba do Norte e também aborda a preocupação do poder público com a arborização urbana. Neste aspecto, a abordagem usada pela autora para tratar do saneamento apresenta originalidade, sobretudo se considerarmos que na legislação brasileira atual a política de saneamento contempla a coleta e descarte do lixo (hoje tecnicamente classificado como “resíduo sólido”).

Cronologias usadas na historiografia sobre o abastecimento de água no Brasil

A escolha do recorte cronológico dentro do qual uma pesquisa histórica precisa se enquadrar é um dos procedimentos básicos do que Michel de Certeau chamou de “operação historiográfica” (CERTEAU, 2015). No ato da escolha do recorte cronológico, o historiador assume a sua condição de narrador e intérprete do passado, podendo fazer isto de forma implícita ou explícita, mas nunca de forma aleatória. No ofício historiográfico, a escolha do recorte cronológico é sempre consequência de um cálculo de variáveis, dentre as quais constam a preferência temática do pesquisador; sua inserção em redes de pesquisa; a tipologia das fontes documentais que pretende consultar; sua disponibilidade de tempo para coleta e análise dos documentos e as questões formuladas no momento inicial da pesquisa. Uma vez definido, o recorte cronológico opera como um dispositivo de inclusão e exclusão de fatos, temas e problemas. Neste sentido, o recorte cronológico oferece pistas sobre o que um historiador considera relevante no desenvolvimento da sua pesquisa.

No caso específico do conjunto de 12 trabalhos acadêmicos selecionados pela *prospecção bibliográfica* e analisados neste artigo, os recortes cronológicos aplicados foram classificados em quatro subgrupos apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2: recortes cronológicos usados nas dissertações e teses consultadas

Autor/ano	Recorte cronológico da pesquisa	Subgrupo definido pelo recorte cronológico
Tedeschi, 2011.	1745-1798	Brasil Colonial
Barreto, 2005.	1790-1886	Transição da Colônia para o Império
Diniz, 2014	1808-1841	Transição da Colônia para o Império
Klauck, 2018.	“século XIX”	Império
Machado de Almeida, 2010.	1850-1889	Império
Rocha de Almeida, 2010.	“século XIX”	Império
Cordeiro, 2008.	1870-1929	Transição do Império para a República
Neto, 2015.	1856-1926	Transição do Império para a República
Mesquita, 2013.	1948-1973	Brasil Republicano
Advíncula, 2009.	1910-1926	Brasil Republicano
Peixoto, 2015.	1932-1942	Brasil Republicano
Souza, 2013.	1950-1958	Brasil Republicano

Fonte: elaboração do autor

O Quadro 2 está composto por 4 pesquisas que cronologicamente contemplam o Brasil Republicano; 2 que abordam o período de transição do Império para a República; 3 pesquisas focadas no período imperial, 1 que se enquadra no Brasil Colonial e 2 que abrangem a transição da Colônia para o Império. A classificação proposta indica um predomínio de pesquisas sobre a História do abastecimento de água na República, e, no sentido oposto, indica a baixa representatividade do período colonial no conjunto da amostra.

Tedeschi foi à única historiadora do grupo analisado que desenvolveu uma pesquisa cronologicamente centrada no Brasil Colonial. Pela leitura da sua dissertação, sabemos que o abastecimento de água era um assunto importante para a Câmara Municipal de Mariana, e sabemos também que o controle das “águas urbanas” gerou conflitos de interesses particulares que demandaram a intervenção do poder público.

A elevada importância alcançada pela cidade de Mariana no conjunto de núcleos urbanos formados durante o ciclo da mineração do século XVIII nos impede de generalizar os fatos pesquisados por Tedeschi para outras cidades do Brasil Colonial. No entanto, a pesquisa de Barreto (2005) sobre o abastecimento de água em Cuiabá na transição da Colônia para o Império nos permite identificar semelhanças e diferenças entre as duas cidades. A principal semelhança diz respeito ao interesse das Câmaras Municipais pela construção e conservação de bicas, fontes e

chafarizes – fato apontado pelas duas historiadoras. E a diferença mais expressiva incide no fato de que as duas cidades apresentaram temporalidades distintas no desenvolvimento das redes hidráulicas: Mariana realizou obras hidráulicas de grande porte no final do século XVIII e Cuiabá, por sua vez, protelou a execução de obras desse gênero para o século XIX.

Cronologicamente, a dissertação de Barreto (2005) se enquadra como uma pesquisa que contempla o abastecimento de água durante a transição da Colônia para o Império. E o mesmo enquadramento se aplica à dissertação de Diniz (2014). No entanto, importa ressaltarmos que Diniz trabalha com duas espacialidades e temporalidades distintas: uma parte da sua pesquisa trata do uso das águas na cidade de Aracati (CE) no período entre 1808 e 1841; e outra trata do uso das águas em Lüderitz (atual Namíbia)¹³ no período entre 1884 e 1914. Sem desconsiderar o exercício de comparação histórica construído na dissertação, destacamos dois elementos da abordagem desenvolvida por Diniz que dizem respeito à cidade de Aracati. São eles: (i) a preocupação das autoridades públicas com a oferta de água potável em Aracati, e (ii) o interesse de particulares (nacionais e estrangeiros) pela exploração comercial das águas.

Do conjunto de 12 trabalhos elencados no Quadro 2, as pesquisas de Machado de Almeida e Klauck são as únicas que se enquadram dentro dos limites cronológicos do Império (1822-1889). Os dois autores investigaram cidades com aspectos demográficos, econômicos e políticos distintos: Machado de Almeida concentrou-se no Rio de Janeiro, capital do Império; e Klauck, por sua vez, concentrou-se na cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital da então Província de Santa Catarina. As diferenças de ordem natural entre os dois sítios urbanos (topografia e hidrografia) e a desproporcionalidade demográfica e econômica impedem uma comparação focada exclusivamente nos sistemas de abastecimento de água. Contudo, as duas dissertações apontam semelhanças entre o uso das águas nas cidades imperiais do Rio de Janeiro e de Nossa Senhora do Desterro. A primeira semelhança é a atuação do poder público no planejamento e execução de obras hidráulicas. O abastecimento de água era assunto de interesse público nas duas localidades, no entanto, a ideia de universalização do acesso à água potável não estava no horizonte de expectativa das municipalidades. A necessidade de ampliar a oferta do líquido era um assunto secundário e as autoridades políticas dedicavam maior atenção para questões como a manutenção da ordem social nas bicas, fontes e chafarizes e para o custo das obras hidráulicas voltadas para o abastecimento público. A segunda semelhança que observamos nessas duas cidades imperiais diz respeito ao transporte da água feito por escravos ou por comerciantes, os chamados aguadeiros. Isto nos permite afirmar que nas duas cidades coexistiam práticas antigas de captação e transporte de água e práticas modernas materializadas no fornecimento de água encanada mediante o pagamento pelo serviço.

Para o período de transição do Império para República, o Quadro 2 apresenta duas pesquisas que tratam do abastecimento de água, sendo uma delas focada na cidade de Curitiba (CORDEIRO, 2008) e outra focada na cidade de Fortaleza (NETO, 2015). Cronologicamente, a transição do Império para a República é reconhecidamente um período de expansão da rede urbana no Brasil. Dentro deste período podemos inserir a Primeira República e todo imaginário que ela produziu a respeito de um Brasil que pretendia ser moderno e convivia com problemas herdados do passado imperial (LESSA, 1988; CARVALHO, 1987, 2004). Sinais deste imaginário podem ser observados nas dissertações de Cordeiro e Neto. Nas duas pesquisas, a discussão sobre o abastecimento de água é permeada pela preocupação higienista e pela ideia de controle sobre os elementos naturais que influenciavam na salubridade urbana. No caso de Fortaleza, a sua condição de cidade portuária cercada por córregos e pântanos demandava, além de obras para ampliar a oferta de água potável, obras para eliminar as águas estagnadas e conter a força das chuvas. No caso de Curitiba, acreditava-se que o clima natural da cidade era saudável, mas havia uma

¹³ Lüderitz foi uma importante cidade portuária criada pelos alemães na então *Deutsche Südwest-Africa*. A cidade permaneceu sob controle dos alemães até o final da Primeira Guerra Mundial. Atualmente ela é parte da Namíbia.

crescente preocupação com a concentração demográfica estimulada pela imigração e com os problemas sanitários decorrentes da precariedade no abastecimento de água. Separadas por uma distância geográfica de aproximadamente 3.470 km, Curitiba e Fortaleza aspiravam à modernidade urbana, e no decorrer da década de 1920, ambas promoveram grandes obras de urbanização e ampliaram o fornecimento de água potável.

Dentro do enquadramento cronológico adotado nesta seção do artigo, quatro textos selecionados abordam o abastecimento de água na República, sendo que dois contemplam as primeiras décadas do regime republicano e dois contemplam o período pós-1945.

Sem a pretensão de condicionar nosso estudo aos marcos cronológicos habitualmente usados pela historiografia do Brasil republicano, consideramos pertinente abordar, ainda que de forma sucinta, o quadro histórico da Primeira República e a chamada “era Vargas”. Cabe a ressalva de que se trata de uma abordagem superficial e feita para subsidiar a compreensão das pesquisas realizadas por Advíncula (2009) e Peixoto (2015), ambas selecionadas pela nossa *prospecção bibliográfica*.

Existe um consenso de que a Primeira República foi um período de expressivo crescimento urbano, sobretudo no Rio de Janeiro e nas capitais estaduais. Autores como Kropf (1996) e Herschmann e Pereira (1994), dentre outros, ressaltam que o regime republicano fez da urbanização uma das suas prioridades. Considerando esse consenso, é surpreendente que nossa *prospecção bibliográfica* tenha localizado somente uma pesquisa que se enquadra nos marcos temporais da Primeira República. Essa pesquisa foi realizada por Advíncula (2009) e aborda as obras de saneamento na cidade Parahyba do Norte (atual João Pessoa) entre 1901 e 1926. A autora explorou as relações entre a salubridade urbana, oferta de água potável e redes de esgoto e dedicou uma atenção especial ao discurso higienista que concebia a cidade como corpo que necessitava de higiene. Na sua dissertação, Advíncula tratou da participação do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito no processo de modernização do saneamento na capital da Paraíba e assegurou um merecido lugar para o patrono da engenharia sanitária brasileira na historiografia do abastecimento de água no Brasil.¹⁴

Quando a Primeira República chegou ao seu término, iniciou-se um processo de gradual centralização do poder político no âmbito da União Federal. O processo foi marcado, de um lado, pela projeção e pelo autoritarismo de Vargas na liderança nacional, e, do outro, pelo abandono do federalismo e pela gradual ampliação do poder público federal (PANDOLFI, 2007; LEOPOLDI, 2007; CAPELATO, 2007). No âmbito do saneamento, a centralização política promovida pelo governo Vargas resultou na ampliação dos investimentos federais para o abastecimento de água – fato que nos leva ao encontro do tema da dissertação de Peixoto (2015) que trata de uma das obras promovidas pela Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS).

A obra investigada por Peixoto foi realizada no interior do Ceará, na comunidade de Feiticeiro (atual município de Jaguaribe). Nessa localidade, durante a seca de 1932, iniciou-se a construção do Açude Joaquim Távora – obra concluída em setembro de 1933. A partir da história de uma obra de enfrentamento da seca, Peixoto abordou temas como as precárias condições de vida dos retirantes, o agravamento das tensões sociais no sertão cearense e a atuação da IFOCS na condução dos trabalhos de construção do açude. A pesquisa realizada por Peixoto sobre a construção do Açude Joaquim Távora na pequena comunidade de Feiticeiro oferece ao leitor pistas para o que podemos chamar de historiografia das secas no Nordeste.¹⁵

¹⁴ Francisco Saturnino Rodrigues de Brito formou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886. Na condição de engenheiro, ele elaborou projetos de saneamento para 53 cidades brasileiras, dentre as quais estavam centros urbanos de expressiva importância econômica, como Recife, Santos, Campos de Goytacazes, Vitória, Rio Grande e Pelotas, dentre outros (RÜCKERT, 2017).

¹⁵ Uma historiografia da seca no Nordeste precisará um dia ser escrita. No decorrer das últimas, os historiadores produziram diversas pesquisas sobre o fenômeno da seca e sobre os seus impactos na sociedade nordestina. No entanto, existe a necessidade de uma síntese sobre estes estudos que geralmente abordam o fenômeno a partir de microescalas

O uso de uma importante obra hidráulica como eixo central para pesquisa histórica é um aspecto em comum entre a dissertação de Peixoto e a dissertação de Souza (2013) que trata do abastecimento de água na cidade de Campina Grande (Paraíba). Souza desenvolveu uma pesquisa sobre a construção do Açude de Boqueirão de Cabaceiras, realizada no período entre 1950 e 1958. Mais do que uma obra hidráulica necessária para ampliar a oferta de água potável, o Açude de Boqueirão de Cabaceiras foi representado no discurso de autoridades políticas e sanitárias como uma modernização urbana que se efetivou a partir da cooperação entre a municipalidade, o Estado da Paraíba e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).¹⁶

Das quatro dissertações que abordam o abastecimento de água no Brasil no período republicano, o texto de Mesquita (2013), sobre o saneamento em Belo Horizonte, entre 1948 e 1973, é o que mais avança no seu recorte cronológico. Nele, o autor trata do abastecimento de água na capital de Minas Gerais, mas não faz deste o tema principal da sua investigação. O interesse maior de Mesquita incide nas relações entre sociedade e o ambiente natural num contexto de desenvolvimentismo e metropolização.

Considerações finais

A *prospecção bibliográfica* sobre a história do abastecimento de água no Brasil apresentada neste estudo não abrange a totalidade do conhecimento histórico produzido nas Universidades a respeito do uso das águas para consumo humano. Intencionalmente, excluímos da nossa análise pesquisas procedentes de áreas que tradicionalmente investigam questões relacionadas ao abastecimento de água, como é o caso da Geografia, do Urbanismo, da Engenharia Sanitária e da Limnologia, dentre outras. O foco da *prospecção bibliográfica* foi direcionado para a História, e, mais especificamente, para as dissertações e teses procedentes de Programas de Pós-Graduação em História. Isto significa dizer que o conhecimento histórico sobre o abastecimento de água materializado na forma de artigos, capítulos de livros e monografias de Graduação ou Especialização não foi contemplado.

Condicionada aos critérios de inclusão e exclusão supramencionados, a *prospecção bibliográfica* resultou no conjunto de 10 dissertações e 2 teses produzidas entre 2005 e 2018. Deste conjunto, destacamos os seguintes elementos: (1) ênfase na atuação das municipalidades na implantação e expansão de sistemas de abastecimento de água; (2) experiências de cooperação entre as diferentes esferas do poder público; (3) ocorrência de conflitos entre interesses públicos e privados; (4) diversidade no uso de fontes documentais consultadas; (5) o uso de cidades como escalas espaciais de análise, com o predomínio para as cidades de grande porte; (6) relações entre urbanização, salubridade e abastecimento de água; (7) valorização das percepções sociais a respeito da eficiência – ou ineficiência – do serviço; (8) a coexistência de sistemas modernos de captação e distribuição com práticas antigas como a comércio de água em pipas e o uso de cisternas; (9) a disparidade na procedência regional das dissertações e teses; e (10) a inexistência de pesquisas sobre a história do abastecimento de água nas décadas finais do século XX.

Pensando na possibilidade de expansão das pesquisas, dentre os aspectos elencados acima, acreditamos que o item (10) demanda uma atenção especial. Como demonstramos no decorrer do artigo, a participação do governo nacional na promoção do abastecimento de água foi gradualmente ampliada durante o regime republicano. Parte desta ampliação foi contemplada pelo conjunto de dissertações e teses que analisamos. No entanto, o período mais intenso de atuação da União Federal no abastecimento de água, que corresponde ao hiato de tempo entre a implantação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em 1971, e a sua finalização, em 1986,

espaciais e de recortes cronológicos de pouca abrangência. Uma historiografia deste tipo precisará dialogar com autores como Albuquerque Júnior (1988), Rios (2001), Chaves (1995), Neves (2000) e Villa (2000), dentre outros.

¹⁶ Segundo Rezende e Heller (2002, p. 189), o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) foi criado em 1945 a partir de uma reformulação da antiga Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS).

ainda não foi pesquisado pelos historiadores. Neste sentido, identificamos a existência de uma lacuna na historiografia do abastecimento de água no Brasil. Outra lacuna observada diz respeito ao estudo do patrimônio hidráulico brasileiro – tema que aparece de forma muito superficial no conjunto de dissertações e teses consultadas.

A identificação de lacunas e a incompletude do saber histórico sobre o abastecimento de água no Brasil não impede o reconhecimento de que existe uma tendência de crescimento do tema no âmbito da historiografia brasileira. E esperamos que a *prospecção bibliográfica* apresentada neste artigo possa contribuir para a continuidade deste crescimento.

Referências

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. *Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade de Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de astúcia e angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, SP, 1988.

BARRETO, Neila Maria Souza. *Água: gota da vida. Abastecimento e uso no Espaço Urbano de Cuiabá (1790-1886)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. Saneamento Básico: competências constitucionais da União, Estados e Municípios. *Revista de Informação Legislativa*, v. 38, n. 153, p. 255-270, jan./mar. 2002.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge. (Orgs). *O Brasil Republicano*, V. II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-145.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

CHAVES, José Olivenor Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CORDEIRO, Lorena de Pauli. *Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DINIZ, José Nilo Bezerra. *Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.). *A invenção do Brasil Moderno*.

- Medicina, educação e engenharia no Brasil dos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- KLAUCK, Aline Gabriela. *Água, fontes e aguadeiros: o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (século XIX)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- KROPF, Simone. Sonhos da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice (Orgs.). *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 69-155.
- LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari. *Serviços Públicos de Saneamento Básico e Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Almedina, 2016.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O Brasil Republicano V. II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 241-287.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro. Vértice. 1988.
- MACHADO DE ALMEIDA, Gilmar. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MESQUITA, Yuri Mello. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- NETO, Emy Falcão Maia. *Cartografias da água: territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 – 1926)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- NEVES, Frederico de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano V. II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-39.
- PEIXOTO, Aline Teixeira. *Do “fabuloso” à “realidade”: a comunidade de Feiticeiro no Ceará (1932-1942)*. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2015.
- PEIXOTO, João Batista. *O barulho da água: os municípios e a gestão dos serviços de saneamento*. São Paulo: Água e Vida, 1994.
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 92. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2011.
- REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *Saneamento no Brasil. Políticas e Interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RIOS, Kênia S. *Campos de Concentração: Isolamento e Poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.
- ROCHA DE ALMEIDA, Conceição Maria. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza*

e cultura material no século XIX. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, 2010.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Saturnino de Brito e a *modernização do abastecimento de água* no Rio Grande do Sul da Primeira República. *Estudios Históricos*, Año IX, n. 18, p. 1-34, Jul.-Dic. 2017.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidades das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SILVA, Edson. *Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina – BA, 1955-1959)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2015.

SOUZA, Fabiano Badú de. *Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2013.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, 2011.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. SP: Ática, 2000.

Nota de autoria

Fabiano Quadros Rückert é Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Tem Licenciatura Plena e Mestrado em História também pela UNISINOS, tendo realizado intercâmbio na Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires e na Universidad de Jaén – España. É Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Desenvolve pesquisas no campo da História Urbana e da História Ambiental. E-mail: fabiano.ruckert@ufms.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O abastecimento de água no Brasil: uma prospecção bibliográfica no âmbito da historiografia. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 280-295, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Pesquisa realizada com auxílio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 06/07/2020.


Modificações solicitadas em 17/09/2020.

Aprovado em 15/10/2020.

“A coisa está ficando feia”: o consumo da carne de baleia no Brasil entre a História e Antropologia (1960-1963)

“Things are getting ugly”: The whale meat consumption in Brazil between History and Anthropology (1960-1963)

Fernando Cauduro Pureza

 <https://orcid.org/0000-0001-6363-0753>
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O presente artigo procura situar a entrada da carne de baleia no mercado brasileiro entre 1960 e 1963. Inicialmente favorecida pela ideia de “novidade”, o produto rapidamente caiu no “desgosto popular” e se tornou símbolo da carestia e da escassez de alimentos no período. Assim, a partir de interpretações relacionando História Social e Antropologia do Consumo, o que pretende se mostrar aqui é que as explicações para a rejeição da carne de baleia como forma complementar da dieta das classes populares passam pelo reconhecimento das suas experiências e dos valores que construíram sobre a alimentação. Dessa forma, nem os tabus alimentares instituídos e nem a mimetização do consumo das classes dominantes devem ser tomados como absolutos na tentativa de explicar porque a baleia não entrou nos lares brasileiros.

Palavras-chave: Alimentação. Consumo. Classes populares. Carne de baleia.

Abstract: The following paper intends to localize the entrance of whale meat in the Brazilian market between 1960 and 1963. In the beginning, favored by the idea of “novelty”, this product quickly fell under the “popular untaste” and became a symbol for scarcity and lack of food during the period. Therefore, from interpretations relating Social History and Anthropology of Consumption, what we intend to show here is that explanations for the rejection of whale meat as a manner of complement for the diet of the popular classes, passes through the acknowledgement of their experiences and values built over the nourishment. Therefore, neither the constituted food taboos and neither the emulation of ruling classes consumption should be taken as absolute facts while we are trying to explain why the whales did not enter Brazilian homes.

Keywords: Food. Consumption. Popular classes. Whale meat.

Introdução – a coisa vai ficando feia

Em fevereiro de 1962, o jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, anunciava um novo samba que faria sucesso nas rádios e blocos do desfile de carnaval daquele ano. *Carne de baleia*, composto por Max Nunes e Afonso Brandão, com interpretação de Marina Miranda, virou uma espécie de “hit” da época, com um singelo refrão “A coisa tá piorando / Tá ficando muito feia / Já estou comendo / Carne de baleia”¹. A música, como fica evidente pelo refrão, tratava do fato de que a carne de baleia estava chegando ao Brasil, servindo para abastecer grandes capitais em meio ao contexto de carestia generalizada da época. Trata-se de um dos poucos registros da música popular acerca do cetáceo, referenciando uma prática que até então era lembrada somente pelas memórias individuais ou familiares e, eventualmente, nas páginas dos jornais da época.

Para fins deste artigo, contudo, não se trata de analisar os pormenores da entrada da carne



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ O pesquisador Cesar Gravier coleta músicas de carnavais e encontrou “Carne de Baleia” ao fazer um apanhado sobre as músicas do carnaval de 1962. Para a letra completa, ver: http://cesargravier.zip.net/arch2016-03-13_2016-03-19.html. Acesso em: 01 ago. 2020.

de baleia na dieta alimentar brasileira (que supostamente antecede o período aqui citado), mas sim a sua subsequente saída. Ou, melhor dizendo, tentar responder uma simples pergunta: por que, afinal de contas, a baleia não foi uma solução para resolver o problema da carestia, tal como esperava o poder público na época? Em linhas gerais, pode se dizer que essa foi uma iniciativa combinada entre mercado e Estado para trazer um novo elemento ao prato dos brasileiros, pensada como uma forma de suprir a necessidade de carne vermelha e reduzir os efeitos da carestia. Propagandas elaboradas, estratégias políticas delineadas... tão logo o alimento chegou, era apenas questão de tempo para que a carne desse mamífero marítimo, por sua própria coloração avermelhada e sabor semelhante ao de carne de gado, fosse incorporado no dia a dia de milhões de brasileiros. Mas não foi isso que aconteceu.

É possível argumentar que houve diversos fatores incidindo contra o consumo de carne de baleia. Mas do ponto de vista da antropologia do consumo, creio que o problema central é menos pensar na multiplicidade desses fatores e sim atentar para algo que escapava aos economistas, nutricionistas e políticos da época: como construir efetivamente um hábito alimentar? O olhar do historiador para a questão é inevitavelmente dotado de uma aura *post facto* – afinal, invariavelmente se sabe que a baleia não foi incorporada na dieta alimentar de praticamente nenhuma parte do Brasil nos dias de hoje. Mas o olhar do antropólogo, mais do que lidar com a expectativa dos promotores do consumo de carne de baleia ou com o fatalismo do historiador, acaba dependendo de uma perspectiva voltada justamente para os sentidos do consumo. E é nesse sentido que este ensaio pretende constituir uma reflexão sobre os limites de pensamentos naturalistas e economicistas acerca do consumo, transitando entre História e Antropologia.

A baleia e seu contexto

A entrada da baleia no mercado brasileiro é, em última instância, uma história de fracasso. O mamífero nunca foi um protagonista na dieta alimentar brasileira, apesar da caça ao animal ter sido frequente ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX (EDMUNDSON; HART, 2014)². Hábito alimentar comum e apreciado no Japão, na Europa ele sempre foi visto como algo relacionado a períodos de escassez e carestia em países nórdicos – a baleia, por sua carne gordurosa, era uma fonte proteica adequada aos países frios, sendo que a Noruega parece ter sido uma das principais consumidoras da carne no século XX (OSLUND, 2004). Ainda assim, em 1958, o governo de Juscelino Kubitschek deu início a uma parceria com a Taiyo Fishing Company, conglomerado japonês que se valeu da *joint venture* Companhia Pescados Oceania. Nessa parceria, era concedido ao conglomerado permissão para que utilizassem as águas brasileiras para a caça de baleias e pesca de atum e demais peixes. A caça às baleias promovida por empresas japonesas em águas brasileiras já era uma realidade em Costinha, na Paraíba, desde 1957. A Nippon Reizo Kabushiki Kaisha se instalara na região e promovia, no porto de Cabedelo, uma pesca que já existia de forma rudimentar desde 1911 pelas mãos da Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA) (KISHIWADA, 2007, p. 3-4). Todavia, a caça às baleias até então era voltada para dois grandes mercados: o próprio Japão (incluindo pretensões de abastecer a comunidade japonesa residente no Brasil) e a França (especialmente para a exportação de barbatanas).

A Taiyo Fishing Company, por sua vez, instalou-se na região sudeste, no Arraial do Cabo, em Cabo Frio-RJ, no ano de 1960. A região tinha sido foco de pesca de alto mar até o século XIX e contava ainda com uma estrutura para tanto. Todavia, o contrato firmado com o governo brasileiro, na sua segunda cláusula, deixava claro que a Taiyo vinha para o Brasil com um propósito bastante dirigido: adentrar no mercado consumidor nacional. Segundo consta no texto da concessão de

² De fato, a caça à baleia é um elemento curiosamente imbricado nas narrativas acerca da formação do capitalismo. A utilização de óleos e farinhas derivadas dos cetáceos alimentava uma série de indústrias e algumas das mais famosas prosas literárias identificadas com a ascensão do capitalismo histórico estão ligadas à essa prática – a dizer, Moby Dick e Robinson Crusóé.

pesca, a produção da carne de baleia teria como objetivo o “abastecimento do povo brasileiro com a carne de baleia e demais produtos fabricados”³. É difícil, contudo, saber ao certo se tal iniciativa fora promovida pelos executivos japoneses ou pelos membros do governo Kubitschek. Ainda assim, a Taiyo parece ter compreendido que sua árdua tarefa exigia esforços de grande monta e trouxe, então, dois navios baleeiros e um navio de transporte frigorífico.

William Edmundson e Ian Hart, ao analisarem a trajetória da Taiyo no Brasil, acreditam que a empresa deixou-se seduzir pela possibilidade de abastecer aquela que seria a maior comunidade japonesa fora do Japão, a maioria deles concentrados no estado de São Paulo. Dessa forma, o investimento financeiro da empresa compensaria pois teria, dentre os *nikkei*, consumidores garantidos para seus produtos (2014, p. 168). Todavia, os autores também reconhecem que o conglomerado investiu pesadamente em publicidade na época. No começo de julho de 1960, quando finalmente dera início às suas atividades baleeiras, a Taiyo convidou o jornalista Neil Ferreira, da *Folha de São Paulo*, para fazer uma longa matéria sobre a pesca do animal em Cabo Frio, na Praia dos Anjos. A reportagem de seis páginas, ilustrada com fotos, foi acompanhada de inúmeros cartazes e charges publicitárias no jornal enfatizando não apenas as vantagens nutricionais da carne de baleia como também promovendo receitas, tais como “bife à milanesa”⁴ e “espetinhos”. A baleia, nesse sentido, era tratada como carne de gado, numa tentativa de torná-la mais palatável para o público brasileiro.

Nos primeiros meses, de fato, a baleia foi um sucesso. Apresentada como uma novidade nutritiva, médicos e nutricionistas anunciavam que a carne do animal era igual a carne de boi⁵. No Rio de Janeiro, o jornal *Última Hora* anunciava a primeira leva de carne de baleia dizendo que os cariocas agora comeriam “bifes bossa nova”, numa clara alusão à novidade⁶. De fato, no primeiro mês de caça, a demanda superou a produção e os mercados estavam vendendo a carne de baleia em preço semelhante ao da carne de gado. Isso certamente deve ter motivado os empresários japoneses que contrataram caminhões frigoríficos, levando a carne do animal para capitais como São Paulo e Porto Alegre. Todavia, em pouco tempo a demanda despencou, o que indica que, de fato, o que motivara a procura pelo alimento foi apenas a sensação de “novidade” e, em pouco tempo, o preço do quilo da carne de baleia chegou à metade do preço da carne de gado nos açougues das grandes cidades. À medida que o preço caiu, seria de se pressupor que a carne daquele mamífero aquático poderia ser um substituto proteico para os mais pobres, o que era divulgado inclusive pela própria Taiyo, que anunciava seu produto ainda mais barato para abastecer “hospitais, escolas, quartéis, internatos, açougues e público em geral”⁷.

Todavia, se a esperança residia nos mais pobres, tanto o conglomerado japonês quanto o governo brasileiro viram-se diante de um dado surpreendente. A carne de baleia seguia “encalhada” nos frigoríficos e açougues. A carne de gado, com seus preços cada vez mais altos, fazia parte da dieta alimentar das classes populares – mesmo que os cortes nem sempre fossem os mais apreciados ou os mais nobres. Na falta de carne de gado, ao invés de recorrerem a denominadores mais baratos num cálculo racional e individual, o que se apresentou foi algo distinto: por iniciativas de setores populares e das classes médias, ao invés de aderirem a uma nova dieta alimentar, passaram a fazer “greves anti-fome” para derrubar o preço da carne de gado⁸. Tais ações de boicote e mobilização indicam, por sua vez, que o consumidor razoável que colocava o preço acima do seu benefício preferia armar-se coletivamente em prol da carne bovina do que simplesmente trocar um

³ *Diário Oficial da União*. 20 de junho de 1960, seção 1, parte 1, página 9291.

⁴ É difícil mapear o anedotário popular sobre a carne de baleia, mas convém ressaltar que numa informal conversa com meu pai, ele confessou que já havia comido carne de baleia e que minha avó preparava os bifes à milanesa. Quando indagado sobre o gosto, meu pai recorreu a uma máxima de alguma sabedoria: “nada que seja à milanesa é ruim, né?”. É possível que os publicitários a serviço da Taiyo Fishing Company compartilhassem dessa premissa.

⁵ “A carne de baleia é igual a de boi”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 26 de julho de 1960, p. 2.

⁶ “Baleia já está aí: carioca vai comer bifes ‘bossa nova’”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1960, p. 2.

⁷ “Propaganda da Taiyo Fishing Company”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1962.

⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, agosto de 1960, p. 71.

elemento de sua dieta.

Há diversos outros casos na história que indicam que essa figura do consumidor dotado de uma razão que pondera custo e benefício de forma aritmética é uma construção social e discursiva e que nem sempre encontra amparo na realidade. E.P. Thompson, por exemplo, ao tratar da questão da exploração durante a Revolução Industrial na Inglaterra, mapeia que um dos resultados comuns era de que os operários, quando recebiam seu pagamento, gastavam nos melhores cortes de carne, mas que no final do mês, já não tinham o suficiente nem para os miúdos. Tanto pior: a percepção geral da piora das condições de vida dos operários urbanos era justamente que agora eles estavam substituindo o trigo, que retomava os tempos da abundância camponesa, pelo consumo de batatas, considerada um tubérculo pouco nutritivo por muitos deles (THOMPSON, 1988, p. 36-37). Ter que mudar os produtos de uma dieta por contenção econômica parece algo mais complexo do que fazem parecer economistas e estatísticos que elaboram engenharias com o orçamento doméstico sem considerar, por sua vez, quais os valores que os sujeitos constituem acerca da sua “capacidade de reprodução da força de trabalho”. No caso, se havia a expectativa de que a carne de baleia substituísse a carne de gado, isso não ocorreu. E, conforme a euforia inicial passou, a rejeição ao cetáceo foi ficando mais evidente.

De fato, um dos episódios mais marcantes da rejeição à carne de baleia foi uma greve de fome ocorrida alguns meses depois da sua introdução no mercado. Uma greve de fome, convém ressaltar, organizada por estudantes da Escola Técnica Nacional, contrários a substituição feita na dieta alimentar do refeitório da escola⁹. Como se sabe, a baixa procura pelo produto fez a empresa investir em publicidade para escolas, hospitais, sanatórios e quartéis, pressupondo que justamente em lugares onde o aparato disciplinar fosse rígido o suficiente, o hábito da carne de baleia seria constituído com maior facilidade. Mas a greve de fome dos alunos é um indicativo de que essa rejeição não seria resolvida por meio dos mecanismos disciplinares tradicionais. Ainda assim, a Taiyo seguiu seus esforços em propaganda, tentando contar com a ajuda do governo de Jânio Quadros. Em 22 de julho de 1961, diante do XXIV Congresso Nacional de Estudantes, a ser realizado no estádio de Caio Martins, em Niterói, a Taiyo tentou mais uma cartada em termos de publicidade: a empresa ofereceu a todos os estudantes um farto churrasco feito com carne de baleia¹⁰. Contudo, tais iniciativas não conseguiam dar conta de textos irônicos, charges, crônicas e demais elementos nos periódicos que depreciavam o alimento. Para além disso, o ano de 1962 havia sido bastante prejudicial para a Taiyo Fishing Company: para além da marchinha de Max Nunes e Afonso Brandão no carnaval, a empresa enfrentou dura greve em julho daquele ano, procurando reprimir as manifestações paredistas e acumulando processos trabalhistas. Em 1963 a empresa viu-se obrigada a terminar suas operações diante de uma demanda baixa pela carne e uma consequente luta operária que exigia aumento de 100% do salário para poder lidar com a alta inflacionária da época.

A história do fracasso da Taiyo pode ser contada, segundo Edmundson e Hart, por uma série de “faltas”. Teria “faltado” ao consumidor brasileiro adquirir o gosto pela iguaria baleeira, tão valorizada pela culinária japonesa; teria “faltado” ao operário brasileiro maior tolerância para com os métodos empresariais do conglomerado nipônico; teria “faltado” uma atuação mais próxima do poder político para com a atividade pesqueira, blindando-a dos discursos nacionalistas da época. Todas essas “faltas”, contudo, demonstram o risco que a Taiyo corria ao aderir ao plano de abastecer o Brasil com carne de baleia. E convém destacar, ainda assim, que se tratava de um período de carestia, onde os salários eram engolidos pela alta de preços e por um custo de vida que se mantinha alto. O mercado brasileiro recebia, portanto, a oferta de uma nova mercadoria que poderia solucionar parte de seus problemas, se ao menos ele tivesse adentrado na dieta nacional. De fato, alguma espécie de consenso parece ter sido fabricado para acreditar que a carne de baleia

⁹ “Carne de baleia provocou greve”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1960, p. 3.

¹⁰ “Churrasco de baleia”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1961, p. 8.

era realmente a solução para os problemas da carestia.

Uma racionalidade mais utilitarista poderia, por exemplo, poderia indicar que o consumo do cetáceo aliviaria a pressão sobre o preço da carne de gado e, portanto, a função da carne de baleia seria basicamente a sua capacidade de baixar os preços da alimentação. Contudo, o que a imprensa indicava é que para os nutricionistas e médicos consultados, a carne possuía a vantagem de ser altamente calórica, o que poderia solucionar déficits nutricionais da população¹¹ – no que convém ressaltar, isso tinha impactos também nas concepções econômicas, tendo em vista que a política salarial no Brasil foi amparada em cálculos estatísticos acerca das calorias ingeridas pelos trabalhadores (OLIVEIRA, 2006, p. 36-38). Mas para além do utilitarismo de ordem economicista ou da obsessão estatística com as calorias, o fato é que os consumidores não aderiram à carne de baleia senão em seus primeiros meses. Passado o furor com a novidade, rejeitaram abertamente o novo produto e a carestia seguiu sendo um problema do cotidiano das classes populares brasileiras.

A pergunta que norteia este pequeno ensaio, então, é simples: afinal, por que, a despeito de haver duas racionalidades que balizavam a opção pela carne de baleia como uma “escolha racional”, os consumidores agiram, por assim dizer, “irracionalmente”? Nesse ponto, é importante deixar a investigação histórica em suspenso e propor, a partir de uma leitura acerca de Mary Douglas, Marshall Sahlins e Edward Thompson, uma reflexão sobre a “irracionalidade” daqueles que não aderiram ao cetáceo.

Irracionalidades eletivas

O uso do termo “irracionalidade” aqui não é mero emprego retórico. Para uma reflexão baseada na economia política, a razão poderia ser uma faculdade humana objetivada em números, quantificada em termos de precificação das mercadorias. Assim, se o preço do produto consumido estivesse maior do que o rendimento individual ou familiar poderia arcar, seria apenas lógico que, visando a poupança, o consumidor mudasse seu hábito. Segundo Mary Douglas e Baron Isherwood, essa disposição em enxergar o consumo como “opção feita de maneira racional” encontra-se na obra de Milton Friedman, *A theory of the consumption function* (1957). No âmago dessa teoria, Friedman procurou demonstrar que tanto renda quanto consumo são elementos “permanentes”, como formas de orientação para os atos dos consumidores. Dessa maneira, o ato de poupar e a prudência econômica para com a renda torna-se comum em populações mais dependentes do capital humano (como fica evidente nas distinções entre fazendeiros ou não-fazendeiros, ou entre brancos e negros). Contudo, Douglas e Isherwood contestam essa posição afirmando que a teoria de Friedman “não pode explicar as atitudes de falta de parcimônia, de ‘deixarmos que o amanhã tome conta de si’ dos trabalhadores, bebendo sua renda transitória em cerveja, para desespero dos assistentes sociais” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 96). Não caberia retomar aqui a discussão do consumo conspícuo nas classes populares, mas é digno de nota que a crítica dos antropólogos ao modelo de Friedman pode permitir uma importante aproximação sobre a questão da carne de baleia¹². A ideia de uma lógica permanente e racional

¹¹ Em artigo de novembro de 1961 no jornal *O Estado de São Paulo*, a colunista Irma Fioravanti afirmava que “se os pobres souberem que a carne de baleia é tão nutritiva quanto a de gado, vão optar pela primeira, pois é muito mais barata e pouparão dinheiro”. Aqui ela combinava tanto uma racionalidade utilitarista, preocupada com o preço da carne de gado, quanto a valorização dos aspectos nutricionais da carne de baleia. Ver: “A cozinha e a saúde”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 de novembro de 1961, p. 22.

¹² Há uma vasta literatura na sociologia e na história que apontam os limites de certas teorizações justamente demonstrando como a suposta “irracionalidade” do consumo conspícuo é, na verdade, baseada em formas de racionalidade que não aquelas da economia política. Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes identificou um comportamento de consumo conspícuo e pouco inclinado à poupança, que condenava a moderação alimentar. (FERNANDES, 2008, p. 187) Argumento semelhante, mas em contextos diferentes, podem ser visto em Thompson (1987) e Hoggart (1973), no que os operários se regalam a carne de qualidade e em abundância nos bons tempos e se sujeitam aos cortes menos nobres nas piores épocas, sem qualquer prudência com os gastos. Nesse caso, Douglas e Isherwood consideram que elementos de reciprocidade (como “pagar as bebidas”, ou “fazer churrasco para vizinhos”) são essenciais em uma série de dinâmicas locais sobre o consumo. Numa cultura de classe trabalhadora,

sobre gasto e poupança poderia mediar reflexões do poder público, pressupondo que a introdução de uma carne mais barata faria com que as classes populares, mais precarizadas e marginalizadas, optassem pela baleia. Isso reduziria a pressão na demanda da carne de gado e, por sua vez, essa também baixaria o preço.

Todavia, não foi isso que aconteceu. O preço (e toda a racionalidade em termos de consumo e poupança que o acompanha) não era razão suficiente para que os mais pobres consumissem a baleia e, nesse caso, temos de analisar outra ordem de impedimentos. Uma delas pode ser uma aversão que já era prevista pela própria Taiyo Fishing Company, já que durante o ano de 1960, os principais jornais do país foram bombardeados de publicidade acerca da carne de baleia, tudo à serviço da multinacional japonesa. Para “driblar” a rejeição, sabiam que além dos preços baixos, deveriam também exercitar um certo trabalho de convencimento, uma espécie de “educação alimentar” para tirar os preconceitos para com as baleias. Era preciso, em última instância, alterar os hábitos da população e fazê-la livrar-se de suas “peculiaridades” para que pudessem agir dentro de uma racionalidade econômica (preço mais barato) e nutricional (calorias necessárias para a subsistência). Se, nesse meio tempo, os consumidores fossem convencidos de que o sabor seria igual ao da carne de gado, tanto melhor. Algumas propagandas foram bastante bem sucedidas e contaram com políticos locais em sua defesa, alegando não haver qualquer diferença entre o filé mignon e o filé de baleia¹³. Segundo Hart e Edmundson, a campanha publicitária parece ter tido efeito e nos primeiros meses o alimento foi um sucesso de vendas. Mas tão logo passara o furor inicial, o consumo declinou, o que faz com que os autores considerem que o fator “novidade” foi o que impulsionou o consumo inicial. Assim, nem preço e nem publicidade deram conta de resolver o problema da rejeição à baleia no médio prazo.

Destaque em especial para a ideia de “novidade”, pois ele sugere duas ordens de problemas a serem analisados: o primeiro deles é que ainda que os ricos estivessem sugerindo o consumo da “novidade”, ela não parece ter sido emulada pelas classes populares, como seria previsível a partir de determinada teoria do consumo de ordem vebleniana¹⁴ – ou ao menos não foi na escala desejada pela companhia japonesa. A tentativa de demonstrar que as classes mais abastadas comiam a carne não gerou o efeito desejado e a demanda pela novidade ficou estagnada, ou até mesmo caiu nos meses seguintes a sua introdução.

O segundo problema, por sua vez, remete a uma possível hipótese de que a baleia representaria alguma espécie de tabu alimentar aos brasileiros, nos moldes analisados por Marshall Sahlins em seu ensaio “*La pensée bourgeoise, a sociedade ocidental enquanto cultura*” e que a novidade não teria sido suficiente para desconstruir esse tabu alimentar¹⁵. Essa hipótese esbarra no fato de que inicialmente houve, de fato, um breve período em que o consumo de carne de baleia foi registrado – um consumo, convém repetir, maior do que a produção do alimento nas águas de Cabo Frio. Seria no mínimo curioso que a baleia voltasse a se tornar um tabu depois de alguns meses de experimentação na dieta brasileira.

Acerca do primeiro problema, convém destacar que a ausência de um processo de

por exemplo, “o dinheiro excedente devia ser gasto de maneira apropriada, na festa pública, e não no deleite privado”. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 237).

¹³ Essa observação foi feita pelo vereador de Porto Alegre, Antônio Giúdice (PTB), em sessão da Câmara dos Vereadores da cidade em agosto de 1960. Ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VII, agosto de 1960, p. 119.

¹⁴ A teoria do consumo vebleniana pressupõe que as elites ociosas, ao estabelecerem sua identidade por meio do consumo, geram uma espécie de efeito cascata, no qual as classes populares passam a “emular” as elites – que, moto-contínuo, acaba por desenvolver novas formas de consumo para diferenciar-se dos populares. Para mais, ver VEBLEN, 1985b. Douglas e Isherwood consideram, por sua vez, que a ideia de emulação vebleniana encontra seus limites justamente na autonomia dos códigos e significados das classes populares, o que sugere a dificuldade de encontrar correspondência imediata entre os valores atribuídos às mercadorias.

¹⁵ O termo “tabu alimentar” é apresentado por Edmund Leach em seu ensaio “Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal”, referindo-se às proibições de carnes e lançando a hipótese de que eles estão ligados à linguagem e à nomenclatura que lhes é dada. Não cabe aqui percorrer essa hipótese, mas a ideia de que o tabu representa algum tipo de “profanação” (LEACH, 1983, p. 176-177) de normas tácitas (ou às vezes explícitas) parece encontrar relativa correspondência em alguns dos críticos da carne de baleia.

emulação específico ao consumo de carne de baleia estaria relacionada a um outro problema que é o padrão de comportamento que se poderia querer emular – no caso, aquele identificado com consumidores mais abastados. A carne chegou aos mercados brasileiros com certa aura de exotismo, mas ela não estava evidentemente vinculada ao *habitus* de um grupo dominante – ao contrário, por exemplo, do ato de comer fartamente carne de gado (ORLOVE, 1997, p. 243). Ao analisar a difusão dos tecidos ingleses na sociedade indiana dos séculos XVIII e XIX, C. A. Bayly argumentara que o processo de emulação da “novidade” têxtil pouco tinha a ver com a qualidade superior dos tecidos trazidos pelos ingleses no império Mughal, mas sim com as iniciativas das elites locais e regionais em emularem a posição de poder e prestígio dos próprios ingleses, o que por sua vez gerou uma verdadeira crise de legitimidade no poder de tais grupos (BAYLY, 2008, p. 377-378, p. 380-381). Todavia, a carne de baleia não possuía o mesmo prestígio. De fato, ao anunciar os bifes “Bossa Nova” em 14 de junho de 1960, o jornal *Última Hora* entrevistara Helena Sangirardi, jornalista e radialista especializada em culinária, que afirmava não ter provado a carne, mas que estava procurando receitas para a mesma. Todavia, a reportagem seguia a partir do momento que a entrevistada pegara seu dicionário *Larousse Gastronomique*, um compêndio enciclopédico de ingredientes e receitas da culinária francesa e transcrevia a leitura de Sangirardi: “a carne deste cetáceo constituía o principal alimento dos pobres da Idade Média. É das mais indigestas e continua dura, mesmo depois de cozinhar”, afirmando que a aparência se assemelhava a da carne de vaca, “mas longe de parecer no seu sabor”¹⁶.

Certamente não foi um dos mais promissores anúncios da carne de baleia e, para piorar, dito a partir das palavras de uma estudiosa sobre o tema. A reportagem tentou ainda consertar o depoimento, afirmando que “D. Helena sorriu e acrescentou que ainda assim vai experimentar”. Logo, a novidade da carne de baleia apresentava-se como produto exótico, é bem verdade, mas de um exotismo identificado à pobreza e à pauperização, o que possivelmente afastou os mais ricos dessa iguaria. Assim sendo, os processos de emulação no consumo da carne estariam fragilizados: se os ricos não comiam a baleia, por que deveriam os pobres comê-la? Disso se depreende que mesmo que aceitemos explicações sobre o comportamento dos consumidores por meio da ideia de emulação, parece bastante evidente que é fundamental olhar para o que é emulado. No caso da carne de baleia, se confiarmos no *Larousse Gastronomique* e no alcance de “D. Helena” no jornal, a única possibilidade de emulação colocada era a de reproduzir uma dieta dos pobres na Europa medieval.

Pode-se dizer, portanto, que a carne de baleia não atribuía prestígio algum aos seus consumidores da elite e o acesso à novidade beirava ao folclórico. Sem envolver um processo de emulação, a rejeição poderia ser explicada a partir da ideia de que não estava no horizonte dos pobres brasileiros “tornarem-se” pobres camponeses do feudalismo europeu. Tal leitura, contudo, pode recair em outro erro, que é o de considerar que o produto estaria, então, ligado a tabus alimentares restritos e que, por conta disso, a baleia não atingiu o sucesso esperado pelo poder político e pelo mercado. Mas não consta que esse seja o caso específico.

Por que não haveria, afinal, tabus para com a carne de baleia? Creio que uma das razões para isso pode ser melhor visualizada a partir do conceito de Maurice Godelier de “racionalidade econômica intencional”, ou seja, uma racionalidade adaptada a um sistema de regras sociais elaboradas conscientemente para melhor atingir seus objetivos (GODELIER, 2010, p. 61). Se pensado para as classes populares brasileiras das grandes cidades na década de 1960, esse conceito dificulta a utilização da distinção totem e tabu alimentar, pois acaba perdendo de vista a intencionalidade para quais certos tabus são erigidos. Um exemplo disso pode ser visto na literatura da escritora Carolina Maria de Jesus. Em sua obra, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a autora narrou seu cotidiano na cidade de São Paulo quando teve que catar comida do lixo para se alimentar. O tabu das normas de higiene era incorporado pela autora, como fica evidente neste

¹⁶ “Baleia já está aí...”, p. 2.

trecho:

Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi minha palavra falhar. Eu disse:

- É que eu tinha fé no Kubtschek.

- A senhora tinha fé e agora não tem mais?

- Não, meu filho. A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 1960, p. 35)

Deixando momentaneamente de lado o aspecto “profético” da obra, escrita quatro anos antes do golpe civil-militar de 1964, o que se destaca aqui é justamente como a ideia de um tabu pode ser violado em determinadas condições quando a própria subsistência se encontra ameaçada. Logo, a “racionalidade econômica intencional” implicaria aceitar a necessidade de fazer aquilo que, em determinada ordem social, seria impensável: comer do lixo. Esse olhar que Godelier proporciona, é bem verdade, é focado em sociedades estáveis e sua relação com o meio-ambiente; todavia, ao transferir o conceito para sociedades urbanas e com relações sociais amparadas na divisão social do trabalho sob a égide do capitalismo, ele pode ganhar vitalidade enquanto forma de refletir para um dado importante: as intenções dos sujeitos não estão ancoradas em cálculos racionais de custo-benefício baseados em renda. A mudança de comportamentos de consumo quando os objetivos dos agentes estão em risco (pressupondo que a subsistência seja um objetivo constante) poderia indicar que os tabus, em certo sentido, são reinventados e reformulados. Mas o problema é que a subsistência talvez não seja o único objetivo constante que os sujeitos têm, há também a necessidade de manutenção de certas normas sociais – ou o desejo de sua ruptura iminente. Logo, se Carolina de Jesus tivesse acesso à carne de baleia – e não consta em sua obra que isso tenha ocorrido – ela certamente poderia recorrer a ela para garantir sua subsistência, mas até que ponto a baleia, assim como a comida encontrada no lixo, não representariam uma violação grave das normas sociais em prol de saciar a fome?

Para responder essa pergunta, talvez seja necessário tentar mapear uma hierarquia das violações de acordo com os tabus existentes na vida social. Sem dúvida, Carolina Maria de Jesus entendia que comer do lixo era uma violação da norma (amparada em noções de higiene). Todavia, a fome também teria de ser entendida como violação da norma e, portanto, caberia a ela procurar hierarquizar a relação entre ambas. Em outras palavras, as escolhas dadas nesse contexto implicavam em flexibilizar um dos tabus. Tal flexibilização, cujo custo moral tende a ser difícil de mensurar, é tema recorrente em épocas de carestia – e por vezes, é possível dizer, incorre em especial na população negra mais pobre, no contexto das Américas¹⁷. Em linhas gerais, a carestia no capitalismo desafia os tabus do *pensée bourgeoise*, para colocar nos termos de Sahlins¹⁸.

Mas o próprio Marshall Sahlins afirma que as noções de tabu no *pensée bourgeoisie* são elas também relativas. A razão cultural sob as distinções categóricas de comestibilidade entre cavalos, cachorros, porcos e bois que o antropólogo avaliara na sociedade americana pós-crise de 1973 é até hoje um dos textos mais aclamados justamente por propor romper com as distinções

¹⁷ Essa tese é levantada por Rana A. Hogarth em *Medicalizing Blackness: making racial difference in the Atlantic World, 1780-1840*. Em seu terceiro capítulo, “Incorrigible dirt eaters”, Hogarth mostra que o hábito de comer terra foi um tabu especificamente criado nas sociedades brancas para definir hábitos de homens e mulheres negros escravizados. O hábito, em suas muitas dimensões, foi invariavelmente racializado e identificado com religiões de matriz africana, como o Obeah caribenho. Ver: HOGARTH, 2017, p. 85-86.

¹⁸ Tal frase pode parecer demasiadamente assertiva, é bem verdade. O historiador Edward Thompson a faz de forma muito mais sofisticada, afirmando que o olhar para essas tensões sobre aquilo que ele designou de “economia moral” implica compreender como uma determinada hegemonia se articula, se reinventa e, por vezes, é contestada, diante da impossibilidade de promover todas as necessidades (THOMPSON, 2005, p. 261).

entre “razão material” *versus* “razão cultural” (SAHLINS, 2003, p. 171). Por caminhos distintos ao de Godelier, Sahlins chega a conclusões parecidas ao anunciar que os tabus possuem uma dimensão absoluta (a carne de cachorro em oposição direta a de gado nos termos de uma comestibilidade), mas também relativa à medida que olhamos para casos intermediários (como a relação para com a carne de cavalo ou com a carne de porco), nos quais a aproximação para com os tabus tem a ver precisamente com a capacidade de comparação por parte do consumidor.

O próprio caso da carne de cavalo, analisado por Sahlins, acaba fornecendo uma interessante pista para pensar nessa relação de flexibilidade dos tabus. Como salienta sua análise, a crise econômica de 1973 gerou fissuras no sistema de alimentação americano, com autoridades governamentais sugerindo – como meio de driblar a inflação e a alta dos preços – que os americanos alterassem sua dieta, pensando nas vísceras e em partes menos nobres do gado. E, como se a “ofensa” não fosse grande o suficiente, não faltaram iniciativas para introduzir a carne de cavalo na dieta americana (SAHLINS, 2003, p. 172-173). A reação, claro, foi imediata e várias vozes se voltaram contra o consumo da carne de cavalo, alegando que o animal recebia afeto – ao contrário das vacas – e, portanto, não deveria ser comido. Ainda assim, as hierarquias em torno dos tabus na sociedade americana da década de 1970 puderam relativizar o cavalo em prol de um outro tabu, que seria constituir, então, uma dieta sem carne. E, nesse aspecto, destaca-se também a outra parte da balança, que é justamente a total inviabilidade do consumo de carne de cachorro nessa mesma sociedade à beira da carestia.

Mas ao olhar para a sociedade brasileira da década de 1960, seria possível perguntar se essa hierarquia se manifestaria de forma semelhante. De fato, é perfeitamente plausível reproduzi-la na mesma ordem a que Sahlins se refere (cachorro, cavalo, porco e gado, por ordem de comestibilidade), mas há nuances. Se a domesticidade é crucial (pois “não é fino mandar cortar alguém a quem você foi apresentado”), ela também precisa ser relativizada à luz de certas práticas populares. A ideia de usar a carne de gato para “churrasquinho” e o couro para “tamborim”, por mais violenta que pareça, é algo presente dentro de uma cultura popular com escassos recursos tanto para comer quanto para se divertir – embora seja importante considerar que o tabu para com os cães seguiu relativamente intocável. De toda a forma, carne de gado e carne de porco eram, sem dúvida, elementos cruciais da comestibilidade proteica na dieta brasileira. O elemento distintivo nas duas hierarquias, contudo, pode ser visto a partir da entrada da carne de baleia. Afinal, onde essa nova mercadoria se situaria nessa ordem formada por tabus alimentares?

Por não ser domesticada (como cães ou cavalos), a baleia poderia aproximar-se de animais como porco e peixe, cujo sabor é valorizado e sua capacidade nutritiva era incontestável. Mas a medida que o sabor parecia ser justamente o problema, é inegável que a tentativa de a comparar com a carne de gado foi infrutífera, pois os sabores não eram os mesmos – por mais que alguns políticos afirmassem que não sentiam qualquer diferença entre “filé mignon e filé de baleia”. A tentativa de aproximar o gado da baleia, por mais constante que fosse na publicidade da Taiyo Fishing Co, parece não ter surtido efeito. E outro dado aponta que talvez o lugar da carne de baleia estivesse mais abaixo na hierarquia da comestibilidade de animais no Brasil na década de 1960.

Em novembro de 1960, já passada a euforia inicial com a entrada do produto no mercado brasileiro, notícias vindas do Rio de Janeiro indicavam que uma fraude estava ocorrendo nas praças e feiras livres da cidade. Um cavalo havia sido encontrado morto e “descarnado”, perto do campo de Washington Vila. O dono do cavalo, Avelino de Andrade, afirmou que o animal fora morto “por marginais” e a carne dele seria vendida “como se fosse carne de baleia, já que o sabor é o mesmo”.¹⁹ Ao que consta, isso também vinha ocorrendo em zonas mais afastadas do centro, como na região de Padre Miguel. De fato, no dia 30 de outubro, um dos líderes dos ladrões de cavalo da região, um sujeito chamado “Pingo”, havia sido assassinado – supostamente por seus comparsas;

¹⁹ “Cavalo passa por baleia na alimentação do povo”. *A Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1960, p. 1-2.

de fato, o roubo de cavalos para abastecer os mercados com carne clandestina e imitando a carne de baleia parecia ser uma prática que estava desafiando os limites da disposição dos mercados.

O jornal, em sua investigação, não parece ter encontrado muitos outros fatos que dessem suporte a versão de Avelino de Andrade, mas resolveu levar adiante a conjectura do dono do animal e, na semana seguinte, entrevistou a presidente da Associação das Donas de Casa do Rio de Janeiro, Iaiá Silveira, sobre o ocorrido²⁰. O seu relato é uma afirmação precisa da hierarquia de comestibilidade tal como evidenciado por um *pensée bourgeoise* ‘à brasileira’: “Isso é um crime. O que causa repugnância é que estão iludindo a população. Se as donas-de-casa não aceitaram inteiramente a carne de baleia, como querer que comamos carne de cavalo? Depois virão os cachorros, os gatos, etc. Isso não é possível”²¹. A prática, segundo os policiais que faziam a fiscalização das feiras, envolvia transformar a carne em linguça, para que os consumidores não soubessem a diferença. Disso decorria que, nas feiras livres, o produto era vendido por 40 cruzeiros abaixo do preço tabelado.

Em certo sentido, dona Iaiá Silveira conseguiu situar a carne de baleia a partir de suas experiências (as quais ela colocava como representativas de uma categoria, a dizer, a das donas de casa), colocando cães e gatos na posição do tabu mais extremo, os cavalos como elemento próximo e a baleia um pouco mais acima dos equinos. Ainda assim, a baleia seria também algo que não fora passível de aceitação. E disso decorre que o tabu alimentar constituído sobre ela era, em última instância, mais flexível do que aquele que residia sobre a carne de cavalo – que não bastasse o sabor e a domesticação do animal, ainda recaía sobre ela o fato de chegar aos mercados por meio de contravenção. Mas essa não foi a única situação onde a carne de cavalo e a carne de baleia disputaram atenções nas páginas dos jornais da época.

Em 13 de setembro de 1961, o “Diário de Pernambuco” anunciava aos seus leitores que em São Paulo a carne de cavalo começara a ser vendida com o aval das autoridades – o que poderia desfazer certos tabus morais sobre seu consumo. Mas o jornal complementava a informação enunciando um juízo de valor importante: “Essa carne, cujo aspecto é bem melhor que a de baleia, e, aparentemente, igual à de vaca, possui todos os elementos do produto bovino, inclusive proteínas, conforme afirmam os açougueiros paulistas”²². O próprio preço, como comunicavam, era mais acessível do que a da carne de baleia e aparentemente causou algum furor na cidade de São Paulo.

De fato, segundo *O Estado de São Paulo*, em notícia do mês de julho, tratava de uma ação do Movimento da Arregimentação Feminina (grupo político que até então havia se destacado pelo pedido de censura à exibição do filme *Ao balanço das horas*) que teria realizado pesquisa para “apurar a receptividade da carne de cavalo”, que estava sendo vendida em um açougue no bairro da Lapa²³. A pesquisa, cuja metodologia era descrita a partir de entrevistas com 350 pessoas – 320 mulheres e 30 homens – indicava que a rejeição à carne de cavalo era altíssima²⁴. Apenas 55 das mulheres e 16 homens afirmaram que comeriam o produto, sendo que os motivos dados eram dos mais variados (“repugnância”, “deve ser ruim”, “não há necessidade”, “animal nobre”, “cheiro peculiar” etc.)²⁵. De fato, o lugar do cavalo na dieta alimentar brasileiro parecia ser suficientemente

²⁰ Pelo seu papel político posterior no apoio à derrubada de João Goulart, parece plausível assumir que Iaiá Silveira era uma figura ligada a setores conservadores, sendo uma das presidentes da Campanha da Mulher pela Democracia, que em 1965 realizara “a marcha com Deus pela Estabilização dos Preços” no Rio de Janeiro. Ver: BORTONE, 2018, p. 240.

²¹ “Carne de cavalo, não!”. *A Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1960.

²² “Venda de carne de cavalo em São Paulo”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 de setembro de 1961, p. 4.

²³ “Carne de cavalo”. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 23 de julho de 1961, p. 26.

²⁴ É emblemático que haja essa divisão de gênero específica – e com tamanha proeminência das mulheres. Faltam, contudo, estudos históricos sobre o papel das mulheres nos mercados e feiras livres do período, o que permitiria repensar algumas perspectivas mais economicistas sobre a racionalidade de mercado dos sujeitos.

²⁵ Destaca-se aqui o fato de que mais da metade dos homens entrevistados afirmavam estar abertos para a experiência da carne de cavalo. O quanto havia de performance pública de virilidade nesse ponto não fica claro, mas dada a disparidade na rejeição à carne por gênero, esse pode ser um fator importante para lançar hipóteses acerca do consumo de carne no Brasil.

desprestigiado e chama atenção que ele estivesse disputando, no mesmo período, um lugar nessa escala de comensabilidade das classes populares brasileiras com a novata carne de baleia²⁶.

Mas por que o jornal pernambucano teria tido a iniciativa de tratar da carne de cavalo em São Paulo se, até onde sabemos, a carne desse animal não era consumida em Recife? A resposta está novamente na baleia e na questão do tabu alimentar constituído por ela. Ao chegar por meio da companhia Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, tratava-se de carne diferente daquela que a Taiyo Fishing Company vendia no Sudeste. Uma diferença que, até onde é possível auferir, dizia menos respeito à baleia caçada e sim ao preparo da carne, pois as notícias sobre a carne do cetáceo em Recife indicavam que ele seria transformado em “charque” para consumo²⁷. De fato, a companhia japonesa estava investindo na produção de carne seca e naquele mesmo ano havia enviado um engenheiro ao sul do Brasil, para visitar instalações charqueadoras em Ribeirão Preto e em Bagé (EDMUNDSON; HART, 2014, p. 158). O objetivo era claramente “fornecer uma fonte de proteína barata e de boa qualidade à população de baixo poder aquisitivo” (KISHIWADA *apud* EDMUNDSON; HART, 2014, p. 159). Todavia, alguns obstáculos devem ter se destacado nesse processo²⁸.

O primeiro deles é que a indústria baleeira já estava colhendo fracassos no Sudeste, tendo em vista que a aceitação do animal não tinha sido tão boa quanto os primeiros meses pareciam indicar. O segundo obstáculo, por sua vez, refere-se ao modo de preparo – tendo em vista que ao ser salgada e transformada em charque, a carne de baleia tornava-se carne curada, cujo preparo seria diferente, bem como o sabor do alimento²⁹. Combinados esses problemas e as inevitáveis comparações com a carne de cavalo que surgiam no Rio e em São Paulo, talvez isso ajude a explicar porque o jornal pernambucano considerou que a comparação era necessária – senão, até mesmo pelo fim pedagógico, dirigido às classes populares, de tentar demonstrar que em termos nutricionais, a carne de cavalo era tão boa quanto a carne de baleia, superando-a em sabor. Porém, assim como acontecera com a Taiyo, a Nippon Reizo viu suas vendas diminuir cada vez mais, ao mesmo tempo em que tinham problemas com greves e com a nacionalização dos navios e tripulações.

Esse longo apanhado, contudo, indica ao menos duas possibilidades explicativas: a primeira é que se a novidade foi um fator importante para a alta demanda sobre a carne de baleia nos primeiros meses, é preciso considerar que ela não se tornou fator de distinção social para o consumo e, portanto, perdia com isso a possibilidade de ser emulada pelas classes populares. Já que os ricos rejeitaram as baleias, não havia nenhum ganho no consumo dos pobres, ao menos em termos de prestígio³⁰. Em certo sentido, quando a baleia conseguiu adentrar na mesa dos mais pobres, ela não foi crucial para uma mudança na alimentação, ao contrário da expectativa das empresas japonesas e do governo brasileiro. Dessa forma, a rejeição à carne poderia se explicar

²⁶ A substituição de alimentos numa dieta definitivamente não pode ser entendida somente pelos cálculos acerca das calorias. Ao narrar a substituição do trigo pela batata na Inglaterra do século XIX, E.P. Thompson, considera que a batata foi “um estabilizador social ainda mais efetivo do que o representado pelo metodismo”. Porém, para muitos operários, a substituição era a prova de que “havia uma conspiração contra os pobres, para reduzi-los ao nível dos irlandeses”. Ver: THOMPSON, 1988, p. 180-181.

²⁷ “Agora à venda: charque de baleia”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de outubro de 1961.

²⁸ Um dos gerentes da Taiyo Fishing Company revelou que, nesse processo, a empresa acabou não fazendo charque e revendeu parte da carne de baleia para frigoríficos que a utilizaram na fabricação de mortadelas e salsichas “sem dizer nada, como se fosse salsicha feita com carne de boi”. Ver: HART; EDMUNDSON, 2014, p. 174.

²⁹ Convém ressaltar que nessa mesma época, sindicatos de trabalhadores de diferentes indústrias protestavam contra a escassez de “carne verde”, ou “carne fresca”, nos mercados. A indignidade de comer “picolé de carne podre” era tamanha que não faltaram mobilizações políticas nesse sentido. Ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, abril de 1961, p. 131-146.

³⁰ E. P. Thompson considera que o prestígio é um fator crucial para entender a desconfiança dos pobres no mercado de alimentos. Em “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, Thompson destaca a perda de prestígio entre a plebe quando se viam obrigados, pelas pressões econômicas, a se alimentar de “pão preto”, o qual suspeitava-se que, pela própria coloração, “permitia encobrir com facilidade aditivos nocivos” (THOMPSON, 2005, p. 154). Dessa forma, prestígio e concepções sobre segurança alimentar caminhavam junto. Não parece de todo errado criar hipótese semelhante para o comportamento das classes populares no contexto dos mercados brasileiros na década de 1960.

justamente pela impossibilidade de um processo de emulação social no gosto dos mais pobres, algo que possivelmente não havia sido levado em consideração na época.

A outra é que a lógica do tabu precisaria ser repensada. Se a baleia era rejeitada enquanto alimento, isso não é porque a população mais pobre não tivesse ela mesma seus tabus alimentícios – como fica evidente na obra de Carolina de Jesus. Assim, não é porque a baleia fosse “estranha” ou dotada de alguma aura de sacralidade que se explicaria a sua rejeição, ou de outra forma não teríamos os registros de um furor inicial sobre o produto. Considerando o caso de greve de fome da Escola Nacional, talvez seja o caso de pensarmos que a rejeição à carne de baleia estaria ligada menos a sua sacralidade e mais a uma ideia de “indignidade”, ou, dito de outra forma, a uma concepção arraigada de que a própria humanidade seria rebaixada ao incorporar a baleia em sua dieta.

Assim, explicações focadas nos “tabus” ou na “emulação” dos comportamentos dos consumidores apresentam apenas ganhos parciais. Elas dão conta de aspectos específicos da rejeição da carne de baleia demonstrando que os significados sobre a mercadoria eram, em última instância, pouco objetivos – mas nem por isso, menos racionais. Nesse ponto, explorar essas duas possibilidades explicativas para entender a rejeição à carne de baleia é um esforço para entender porque racionalidades mais utilitaristas são incapazes de explicar a rejeição do cetáceo. A ideia de mensurar o consumo de uma mercadoria em termos de preço ou calorias, unidades abstratas que podem ser contabilizadas e equacionadas a partir de valores absolutos, evitava uma difícil questão: afinal, por que as pessoas comem o que comem? Como se constroem os padrões de consumo? Até que ponto é possível um discurso “racional” interferir e construir novos padrões? A rigor, parece difícil pensar numa dinâmica capaz de dar conta de todas essas perguntas, mas pode-se retomar a reflexão de Godelier sobre a importância da intencionalidade no consumo. Os diferentes sistemas de valores, dentro de uma determinada sociedade, não podem ser reduzidos a uma razão totalizante e abstrata.

Considerações finais: oceanos de diferença

A carne de baleia entrou no Brasil com certo furor, a partir da promessa de que poderia resolver o problema da carestia e do abastecimento de carne nas grandes cidades – ou ao menos assim anunciava a imprensa. Passados alguns meses, todavia, a euforia, começou a encontrar resistência e sentimentos de repulsa e indiferença ao cetáceo passaram a ocupar as páginas da imprensa. Em última instância, tudo leva a crer que os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, envoltos em um turbilhão de instabilidade, não refletiram acerca das intenções e dos valores dos consumidores nas classes populares no que se tratava da entrada de um novo elemento na dieta. O mesmo talvez possa ser dito dos conglomerados japoneses que acreditaram que, dada a oferta de baleia no litoral brasileiro e a carestia, poderiam beneficiar-se da venda de uma nova mercadoria para um mercado semi-continental, atendendo aquilo que possivelmente enxergavam como uma demanda reprimida.

Diante dessas questões, talvez seja injusto afirmar que não houve reflexão alguma sobre a intencionalidade dos consumidores. Em muitos casos, a intenção pode ser reduzida à “necessidade” e esquemas abstratos como a pirâmide de Maslow são acionados prontamente, procurando novamente hierarquizar e ordenar os desejos. Mas ao contrário do que se coloca em tais esquemas, as necessidades se alteram profundamente conforme contexto e significados. A carne de baleia poderia ser uma necessidade em termos de preço ou subsistência, mas uma série de outras possibilidades em termos de agência consumidora poderiam ser empregadas. A frustração da Taiyo Fishing Company, em certo sentido, dita a visão economicista sobre a questão: o consumidor brasileiro, dotado de “preconceitos”, não reconhecera as vantagens racionais do produto.

O “preconceito” também poderia impedir de entender a delicadeza do sabor da carne, mas

as pessoas provaram e degustaram a baleia. Nisso, é importante ressaltar o argumento de Douglas e Isherwood: “a maior utilidade não está na prova, mas no compartilhamento dos nomes que foram apreendidos e classificados” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 125). Ao ser tratada a partir das relações e hierarquias de comestibilidade, a baleia era comparada a gado ou cavalo, conforme a situação e o momento. Sua rejeição diz muito sobre as intenções dos consumidores das classes populares que vislumbravam, na carne de gado, o máximo de sua satisfação (e a associação com a carne de cavalo, por sua vez, uma maior insatisfação). Eles poderiam, eventualmente, flexibilizar seus tabus alimentares ou emular comportamentos exóticos, mas não o fizeram – ou se fizeram, não incorporaram isso na dieta alimentar brasileira nos dias de hoje. Se a comida é uma necessidade básica por um lado, por outro, o que se come invariavelmente é informado pela cultura, pelo sistema de significados e valores sobre os bens – e não há um espaço específico da vida social em que a cultura não seja essencial na construção das informações sobre o que se é e o que se consome, por vezes até mesmo criando laços indissociáveis entre ambos (BAYLY, 2008). No caso, invertendo a premissa, ela parece ter igual significado se olharmos para a questão do carne de baleia no Brasil: a cultura é essencial também na construção das informações sobre o que não se é e o que não se consome.

Para além disso, uma outra hipótese pode ser lançada. Para além dos sentidos que a carne de baleia construiu em sua rápida passagem pelo Brasil, é possível afirmar que no início da década de 1960 a carestia não era pensada como problema transitório a ser resolvido pela maior oferta de proteínas. Pelo contrário, a convicção política da época é que a fome exigia soluções estruturais, passando por reformas e até mesmo revoluções (PUREZA, 2016, p. 211). Desta maneira, entre a baleia e a mudança socioeconômica cada vez mais desejada pelas classes populares no Brasil, é possível afirmar que havia um oceano de diferença.

Fontes

Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VII, agosto de 1960. Livro III, abril de 1961.

A Luta Democrática. Rio de Janeiro, 1960.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 1960.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1962.

Diário de Pernambuco. Recife, 1961.

Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1960.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 1961.

Última Hora, Rio de Janeiro, 1960 e 1961.

Referências

BAYLY, Christopher Allan. “As origens do *Swadeshi* (indústria doméstica): tecidos e a sociedade indiana de 1700 a 1930”. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008. p. 357-399.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-Militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2018.

DOUGLAS, Mary. ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

- DOUGLAS, Mary. "O mundo dos bens, vinte anos depois". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 17-32, jul./dez. 2007.
- EDMUNDSON, William; HART, Ian. *A história da caça de baleias no Brasil: de peixe real a iguaria japonesa*. Barueri: DISAL, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.
- FRIEDMAN, Milton. *A theory of the consumption function*. Nova York: Princeton University Press, 1957.
- GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel: pensée, économies, sociétés*. Paris: Champs Essais, 2010.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura 1: aspectos da vida da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- HOGARTH, Rana A. *Medicalizing blackness: making racial difference in the Atlantic world, 1780-1840*. Chapel Hill: North Carolina Press, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. São Paulo: Ática & Francisco Alves, 1960.
- LEACH, Edmund. "Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal". In: DAMATTA, Roberto (Org.). *Edmund Leach*. São Paulo: Ática, 1983. p. 170-198.
- KISHIWADA, Hitoshi. *A pesca da baleia no Brasil*. Nichirei Corporation, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.
- PUREZA, Fernando Cauduro. "*Isso não vai mudar o preço do feijão*": as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2016.
- ORLOVE, Benjamin S. "Meat and Strengh: The Moral Economy of a Chilean Food Riot". *Cultural Anthropology*. v. 12, n. 2, p. 234-268, 1997.
- OSLUND, Karen. "Protecting fat mammals or carnivorous humans? Towards an environmental History of whales". In: *Historical Social Research*. Vol. 29, n. 3. The frontiers of environmental History. Munique: Leibnitz Institute for the Social Sciences, Center for Historical Research, 2004. p. 63-81.
- SAHLINS, Marshall. "*La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura*". In: SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 166-203.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: volume 2, A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VEBLEN, Thorstein. "A teoria da classe ociosa". In: VEBLEN, Thorstein. *Os pensadores*. Ed. Abril, 1985. p. 3-214.

Nota de autoria

Fernando Cauduro Pureza é professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História pela Universidade Federal da Paraíba (PROF-

309

História). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em História do Trabalho (GEPEHTO). E-mail: fcpureza@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

PUREZA, Fernando Cauduro. “A coisa está ficando feia”: O consumo da carne de baleia no Brasil entre a História e Antropologia (1960-1963). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 296-310, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 11/08/2020.


Modificações solicitadas em 12/09/2020.

Aprovado em 13/09/2020.

Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro

Democracy(s)? Some considerations on the political opening of 1945 in the (inter)view of José Américo and in the Manifesto Mineiro

Cintya Chaves

 <https://orcid.org/0000-0002-0243-9258>
Universidade Federal do Ceará

Resumo: Tomada pelos próprios sujeitos da época como uma referência, as declarações do Sr. José Américo de Almeida ao impresso do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, foram celebradas e reproduzidas por atender interesses partidários específicos e inaugurar na imprensa a campanha eleitoral, ainda que velada, de Eduardo Gomes para a presidência, na incerta eleição de 1945. Retomamos aqui esta conhecida entrevista e o Manifesto Mineiro, dentre tantas outras manifestações em prol da abertura política de 1945, tentando perceber quais as concepções empreendidas sobre a noção de democracia por esses atores que se construíram como “democratas”, mas que, ao cabo, se reuniram sob a sigla partidária da União Democrática Nacional (UDN). Não se trata de considerar se a partir de 1945 o Brasil vivenciou ou não uma democracia, afinal há uma historiografia que já bem ressaltou o caráter democrático desse período como nossa primeira experiência, mesmo em meio às contradições autoritárias então vigentes. Mas, sim, de refletir sobre alguns dos marcos produzidos sobre aquele momento e, principalmente, entender como os sujeitos definiram e manejaram compreensões sobre o conceito de democracia.

Palavras-chave: Democracia. Pátria. Tempo. História dos Conceitos.

Abstract: Taken by the subjects of the time as a reference; the statements of Mr. José Américo de Almeida, in February 1945, to the Rio de Janeiro press, *Correio da Manhã*, were celebrated and reproduced for serving specific party interests and inaugurating the electoral campaign, albeit veiled, by Eduardo Gomes in the presidency, of the uncertain election of 1945. We return here, this well-known interview and the Mineiro Manifesto, among many other manifestations in favor of the political opening of 1945, trying to understand the conceptions undertaken on the notion of democracy by these actors that considered themselves as “Democrats”, but who finally met under the party label of the National Democratic Union (UDN). It is not a question of considering whether, since 1945, Brazil experienced a democracy or not, after all, there is a historiography that has already highlighted the democratic mood of this period as our first experience; even amid the authoritarian contradictions of the period. But to reflect on some of the milestones produced about that moment and mainly understanding how the subjects defined and managed understandings on the concept of democracy.

Keywords: Democracy. Homeland. Time. History of Concepts.

Introdução

Michel de Certeau (CERTEAU, 2011) nos lembra que o historiador, como uma voz autorizada, estabelece níveis de sentido e compreensões nas relações entre passado e presente; media alteridades; articula racionalidades explicativas dos vazios e opera “cisões”, situando os pontos de fuga em busca de entender o outro que se foi e jamais voltará. Uma tarefa difícil, mesmo este sabendo que seu trabalho consiste em “organizar” o tempo.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Neste sentido, a entrevista de José Américo de Almeida¹ ao jornal carioca *Correio da Manhã*, em fevereiro de 1945, foi considerada por historiadores da República (FERREIRA, 2003, p. 15; NAPOLITANO, 2018, p. 162) como um marco de ruptura com a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ela compõe, juntamente com outros ocorridos², um montante de “fatos” que fortalecem o estabelecimento de um corte em 1945, quando se pensa em democracia no Brasil.

Tomadas pelos próprios sujeitos da época como uma referência³, as declarações de José Américo foram celebradas e reproduzidas por atenderem a interesses partidários específicos e inaugurar na imprensa, ainda que veladamente, a campanha eleitoral de Eduardo Gomes para a presidência na incerta eleição de 1945. Retomamos aqui essa conhecida entrevista e o Manifesto Mineiro, dentre tantas outras manifestações em prol da abertura política de 1945, tentando perceber quais as concepções empreendidas sobre a noção de democracia por esses atores que se construíram como “democratas”, mas que, ao cabo, reuniram-se sob a sigla partidária da União Democrática Nacional (UDN).

Não se trata de questionar a vivência de uma democracia no Brasil a partir de 1945, mas sim de refletir sobre alguns dos marcos produzidos sobre aquele momento e, principalmente, entender como os sujeitos definiram e manearam compreensões sobre o conceito de democracia. Afinal, há uma historiografia que ressalta o caráter democrático deste período como nossa primeira experiência, mesmo em meio às contradições autoritárias.

A relação entre História e Linguagem tem sido constantemente debatida no interior da(s) Historiografia(s) Nacionais e Internacionais. A História Conceitual (*Begriffsgeschichte*), em especial, vem nos lembrar que as “palavras”/conceitos possuem também temporalidades específicas e que, a partir do estudo da semântica e da pragmática, é possível mapear experiências, conflitos, interesses e projetos em sua dimensão pulsante, trazendo mobilidade à aparente paralisia que parecia sombrear o campo da História das Ideias (KOSELLECK, 2012).

A questão principal se dá em entender que a linguagem, ao mesmo tempo em que registra e transmite tensões exteriores a ela, também as constitui à medida que, no jogo das disputas sociais, estabelece sentidos sobre os “acontecimentos”. Até mesmo indicam e mediam os desejos sobre um devir, almejando acelerar ou retardar determinadas ações.

Uma democracia submissa a Pátria

A entrevista de Américo concedida ao *Correio da Manhã* em 1945 tinha por título: “A situação: declarações do Sr. José Américo”. No impresso, ela apareceu subdividida em vários tópicos, dentre eles “um candidato irrevelado”.

Ao dissertar sobre “um candidato irrevelado”, José Américo ressaltou que “não via homens,

¹ Advogado, promotor-geral na Paraíba (1911-1922) e escritor. Sua obra “A Bagaceira” foi tida pela crítica como o primeiro romance regionalista modernista. (BRANDÃO, 2012, p. 136). Nas eleições de 1930 apoiou a candidatura de Getúlio Vargas que tinha como vice João Pessoa. No governo Vargas foi ministro da Viação e Obras Públicas e do Tribunal de Contas da União (TCU). Concorreu à disputa pela presidência, iniciando campanha eleitoral em 1937. Contudo, a ditadura do Estado Novo interdito as eleições. Mesmo afastado de Vargas, manteve-se no TCU. Em 1945, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, chegando a participar da “comissão diretora” da UDN. Em 1953, assumiu outra vez como ministro da Viação e Obras Públicas no retorno de Vargas. Em 1964, apoiou o golpe militar. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida Acesso em: 28 abril 2020.

² Para Francisco Roberto S. de Oliveira, o Manifesto Mineiro, em outubro de 1943; as críticas da FEB destinadas ao governo; o I Congresso Brasileiro de Escritores, (26 de janeiro de 1945); a entrevista de José Américo ao “*Correio da Manhã*”, (fevereiro de 1945); a Semana pró-Anistia promovida pela UNE (abril de 1945); a fundação da UDN (abril de 1945); o manifesto das oposições coligadas e da Esquerda Democrática (outubro de 1945); a nota do comandante da 1ª Região Militar garantindo as eleições (outubro de 1945); o ultimato dos generais a Vargas (18 de outubro de 1945); entre outros eventos conjunturais internos, teriam “minado” a ditadura de Vargas (OLIVEIRA, 1995, p. 392).

³ Sob o título de “sensacionais declarações do Sr. José Américo sobre o atual momento político”, o Jornal *O Povo* de Fortaleza reproduzia a entrevista de Américo ao *Correio da Manhã*. O impresso, no período, tinha como diretor Paulo Sarasate, que mais tarde integraria o partido da União Democrática Nacional, sendo eleito Deputado Federal pela sigla durante a primeira experiência democrática brasileira. Jornal *O Povo*. Fortaleza, 23 de fevereiro de 1945.

mas sim soluções para o país”. O ideal, segundo ele, era que as energias dos brasileiros não fossem gastas com a campanha eleitoral, mas sim na resolução dos problemas materiais e políticos do Brasil. O verdadeiro patriotismo consistiria, então, em colocar o bem da “nação” acima dos interesses pessoais:

[...] Sem ter consultado ninguém e apenas como resultado de minhas observações, **conduzo-me nesta hora pela inspiração patriótica com que ao apagar das luzes em 1937 me prontifiquei a renunciar em favor de um terceiro candidato**, procurando deste modo conjurar o golpe de Estado então iminente. O general Eurico Gaspar Dutra e o sr. Batista Luzardo são testemunhas dos passos espontâneos neste sentido. Certo que outros têm ainda mais pronta do que eu a capacidade de renunciar e de abrir mão de vitórias pessoais, quando assim impõe o bem do país, é que proponho essa indicação capaz de criar a unidade nacional mais instantânea do que sempre. Não tenho dúvida de que o nosso candidato anuiria a escolha de um terceiro, uma vez afastada a possibilidade da candidatura do Sr. Getúlio Vargas. (ALMEIDA, 1945, p. 14, grifos meus)

Todo o pronunciamento de José Américo foi uma resposta a Vargas, caso ele estivesse cogitando se candidatar. O escritor defendia que só havia três homens que não poderiam concorrer à corrida presidencial: ele mesmo, Armando Sales (seu antigo opositor) e Getúlio Vargas.

Segundo o antigo aliado de Vargas, que se absteve de chamá-lo de ditador na maior parte da entrevista, o então presidente provaria que era um verdadeiro patriota ao renunciar e não se candidatar. Acionar a lógica patriótica como argumento plausível e inteligível diz muito, não só sobre o vocabulário político, mas, sobretudo, nos dá pistas do funcionamento dos códigos que constituíam os sentidos de democracia que circundavam a abertura política de 1945.

A pátria, a nação, o patriotismo e o nacionalismo, ao mesmo tempo em que despertam fascinação, se confundem e se misturam no processo de afetação. Seus usos no jogo político são quase sempre calculados, manejados para autorizar ou desautorizar e, principalmente, arrecadar aprovações ou provocar ações. Embora fossem expressões usadas no Estado Novo (LENHARO, 1986; VELLOSO, 2003; FURTADO FILHO, 2005) elas seriam ressignificadas e realinhadas a projetos completamente distintos, principalmente no que se referiria a uma política de Estado em relação à economia⁴. Assim, percebidas em seus sentidos históricos no que diz respeito ao manuseio pelos sujeitos sociais, elas assumiram uma volatilidade verbal tendo sido conjugadas de formas contraditórias, legitimando projetos de poder antagônicos.

Neste sentido, não só José Américo, mas também comunistas, outros de seus colegas udenistas e pessedistas⁵ remetiam à noção de pátria em suas retóricas. Tudo parecia ser em nome da pátria e pela pátria. Tais menções foram comuns no período de abertura política de 1945 e não podem ser ignoradas, pois nos dizem muito sobre os fios que teciam e estruturavam as concepções de democracia.

Historiadores como Reinhart Koselleck e Fernando Catroga nos ajudam a compreender a trajetória semântica dessa noção tão presente nas relações sociais desse período. O primeiro nos explica que, além de ser uma palavra, patriotismo é um conceito do século XVIII, que possibilitou outros “ismos” como: “republicanismo, democratismo, liberalismo, socialismo, imperialismo, comunismo, nacionalismo, fascismo [...]” (KOSELLECK, 2012, p. 143). Ou seja, em nome da pátria e do patriotismo, atrelada à sua semântica, regimes políticos e sistemas econômicos completamente diferentes buscaram autoafirmação.

Nem sempre relacionada ao político, a pátria, palavra de origem grega, aludia, especialmente, à família, tribo, assim como “o patriota” denotava os conterrâneos e não os cidadãos. Em latim, estava associada a uma dimensão sacra da cidade natal (KOSELLECK, 2012, p. 144). Mas, isso não amenizava os afetos despertados pela mesma, haja vista os sujeitos sociais

⁴ Refere-se ao projeto dito nacionalista e o projeto liberal.

⁵ Ver discurso de posse do presidente eleito Eurico Gaspar Dutra em 1946.

expressarem lealdades às suas ancestralidades através de culto aos mortos nas terras onde nasciam.

Conforme Fernando Catroga, a “terra dos pais”, expressão assim conhecida em Homero, mobilizava sentimentos de pertença, acionava janelas da memória, corporificando “moralmente, miticamente e misticamente” (CATROGA, p. 2012, p. 13) a ausente presença do pai, além de ser, “num jogo semântico”, interiorizada como a progenitora, que se constituía como um elo entre a população: “[...] numa *frátria de compatriotas*, na qual os ‘irmãos’, [...] incitados a reconhecerem-se como ‘filhos da pátria’ e, por conseguinte, a aceitarem, em nome da honra e do juramento, o cariz sacrificial do devotamento à “mãe comum de todos (Cícero)” (CATROGA, 2012, p. 13-14).

A demonstração de sacrifício pessoal em nome da pátria, requerida pelo ex-senador da Paraíba a Getúlio Vargas, apesar de estar em outro nível semântico, isto é, no plano político, evocou também sentidos fraternos. Vale ressaltar que a nova semântica sobre a noção de pátria ocorreu em meio às aspirações modernas e revolucionárias, mas não se desligou de todo dos valores da antiguidade republicana, afinal, a Revolução Francesa incorporou o culto politizado e patriótico de seus mortos (KOSELLECK, 2012, p. 152-153).

Se a Modernidade inaugurou o patriotismo em seu sentido político, há de se refletir no conceito de patriota que, embora tivesse pretensões universais, possuía cunho elitista. O patriota, portanto, passaria a ser o cidadão, principalmente o “bom cidadão”, uma referência que mostraria as obrigações e os direitos tanto ao camponês como aos cidadãos, produzindo alterações na própria forma de conceber a pátria.

Américo, ao pontuar que, por “inspiração patriótica”, havia abdicado “em favor de um terceiro candidato”, encarnou “dois papéis”. De um lado, como o “bom cidadão”, convocou Vargas a lembrar que a pátria não era dele, mas sim que ela era a protagonista, o “sujeito da ação” (KOSELLECK, 2012, p. 145), e deveria ser percebida como tal. Por outro lado, se colocou como um possível governante verdadeiramente patriota, ou seja, como alguém que mesmo sem ter ocupado o cargo da presidência entendia que tal posição era inferior diante das necessidades que a pátria impunha.

Como patriota, o escritor reivindicava a elaboração de uma Constituição livre que expressasse “as vontades gerais”. A pátria deveria se traduzir como o próprio bem comum, que tinha na Constituição seu parâmetro, atribuindo ao governante a função de execução.

Ao examinar o movimento de “união nacional” foi possível perceber que a abertura democrática de 1945 se processou sob as égides da pátria e da ideia de continuísmo das conquistas trazidas pela dita “revolução de 1930”⁶, que teria se estagnado pelo golpe de Getúlio Vargas. No caso da entrevista de José Américo⁷ fica mais clara a primeira daquelas. Toda a sua argumentação pontuava os motivos pelos quais Getúlio Vargas não era mais qualificado para ocupar o lugar presidencial, não sendo, portanto, indicado também para eleições próximas: “ele (Vargas) não tinha apoio”, não detinha a confiança dos setores democráticos, devido sua marca autoritária.

O discurso sinalizava Vargas como um traidor da pátria ao impor o Estado Novo. Não obstante, Getúlio tinha na renúncia uma forma de redenção para, quiçá, “reconquistar sua popularidade” no futuro. Era discursado como mais importante o bem da pátria e isso fica claro ao Américo afirmar que “qualquer cidadão capaz pode ser presidente da República – verdade elementar que íamos esquecendo” (ALMEIDA, 1945, p. 14). Era preciso lembrar que o poder estava na pátria e não no governante, salientando assim a pátria política, ultrapassando e

⁶ Isso pode ser verificado principalmente nas “falas” dos sujeitos que integrariam o partido da UDN, como também de estudantes paulistas que, ao publicarem a primeira edição de seu jornal clandestino *Resistência*, em abril de 1944, denunciavam o Estado Novo como “degenerescência de nossas instituições republicanas” e que o movimento de 1930 “foi uma reação contra essas velhas oligarquias políticas e que trouxe para o Brasil um período auspicioso de vitalidade democrática e grandes conquistas sociais, durante três ou quatro anos [...]. *Jornal Resistência*. São Paulo. Abril de 1944. No que se refere a pátria, articulada como um lema, como já dito, pode ser percebido nas retóricas não só destes, mas de trabalhadores, comunistas e pessedistas.

⁷ Não se pode esquecer que a entrevista é resultado das perguntas que são feitas, tendo, portanto, uma coautoria do entrevistador Carlos Lacerda.

superando a noção de Estado como mera máquina político-administrativa e institucional.

A astúcia retórica de Carlos Lacerda em destacar que as palavras do “chefe civil da revolução de 1930, ao norte,” eram brandas, não amenizavam as declarações que se seguiam ao avaliar uma possível candidatura governista. Vargas “não atenderia aos reclames de pacificação nacional numa obra comum de salvação pública” (ALMEIDA, 1945, p. 14), sua capacidade administrativa estava em xeque devido “à crise de abastecimento”, “à alta inflação”, à crise econômica de maneira geral.

José Américo ainda questionava a transferência das responsabilidades do governo em relação às crises para a guerra e a ineficiência deste em “improvisar diante de terras tão férteis. [...] A guerra trouxe capitais técnicos, cooperação na solução de nossos problemas [...]” (ALMEIDA, 1945, p. 14). A previsão do fim da guerra carregava um otimismo que permitia ficcioná-la de um modo mais convincente sobre os ganhos que ela proporcionara. Américo imputava-lhe um sentido quase que sagrado ao dizer que um de seus “reflexos” era a “purificação da democracia”. Isso ratificava, oportunamente, mais uma vez o desgaste do ditador.

Há de se salientar que o fim da guerra e a temática da crise interceptavam formas de experimentar o tempo. Não se tratava apenas do tempo acelerado do progresso, mas também de um tempo oportuno para a consolidação da democracia, de um tempo que não se poderia “perder” para ajustá-la. Na visão de udenistas como Américo e outros “democratas”, o fim da guerra, o contexto de crise brasileira era “o momento exato” para a deposição de Getúlio Vargas.

Se a temática da crise foi fomentadora para a legitimação de regimes autoritários, ela também foi importante para mostrar a ineficácia da ditadura de 1937 que se vivia no Brasil. O discurso de crise se transformou em uma mitologia política própria ao ser usada como um pretexto para a produção da retórica de que só o futuro candidato udenista à presidência poderia resolvê-la.

A crise, derivada de um contexto de guerra, seria instrumentalizada na tentativa de forjar um salvador (GIRARDET, 1989). Uma tentativa vã quando se pensa o resultado das eleições nacionalmente. No Nordeste, o brigadeiro Eduardo Gomes saiu vitorioso no Piauí, na Paraíba, estado onde Américo nascera, e no Ceará. Nas outras regiões, Eduardo Gomes só obteve maioria no Distrito Federal, estado em que também o candidato comunista, Yeddo Fiúza, teve uma expressiva votação (IBGE, 1947, p. 515). Assim, o brigadeiro Eduardo Gomes foi o herói que não funcionou para grande parte do país, apesar do grande investimento montado por intelectuais e pela imprensa para tornar sua candidatura viável e sua vitória garantida.

O presidente eleito em grande medida gozava da mesma fórmula criada para o Brigadeiro: militar, ordeiro e patriótico. Se por um lado a “fórmula discursiva” saiu vitoriosa, por outro a imprevisibilidade da opinião pública mostrava sua força redimensionando outro lugar para os eleitores no pleito. Para Jorge Ferreira, as declarações elitistas de Eduardo Gomes à imprensa durante a campanha e a atuação dos trabalhadores, a exemplo do líder queremista Hugo Borghi que, com perspicácia, questionou que grupos e projetos Eduardo Gomes representava, foram aspectos importantes para os resultados eleitorais. O autor salienta que os trabalhadores, com “consciência de seus interesses e vontade política” (FERREIRA, 2003, p. 43), atuaram no processo de negociação que culminou no apoio de Vargas a Dutra, bem como no comprometimento deste último em não invalidar as leis sociais e o Ministério do Trabalho. Esse “acordo” fora fundamental para o apoio dos trabalhadores e a inesperada vitória do candidato governista.

Contudo, em fevereiro, Américo não poderia prever o desfecho, portanto afirmava que o Brasil precisava de um homem equilibrado, um herói: “[...] de bom senso, e espírito amplo que convoque a cooperação de todos os patriotas e se cerque de auxiliares, que pelo seu valor e idoneidade mereçam a confiança nacional, esse homem sim poderá realizar o grande governo, que o Brasil mais do que nunca necessita” (ALMEIDA, 1945, p. 14).

Esses eram os atributos do “cidadão capaz”. Precisava-se de alguém que realizasse a

transição democrática, desde que fosse de maneira ordenada, mas com fama de revolucionário⁸. Pode-se inferir que, em um universo de guerra, o símbolo mais fácil de construir como “homem de bem”, de herói e de fidelidade à pátria era o militar. Era a associação mais rápida e eficaz de projetar, já que as Forças Armadas haviam se consolidado como ator político durante todo o governo Vargas, como bem já explicou José Murilo de Carvalho (1999).

Desse modo, o processo de construção do herói ideal para a pátria de 1945 não se encaixava no “qualquer cidadão capaz”. Tal expressão não passava de jogo retórico. Era preciso alguém que inspirasse admiração e atendesse, sobretudo, aos interesses de tutelar a imprevisibilidade que a democracia poderia trazer.⁹

Neste sentido, Américo pontuava o quão difícil seria o pós-guerra, sendo necessária uma “[...] união nacional [...]”, ou seja, “todos os valores mobilizáveis de nacionalidade” (AMÉRICO, 1945, p. 14). A nacionalidade¹⁰ aí evocada se corporificava na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Implantar a democracia só era possível devido a devolução do porvir pelos “compatriotas” da FEB, segundo o futuro udenista. As contribuições da FEB não se alocavam apenas no presente, mas eram principalmente para o futuro. Em outras palavras, a FEB havia devolvido o futuro do Brasil.

A ânsia pela abertura política, fruto dos desgastes internos com as diferentes elites e de resistências e tensões que havia entre, por exemplo, o Estado e União Nacional dos Estudantes¹¹, bem como os sinais do princípio do fim da guerra, indicavam outra vez o horizonte do amanhã para o Brasil. Vale salientar que as expectativas sobre um devir estavam presentes, não somente nessa entrevista de José Américo, mas nos mais diversos discursos, seja de estudantes, de comunistas, de trabalhadores, de udenistas, de pessedistas e outros. A grande questão e diferenciação estava no lugar ocupado pela democracia no amanhã de cada um desses heterogêneos grupos e os sentidos por eles articulados em torno dela, bem como os usos do passado feitos em seu nome.

Caso Vargas ganhasse, Américo já profetizava a ingovernabilidade do presidente. Os motivos eram “as oposições dos estados” (destacando São Paulo e Bahia)¹², “uma Câmara dividida”, opiniões receosas de serem censuradas e um devir mundial que traria a “[...] busca de um novo padrão e aperfeiçoamento progressivo da democracia, [...]” (ALMEIDA, 1945, p. 14)

As metáforas do caos e da anarquia eram usadas para mostrar os perigos de uma vitória governista e o nível da possível ingovernabilidade de Getúlio. Estas metáforas passaram a ser

⁸ Vale lembrar que Eduardo Gomes participou do levante do Forte de Copacabana que propiciou o movimento tenentista e também colaborou com a “Revolução de 1930”.

⁹ Durante a década de 1930, as Forças Armadas Brasileiras que, inicialmente encontravam-se desorganizadas e “desunidas” (CARVALHO, 1999, p. 58), vão se fortalecendo e tutelando a política brasileira como um trunfo que permitia certa estabilidade ao governo Vargas. Em um primeiro momento, tinham o papel de se contrapor às oligarquias que se opuseram ao movimento de 1930. No levante de 1935, atuaram contendo a agitação, assim como foram importantes para o processo da Constituinte de 1934 e para o Golpe de 1937. Para que isto ocorresse, Vargas gerenciava o perigoso jogo de fortalecer a corporação, ao mesmo tempo em que tentava controlar seus chefes, o que ocorreu de forma exitosa, para José Murilo de Carvalho, pelo menos até os primeiros anos do Estado Novo. Dentre as medidas que permitiram o fortalecimento da corporação podem ser citadas: “obrigatoriedade do serviço militar para todos, reativação de tiros de guerra para treinos de civis, criação de escolas militares, [...] devolvendo-se à sociedade indivíduos não só treinados militarmente como imbuídos de valores militares [...]” (CARVALHO, 1999, p. 62).

¹⁰ Por mais que as noções de nação e pátria estejam interligadas, vale lembrar que “[...] o patriotismo é ôntica, lógica e cronologicamente anterior ao nacionalismo[...]”. A nação não existe sem a pátria, mas o contrário não se dá necessariamente. Sobre isto esclareceu Fernando Catroga (2012): “Uma coisa é certa: os conceitos de pátria e de nação têm origem e significados diferentes. É que o primeiro supõe o ato de concepção, enquanto que o segundo indica o de nascimento. Todavia, na sua evolução semântica, é um fato que eles se cruzam. A nação *está* na pátria, pelo que exige um *território* (real ou imaginário) e uma *população*. [...]”. O autor ainda trata da necessidade da distinção de campos semânticos dos termos “pátria”, “nação” e “Estado” ao analisar “a densidade dos sentimentos coletivos, campo em que parece ter pertencido à ideia de nação o papel de “instância de conexão” entre a de pátria e a de Estado, caldeando a “frieza” deste com a “quentura” que a conotação daquela irradia. [...]” (CATROGA, 2012, p. 22-23).

¹¹ Cf. MÜLLER, 2005.

¹² Vale lembrar que estas oposições não eram tão fortes assim, já que nas eleições de 1945, Eurico Gaspar Dutra saiu vitorioso nas duas unidades federativas. No caso de São Paulo, com diferença de 402933 votos em relação a Eduardo Gomes (TSE, 1950, p. 11).

reproduzidas pelas imprensas udenistas do Rio de Janeiro e cearense¹³ reforçando uma lógica autoritária de ordem que deveria ser trazida pela democracia. O autoritarismo, em um primeiro momento, consistia em uniformizar, homogeneizar e calar quaisquer outras possibilidades de “ordem” que não estivessem dentro do planejado ou da compreensão expressada.¹⁴ Vale salientar que as ideias de José Américo expostas nessa entrevista foram pedagogicamente reproduzidas por segmentos da imprensa do país que se autoproclamavam pró democracia.

A profecia da ingovernabilidade expressava ainda a tentativa de fabricação para a nação¹⁵ e para o próprio Vargas¹⁶ da incompatibilidade de sua persona com o regime democrático, que tinha como “essência, ampla liberdade de crítica”, segundo Américo.

A linguagem empregada no impresso por vezes assumiu um tom constatativo. Uma mensagem que trilhava os territórios dos sentimentos através da criação da miragem do inevitável e assinalava para Vargas que o amanhã não estaria mais sobre o seu controle, afinal, o ditador não poderia ir contra a marcha da História que apontava para a democracia:

Nosso bom povo do Brasil merece respeito pela sua sorte e pelas suas decisões. Já disse que confio nele. Deverá esse Brasil do futuro valorizar o homem, esse homem resistente [...]. O novo governo [...] Terá de reformar a política sobretudo os costumes para que o homem brasileiro possa ficar ao nível dos povos; livres, civilizados e eficientes, e à altura da grandeza da terra que a Providência lhe doou. [...] Os problemas do presente e os do futuro imediato, **na recuperação da democracia**, na sua revalorização, na produção e intensificação da riqueza nacional, dependem no momento — não me canso do repetir — **da união** de todos os valores da vida brasileira, da conjugação dos esforços de todo o povo. Pelos motivos expostos, considero inviável a eleição do Sr, Getúlio Vargas, dos seus interventores, **da sua estafada máquina administrativa**, [...] Caso, porém, não se verifique a desistência da sua propalada candidatura, ainda pior do que a luta da sucessão é a estagnação do espírito público. Neste caso, uma campanha de respeito recíproco, de garantias cívicas efetivamente asseguradas por autoridades insuspeitas, um severo regime de responsabilidade para os agentes do Poder que se utilizem da máquina administrativa, dos dinheiros públicos ou da força para fins partidários, o funcionamento da Justiça Eleitoral, um pleito sinceramente efetuado no qual o vencido pudesse respeitar o vencedor, submetendo-se ao resultado das urnas, seria também — e quanto — uma forma de paz, paz nacional, de União do Brasil. A eleição por processos idôneos não desune. Ela reconcilia a Nação consigo mesma e restabelece o rumo do seu legítimo destino democrático. [...] (ALMEIDA, 1945, p. 14, grifos meus)

José Américo não fugiu muito da semântica de democracia como sinônimo de representação política, de eleição e de voto direto, própria da denominada democracia liberal. Esta concepção de democracia marcará a atuação udenista na primeira experiência democrática brasileira. Sua entrevista é emblemática e possibilita entender a atuação e algumas tomadas de decisão de seu grupo.

A esse respeito, Jorge Gomes de Souza Chaloub (2015, p. 19) considera o(s) liberalismo(s) da UDN como ponto fulcral para o entendimento das posições do partido, principalmente a partir de

¹³ “Ou a ordem com Eduardo Gomes, ou a desordem com Getúlio.” *Jornal O Povo*, Fortaleza, Quinta-feira, 8 de março de 1945.

¹⁴ Isso pôde ser percebido ao examinar como a imprensa udenista cearense desqualificava as manifestações de estudantes que não se adequassem aos parâmetros contidos e ordeiros na percepção deles. *Jornal O Povo*. Fortaleza, segunda-feira, 16 de abril de 1945.

¹⁵ Ainda sobre a noção de nação, cabe lembrar os conflitos em torno das “nações” e por extensão do(s) “nacionalismo(s)” que vinham ocorrendo desde a Primeira Guerra Mundial. O historiador Eric Hobsbawm, ao estudar o período entre guerras, acentuou que, a partir de 1918, a construção do nacionalismo foge às “tradicionais áreas de disputas de fronteiras, eleições [...] e de necessidades linguísticas”. Afinal, a partir deste período a imprensa, o cinema, o rádio atuaram neste processo de forjar sentimentos de nacionalidade, trazendo símbolos ditos nacionais para o cotidiano das pessoas, rompendo, portanto, “as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional” (HOBBSAWM, 1990, p.170). Podemos considerar que a própria entrevista de Américo compôs o jogo das disputas simbólicas, na tentativa de tutorar os passos desta “nação” que deveria se pretender democrática.

¹⁶ José Américo deixou claro, logo no início da entrevista, que falava a Vargas em nome “dos velhos tempos”: “[...] Faça de conta que sou aquele ministro que nunca lhe faltou com a verdade [...]”.

1946. Dentre estes “estilos liberais da UDN” (CHALOUB, 2015, p. 35), chamamos a atenção ao que o autor, inspirado em Benevides (1981), denominou de bacharéis. Para Chaloub, esses bacharéis subdividiam-se entre um liberalismo conservador e um modernizante, e baseavam a “ação política” em “princípios de uma tradição que mediava o novo” sem abrir mão do passado, “onde inovação era só desejável se convivesse com a conservação” (CHALOUB, 2015, p. 92). Este bacharelismo iluminista, para Gláucio Ary Dillon Soares (2001, p. 99), podia ainda ser notado através da ênfase dada à expressão “união nacional”. Esta carregava a uniformização das “classes”, excluindo trabalhadores e trabalhadoras do processo político por concebê-los de forma paternalista, assim como também o fizeram alguns segmentos de esquerda.

Portanto, ao abordar o povo de forma plástica, o escritor não se referiu a nada mais do que os eleitores, flertando de maneira rápida com a noção de soberania popular própria das tradições romano-medieval e republicana moderna (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 321-323). Sobre isto, Francisco Weffort (1978, p. 18) pontuava “que não se pode confundir o povo com o corpo eleitoral” e que “a exaltação nacionalista do povo confunde ao invés de esclarecer, o sentido real da participação política das massas”. O uso genérico do “povo” por Américo pode ser percebido pela ausência de uma retórica que militasse pela ampliação da participação política, afinal, neste período grande parte da população brasileira era analfabeta¹⁷, estando impedida de exercer direitos políticos.

Há de se ressaltar ainda que os princípios da democracia liberal evocados por ele tinham especificidades: uma “pragmática” bem demarcada pelos signos da ordem e da pátria convalida que precisava ser restaurada pela mitologia do herói. Só há sentido no herói se houver uma pátria. A concepção de Estado não desperta tais passionalidades.

Entendida pela própria historiografia como um dos marcos da abertura democrática por ter “rompido com a censura estadonovista”, a entrevista de José Américo não foi exatamente um manifesto pela democracia, mas sim um protesto quanto a uma possível candidatura de Vargas. Tentava-se manipular as sensações coletivas ao instrumentalizar as noções de estadista e patriota, ao mesmo tempo em que se procurava construir outro significado de pátria: o Brasil como pátria política maturada. A pátria, neste sentido, seria inconciliável com o ditador Vargas.

É inquestionável a relevância de uma entrevista com ideias frontalmente direcionadas a Vargas, expropriando dele o passado e, principalmente, um futuro próximo, ter sido publicada no início de 1945. De fato, ela foi e continua sendo emblemática, apesar de não ter sido a primeira que Américo concedia.

Em seis de fevereiro de 1945, o Jornal *O Povo*, de Fortaleza, com a manchete “Eleições no Brasil”, transcrevia do Jornal *Parga*¹⁸ do Rio de Janeiro afirmações de algumas figuras públicas. Com o título “Importantes declarações dos srs. José Américo, Batista Lusardo, Antonio Carlos e A. Bernardes”, falou-se sobre a expectativa de retorno às eleições no Brasil. José Américo, semelhantemente aos outros, declarou seu desejo de retorno à democracia e às eleições. Entretanto, foi incisivo ao pontuar a necessidade de “[...] eleições de verdade, isto é, com voto secreto, cujas vantagens já foram demonstradas em experiências já realizadas e que se processe sem quaisquer restrições a consciência dos cidadãos e com liberdade de propaganda, a fim de que seu resultado, seja acatado por todos.” (ALMEIDA, 1945)

Percebe-se que, desde o início de fevereiro de 1945, a imprensa brasileira já reivindicava eleições de forma mais aberta, realizando sutilmente críticas ao governo sem ser censurada. Logo, vale questionar até que ponto a entrevista de Américo no dia 22 de fevereiro ao *Correio da Manhã* “rompeu com a censura”. Em vinte e nove de janeiro de 1945, Paulo Sarasate, através do Jornal *O Povo* do Ceará, comemorava o rompimento do Brasil com o Eixo destacando que tal ato “repôs o

¹⁷ Segundo o mapeamento da situação demográfica de “caracteres individuais” do período, no Brasil havia 13.329.779 pessoas que não sabiam ler e escrever (IBGE, 1947, p. 35).

¹⁸ Não encontramos muitas informações sobre este periódico.

Brasil no caminho da liberdade e da soberania popular.”

Se, oficialmente, as atividades do DIP foram encerradas em maio de 1945, pode-se pensar que sua atuação já não era a mesma desde o final de janeiro. Cabe pensar se a entrevista de José Américo não foi construída como um marco da abertura democrática pela própria imprensa udenista e os atores envolvidos, assim como estes fizeram com a Carta dos Mineiros.

Além de uma democracia liberal

Vamos abrir espaço, em seguida, a publicação de um documento histórico – **O Manifesto Mineiro – possivelmente um dos mais influentes nos dias que antecederam a época atual**. O Manifesto Mineiro tem sua história e acarretou consequências, vinditas da ditadura, como veremos. Tendo o presidente, no discurso de 7 de setembro, aberto as perspectivas políticas para a discussão do problema da restauração constitucional, entenderam alguns políticos mineiros que era chegado o momento das oposições latentes, porém formos, sob o regime ditatorial, **de prestar sua colaboração patriótica e desinteressada**. [...] ¹⁹

A invenção udenista de que o Manifesto Mineiro teria sido crucial em prol da abertura democrática foi reproduzida por alguns historiadores e cientistas políticos (FAUSTO, 1996; Brum, 1988; SOUZA, 1980). Em contraposição a essa interpretação, Maria Victória Benevides (1981) pontuou sobre a importância da Carta aos mineiros para a História da UDN, destacando a falta de proposta clara desta para a derrubada do regime ditatorial. Assim, o Manifesto Mineiro, em grande medida, foi fabricado pelos partidários udenistas como um marco para a queda de Vargas e uma referência de luta rumo à democracia.

Entendido, não só por Benevides, mas também por Ricardo Maranhão e Antônio Mendes de Almeida Júnior (1982) e Gilberto Grassi Calil (2001) como uma manifestação das “elites liberais e oligárquicas” sem proposta de grandes transformações, interessa-nos pensar quais concepções de democracia o documento evocara:

A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a **base moral e cristã da democracia** reside na mútua e confiante **aproximação dos filhos de uma mesma pátria**, na conseqüente **reciprocidade na prática alternada do poder**, e na **obediência por parte de todos, indistintamente** (MANIFESTO MINEIRO, 1943, grifos meus).

A articulação pragmática do discurso vinculou a democracia ao moralismo cristão como marco que a distinguiria inclusive do fascismo. À pátria, como a matriarca política, dever-se-ia a submissão. Nota-se que, desde 1943, existia a preocupação com a imprevisibilidade que a abertura política poderia causar. Havia um desejo de assegurar uma democracia subserviente e jamais subversiva. Queria-se derrubar o regime, mas não necessariamente renunciar a alguns de seus valores (por exemplo, a obediência) apesar de a ditadura ter sido construída como forma de degradação moral. Não obstante, a democracia não foi retratada somente na perspectiva moral:

[...] os povos ocidentais compreenderam [...] que fora da democracia não há salvação possível, para a paz e as liberdades que enobrecem e exaltam a espécie humana [...] o seu princípio vital é geralmente, **a virtude**, segundo a bela demonstração [...] e raramente lida do **Montesquieu**. [...] para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido **de bem comum** e a mesma ardente e **abnegada ambição de servir**. [...] a democracia por nós preconizada **não** é a mesma do tempo do **liberalismo burguês**. [...] preconizamos uma reforma democrática que, sem esquecer a liberdade espiritual, **cogite, principalmente, da democratização econômica** [...] Queremos algumas coisas **além** das franquias fundamentais, do **direito ao voto** e do **“habeas corpus”**, Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de **garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem estar** para todos os brasileiros, não só das

¹⁹ “O MANIFESTO AO POVO MINEIRO. Um documento histórico, talvez o mais influente da época atual”. Com este título e subtítulo, o Jornal *O Povo*, 20 de março de 1945 apresentava o documento. Em 1943, o manifesto foi censurado pelo DIP quando seus signatários tentaram publicar na imprensa do Rio de Janeiro. Grifos meus.

capitais, mas de todo território nacional. Queremos **espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais** [...] queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político (MANIFESTO MINEIRO, 1943, grifos meus).

Por mais que tente desvencilhar sua noção de democracia do “liberalismo burguês”, a carta em sua integralidade dedicou mais argumentos à reivindicação do retorno aos direitos políticos e às liberdades, principalmente de pensamento e crítica, no espaço público. Também se aproximou da tradição Republicana Moderna (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 323), mobilizando no discurso a democracia como antônimo de qualquer despotismo e defendendo a República democrática de Montesquieu, como eles mesmos deixaram claro.

Outrossim, nos chama atenção quando, em meio a estas concepções, os mineiros fizeram uma crítica às injustiças e desigualdades sociais reafirmadas, para eles, pela Revolução Francesa. Diante de tais colocações, podemos considerar que houve negociações no processo de elaboração da carta até o documento finalizado?

Percebem-se diferentes concepções de democracia expressas no documento, possivelmente fruto de tensões entre os envolvidos e das críticas que o sistema liberal vinha sofrendo desde o final da década de 1920. Ainda podemos cogitar se não foi uma tentativa ardilosa de dialogar com a retórica antiliberal do Estado Novo (VELLOSO, 2003, p. 154-155) para que o documento fosse publicado sem impedimentos. Havia uma preocupação em esclarecer que a ação empreendida era um “manifesto pela liberdade” e não um “documento subversivo”.

Proposta por Afonso Arinos de Melo Franco, a carta foi redigida por Virgílio de Melo Franco no Rio de Janeiro, com contribuição de Odilon Braga, entre outros. Seguiu para Belo Horizonte para que Pedro Aleixo e Milton Campos colaborassem. Por mais que no próprio manifesto houvesse uma preocupação de afirmar que todos que ali assinavam não eram meros “indivíduos de orientação isolada, mas [...] movimentos de ação convergente” em nome da abertura política, tais concepções sobre democracia são indícios relevantes de uma disputa de possíveis projetos para o Brasil (MANIFESTO MINEIRO, 1943).

Os assinantes desta carta foram olhados pela historiografia (BENEVIDES, 1981; MARANHÃO; ALMEIDA JÚNIOR, 1982; CALIL, 2001) a partir da lógica do ressentimento em torno de Vargas²⁰, o que é perfeitamente plausível, assim como pelo relevo de seus interesses que também saltam aos olhos no momento de uma leitura do documento. Não se discorda em si de tais interpretações, mas o que queremos chamar atenção é que esta lupa de análise propiciou uma homogeneização dos assinantes, retirando-lhes quaisquer divergências e tensões no que diz respeito à semântica e ao papel da democracia.

Maria Victória Benevides (1981) observou a contradição presente no próprio documento ao salientar que o Manifesto defendia a “instauração de um estado de bem-estar”, mas suas perguntas sobre a União Democrática Nacional orientaram seu olhar para minimizar tal questão, sobressaltando os interesses políticos dos quais não discordamos que houvessem.

O que se quer ressaltar é que não podemos reduzir a concepção de democracia encontrada no “documento dos mineiros” apenas à lógica de representação política da democracia liberal, por mais que haja uma prevalência de argumentação a favor do que eles denominavam de “liberdade espiritual” e uma visível reivindicação pelo poder.

As concepções de democracia em cena no texto enunciam um conflito, embora administrado, que se expressa na contundente crítica a um regime democrático que, uma vez

²⁰ Tendo como referências as assinaturas foi possível perceber que todos os assinantes da carta aos mineiros tinham em comum a interrupção de suas carreiras pelo regime ditatorial. Professores e funcionários públicos que foram demitidos de seus cargos ou aposentados compulsoriamente devido ao Art. 177 da Constituição Federal de 1937, contratados afastados de cargos de empresas privadas, ameaçados de exílio, como o político Alberto Deodato fez questão de destacar ao assinar o documento, promotores cujas promoções foram cassadas, entre outros. O perfil dos assinantes é elitista, mas não se tratou somente de assinatura de políticos. Benevides (1981) contabilizou 92 assinaturas no documento por ela analisado. No documento transcrito pelo Jornal *O Povo* – CE constavam apenas 74 assinaturas.

estabelecido, se omitisse em lidar com os problemas das desigualdades sociais. Se o uso foi “demagógico” ou não, se constitui uma questão inócua. O que se pode afirmar é que muitos dos signatários desse documento, anos depois, levantaram bandeiras autoritárias e elitistas. O que estamos salientando são os sentidos registrados de democracia na carta aos mineiros e que essa construção pode não ter sido tão harmoniosa como eles pretenderam transmitir. No documento é possível perceber uma crítica clara a uma democracia que se restringisse a lutar somente por direitos políticos (direito ao voto) e civis (*habeas corpus*) e desconsiderasse os direitos sociais.

Com isso, não estamos minimizando os interesses políticos que perpassaram a elaboração do conteúdo da carta, pois isso seria uma análise ingênua. Inclusive, eles são importantes para nos ajudar a entender a construção da entrevista de José Américo como um marco criado pela UDN, almejando reger as sensibilidades dos leitores eleitores quanto aos possíveis processos eleitorais.

Benevides (1981) considerou importante para o entendimento das motivações do Manifesto a seguinte declaração de Virgílio de Mello Franco feita em 1946:

[...] desvendando a transparente intenção do cônsul, os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas, conspiraram, a bem dizer, em segredo, para elaborar um Manifesto que logo se tornou conhecido com a denominação de Manifesto Mineiro... quando começou a mudar a sorte das batalhas e o imenso poderio militar e industrial americano passou a pesar na balança, o plano de nosso pequeno Napoleão 111 tornou-se de uma clareza meridiana. **Ele surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia**” (FRANCO 1946, p. 11, *apud*, BENEVIDES, 1981, grifos meus).

A suspeita e o receio dos udenistas de que Vargas daria outro golpe usando a democracia integrou as entrevistas e os comentários às imprensas cearense e carioca. A entrevista de José Américo foi um exemplo disso. A questão é até que ponto, no momento da carta, esta suposição estava presente ou tão clara assim para um grupo que comporia os udenistas dois anos depois. Teria a censura ao Manifesto inspirado esta desconfiança? Ou ela já estava presente, como afirmara Virgílio Franco? Deve-se observar que foi um olhar de 1946 para um evento de 1943. Um olhar interessado, inclusive, em mitificar o Manifesto. Como lembra Walter Benjamin (1940): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. “Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...]”. (BENJAMIN, 1994, p. 224).

A questão é que esse depoimento ajuda a pensar a UDN de 1945 e a explicar o fato de, na entrevista, José Américo estar mais preocupado em argumentar a incompatibilidade da candidatura de Vargas com a democracia do que mesmo ressaltar possíveis transformações sociais que o novo regime traria. A entrevista de Américo poderia assim ser entendida como uma tentativa de antecipação à suposta cartada final de Vargas que, para ele, era o uso da própria democracia como uma forma de continuísmo.

O desejo de ocupar o poder explica por que os udenistas alinharam a democracia aos direitos políticos. Sobre isso, Américo já se defendia ao dizer que não poderia também se candidatar, mas corroborou ao tutelar a democracia vislumbrada pelas insígnias do autoritarismo, da pátria, da ordem e somente da representação política. Apesar da diferença de dois anos entre a Carta aos mineiros e da entrevista de José Américo²¹ ao *Correio da Manhã*, ambas foram ressignificadas e forjadas pelos udenistas como marcos inerentes da democracia, como forma de construir uma memória sobre eles como os verdadeiros democratas preocupados com a pátria.

²¹ Nada mais interessante para legitimar o discurso de Américo do que o fato dele ter sido antigo aliado de Vargas. Suas declarações, mais do que para fortalecer uma oposição contra a ditadura, eram importantes para enfraquecer a possibilidade de vitória do ditador nas urnas caso ele se candidatasse.

Fontes

Entrevista de José Américo ao *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 22 de fevereiro de 1945.

Discurso de posse do presidente eleito Eurico Gaspar Dutra em 1946.

Jornal *O Povo*, Fortaleza, de janeiro a abril de 1945.

Manifesto Mineiro de 1943.

Resultado da Eleição para a Presidência da República – 1945. Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ano VII – 1946. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2806>. Acesso em: 05 maio 2020.

Referências

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1, 2. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 2007, vol. 1.

BRUM, Argemiro. *Democracia e Partidos Políticos no Brasil*. Ijuí.: UNIJUÍ, 1988.

CALIL, Gilberto Crassi. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. *Revista Tempos Históricos* M. C. Rondon v. 3, n. 1, p. 91-120, 2001.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: D' ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ FGV, 1999, p. 55-81.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. *Temas essenciais*, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CERTEAU, Michel de. O ausente. In: CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 179-188.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-46.

FURTADO FILHO, João Ernani. Modernismo Café-com-Leite: Intelectuais, Arte e Política, 1922-1945. *Revista Trajetos*. Fortaleza: Departamento de História da UFC, v. 3, n. 6, p. 85-100, 2005.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. O apogeu do nacionalismo: 1918-1950. In: HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 159-194.

KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Tradução de Luis Fernández Torres. Madrid: Editorial Trotta, 2012. (Ciencias Sociales).

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARANHÃO, Ricardo; ALMEIDA Jr, Antônio Mendes (org.) *A era Vargas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. Da crise do Estado Novo nasce uma República democrática. In: NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República – da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed., 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018. p. 155-171.

OLIVEIRA, Francisco Roberto de. A Redemocratização e a política partidária cearense. In: SOUZA, Simone (org.). *A História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 391-403.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Os partidos políticos. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 85-136.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-179.

WEFFORT, Francisco Correia. Política de Massa. In: WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 15-78.

Nota de autoria

Cintya Chaves é doutoranda em História Social pelo PPGH da Universidade Federal do Ceará. Mestre em História e Culturas, pelo PPGH da Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos/UECE. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Selvíria. Atualmente é Professora Substituta na UECE – Campus Limoeiro do Norte/FAFIDAM e da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/UECE, atuando nas áreas de Teoria e Metodologia da História e Ensino de História. E-mail: cintyachaves2@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

CHAVES, Cintya. Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 311-324, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 14/08/2020.


Modificações solicitadas em 12/09/2020.

Aprovado em 28/09/2020.

Corpos ultrajantes, discursos interditos: embates entre a indústria cinematográfica erótica e a censura federal durante a ditadura civil-militar brasileira

Ultrajant bodies, disclosed discourses: clashes between cinematographic erotic industry and the federal censorship during Brazilian civil-military dictatorship

Romulo Gabriel de Barros Gomes

 <https://orcid.org/0000-0002-7706-0752>
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O presente texto apresenta a trajetória de embates entre as produções cinematográficas denominadas comumente por *pornochanchadas* – produções de baixo orçamento, forte apelo humorístico e sexual – e a censura federal durante a ditadura civil-militar brasileira. Vistas muitas vezes como inimigas do discurso público de moral e bons costumes que representava o estado, elas acarretaram, por parte dos sujeitos produtores, o desenvolvimento de estratégias para driblar a censura federal. Ora estas disputas favoreceram produtores, ora censores, mas no foco desses embates encontrava-se, quase que invariavelmente, a disputa pela hegemonia discursiva e pelo lugar de fala que tinham como palco a grande tela do cinema e sua reconhecida capacidade como ferramenta de propagação de valores culturais e normatização de costumes. Na análise ora apresentada, foca-se no enredo amplamente conflitante desta pretensa normalidade encontrado no longa-metragem *Mulher Tentação* (1982) dirigido por Ody Fraga e produzido por David Cardoso. Para esta análise, utilizamos como aporte teórico os escritos de Michel Foucault, especialmente as suas noções de biopoder, normatividade, controle dos corpos e exercício de poder. Tem-se então o objetivo de evidenciar os múltiplos vetores que conformam poderes e contrapoderes, bem como observar como estas disputas marcam corpos, costumes e culturas.

Palavras-chave: Biopoder. Censura. Cinema erótico. Ditadura civil-militar brasileira. Pornochanchadas.

Abstract: The present text presents the trajectory of clashes between cinematographic productions commonly known as *pornochanchadas* – low-budget productions, strong humorous and sexual appeal – and federal censorship during the Brazilian civil-military dictatorship. Often seen as enemies of the public discourse of morals and good customs that the state represented, these led, on the part of the producing subjects, to the development of strategies to circumvent federal censorship. Now these disputes favored producers, now censors, but in the focus of these clashes there was almost invariably the dispute for discursive hegemony and for the place of speech that had the big cinema screen as its stage and its recognized capacity as a tool for the propagation of cultural values and standardization of customs. The analysis presented here focuses on the widely conflicting plot of this alleged normality found in the feature film *Mulher Tentação* (1982) directed by Ody Fraga and produced by David Cardoso. For this analysis, Michel Foucault's writings are used as a theoretical contribution, especially his notions of biopower, normativity, control of bodies and exercise of power. The objective is then to highlight the multiple vectors that make up powers and counterpowers, as well as to observe how these disputes mark bodies, customs and cultures.

Keywords: Biopower. Brazilian civil-military dictatorship. Censorship. Erotic cinema. *Pornochanchadas*.

Introdução

O presente artigo é parte reformulada, corrigida e atualizada da dissertação de mestrado



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco, tendo sido financiado pela CAPES, entidade a qual se agradece o inestimável incentivo, sem o qual não haveria possibilidade para a conclusão desta pesquisa. Fazemos votos para que mais bolsas sejam implementadas, beneficiem novos pesquisadores e que estes possam fomentar o desenvolvimento do debate que nos humaniza.

Este texto tem como documento central de sua análise o filme *Mulher Tentação*, produzido em 1982 pela DaCar produções, empresa do ator, produtor e diretor David Cardoso, em parceria com Ody Fraga, que assina a direção do longa. Foi lançado nos anos finais do regime civil-militar, um período de dita redemocratização e pretensão desmonte das antigas estruturas da ditadura¹ que se abateu sobre o Brasil nas duas décadas anteriores, período em que, supostamente, haveria maior permissividade ou relaxamento da censura, porém, este filme foi completamente vetado para exibição e exportação. Pensando nestes acontecimentos e o modo como o referido processo foi conduzido no país, Werneck Vianna (2011) o caracteriza como uma “Revolução Passiva” e, acerca deste conceito, discorre:

Revoluções passivas são processos de revolução sem revolução em que as elites políticas das classes dominantes se apropriam total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar-mudando, tal como nas palavras de um personagem do romance *O leopardo*, a obra-prima do italiano Giuseppe Lampedusa, que sentenciava ser necessário mudar para que as coisas permanecessem como estavam (WERNECK VIANNA, 2011, p. 172).

Neste sentido, parte-se da análise do contexto de manutenção dos mecanismos de vigilância, repressão e das diretrizes censórias, mesmo num período em que se supunha um maior afrouxamento dos mesmos. É preciso observar que, mesmo utilizando-se da terminologia de Werneck Viana ao falar da passividade do Estado e seus representantes em relação ao processo de abertura, esta letargia não foi observada em outros setores da sociedade civil que se opunham aos termos colocados para a dissolução do regime civil-militar, mas que, ao fim, foram voto vencido neste processo (FICO, 2010). Ressalta-se ainda que o episódio de censura total da obra ora debatida no referido período não foi único e muito menos conformou exceção, conforme se observa nas análises de Andrade e Reimão (2009), indicando um quadro distinto ao do desmonte destas instituições de suporte ao regime:

Este quadro de recrudescimento na ação da censura por parte do governo federal, marca o início da polêmica passagem de Solange Hernandez na chefia da Divisão de Censura da Polícia Federal [1981-1984]. O fato seria marcado por um longo período de intensa presença da censura e conflitos com todos os setores ligados à comunicação e produção cultural e que se estenderia até o final do regime militar em 1985. (ANDRADE; REIMÃO, 2009, p. 8)

Neste esteio, o presente artigo vem com o intento de, através de um estudo de caso, ilustrar a dinâmica cultural do período e suscitar a reflexão de como operaram e se constituíram as relações de poder às vésperas do alvorecer da chamada Nova República brasileira.

Acerca do filme que conduz este debate, é importante salientar que se trata de uma obra que, como muitas outras do gênero, objetivava dar ao expectador aquilo que se supunha ser por ele desejado, isto é, cenas cômicas baseadas em trocadilhos sexuais, situações do cotidiano e

¹ Segundo relatório de 1981 do Departamento de Censura e Diversões Públicas, o órgão contava com 279 funcionários, analisou 56.877 obras e vetou 1.168. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o número de análises permaneceu estável se comparado aos anos anteriores, uma média de 50.000 obras, contudo, o número de vetos mais que dobrou. No ano de 1969, por exemplo, foram 51.662 análises e 395 proibições. Neste caso, constata-se que o aparelho de censura seguiu atuando de maneira contundente durante a última década da ditadura. Ver: DCDP. *Relatório de 1981*. fl. 7, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Relatórios de Atividades”; CAVALCANTI, 2010, p. 12; FICO, 2002.

cenar de sexo que, durante longo tempo, muito insinuaram, mas pouco mostraram (ABREU, 2005). Estes filmes que repetiam o que parecia ser uma fórmula para o sucesso nos anos de 1970 e 1980 receberam o nome de Pornochanchadas – produções cinematográficas que funcionarão como fio condutor da história investigada neste trabalho.

Sobre estas produções, Valter Sales Filho, em 1995, num dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema, afirmou que este gênero aliou elementos sempre de muito sucesso na cinematografia nacional. Alguns destes elementos figurariam nos filmes desde as chamadas Chanchadas, termo amplamente utilizado em alusão às comédias produzidas nos anos de 1940 e 1950, designando, em geral, produtos caracterizados por serem mal-acabados, com forte apelo popular e “valor artístico duvidoso”, características que não diminuíram, entretanto, seu êxito nas bilheterias. Segundo Felizardo (2009), estas produções jogavam com o duplo sentido, evidenciavam a sexualidade, mas não mostravam o ato propriamente – o faziam através de simulação ou insinuação, além dos títulos e cartazes sempre apelativos.

Acerca desses elementos comuns, afirma-se ainda que as Pornochanchadas aliaram a comédia das chanchadas [...] ao erotismo com tanto sucesso que essa reunião se tornou verdadeiramente, para o grande público, sinônimo de cinema brasileiro. Dizer, a partir de então, que o cinema nacional ‘só mostrava mulher pelada’, tornou-se um lugar comum (SALES FILHO, 1995, p. 67).

Para aproximar-se do público e atingir o sucesso, a pornochanchada utilizou-se de temas muito próximos do cotidiano das classes populares², já bastante distante daqueles apreciados pelo público nos decênios anteriores, como destaca Abreu (2005) ao falar sobre os interesses e identificações do público com o cinema anterior às produções da Boca do Lixo³. Para o autor,

É importante destacar, nesta produção [...], os filmes sertanejos, de grande aceitação popular durante as décadas de 1960 e 1970. Eram fitas que tratavam de temas regionais, caipiras do Sudeste, com público certo – espectadores que, procurando diversão, *encontravam identidade* – nas cidades do interior e na periferia das grandes cidades, filão que entra em decadência com a “nossa” *modernidade*. (ABREU, 2005, p. 50, grifos nossos)

Neste trecho o autor revela uma mudança de identidade de um público popular que tem início em meados da década de 1970 com o advento de uma modernidade. A dita modernidade seria, portanto, uma mudança nos valores e costumes e, mais que isso, um questionamento acerca destes. É importante destacar que “Neste período (os costumes) desnudaram-se como antes nunca tinham feito. Esse desnudamento envolto na Revolução Sexual da época encontrou diversas maneiras de ser em diferentes lugares, sendo um forte símbolo de transformação nos costumes.” (VIEIRA, 2004, p. 2).

Bombardados por essa mudança de costumes, o brasileiro buscou vazão para essa curiosidade, para a descoberta de uma sexualidade mais exposta – parecia ávido para ver o que até então se velava sob o rótulo do proibido: demandava agora ver não como antes, pelo buraco da fechadura, mas projetado nas grandes telas os temas relevantes aos debates do período, isto é, o adultério, a conquista, a crise familiar, a liberalização das práticas sexuais, por exemplo.

É diante dessa demanda que se instalam as produtoras da Boca do Lixo. Ao observarem esse nicho de mercado provocado pela ânsia e pela nova permissividade no ver e mostrar do corpo

² Categoria tomada de empréstimo a partir da análise de Nuno César Abreu (2005), que entende por “classes populares”, “A expressão utilizada [...] para referir-se aos indivíduos com níveis de renda, instrução e consumo abaixo dos atribuídos a classe média, misturando estratos da pequena-burguesia, da classe operária ou do chamado proletariado. Deve-se ter em mente, de qualquer modo, que esta é uma definição referida ao ambiente socioeconômico dos anos 1970” (ABREU, 2005, p. 11). Também é embasada em entrevistas do autor aos produtores, atores, diretores e frequentadores do ambiente de produção das pornochanchadas e sua frequente autodenominação de “artistas do povo”, representantes das “classes populares” e que delas viriam e para elas produziram.

³ A Boca do Lixo, como era conhecida a região situada na capital paulista, abrangia as ruas Triunfo, Consolação e adjacências. Constituiu-se como polo de atração de produtoras cinematográficas no período, além de ser uma zona já conhecida pela concentração de atividades como a prostituição, os jogos de azar e o uso de drogas.

e da sexualidade, esses produtores construíram suas obras visando atingir um público idealizado como sendo hegemonicamente masculino – dado que o consumo de material pornográfico/erótico no período é verificado como um hábito dominante nesta parcela da população (ABREU, 1996, p. 176) e que o direcionamento temático destas produções aponta quase que exclusivamente para este perfil de público, com forte ênfase na parcela heterossexual (WELZER-LANG, 2001, p. 477). Assim, as pornochanchadas construíram seu discurso para conquistá-los e se projetaram como

Assumidamente voltados ao público masculino, os filmes representavam tipos femininos para todos os gostos: virgens, viúvas, mulheres experientes, quase sempre belas e desinibidas. Os personagens masculinos eram geralmente tipos machões, espertos, cafajestes e malandros (vinculados ao sucesso sexual), ou então garotos virgens e maridos impotentes (relacionados ao fracasso). Os homossexuais, em geral, eram ridicularizados. (FELIZARDO, 2009, p. 17).

Esses temas e personagens pareciam aguçar a curiosidade deste público. Milhões de homens divertiram-se durante as incontáveis sessões realizadas por todo país durante os próximos anos e, talvez, a próxima década. A partir disto questiona-se: seriam estes filmes apenas produções inócuas ou repercutiriam mais profundamente naqueles que os assistiam? Trariam os ecos “Revolução Sexual para o universo popular” (ABREU, 2005, p. 6) e todo seu teor de libertação ou saciariam a curiosidade de seus expectadores mostrando o sexo, mas ainda com valores anteriores ao movimento mencionado?

Trilhas para pensar tais questões podem ser tomadas a partir do pensamento de Marc Ferro (1992). Para esse autor, o cinema não somente é um divertimento, mas uma maneira de propagar ideias, de difundir mensagens. Assim, o cinema é uma via de mão dupla, tanto influencia como é influenciado e como tal, é um importante agente na escrita da história, na cunhagem dos traços de uma cultura, no cerzido da trama que compõe as múltiplas identidades tanto dos sujeitos que as produzem, quanto dos que consomem. Como tal, ora analisa-se o fenômeno cinematográfico acima enunciado como um elemento a dialogar com o público que ocorreu durante quase uma década ao cinema para assistir às suas numerosas produções.

Diferentemente de *Império do Desejo* (1980), filme de Carlos Reichenbach – que fora liberado apenas com alguns poucos cortes, mesmo contendo claras alusões ao comunismo, assunto amplamente reprimido durante todo o regime como estratégia para legitimar a permanência dos militares na defesa contra o inimigo declarado, deve-se recordar (GOMES, 2017) que o filme produzido por Cardoso e dirigido por Fraga não continha nenhuma alusão ao que, usualmente, considera-se como “temática política” e, mesmo assim, foi vetado. Então qual motivo teria levado ao consenso por parte dos censores que optaram por sua completa interdição?

Com o intuito de direcionar esta discussão, o presente texto estruturará sua análise em dois momentos: num primeiro, que se segue, busca-se ponderar acerca do enredo do longa-metragem, bem como alguns excertos que podem ser tomados como representativos da tônica discursiva dessa produção; alinhado a isso, busca-se, no tópico posterior, enxergar algumas das nuances da práxis censória utilizando-se o percurso de *Mulher Tentação* no Departamento de Censura e Diversões Públicas, o DCDP, órgão responsável pela análise prévia de obras culturais veiculadas no país, exportadas ou vetadas para tais fins (BERG, 2002).

Sob o aspecto metodológico, no que tange ao trato com as fontes documentais geradas pela censura, é oportuno salientar, tal qual realizou Carlos Fico (2001; 2002) em seu esforço de trazer a lume uma considerável fração do debate acerca dessa temática, a importância, não apenas da análise dos pareceres censórios, nos quais se encontram as apreciações e a recomendação final dos censores para as produções culturais, como será visto adiante, mas também da documentação que orbita esses laudos, tais como cartas dos leitores aos jornais, cartas dos civis aos órgãos de censura ou seus superiores, editoriais, críticas cinematográficas, cartas dos produtores à censura, depoimentos destes sobre o referido processo, sendo em especial, esses três últimos os mais pertinentes no cotejo com o longa-metragem ora apresentado. Esse exercício de aproximar

diferentes fontes que coabitam um mesmo espaço histórico e debatem sobre um mesmo objeto cultural pode conceder-nos aspectos fulcrais no entendimento das relações culturais e como elas estão atravessadas por diferentes sujeitos que exercem, movimentam e sobrepõem seus poderes.

Assim, analisa-se a instituição da censura, os próprios filmes e seus produtores, bem como a audiência, especializada ou não, como universo amostral dos exercícios cotidianos dos micropoderes, a saber: se, por um lado, haveria um esforço para produzir e conduzir mecanismos biopolíticos por parte dos agentes da ditadura, isto é, do manejo de mecanismos dos quais o Estado lançava mão com o objetivo de docilizar as massas, controlar seus corpos na tentativa de produzir e reproduzir as relações de poder em benefício próprio; por outro lado, os espectadores e críticos não observavam passivos o desenvolvimento dos acontecimentos ao seu redor, manifestavam-se e influíam, exercendo, assim, o que se chama de contrapoderes; desse modo, no curso da história, inscreviam-se como partícipes tão relevantes para a historiografia quanto os representantes oficiais do governo (FOUCAULT, 2008).

Nesse cenário, é possível observar então diferentes atores e suas sucessivas movimentações no intuito de colocar-se ao centro do palco; em outras palavras, evidencia-se o embate entre sujeitos, esses sempre dotados de poderes e que se encontram permanentemente buscando seu exercício. O que o filósofo Michel Foucault denomina, dentro do já referido universo das relações de (micro)poderes, de pontos de insubmissão e de estratégias de luta. Isto é,

[...] não poderia haver relações de poder sem pontos de insubmissão que, por definição, lhe escapam, toda intensificação e toda extensão das relações de poder para submetê-los conduzem apenas aos limites do exercício do poder; [...]

De fato, entre relação de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e em certos pontos se torna, um confronto entre adversários. (FOUCAULT, 1995, p. 248)

Desta feita, busca-se evidenciar a tese de que, mesmo num regime autoritário, com suas instituições repressivas em pleno funcionamento, foi possível encontrar focos dos quais irromperam resistência e confronto, inclusive em locais onde pouco se esperava encontrá-los, os quais se cria esvaziado de qualquer conteúdo, como no caso das pornochanchadas (tidas por muitos apenas como diversão popular e barata), ou mesmo do público e da imprensa que não foram figuras passivas frente aos acontecimentos, tal qual se almeja ilustrar no debate a seguir.

Intentos analíticos: *Mulher Tentação (1982)* e além...

A sinopse do filme cujo título fora enunciado desde a introdução pode revelar os motivos pelos quais a obra teve sua exibição sustada por parte da censura federal. A película conta a história de uma opulenta família, cujos integrantes possuem costumes pouco usuais para os padrões da época, ou ao menos, pouco usual que fossem praticados de modo tão aberto. Trata-se, em boa parte do filme, do conflito entre mãe e filha. A mãe, Marina (Reneè Casemart), tem por hábito seduzir e relacionar-se sexualmente com todos os namorados da filha, Melissa (Sandra Graffi). Esta última, por sua vez, acaba relacionando-se com vários homens na tentativa de encontrar um namorado que a mãe não consiga tomar, levando a competição – comum – entre mãe e filha a níveis problemáticos.

A própria sinopse é reveladora de uma relação não harmônica para os padrões vigentes, portanto, pouco quista dentro das normatizações familiares então propagandeadas, muito embora alguns teóricos indiquem que o conflito entre mães e filhas seja algo relativamente comum, embora não exatamente nesse grau. Sobre esta problemática, assevera Freud (*in* YI, 2013):

Essa figura materna sensual, com uma inigualável potência iniciadora de vida sexual, é realçada nas considerações freudianas acerca da feminilidade (Freud, 1931/1995). Descrita como exclusiva e intensa, a relação original entre a filha e sua mãe contém todos os ingredientes de

uma história de amor passional, perpassada por gritos e sussurros, até seu término inelutável, a ruptura brutal. O amor cego é substituído pelo seu antônimo: o ódio. O amor materno não está à altura das expectativas que este suscita, e o amor infantil não pode responder às suas exigências. Logo, necessariamente, encontramos insatisfações, decepções, hostilidades e várias razões de queixa: um amor dividido com outrem, a falta de leite e também a atividade sexual suscitada por seus próprios cuidados que, ao mesmo tempo, se faz proibir. (YI, 2013).

Acerca das configurações desse conflito, é oportuno ainda afirmar que, mesmo que os preceitos psicanalíticos corroborem, em certo grau, com o enredo apresentado pelo filme, essa representação das relações femininas não pode ser validada de modo unânime, posto que a mesma encontra fortes vozes opositoras na literatura feminista e nos estudos de gênero que apontam essas constatações como simplificações ou naturalizações de conflitos social/culturalmente construídos (LAGO, 2001). Ademais, dentre as críticas à pertinência teórica dos escritos psicanalíticos, essa foi mote para as admoestações da censura, o que poderia indicar o intento de silenciamento ou apagamento de tal conflito, conformando-se num primeiro indício das estratégias e manobras da biopolítica perpetrada pelos sujeitos representantes do governo (censores) incidindo sobre a narrativa a fim de tensionar uma pretensa normalidade, moldando os espectadores a partir das suas ações para o exercício dos poderes. Tal posicionamento poderá ser observado nos laudos censórios disponibilizados no próximo tópico.

Em meio ao conflito freudiano desenvolvido entre mãe e filha e a sugestão da multiplicidade possível para os sujeitos femininos, é possível observar mais um pretense desvio de conduta, desta vez da parte masculina do enredo. Trata-se da obsessão do patriarca da família por assistir ao sexo alheio, num estilo que encontra semelhanças, embora bastante simplificadas, ou caricatas a bem dizer, com a trama desenvolvida em *Janela Indiscreta* (1954) de Alfred Hitchcock. Na obra de Fraga, Rodolfo (Luiz Carlos Braga), o pai de família, promove sessões de sexo remunerado entre os empregados para seu próprio prazer e, ao final da película, acaba indo além, mais um ponto que tensionará a referida curva de normalidade no sentido contrário ao almejado pelos representantes do regime, tal como se verá mais adiante nessa análise.

Apresentadas as premissas iniciais e provocativas da obra, parte-se para a análise de excertos pontuais da mesma. Pode-se começar esta problematização desde a primeira cena do filme que traz, em *close-up*, uma vagina sendo masturbada, corta-se, e então se exhibe uma mão feminina acariciando um pênis. Segue-se a cena de sexo. Ao abrir-se a câmera, é possível notar que a mulher é mais velha que o homem e o diálogo ao final da cena revela que ela é sua patroa, posto que a este expede ordens. “– Saia discretamente”, diz ela. “– Por que, se todos sabem?”, prontamente questiona o rapaz, ao passo que ela esclarece: “– Não importa, o que importa é o que se vê”.

Esta passagem que abre o filme evidencia que a moral e os bons costumes defendidos por sua classe – os patrões, os burgueses, os abastados, etc. – não vão além do que se vê, não são mais do que aparências, conformando-se novamente numa crítica aberta e pouco sutil aos valores e estereótipos propagados pelo regime e endossando aquilo que Norbert Elias (1993) enfatiza em seu *Processo Civilizador*, no que tange aos aspectos do público e privado, bem como do recrudescimento negativo às expressões públicas de afeto, aos rompantes de ira, ou qualquer outro que indicasse a não-temperança do sujeito. Em outras palavras, a moral burguesa que toma corpo, segundo o autor, durante o curso da era moderna, tolera aquilo que considera como desvios comportamentais desde que permaneçam no ambiente privado, aproximando-se assim daquilo que Michel Foucault (1984) aponta como ilegalidades toleradas, notadamente aquelas praticadas pelos extratos superiores da sociedade, as quais contrastam com aquelas muito menos toleradas praticadas pelos considerados de classes subalternas. Assim, para a moral burguesa “de maneira geral, as diversas ilegalidades [neste caso, atos indecorosos] próprias a cada grupo tinham umas com as outras relações que eram ao mesmo tempo de rivalidade, de concorrência, de conflito de interesse e de apoio recíproco, de cumplicidade”, e complementa afirmando que “a lei e a justiça [e

os costumes] não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe” (FOUCAULT, 1984, p. 77). Relação assimétrica esta satirizada pela cena ao ver-se a patroa orientar seu subalterno a agir estritamente sob seus termos, que poderiam ser considerados hipócritas ao promover uma moralidade somente de aparências, somente no espaço público.

Além de escarnecer da moral vigente ao expor suas razões hipócritas, a cena que se segue traz mais um retrato caricatural daquilo que poderia ser considerado como um dos maiores opróbrios ao qual um homem, dentro dos padrões sociais em questão, poderia se submeter. Trata-se, mais uma vez, da traição (GOMES, 2016). Observa-se a figura do homem traído e passivo frente à traição, que aguarda o retorno de sua esposa do quarto onde se encontrava com seu amante: “– Que chato!”, diz Melissa, a filha, ao se aborrecer com a demora de sua mãe. “– Ela sempre foi assim, vagarosa no vestir, mas já deve estar pronta”, afirma seu pai. “– Por que não vai apressá-la?”, insiste a filha, ao passo que o pai responde: “– Sabe que ela detesta isso”. Indignada, Melissa esbraveja: “– Pai, você é um [corno] manso mesmo!”, e ele questiona: “– Do que você está falando?”. Completando a cena e soltando a deixa para a comicidade, Melissa responde: “– Que o senhor é um homem muito cordato”, “– Ah! Sim, pode ser”, reconhece prontamente o pai, concordando com sua mansidão diante dos termos expostos. A narrativa segue e a família, na cena seguinte, janta formalmente e com toda normalidade em sua grande mesa, com o patriarca à cabeceira, a mãe à direita e a filha à esquerda, endossando mais uma vez à crítica feita pela via cômica a este dúbio padrão moral.

Apesar de sua infidelidade, mas cumprindo todos os pretensos requisitos de uma mãe – preocupada com as aparências de integridade da família –, Marina questiona a filha que se encontra de saída ao ouvir as insistentes e repetitivas buzinas do cavalheiro que a aguarda: “– Quem é este rapaz, ele é seu namorado, para onde vocês vão, você irá ao apartamento dele?”, dispara essas e outras perguntas, em tom inquisitorial, dirigindo-se à filha. “– Por que você não pergunta as coisas diretamente, você quer saber se eu vou dar para ele?”. Ao responder desafiadoramente com outra indagação, a jovem deixa a casa com o homem que a aguarda. Expõem-se então mais fissuras na moralidade esperada: além do sexo extraconjugal feminino, da passividade masculina diante da traição, vê-se também a insinuação da liberalização ou permissividade feminina para o sexo antes do casamento.

Sob este aspecto, é oportuno analisar as colocações de Alexandra Kollontai, ao caracterizar a mulher como propriedade inviolável a ser entregue incorrupta e desprovida de vontades ao futuro marido para que dela pudesse gozar de suas prerrogativas:

A ideia da propriedade inviolável do esposo foi cultivada com todo esmero pelo código da classe burguesa, com sua família individualista encerrada em si mesma, construída totalmente sobre as bases da propriedade privada. A burguesia conseguiu com perfeição inocular essa ideia na psicologia humana. O conceito de propriedade dentro do matrimônio vai hoje em dia muito além do que ia o conceito da propriedade nas relações sexuais do código aristocrático. No curso do longo período histórico que transcorreu sobre o signo do princípio de casta, a ideia da posse da mulher pelo marido não se estendia além da posse física, mas sua personalidade lhe pertencia completamente. (KOLLONTAI, 2011, p. 50-51)

Ao questionar o motivo pelo qual sua mãe não coloca de uma vez e em termos claros o questionamento sobre as intenções sexuais, implicitamente, a personagem rechaça a ideia de ser ela uma propriedade, um não-sujeito desprovido de vontades e desejos. Ao sair da casa de seus pais com o intuito claro de encontrar-se com um homem que não é seu marido para com ele ter relações sexuais e não ser punida por isso, pode levar à consideração de que o referido código da classe burguesa é falho e, portanto, não deve ser estimulado a ser seguido. Mais uma mensagem cujo teor seria pouco querido pela censura.

Em mais uma cena, vê-se Rodolfo combinando com seu empregado uma sessão de sexo para saciar seu *voyeurismo*. Com tudo organizado e os empregados somente à espera do patrão,

Joana, a empregada, queixa-se: “– hum! parece um senhor tão distinto, mas não passa de um sacana”, novamente corroborando com a tese de que a moral familiar é apenas aparência. Prontamente é interrompida por uma tossida proposital do patrão do outro lado da porta da dependência de empregados: é a deixa para começarem o espetáculo. Inicialmente, o patriarca assiste ao ato apenas da porta; com o passar do tempo, entretanto, ele se aproxima e passa a dirigir os empregados: “– Bate nela”; “– Fala aquelas coisas que vocês falam”, aludindo aos palavrões e xingamentos que se seguem.

As preferências sexuais de Rodolfo são expostas nas cenas descritas anteriormente, mas explicadas por ele mesmo mais adiante. Nessa cena, em que o personagem traz a detalhada explicação de suas preferências, ele se relaciona com uma prostituta que lhe pergunta: “– Você nunca fodeu uma mulher de verdade?”, a resposta vem com detalhes: “– Sim, mas faz muito tempo. Sou casado e fiz até uma filha, mas não me dava prazer. Sabe, um dia numa fazenda eu vi um garanhão trepando numa égua, aí eu gozei de verdade. Gozei até me molhar todo. E foi aí que descobri a coisa, o bom mesmo é ver, olhar. [...] Depois disso, nunca mais levantou, só quando eu olho”. A cena envolve uma série de desvios da normatividade vigente, desde o descumprimento das obrigações conjugais – não se fala explicitamente da traição, posto que ela seja tolerável e, num certo grau, até estimulada da parte dos homens, mas de sua recusa a fazer sexo com a esposa –, como citado nessa cena, seguida pela explicação da excitação sexual extrema através do ato do *voyeurismo*, além da insinuação à zoofilia, posto que o personagem chega ao orgasmo observando o coito de um cavalo e uma égua. Conduta extremamente reprovável, portanto, para os padrões vigentes tanto de moralidade como de masculinidade, posto que espera-se do homem que seja sempre ativo, disposto à penetração (MOSSE, 1996). Tornar-se passivo, normalmente caracterizado como aquele que é penetrado, mas que aqui pode ser apontado simplesmente como aquele que não penetra, mas apenas observa, faz do personagem mais um “mau exemplo” exposto pela película.

Isso, talvez, não suscitasse muitos problemas caso fosse observado dentro dos moldes referidos por Marina nas primeiras cenas, quando afirmou que “o que importa é o que se vê” e se, por ventura, fosse o caso de Rodolfo manter suas preferências em sigilo, posto que é fato observável na literatura a prática de atos “sodomitas”, “voyeristas”, ou outras socialmente reprováveis por parte de homens declaradamente heterossexuais, cisgêneros, casados e que, portanto, atendem aos padrões ora debatidos, desde que essas práticas ocorram em locais específicos onde a permissividade às normas sociais toma um grau de flexibilidade que em outros locais não seria possível. É o caso dos cinemas pornôis, zonas de prostituição, clubes masoquistas, clubes de *swing*, bares, boates, determinadas saunas, entre outros espaços (SILVA, 2007) destinados às já referidas ilegalidades/imoralidades toleradas. Esses espaços são referidos por Foucault (2013) como espaços heterotópicos, espaços que conformariam técnicas de instrumentalização da sexualidade, muito mais do que de controle ou de proibição.

Contudo, não é o que ocorre: as preferências dele (Rodolfo) já haviam vindo a público, inclusive sendo vistas por sua filha, que explica a situação dos pais para o seu segundo namorado no filme. Este indaga acerca das traições da mãe com os seus namorados: “– E teu velho não liga para isso, não? Ele é Manso?”. E ela responde: “– Para ser corno precisa ter ciúme, ele não está nem aí para isso, tem lá suas manias”.

Além da filha, a alusão às suas “manias” também é feita diretamente a Rodolfo por sua esposa. Esta questiona o marido num diálogo em que ela exige que ele cumpra suas obrigações maritais e este se recusa: “– Você deveria ver um psicanalista”, diz ela. “– Para quê? Ele pode me curar e eu adoro minhas taras!”, afirma Rodolfo, reconhecendo seu comportamento como uma perversão a ser curada, mas assumindo sua satisfação em continuar suas transgressões.

De um modo geral, esse tipo de comportamento desviante, seguido de arrependimento, é abonado no desfecho do enredo com um bom final para o personagem ou, em caso de não

arrependimento, o final tende a ser trágico. Nesses moldes, servindo de lição de moral aos espectadores, estes filmes tendem a ser liberados pela censura, como foi o caso de *O Clube das Infiéis* (1975), que aborda temas reprováveis pelos padrões de seu período, mas que trata de redimir-se nas cenas finais. (GOMES, 2016). Não é o mesmo caso de *Mulher Tentação* (1982), conforme será visto a seguir. Mas, antes de se analisar o desfecho da produção, é necessário ainda que se introduzam alguns pontos em relação ao relacionamento entre mãe e filha, posto que esse é o mote para o desenrolar das cenas que encerram a produção.

Durante seu encontro com o primeiro namorado mostrado no longa, Melissa explica para ele, retomando seu conflito freudiano, que sua mãe tomou todos os seus parceiros anteriores e que ela teme entregar-se a mais alguém e acontecer o mesmo. Ao passo que o rapaz a assegura que não há perigo que isso volte a acontecer, posto que ele não cederá. No outro dia pela manhã, ao chegar em casa e ser questionada por Marina, Melissa entrega à mãe um cartão com nome e endereço do rapaz com quem se relacionou – aparentemente, com o intuito de testar a reação de ambos. Prontamente, a mãe sai e chega ao escritório do personagem secundário, pede um comprimido para dor de cabeça e, ao vê-lo retirar-se da sala para buscar o que lhe foi solicitado, ela imediatamente despe-se. Ao regressar do banheiro para o escritório, o homem, prontamente, tira sua roupa e eles fazem sexo. Ao sair da sala, Marina é surpreendida pela filha que, novamente, vê-se derrotada.

Indignada, ela sai a esmo e encontra, também a esmo, um rapaz desconhecido. Ao puxar conversa com a moça, ela explica toda a situação e o convida para jantar em sua casa. Melissa havia elaborado um plano. Este consistiria em convidar seus dois parceiros ao mesmo tempo para jantar, de modo que sua mãe imediatamente fosse tentada a fazer sexo com o primeiro deles, restando o segundo para si. O plano parece dar mais certo do que fora inicialmente projetado por Melissa, beneficiando não apenas ela e a mãe, mas seu próprio pai. Enquanto as duas fazem sexo com seus parceiros, Rodolfo organiza um *ménage* entre os empregados. “– Esta é minha noite de glória, três [empregados] ao mesmo tempo!”, comemora excitado. Mais excitado ainda fica ao perceber que assistiria não três, mas sete pessoas fazendo sexo: assim ele satisfaz-se com os três empregados, com a esposa e o primeiro namorado da filha, e com esta e seu último namorado.

Neste enredo, o salário do pecado não foi a morte – estratégia, como dito anteriormente, comum para a liberação de obras que tratassem de temas como estes. A cena final mostra o grande portão de entrada da casa. Nele, esposa e filha despedem-se de seus parceiros com beijos na boca, ao passo que Rodolfo, calorosa e comicamente, aperta a mão dos rapazes e diz: “– Voltem sempre, foi um prazer recebê-los, a casa é de vocês”, encerrando em *happy end* a história de traição, voyeurismo, zoofilia, incesto – posto que o pai se excitou também ao ver a filha em ato sexual – e outros comportamentos reprováveis ao censo moral de então. O trato censório para com a produção não foi, assim, nem um pouco condescendente, tal como se verá a seguir.

Sujeitos e (micro)poderes em confronto: o caso de *Mulher Tentação* e seus embates com a censura

Já bastante traquejados em lidar com a censura, os produtores da Boca do Lixo possuíam seus artifícios para driblar problemas com a Divisão de Censura e Diversões Públicas – DCDP, sabiam como esquivar-se de temáticas que ocasionariam vetos, ou mesmo de abordá-las mediante subterfúgios, dado que muitas dessas referidas temáticas conformavam um dos principais atrativos da audiência para essas produções.

Ao anexarem a cópia para análise dos censores competentes, os produtores deveriam também incluir na documentação a ficha técnica da produção, além de uma sinopse da mesma. Observando-se esta última, é possível ter uma ideia de que os produtores anteviam um dos problemas já enunciados nesta análise e que contribuiria fortemente para a censura total da produção, isto é, o final “cordial” no qual nenhum dos comportamentos desviantes é punido. Assim,

segue a sinopse:

Uma mulher forte, um marido fraco, uma filha entre os dois. Com este estranho triângulo desenvolve-se estranha e curiosa estória da vida secreta de cada qual.

Principalmente entre mãe e filha instala-se furiosa disputa por homens, pois a mãe sempre acha desejáveis e desfrutáveis os namorados que a filha consegue.

O marido, por sua vez, afunda-se em seu único desejo e prazer, o voyeurismo, a satisfação de ser o eterno espectador do amor, nunca o participante. Admira todas as mulheres da casa na prática sexual, a própria mulher, a filha e as empregadas.⁴

Sinopse até então bastante franca e sem floreios, contudo, a explicação do desfecho é pouco sólida e soa como apenas uma desculpa, uma tentativa por parte dos produtores para justificar a opção da narrativa, tal como observa-se no trecho abaixo destacado.

Poderia-se com tal situação esperar desenrolar o desfecho dramático, mas isso não acontece. Trata-se de gente civilizada e de bom tom e quando as pessoas são civilizadas, tudo sempre acaba bem nesse melhor dos mundos.

Dacar Produções Cinematográficas Ltda.⁵

O argumento anunciado pela Dacar Produções de que o final do filme tratava-se de uma apologia às atitudes civilizadas e ao melhor dos mundos que viria deste respeito às vontades do outro e da boa convivência frente às preferências de cada um parece não ter convencido os censores. Assim, o filme passou por uma longa peregrinação dentro das instâncias burocráticas do DCDP, mais do que se observa em outras obras, inclusive do mesmo autor, nas quais se tinha como prática comum uma única rodada de análises por três censores. Na primeira etapa desta, a produção foi analisada pelos cinco técnicos, além de também pela já mencionada diretora do departamento, Solange Hernandez. Analisa-se abaixo o teor individual dos pareceres.

No primeiro dos pareceres, datado do dia 13 de outubro de 1982, e assinado pela técnica de censura identificada como Maria das Dores, foi possível então observar a seguinte análise:

Isento de mensagens positivas, o enredo, cujo objetivo é mostrar a prostituição e taras da classe “A” e a deterioração da família, fica bem caracterizado no último parágrafo da sinopse. [...]

LINGUAGEM – Numa linguagem pornofônica, a ação é concebida através de cenas e situações de nudez feminina e masculina, sodomia, prelúdio e relacionamentos heterossexuais, “closes” de pelos pubianos, infidelidade conjugal, “voyeurismo”, cunilíngua, triolismo e sadomasoquismo. PARECER – Com base no exposto, sugerimos a não liberação do longa-metragem e trailer, visto que a obra não apresenta conteúdo positivo e além disso cenas de cópula excessivamente longas.

[...]

Conclusão: considerando que os elementos acima são estímulos à desagregação família e podem também estimular práticas contrárias a moral e os bons costumes, com base nas alíneas a e c do regulamento aprovado pelo Dec. 20493/46, sugiro não seja o filme liberado.

Brasília, 13 de outubro de 1982

Maria das Dores⁶

A tônica desta sanção repete-se nos demais pareceres, conforme se vê nos documentos a seguir:

As cenas e os diálogos são inspirados numa descomedida pornografia e devassidão. É dirigida essencialmente para a degeneração do mecanismo fisiopsíquico. São focalizados atos de “cunilínguas”, coito anal, voyeurismo, relações sexuais, apregoamento do amor livre, etc., além da gratuidade de enfoques de nus total, gestos e objetos obscenos.

A degradação humana chega ao ápice da agressividade e desrespeito. A indicação de cortes em algumas cenas chocantes não iria atenuar a mensagem transmitida, vez que todas são

⁴ CARDOSO, 1982, Parecer 4678/82. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

⁵ CARDOSO, 1982, Parecer 4678/82. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

⁶ DCDP, 1982, Parecer 4678/82. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

extremamente negativas, com abordagem apenas de libidinagem.

Conclusão:

Destarte, o intuito apelativo e a vulgaridade transgredirem cabalmente as normas relativas aos costumes são da coletividade e evocando as alíneas “a”, “c”, “f”, do art. 41, do regulamento aprovado pelo Dec. 20.493/46 [...], indicamos a não liberação da película.

Brasília, 11 de outubro de 1982.

Maria Livia Fortaleza⁷

Para além da reprovação habitual dos demais técnicos de censura, Edite Pereira, em sua apreciação faz ainda uma observação pontual, mas que revela um dado interessante, já exposto e que ora pode ser reiterado através das palavras da própria censora, conforme se observa a seguir em seu parecer:

Linguagem grosseira, extremamente vulgar, agravando as situações específicas.

Sugere desintegração ideológica da instituição familiar, dos valores morais que norteiam o procedimento racional da sociedade.

Mensagem negativa, considerando seu conteúdo apelativo e o desfecho caracteriza a plena aceitação das práticas de libertinagem em família.

CONCLUSÃO:

Como implicação reside na própria temática, não comportando cortes e, em virtude da frontal ofensa aos dispositivos legais constantes no decreto 20.493/46, [...], sugerimos NÃO LIBERAÇÃO.

13 de outubro de 1982

Edite K. N. Pereira⁸

Estão presentes, portanto, os argumentos anteriormente observados, notadamente a “mensagem negativa”, “desintegração da instituição familiar”, “dos valores morais”, e comuns tanto aos textos aqui apresentados diretamente, quanto aos demais pareceres referentes a essa produção durante essa fase de sua tramitação, isto é, os documentos nº 4680/82 e 4673/82, ora citados apenas nominalmente por não apresentarem elementos outros além dos exemplos já evidenciados.

Contudo, esse parecer revela ainda um importante detalhe: o texto reforça novamente que um grande problema da produção reside no desfecho da trama, que apenas ratifica a possibilidade do comportamento dos personagens no desenvolvimento do enredo, não havendo sugestão de punição ou regeneração para os costumes vistos como degradantes e, deste modo, deve ser vetada. Decisão confirmada no documento encaminhado diretamente aos responsáveis pela produção e assinado pela diretora do DCDP, a senhora Solange Maria Teixeira Hernandes, ou, como era conhecida nos relatos dos produtores, Dona Solange, figura que muitas vezes personificava a censura e era reconhecida como tal, uma espécie de efígie viva do ofício censório brasileiro, não apenas pelos produtores, mas também pelos expectadores, posto que seu nome e assinatura como diretora do DCPD figuravam na maioria dos letreiros exibidos nas chancelas de projeções dos filmes (CARDOSO, 2006, p. 265). No documento, a diretora notifica:

Brasília, 15 de outubro de 1982

Sr. Representante:

Comunicamos a V^a S^a que o filme intitulado “MULHER TENTAÇÃO”, em 35mm, dirigido por Ody Fraga, teve sua liberação negada por esta Divisão, com base no que dispõe o Art. 41, alíneas “a” e “c” do Regulamento aprovado pelo Decreto 20.493/46 e Art. 3º da Lei nº 5.536/68.

Atenciosamente,

Solange Maria Teixeira Hernandes

Diretora da DCDP⁹

⁷ DCDP, 1982, Parecer 4690/82, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

⁸ DCDP, 1982, Parecer 4676/82. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro, grifos nossos.

⁹ DCDP, 1982, Ofício 2373/82-SE/DCDP, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

Ante o resultado negativo, os produtores veem-se obrigados a recorrer da decisão e redigem para tal um pedido de revisão que, inicialmente, assemelha-se mais a linguagem de um laudo censório do que necessariamente a um documento lavrado pelos próprios autores da obra a ser reconsiderada com intenções de liberação, dado sua análise quase que depreciativa da própria obra e da sugestão de autocensura, tal qual se nota abaixo.

Ilma. Sra. Diretora da Divisão de Censura e Diversões Públicas

DACAR PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., por seu bastante procurador, infra assinado, vem respeitosamente, em grau de recurso, solicitar a V.S. se digne determinar reexame do filme intitulado “MULHER TENTAÇÃO”, produção nacional, não liberada por esse Órgão, interdição justa, segundo nosso entendimento.

O filme em espécie, Sra. Diretora, é frágil tecnicamente, quase sem estória, forte em sexo e expressões chulas e pornográficas, e mais, o que no nosso entendimento o que mais o compromete é o comportamento do pai em relação à família, quando se realiza assistindo deturpações sexuais de sua esposa e filha dentro de seu próprio lar nos dando uma ideia negativa da decomposição da família brasileira.

Face ao exposto, permita-me V.S., data vênia, sugerir que sejam reduzidas algumas cenas de deturpação de sexo, eliminar algumas expressões pornográficas e essencialmente cortar as cenas no momento em que o marido-pai assiste aquelas cenas de sexo da esposa e filha. Feito isto, S.M.J. de V.S. o filme poderá ter viabilizada a sua liberação ora questionada para a faixa etária mais elevada.

Termos em que P. Deferimento.

Brasília, 02 de fevereiro de 1983.

D. Burlamaqui¹⁰

Concordando com a decisão da censura, ou ao menos assim o declarando, e traçando como estratégia de argumentação a resignação frente aos ditos atentados outorgados contra a moral, a família e os bons costumes – resignação esta que os personagens da trama não demonstraram – os responsáveis pela obra parecem agora tentar evidenciar possuírem tais qualidades perante a diretora do DCDP.

Desse modo, reconhecem a fragilidade técnica do filme, a falta de enredo (“estória”), a presença demasiada de cenas de sexo e a pretensa deturpação dos papéis familiares a serem obrigatoriamente observados pelas produções culturais de então a partir dos ideais normativos morais do regime.

A tentativa de autocensura era uma estratégia que comumente empregava-se previamente à análise dos técnicos responsáveis, justamente para que se evitassem problemas durante a análise avaliação da obra submetida (SMITH, 2000). Nesta situação, diferentemente, a sugestão de autocensura é posterior à censura governamental e emerge como tática pouco usual, de eficiência pouco comprovada e, por isso, conclui-se que a adaptação fora feita por ser esta a única possibilidade frente a um veto tão contundente e unânime. Seria preciso arriscar, e foi o que se fez.

Além de redigir a carta, os próprios responsáveis cuidaram de promover os referidos cortes, talvez como um sinal de boa vontade e pronta cooperação com a censura. Entretanto, a apreciação dos censores diante da justificativa apresentada pela carta e da atitude de censurar a própria obra cortando dela partes que consideraram mais atentatórias à normativa moral vigente, parece não ter surtido o efeito esperado, tal como afirma o primeiro dos pareceres de reexame de uma segunda e atípica rodada de apreciação do DCDP, desta vez executada por mais seis técnicos, conforme destacados abaixo.

Com identificação ilegível, o técnico ou a técnica de censura apregoa:

Reexaminamos o filme “MULHER TENTAÇÃO”, em função da nova “remontagem”, em que o interessado teria feito quatro cortes na película. A relação por ele apresentada discrimina quatro cortes, sem, no entanto, situá-los suficientemente, descrevendo desde que ponto até onde foi

¹⁰ DCDP, 1983, MJ-DPP-DCDP 001068, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

cortado. Desta forma é difícil identificar tais supressões: pode-se perceber que o primeiro e terceiro cortes reduziram as sequências em sua implicação maior.

O problema, entretanto, não está neste ou naquele corte, nesta ou naquela cena que permaneceram e sim na temática, nas mensagens. Apesar do tratamento desprovido de seriedade, o filme é perpassado de referências depreciativas quando não ofensivas à virgindade, à fidelidade conjugal à família. Está eivado de termos, expressões e gestos obscenos e chulos veiculados por diálogos igualmente maliciosos.

Tal como se encontra, esta obra fere o decoro público, os bons costumes e a moral. Em razão disso [...], sugerimos a manutenção da interdição do filme “MULHER TENTAÇÃO”.
Brasília, aos 22 de novembro de 1983.¹¹

O problema não se dá, assim, em decorrência de cenas pontuais, mas da temática do filme e das mensagens que traz. A avaliação deste prontuário é semelhante aos demais, ratificando sua proibição no reexame. São estes os documentos de números 731/83, 730/83, 729/83, 6841/83 e 6840/83, tendo passado, assim, entre exames e reexames, por uma quantidade superior a dez censores e sendo apontada, com unanimidade, a não liberação da obra para exibição ou exportação.

A decisão do reexame fora novamente comunicada pela senhora Solange Hernandez que, desta vez, trouxe uma justificativa mais detalhada acerca da proibição como se verá adiante.

Comunico a V.Sa. que seu pedido protocolado sob o nº 009352/83-DCDP, referente ao filme “MULHER TENTAÇÃO”, foi indeferido. [...] Tendo em vista que as supressões efetuadas na remontagem não elidiram as implicações contidas na temática explorada, permanecendo a obra referenciada veiculadora de situações contrárias à moral, ao decoro público e aos bons costumes.

Atenciosamente,
Solange Maria Teixeira Hernandez
Diretora da DCDP¹²

Contudo, a resposta dada por Hernandez, não foi somente emitida por meio de documento oficial. Ao ser procurada pelo produtor, David Cardoso, a diretora da Divisão de Censura teria oferecido ainda outra alternativa para que o produtor, ator e diretor não tivesse mais problemas com o órgão, tal como conta o próprio Cardoso (2006) em sua autobiografia:

[...] fui recebido pela temida Solange Hernandez. Simpática, com elogios a um batalhador do cinema brasileiro, interrogou por que não fazia filmes como os de Renato Aragão, livres. Respondi que a ideia era boa e agradeci a sugestão, mas pedi para solicitar ao Renato que fizesse um filme erótico igual aos meus. (CARDOSO, 2006, p. 267).

Diante da pilhéria de Hernandez e da igualmente jocosa resposta de Cardoso, poder-se-ia ter encerrado o caso, mas, não foi, contudo, o ocorrido. Ainda lançando mão de subterfúgios e táticas para tentar a liberação de seu filme, a DaCar Produções tentou driblar a censura por outros meios, desta vez, dirigindo-se diretamente ao Coronel Moacyr Coelho, diretor geral do Departamento de Polícia Federal – DPF e, por consequência, superior de Solange Hernandez, dado que o Departamento de Censura e Diversões Públicas era uma das divisões do DPF. Em documento oficial, a DaCar pondera:

DaCar Produções Cinematográficas Ltda, empresa com sede na cidade de São Paulo, vem mui respeitosamente a V.Sa., em grau de Recurso, o reexame da obra cinematográfica “Mulher Tentação”, tendo em vista o Veto da Divisão de Censura de Diversões Públicas, conforme ofício nº 2.286/83-SO/DCDP, de 02 de dezembro de 1983.

Nestes Termos
Pede Deferimento
Brasília, 16 de dezembro de 1983

¹¹ DCDP, 1983, Parecer 6839/83, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

¹² DCDP, 1983, 2.286/83-SO/DCDP, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

Talvez pela falta de argumentos, a resposta dada à súplica, firmada diretamente pelo Chefe de Gabinete do Diretor Geral do DPF, não tenha sido distinta das anteriores. Comunicou-se ao requerente apenas que

I – As razões apresentadas não são suficientes para ensejar revisão na anterior decisão da DCDP.

II – Por delegação do Sr. Diretor-Geral do DPF, de acordo com a Portaria nº 508/83DG/DPF, mantenho a interdição do filme “MULHER TENTAÇÃO”, [...] na parte específica da contrariedade ao decoro público e aos bons costumes, [...] tendo em vista que as supressões efetuadas na nova remontagem não elidiram as implicações contidas na temática explorada, permanecendo a obra referenciada veiculadora de situações contrárias à mora, ao decoro público e aos bons costumes.

III- Comunicar ao interessado.

Brasília, 20 de dezembro de 1983

Geraldo José Chaves

Chefe do Gabinete¹⁴

Tendo sido esgotadas as instâncias de apelação, não voltou a se ter grandes notícias da produção no ano seguinte, além de uma nota no jornal *Estado de São Paulo*, que apenas pontuava: “MULHER TENTAÇÃO, [...] Erotismo produzido pela empresa de David Cardoso. Estava pronta há uns dois anos e deve ser uma das que vinham tendo problemas com a censura”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24 de maio de 1984). Ao fim, o filme foi exibido apenas em 1987, durante uma mostra de filmes de Ody Fraga realizada em circuito restrito no Cineclube do Bexiga, tal como noticia uma pequena nota do Jornal da Tarde do dia 02 de outubro de 1987, portanto, dois anos após o fim oficial da ditadura civil-militar.

Considerações finais

À guisa de encerramento desse texto, evidencia-se um último cotejo, desta vez, entre o filme *Mulher Tentação* e *Clube das Infiéis* (1975) dirigido por Cláudio Cunha. O enredo do filme leva o expectador a enveredar-se pela relação conjugal de Luciene e Alberto. Luciene sente que o marido tem nela demasiada confiança e já não demonstra traços de ciúme, tempero de uma boa relação, segundo seu entendimento. Induzida por Mariana, sua amiga, ela é levada ao Clube das Infiéis, frequentado apenas por mulheres casadas que traem seus maridos sistematicamente. A protagonista resolve entrar no clube com um amante fictício, almejando apenas que os boatos cheguem aos ouvidos do seu marido e que este reacenda sua paixão diante da possibilidade de perdê-la para outro. Não revelando a identidade de seu amante, ela provoca curiosidade e suspeitas que levam as clubistas a desconfiarem de seus próprios maridos, invertendo o jogo da traição e criando furor na pequena cidade onde a trama ocorre.

Assim como o primeiro filme (*Mulher Tentação*), esse longa-metragem também apresenta mensagens que seriam tidas como contrárias às normativas morais vigentes, já que, especificamente, aborda a traição por parte das mulheres, bem como a sistematização e reincidência desta prática. Contudo, há um diferencial: a protagonista, “a mocinha” desse enredo, personagem da qual comumente o roteiro tende a adotar e transmitir o ponto de vista (SARAIVA; CANNITO, 2004; CAMPOS, 2007), não envereda pelos desvios da norma tais quais os demais personagens da trama, posto que não pretende cometer o adultério de fato. Além disso, observa-se ao longo da trama que esses outros personagens, os desviantes, são ridicularizados ou recebem algum tipo de castigo no desfecho de suas trajetórias. Ademais, para que não restem dúvidas acerca do referido ponto de vista moral adotado pela obra, a personagem principal encerra o filme com um

¹³ DCDP, 1983, Doc. nº 010558, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

¹⁴ DCPD, 1983, protocolo nº 10.558/83-DCDP, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

monólogo em tom propagandístico, olhando propositalmente para a câmera e, dirigindo-se diretamente ao espectador, afirma haver perdoado o marido pelo distanciamento, pelas eventuais traições que o mesmo também havia cometido, afirmando categoricamente: “ – Alberto voltou para mim arrependido, e eu, o perdoei” e “esta esponjinha [segurando uma palha de aço] é como o tempo, tudo apaga!”.

Ante esta construção narrativa, a censura parece não ter visto maiores problemas e apregoa:

Esta obra talvez seja herdeira das tradicionais chanchadas nacionais e antecessora das atuais pornochanchadas, ao introduzir elementos picantes na narrativa. Além disso, as cenas são mais ousadas que as apresentadas pelas chanchadas, mas não chegam a comprometer o aspecto cênico a ponto de impedi-lo para exibição em televisão.

A mensagem é fútil, ao apresentar achincalhes à instituição do casamento e ao eleger o adultério e a infidelidade como esteios de toda a história contada. Apesar disso, o desfecho assegura a continuidade da correta convivência para o casal protagonista.

[...]

A restrição que se pode fazer está ligada à temática do filme, que reproduz situações um tanto desaconselháveis para um público menos preparado para digerir e entender convenientemente a proposta:

Conclusão:

Diante do exposto, sugiro a liberação do filme para exibição em televisão, em horário POSTERIOR ÀS 23 HORAS, de acordo com a lei 6.697/79 – Artigo 53 – Código de Menores.¹⁵

Isto posto, seria possível afirmar que Cardoso não seguiu a estratégia de Cunha, seu antecessor, que explorou lugares obscuros para a “moral e para os bons costumes”, tal qual apontaram os censores em seus pareceres, mas orientou seu personagem principal para uma fuga dos mesmos, adotando-se assim uma estratégia quase que pedagógica ao explicitar que a protagonista, na qual o público encontraria um bom exemplo de conduta, não sucumbiria aos pretensos desvios de caráter. Mas, Cardoso já havia feito, senão o mesmo, ao menos similar, em outras produções contemporâneas ao *Clube das Infieis*, isto é, da década de 1970, tal qual *Dezenove Mulheres e Um Homem* (1977) (GOMES, 2012). Por que então não se manteria como executor de uma estratégia que se mostrava exitosa? O motivo exato que levou o autor a não seguir tal encadeamento nesse filme não nos é dado saber; contudo, conjectura-se, poderia ser a crença de que o tempo de então seria de maior permissividade censória, tal qual afirmou-se no início do texto. A análise do seu processo, porém, mostra que não.

Mesmo não tendo sido aprovado para exibição, o intento do cineasta pode não ter sido inócuo. Para Michel Foucault (1997), as mudanças na sociedade e em sua cultura não ocorrem de modo teleológico em pontos de ruptura, em marcos cravados numa linha do tempo ou em monumentos monolíticos, mas em pequenas ações aparentemente dispersas, em atividades cotidianas dos sujeitos. À nível capilar, estes tensionariam a curva de normalidade, isto é, os padrões morais e regras vigentes; este tensionamento frequente antecederia a efetivação da mudança ou, ao menos, a percepção clara de que algo haveria mudado. Caberia ao historiador a prospecção desses pequenos atos, desses diminutos e aparentemente frustrados intentos de rebeldia, para que se construa a percepção de que o curso da história não é determinado de modo unidirecional, mas de pontos e contrapontos, de poderes e contrapoderes; e que a medida do protagonismo dos sujeitos da história depende da intensidade do fecho que a estes o narrador direciona. Assim, coube a esse texto o intento de dotar de sentido um episódio que, se pensa, haveria contribuído, um mínimo que seja, para o direcionamento do *devir* histórico deste país.

Fontes

MULHER TENTAÇÃO. Direção Ody Fraga. São Paulo: Dacar Produções Cinematográficas Ltda.,

¹⁵ DCDP, 04 de março de 1986, Brasília, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro, grifos nossos.

1982, 1 filme (80 min), 35mm, Cor.

CARDOSO, 1982, *Parecer 4678/82*. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

CARDOSO, 1982, *Parecer 4678/82*. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro

DCDP, 1982, *Parecer 4678/82*. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

DCDP, 1982, *Parecer 4690/82*, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

DCDP, 1982, *Parecer 4676/82*. Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

DCDP, 1982, *Ofício 2373/82-SE/DCDP*, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

DCDP, 1983, *MJ-DPP-DCDP 001068*, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

DCDP, 1983, *Parecer 6839/83*, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

DCDP, 1983, *2.286/83-SO/DCDP*, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

DCDP, 1983, *Doc. nº 010558*, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

DCDP, 1983, *protocolo nº 10.558/83-DCDP*, Acervo do Projeto Memória da Censura ao Cinema Brasileiro.

DCDP, *04 de março de 1986*, Brasília, Acervo do Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro.

Referências

ANDRADE, Antônio de; REIMAO, Sandra. Tesouras enferrujadas: a censura ao cinema e à televisão brasileira após o fim do AI-5 até a promulgação da Constituição de 1988. *Revista Universitária do Audiovisual*, v. 6, p. 1-11, 2009.

BERG, Creuza. *Mecanismos do Silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Paulo: EdUFSCar, 2002.

CAMPOS, Flávio de. *A arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma estória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CANNITO, Newton G.; SARAIVA, Leandro R.. *Manual de Roteiro*. São Paulo: Conrad, 2004.

CAVALCANTI, Leonardo. Estou Anacrônica. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 de abr. de 2010, p. 12.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 2: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FELIZARDO, Cristina Kessler. Erotismo à brasileira: o ciclo da pornochanchada. *Sessões do Imaginário*, v. 22, 2009.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado 'perdão aos torturadores'. *Revista anistia política e justiça de transição*, Brasília, v. 4, p. 318-333, 2010.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-

286 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1997.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, des espaces autres. In: Architecture, Mouvement, Continuité, n. 5, outubro, 1984. p. 752-762.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013 .

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Romulo Gabriel de Barros. Pornochanchadas: Discursos misóginos na ditadura civil-militar brasileira. *Anais do VI Colóquio de História Faces de Cultura na História: 100 Anos de Luiz Gonzaga*, 2012, Recife: FASA, 2012. p. 173-178.

GOMES, Romulo Gabriel de Barros. Clube das Infiéis: diálogos entre a produção erótica e identidade masculina no regime civil-militar brasileiro. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, v. 1, p. 1-22, 2016.

GOMES, Romulo Gabriel de Barros. Império do desejo e da anarquia: o cinema erótico politicamente engajado de Carlos Reichembach. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, v. 1, p. 1-29, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Feminismo e psicanálise, ainda... *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 618-625, 2001.

MOSSE, George. *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*. New York: Oxford University Press, 1996.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SILVA, Sandro José de. *Desviados nos espaços da urbe: A "topografia" da homossexualidade masculina na cidade do Recife entre os anos de 1970 a 1980*. In: I Colóquio Internacional Brasil e Portugal: Nossa História ontem e hoje, 2007, Recife. I Colóquio Internacional Brasil e Portugal: Nossa História ontem e hoje. Recife: EDUFRPE, 2007. v. 01. p. 01-10.

VIEIRA, Rejane. *Revolução dos costumes e gênero: Uma análise da transformação dos costumes femininos e a influência da moda nas décadas de 60 e 70 em Florianópolis*. 2004. Disponível em: http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_781_20100228182530ffbb.pdf. Acesso em: 04 jun. 2014.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WERNECK VIANNA, Luiz. Revolução passiva e república. In: WERNECK VIANNA, Luiz. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. p. 191.

YI, Mi-Kyung. *Triste falo: uma imagem da relação mãe-filha*. *Tempo psicanal*. Rio de Janeiro, v. 45,

341

n. 2, p. 367-381, dez. 2013. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200008. Acesso em: 20 nov. 2020.

Nota de autoria

Romulo Gabriel de Barros Gomes é doutorando e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco, formado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, com período de Graduação Sanduíche na área de Ciências Políticas, realizada no Centro de Investigación y Docencias Económicas – CIDE (Cidade do México). Trabalha temas referentes às produções culturais em regimes autoritários, com foco em produção cinematográfica, censura e discursos sobre masculinidade. E-mail: romulorgb@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GOMES, Romulo Gabriel de Barros. *Corpos ultrajantes, discursos interditos: embates entre a indústria cinematográfica erótica e a censura federal durante a ditadura civil-militar brasileira. Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 325-342, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 28/07/2020.


Modificações solicitadas em 31/08/2020.

Aprovado em 11/10/2020.

Os cárceres da Guanabara através do jornal *Última Hora* (1960-1961)

The prisons of Guanabara through the newspaper Última Hora (1960-1961)

Mariana Dias Antonio

 <https://orcid.org/0000-0002-4596-2399>
Universidade Federal do Paraná

Resumo: O presente artigo busca analisar quatro séries de reportagens sobre alguns presídios do estado da Guanabara publicadas pelo jornal carioca *Última Hora*, entre 1960 e 1961. Os anos escolhidos compreendem a criação de um novo estado, a eleição de Carlos Lacerda como governador, a reorganização dos serviços de segurança pública, a renúncia de um presidente da República e tentativas de barrar sua sucessão legal, resultando em diversos ruídos possíveis do campo político sobre o campo jornalístico. Não obstante, deve-se pontuar que Carlos Lacerda já apresentava um longo histórico de conflitos com o jornal *Última Hora*, levando a uma ferrenha oposição do jornal ao longo de sua gestão. Cientes desse cenário e dos diversos ruídos possíveis, nossa análise prioriza as formas e alterações de enquadramento jornalístico sobre os presídios, detentos, agentes prisionais e policiais, bem como o Poder Público de forma ampla. A análise revela, ao mesmo tempo, mudanças nas representações coletivas sobre esses assuntos e permanências históricas de arbitrariedades policiais, usualmente associadas ao contexto autoritário posterior a 1964, bem como as denúncias que eclodiriam em 1963 quanto ao extermínio de moradores de rua.

Palavras-chave: *Última Hora*. Guanabara. Violência policial. Sistema prisional. Jornalismo.

Abstract: This paper aims to analyze four news report series on some prisons in the state of Guanabara published by the newspaper *Última Hora*, from Rio de Janeiro, between 1960 and 1961. The chosen years comprehend the creation of a new state, the election of Carlos Lacerda as its governor, the reorganization of public security services, the resignation of a president of the Republic and attempts to block his legal succession, resulting in several possible noises from the political field over the journalistic field. Nevertheless, it should be noted that Carlos Lacerda had a long history of conflicts with the newspaper *Última Hora*, leading to a fierce opposition from the newspaper throughout his term. Aware of this scenario and of the various possible noises, our analysis prioritizes the forms and changes in the journalistic framing about prisons, detainees, prison and police agents, as well as the Government in a broad way. The analysis reveals, at the same time, changes in the collective representations about these subjects and historical permanence of police arbitrariness, usually associated with the authoritarian context after 1964, as well as the denunciations that would break out in 1963 regarding the extermination of homeless people.

Keywords: *Última Hora*. Guanabara. Police violence. Prison system. Journalism.

As fontes de imprensa têm ganhado atenção crescente em estudos sobre violência policial e um exemplo repousa no recente interesse da academia acerca do *Esquadrão da Morte*¹ (ANTONIO, 2017; LEITÃO, 2017; MELLO NETO, 2014; OLIVEIRA, 2016). Tal interesse, aliado à adoção mais ampla e frequente dessas fontes, desloca certa percepção social da violência institucional como algo mais característico de contextos autoritários, como a ditadura varguista ou



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ O *Esquadrão da Morte* pode ser descrito, *grosso modo*, como uma categoria genérica que contempla diversos grupos organizados ou de oportunidade em diferentes momentos e contextos. As narrativas tratam basicamente de grupos que eliminam bandidos através de um *modus operandi* específico: tiros de diversos calibres, cartazes sobre as vítimas, sinais de enforcamento e manietamento, corpos abandonados em locais ermos etc. Como exemplos, elencamos apenas trabalhos que priorizam diários cariocas, mas a produção acerca do *Esquadrão da Morte* também teve avanços recentes a partir de semanários e veículos de imprensa de outras localidades.

o regime militar, e evidencia permanências que resistem tanto a períodos autoritários quanto democráticos.

O crescimento do interesse por uma fonte implica no aumento dos cuidados com a mesma e as diversas influências, reais ou potenciais, sobre sua produção devem ser levadas em conta. Conforme Jacques Le Goff (2006, p. 535-536), “[o] documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”. Cientes de certas permanências na violência institucional, buscamos analisar eventuais influências de um contexto político polarizado e turbulento sobre o enquadramento jornalístico dessas formas de violência. Nosso interesse repousa nas representações de alguns cárceres da Guanabara a partir de séries policiais publicadas no jornal *Ultima Hora* em 1960 e 1961.

O *Ultima Hora* foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer, sediado na cidade do Rio de Janeiro (posteriormente fundando diversas sucursais pelo Brasil) e com circulação diária (exceto aos domingos). Circulou pela primeira vez em 12 de junho de 1951 trazendo um jornalismo voltado às camadas populares com amplo uso de imagens e do sensacionalismo. Uma vez que o termo “sensacionalismo” traz consigo conotações negativas, Marialva Barbosa (2007) prefere abordar os jornais populares através do termo “jornalismo de sensações”, marcado por um apelo afetivo ao leitor, ao seu imaginário e quebra de uma suposta normalidade.

O jornalismo popular – mas que preferimos qualificar como de sensações – assume a partir dos anos 1950, gradativamente, nova configuração no cenário midiático do Rio de Janeiro. Continua apelando a conteúdos e formatos narrativos que fazem parte do universo do público desde o final do século XIX, mas constrói naquele momento uma ruptura: a inclusão de outros temas do cotidiano dos leitores que têm apelo de natureza política (BARBOSA, 2007, p. 212).

No caso do *Ultima Hora*, o recurso ao sensacional figurava especialmente na seção policial, ocorrendo também em outros espaços do jornal, sobretudo quando as notícias policiais esbarravam em questões políticas mais amplas ou dialogavam com o cenário político vigente.

Sua fundação decorre do apoio político de Getúlio Vargas, presidente da República recém-empossado em 1951, bem como do financiamento de empresários e banqueiros. Sendo uma espécie de plataforma de Vargas e seu partido (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), o jornal tinha entre seus opositores o jornalista e político Carlos Lacerda. Alguns episódios, ao longo da década de 1950, marcam os conflitos entre Wainer e Lacerda, como a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1953, para investigar empréstimos ilícitos a veículos de imprensa, com destaque para o *Ultima Hora* (LAURENZA, 1998; MENDONÇA, 2002; WAINER, 1988).

Em 22 de maio de 1954, o repórter Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, morreu em decorrência de espancamento por policiais em Copacabana². A fatalidade causou grande comoção na imprensa brasileira e rendeu a Lacerda uma alcunha que ele carregaria até o fim de sua carreira. Wainer solicitou a Lanfranco Vaselli (cartunista do *Ultima Hora*) que desenhasse uma charge de Lacerda para atacar sua suposta morbidez no funeral de Moreira, e o resultado foi Lacerda metamorfoseado num corvo, uma das charges mais famosas da história do *Ultima Hora* e da carreira de Lanfranco (ROSE, 2001; WAINER, 1988). A primeira charge do corvo foi publicada em 25 de maio de 1954.

Esse espancamento, entretanto, não resultaria apenas numa intensificação dos conflitos entre Wainer e Lacerda. Pouco após o episódio, o jornalista Edmar Morel e o fotógrafo Jader Neves, ambos do *Ultima Hora*, foram autorizados pelo ministro da Justiça, Tancredo Neves, a visitar os

² O episódio que culminou na morte de Nestor Moreira teve início em 12 de maio de 1954. Após um desentendimento sobre o valor de uma corrida de táxi, Moreira foi conduzido pelo policial Celito Ferreira Quitete até o 2º DP de Copacabana para resolver o problema. Após ser revistado, o repórter reclamou sobre a falta de mil cruzeiros em sua carteira ao policial Paulo Ribeiro Peixoto, vulgo “Coice de Mula”, que o espancou perante o taxista e outros dois guardas. Antes de vir a óbito, Moreira agonizou por dez dias em um leito do Hospital Miguel Couto, em função das múltiplas lesões sofridas (SANDER, 2010).

cárceres da polícia e denunciar as más condições de infraestrutura carcerária e o despreparo das autoridades no trato com os detentos. Segundo José Amaral Argolo (2008) e Robert Sterling Rose (2001), o repórter fora desligado do jornal e a série de reportagens repentinamente cessada. Entretanto, buscas pelo nome do jornalista no repositório da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional remetem a diversas reportagens assinadas por Morel após o incidente. Depreendemos, assim, que apenas aquela série de reportagens foi interrompida, mas não a atuação profissional de Morel no *Ultima Hora*. Frederico de Oliveira (2016) destaca os momentos posteriores à morte de Nestor Moreira como um período de crescente sensacionalismo e denunciismo da imprensa carioca contra a polícia, consolidando e difundindo narrativas sobre violência e criminalidade que podem ter contribuído para a criação do fenômeno “Esquadrão da Morte” em fins da década de 1950.

Outros casos sobre abusos policiais e maus-tratos a detentos foram denunciados nos anos seguintes por diversos jornais. O *Ultima Hora* acompanha esse movimento, e o início da década de 1960 é de particular interesse por apresentar várias séries de reportagens denunciativas publicadas num curto espaço de tempo. Não obstante, Lacerda foi empossado governador do recém-criado estado da Guanabara em 5 de dezembro de 1960³. Nesse contexto, as séries em questão nos permitem explorar o uso do sensacionalismo no jornalismo policial enquanto buscamos por eventuais influências políticas sobre as formas de enquadramento jornalístico. Consideramos “enquadramento” o modo com que um veículo de comunicação constrói, organiza e apresenta seu ponto de vista sobre o conteúdo que tornará público (MCCOMBS, 2009).

Analisamos quatro séries de reportagens publicadas entre agosto de 1960 e novembro de 1961. A primeira série conta com quatro reportagens assinadas por Amado Ribeiro entre 1º e 4 de agosto de 1960; a segunda conta com oito reportagens do mesmo repórter entre 22 e 30 de setembro de 1961; a terceira, também de Amado Ribeiro, conta com cinco reportagens publicadas entre 5 e 10 de outubro de 1961; e a quarta conta com cinco reportagens publicadas entre 3 e 8 de novembro de 1961 e assinadas pelo repórter Silvio Paixão. As séries foram consultadas junto ao repositório *on-line* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Através delas buscamos compreender como o jornal construiu, em suas relações comunicacionais com o público leitor da Guanabara, certas representações dos detentos, do Estado, dos agentes policiais e carcerários, bem como uma suposta representação do detento perante esses agentes e, sobretudo, se o contexto político cambiante pode explicar mudanças nessas representações e nas formas de enquadramento jornalístico. Tomamos o jornal como veículo de difusão cultural que nos auxiliará na compreensão de determinados discursos sobre indivíduos, papéis e instituições num imaginário social, temporal e territorialmente circunscrito.

Os Presídios da Ilha Grande

A série de quatro reportagens publicadas nos dias 1º, 2, 3 e 4 de agosto de 1960, realizadas pelo repórter Amado Ribeiro, denuncia as condições dos presídios da Ilha Grande enfatizando as más situações de infraestrutura e higiene. Aos detentos atribuem-se diversos termos pejorativos como: “feras humanas”, “feras enjauladas”, “criminosos sanguinários”, “sombrios inquilinos”, “loucos perigosos”, “tuberculosos”, “morféticos”, “sifilíticos”, “aleijados”, “encarcerados”, “monstros”, “loucos”, “companheiros de desgraça”, “criminosos da pior espécie, tidos como irrecuperáveis”, “componentes daquela sombria comunidade”, “punhado de desgraçados”, “feios”, “analfabetos”, “portadores de doenças contagiosas, de má aparência – pretos, na maioria”, “os sem profissão”, “presos”, “elementos”, “invertido sexual”, “anormais que, propositadamente, assumem trejeitos femininos”, “perversos, elementos tidos como incorrigíveis”, “malandros das favelas cariocas”,

³ O estado da Guanabara passa a existir com a Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960, compreendendo os mesmos limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal brasileira e ex-sede do governo estadual do Rio de Janeiro. A extinção do estado da Guanabara e sua fusão com o estado do Rio de Janeiro ocorreu em 1975, com a Lei Complementar nº 20 de 1º de julho de 1974. A fusão se deu em 15 de março de 1975.

“indivíduos monstruosos”, “bandidos”, “amotinados”, entre outros. Sobre o presídio recaem termos como: “estreitos cubículos”, “celas infectas”, “inferno de loucos e monstros”, “cidade dos mortos-vivos”, “Ilha dos Esquecidos”, entre outros.⁴

Na época das reportagens, a Ilha Grande possuía dois sistemas prisionais: a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), situada na Vila do Abraão e a Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (CAEG), na Vila Dois Rios, que se vinculavam administrativamente à Guanabara, apesar de ocuparem território fluminense (SANTOS, 2018). Há um trânsito constante entre as duas colônias ao longo da série, mas sem grandes distinções entre os juízos emitidos, adjetivos empregados e formas de enquadramento jornalístico.

O propósito do repórter Amado Ribeiro e do fotógrafo José Gomes seria fornecer uma descrição detalhada dos detentos, em sua maioria doentes (mentais e físicos) e criminosos “irrecuperáveis”. Com base nas reportagens, essas categorias de detentos eram destinados à Ilha Grande “[...] porque não podem permanecer na Penitenciária Central, espécie de cartão de visitas do sistema penitenciário, que deve aparentar apenas, para os visitantes, um ar de tranqüilidade, limpeza e disciplina”⁵.

Não são apresentadas denúncias de tortura, espancamento ou assassinato de detentos por policiais, mas o relato dos próprios detentos e policiais sobre o cotidiano na Ilha Grande. O sensacionalismo é presente em toda a série, havendo um excesso de desenvolvimento textual em casos pontuais por meio da redundância, dispondo ao leitor informações esparsas e sem muita densidade de conteúdo. Um dos exemplos de sensacionalismo é evidente ao narrar que “[p]ela primeira vez na história sinistra do célebre presídio de Ilha Grande [...] dois repórteres conseguiram vasculhar todos os seus segredos [...]”⁶, ignorando-se o longo histórico dos sistemas prisionais da Ilha Grande e reportagens investigativas e denunciativas anteriores, por outros periódicos e jornalistas⁷.

A série é finalizada com um apelo para solucionar questões de abastecimento local, sendo urgente “[...] a liberação das verbas de alimentação para os presos. Do contrário, as despensas das Colônias estarão vazias até outubro”, o que forçaria uma intervenção das forças armadas “[...] para conter os 1.300 amotinados que irão incendiar a Ilha Grande no dia em que a comida faltar”⁸.

Pensando na condição específica dos sujeitos que passam pela abordagem policial no Brasil e sobre quem recaem várias formas de julgamento e estereotipagem social e institucional, Michel Misse nos apresenta o conceito de sujeição criminal:

O conceito de “sujeição criminal” é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do “bandido” e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação; a segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária; a terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar porque segue reiteradamente nesse curso de ação crimínável (MISSE, 1999, p. 72).

A definição de Misse relembra a dimensão política e social da alteridade na figura do pária que, segundo Eleni Varikas (2014, p. 61), “[...] designa (e denuncia) os procedimentos de exclusão do outro, em nome do princípio da unidade do gênero humano [...]”. Também podemos remeter ao

⁴ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 01/08/1960; 02/08/1960; 03/08/1960; 04/08/1960.

⁵ A escrita original das fontes consultadas foi mantida em todas as citações. RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 01/08/1960.

⁶ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 01/08/1960.

⁷ Cf. SANTOS (2018).

⁸ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 04/08/1960.

conceito de “inimigo”, descrito por Eugenio Raúl Zaffaroni (2015): um indivíduo que deve ser encarado meramente como daninho e digno apenas de contenção ou eliminação, tendo seu caráter de pessoa negado. É evidente, ao longo da série, o peso da sujeição criminal e formas variadas de marginalização social sobre os detentos, reforçando leituras sociais da violência como algo intrínseco ao indivíduo encarcerado e inextirpável dele. Além de reforçar a sujeição criminal, essa via única de abordagem da violência endógena, de detento para detento, ignora a violência generalizada e institucional tão presente na história da Ilha Grande⁹. Também é interessante notar a ausência de denúncias a agentes policiais no discurso do jornal, que apresenta o Estado como componente impessoal e abstrato, emergente do mau funcionamento da máquina pública e manifesto nas más condições de infraestrutura, abastecimento e trabalho. Como veremos adiante, esse padrão de enquadramento não se manteria no ano seguinte.

Os cárceres da Estação Ferroviária Central do Brasil

A série de oito reportagens publicadas nos dias 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de setembro de 1961, também realizadas pelo repórter Amado Ribeiro, denuncia as condições dos cárceres subterrâneos da Estação Ferroviária Central do Brasil (EFCB), também conhecida como Estação D. Pedro II, situada na região central da cidade do Rio de Janeiro. As primeiras reportagens enfatizam problemas de infraestrutura, higiene e superlotação, atribuindo termos de comiseração aos detentos, como: “vítimas”, “desgraçados”, “pobres diabos sem culpa formada”, “infelizes”, “sujos”, “imundos”. Entre os termos atribuídos às instalações, encontramos: “masmorras”, “celas malditas”, “câmaras da morte”, “porões infectos”, “celas de tortura” e “campos de concentração”. De maneira geral, a ênfase sobre os detentos se reduz ao longo da série, como também a saliência das reportagens se reduz a partir da sexta¹⁰. O foco passa gradativamente para as torturas perpetradas por policiais, com base em casos pontuais testemunhados e suas investigações¹¹.

Enfatiza-se, em todas as reportagens, a morte do pintor Jorge Pascoal da Silva, 29 anos, tuberculoso, morto em 14 de setembro de 1961 após ser torturado e espancado por guardas do serviço de policiamento da unidade sob a alegação de ter roubado fios da EFCB. Três outras vítimas testemunharam a morte do pintor, que teria chegado ao hospital com várias escoriações no corpo, sinais de tortura e uma perfuração no abdômen provocada por uma barra de ferro. Em 23 de setembro, o jornal relata que Jorge Pascoal da Silva foi:

[...] espancado a sôcos, pontapés e golpes de barras de ferro; forçado a engolir urina de outros presos; obrigado a engolir toda uma lata de vaselina; colocado, por longo tempo, no “pau-de-arara” e, finalmente, submetido a sevícias animais, para cuja descrição, dado o baixo instinto dos autores, o repórter não encontra termos condignos.¹²

Em 26 de setembro menciona-se que a vaselina seria, na verdade, “[...] uma pomada (lata grande) medicinal usada diariamente por um dos investigadores da EFCB para tratar de uma extensa ferida que tem na perna direita”¹³. Com base nos relatos das três testemunhas (Jaime Dias Ferreira, Rubem Francisco e Sebastião dos Anjos), cerca de dez investigadores da EFCB interrogavam e espancavam os detidos sem motivo. Observa-se certa constância na forma como as torturas eram praticadas: telefones, paus-de-arara, agressões com palmatórias, cassetetes, barras de ferro e tábuas de construção, ingestão forçada da supracitada pomada, além de alguns

⁹ Cf. SANTOS (2018); RIBEIRO (s.d.).

¹⁰ Empregamos “saliência” como um conjunto de recursos textuais e não-textuais usados para capturar a atenção visual do leitor e estabelecer uma hierarquia de leitura para a página do jornal. Tais recursos compreendem escalas, contrastes, imagens e convenções culturais que resultem numa rápida orientação endógena da atenção visual (ANTONIO, 2017; MCCOMBS, 2009).

¹¹ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 22/09/1961; 23/09/1961; 25/09/1961; 26/09/1961; 27/08/1961; 29/09/1961; 30/09/1961.

¹² RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 23/09/1961.

¹³ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 26/09/1961.

detentos serem obrigados a urinar na boca de outros ou a estuprá-los¹⁴. A reportagem de 26 de setembro chama a atenção para a deficiência na perna esquerda de Rubem Francisco, “[...] consequência de uma paralisia infantil que o levou a ser mendigo até bem pouco tempo”, salientando que, apesar de sua condição física, ele não foi poupado pelos “carrascos”. E, na mesma reportagem, Rubem relata que policiais ameaçaram jogá-lo “[...] amarrado dentro de um saco, no Rio Guandu”¹⁵.

O jornal enquadra os detentos como injustiçados, vítimas da arbitrariedade das instituições e do despreparo de seus agentes. Os policiais, supostamente, consideravam os detentos como desprovidos de humanidade. Todavia, as formas de desumanização e pseudoespeciação no trato dos agentes para com os detentos são instrumentalizadas contra os próprios agentes no texto das reportagens. Eles seriam: “bêstas policiais”, “bêstas humanas”, “monstros”, “feras da central”, “gestapo da Pedro II”, com métodos semelhantes aos “dos assassinos e carrascos da SS nazista”¹⁶. Esses padrões de metáforas compõem um recurso frequente em processos de delimitação e exclusão social (SAPOLSKY, 2017; VARIKAS, 2014).

Nota-se, claramente, uma inversão no discurso do jornal sobre aqueles que devem ser desumanizados, mas a visão sobre o Estado não é nada simplificada, e a série tende a explorar o assunto como uma complexa malha interinstitucional. Apresentam-se responsabilidades, cobranças e acusações cruzadas entre a alta direção da EFCB, o delegado e a Assembleia Legislativa da Guanabara (ALEG). O jornal traz uma noção multifacetada que lembra a leitura de Pierre Bourdieu (2014) sobre o Estado como um “campo do poder” onde se desenrolam diversas disputas políticas. Em 25 de setembro de 1961, o jornal fala de “crime oficializado” e “pistoleiros oficiais”¹⁷, enfatizando a responsabilidade estatal, mas o peso das acusações cai assimetricamente sobre poucos agentes, como o policial Pedro Aureliano de Melo (vulgo Pedro “Parabellum”) e, em menor grau, os policiais Osvaldo Lima e José Maria da Costa Brito Filho (vulgo “Pára-Raios”), todos acusados de envolvimento direto na morte do pintor Jorge Pascoal da Silva e na tortura de outros detentos.

Em 26 de setembro, o jornal comenta que o deputado estadual e líder do PTB junto à ALEG, Saldanha Coelho, teria abordado o caso em seu discurso no plenário, apelando ao Ministro da Justiça, ao governo do estado e à direção da ferrovia¹⁸. Na reportagem do dia seguinte, o diretor da EFCB, Jorge de Abreu Schiling, teria declarado a instauração imediata de processo administrativo, segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, ao tomar ciência dos crimes de tortura. A 11ª Delegacia de Polícia que, na época, funcionava nas dependências da EFCB, teria tomado providências para instauração de inquérito policial. A mesma edição fala da suspensão por trinta dias dos policiais Pedro Aureliano de Melo, José Maria da Costa Brito Filho e do fiscal Mário José Fernandes, este último por sua alegada omissão e conivência. O policial Osvaldo Lima, empregado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, teria sido dispensado¹⁹.

Entre as acusações feitas contra Pedro Aureliano de Melo, mencionam-se ameaças de morte que o policial fizera aos membros da comissão de inquérito, tentando barrar as investigações²⁰. Apesar das menções ao nome do policial com várias acusações ao longo da série, sua defesa surge na última reportagem, em 30 de setembro, quando o jornal traz seu depoimento prestado à 11ª Delegacia de Polícia. O policial teria negado qualquer envolvimento na morte do pintor ou tortura dos outros detentos, estando apenas de plantão no dia. Segundo o policial, o pintor foi torturado na Marítima – um setor da EFCB localizado no cais do porto – pelos policiais João Amâncio, Antônio Tenório e Mário Fernandes que, inclusive, ofereceu suborno para que Pedro

¹⁴ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23/09/1961; 25/09/1961.

¹⁵ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26/09/1961.

¹⁶ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 22/09/1961; 23/09/1961; 25/09/1961; 26/09/1961; 27/08/1961; 29/09/1961; 30/09/1961.

¹⁷ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25/09/1961

¹⁸ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26/09/1961.

¹⁹ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27/09/1961.

²⁰ RIBEIRO, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26/09/1961.

acobertasse o caso²¹. A série é encerrada sem maiores esclarecimentos quanto às novas denúncias feitas por Pedro Aureliano de Melo.

As Prisões da Invernada de Olaria e Alto da Boa Vista

A série de cinco reportagens publicadas nos dias 5, 6, 7, 9 e 10 de outubro de 1961, realizadas pelo repórter Amado Ribeiro, relata torturas nos xadrezes da Invernada de Olaria e do Comissariado do Alto da Boa Vista, bem como as condições dessas instalações. A Invernada de Olaria era uma Subseção de Vigilância situada na rua Paranapanema, no bairro de Olaria (OLIVEIRA, 2016), e o Comissariado do Alto da Boa Vista situava-se na confluência das vias que levavam à Mesa do Imperador, à Vista Chinesa e a Furnas-Jacarepaguá (GÓMEZ, 2015). Esses estabelecimentos passaram a receber estudantes, professores, operários e presos políticos durante a crise decorrente da renúncia de Jânio Quadros em agosto do mesmo ano. As matérias enfatizam problemas de infraestrutura, higiene, abusos de autoridade e superlotação, atribuindo às instalações termos como “celas negras de torturas”, “campos de concentração”, “jaulas”, “cárceres infectos e úmidos”, “masmorras”, “ratoeiras humanas” e “Dispositivo Golpista”. A ênfase das primeiras reportagens recai sobre a infraestrutura do Comissariado do Alto da Boa Vista e da Invernada da Olaria para então, nas últimas reportagens, trazer o relato de vítimas de arbitrariedades policiais. A saliência se reduz gradativamente, com ausência de chamadas de capa a partir da quarta reportagem²².

Após denúncias realizadas junto à ALEG, os cárceres do Alto da Boa Vista e da Invernada foram desativados, permitindo que o repórter adentrasse suas instalações e compreendesse a dinâmica de cada local. Sob a direção do delegado Cecil Borer, a Invernada de Olaria possuía seis celas com capacidade para 30 detentos cada, todas com as paredes pintadas de preto, separadas por uma antessala e uma porta de aço. Entretanto, segundo informações dadas à reportagem, as celas chegaram a acomodar cerca de 300 detentos durante a crise política de agosto. Durante esse período, Cecil Borer impediu que até mesmo os policiais que ali trabalhavam soubessem os nomes dos presos. A relação dos detidos na Invernada ficava em posse da Delegacia de Vigilância, situada próxima do Palácio Itamaraty²³.

“Tudo parece ter sido elaborado, no Alto da Boa Vista, por um cérebro diabólico, um estudioso profundo da técnica das ‘SS’ de Hitler”²⁴, são as palavras do repórter a respeito da instituição dirigida pelo coronel Ardovino Barbosa. O Comissariado do Alto da Boa Vista possuía instalações próprias para a tortura de detentos, majoritariamente estudantes e líderes sindicais, sendo ativamente usadas durante a crise política. Assim que a equipe de reportagem adentrou o recinto, acompanhada de um guarda, teriam se deparado com uma palmatória em cima de uma mesa, “[...] como se fôsse um instrumento de trabalho”²⁵. O espaço dispunha de seis celas onde os detentos dormiam no chão de cimento batido, geralmente nus. Cada cela possuía um sistema de canos controlado pelos guardas, facilitando a tortura dos detentos através da privação de água. A entrada do prédio, que por fora lembraria um posto de saúde, se dava por uma pesada porta de aço. A equipe de reportagem relata também uma “sala de banhos” de dois por quatro metros, com três chuveiros de água gelada. Segundo a reportagem, “[...] os ‘banhos’ eram aplicados em políticos e estudantes sistematicamente depois da meia-noite, e duravam até às 6 horas da manhã”²⁶, sendo os detentos posteriormente levados a uma sala adjacente, recoberta de cimento e com apenas um vaso sanitário. O jornal encerra a reportagem de 6 de outubro acusando o promotor Newton de Barros Vasconcelos de, sob ordens do governador Lacerda, ter providenciado cubículos no presídio

²¹ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 30/09/1961.

²² RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 05/10/1961; 06/10/1961; 07/10/1961; 09/10/1961; 10/10/1961.

²³ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 05/10/1961.

²⁴ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 06/10/1961.

²⁵ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 06/10/1961.

²⁶ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 06/10/1961.

de Ilha Grande, também chamado de “Inferno Verde”, para aprisionar os presos políticos. Menciona-se também que o Comissariado do Alto da Boa Vista seria um “centro de triagem” para que os presos políticos fossem encaminhados à Ilha Grande.

As reportagens seguintes (7, 9 e 10 de outubro de 1961) trazem relatos de tortura e abusos contra estudantes e dirigentes sindicais por policiais da Invernada de Olaria e do Alto da Boa Vista, dentro e fora de suas dependências. Em 9 de outubro, o jornal menciona ordens do governador para conter manifestações a favor da posse de João Goulart na presidência da República, consequência da renúncia de Jânio Quadros em agosto do mesmo ano, contando “[...] com a ajuda do General Sizeno Sarmiento, Coronéis Ardivino Barbosa e Lauro Pinto e o Inspetor Cecil Borer, para a prática de seguidos atentados que incluíram prisões e espancamentos de estudantes, professores e líderes operários [...]”²⁷.

A edição de 7 de outubro traz o relato de dois estudantes que teriam sido vítimas de abusos policiais, envolvendo prisões indevidas, torturas, espancamento e apreensão de pertences sem mandado judicial. Uma estudante testemunha que, na manhã de 28 de agosto, teve sua residência invadida por cerca de nove agentes em busca de “agitadores” e mimeógrafos que ali se encontravam, pertencentes a um Diretório Central dos Estudantes. Após a revista, a estudante, sua mãe e sua irmã foram presas. Os policiais teriam confiscado os mimeógrafos, uma máquina de escrever e 130 mil cruzeiros em espécie. As máquinas foram devolvidas posteriormente, quebradas, e o dinheiro sumiu²⁸.

O outro estudante conta que foi abordado ao lado de uma banca de jornal, na Avenida Rio Branco, por cerca de dez ou doze homens, todos armados, que o levaram a um prédio ao lado da Maison de France²⁹ para ser espancado. O jornal relata que, devido aos ferimentos, o estudante não foi transferido à Invernada de Olaria e nem ao Alto da Boa Vista, mas que alguns de seus conhecidos haviam passado pelas “salas de banho” após o espancamento. O estudante finaliza seu relato mencionando que Lacerda, enquanto decidia os rumos do país, “[...] preferiu que o povo fôsse espancado e silenciado a borrachadas e tiros. Ele se esquece que um povo não se cala nunca, principalmente quando é esbulhado e usurpado”³⁰. São constantes as acusações ao governador, e a menção a “ordens”, sem referência a documentos, ignora possibilidades de dispersão do poder de mando e janelas de corrupção ou negligência decorrentes da própria dinâmica do Estado, já identificado como uma complexa malha interinstitucional na série anterior. Para o leitor contemporâneo, entretanto, a obra de Dulles (2000) e as cartas de Lacerda (MELLO E SOUZA; COELHO, 2014) confirmam o apoio do governador às medidas repressivas de agosto de 1961, nos permitindo uma hipótese a ser mais bem explorada para a mudança de enquadramento noticioso ao longo das séries.

Nas duas últimas reportagens da série, o jornal entrevista os dirigentes sindicais Artur Cantalicci, Alberto Sampaio, Jorge Fernando e Giovanni Romita, presos durante as manifestações que sucederam à renúncia de Jânio Quadros. Segundo a reportagem, o destino da maioria dos dirigentes seria o presídio de Ilha Grande para serem fuzilados. Apesar das torturas, todos teriam escapado. Entre os abusos relatados constam privação de água e comida, espancamentos, torturas e ameaças de fuzilamento, quase sempre nas dependências da Invernada de Olaria e no Alto da Boa Vista. O portuário Artur Cantalicci, capturado por policiais na Ponte dos Marinheiros quando distribuía panfletos com cópia do mandado de segurança a favor da posse de João Goulart, foi levado ao posto policial da Leopoldina e relatou ao jornal que ficou preso durante seis dias junto a outros detentos, que eram levados para interrogatórios na madrugada e não mais voltavam. Alberto Sampaio foi preso junto a nove amigos, sendo transferido da Delegacia de Vigilância até a

²⁷ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 09/10/1961.

²⁸ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/10/1961.

²⁹ Teatro e centro de convenções anexo ao Consulado-Geral da França no Rio de Janeiro.

³⁰ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/10/1961.

Invernada de Olaria num caminhão fechado. Nas dependências da Invernada, Alberto foi colocado numa cela com outras quarenta e duas pessoas, na maioria estudantes³¹.

A desumanização do detento atribuída pelo jornal às instituições policiais encontra espaço em poucos trechos nessa série, nas “jaulas” ou “ratoeiras humanas”; menciona-se que “[a] alimentação, era o que se supunha, vinha de restos dos cães da Polícia Militar, cujos canis estão ao lado”³². A perseguição a estudantes e operários já permite inferir, em 1961, a presença de um “fantasma condensado da repressão”, ainda que Misse (1999) situe tal fantasma como fruto do regime autoritário de 1964. Um fantasma social é criado quando o crime ou ato desviante sai da esfera individual e passa a ser elemento fundamental na construção de tipos sociais. No caso do fantasma condensado, colocam-se sob o mesmo crivo os diversos criminosos (potenciais presos comuns) e os agitadores de esquerda (potenciais presos políticos), nesse caso os estudantes supostamente vinculados a células comunistas e os operários organizados.

As “celas-catacumbas” da Central do Brasil

A série de cinco reportagens publicadas nos dias 3, 4, 6, 7 e 8 de novembro de 1961, realizadas pelo repórter Silvio Paixão, retoma as denúncias sobre os cárceres subterrâneos da EFCB. A série aborda a superlotação das celas e o tratamento dos detentos, bem como problemas de infraestrutura que impactam nas condições de higiene, abastecimento de água, ventilação e alimentação, atribuindo às instalações termos como “celas-catacumbas”, “indústrias do crime”, “jaulas”, “depósito de fantasmas” e “celas da masmorra da Central do Brasil”. A ênfase das cinco reportagens recai sobre as condições dos detentos, apresentando casos pontuais, e também sobre as diligências realizadas pelos deputados da ALEG Adalgisa Nery (Partido Socialista Brasileiro – PSB), Hércules Corrêa (PTB) e Lygia Lessa Bastos (União Democrática Nacional – UDN), que buscaram esclarecimentos sobre as condições dos cárceres junto às autoridades policiais. A alta saliência é mantida no decorrer da série, com fotografias em todas as reportagens, mas sem chamadas de capa. Nota-se, em relação às séries anteriores, um aumento do sensacionalismo, sobretudo ao descrever os detentos, utilizando termos como “sucatas humanas”, “feras que foram homens”, “débeis mentais”, “mulheres e crianças, como cães”, “dementes” e “prostitutas”. Novamente, o jornal atribui certa desumanização do detento às instituições policiais, tentando criar empatia no leitor através da negação de empatia na relação policial-detento, mas esta série difere das anteriores por não associar as condições de detenção ao regime nazista³³. Tais mudanças estilísticas possivelmente decorrem da mudança de autoria.

A reportagem de 3 de novembro, a primeira da série, menciona que leitores do *Ultima Hora*, que transitavam próximos à EFCB, comunicaram sobre um tumulto no posto policial da dependência, decorrente de uma rebelião na ala masculina. O comunicado fez a redação entrar em contato com parlamentares da ALEG, que foram até o local para averiguar as condições dos cárceres. O delegado Ary Leão, da referida delegacia de polícia, em conversa com os parlamentares, dissera não haver lugar para alocar os presos, que a situação em que os mesmos se encontravam seria um problema da administração e que as condições de sua delegacia eram precárias. O conflito de interesses entre instâncias distintas do jogo político-administrativo novamente evidencia a complexa malha interinstitucional que compõe o Estado, com diversos agentes disputando a obtenção, alocação, utilização e fiscalização de recursos. O jornal traz a réplica dos parlamentares ao delegado, ironizando o fato deste ter comunicado apenas oralmente seus superiores sobre as más condições das instalações, não produzindo qualquer prova documental³⁴. Na edição do dia seguinte, Maria Soares Meirelles, dona-de-casa recém-liberada das

³¹ RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 09/10/1961; 10/10/1961.

³² RIBEIRO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 09/10/1961.

³³ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 03/11/1961; 04/11/1961; 06/11/1961; 07/11/1961; 08/11/1961.

³⁴ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 03/11/1961.

“celas-catacumbas”, concede uma entrevista ao jornal alegando que foi presa apenas por não portar os documentos e que fugiria para o interior do estado do Rio de Janeiro com o nome trocado. Na mesma cela de Maria havia outras três mulheres doentes e sem tratamento adequado³⁵.

Na edição de 6 de novembro, uma das prisioneiras menciona que bastava estar sem documento para que o delegado classificasse as mulheres como prostitutas, prendendo-as de forma ilegal e sem culpa formada³⁶. O jornal menciona que o posto policial da EFCB seria um dos “quartéis-generais” de Cecil Borer, cuja finalidade “[c]onsiste em recolher mendigos, em carros fechados da Polícia, e despejá-los, como lixo, à noite, em matagais fora da GB [Guanabara]. Êste plano tem por objetivo ‘cuidar da aparência da cidade’”³⁷.

Durante sessão da ALEG, em 6 de novembro de 1961, a deputada Adalgisa Nery teria abordado o caso das prisões da EFCB e mencionado que foi agredida pelo sargento Wolfran Moreira de Souza, da Polícia Militar. O líder do PTB, Saldanha Coelho, teria dado o prazo de 24 horas ao chefe de polícia, Segadas Viana, para prestar esclarecimentos sobre os fatos. Ao presidente da ALEG, Lopo Coelho (Partido Social Democrático – PSD), teria sido enviado um requerimento convocando o secretário de Segurança, Sizen Sarmento, para esclarecer sobre a agressão à deputada e sobre as condições das celas da EFCB. Enquanto Saldanha Coelho discursava sobre o caso, Segadas Viana teria telefonado ao parlamentar informando que o policial acusado de agredir a deputada Adalgisa Nery fora afastado do cargo para a investigação do fato mediante inquérito, levando-o a cancelar o requerimento³⁸.

Em depoimento ao jornal, Segadas Viana relata que a 11ª Delegacia de Polícia passou a funcionar na EFCB após uma ordem de despejo na rua Barão de São Félix, imóvel de propriedade particular onde funcionava, e sua transferência dependeria de uma verba negada pela própria ALEG, no valor de 30 milhões de cruzeiros. Novamente evidencia-se o emaranhado de intrigas e responsabilidades entre as diversas instâncias do Estado. Apesar desta série se desenrolar no âmbito político-administrativo da Guanabara, o jornal não vincula o nome de Lacerda. Menciona-se “[...] que as escabrosas torturas (sêde, promiscuidade e sujeira) continuavam. A mesma quantidade de mulheres, crianças e velhos comprimidos como sardinhas em latas nos cubículos infectos”³⁹. Além disso, relata-se que apenas cinco homens foram presos legalmente, estando os noventa e cinco detentos restantes de forma ilegal, sem registro.

Considerações e hipóteses

Entre as séries de reportagens realizadas por Amado Ribeiro nota-se, inicialmente, um discurso que enfatiza a sujeição criminal do detento, mas que se modificaria já na segunda série, enfatizando as arbitrariedades policiais e invertendo a lógica de desumanização do detento para o policial, inclusive atribuindo uma visão desumanizadora do policial para com o detento. Outro movimento notado nas séries de Amado Ribeiro é o envolvimento de escalas cada vez mais altas do Estado nas denúncias, culminando em referências diretas ao governador Carlos Lacerda na terceira série de reportagens. Também nota-se o uso de termos depreciativos sobre o Estado, suas instituições, seu *modus operandi* e os policiais, eventualmente remetendo-os ao regime nazista⁴⁰.

Tendo um mesmo repórter como parâmetro frente ao fluxo de acontecimentos, as mudanças no discurso podem indicar motivações políticas para as formas de enquadramento e apresentação

³⁵ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 04/11/1961.

³⁶ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 06/11/1961.

³⁷ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/11/1961.

³⁸ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/11/1961.

³⁹ PAIXÃO, *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/11/1961.

⁴⁰ A variação nos discursos de Amado Ribeiro parece contrariar a descrição do jornalista fornecida por Benício Medeiros (2009), para quem Amado sustentava uma visão maniqueísta do policial sempre bom e do bandido sempre mau. Amado foi personagem de destaque no *Ultima Hora* (RIBEIRO, s.d.) e chegou a ser chefe de redação da seção policial em fins da década de 1960 (ANTÔNIO, 2017), de modo que visões simplistas de seu estilo e de sua visão de mundo dificilmente encontrariam amparo em análises mais amplas de sua produção textual.

do assunto narrado, assim como a evocação de sensações e emoções do público leitor como forma de mobilizar oposição ao governo. No longo hiato entre as duas primeiras séries, Carlos Lacerda assumira o governo da Guanabara como primeiro governador eleito do novo estado, e o histórico de conflitos precedentes entre Lacerda e o *Ultima Hora* reforça a hipótese de oposição política através do enquadramento, sendo importante considerar o uso instrumental da imprensa *pela e para* a política nesse período, quando eram frequentes as relações de posse ou direção entre políticos e veículos de imprensa. Veja-se que Lacerda funda o jornal *Tribuna da Imprensa* em 1949⁴¹; Chagas Freitas funda *O Dia* em 1950 e, no mesmo ano, adquire *A Notícia* junto com Ademir de Barros; Tenório Cavalcanti funda *A Luta Democrática* em 1954; e San Tiago Dantas adquire o *Jornal do Commercio* em 1957. Ademais, a deputada Adalgisa Nery, que visitou as dependências da EFCB junto a outros parlamentares, também escrevera para o *Ultima Hora* sobre temáticas políticas em sua coluna fixa, “Retrato sem Retoque”, entre os anos de 1954 e 1964 (BARBOSA, 2007; CAMPOI, 2008).

Todavia, seria simplista creditar a mudança notada no discurso do jornal somente à posse do novo governador. Desta forma, a mobilização da imprensa após a morte de Nestor Moreira em 1954 pode ter se somado a outras questões políticas entre 1960 e 1961, resultando nas novas formas de enquadramento das forças policiais e do governo da Guanabara nas páginas do *Ultima Hora*. No mesmo interstício entre a primeira e a segunda série analisadas, temos a renúncia do presidente da República Jânio Quadros, usualmente apresentada a partir de seus bastidores em Brasília ou da Campanha da Legalidade no estado do Rio Grande do Sul⁴², mas é no estado da Guanabara que o termo “crise política” se apresenta enfático⁴³. A ampla percepção pública do aparato policial como uma força autoritária soma-se entre os elementos de descrédito ao governo estadual e talvez as consequências desse momento se reflitam e se reforcem ao longo do tempo até eventos posteriores.

Maria Victoria Benevides (1999) e Boris Fausto (2010), entre outros historiadores, apontam que fatos diretamente ligados à renúncia de Jânio possuem Lacerda como protagonista, quando este realiza um pronunciamento na imprensa em 24 de agosto de 1961⁴⁴. Lacerda acusa Jânio de intenções golpistas, as quais ele teria descoberto ao ser convidado pelo ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, para também participar do suposto golpe. No dia seguinte, após as comemorações do dia do soldado, Jânio entregara sua carta-renúncia ao Congresso Nacional. Nos primeiros momentos após a renúncia, Lacerda aparentava uma postura conciliatória e de apoio à posse de João Goulart, conforme nota expedida pelo governo da Guanabara em 26 de agosto e reproduzida em alguns jornais. “O regime democrático será mantido e garantida a liberdade dentro da ordem. [...] O governador permanece no seu posto no Guanabara, junto aos demais governos, à legalidade democrática, à paz dos lares e ao futuro da nossa pátria”⁴⁵.

Entretanto, conforme Mendonça (2002, p. 267), na noite de 25 de agosto de 1961, o ministro Horta “[...] ocupou os microfones à Rádio Guanabara [...]” para se defender da uma suposta tentativa de aliciar Lacerda para um golpe. Os transmissores da emissora teriam sido quebrados pela polícia

⁴¹ Em dezembro de 1960, quando da posse de Lacerda como governador da Guanabara, a direção do jornal *Tribuna da Imprensa* foi passada para seu filho, Sérgio de Lacerda. Ao final de 1961, em função de problemas financeiros, o jornal foi vendido para Manuel Francisco do Nascimento Brito, sendo novamente vendido para Hélio Fernandes em dezembro de 1962. Apesar das mudanças de posse e direção, o jornal se manteve alinhado aos interesses de Carlos Lacerda, que permanecia assinando artigos sob o pseudônimo de Júlio Tavares (DULLES, 2000).

⁴² A Campanha da Legalidade foi encabeçada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que com o apoio do III Exército, da população local e amplo uso de radiodifusão conseguiu mobilizar parcelas significativas da opinião pública para garantir a sucessão presidencial de Jânio Quadros nos moldes constitucionais, apesar de uma tentativa de veto de alguns setores militares ao então vice-presidente João Goulart.

⁴³ Amir Labaki (1986) aponta diversos focos de repressão pelo Brasil após a renúncia, como nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Entretanto, o autor prioriza as situações do Rio Grande do Sul, Brasília e da Guanabara.

⁴⁴ Cabe-nos pontuar que a hipótese mais comum na literatura é a de que a renúncia seria uma tentativa de golpe frustrada, orquestrada pelo próprio Jânio (BENEVIDES, 1999; CHAGAS, 2014; FAUSTO, 2010; LABAKI, 1986).

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 26/08/1961b.

guanabarina, impedindo Horta de relatar sua versão, que seria reproduzida em alguns jornais do dia seguinte. Apesar dos termos usados por Mendonça sugerirem que Horta compareceu ao estúdio da Rádio Guanabara, os jornais nos levam a crer que essa apenas retransmitiu o pronunciamento do ministro realizado em São Paulo⁴⁶. Segundo a edição de 26 de agosto de 1961 do *Jornal do Brasil*, o investigador Hélio Guaíba Nunes, da Delegacia de Vigilância, também compareceu à Rádio Jornal do Brasil solicitando que o discurso não fosse transmitido “[...] por ser considerado subversivo”⁴⁷.

Mendonça (2002) e Dulles (2000) narram que a reação popular nas ruas foi imediata quando da renúncia de Jânio. Uma greve deflagrada pelo Sindicato dos Ferroviários somava-se às multidões reunidas em frente à embaixada dos Estados Unidos, aos gritos de “Jânio sim! Lacerda não!”. Nesse cenário conturbado, o alinhamento de Lacerda aos ministros militares em seu veto à posse do vice-presidente João Goulart, temendo uma suposta ameaça comunista, inflamaria ainda mais os ânimos. Um manifesto de líderes sindicais apoiaria a greve dos ferroviários, exigindo uma greve geral, que não veio a ocorrer, embora contasse com a solidariedade de trabalhadores portuários, marítimos, metalúrgicos e têxteis. “Com a prisão de alguns líderes operários, inclusive o presidente do sindicato dos gráficos da Guanabara, e a invasão dos sindicatos pelas tropas, o movimento de greve foi dominado” (DULLES, 2000, p. 60). Estudantes universitários também arriscaram uma greve em favor da legalidade, mas a Polícia Militar tomou conta da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), levando líderes estudantis a se asilarem em embaixadas diversas.

O crescimento de movimentos populares nas ruas ampliava as movimentações e ações do aparato repressivo, e a preocupação do governo estadual também se voltava à circulação de informações nos canais de maior amplitude. Mendonça (2002), Dulles (2000) e Labaki (1986) atentam que, além de emissoras de radiodifusão e televisão, a censura também atingiu os jornais, barrando notícias que denunciassem o impedimento da posse de João Goulart ou versassem sobre a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul.

Segundo Lacerda, foi o coronel Golbery do Couto e Silva, secretário-geral do Conselho Nacional de Segurança, que pediu ao secretário de Segurança da Guanabara, general Sisenio Sarmento, que instaurasse a censura no estado. Lacerda estava de acordo, pois considerava a censura “absolutamente indispensável”. Para evitar que fossem divulgadas notícias que pudessem “pôr em perigo a ordem pública”, soldados do Exército e da Polícia Militar exerceram uma “censura rigorosa” do rádio e da televisão. Agiram com igual rigor na censura da imprensa carioca, a começar pela invasão das redações do *Diário Carioca* e do *Diário de Notícias* na noite de sábado, 26 de agosto, para impedir a publicação de matéria que incluía o manifesto de Lott. Em todos os diários do Rio foram instalados oficiais do Exército para fiscalizar a censura de artigos. Em 28 de agosto, a Polícia Militar apreendeu a edição inteira do *Correio da Manhã* para o dia seguinte e prendeu o jornalista Batista de Paula, da *Ultima Hora*. No dia 29 a polícia apreendeu a edição do *Diário de Notícias* que continha uma entrevista com Goulart em Paris. A essa altura, uma proporção tão grande de noticiário estava sendo censurada que no dia 30 o *Jornal do Brasil* não circulou e o *Diário de Notícias* saiu com grandes espaços em branco em suas páginas (DULLES, 2000, p. 60).

Labaki (1986), Dulles (2000) e Mendonça (2002) mencionam que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sindicatos, proprietários e diretores de jornais remeteram telegramas à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) denunciando as ações de Lacerda e pedindo sua expulsão da entidade. Estes telegramas teriam sido interceptados pelo governo estadual antes de chegarem ao destinatário. De alguma forma – mesmo que por vias distintas – a entidade tomou ciência dos fatos, e as cartas de Lacerda à ABI e à SIP confirmam sua concordância com a censura e sua preocupação com uma suposta ameaça comunista (MELO E SOUZA; COELHO, 2014).

Em 30 de agosto de 1961, Raphael de Almeida Magalhães – chefe do Gabinete de Lacerda

⁴⁶ *Jornal do Brasil*, 26/08/1961c.

⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 26/08/1961a.

– reuniu-se com os proprietários e diretores de jornais para anunciar a suspensão da censura após determinação dos tribunais, mas a edição extra do *Ultima Hora* teve a circulação impedida por determinação do Ministério da Guerra no dia seguinte, e seus exemplares foram recolhidos por policiais (DULLES, 2000). A edição de 1º de setembro do jornal critica a ação policial e reproduz o telegrama enviado à SIP, reafirmando a necessidade de expulsão do “[...] ex-jornalista Carlos Lacerda dos quadros daquela entidade, por absoluta incompatibilidade com a profissão jornalística”⁴⁸.

Detendo o controle dos meios de comunicação, o governo estadual tentaria convencer a população de que o Congresso decretara estado de sítio – fato que não ocorrera – para que a polícia invadisse sindicatos e entidades estudantis livremente (MENDONÇA, 2002). Em 27 de agosto, o presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais, Chagas Freitas, enviou um telegrama a Lacerda mostrando sua indignação com a censura, alertando que “[...] nenhuma das garantias constitucionais está suspensa”, cabendo ao governador cumprir a lei e determinar o restabelecimento da liberdade de imprensa no estado⁴⁹.

Lacerda não foi o único jornalista a conquistar a repulsa da categoria profissional nesse contexto. Dulles (2000) atenta que o antigo redator-chefe do jornal *Diário de Notícias*, Ascendino Leite, então à frente do Serviço de Censura da Guanabara, foi acusado por ex-colegas de aproveitar-se de laços profissionais para obter informações privilegiadas e úteis à censura.

No dia 30 de agosto de 1961, o presidente do Congresso Nacional, senador Moura Andrade (PSD), optou por intervir sobre a censura e repressão no estado, enviando ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (PSD), um ofício que exigia providências a respeito. E, em 1º de setembro, o deputado Armindo Marcílio Doutel de Andrade (PTB) denunciou ao plenário da Câmara o espancamento de José Gomes Talarico (PTB) pela polícia do estado (MENDONÇA, 2002).

Apresentada a crise da renúncia de Jânio no âmbito da Guanabara, percebemos que a crise política tomou tanto os poderes instituídos quanto parcelas populares. O contexto nos apresenta uma imprensa amplamente visada com fins instrumentais – seja para o controle das massas, através da censura, ou para o controle dos poderes instituídos, através das denúncias. Parece-nos plausível que o protagonismo de Lacerda e das forças policiais, com suas medidas repressivas, deixaria marcas em publicações posteriores, conforme nota-se ao longo das séries analisadas. Observe-se que a série sobre os cárceres da Invernada de Olaria e do Alto da Boa Vista trata exclusivamente de prisões políticas, diretamente associadas às manifestações pela posse de João Goulart.

Todavia, o peso desse episódio e seus desdobramentos, majoritariamente envolvendo violência policial, prisões políticas e censura aos meios de comunicação, não deve figurar sozinho entre as explicações possíveis para as mudanças de enquadramento empregadas pelo jornal *Ultima Hora*. A capacidade de Carlos Lacerda para mobilizar forças policiais guanabarinhas deriva da mudança da capital federal para Brasília, criação do estado da Guanabara e transformação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) em Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP) (OLIVEIRA, 2016); e embora os problemas de escassez e violência fossem antigos e recorrentes nos cárceres da Guanabara (OLIVEIRA, 2006; SANTOS, 2018; RIBEIRO, s.d.), tais mudanças levaram a um agravamento nesses problemas estruturais. Myrian Sepúlveda dos Santos (2018) aponta que diversos periódicos apresentaram denúncias concordantes sobre as prisões da Ilha Grande entre 1960 e 1961, decorrentes de uma drástica redução de verbas que culminou em certo caos administrativo e em receios recíprocos que elevavam as formas de violência endógena. Carlos Lacerda, inclusive, elegeu uma comissão para apresentar soluções ao problema penitenciário, culminando na desativação da Colônia Penal Cândido Mendes em 1962 (CHAGAS, 2014; SANTOS, 2018). Frederico de Oliveira (2016) também situa extinções, restabelecimentos e

⁴⁸ *Ultima Hora*, 01/09/1961.

⁴⁹ *Ultima Hora*, 29/08/1961.

novas extinções das Subseções de Vigilância no período como exemplos de idas e vindas administrativas e injunções políticas. Desta forma, diversos fatores se somam e se reforçam enquanto motivações para as mudanças de enquadramento jornalístico.

A depreciação da instituição denunciada persiste na série de Sílvio Paixão, mas o repórter é menos enfático e não remete a práticas nazistas. Seu foco é descrever abusos e a presença de deputados nos cárceres, averiguando denúncias e seus desdobramentos. Analisando-se as quatro séries em sucessão, sem distinção de autor, alguns aspectos emergentes nas séries de Amado Ribeiro mantêm certa continuidade. Nessa quarta série temos representantes da ALEG adentrando os cárceres e debates sobre a condição carcerária adentrando as sessões da ALEG, o que evidencia o envolvimento de instâncias cada vez mais altas do Estado no conteúdo noticioso sobre o tema. Ainda acerca do Estado, este é apresentado como uma máquina multifacetada onde os papéis, responsabilidades e tomadas de decisão se articulam mediante disputas, nos moldes do “campo do poder” delineado por Bourdieu (2014).

A análise das quatro séries também sinaliza duas progressões mais ou menos previsíveis. A primeira diz respeito à reconfiguração do aparato repressivo no Brasil às vésperas do golpe militar de 1964, conforme nota-se na segunda série pela descrição de torturas usualmente atribuídas ao regime militar brasileiro, com uma repressão seletiva e aparente normalidade institucional. Janaína Teles (2013) aponta um aspecto importante a respeito do Estado brasileiro pós-1964: a pesquisadora diz não haver uma continuidade ou repetição das práticas, mas uma reorganização do aparelho repressivo anteriormente instalado. A segunda progressão diz respeito à posterior chacina de moradores de rua nos rios Guandu e da Guarda, denunciada pelo *Ultima Hora* no início de 1963 (DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002). Como abordado, em 26 de setembro de 1961 um detento denunciou a ameaça de ser amarrado e colocado num saco para ser jogado no rio Guandu. Em 6 de novembro o jornal menciona que a EFCB seria um dos “quartéis-generais” de Cecil Borer, cujo objetivo era recolher moradores de rua na Guanabara para despejá-los fora do estado.

Embora o histórico de conflitos entre o *Ultima Hora* e Lacerda eleve as possibilidades de motivação política nas denúncias aos cárceres e nas posteriores denúncias de chacina, é importante salientarmos que essa constatação não diz respeito a uma via específica de causalidade, uma vez que a oposição ferrenha do jornal ao governador pode ter motivado tanto uma maior inventiva do jornal para destruir sua reputação, quanto uma fiscalização mais rigorosa das práticas e rotinas policiais do estado. O conturbado cenário político da época facilitava tanto a oposição política pura e simples quanto grosseiras falhas administrativas, e o câmbio nas formas de enquadramento parece sinalizar a apropriação das segundas para instrumentalizar as primeiras.

Fontes

JORNAL DO BRASIL. Polícia proíbe Pedroso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/08/1961a. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/21358. Acesso em: 31 mai. 2019.

JORNAL DO BRASIL. Lacerda lamenta mas fica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/08/1961b. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/21361. Acesso em: 01 jun. 2019.

JORNAL DO BRASIL. Pedroso desmente golpe chamando Lacerda de boquirroto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/08/1961c. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/21367. Acesso em: 31 mai. 2019.

PAIXÃO, Sílvio. Polícia Encurrala Mulheres e Crianças em Celas-Catacumbas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 03/11/1960. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/75980>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PAIXÃO, Sílvio. Crianças, mulheres e dementes apodrecem nas celas-catacumbas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 04/11/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71496>.

Acesso em: 15 mai. 2019.

PAIXÃO, Silvio. Feras que foram homens amontoadas em jaulas! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 06/11/1961. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71509>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PAIXÃO, Silvio. Prazo de 24 Horas Para o Chefe de Polícia Dar Explicação Sobre as “Celas-Catacumbas”. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/11/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71528>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PAIXÃO, Silvio. Chefe de Polícia Culpa Deputados Pela Infâmia das “Celas-Catacumbas”. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 08/11/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71544>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Monstros e loucos perambulam pela cidade dos mortos-vivos. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 01/08/1960. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/61261>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Fúria Assassina Dos Monstros Sòmente Contida Pelo Cansaço. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 02/08/1960. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/61269>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Monstros Fazem Churrasco de Mulheres e Querem Sobremesa. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 03/08/1960. p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/61295>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Comida Está Acabando: 1.300 Detentos Prontos PARA MOTIM. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 04/08/1960. p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/65505>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Bêstas Policiais Passeiam Impunes à Procura de Outras Vítimas na Central. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 22/09/1061. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/70970>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Policiais Obrigaram Inocente a Comer Uma Lata de Vaselina. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 23/09/1061. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/70984>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. “QG” do Terror Policial Funciona Nos Subterrâneos da Estação “Pedro II!”. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 25/09/1061. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/70997>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Denúncia de UH Vai à Assembléia: Protesto Contra Campo de Concentração na Central. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 26/09/1061. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71016>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Terceira vítima conta a UH: “eu vi o pintor tuberculoso morrer na tortura”. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 27/09/1061. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71030>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Professor Roberto Lyra e os Monstros da Central: crime contra a honra da pátria. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 28/09/1061. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71044>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Polícia protege os matadores da Central: recusado promotor para crime de Monstros. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 29/09/1061. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71058>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. "Parabelum" acusa os Chefes Amancio e Tenório: – "Eis aí os assassinos!". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 30/09/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71070>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Estudantes e Operários Torturados Nas Jaulas da Polícia. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 05/10/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71132>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Celas de Cimento e Banhos Gelados Para os Presos Políticos do Coronel Ardovino. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 06/10/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71146>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Estudante Revela: "Cuspiram-me no Rosto e Rasgaram a Minha Roupa!". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 07/10/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71162>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. Operários depõem: "Queriam fuzilar os presos políticos". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 09/10/1961. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71175>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Amado. ROMITA: "Fiquei sabendo como é a polícia do governador!". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 10/10/1961. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/71196>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ÚLTIMA HORA. Proprietários de Jornais Dirigem-se ao Governador: Censura. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 29/08/1961. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/70674>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ÚLTIMA HORA. Cêrco e Violência Armada Para Silenciar 'Ultima Hora'. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 01/09/1961. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/70714>. Acesso em: 02 jun. 2019.

Referências

ANTONIO, Mariana Dias. *O sensacionalismo no jornal Ultima Hora-RJ: Sinais e ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969)*. 2017. 268p. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ARGOLO, José Amaral. *As luminárias do medo: vida, paixão e morte do jornalismo policial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAMPOI, Isabela Candeloro. *Adalgisa Nery e as questões políticas de seu tempo (1905-1980)*. 2008. 269p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2008.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda*. A vida de um lutador. Trad. Daphne F. Rodger. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 2.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- GÓMEZ, José María. (coord.). *Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição*. Relatório de Pesquisa para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, ago. 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.13140/RG.2.2.36713.44648>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: O Corvo e o Bessarabiano*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. vários tradutores. 5. ed. 2. reimpr. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- LEITÃO, Alexandre Enrique. *O Esquadrão da Morte na Imprensa Carioca: a construção narrativa da experiência social e a legitimação da violência policial*. 2017. 174p. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- MCCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDEIROS, Benício. *A rotativa parou! Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MELLO E SOUZA, Cláudio; COELHO, Eduardo (orgs.). *Carlos Lacerda / cartas 1933-1976*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014.
- MELLO NETO, David Maciel. *“Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987)*. 2014. 175p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. 2. ed. Códex: São Paulo, 2002.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 1999. 413p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- OLIVEIRA, Frederico Cícero Pereira de. *Uma História do “Esquadrão da Morte”: Mitos, Símbolos, Índícios e Violência no Rio de Janeiro (1957-1969)*. 2016. 173p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016
- RIBEIRO, Octavio. *Barra Pesada*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Quatro histórias, duas colônias, uma ilha*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- SANDER, Roberto. *O crime que abalou a República: violência, conspiração e impunidade no crepúsculo da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Maquinária, 2010.
- SAPOLSKY, Robert M.. *Behave: the biology of humans at our best and worst*. Nova Iorque: Penguin

Press, 2017.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções (Apresentação). In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 7-18.

VARIKAS, Eleni. *A escória do mundo: figuras do pária*. Trad. Nair Fonseca & João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Trad. Sérgio Lamarão. 3. ed. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Nota de autoria

Mariana Dias Antonio é doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná e membro dos grupos de pesquisa “Cultura e Poder” e “Núcleo de Estudos Mediterrânicos – NEMED”. Possui Licenciatura em História pelo Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson” (2011) e mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2017). E-mail: mariana.diasant@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

ANTONIO, Mariana Dias. Os cárceres da Guanabara através do jornal Última Hora (1960-1961). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 343-360, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico


Recebido em 16/05/2020.

Aprovado em 28/09/2020.


Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos

The new outlines of anti-Semitism, the construction of imaginary by the media in Brazil and the writing of History: singularities and dangers

Ana Heloisa Molina

 <https://orcid.org/0000-0002-3363-5382>
Universidade Estadual de Londrina

Helena Ragusa

 <https://orcid.org/0000-0002-4719-8523>
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: As recentes ondas de ataques antissemitas e de discursos negacionistas, ainda que com mais força no contexto europeu e norte-americano, reverberaram e vêm ecoando na vida pública brasileira, principalmente no ambiente da *Web 2.0*. Nosso objetivo é analisar os frequentes episódios de negação da Shoá e de hostilidade e ameaça a grupos que, como os judeus, tornaram-se alvos de ódio e racismo nas diversas plataformas digitais e redes sociais existentes. Para tanto, recorreremos aos autores que, em seus estudos, atentam-se ao uso do termo *antissemitismo* e à complexidade sobre ele ao lidar com o conceito nos diferentes tempos e espaços por onde transitam suas análises. Somamos a isso as noções trazidas por Bronislaw Baczko (1985) em torno dos imaginários sociais, de modo a compreender o passado que remete ao fenômeno do antissemitismo e os novos contornos que na atualidade se fazem sentir e que, conforme veremos aqui, não passam despercebidos.

Palavras-chave: Antissemitismo. Negacionismo. Internet. Imaginário.

Abstract: The recent waves of anti-Semitic attacks and negative speeches, albeit with greater force in the European and North American context, reverberated and have been echoing in Brazilian public life, especially in the Web 2.0 environment. Our goal is to analyze the frequent episodes of *Shoah* denial and hostility and threat to groups that, like the Jews, have become targets of hatred and racism on the various digital platforms and existing social networks. To this end, we turn to authors who in their studies pay attention to the use of the term anti-Semitism and the complexity of it when dealing with the concept in the different times and spaces where their analyzes go. We add to this the notions brought by Bronislaw Baczko (1985) around that of social imaginary, in order to understand the past that refers to the phenomenon of anti-Semitism and the new outlines that are currently felt and that, as we will see here, do not go unnoticed.

Keywords: Anti-Semitism. Negationism. Internet. Imaginary.

O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p. 310).

Exemplo 1 (grupo de WhatsApp): em 20/08/2019, um grupo com o nome Fascismo Vive foi criado no WhatsApp com aproximadamente 80 participantes. Nele, um dos integrantes desabafa: “Sou capaz de morrer por este país, queria matar os maçons, os deputados, os sionistas, todos esses hereges.” Finalizou com “Heil Hitler”, saudação nazista que significa Salve Hitler. Três minutos



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

depois, Rael, que tem a figura de uma suástica ao lado de seu nome, respondeu: “Heil Hitler (FOLHA PRESS, 2019, p. 1).

Exemplo 2 (plataforma digital): o canal organizado e produzido por Nando Moura (2015), que conta com 1,5 milhão de seguidores, em sua maioria adolescentes, possui um número significativo de vídeos de caráter ofensivo cujos conteúdos contrariam as narrativas históricas, especialmente aquelas oriundas de profissionais da História, como professores, e também de livros didáticos de História. Uma das afirmações feitas pelo youtuber é que o partido nazista era de esquerda e Hitler teria sido uma “cria” de Karl Marx.

Exemplo 3 (rede social): surge o Pegida (Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes) na rede social Facebook, criado em 2014 pelo publicitário alemão Lutz Bachmann, contrário à presença de islâmicos em países europeus, expandindo-se para outros grupos de imigrantes, como os refugiados, (oriundos da guerra da Síria e de países africanos) os quais, no ano de 2015, contabilizaram em torno de 1 milhão nas fronteiras alemãs. O Pegida conta com uma rede ampla de seguidores em diversos cantos da Europa e fora dela e extrapolam o ambiente virtual para manifestações reais organizadas com caráter xenófobo e racista. No Brasil, a página Pegida Brasil (2020), hospedada na rede social Facebook, conta com um número menos expressivo, mas não desprezível: são quase 200 seguidores que compartilham do mesmo sentimento de intolerância em relação aos de origem islâmica e também com outras questões que perpassam pelo multiculturalismo, feminismo, entre outros.

Os exemplos aqui demonstrados¹ são uma pequena amostra de que, inegavelmente, a mídia se tornou uma ferramenta poderosa na formação da consciência coletiva, impregnando com imagens, gestos, performances e narrativas a construção ou a reconfiguração do que podemos chamar de Outro, aquela figura historicamente colocada como “inimigo”, “impuro” ou “detentor de pecados”, mormente o destoante da imagem ariana padrão: branca, cristã e europeia.

Em nosso caso, é extremamente interessante verificar como o discurso antissemita, juntamente com outras formas de ódio, aparece na Internet e nos meios digitais, e, dessa forma, analisar como se apresenta o imaginário e com quais imagens (tanto as relacionadas às representações construídas quanto aquelas descritas por adjetivos ou impropérios) são divulgadas nesses meios comunicativos de grande capacidade formadora de opiniões.

Tomamos como imaginário um dos aspectos indicados por Baczko, especialmente aquele concernente aos lugares a serem ocupados em uma determinada hierarquia.

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO, 1985, p. 309).

Ao mesmo tempo, notamos uma dimensão maior – em termos de alcance e popularidade – dos discursos que assumem o pensamento antissemita presentes nas redes sociais e plataformas digitais, no contexto brasileiro atual, o que define a liberdade de expressão e como os meios digitais lidam com aquilo que denominam de censura de conteúdo.

Essas são algumas das questões que buscaremos responder na tentativa de compreender os novos contornos da ideologia antissemita na virada do século XX para o XXI, a qual muitas vezes

¹ No primeiro exemplo, a Folha de São Paulo divulgou que acompanhou “incógnita esse e outros grupos de extrema-direita ativos no WhatsApp, a maioria deles formados recentemente” (FOLHA PRESS, 2019, p. 1). No segundo caso, por meio de livre acesso, os vídeos realizados por Nando Moura (2015), como é conhecido na plataforma YouTube, conta com milhares de seguidores, conforme aqui demonstrado. No terceiro exemplo, ao Pegida Brasil (2020) foi enviado há um ano atrás um convite nosso para participar da rede e desde então é possível, por meio das postagens – as quais ocorrem num rito semanal – acessar o conteúdo.

é tratada como uma fase, mas que, ao contrário do que representa tal analogia, a nosso ver, trata-se de algo que estaria muito mais próximo a uma ideia de continuidade.

Em um primeiro momento, consideramos que a história de um tempo presente só existe se partirmos de um recuo ao passado, o que significaria ir às origens do antisemitismo e à escrita dessa história no Brasil, para, então, e somente assim, compreender as manifestações diversas que atualmente circulam nos meios digitais em torno das questões que cercam o tema.

Em seguida, propomos uma reflexão acerca dos usos e das apropriações feitas por grupos antisemitas da *web 2.0*² e de outros canais de comunicação para a divulgação e a disseminação de conteúdos supremacistas, racistas e xenófobos, o que inegavelmente elevou o pensamento antisemita para uma perspectiva global, fazendo cada vez mais adeptos, como veremos no caso brasileiro.

Posteriormente, refletiremos acerca das escritas e do imaginário divulgadas e as possíveis leituras que impregnam seus significados. Investigando os portais onde atualmente são disseminados conteúdos nessa vertente, encontramos aqueles que ainda não sofreram impedimento por parte de decisões judiciais e contam com milhares de seguidores.

Para além dos exemplos que introduzem esse texto, elencamos alguns outros, sobre os quais pretendemos nos debruçar um pouco mais, como o *site Metapedia*³ (2011), de origem sueca e fundado em 2006 pelo neonazista Anders Lagerström, e o segundo, de origem norte-americana, o portal *Gab*⁴, criado no ano de 2016 pelo fundador e CEO Andrew Torba, em Austin, no Texas, mas que no Brasil tomou o nome de Gab.ai.

Antes de tudo, porém, não podemos ignorar o fato de que, com a Internet, a sociedade vem passando por um grande realinhamento sem precedentes, o que altera os padrões político, comercial e cultural. Sobre isso, Johnny Ryan (2010) explica que:

O padrão definidor da era digital emergente é a ausência do ponto central. Em seu lugar está envolvida uma malha de muitos pontos, cada um deles ligado por webs e redes. Esta história é sobre a morte do centro e o desenvolvimento da vida comercial e política em um sistema em rede. É também a história sobre o poder vindouro do indivíduo em rede como a nova unidade vital de participação efetiva e criatividade. (RYAN, 2010, p. 7).⁵

Os portais aqui em questão têm como público, em geral, adeptos da chamada Alt-Right (direita alternativa)⁶ e a direita política⁷, que, embora diferentes no modo de interação com o público, prometem liberdade, “concentrando-se em tópicos que geralmente não são abordados – ou seja, ficam fora das – enciclopédias convencionais”⁸, enfim, uma comunidade “agregadora, familiar e convidativa” (CARVALHO, 2016, p. 12). No caso da rede social *Gab*, ela se coloca como um espaço que “defende a liberdade de expressão, liberdades individuais, e o fluxo de informações”, um espaço sem censura.

Não caberia aqui uma análise mais aprofundada acerca da dinâmica e dos tipos de discursos

² De acordo com Cristobal Cobo Romani e Hugo Pardo Kuklinski (2007, p. 15), comparando-a com a *World Wide Web*, ou apenas *Web*, criada em 1990, a *Web 2.0*, seria uma nova fase, “una plataforma abierta, construida sobre una arquitectura basada en la participación de los usuarios”.

³ Conforme Bruno Leal Pastor de Carvalho, “[...] a Metapédia, por sua vez, é registrada na cidade norte-americana de Dallas, Texas, mas possui conexões com diversos outros sites, especialmente de extrema-direita” (CARVALHO, 2016, p. 10).

⁴ O *site* conta com mais de 710 mil usuários cadastrados pelo mundo, dos quais 175 mil estão no Brasil (COSTA, 2018, p. 1).

⁵ “The defining pattern of the emerging digital age is the absence of the central dot. In its place a mesh of many points is evolving, each linked by webs and networks. This story is about death of the centre and the development of commercial and political life in a networked system. It is also the story about the coming power of the networked individual as the new vital unit of effective participation and creativity”. (RYAN, 2010, p. 7).

⁶ Um dos matizes da chamada nova direita.

⁷ Nesse caso, um dos seguidores, o atual presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro, tornou-se membro da rede social no dia 21/08/2018, sendo saudado pelo fundador da rede, Torba, com um “Wow” e uma imagem onde aparece montado no sapo que identifica esse grupo em específico. (FUCS, 2018).

⁸ Texto presente na página inicial do *site* (METAPEDIA, 2011, p. 1).

e conteúdos veiculados por ambos os *sites*; no entanto, o que há de mais relevante em relação a eles são as tendências negacionista e revisionista da história fortemente vinculados a uma extrema direita, o número de seguidores que chega à marca dos milhares e o fato de que o Brasil não está imune a tal cenário.⁹

De acordo com Jean-François Sirinelli (2003), “[...] cada nova geração de historiador circula num ambiente intelectual, mas também ideológico próprio” (SIRINELLI, 2003, p. 81). O avanço da extrema direita¹⁰ e do conservadorismo no Brasil atual é certamente reflexo do cenário político europeu¹¹. “Adormecidos” no momento em que o integralismo – década de 1930 – perde sua força política, encontram terreno fértil para a propagação de ideias voltadas para uma ameaça comunista no período da Guerra Fria e reacendem com força no período que compreende o golpe de 1964 (CHASIN, 1999).

Mas a isso também somamos o fato de que

Existem, naturalmente, códigos ou um conjunto de referências que estão intrínsecos em partidos políticos e nas demais instituições políticas, mas junto a eles, precisamos sublinhar o peso das ideias, dos mitos, das memórias coletivas e individuais que ajudam a formar uma cultura política ou culturas políticas (PRIORI; BRUNELO, 2018, p. 35).

Da década de 1980 para os dias atuais, a extrema direita no Brasil ganhou novos contornos. A impressão é de que aqui existe um “[...] ‘tempo da política’, ou seja, períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte de sua vida social” (KUSCHNIR; PIQUET-CARNEIRO, 1999, p. 240).

A recém-eleição do capitão reformado Jair Messias Bolsonaro (PSL) à presidência do Brasil como o 38º presidente desde a redemocratização no ano de 1985 é um exemplo claro de como isso ocorre.

Dentre as “técnicas de persuasão na propaganda eleitoral” do presidente atual duas ao menos merecem destaque: o percurso da construção mercadológica que o levou ao poder e o *slogan* criado e usado para imprimir a “imagem de marca” que levou ao candidato à simpatia popular, qual seja, “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”.

A ascensão do ex-deputado federal (1991-2019) à presidência vem chamando a atenção no sentido de privilegiar, dentre outros, a volta dos militares ao centro do poder e a ascensão de uma “nova direita” encabeçada por ministros que não escondem em seus pronunciamentos a defesa do conservadorismo nos costumes da “família brasileira”.

Outro dado que chama a atenção é que a campanha eleitoral do recém-presidente eleito foi, ao contrário do que ocorrera em outras eleições, agora muito mais “digital” do que televisiva¹²: “A cada novo pleito, observamos a comunicação ocupando mais e novos espaços-tempos na função mediadora de levar mensagens de candidatos e partidos ao grande público distante do cenário cotidiano da política” (MACHADO, 2011, p. 1).

O atual presidente da República parece ter compreendido a potência do meio virtual, passando a explorar ao longo de sua campanha os recursos que este oferece, como a escolha de

⁹ Sobre essa questão, Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) faz uma análise profunda acerca do *site Metapedia* e a forma como apresenta – nega, ameniza, distorce – o Holocausto.

¹⁰ Compreendemos aqui a “extrema direita”, a partir da definição dada por João Fábio Bertonha (2012), como “um grupo particular dentro do campo da direita que não se contenta com a manutenção da ordem social como os conservadores e nem restaurar um passado mítico como os reacionários, mas visa, ao menos em teoria, criar algo novo a partir das premissas centrais do universo da direita, destruindo a democracia liberal. Nesse sentido, considero os fascistas como membros da direita radical, mas que essa não se limita a eles” (BERTONHA, 2012, p. 135).

¹¹ Cenário esse que vem numa curva ascendente desde o fim do século XX, fortalecendo-se em democracias de todo o mundo, vinculado aos efeitos da globalização (BETZ, 1993).

¹² Algo que vem se configurando no cenário político brasileiro desde 2010 e que, podemos afirmar, veio a consolidar-se fortemente ao menos nesta última eleição.

uma rede social, na qual chegou a quase 20 milhões de seguidores¹³. Esquivando-se dos debates televisivos – especialmente no 2º turno –, Bolsonaro encontrou na Internet um espaço onde pôde construir seu “marketing social”. Ao utilizar-se de ferramentas que facilitavam a divulgação de seu plano de governo, o atual presidente teve uma aproximação maior com o grande público, interagindo com ele em tempo real¹⁴.

A Internet surge então como um espaço onde a força do engajamento ideológico orquestrado pela extrema-direita – um dos grupos de pressão que a circunda – encontra um campo ainda mais fértil, especialmente com a ascensão dessa “nova direita” que emerge no Brasil. Dono de pronunciamentos polêmicos, muitos deles quando ainda ocupava o cargo de deputado federal, Bolsonaro surge como “defensor da Ditadura Militar e de torturadores, desgostoso pelas “poucas” mortes ocorridas nos anos de chumbo, senhor de frases homofóbicas, racistas e machistas” (FIORUCCI, 2017, p. 11). Seguido por milhares de pessoas e agora ocupando um cargo de liderança, o cenário que se apresenta é, no mínimo, preocupante, porque propício para o comportamento daqueles que insistem na negação de eventos históricos amplamente comprovados.

Podemos perceber esse avanço pelas pesquisas da antropóloga Adriana Dias, que, desde 2002, vem investigando o nazismo na Internet. No começo, suas análises se davam em *sites* individuais com tendências neonazistas no país, mas, agora, o estudo abrange os fóruns coletivos onde observa num deles, por exemplo, uma postagem antissemita a cada quatro segundos; uma postagem racista contra negros, pessoas com deficiência e LGBTs a cada 8 segundos (DIAS, 2018). A autora revela o quanto o cenário é preocupante quando identifica:

Movimentos brasileiros bem organizados, como o Neuland (“nova” terra), liderado por Ricardo Barollo. “Conhecia o grupo, mas não sabia que Barollo era o líder, apenas que se tratava de uma pessoa de São Paulo, com perfil universitário, e que sua célula possuía em torno de 200 membros, por conta da circulação de material. Em 2009, em disputa pelo poder, ele matou o diretor de outra célula, Bernardo Dayrell (e também a namorada), criador da revista online *O Martelo*. Tentou culpar os judeus pelo duplo homicídio, mas acabou preso e o grupo, desbaratado. O Neuland queria eleger vereadores e prefeitos em duas cidades de Santa Catarina e do Paraná, e assim ir ganhando força para tomar os estados do Sul e São Paulo, em um movimento separatista” (DIAS, 2018, p. 1).

Deste modo, “fabricada” ou “condicionada”, fato é que a opinião pública merece atenção. Jean Jacques Becker (2003), no texto intitulado “A opinião pública”, alerta sobre a escassez de estudo sobre esse fenômeno. Segundo ele, o comportamento das massas diante dos acontecimentos parece ter escapado à produção histórica.

Um país como o nosso, em que o racismo ainda se apresenta como um desafio, o indígena é compreendido como “indolente” e “preguiçoso”¹⁵, os delitos graves cometidos pela ditadura são colocados em dúvida e o comunismo perpetua-se como uma ameaça constante, torna-se terreno fértil para que fenômenos como o negacionismo sejam acolhidos, compartilhados e vivenciados. Por esta razão,

Estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória de grupos sociais, inclusive os nacionais (GOMES, 2005, p. 31).

¹³ No caso, a rede é o *Facebook*, que atingiu cerca de 127 milhões de usuários ativos mensais, representando 65% da população com 10 anos ou mais. (OLIVEIRA, 2018).

¹⁴ Referimo-nos aqui às chamadas *lives*, uma função que permite aos internautas realizar transmissões ao vivo diretamente de um dispositivo Android ou IOS.

¹⁵ Declaração presente no discurso proferido pelo então candidato a vice presidente General Antônio Hamilton Mourão (PRTB), mais conhecido como General “Mourão”, ao participar, em Caxias do Sul, do primeiro evento público após ser anunciado na chapa presidencial no dia 06/08/2018 (PODER360, 2018).

Na conjuntura política atual, repete-se o fato de que “não é o fantasma do comunismo, mas os agentes de carne e osso de grupos e partidos que dialogam com o fascismo e extremismos diversos” (FIORUCCI, 2017, p. 12).

Ainda que venha a tratar-se de uma história voltada para o “tempo breve”, “delimitado”, se considerarmos o recente desenlace eleitoral no cenário político brasileiro e tomarmos a imprensa jornalística e a Internet – esses “espíritos independentes” reflexo de “grupos de pressão diversos” (BECKER, 2003, p. 189) –, como fontes teremos uma rica possibilidade, tanto no sentido qualitativo como quantitativo, de analisar o peso das opiniões que nela são emitidas.

O primeiro passo para iniciarmos nossa discussão seria compreender o que de fato caracteriza o antissemitismo na contemporaneidade, como circula e por onde se expressa. Uma questão complexa certamente, razão pela qual optamos pelos três casos expostos logo no início deste texto, perguntando-nos se esses devem ou não ser definidos como antissemitas.

Em nossa concepção, por meio de exemplos concretos, é possível melhor entender não só o que vem a ser o antissemitismo, mas também suas expressões, identificando-as nos diversos espaços em que ocorrem.

O antissemitismo quando ainda era antijudaísmo

“A condição das comunidades judaicas é marcada por traços da heterogeneidade no espaço e da descontinuidade no tempo”, assim compreende Gérard Rabinovitch (2004, p. 31), quando se refere à história do povo judeu e à *instabilidade permanente* responsável pelos *massacres cíclicos*, agravados por uma gama de sentimentos dos quais o ódio é o mais antigo e se encontra na base do antissemitismo, conforme constata Ruth Wodak (2009) em seu estudo acerca do ódio, do racismo e do preconceito.

Tratar da História do Antissemitismo é adentrar no universo judaico, o que não é uma tarefa fácil, pois envolve uma miscelânea de ideias atrelada a sentidos e significados de caráter religioso e, de acordo com Lesser e Cytrynowicz, no prefácio do livro de Michael Brenner (2013),

O distanciamento essencial para o ofício do historiador é prejudicado quando ouvimos dizer que os judeus são o “Povo Eleito de Deus” ou são “deicidas”, quando a “inteligência judaica” é louvada ou as “finanças judaicas internacionais” são estigmatizadas, quando Israel é elogiado como um contraforte da civilização em meio a barbárie ou condenado como um regime brutal em meio a países que amam a paz (LESSER; CYTRYNOWICZ, 2013, p. XXX).

Outra dificuldade se deve ao fato de tratar-se de uma *história tardia*, quase sempre vinculada ao Holocausto, o que dificulta outras possibilidades de percepção acerca do povo judeu que não se limitem apenas ao genocídio e às perseguições perpetradas contra esse povo, evitando a ideia de um “antissemitismo preexistente” (LESSER, 2013, p. XXX).

Até mesmo no que se refere ao território alemão, ao identificar a presença judaica já desde o século I d.C. como algo indesejável, Pierre Sorlin (1974) atribui tal fato à Igreja, a qual, mesmo concedendo liberdade religiosa aos de origem hebreia, não suportava o fato deles receberem privilégios¹⁶ de alguns soberanos, como viverem de acordo com seus costumes ou ocuparem altos cargos, por exemplo.

Em seu estudo, Bila Sorj (2007) nos alerta para os perigos existentes em usar *antissemitismo*, termo abrangente, para designar um fenômeno mais antigo, fazendo surgir explicações “a-históricas” que levariam, segundo ela, ao “empobrecimento” da interpretação sobre ele, tornando difícil a compreensão acerca dos “diferentes significados e formas de expressão em contextos societários específicos” (SORJ, 2007, p. 97).

¹⁶ Acerca dessa questão, Pierre Sorlin esclarece que os judeus não eram os únicos a receber o que chama de direitos especiais, mas outros grupos estrangeiros radicados em território alemão também eram beneficiados (SORLIN, 1974, p. 16).

Por esta razão, consideramos o termo *antijudaísmo* o mais adequado para todo e qualquer discurso de ódio designado aos judeus, ao menos até a ascensão das teorias racistas no contexto europeu da segunda metade do século XIX e que se estenderam por todo século XX, chegando até a atualidade.

Ao analisarmos as permanências existentes no fenômeno do antissemitismo, identificamos o fator religioso como o principal elemento que muito contribuiu para fortalecer as ações, atitudes e pensamentos que buscavam justificar o ódio contra os judeus. De acordo com Morin (2007, p. 17), “nos três primeiros séculos cristãos, o antijudaísmo foi, em primeiro lugar, teológico até que passasse para o que ele denomina de antijudaísmo popular”, quando os judeus passaram então a ser acusados de todo tipo de tragédia e catástrofes sofridas ao longo do período. Arraigado na tradição ocidental, o termo *antijudaísmo* se aplicava a todos os judeus que não se encaixavam nos “moldes agostinianos”¹⁷, portanto eram hereges, deicidas (COHEN, 1982).

David Nirenberg (2014) considera o antijudaísmo como um modo de observância do cristão para consigo mesmo e para com os outros no intuito de não incorrer em qualquer ato judaizante, para não judaizar, como uma ideologia, portanto, poderosa, muito mais do que aquilo que se passou a considerar como antissemitismo na modernidade.

A demonização do judeu difundida por todo medievo continuou sendo usada até mesmo quando as ideias políticas encontraram no pensamento antissemita uma ferramenta importante para excluir e eliminar esse grupo, como vimos acontecer na Alemanha Nazista de Hitler¹⁸.

Desse modo, compreendemos que, sem o estatuto teológico, o antissemitismo, por si só não se explica, não é suficiente e, “[...] se as nações modernas emanciparam os judeus reconhecendo-os como cidadãos, permaneceu no povo e nas elites a herança de um antijudaísmo cristão” (MORIN, 2007, p. 69).

Gérard Rabinovitch (2004) explica essa questão muito claramente quando percebe o *substrato cristão* fortemente presente na democracia que ascende no decorrer do século XIX na Europa; segundo o autor, o fato de as autoridades eclesiais terem perdido a influência política não abalou o “coração dos combatentes os mais seculares a pregnância antijudaica do pagano-cristianismo” (RABINOVITCH, 2004, p. 33).

Refletindo acerca de outros espaços onde o legado antijudaico se instaurou, para além do território europeu, tão logo começaram as colonizações de novas terras empreendidas pelos reis e majestades do mundo Ibérico, a presença judaica já trazia um clima de mistério e dúvida. Sendo em grande parte judia, conversos expulsos da Espanha e de Portugal ou em fuga da intolerância sofrida nestes reinos, passaram a integrar as sociedades que nesses espaços foram se formando. A estranheza sobre esses agentes suscitada em grande parte pela Igreja e seus representantes gerou entre os habitantes uma desconfiança em torno daquele que não era judeu e também não era cristão.

Diferentemente do que veremos ocorrer nos países europeus, o antijudaísmo, esse sentimento “importado” que chegará a lugares como o Brasil, por exemplo, será muito mais determinante na construção de estereótipos e distorções em torno da presença judaica do que o antissemitismo em si, como foi o caso da Alemanha nazista.

O que há em comum num espaço de tempo tão distante entre as realidades que ora apresentamos é que a condição de *outsider* sempre foi uma nódoa para os judeus de qualquer parte do mundo. Conforme explica Hanna Arendt, onde estivessem, ainda que fizessem o melhor para provarem para as pessoas que eram somente ordinários imigrantes, ainda assim os judeus eram, aos olhos dos outros, um estrangeiro (ARENDR, 1994, p. 110).

Devemos estar atentos aos perigos de projetar “sobre a história do passado nossas

¹⁷ Sobre esse assunto, ver Jeremy Cohen (1982), em seu estudo acerca da evolução do antijudaísmo na Idade Média.

¹⁸ A luta contra o *jüdischer Geist* ou “espírito judaico”, do qual nos fala Dan Michman (2011), em seu estudo acerca da perseguição sofrida pelos judeus na Alemanha nazista.

preocupações atuais” (SORLIN, 1974, p. 16). De acordo com Ruth Wodak (2018), o antissemitismo mudou ao longo dos séculos:

Somos confrontados com duas novas formas de anti-semitismo que surgiram após a Segunda Guerra Mundial: anti-semitismo secundário e anti-semitismo relacionado a Israel e “Sionismo”. Muito semelhante ao antijudaísmo (ou seja, anti-semitismo de base religiosa) e a ambos, anti-semitismo moderno e tradicional, ambas as novas variantes referem-se ao imaginário de um coletivo judeu homogêneo. Este coletivo, de acordo as proeminentes teorias de conspiração mundial, é percebido como uma luta pelo poder em todos os domínios socialmente relevantes; alternativamente, tais teorias afirmam que o “coletivo judeu” já alcançou tal poder e está abusando dele – afirmações que frequentemente são combinadas com sentimentos antiamericanos (WODAK, 2018, p. 4)¹⁹.

Enzo Traverso (2016) acrescentará ao debate o novo rosto do antissemitismo, uma nova categoria desvinculada agora de uma orientação *hierárquica e racalista*, mas que se confunde quando há uma:

[...] tendência a incluir fenômenos de diferentes naturezas: antijudaísmo religioso, ateísmo iluminista, anti-semitismo racista, anti-sionismo de esquerda ou direita, e, finalmente, as críticas à política israelense, são sistematicamente reduzidas a uma matriz única, da qual são supostamente apenas expressões externas de uma longa e ininterrupta história²⁰ (TRAVERSO, 2016, p. 83).

Fato é que *antijudaísmo, antissemitismo ou antissionismo*²¹, nenhum desses termos parece ser suficiente quando se busca explicar o ódio em relação aos judeus; é preciso, então, atentar para as novas *judeofobias entre antissemitismo e antissionismo* (TRAVERSO, 2016, p. 83).

As considerações trazidas por Enzo Traverso estão presentes na escrita do filósofo, cientista político e historiador das ideias Pierre-André Taguieff (2016), o qual realiza uma revisão acerca das novas configurações antijudaicas compreendendo o antissemitismo como um “conjunto de reações contra a emancipação dos judeus. Portanto, parece ser um produto da era moderna”²² (TAGUIEFF, 2016, p. 1). O autor explica ainda que,

Nesta nova forma de judeofobia, já não se trata de distinguir entre diferentes categorias de judeus: cada judeu, por ser judeu, é designado como encarnando o “perigo judeu”. Esta é a primeira consequência prática, com consequências políticas de longo alcance, da disseminação da ideologia anti-semita (TAGUIEFF, 2016, p. 1).

Os discursos religiosos contrários ao judeu e a propaganda nazista perpetuam-se, é verdade, porém agora ressignificados em outros espaços, além de se estenderem para outros grupos conforme vimos há pouco nas constatações trazidas por Adriana Dias constituindo um vasto campo de atuação e disseminação também no Brasil.

O lugar das redes sociais na disseminação do antissemitismo no Brasil

¹⁹ “Moreover, we are confronted with two new forms of antisemitism that emerged after the Second World War: secondary antisemitism and antisemitism related to Israel and “Zionism.” Quite similar to anti-Judaism (i.e., religiously based antisemitism) and to both modern and traditional antisemitism, both new variants refer to the imaginary of a homogeneous Jewish collective. This collective, according to prominent world conspiracy theories, is perceived to strive for power in all socially relevant domains; alternatively, such theories claim that the “Jewish collective” has already achieved such power and is abusing it—claims that are frequently combined with anti-American sentiments.” (WODAK, 2018, p. 4).

²⁰ “[...] tendency to include phenomena of different natures: religious anti-Judaism, Enlightenment atheism, racist anti-Semitism, left- or right-wing anti-Zionism, and finally criticism of Israeli policy, are systematically reduced to a single matrix, of which they are supposedly only outward expressions of a long and uninterrupted history” (TRAVERSO, 2016, p. 84).

²¹ Na prática, significa negar o direito dos judeus em se considerarem uma nação, portanto seriam contrários à criação do Estado de Israel.

²² “L’ensemble des réactions contre l’émancipation des Juifs. Il apparaît donc comme un produit de l’époque moderne” (TRAVERSO, 2016, p. 83).

“Ao lado da perpetuação do antijudaísmo clássico desenvolve-se um antissemitismo político, social ou nacionalista, progressista ou reacionário” (RABINOVITCH, 2004, p. 33). É ao final da década de 1870 que a palavra *antissemitismo* surgirá pela primeira vez na Alemanha, até se tornar um programa político.

No contexto de uma crise democrática, o ódio aos judeus não será – assim como não é hoje – algo exclusivo da direita, mas também da esquerda. O judeu surgirá nesse cenário como um explorador das classes menos favorecidas, ao mesmo tempo como um cosmopolita que pretende dominar o mundo. Ambas as formas de conceber o judeu, embora diferentes, o têm como inimigo e concordam com sua eliminação.

O antissemitismo do qual falaremos aqui, portanto, é aquele imbuído do antijudaísmo clássico, mas que encontrará nas bases das teorias raciais uma espécie de *validação pseudocientífica* para os discursos antidemocráticos que emergirão no decorrer do século XIX. Somamos a isso a ideia de uma “Judeofobia pós-anti-semita contemporânea, estruturada pelo antissionismo radical” (L’ARCHE MAGAZINE, 2016, p. 1).

Mesmo após uma década passada da 2ª Guerra Mundial, as campanhas antijudaicas continuaram. A constatação é de que, nas palavras de Pierre Sorlin (1974) e suas impressões acerca do antissemitismo alemão, “cancelou-se o passado, os judeus desapareceram, o antissemitismo continua vivo” (SORLIN, 1974, p. 94).

Uma situação inusitada aconteceu recentemente. Divulgado pela Embaixada da Alemanha no Brasil, em setembro de 2018, em suas redes sociais, o vídeo que mostra o modo como a Alemanha lida com a história do nazismo gerou polêmica. Um grupo de brasileiros resolveu contestar a Embaixada da Alemanha sobre o nazismo²³ chegando a negá-lo, algo que na Alemanha é considerado crime.

Como já dissemos, contar a história dos judeus não é uma tarefa fácil, principalmente quando “[...] praticamente todos os povos da Terra não só já ouviram falar do povo judeu como têm uma opinião formada sobre ele” (LESSER, 2013, p. XXX). Em estudos anteriores,²⁴ foi-nos possível constatar que, apesar de uma significativa produção historiográfica em torno dos judeus e também de sua presença em solo brasileiro, há ainda muito que se fazer, principalmente quando levamos essa discussão para fora dos muros acadêmicos.

Os estudos em torno dos judeus e do antissemitismo no Brasil são recentes²⁵ e aos poucos ultrapassam as fronteiras da academia. A ruptura desse silêncio contribuiu para a compreensão de que essa identidade não esteve apartada da nossa, ao mesmo tempo em que se trata de um passado que se cruza com o nosso. A opinião dos brasileiros a respeito do vídeo exibido pela Embaixada da Alemanha em sua rede social revela não só um desconhecimento da História da 2ª

²³ O vídeo em questão foi publicado na rede social da Embaixada da Alemanha, no *Facebook*, e gerou forte polêmica entre os internautas. Dezenas de usuários brasileiros contestaram os fatos históricos referentes ao período, questionando, por exemplo, o número de judeus mortos nos campos de concentração e a própria *Shoah* (RAGUSA, 2018, p. 341-343).

²⁴ Referimo-nos aqui especialmente à geração de historiadores liderada pela professora Anita Novinsky, a qual, no final da década de 1980, passa a publicar os estudos que, direta ou indiretamente, traziam a figura do judeu formada por Ronaldo Vainfas, Laura de Melo e Souza, Luis Mott, Maria Luiza Tucci Carneiro, Lina Gorenstein, Lana Lage, Luis Nazario e outros (NOVINSKY, 2009, p. 2-3).

²⁵ Maria Luiza Tucci Carneiro (2012) faz esse balanço ao tratar da historiografia do antissemitismo no Brasil, começando por ela própria e sua pesquisa de doutorado intitulada *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*, realizada no ano de 1987, vindo a ser publicada no ano de 2001 numa edição ampliada pela Editora Perspectiva. Alguns anos depois, numa espécie de continuidade desse primeiro estudo, a autora realizou outras publicações, dentre elas a de maior destaque: *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do Nazifascismo (1933-1948)*, onde expande o campo de observação para o período que corresponde ao governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) (CARNEIRO, 2010). Avraham Milgram (1994), museólogo e historiador, traz, no início da década de 1990, um trabalho inédito onde busca investigar a política imigratória brasileira e sua atuação quanto à emissão dos vistos aos judeus convertidos ao catolicismo, uma questão que permanece latente ainda nas suas produções mais recentes como aquelas que dão voz aos Justos das Nações, não judeus que arriscaram suas vidas para salvar judeus sem exigir nada em troca (MILGRAM, 2017). Entram para o rol de historiadores dedicados ao tema do antissemitismo no Brasil o brasilianista Jeffrey Lesser (1995; 2005) e Roney Cytrynowicz (2002), os quais, muito embora apresentem perspectivas que contrariam algumas questões suscitadas por Carneiro, trazem à luz do debate o fenômeno antissemita.

Guerra e do Holocausto, mas também sobre quem vem a ser o judeu.

Que a negação do Holocausto ou *Shoah* impacta na produção e circulação do conhecimento histórico, inclusive no conhecimento histórico escolar, não temos dúvida. Mas, quando os discursos ou as ideias que se intitulam revisionistas passam a ocupar espaços de maior audiência e recepção, então a ameaça à produção do conhecimento histórico se torna maior. É preciso admitir: as “plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (MALERBA, 2017, p. 142), trouxeram um novo perfil de leitor/consumidor de história, o qual:

Não é mais o especialista, nem sequer o indivíduo educado, como no século XIX e praticamente todo o século XX. Blogs e redes sociais, por exemplo, não aceitam o “textão”. A informação e a análise devem se veicular em gotas. A capacidade e a disponibilidade de leitura hoje contam-se em dígitos (MALERBA, 2017, p. 142).

O que temos então é uma ampliação do público leitor da história, dos usos públicos do passado e de formas de compreensão desse passado, situações essas que desafiam o trabalho do historiador no sentido de como essas narrativas vêm sendo organizadas, por quem, atendendo quais demandas e com quais objetivos, ou seja, ocorre a complexificação da produção de conhecimentos, oferecendo novas versões e negociando resultados e sentidos.

No caso do negacionismo e do antissemitismo, o que percebemos é a ocorrência do aumento de grupos e indivíduos que aderem e vêm aderindo aos espaços onde os discursos se constroem e são divulgados, como as redes sociais, por exemplo.

A difusão dessas ideias no Brasil não é uma novidade. Desde a década de 1980 já havia espaços onde o pensamento antissemita e negacionista circulava²⁶; em meados da década de 1990, a situação, com a evolução da Internet, se agrava. Fóruns *on-line* e *blogs* tornam-se novas vias de acesso aos conteúdos. É preciso levar em conta, contudo, que, ao contrário do que hoje ocorre, os criadores desses *blogs* e fóruns pareciam se preocupar mais com o público que poderia acessá-los, colocando algumas regras e restrições até serem convencidos de que não seriam denunciados ou que não estivessem sendo espionados. Nos dias atuais, esse controle ou esse receio parece não mais existir. Aplicativos de celulares e mídias sociais, para além das plataformas digitais, parecem verdadeiros “portais”, os quais, fincados sobre o discurso da liberdade de expressão,²⁷ vêm conquistando um número cada vez maior de seguidores.

A construção dessas narrativas baseadas em um falacioso discurso de liberdade de expressão carrega algumas implicações perniciosas, como o negacionismo e a refutação de pesquisas históricas fundadas em documentos textuais de toda natureza e audiovisuais, engendrando a manutenção de estereótipos e reforçando linhas preconceituosas existentes no imaginário social.

Os significados discursivos, o imaginário e a escrita da História

Consideramos necessário retomar alguns conceitos como representações e imaginário para

²⁶ Sobre essa questão, ver Odilon Caldeira Neto e o caso da Revisão Editora, fundada no final da década de 1980 por Siegfried Ellwanger, no Rio Grande do Sul, e que promovia “a distribuição de livros com forte teor anti-semita e racista, muito deles de autores negacionistas” (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1110).

²⁷ Para não estender em demasia as apropriações sobre esse tema, tomamos como liberdade de expressão aquela constante na Constituição brasileira de 1988, que traz a garantia da liberdade de pensamento, expressão e/ou manifestação expressamente nos itens: o inciso IV, do artigo 5º, afirma que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, e, continua, no inciso IX, que garante ser “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Mas, considera também as consequências e resultados das falas: no “inciso V, é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”; sem esquecer o que prescreve o “inciso X: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]”.

refletir acerca da escrita da História e a construção de significados discursivos nos casos apresentados anteriormente.

Para Chartier (2002), as representações que as sociedades constroem ao longo da História sobre si e para o outro, bem como as classificações e hierarquias em seu interior, são mutáveis no tempo e no espaço, contribuindo para a configuração do mundo social.

As representações e as classificações são organizadas por um conjunto de práticas discursivas, sociais e políticas, em constante conflito e “estão inseridas em um espaço de luta, em que um grupo busca impor a outros sua concepção de mundo, legitimando-se através de sua capacidade de “fazer crer” (MAGALHÃES, 2016, p. 95).

O “fazer crer” encontra-se imbricado em elementos constituintes do imaginário coletivo.

Esse, segundo Baczko (1985), pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder. Nesse sentido, o autor destaca a natureza política do imaginário social, marcado por um conflito que busca a apropriação e utilização das representações coletivas por meio da construção ou (re)adequação de imagens visuais, verbais e mentais produzidas pelas sociedades.

Podemos ter no horizonte também as considerações de Castoriadis, para quem o imaginário designa

[...] alguma coisa “inventada” – quer se trate de uma invenção absoluta (“uma história inventada em todas as suas partes”) ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações normais ou canônicas (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

Nesse aspecto, o uso de determinadas palavras e imagens associadas aos judeus e divulgadas em meios digitais propõe a manutenção de determinadas ideias, reforçando estereótipos. Vejamos alguns elementos dos casos 1 e 3 apresentados no início deste texto.

Grupos extremistas em WhatsApp têm aumentado o número de adesões de participantes e se espreado em ação, especialmente a partir de 2015, com a onda do fortalecimento de nacionalismos e neonacionalismos em todos os recantos do globo.

Criado em 20 de maio de 2019, o grupo Recrutamento Fascista, com a mesma diretriz do grupo Fascismo Vive, tinha até aquele momento 87 integrantes e possuía entre seus motes: “antissionismo, contra tudo e todos que propagam e financiam o Estado de Israel” e “antiglobalismo contra toda agenda da ONU e toda degeneração imposta pela putada internacional” (ZANINI, 2019, p. 1).

Se considerarmos a importância do domínio do imaginário e do simbólico como lugar estratégico para que o poder possa ser melhor exercido, não podemos nos furtar a perceber como palavras de ordem como “contra tudo e todos” e “**degeneração** imposta pela **putada** internacional” legitimam as imagens que esses grupos têm de si próprios, como também dos inimigos a serem combatidos, defendendo um nacional ou um nacionalismo pautado em uma ideia de limpeza de etnias impuras ou daqueles que desafiam ou destoam do que seja considerado “normal” ou “regra” social, ou seja, amplificam “as técnicas de argumentação e persuasão (Retórica), realçando a influência exercida pelo discurso sobre as ‘almas’ e, nomeadamente, sobre a imaginação e os juízos de valor [cf. Finley 1965]” (BACZKO, 1985, p. 300-301).²⁸

Lembremos que o termo *degeneração* nos remete também a questão de moralidade. Seus sinônimos como indecência, imoralidade, impudicícia, indecoro, cupidez, depravação e

²⁸ Sobre a discussão acerca do manuseio das palavras e a construção de uma determinada linguagem ver Klemperer (2009), cuja tese é que a consolidação do nazismo ocorreu quando este dominou a linguagem: “O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões ou frases, impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas mecanicamente. [...] Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar.” (KLEMPERER, 2009, p. 14).

desonestidade abarcam um espectro de qualidades negativas e possuem linhas que vão da sexualidade (cupidez, depravação, impudicícia) ao comportamento recriminatório (desonestidade). Atentamos também que o termo remete à repressão da expressão de arte moderna realizada pelo regime nazista, no que se chamou “arte degenerada”²⁹, mas suas raízes encontram-se em ideias formuladas anteriormente e que foram naturalizadas pelos teóricos do Terceiro Reich.

A classificação de algumas manifestações artísticas como degeneradas, em oposição a obras “sadias” (em alemão *gesund*), é anterior à fundação do próprio Partido Nacional-Socialista e remonta a movimentos culturais racistas na Alemanha do fim do século XIX. Como termo técnico oriundo da biologia, *entartet* é utilizado para descrever determinados animais ou plantas que foram tão modificados a ponto de não ser reconhecidos mais como parte de uma espécie. A transposição para a esfera da cultura se dá em estudos pseudocientíficos, como o *Entartung* [Degeneração ou Corrupção], de Max Nordaus, publicado em 1892, no qual o autor defende a superioridade da cultura tradicional alemã ao mesmo tempo em que difama as obras dos simbolistas e dos pré-rafaelitas, procurando provar o quanto são degeneradas ou decadentes, segundo os parâmetros de uma arte considerada espiritualmente “saudável”. Com o florescimento da arte moderna na Alemanha no decorrer da década de 1920, teses como a de Nordaus têm a popularidade renovada. São desenvolvidos estudos para provar as relações entre raça e estilo artístico, que servem para consolidar a posição da pintura de gênero realista alemã do século XIX como a expressão mais nobre da raça ariana.

Em 1928, utilizando-se das idéias de Nordaus, o arquiteto e teórico racista Paul Schultze-Naumburg publica o livro *Kunst und Rasse* [Arte e Raça], no qual aparece pela primeira vez a associação da arte moderna com o termo *entartet*. O autor coloca lado a lado fotografias de pessoas deformadas ou doentes mentais e pinturas de importantes artistas modernos como Amedeo Modigliani (1884 – 1920), Karl Schmidt-Rottluff (1884 – 1976) e Otto Dix (1891 – 1969) a fim de provar visualmente o caráter “degenerado” da produção moderna. Assim, quando Hitler passa a governar o país, em 1933, o uso dos adjetivos “degenerado” e “sadio” já está suficientemente estabelecido no meio cultural como norma de diferenciação entre a arte de vanguarda e a arte tradicional (ENCICLOPÉDIA, s.v. *Arte degenerada*).

O termo *putada*, colocado como impropério, remete ao outro, àquele oriundo de relações extraconjugais, que não é puro ou digno de pertencer a uma sociedade familiar refinada e civilizada nos parâmetros colocados dentro do circuito ideal criado nos imaginários desses grupos nacionalistas. Dessa forma, a desqualificação, mesmo esvaziada e naturalizada em vários momentos do discurso, reforça o Nós, seres puros, e os Outros, os não legítimos, a ocupar determinado lugar, delineando imagens dos inimigos e dos amigos, de rivais e de aliados.

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (BACZKO, 1985, p. 300).

Outra fala produzida pelos integrantes da Corrente Nacionalista, grupo de WhatsApp criado em 06 de agosto de 2019, que conta com 201 participantes e se define como um “grupo nacionalista da Terceira Política” (termo utilizado pela extrema direita para se distinguir dos liberais capitalistas e dos comunistas) é pertinente para nossa análise: “tem que criar um Exército particular e **exterminar** comunistas e LGBTs” e é significativa, pois o verbo *exterminar* e o argumento marcial

²⁹ Em 19 de julho de 1937 é aberta na cidade de Munique, na Alemanha, a exposição que marca o apogeu da campanha pública do regime nazista contra a arte moderna: a mostra internacional “Arte Degenerada”. Organizada pelo presidente da Câmara de Artes Plásticas do Reich, Adolf Ziegler, a exposição reuniu cerca de 650 obras entre pinturas, esculturas, desenhos, gravuras e livros, provenientes de acervos de 32 museus alemães, consideradas artisticamente indesejáveis e moralmente prejudiciais ao povo, pelo governo nacional-socialista alemão (1933-1945), liderado por Adolf Hitler. Os nazistas classificam como “degenerada” (entartete) toda manifestação artística que insulta o espírito alemão, mutila ou destrói as formas naturais ou apresenta de modo evidente “falhas” de habilidade artístico-artesanal. Em termos visuais, é degenerada toda obra de arte que foge aos padrões clássicos de beleza e representação naturalista, em que são valorizados a perfeição, a harmonia e o equilíbrio das figuras. Nesse sentido, a arte moderna, com sua liberdade formal de cunho fundamentalmente antinaturalista, é considerada em sua essência “degenerada”.

na criação de um exército particular ou milícias financiadas incitam a violência e a validade de seus atos, especialmente aqueles voltados para os que estão fora da curva do pensamento e do comportamento considerado por esses grupos como normal ou ideal. Isso nos remete novamente à indagação de Baczko: “Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?” (BACZKO, 1985, p. 298).

O discurso textual opera determinadas funções de convencimento e legitimidade. O discurso visual, porém, reforça inúmeras ideias e promove sensações que vão do aplauso ao deboche e à repulsa. A imagem abaixo se encontra na reportagem da *Folha de São Paulo* do dia 24 de agosto de 2019, quando da matéria sobre o crescimento de grupos no WhatsApp que negam o holocausto e propagam o nazismo.

Figura 1: Imagem extraída de grupos de WhatsApp neonazistas.



Fonte: Zanini (2019). – Reprodução. Fonte: FSP: 24 ago. 2019

A negação do genocídio dos judeus na 2ª Grande Guerra é um tema recorrente nas mídias sociais, apoiado em autores negacionistas sem, contudo, ser demonstrado em forma documental validada pela comunidade de historiadores.

Outro aspecto relacionado a essa imagem é a ideia, amplamente divulgada nas mesmas condições por tais grupos, de que a existência de campos de concentração e câmaras de gás foi uma farsa criada por um suposto grupo judaico internacional que financia a indústria de cinema norte americana baseada em Hollywood.

A imagem pode referir-se ao apoio dos judeus norte-americanos à candidatura de George W. Bush para a presidência dos Estados Unidos da América em 2004³⁰; dessa forma, a montagem torna-se conveniente e significativa.

A placa de sinalização à esquerda, indicando que Jerusalém encontra-se a 7.586 milhas, e as montanhas icônicas de Los Angeles, onde está o letreiro de Hollywood, agora modificado por Holocaust, remetem e induzem à relação da denominada farsa da criação dos campos de concentração, ou seja, a ligação direta de Jerusalém e sua influência nos rumos dos roteiros e

³⁰ Em 26/10/2004, o rabino ultraortodoxo Shalom Elyashiv, chefe espiritual da Lista Unificada da Tor (cinco deputados de 120 no parlamento israelense), declarou que o presidente Bush é o único candidato que pode ser considerado um “amigo autêntico de Israel”. Essa é a primeira vez que uma figura rabínica dessa importância em Israel toma posição sobre a eleição americana. Em Israel vivem 15.000 ultraortodoxos de nacionalidade americana ou com dupla nacionalidade israelense e americana, de um total de 80.000 eleitores americanos que vivem no Estado hebreu, o que se torna um número expressivo a ser conquistado para essa candidatura.

financiamentos de filmes hollywoodianos fortalecendo a “farsa” do extermínio durante a Segunda Guerra.

Por mais que evidências históricas coletadas de diversas formas e com vozes de múltiplos sujeitos testemunhas do período demonstrem o contrário, os dispositivos engendrados pelos grupos negacionistas acrescentam o ilusório (e o cinema não seria a arte da pura ilusão?) a fim de preservar o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico em uma manipulação cada vez mais sofisticada e especializada.

Se pensarmos na premissa de Maquiavel e sua frase “Governar é fazer crer”, voltamos a refletir sobre as relações intrínsecas entre o poder e o imaginário e, em especial, ao uso da aparência para fortalecer o domínio político de determinados grupos e as condições elaboradas para criar aliados e inimigos.

Encontramos em Maquiavel toda uma teoria das aparências de que o poder se rodeia e que correspondem a outros tantos instrumentos de dominação simbólica. As “aparências” fixam as esperanças do povo no Príncipe, permitindo mobilizar e aumentar a energia daquele, fazer medo aos adversários, etc. O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas, etc.), pode desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio da sua própria imagem (BACZKO, 1985, p. 301).

Por fim, à guisa de considerações finais, procuramos refletir a importância da construção de estereótipos no arco da disseminação de informações e imagens em meios digitais.

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável por intermédio da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem (BACZKO, 1985, p. 311).

As mídias não só aumentam o fluxo de informação, mas modelam suas características. A informação atomizada e fragmentada foca-se no hoje, mas recupera o que considera como importante de um passado que pode ser “adequado” e “adaptado” aos seus objetivos e, portanto, passível de manipulações, seleções e hierarquização de palavras e imagens.

A edição digital continua sendo um trabalho de edição com múltiplas intervenções; assim, seus refazer e suas versões propõem e ressignificam o ciclo de trânsitos de um pré-conceito, de uma história e de uma imagem, reescrita, reeditada, republicada e posta em circulação, o que proporciona outros caminhos de recepção, alterando seus sentidos em novas práticas de leituras, mais rápidas, mais sintéticas e, por que não dizer, muitas vezes mais superficiais.

Adotando a premissa proposta por Chartier (2014, p. 38), “livros, sejam manuscritos ou impressos, sempre são resultado de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões, técnicas e habilidades” – e aqui podemos pensar a ação de outros profissionais que lidam com a informação digital, como também aqueles produtores de conteúdo que pretendem atingir determinadas parcelas sociais em um processo de persuasão e convencimento –, consideramos que, ao invés do termo *livros*, podemos substituir por tuítes e mensagens rápidas veiculadas pelos aplicativos de celulares e refletir acerca das autorias e edições de mensagens. Claro que as práticas de leitura podem ser deslocadas ou subvertidas por seus leitores, mas isso pode ser objeto de análise em outra situação e texto, que não cabe aqui.

A escrita de uma História dos judeus é complexa pelos elementos que trazem em seu processo. A escrita de uma História dos judeus no Brasil implica em um processo contraditório e mais complexo ainda pelos imaginários construídos desde a colonização. A singularidade dessa escrita encontra perigos escondidos em discursos espalhados em mídias que divulgam uma história pública que recorta fatos e negam evidências documentais que comprovam os arbítrios inimagináveis.

Cabe, porém, muito mais que alertar, desconstruir e apontar a barbárie alimentada por grupos denominados nacionalistas, imbuídos de ideais e imaginários extremistas que pregam a

violência e negam a liberdade e a tolerância para todos que não se enquadrem em seu projeto salvacionista.

Referências

ARENDDT, Hannah. We Refugee. In: ROBINSON, Marc (ed.). *Altogether Elsewhere. Writers on Exile*. Boston; London: Faber and Faber, 1994, p. 110-119.

ARTE Degenerada. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo328/arte-degenerada>. Acesso em: 24 de Nov. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 185-211.

BERTONHA, João Fábio. A direita radical brasileira no século XX: do Monarquismo e das Ligas Nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011). *Studia Historica*. História Contemporânea, v. 30, p. 133-150, 2012.

BETZ, Hans-Georg. The new politics of resentment: radical right-wing populist parties in Western Europe. *Comparative Politics*, v. 25, n. 4, p. 413-427, 1993.

BRENNER, Michael. *Breve História dos Judeus*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e Justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2507>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do Nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 79-97, maio 2012. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p79>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da “Metapédia – a enciclopédia alternativa”. *Faces da História*, Assis-SP, v. 3, n. 1, p. 5-23, jan.-jun. 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-80.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. Bauru: EDUSC, 1999

COBO ROMANÍ, Cristóbal; PARDO KUKLINSKI, Hugo. *Planeta Web 2.0*. Inteligencia colectiva o medios fast food Planeta Web 2.0. Inteligencia colectiva o medios fast food. Barcelona; México, DF,

2007.

COHEN, Jeremy. *The Friars and the Jews: The Evolution of Medieval Anti-Judaism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1982.

COSTA, Machado. Conheça o Gab, a rede social sem filtros que apoia Bolsonaro. *Veja*, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/conheca-o-gab-a-rede-social-sem-filtros-que-apoia-bolsonaro/> Acesso em: 21 mar. 2020.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. Um mergulho no universo neonazista. [Entrevista cedida a] Luiz Sugimoto. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FIORUCCI, Rodolfo. O anticomunismo integralista nos anos 1930: o caso da revista *Anauê!* In: PRIORI, Angelo; MATHIAS, Meire; FIORUCCI, Rodolfo. *O anti comunismo e a cultura autoritária no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2017, p. 11-38.

FOLHA PRESS. No WhatsApp, grupos reúnem até quem nega o Holocausto e apoia o nazismo. *O Tempo*, Belo Horizonte, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/no-whatsapp-grupos-reunem-ate-quem-nega-o-holocausto-e-apoia-o-nazismo-1.2226831>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FUCS, José. CEO do Gab comemora 'invasão' da direita brasileira. *O cão que fuma*, Rio de Janeiro, 23 ago. 2018. Disponível em: <http://www.caoquefuma.com/2018/08/ceo-do-gab-comemora-invasao-da-direita.html>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

KLEMPERER, Viktor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KUSCHNIR, Karina; PIQUET-CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e Antropologia. *Revista de Estudos Históricos*, v. 2, n. 24, p. 227-250, 1999.

LESSER, Jeffrey. Judeus salvam judeus: os estereótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935-1945. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 315-334.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica – Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LESSER, Jeffrey; CYTRYNOWICZ, Roney. Prefácio. BRENNER, Michael. *Breve História dos Judeus*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACHADO, Maria Berenice da Costa. Debates nas campanhas presidenciais: Brasil 1989-2010. In: *Encontro Nacional de História da Mídia*, 8., 2011, Guarapuava – PR. *Anais [...]*. Guarapuava: Rede Alcar, 2011.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. *Albuquerque* – Revista de História, Aquidauana, v. 8, n. 16, p. 92-110, jul.-dez. 2016.

- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.
- METAPEDIA. *Missão*. São Francisco, CA, EUA, 24 20 set. 2011. Disponível em: <https://pt.metapedia.org/wiki/Metapedia:Missão> Acesso em: 21 mar. 2020.
- MICHMAN, Dan. *The Emergence of Jewish Ghettos During the Holocaust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MILGRAM, Avraam. Salvamento de judeus por judeus no Holocausto – oxímoro histórico. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 11, p. 18-37, 2017.
- MILGRAM, Avraham. *Os judeus do Vaticano. A tentativa de salvação de católicos – não-arianos – da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. São Paulo: Imago, 1994.
- MORIN, Edgar. *O mundo moderno e a questão judaica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MOURA, Nando. Hitler era de DIREITA? *YouTube*, San Bruno, CA, 29 out. 2015. Vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmFAPqzaAz8&t=56s>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- NIRENBERG, David. *Anti-judaism. The Western Tradition*. New York: Norton & Company, 2014.
- NOVINSKY, Anita. O legado do judaísmo à civilização brasileira. In: LEWIN, H. (coord.). *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 1-8.
- OLIVEIRA, Filipe. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 18 set. 2020.
- PEGIDA BRASIL. Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/769144969817540/>. *Facebook*, Cambridge, MA, 2020. Acesso em: 25 fev. 2020.
- PODER360. Descendente de índio, vice de Bolsonaro fala que indígenas são indolentes – 06 ago. 2018. *YouTube*, San Bruno, CA, 7 ago. 2018. Vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uPqNLIhFxXo>. Acesso em: 24 dez. 2018.
- PRIORI, Angelo Aparecido; BRUNELO, Leandro. Cultura política: reflexão conceitual e interface com a história política. In: PRIORI, Angelo Aparecido; BRUNELO, Leandro (orgs.). *História política e a sua escrita: temas, abordagens e problematizações*. Curitiba: Prismas, 2018. p. 15-38.
- RABINOVITCH, Gérard. *Schoá: Sepultos nas nuvens*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- RAGUSA, Helena. Livros Didáticos, História Pública e o conhecimento histórico produzido sobre o Judeu no Brasil: Diálogos e Perspectivas. *História & Ensino*, v. 24, p. 337-361, 2018.
- RYAN, Johnny. *A history of the internet and the digital future*. Londres: Reaktion Books, 2010.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.
- SORJ, Bila. Anti-semitismo na Europa hoje. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 97-115, nov. 2007.
- SORLIN, Pierre. *O anti-semitismo alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- TAGUIEFF, Pierre-André. L'antisionisme est devenu la forme dominante de la judéophobie.

[Entrevista cedida] Noémie Halioua. *L'Arche Magazine*, Paris, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://larchemag.fr/2016/03/11/2316/pierre-andre-taguieff-lantisionisme-est-devenu-la-forme-dominante-de-la-judeophobie>. Acesso em: 18 set. 2020.

TRAVERSO, Enzo. *The end of Jewish Modernity*. Pluto Press. London: 2016.

WODAK, Ruth. Prejudice, Racism, and Discourse In: PELINKA, Anton; Karin Bischof; STÖGNER, Karin (eds.). *Handbook of Prejudice*. Amherst, NY: Cambria Press, 2009, p. 409-443.

WODAK, Ruth. The Radical Right and Antisemitism. In: RYDGREN, Jens (ed.). *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford University Press, 2018, p. 1-33.

ZANINI, Fábio. Grupos de mensagens negam holocausto louvam de Hitler a Enéas e propagam nazismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/grupos-de-mensagens-negam-holocausto-louvam-de-hitler-a-eneas-e-propagam-nazismo.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral. Acesso em: 03 dez. 2018.

Notas de autoria

Ana Heloisa Molina é professora associada da Universidade Estadual de Londrina. Realizou estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão da Prof^a Dra. Ana Maria Mauad (2012-2013); e também junto ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios do Instituto de Artes da Unicamp (2017), sob a supervisão da Prof^a Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto. É licenciada em História e tem doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: ahmolina@uel.br.

Helena Ragusa é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Maringá na linha de pesquisa “História Política” e bolsista CAPES. É licenciada em História (1998), Especialista (2001) e Mestre (2012) em História Social com ênfase em História e Ensino, sempre pela Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, História Pública, História e Ensino, Livros Didáticos, História dos Cristãos-Novos e História Judaica. E-mail: ragusa@uel.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MOLINA, Ana Heloisa; RAGUSA, Helena. Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 361-379, 2020.

Contribuição de autoria

Ana Heloisa Molina: Escrita conjunta do texto com base em pesquisa desenvolvida pelas duas autoras. Revisão bibliográfica.

Helena Ragusa: Escrita conjunta do texto com base em pesquisa desenvolvida pelas duas autoras. Revisão final.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 15/08/2020.


Modificações solicitadas em 12/09/2020.

Aprovado em 24/10/2020.

Réquiem para uma historiadora negra: morte e invisibilidade de Beatriz Nascimento

Requiem for a black historian: death and invisibility of Beatriz Nascimento

Elio Chaves Flores

 <https://orcid.org/0000-0002-8732-1557>
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O artigo realiza uma abordagem historiográfica (estudo de trajetória) e, à luz dos direitos humanos (feminismo negro), sobre a memória social da historiadora Maria Beatriz Nascimento (1942-1995). A narrativa aborda o evento do assassinato de Beatriz Nascimento no dia 28 de janeiro de 1995, que gerou perplexidade e indignação na comunidade negra e na rede de sociabilidades da historiadora. Dessa “memória fraturada” buscou-se problematizar certa invisibilidade e esquecimento da historiadora na década seguinte, desde 1995, dos 300 Anos do Assassinato de Zumbi dos Palmares, depois a Marcha Zumbi +10 (2005) e a Marcha das Mulheres Negras (2015). Por fim, considerou-se o reconhecimento do legado de Beatriz Nascimento tanto pela sua trajetória e experiência negras quanto o apreço pela sua produção acadêmica, cinematográfica e poética a partir da publicação em livro, na última década, de sua obra esparsa por jornais, revistas e coletâneas, desde 1974. O corpus documental desse trabalho baseia-se em acervo digital (imprensa comercial, jornais alternativos, blogs de ativistas, movimentos e entidades negras), portais institucionais da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital e Acervo Digital), do Arquivo Nacional (Fundo Beatriz Nascimento), do Museu Afro Digital (UERJ-Rio) e da obra publicada da historiadora.

Palavras-chave: História das Mulheres. Feminismo Negro. Movimento negro.

Abstract: The article takes a historiographical approach (study of trajectory) and, in the light of human rights (black feminism), on the social memory of the historian Maria Beatriz Nascimento (1942-1995). The narrative addresses the event of the murder of Beatriz Nascimento on January 28, 1995, which generated perplexity and indignation in the black community and in the historian's social network. This “fractured memory” sought to problematize a certain invisibility and forgetfulness of the historian in the following decade, since 1995, of the 300 Years of the Murder of Zumbi dos Palmares, then the March Zumbi +10 (2005) and the March of the Black Women (2015). Finally, the recognition of Beatriz Nascimento's legacy was considered both for her black trajectory and experience, as well as her appreciation for her academic, cinematographic and poetic production from the publication in a book, in the last decade, of her sparse work by newspapers, magazines and collections, since 1974. The documentary corpus of this work is based on a digital collection (commercial press, alternative newspapers, blogs of activists, movements and black entities), institutional portals of the National Library (Hemeroteca Digital and Digital Collection), the National Archive (Fundo Beatriz Nascimento), the Afro Digital Museum (UERJ-Rio) and the published work of the historian.

Keywords: Women's History. Black Feminism. Black Movement.

Enquanto operação de sùmula, a morte não se situa apenas no fim da vida. No fundo, o mistério da vida é *a morte na vida, a vida na morte*, este entrançamento que é o próprio nome do poder, do saber e do poderio. As duas instâncias (a força de vida e a potência que procura o conhecimento da morte) são inseparáveis. Uma trabalha a outra, é trabalhada pela outra, e a função de vidência consiste em elaborar a reciprocidade deste trabalho à luz do dia e do espírito – condição essencial para enfeitar a ameaça de dissipação da vida e de dissecação daquele



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

que vive. A vida brota, portanto, da cisão, do desdobramento e da disjunção. A morte também, na sua inevitável clareza, que também se assemelha a um começo de mundo – nascimento, emergência e ressurgimento.

Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*

Biopoder¹, necropolítica e “o fardo da raça”, categorias expressivas na obra do filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe, permitem que se investiguem a morte pública e a morte social da população negra no Brasil. Datas e temporalidades dissonantes: 1995-1695. No início do ano em que o MNU – Movimento Negro Unificado se preparava para a efeméride dos 300 anos dos genocídios coloniais – a morte de Zumbi dos Palmares e da quase totalidade dos moradores palmarinos –, a historiadora negra Maria Beatriz Nascimento foi barbaramente assassinada, aos 52 anos. Antes do evento trágico, problematizado como pesquisa nesse artigo, convém trazer a poesia como expressão do mundo vivido, o mundo subjetivo de Beatriz, pois enquanto “descansava” da historiografia dos quilombos, ela assinava poesia de “feminismo negro”. A sua filha, Bethânia Gomes, teria sido a primeira leitora: “Beatriz escrevia noites, madrugadas e dias. Eu muitas vezes eu lia seus poemas com paixão e curiosidade. Meus anos de adolescência chegavam, e enquanto ela escrevia ainda mais seus poemas” (GOMES, 2015, p. 20).

O título do poema “Odisseia – Ano 2001”, assinado por Beatriz Nascimento, remete ao filme de ficção científica de Stanley Kubrick, *2001: A Space Odyssey* (1968). Parece-me que a inversão do título pode indicar a pretensão de Beatriz para se aproximar mais de Homero (a extensão e a profundidade do mar) do que propriamente de Kubrick (o novo século e o futurismo espacial). Logo abaixo do título, constam a dedicatória, a data e o local da escrita: “aos amigos que partem, 18/02/1991, Rio”. Com seis estrofes, o poema começa com um presságio que, a meu ver, desemboca no evento trágico de quatro anos depois: “*Desce a tarde como cortina, / Numa bruma passageira / Numa viagem (passagem) rasteira / Rumo ao desconhecido*”. No final da quarta estrofe, a reiteração do que, conforme consta na epígrafe de Achille Mbembe, seria disjunção: “*O que pode haver de mais ruim e ruminante?*” (NASCIMENTO, 2015, p. 51). Para uma historiadora como era Beatriz, a sintomática da década, entre uma data e outra, pode ser sinal e signo, 2001-1991, portanto, Odisseia, a expectativa de atravessar o século. Um ano antes, no intimista “Sol e Blues” ela constrói a metáfora dos “fechados futuros”.

Era sábado à noite, 28 de janeiro de 1995, em Botafogo, onde os moradores costumam se encontrar na variedade de bares e restaurantes que animam a noite carioca num dos mais tradicionais bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Beatriz Nascimento e sua amiga, Áurea Gurgel da Silveira, estavam nessa paisagem noturna e conversavam sobre o cotidiano da vida – trabalho, estudo, relações sociais, afetividades – numa das mesas do bar Pasteur, na avenida do mesmo nome. A amiga de Beatriz estava numa relação afetiva que lhe causava constrangimento físico e psicológico e, ambas, já vinham tratando disso noutras ocasiões. Era caso de violência contra a mulher por parte de seu companheiro, Antônio Jorge Amorim Viana, um homem branco que, com 35 anos, já tinha se havido com a justiça criminal, cumprindo pena desde 1988, no presídio Edgar Costa, em Niterói, e que estava na condição de albergado. Tratava-se de homem branco de classe média, com segundo grau completo, era proprietário de dois imóveis na valorizada Zona Sul, tinha lancha atracada na Marina da Glória e, como profissão, se dizia salva-vidas e mergulhador. A

¹ Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Mulheres Atlânticas, Homens de África: trajetórias e experiências negras na segunda metade do século XX”, aprovado pelo Edital CNPq (2019-2021), como Pesquisador CNPq – PQ-2 – Área de História Moderna e Contemporânea. Além da trajetória de Beatriz Nascimento, a pesquisa também contempla, numa perspectiva comparada e transnacional, as trajetórias de Thereza Santos e Lélia Gonzalez (Brasil), Aristides Pereira (Cabo Verde e Guiné), Amílcar Cabral (Guiné e Cabo Verde) e Frantz Fanon (Caribe/África). O foco nessas trajetórias cruzadas é perceber as gradações de feminismo negro e de marxismo negro na dinâmica transatlântica da segunda metade do século XX. Agradeço as pareceristas da revista *Saeculum* pelas críticas e sugestões que permitiram melhorar a abordagem do presente artigo para as exigências da publicação.

violência era reiterada contra Áurea Gurgel e, para Beatriz, com sólida cultura feminista, não restava outra atitude a não ser sugerir o término do relacionamento. Um tipo de frase como essa: “– Afaste-se do seu agressor”, ofendeu os ouvidos do suposto cidadão brasileiro, também conhecido por Danone, que resolveu tirar a vida de uma mulher negra. Assim ele agiu: chegou ao local, ameaçou Beatriz de morte, ofendeu, discutiu e, ato contínuo, desferiu cinco tiros na historiadora, crime assistido por dezenas de testemunhas.

O cruel assassinato foi noticiado pelos jornais na segunda-feira, dia 30 de janeiro, pois as edições de domingo, como de praxe, já deviam estar fechadas na noite de sábado para domingo. *A Folha de São Paulo*, na edição do dia 30, segunda-feira, lançou a manchete, “Historiadora é morta com três tiros em Botafogo” (FSP, 30/01/1995). A matéria centra-se naquele que, para a polícia, era o principal suspeito de ter cometido o crime, indicado como Jorge Amorim. Ainda segundo a polícia, ao se referir a Beatriz Nascimento “ele teria dito que a mataria por ter acolhido sua ex-mulher após briga”. Na edição de terça-feira, a versão do crime se amplia e dois detalhes corrigem a anterior: foram cinco tiros e não três; e Áurea Gurgel não era ex-mulher, mas ainda namorada de Jorge Amorim. Assim, foi noticiado o crime e, ao mesmo tempo, o velório.² O jornal *Folha de São Paulo* processou a informação: “O corpo de Beatriz, assassinada com cinco tiros no sábado, em Botafogo (zona sul), foi enterrado ontem às 13h, no cemitério São João Batista. Cerca de 300 pessoas, entre amigos e militantes do movimento negro, acompanharam o enterro”. Depois, o jornal explicita a autoria: “Segundo a polícia, Maria Beatriz foi assassinada pelo preso albergado Jorge Amorim Viana, conhecido por *Danone*, que está foragido. Ele teria matado a professora por esta ter aconselhado sua namorada a abandoná-lo, porque *Danone* costumava bater na companheira”. O título da matéria, “Professora pode ter sido morta por racismo”, está relacionado ao depoimento de Ivanir dos Santos, então secretário-executivo do CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, entre outras lideranças de entidades negras presentes ao enterro: “Toda a comunidade negra está indignada. O problema é que ele não aceitou a ingerência de uma pessoa negra no relacionamento (*Folha de São Paulo*, Cotidiano, 30/01/1995).

Os títulos das duas matérias resumem, num momento dramático, a condição profissional de Beatriz: historiadora e professora. A segunda matéria apresenta um perfil biográfico elucidativo da profissão, historiadora; da ativista, mulher negra; e, de uma artesanista intimista, a mãe poetisa: “Maria Beatriz Nascimento era uma das maiores especialistas brasileiras em história dos quilombos. Ativista dos movimentos negro e feminista, ela fazia mestrado em comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Relacionar a história das mulheres negras aos quilombos era a proposta da pesquisa que tinha a orientação do professor Muniz Sodré. Quilombo e mulher negra eram duas invisibilidades na historiografia brasileira. A matéria informa ainda: “Divorciada, ela tinha uma filha, Bethânia Gomes, 25, que trabalha em Nova York, no balé do Harlem” (*Folha de São Paulo*, Cotidiano, 31/01/1995). A expressão “mãe poetisa” advém do testemunho da filha, “Beatriz, Minha Mãe”, vinte anos depois, ao prefaciá-la obra *Todas (as) Distâncias* (2015) que reúne poemas, aforismos e ensaios de Beatriz:

² No Fundo Maria Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional, onde está sob guarda o Acervo Particular de Beatriz, alguns documentos permitem uma compreensão mínima do evento do assassinato e seu sentimento pela comunidade negra. Desse acervo, o pesquisador Wagner Vinhas Batista construiu Inventário Analítico do Fundo Maria Beatriz Nascimento, o importante Apêndice B, de sua tese de doutorado, sobre a trajetória de Beatriz. A certidão de óbito e o laudo, assinados por Francisco Petraglia, notificam que Beatriz Nascimento faleceu no dia 28 de janeiro de 1995, às 20:15 horas, chegando sem vida ao Hospital Miguel Couto. Seu corpo foi velado no Cemitério São João Batista. No Livro de Condolências atestaram presença autoridades, familiares e amigos de Beatriz, entre eles a senadora Benedita da Silva, a vereadora Jurema Batista, os atores Antonio Pitanga, Aroldo de Oliveira, a atriz Zezé Mota, Roberto Rosemberg, Raquel Gerber, Muniz Sodré. Na correspondência do ano de 1995, cartas do exterior enviam condolências para os familiares de Beatriz, especialmente para sua irmã, Luena Nascimento Nunes Pereira. Entidades como o GTAR também emitiram carta aberta pelo crime contra Beatriz. Cartas e testemunhos escritos de professoras, intelectuais e mulheres negras também constam dessa correspondência, com autoria de Maria Maia de Oliveira Berriel, Helena Theodoro Lopes, Muniz Sodré, Éle Semog. Ver BATISTA, 2016 (Inventário Analítico do Fundo Maria Beatriz Nascimento), p. 172-279.

Durante a minha infância eu ouvia uma palavra em especial vindo de Beatriz, e a palavra era *negro*. A palavra negro, vinha em variações como *o negro brasileiro*, *o negro americano* e *a mulher negra*. Em alguma altura na minha mente infantil eu acreditava que ela teria nascido dizendo a palavra Negro.

[...]

Eu me perguntava: por que a minha mãe fala do negro o tempo todo? Como uma menina negra de classe média baixa. Crescendo no Rio de Janeiro, minha resposta veio do meu viver nesta cidade. Na minha cabeça a favela e as faces das pessoas como eu *os negros*, não havia nenhuma poesia. Sim nós temos o samba, o carnaval, mas eu ouvia Beatriz falando de outra coisa e esta *outra coisa* era e ainda é parte da nossa situação cotidiana.

Como criança ouvindo tudo isso, um dos meus maiores monstros se tornou o *racismo* e este monstro tinha um sobrenome: injustiça racial e humana.

Beatriz foi à África, ao Caribe. Escreveu muito. Muito sobre o negro e o racismo. Mas um dia perto da então comemorada data da abolição da escravatura, 13 de Maio uma frase me chamou a atenção. *É preciso saber de onde se vem para saber onde se vai*. E está foi a primeira vez que percebi que ativismo também tinha poesia (GOMES, 2015, p. 19, grifos da autora).

A escrita emocionada da bailarina Bethânia Gomes – “Quando ela morreu, a estrada foi extremamente difícil. Por muitos anos senti que perdi o chão que me dava o caminho dos meus pés dançantes” – permite-nos ultrapassar a dimensão do trágico e buscar, nas notícias em curso, significados cotidianos no fazer de Beatriz. Mesmo que a matéria tenha por título, “Acusado de matar professora é preso no Rio” (*Folha de São Paulo*, 09/02/1995), pode-se destacar: “Maria Beatriz lecionava história na escola estadual Roma, em Copacabana”. Reitera-se a visada dupla, historiadora e ativista: “Ela era conhecida militante do Movimento Negro. Há um ano, fez palestras na Europa sobre a questão da negritude no Brasil. Na UFF (Universidade Federal Fluminense), fundou o Grupo André Rebouças, de análise da situação do negro no país”. A referida viagem à Europa aconteceu no segundo semestre de 1994, para a Alemanha: conhece Berlim, apresenta o filme *Orí* em Hamburgo e Mannheim; visita a França, participa de eventos e conferências. Retorna ao Brasil, via Madri, naquela que foi sua última viagem ao exterior. Sua última viagem à África foi em outubro de 1992. Esses significados, de viver a história, indeterminada, foram traduzidos pela própria Beatriz através da linguagem poética, em “As Acontecências (s/d)” e, como não interpretar essas metáforas para si mesma, em 1995? “*As acontecências / Nem sempre acontecem / Acontecem como aconteciam / Em meandros da vida // As acontecências / Nem sempre acontecem / Na gente*” (NASCIMENTO, 2015, p. 52).

A prisão do assassino de Beatriz ocorreu no dia 07 de fevereiro, portanto, dez dias após o crime: “Danone confessou o crime na 10ª DP, em Botafogo (zona sul), para onde foi levado após a prisão. Ele bebia no bar Garota do Flamengo (zona sul) na noite de anteontem quando foi preso por três detetives da 10ª DP. Danone não reagiu”. No depoimento à autoridade policial na Delegacia, a reportagem registra que Antonio Jorge Amorim Viana, o Danone, contou os seus últimos dias, sem nenhum remorso do que havia feito. Após cometer o crime contra a historiadora, Danone informou que havia fugido para Cabo Frio, município distante 150 km do Rio de Janeiro, situado na Região dos Lagos. Segundo informações da polícia, o assassino teria retornado ao Rio na terça-feira e se dirigiu a um bar, no bairro do Flamengo, para se encontrar com a sua mulher, Áurea Gurgel, que não se separou do assassino de Beatriz. A reportagem foi finalizada citando a boa condição econômica de Jorge Amorim: “Os policiais foram avisados através de telefonema sobre o retorno do criminoso ao Rio e sua presença no [bar] Garota do Flamengo. Danone afirmou que trabalhava como mergulhador profissional e pescador. *Não tinha dificuldades financeiras*, disse” (*Folha de São Paulo*, 09/02/1995). A comunidade negra indignada percebeu que o crime estava solucionado no âmbito policial. No mesmo dia, a manchete do *Jornal do Brasil* expressava isso de forma contundente: “Polícia tem um dia de vitória contra bandido”, na Zona Sul do Rio de Janeiro, visto que “Danone foi preso no Bar Garota do Flamengo, no Rio. Foi preso na madrugada” (*Jornal do Brasil*, 09/02/1995). O depoimento de um policial ao mesmo jornal do Rio mostra que a polícia sabia com quem estava lidando, a periculosidade do foragido: “Sentamos numa das mesas do restaurante

e, depois de identificá-lo, o prendemos quando estava no banheiro, para não criar pânico”. As autoridades policiais deram o caso como solucionado e a conotação racial do assassinato não importunou as redações dos jornais.

A atriz Léa Garcia, no livro de entrevistas *Damas Negras* (Almada, 1995), relatou um importante depoimento sobre a amizade que tinha com Beatriz Nascimento. Solicitada pela jornalista Sandra Almada para falar sobre outras mulheres negras que ela admirava, Léa Garcia começa por lembrar do orientador de Beatriz, o professor Muniz Sodré³, da amizade e vizinhança no Botafogo e de coisas que fizeram juntas:

Você falou no professor Muniz Sodré... era com ele que Beatriz Nascimento fazia mestrado antes de falecer, não é? Foi uma perda irreparável. [...] Houve um momento na minha vida em que eu morava em Botafogo – creio que em 1980 ou 1981 –, assim como Beatriz Nascimento, que morava na Rua Voluntários da Pátria, e estávamos sempre juntas. Eu, ela, Zózimo Bulbul e Biza Vianna. Um pouco antes de ela morrer, estivemos juntas no lançamento do livro de Elisa Larkin Nascimento, esposa de Abdias do Nascimento, no Palácio Guanabara. Ela ainda me disse assim: *Léa, você está indo embora agora? Ah, me espera...* Eu disse: *Ah, Bia, estou cansada. Deixa eu ir para casa descansar.* Ela me respondeu: *Ah, está bem, então depois eu te ligo.* Estava linda, maravilhosa... E ela foi uma das minhas convidadas para compor a mesa na sessão da Câmara Municipal em que me foi oferecida a Medalha Pedro Ernesto, pela vereadora Jurema Batista. Três mulheres negras que compunham minha mesa já morreram (GARCIA, 1995, p. 119-120).

Beatriz Nascimento fez parte da mesa juntamente com Lélia Gonzalez, “notável intelectual e militante negra, antropóloga com projeção internacional”, segundo Léa Garcia. Sandra Almada perguntou o motivo pelo qual convidou cada uma delas. Léa Garcia derramou elogios para as amigas: “Convidei a Lélia e a Beatriz, porque eram, para mim, as duas mulheres negras brasileiras mais inteligentes. Eu achava Lélia Gonzalez uma mulher por demais brilhante. [...] Quando nos encontrávamos em Santa Tereza, onde moramos durante algum tempo, dávamos boas gargalhadas, contando as coisas da vida”. Depois, Léa Garcia se refere a Beatriz com amorosidade e admiração: “E a Beatriz porque, além de ser minha amiga, era outra mulher EX-TRE-MA-MEN-TE inteligente. A Bia era tão inteligente que extrapolava, você sabe, não é? (GARCIA, 1995, p. 120-21, grifo da depoente). A terceira mulher negra, que participou da mesa referida, também amiga de Léa, era Jacira Silva, “atriz, pintora e psicanalista negra”.

O depoimento de Léa Garcia foi justamente interposto às notícias do assassinato de Beatriz Nascimento para se compreender a enorme significação do processo cotidiano de sociabilidades do “movimento negro contemporâneo” (PEREIRA, 2013), na conjuntura do ano que seria marcado pela “Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, no mês de novembro, reunindo mais de 30 mil pessoas em Brasília. O *Jornal da Marcha* – 300 Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares foca na questão da “imortalidade” do protagonismo negro e, ao mesmo tempo, no assassinato para silenciar vozes negras. No subtítulo do próprio jornal, a “imortalidade”; e, no Painel da Marcha, a memória traumática: “1995 – Tricentenário do assassinato de Zumbi dos Palmares, é o ano zero da cidadania do negro brasileiro” (*Jornal da Marcha*, out, 1995). O surpreendente é não haver menção ao nome de Beatriz Nascimento (nem ao seu assassinato) nos documentos do movimento negro do ano de 1995, afinal se tornou uma data icônica para os movimentos e mulheres

³ Muniz Sodré (de Araújo Cabral), jornalista e sociólogo, foi professor da Escola de Comunicação da UFRJ e, nessa condição, orientava Beatriz Nascimento. Autor de vários livros, fez a apresentação do livro *Divas Negras* (ALMADA, 1995, p. 11-12). O lançamento do livro de Elisa Larkin Nascimento, a que se refere Léa Garcia, provavelmente é a coleção *SANKOFA – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira*, com artigos de Beatriz Nascimento, O Conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira (Vol. 2), e de Lélia Gonzalez, Mulher negra (Vol. 3). A primeira edição foi publicada pelo Governo do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras. Na citação em destaque, Sandra Almada colocou, entre parênteses, a seguinte explicação em relação a Beatriz Nascimento: “Trata-se de uma importante intelectual e militante negra, que foi assassinada recentemente num bar, em Botafogo. Sua morte produziu profunda consternação na comunidade negra do Rio de Janeiro” (ALMADA, 1995, p. 119).

negras.⁴

A imprensa comercial abordou de várias formas a “Marcha Zumbi contra o Racismo”, no ano do tricentenário do assassinato de Zumbi e dos moradores de Palmares. Sobressaiu a fala do Presidente da República (FHC) que reconheceu “Zumbi dos Palmares como *Herói*”; e, apareceu, timidamente, a reivindicação e agenda do movimento negro, “Movimento propõe indenização”. Na Serra da Barriga – localização do Quilombo de Palmares no século XVII – no Estado de Alagoas, onde também houve manifestação pela memória de Zumbi e de Palmares, os discursos de lideranças negras foram menos importantes nessa manchete da matéria “Quilombo vira estacionamento” (BANCO DE DADOS, *Folha de São Paulo*, 21/11/1995). Dez anos depois, na “Marcha Zumbi + 10”, o mesmo jornal publicou matéria com foco no assassinato de Zumbi, “que foi torturado e decapitado” e que figura, desde 1978, como “símbolo da resistência negra no país” (*Folha de São Paulo*, 21/11/2005). Não se associa, para o grande público, o nome de Beatriz Nascimento ao tema dos quilombos, nos anos seguintes ao seu assassinato, ela que tinha atlantizado a “retórica do quilombo” visando mudar a interpretação da história da sociedade brasileira, a qual chamava de “correção da nacionalidade” (NASCIMENTO, 1982; 1985; 1989).

O poeta, professor e ativista negro Jônatas Conceição da Silva, na sua dissertação de mestrado em Letras e Linguística defendida na UFBA (2002-2004), participa da retomada da obra de Beatriz Nascimento, depois que os tiros de um assassino a silenciaram. Jônatas lembra de como conheceu Beatriz, ainda em 1978, recupera uma entrevista que havia feito com ela, em 1989, para o *Jornal do MNU*, e lamenta a sua morte violenta, em 1995. Jônatas conta que subiu a Serra da Barriga, em União dos Palmares-AL, pela primeira vez, no ano de 1980 e que, dois anos antes, nos atos de formação do MNU, é que tomara conhecimento dos quilombos. Foi nessa peregrinação ao histórico território quilombola que ele veio a conhecer Beatriz: “Na serra, vi, pela primeira vez, a historiadora Maria Beatriz Nascimento, que me embebedou com o seu discurso e conhecimento, falando de temas fundamentais da nossa História”. Depois, eles trocaram correspondência de forma quase permanente. Mais tarde, nove anos depois, ele a entrevistaria para o *Jornal Nacional do MNU*, cuja frase curta expressa uma visão da história: “O Quilombo é memória que não acontece só pros negros, acontece pra Nação” (SILVA, 2004, p. 23-25; NASCIMENTO, 1989, p. 12).

Trazer essa memória do diálogo entre Jônatas e Beatriz se afigura como um discurso duplo, uma sociabilidade intensa de vida, mesmo quando se lamenta a morte:

Um assassinato, nos anos 1990, no Rio de Janeiro, nos tirou a militante e grande intelectual do Movimento Negro que foi Maria Beatriz Nascimento. Em entrevista concedida a mim, quando do lançamento do filme ORI, de sua autoria e Rachel Gerber, ela afirmava: *Na verdade eu acho que ORI é aquele iniciado. O Movimento iniciado que passou por todas as suas etapas de iniciação e reiniciação. E agora sugere ao país um ressurgimento. É um ressurgimento porque a concepção de ORI, dentro da História do MN, dentro da História do Brasil, é sair da repressão. Sair da Senzala e ir pro Quilombo*” (SILVA, 2004, p. 43; NASCIMENTO, 1989, p. 6).

Dez anos depois da Marcha de 1995, na “Marcha Zumbi + 10”, em 2005, em que a luta pela regularização das terras quilombolas era intensa, a procura de matérias, reportagens e depoimentos sobre a historiadora que “levou” os quilombos para a universidade se mostrou infrutífera. Entidades enfatizavam a marcha como sendo “contra o racismo, pelo direito à vida”, denunciavam a violência contra as mulheres negras e, exigiam, do Estado brasileiro, uma agenda de reparação histórica,

⁴ No site e acervo digital do jornal negro *Irohin*, cujo primeiro número é de 1996, consta uma “Memória de 1995” a partir de duas importantes fontes. O primeiro documento, escrito, contém 35 páginas, muito bem fotografado, foi elaborado pela Comissão Executiva Nacional da Marcha, composta por várias entidades negras e de mulheres negras. O segundo documento é o vídeo *Marcha Zumbi dos Palmares* (Direção: Edna Cristina). 1995, 14’43”, com imagens de Zumbi, músicas e filmagens da Marcha em Brasília. Vários ativistas de entidades negras são entrevistados. Ivanir do Santos (GEAP – Rio), que foi entrevistado, pela grande imprensa, no caso do assassinato de Beatriz, destaca que “Hoje é Dia de Negro em Brasília”. Jacira Silva, MNU, fala sobre a questão racial. Também não se mencionou o nome de Beatriz Nascimento. <https://irohin.org.br/index.php/memoria-negra/marcha-zumbi-1995.html>

mas o nome de Beatriz não foi redigido. Pode ser que correntes do MNU, entre uma marcha e outra, ou mesmo pelas dissidências políticas por causa das posições em relação aos governos – 1995, FHC e 2005, Lula da Silva – não tenham percebido a efeméride dos dez anos do assassinato de Beatriz Nascimento. Caso estivesse viva, Beatriz não se furtaria em defender ideias e fazer denúncias sobre opressões às mulheres, em 2005, como as que foram assim escritas: “É verdade que ainda sofremos ataques. Querem impedir nossa autonomia e organização. Querem que nós mulheres negras nos curvemos aos homens, aos brancos, à outras organizações que não às nossas” (*Toques Criola*, 19, 2005, p. 2-3). Quem se debruça sobre séries documentais da década 2005-1995 e sobre a temática “quilombos e mulheres negras” tem a sensação de que foi uma década sem Beatriz, embora tenha sido fortemente quilombista, na individualidade de Zumbi dos Palmares.⁵ A própria Beatriz, ao publicar o artigo “Daquilo que se chama cultura”, no jornal da Sociedade Brasileira de Psicanálise, quase uma década antes, já falava de banimento e esquecimento e que “a resolução de um complexo” exigiria “o reforço do ego”. Não por acaso, Beatriz recorre a Freud de *Moisés e o Monoteísmo* (1939) para discorrer sobre Zumbi, como o herói civilizador.

O mito da terra prometida – O Quilombo de Palmares – a edificação do herói Zumbi, civilizador de uma cultura negra, atraem outras codificações que não as já estereotipadas pela tradição e pela história. À sombra deste mito recriado circulam outras manifestações ocultas até então, tais como as religiões afro-brasileiras, conduzindo à compreensão, na linha do tempo, da vinculação de nossos ancestrais com nossa história de vida. Consequentemente, a extrema importância assumida pela comprovação terrena, histórica, daquele escolhido como herói civilizador da cultura negra brasileira, dado que esse herói poderia ser compartilhado dentre os daqui nascidos: negros, índios e brancos também. O mito surge, então, do real para o simbólico e o herói seria mormente um conciliador banido da própria História do Brasil, preencheria a lacuna daqueles que, vivos, em vinte anos (1964-1984) foram cassados em seus direitos individuais e privados de seus símbolos coletivos. A culpa pelo parricídio poderia ser atribuída a um setor específico, a saber – os representantes das sequelas da moral colonial que assassinou e banuiu *Zumbi de Palmares* (NASCIMENTO, 1986, p. 8; 2018, p. 299).

Beatriz reconhece que essa dialética do herói civilizador não seria suficiente para vencer a discriminação cotidiana e a intolerância racial. Isso a faz dialogar com Bertold Brecht – “Infeliz do povo que necessita de heróis” (*A vida de Galileu*, 1938, Cena 12). Outra tradução, que não a de Beatriz, poderia ser “miserável país aquele que precisa...”. Mas, é dessa humanidade falhada historicamente, culturalista e brasileira, que Beatriz repudia os atos de banimento da história: “Enquanto precisamos criar e recriar heróis, codificar e recodificar símbolos, somos, ainda, muito infelizes” (NASCIMENTO, 2018, p. 300). Essa dinâmica argumentativa faz surgir uma pergunta, que também foi esquecida, ainda que rapidamente lembrada logo depois do crime: teria sido o assassino de Beatriz infeliz ou racista? Pode-se dizer que as duas coisas acrescidas de uma terceira, a misoginia tipificada pelo patriarcalismo da Casa Grande. Pensa-se aqui nas “opressões interseccionais” analisadas por Patricia Hill Collins, vale dizer nas “opressões intersectadas de raça, gênero, classe, sexualidade e nação” (COLLINS, 2019, p. 143). O “macho” Jorge Amorim era branco, de classe média e brasileiro nato. Portanto, o gênero é atravessado pela raça e podemos ver no assassino “o branco como sistema político” (AKOTIRENE, 2019, p. 47). Um crime interseccional talvez seja melhor pensado pela “necropolítica” de Achille Mbembe ao identificar o

⁵ De 1978 a 1995, do MNU a Marcha Zumbi 300 Anos, ver PEREIRA, 2013, p. 247-324. Na Marcha Zumbi + 10, em 2005, outros documentos foram divulgados: Manifesto à Nação Zumbi + 10 – Contra o Racismo, pelo direito à vida (16/11/2005), denuncia a violência contra as mulheres negras; e, o documentário (21'16”), com o mesmo título, filmou a reunião preparatória, em Brasília, para a Marcha Zumbi + 10, em 2004, também, com várias entrevistas de ativistas negras e negros. O que se destacou nas duas Marchas foi a agenda da reparação histórica. ÍROÍN, nº 6, ago-set, 2004, discute a Marcha Zumbi + 10. Em boa medida os depoimentos do documentário aparecem aqui transcritos e mais adensados com outras matérias. https://issuu.com/irohin00/docs/n___6-agosto-setembro Abordagens e registros de coletivo de mulheres negras podem ser vistos em TOQUES CRIOLA, 19. Mulheres Negras em Marcha, 2005. <https://criola.org.br/> Sobre “resistência e ação política” das mulheres negras na última década, ver LEMOS, 2016, p. 125-146.

racismo e o racista:

O racismo é o sintoma de uma neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. O racista é a pessoa que se afirma pelo ódio, construindo o Outro não como seu semelhante, mas como um objeto ameaçador do qual seria necessário se proteger, se desfazer ou ao qual caberia simplesmente destruir, em virtude de não o conseguir dominar inteiramente. Em grande medida, o racista é uma pessoa enferma, carente de si mesma e falha (MBEMBE, 2018b, p. 12).

Esse é o fato micropolítico de 1995: Beatriz cruzou com um homem racista, misógino e infeliz. Num certo sentido, o feminismo negro de Beatriz Nascimento foi subjugado pelo próprio crime praticado por uma cultura nacional de “opressão interseccional” (COLLINS, 2019, p. 140). Para Beatriz, a política e a ideologia seriam instrumentos para as grandes tomadas de consciência, se é que existe a “alma histórica” como parece sugerir. Com efeito, a descontinuidade, para Beatriz, tendia para a infelicidade, para o “despersonamento”, para a anonimidade, isto é, a completa ausência de denominação. Ocorre que, para ser “um sujeito individual e coletivo”, seria preciso viver o “processo para a busca da autodeterminação individual, o que chamamos de continuidade histórica, portanto, a micropolítica” (NASCIMENTO, 2018, p. 363). Beatriz foi então banida da micropolítica por uma faísca de biopoder exercido em nome da necropolítica, sendo possível trazer à tona Michel Foucault (biopoder) e Achille Mbembe (necropolítica). Nesse caso, “as funções assassinas do Estado” foram individualizadas pelas mãos de Jorge Amorim, o Danone. Não houve impedimento para um homem branco desferir cinco tiros na historiadora negra num ambiente público, de um bairro de classe média, no Rio de Janeiro. Isso deveu-se ao fato de que o indivíduo assassino fez valer o seu biopoder, o macho acintosamente misógino transformou o seu racismo numa tecnologia de execução sumária, sem direito de defesa por parte da vítima. O evento de 1995 tornar-se-ia paradigmático, pela própria negativa de crime racial: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018a, p. 18). Torna-se necessário trazer, “em defesa da sociedade”, a evidência da fala antirracista de Beatriz, ao se colocar como “mulher quilombola”. Beatriz dimensiona esse argumento ao pensar o Quilombo no tripé “Palmares, Favela e Carnaval”, em artigo escrito no ano de 1977, com as teses “a favela não rejeita o branco” (o negro solidário) e “o dominador é meio ingênuo” (o branco solidário). Talvez ela tenha dito de outra forma para Jorge Amorim, pois é preciso dizer para o inimigo, “mesmo quando ele quer matar você”. Assim ela escreveu:

Eu, como mulher negra, tenho poder para afirmar que a pele branca não representa nada para mim. Porque como todos os negros eu tenho a minha beleza, minha força e meu saber. Mas eu também dou minha vida pelo branco, me dou, dou a minha cultura, o meu saber. Eu sou suficientemente forte para querer o branco comigo enquanto ele não estiver contra mim. Ao longo dos anos essa tem sido a lei do quilombo (NASCIMENTO, 2018, p. 194).

O ano de 1995 começou com esse dramático evento de micropolítica para a comunidade negra do Brasil e, especialmente do Rio de Janeiro – a morte de Beatriz Nascimento –, e foi se sucedendo, em meses, para a efeméride dos 300 Anos dos Assassinatos de Zumbi dos Palmares e da população palmarina. No ano seguinte, aparece na imprensa o julgamento do réu confesso Jorge Amorim, ou melhor, o resultado final do processo. O jornal *Folha de São Paulo*, com matéria da Sucursal do Rio, destacou no título, “Assassino de historiadora pega 17 anos” (24/04/1996). No conteúdo, duas informações se cruzam. A primeira com a sentença do processo: “O preso albergado Antônio Jorge Amorim Vianna, 35, foi condenado ontem, no Rio, a 17 anos de prisão pelo assassinato, em janeiro de 95, de Maria Beatriz Nascimento, historiadora e militante do Movimento Negro”. Na segunda informação, narra-se a surpreendente atitude de Áurea Gurgel que, além de não ter se separado do assassino confesso da amiga Beatriz Nascimento, mentiu em relação a sua vida íntima e sexualidade: “No mesmo julgamento, a namorada de [Jorge Amorim] Vianna, Áurea Gurgel da Silveira, foi acusada pelo júri de prestar falso testemunho. Ela responderá a processo

pela acusação” (*Folha de São Paulo*, 20/04/1996). Áurea tentou assassinar Beatriz pela segunda vez. Não encontrei fontes do suposto processo contra Áurea Gurgel sobre falso testemunho: ela disse em júri que Beatriz “fazia orgias e aliciava menores”. Também não encontrei qualquer informação na WEB sobre a vida profissional, social e patrimonial de Áurea Gurgel. Creio que, em 1995, ela podia ser definida como uma mulher jovem e não encontro plausibilidade para essa ausência documental. Quando Jorge Amorim cometeu o crime contra a vida de Beatriz, ele já estava condenado a 11 anos e 6 meses de prisão por estupro, tentativa de homicídio e porte de drogas e sua condição, por algum benefício, era de “preso albergado”.⁶

Áurea Gurgel da Silveira, que preferiu “defender seu agressor doméstico”, em que pese ter sido, por ele, ameaçada de morte na mesma semana do crime, tornou-se uma expressão emblemática do acontecimento, pois não existe nas matérias dos jornais menção de sua cor nem de sua condição social. A relação de sociabilidade entre Beatriz e Áurea também se tornou invisível. Ocorre que as redações da época não deixavam de pensar na “mulher universal”, que parece ser o caso de Áurea, com pouquíssimas referências ao “feminismo negro” de Beatriz (AKOTIRENE, 2019, p. 55 e nota 63, p. 127-28). Faltam informações e sobram conjecturas. O que pensava Áurea Gurgel dos direitos das mulheres e das ideias feministas? O que ela sabia da Beatriz feminista? Por que defendeu seu agressor?

Beatriz Nascimento, com a convicção de historiadora quilombola, lhe teria dito algumas palavras, como aquelas em que tira a maior onda do vetusto Martinho Lutero, para quem “a razão é uma mulher astuta”. Depois de citá-lo, Beatriz afirma: “Contraporíamos: logo, é preciso que seja aprisionada e expressada pelo atributo masculino, só assim pode ser dominante”. Eis, então, um quadro sinótico para Áurea Gurgel: “Revestir-se-á de fantasias, de sonhos, de utopia, de eroticidade não satisfeita e estagnada pela condição da [sua] arquitetura física e psicossocial” (NASCIMENTO, 1990, p. 3; 2007, p. 127). A violência que atingiu Beatriz não poderia ser a mesma que atingiu Áurea nas circunstâncias anteriores e seguintes ao crime, pois, como sugeriu Sueli Carneiro ao citar o seu artigo “A mulher negra e o amor” (1990), especificidades da violência contra a mulher negra são mais tensionadas, uma vez que “limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima” (CARNEIRO, 2003, p. 122). Ainda assim, há certo vaticínio para Áurea Gurgel que, por razões conjecturais, escondeu-se para escudar, “tornou-se não sendo”, a se pensar em “Sol e Blues”, de 17 de fevereiro de 1990: “*Nas rotas de sol em ritmo de blues / Em remansos passados / Em fechados futuros / Em furioso silêncio*” (NASCIMENTO, 2018, p. 464).

Antes de findar o século, um ato de historicidade familiar foi deveras importante para o “renascimento” de Beatriz Nascimento. O acervo particular de Beatriz foi doado, em 1999, pela sua filha, Bethânia Nascimento Gomes, para guarda do Arquivo Nacional. Foi criado o Fundo Maria Beatriz Nascimento e disponibilizado para consulta pública e pesquisa. O acervo privado de Beatriz Nascimento cobre o período 1961-1996 e chegou ao Arquivo Nacional em 45 caixas. Desse total, 16 caixas continham livros e periódicos que foram transferidos para a biblioteca. Por votação direta realizada através das mídias sociais, no ano de 2017, foi escolhido um nome para a Biblioteca do Arquivo Nacional, que passou a se chamar Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento. Desde o ano

⁶ Nos anos de 2007 a 2009 a defesa do apenado Antonio Jorge Amorim Vianna solicitou Habeas Corpus – Livramento Condicional. A relatora, Desembargadora Gizelda Leitão Teixeira, informou que o “paciente condenado” tinha agravantes: “Possui 04 Cartas de Sentença em execução num total de pena corporal superior a 28 anos, por delitos considerados gravíssimos”. A Quarta Câmara Criminal, por unanimidade, denegou a ordem. Antes, em janeiro de 2008, a mesma Câmara havia derrubado sentença favorável ao paciente em instância inferior. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. TJ-RJ. Habeas Corpus 2007.059.00443. Julgamento 13/03/2007. Habeas Corpus 2009.059.04940. Julgamento 04/08/2009. Na Seção dos Juizados Especiais Criminais – RJ, em expediente do dia 18/02/2019, foi proferida a sentença que declarou “extinta a punibilidade de Antonio Jorge Amorim Vianna”. DIÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. JEC-RJ – 1.º JUIZADO ESPECIAL – CENTRO. Proc. 0226946-27.2017.8.19.0001. Parece não haver dúvida de que o apenado foi agraciado com progressão de regime e redução de pena.

de 2018, a documentação consta em 27 caixas com um média de 04 pastas. No Fundo Maria Beatriz Nascimento a especificação do conteúdo consta: “Correspondência, roteiro de filme, projetos e relatórios de pesquisa, publicações, estudos, fotografias sobre quilombos e a presença do negro na sociedade brasileira, discos e fitas em VHS” (ARQUIVO NACIONAL/FMBN – BR RJANRIO 2D, 2018). A materialidade desse acervo foi usada e definida à moda foucaultiana numa tese de doutorado, em programa multidisciplinar: “É importante esclarecer que o conjunto de documentos que utilizo parte, muitas vezes, de um material inédito e não publicado. Em muitos casos, são anotações, esboços, projetos, poemas, roteiros, artigos, capítulos que denotam regularidades e dispersões de um discurso” (BATISTA, 2016, p. 80). Esses passos são mais recentes, outros foram percorridos antes, mas no mesmo diapasão da documentalidade e generosidade da filha de Beatriz, “a ativista dançante”.

A “presença” de Beatriz permanecerá nos “fechados futuros” – a expressão é beatriziana – da sua obra acadêmica, cinematográfica e poética. Isso é apenas uma parte da abordagem do que estou chamando de invisibilidade. Ainda na conjuntura de início do novo século, a obra de Beatriz começava a ser redescoberta e republicada logo em seguida. O geógrafo e antropólogo Alex Ratts, em entrevista para a revista multimídia *O Menelick 2º Ato*, em março de 2014, conta que começou a buscar a obra de Beatriz com a ideia de estudos de trajetórias e comunidades, ao terminar o doutorado em Antropologia Social (USP, 2001). “Inicialmente foram os seus estudos sobre quilombos que me interessaram”, afirmou Ratts. Aliado a isso, conheceu pessoas da família de Beatriz (Luena Nascimento, Isabel Nascimento, Bethânia Gomes), pesquisadores que estiveram próximos de Beatriz nas suas idas a São Paulo (Kabengele Munanga, Carlos Serrano), o acesso aos arquivos do filme *Ori*, no CEA-USP e, também, o encontro com a cineasta Raquel Gerber, a diretora: “Isso me permitiu trabalhar com a trajetória dela. E aí foi fascinante, pois é uma trajetória de uma pessoa que se confunde com a trajetória da nação” (RATTS, 2014). Portanto, parece ter sido nessa conjuntura que ele vai acumulando pesquisa e escrita sobre a trajetória de Beatriz Nascimento, essa relação “intelectualidade negra e quilombo” (RATTS, 2003; 2004).

Não demorou muito e, mal havia passado a “Marcha Zumbi + 10” (2005), Alex Ratts tornou-se o biógrafo de Beatriz, capaz de organizar seus escritos esparsos e lançar a excepcional *Eu Sou Atlântica*, uma obra – não se trata de livro – duplamente autoral: “Quantos caminhos percorro” (RATTS, 2007, p. 15-89); e, “É tempo de falarmos de nós mesmos” (NASCIMENTO, 2007, p. 91-129). Ratts afirma que não chegou a conhecer Beatriz em vida, mas a “encontrou” ainda em Fortaleza, ao assistir *Ori* e decidir-se pelo ativismo negro e a geografia. Transcrevo um testemunho comovente nesse sentido, 2005-1995:

Beatriz Nascimento. Dez anos após sua morte continuo à procura de sua pessoa – alma, soul, ntu – para tentar um diálogo, cuja preocupação não seja restabelecer sua voz, o que seria autoritário de minha parte. [...] Muitas vezes me pego diante de uma fotografia sua como se fosse um espelho, embora não reflita a minha imagem. Não nego que às vezes verto uma lágrima que turva a imagem vista. Mais de uma vez o fiz, como na madrugada em que acessei, via Internet, as notícias de seu assassinato em janeiro de 1995. Fiquei pensando, parafraseando Lô Borges acerca da morte de John Lennon: como um simples canalha mata uma rainha? Numa hora como essa lamento porque pressuponho que seus projetos foram interrompidos *por um triz* e supero o amargo sentimento, quando imagino que eles se realizam em outras pessoas e coletividades por esse país afora (RATTS, 2007, p. 20).

Quase dez anos depois, no decurso do projeto para visibilizar a obra poética de Beatriz Nascimento, juntamente com sua filha Bethânia Gomes, um sereno Alex Ratts confirma a situação de esquecimento: “Quando nós lançamos o livro [2007] no Rio, eu percebi que ela era uma ilustre desconhecida” (RATTS, 2014). A própria Beatriz, num momento depressivo que a leva a não concluir o mestrado em história – em 1979 ingressa no mestrado na UFF e faz sua primeira viagem à África –, fala de viver esquecida, num exílio voluntário. O registro é um fragmento de entrevista para Raquel Gerbi, em agosto de 1982, gravado numa Fita K-7 com a voz de Beatriz onde ela se

queixa: “ninguém faz a história cotidiana do negro”. A seguir, ela se mostra pessimista consigo mesma: “E eu não tenho mais coragem Raquel de ser a moça de 74, 77, 75, eu era uma pessoa crente. E hoje não, sou uma pessoa descrente. Queria não ter acreditado mais no que fiz, mas eu não posso”. Também diz que cancelou sua agenda afro-brasileira porque todo mundo pensava apenas nas eleições. Parafraseia Caetano Veloso, “a fome não mata o homem”, mas complementa a ideia tropicalista ao afirmar que “o que mata o homem é perder a perspectiva de ser, de continuar um trabalho”. Lembra, então, do suicídio de seu amigo de academia e de ativismo negro, o sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, no dia 20 de dezembro de 1980. Sua voz arremata nessa sentença: “E isso se repete em mim. Eu estou ostracizada. Estou no ostracismo” (NASCIMENTO, 2018, p. 264). Embora Eduardo de Oliveira e Oliveira e Beatriz Nascimento tivessem feito história no seminário “Semana do Negro”, na USP, em 1977, suas pesquisas e fundamentações acadêmicas foram estigmatizadas como posturas de “ativismo negro”, como se a Universidade, essa Casa Grande da Ciência, não praticasse racismo acadêmico, currículo eurocêntrico e branquitude bibliográfica. Ao falar do contexto em que Beatriz reconheceu-se “ostracizada”, Raquel Barreto notou o enorme desafio para uma historiadora negra: “A existência de um regime ditatorial, um ambiente acadêmico eurocêntrico e lócus da enunciação epistêmica foram elementos pouco favoráveis às suas proposições e pesquisas” (BARRETO, 2018, p. 35).

Nessas condições, o trabalho de Alex Ratts seria ainda mais importante para as releituras dos escritos de Beatriz Nascimento nas primeiras décadas do novo (e já envelhecido) século XXI. O retorno de Beatriz deve-se, a rigor, a uma plêiade de mãos generosas nos campos da teoria social, historiografia e direitos humanos. Mas, então, ele, Alex Ratts, fez muito para tornar a trajetória e a obra de Beatriz Nascimento conhecidas, na verdade “retorno e reconhecimento” (RATTS, 2006; 2009; 2010; 2011). Um reconhecimento que já transitava entre intelectuais e pesquisadoras negras, além de Jônatas Conceição, são apontadas Helena Theodoro, Sueli Carneiro, Muniz Sodré, Kabenguele Munanga, Guacira César de Oliveira, Wânia Sant’Ana e Nei Lopes, para “além das invocações emocionais” (RATTS, 2007, p. 33). Com efeito, como demonstra Alex Ratts, o acervo de Beatriz continua aberto às subjetividades negras e indagações de si:

No processo de pesquisa com a obra de Beatriz Nascimento trabalhei com o acervo que está distribuído em dois locais. O primeiro foi o material levantado para a realização do filme *Ori*, do qual Beatriz foi a principal pesquisadora, doado pela diretora Raquel Gerber ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. À época, a coleção de artigos, recortes de jornal, panfletos e cartazes estava disposta em algumas caixas sem catalogação. O mesmo se deu com o conjunto de documentos doados pela família para o Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, acondicionado em várias caixas não catalogadas.

Os ensaios inéditos de Beatriz Nascimento tratam das relações raciais e trazem reminiscências de sua vida enquanto negra, mulher, menina, estudante, pesquisadora, mãe e filha. Os aforismos e outras anotações tocam nos mesmos temas. Algumas trazem registros e reflexões de momentos particulares como o tratamento de transtornos psíquicos ou da perda de familiares e amigas/os.

[...] No entanto, alguns ensaios inéditos de Beatriz e, sobretudo os poemas trazem uma densa escrita de si (RATTS, 2015, p. 117-118).

Para além do mundo acadêmico, Beatriz Nascimento atuou em entidades negras, como no IPCN – Instituto de Pesquisas de Cultura Negra –, no Rio de Janeiro. Na pesquisa pelas fontes digitais, o título de uma matéria da mídia *Mamapress*, “Negros brasileiros voltam a conversar, 17 anos depois do assassinato da historiadora Maria Beatriz Nascimento”, chama a atenção para um dado de obituário. Na verdade, era um evento realizado pelo IPCN e a Rádio Mamaterra, do sociólogo e ativista João Marcos Aurore Romão, pioneiro do projeto S.O.S. Racismo no Brasil, que se radicou na Alemanha, fundou a Rede Mamaterra (Portal, Rádio, TV) e o Quilombo Brasil. Marcos Romão também atuou junto com Beatriz no início do GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças e foi um dos ativistas mais perseguidos pela ditadura militar e órgãos de repressão e segurança do Rio, pois desde a graduação era acusado de “comunista negro” (SILVA, 2018). No site da Rádio,

além de constar o perfil biográfico de Beatriz, assinado por Alex Ratts, pode-se assistir a um pequeno vídeo documentário (3'47") do evento, com título "Mamaterra e IPCN homenageiam Beatriz Nascimento", no qual Marcos Romão discursa para os presentes. Disse que Beatriz era um dos pilares teóricos do que foi o S.O.S. Racismo na época. Ele afirma que Beatriz salvou a sua vida: "Essa mulher me fez ficar vivo, porque me ensinou a não dar porrada". Beatriz dizia "eu só dou porrada com a palavra". Segundo o emocionado Marcos Romão, ela foi a capoeirista da linguagem, "a maior esgrimista da palavra". Para ele, Beatriz teria sido uma mulher de várias lutas, do combate ao racismo, à misoginia e ao paternalismo político: "Enfrentou o Partido Comunista, enfrentou Convergência Socialista, enfrentou o MNU, enfrentou a Direita, enfrentou todo mundo que tentasse usar o negro. Isso foi uma barra". Ao fundo, a câmera mostra uma faixa projetada na tela da apresentação: "Aos nossos mártires: Maria Beatriz Nascimento. Assassinada às 17 horas de 28.01.1995. Rio, 17 horas de 28.01.2012" (*Mamapress/Mamaterra*, 29/01/2012). Percebe-se um sentido de legado da obra de Beatriz na dimensão quilombista e de sua atuação no movimento negro.

Nos comentários dos internautas sobre a matéria, vários depoimentos relembram experiências e amizades com Beatriz Nascimento, uma Beatriz ainda viva. Destaco o testemunho de duas mulheres pela sua relevância de vivência. Maria Helena de Matos Rolins, com graduação e especialização em história, foi colega e amiga de Beatriz, desde os tempos de graduação na UFRJ, escreveu ainda em janeiro: "Tive a honra de partilhar a companhia de Betinha durante os quatro longos anos de UFRJ (1967-70) e dividir com ela momentos marcantes não apenas para nós, cidadãs, mas tb para o Brasil, que se lutava contra a face mais feroz da ditadura, que se aproximava". A seguir, o depoimento apresenta uma Beatriz de cotidiano alegre e divertido, algo a ser destacado: "Era um momento único e nós sentíamos um pouco como fermento. Betinha desde cedo nos honrou com seu humor (foram muitas as risadas), com sua inteligência, com suas dúvidas, com seu amor pela música (inesquecível cantando Coração Leviano). Foi ela que nos levou a Rio das Ostras (quase que selvagem, então) e nos apresentou sua família, especialmente a matriarca Rubina". Maria Helena situa Beatriz como uma referência intelectual desde quando ela era estudante: "Para uma geração inteira, Maria Beatriz do Nascimento foi verdadeira inspiração de como a vida pode ser melhor, que somos maiores do que as categorias que o sistema nos impõe, que a alegria e a generosidade são armas poderosas no combate à intolerância de qualquer tipo". Maria Helena termina, entusiasmada, com uma ode a Beatriz: "Portanto, me nego a aceitar que sua memória tenha ficado no passado. Eu, como tantos outros daquela geração, carregaremos nosso cisne negro onde quer que estejamos. Ave Bia. Hoje e sempre!!!" (Maria Helena Rolins, 31/01/2012).

O depoimento de Cláudia R. Magalhães do Nascimento, formada em Letras, ex-aluna de Beatriz no GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças (UFF), foi postado no mês de setembro: "Beatriz foi uma pessoa muito importante para todo o processo de discussão sobre a temática racial. E sempre merece ser homenageada!". Cláudia teve importante participação no GTAR na sua última fase: "Como uma das componentes do GTAR – informo que (fui a última Presidenta da instituição) o grupo organizou 17 Semanas de Estudos e passou pelo SESC, Associação de moradores do morro do Ingá, e Instituto de Educação Ismael Coutinho, todas instituições de Niterói". Esse legado de Beatriz no GTAR, sair da academia e ir para o entorno social, é destacado no depoimento de Cláudia que comenta o fim das atividades do grupo justamente no ano do assassinato de Beatriz, 1995: "E através de reunião oficial o grupo encerrou os seus encontros e assembleias. Tendo prestado várias homenagens a Beatriz também em vida! Abraços" (Cláudia Magalhães, 26/09/2012). A jornalista Sandra Martins da Silva, que defendeu dissertação de mestrado sobre o GTAR, em História Comparada (PPGHC/UFRJ), entrevistou Cláudia Magalhães por sua importância na segunda fase do grupo, 1983-1995, para essa "memória social" da qual Beatriz Nascimento foi um dos "alicerces" (SILVA, 2018, p. 67, 81, 82, 87-89, 99, 118).

Um testemunho na mesma direção, integralmente profissional, publicado no blog

InfoAtivo.DefNet, foi do psicanalista Jorge Márcio Pereira de Andrade, escrito no ano de 2009, que permite o viés das subjetividades de Beatriz, “de quem tive a intensidade e o afeto como seu interlocutor-aprendiz, no ofício de seu cuidado como psicanalista”. O título da postagem de Jorge Márcio, “Como fazer a cabeça com Beatriz Nascimento”, é inspirado pela capa da obra de Beatriz/Ratts, com fotografia doada por Raquel Gerber, em que expressa Beatriz “com seu rosto em preto e branco pela metade”. O post é reflexão de véspera do Dia da Consciência Negra e também pretendeu “relembrar uma amiga”. Com efeito, seria de uma voz atlântica que o psicanalista busca o sentido de vida de Beatriz: “Ela que se dizia *atlântica*, realmente muitas vezes se tornou um verdadeiro Atlas em seu desejo de transformar o mundo, muito embora fosse impossível carregá-lo nas costas”. Reportar-se a 1995 é catarse necessária: “Foi sua implicação irrestrita com a vida e com o Outro que a levou a uma defesa de uma mulher, e, covardemente, ser assassinada em 1995, pelas costas, por um homem que agredia a sua amiga em um bar do bairro Botafogo, no Rio de Janeiro”. Disso resulta que não se possa reconhecer, reencontrar e conversar com Beatriz. A sua obra continua a falar para todos, apesar dos silêncios em relação à produção científica de mulheres negras no Brasil: “Recentemente reencontrei-me com Beatriz Nascimento através do exercício estético do cinema. Assistir *Ori* é um exercício transoceânico, para quem trazer e reconhecer em si nossas origens africanas”. Jorge Márcio arremata seu testemunho com a própria tese da historiadora: “Beatriz Nascimento, era Maria, era uma mulher, mãe e também uma negra, que mesmo machisticamente assassinada continuará VIVA. Devido à sua transatlanticidade africanizada, continuará a *fazer a minha cabeça (ORI)*” (JORGE MÁRCIO, 19/11/2009, grifos do autor). De fato, *Ori* é o filme-tese de Beatriz em que busca defender a transatlanticidade do quilombo e da vida negra (MILLARCH, 09/04/1989; NASCIMENTO, 2018, p. 370-372).

Na base de documentos guardados no Fundo Maria Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional, o pesquisador Wagner Vinhas Batista classificou uma parte como Anotações (estudos, lembretes, diários – 282 documentos) onde a presença do psicanalista Jorge Márcio é referencial nesse tipo de registro e as “reflexões sobre si mesma” começam, pelo menos, desde 1982, que coincidem com a “crise do mestrado em história”. Anotações sobre o amor e o estado emocional, atestado médico, grandes períodos de sono, reclusão em casa são constantes no decorrer de “uma história individual”, como Beatriz reverberou em 1982 – “Ninguém faz a história cotidiana do negro. A história individual não é escrita”. A anotação de 01 de janeiro de 1988 é contundente: conversas com Jorge Márcio, depressão, cautela e faltas à sessão de análise. A última vez que ela se refere a Jorge Márcio é a anotação de 01 de outubro de 1994 onde consta conversa “com o psicanalista, seminário sobre direitos humanos, cidadania brasileira, desabafos e programa de trabalho” (BATISTA, 2016, p. 82, 243-254). Esse parágrafo, com as anotações de Beatriz Nascimento, permite tornar ainda mais importante a postagem de Jorge Márcio e o seu testemunho, como psicanalista, para se compreender a memória social de uma historiadora negra à luz dos direitos humanos. Não há silêncio, a escrita de Beatriz vibra a todo instante.

Esse feminismo negro e transatlântico de Beatriz Nascimento reverbera em novas mulheres. Um post sobre cotas nas universidades públicas lembra dos 20 anos da morte de Beatriz Nascimento, em 2015. Marcos Romão deu por título “Chegamos no século XX. Sem cotas ainda estaríamos no século XIX. Queremos chegar no século XXI”. Abaixo do título da postagem consta uma fotografia panorâmica, de Luz Luciana, numa sala de aula com onze jovens negras do Coletivo das Pretas Beatriz Nascimento – UFF. Cartazes com as frases, “Quantos autores negros você já leu?”, “Negro não é objeto de estudo”, entre outras, definem a memória política de Beatriz. O post de Marcos Romão observa que, com a presença de negras e negros nas universidades desde o advento das cotas, começou a haver um crescente desconforto branco no ambiente acadêmico. “Pele preta nas universidades” fazia recrudescer o racismo: “Desprezo, bullying, terror psicológico e menosprezo com as suas capacidades por parte de professores e alunos, são os relatos que nos contam negros e negras sobre as suas experiências”. Esse era o estado racial nos vinte anos sem

Beatriz e, por isso mesmo, Marcos Romão escreve “in memoriam à ativista negra Beatriz Nascimento” (*Mamapress/Mamaterra*, 26/05/2015). Não resta dúvida que referências e reconhecimentos a Beatriz Nascimento se intensificaram na última década, deixando 1995 como um ano (in)determinado. O mapa da violência de 2015, por exemplo, indica que os assassinatos de mulheres negras aumentaram mais de 50% na década 2015-2005. As Beatrizes continuam sendo assassinadas nos desvãos do racismo e do sexismo estruturais, institucionais e institucionalizados.

O longo documento que justificou a “Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver” permite que se vislumbre a temporalidade sem Beatriz às avessas, 2015-1995, vinte anos, de um “feminicídio” cujo crime não podia ser nomeado, pois a palavra ainda não existia como linguagem jurídica no Brasil. O que terá mudado desde 1995? Se pouca coisa ou quase nada mudou, a tônica da marcha de 2015 não podia deixar de ser outra: “Marcha das Mulheres Negras reivindica garantia de direitos e o fim do feminicídio negro” (*Terra de Direitos*, 16/11/2015). Cerca de 25 mil mulheres negras marcharam sobre Brasília, em 2015. Documentários, filmagens, matérias jornalísticas, fotografias, cartas e manifestos proliferaram nas redes sociais, numa notável produção de conhecimento e narrativas de vidas negras. Uma cantoria foi exaustivamente entoada pelos cenários do Distrito Federal: “Mulher negra é linda, mulher negra é forte, que não teme a luta, que não teme a morte” (CUT DOC, 2015; *Jornal da Marcha*, 2015). Mulheres negras que se ancestralizaram foram lembradas, entre elas Beatriz Nascimento (1995) e Lélia Gonzalez (1994), anos de *Orum* para o feminismo negro. Conceição Evaristo, numa homenagem poética a Beatriz Nascimento, um ano depois, levou esses “dois mundos” para os *Cadernos Negros* (1996): “*A noite não adormece nos olhos das mulheres [...] onde lágrimas suspensas / virgulam o lapso / de nossas molhadas lembranças*”.

Problematizar o reconhecimento da obra interdisciplinar (historiografia, cinema e poesia) de Beatriz Nascimento passa, necessariamente, pelo protagonismo das mulheres negras e pelas pesquisas e reflexões daquelas que chegaram ao ensino superior. O que chama a atenção é que esse reconhecimento, em curso, ainda não sensibilizou a historiografia brasileira.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL/FUNDO MARIA BEATRIZ NASCIMENTO – BR RJANRIO 2D. Fundo Maria Beatriz Nascimento (2D). Instrumento Provisório dos Documentos Textuais, 2018. <http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. Que República é Essa? Portal de Estudos do Brasil Republicano. Maria Beatriz Nascimento. <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/69-acervo/211-maria-beatriz-nascimento.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BANCO DE DADOS FOLHA. Reportagens: FHC reconhece Zumbi dos Palmares como “Herói”. Movimento propõe indenização. Quilombo vira estacionamento. Brasília faz Marcha contra o Racismo. FOLHA DE SÃO PAULO, 21/11/1995. http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_21nov1995.html. Acesso em: 18 nov. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL. Jornais e Periódicos Negros. Imprensa Alternativa. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL – ACERVO DIGITAL. Documentos Entidades Negras. <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Historiadora é morta com três tiros em Botafogo, 30/01/1995. Índice Geral. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/30/brasil/40.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano. Acusado de matar professora é preso no Rio, 09/02/1995. Reportagem de Sergio Torres. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/09/cotidiano/13.html>.

Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano. Professora pode ter sido morta por racismo, 31/01/1995. Reportagem de Paulo Gramado. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Assassino de historiadora pega 17 anos. Cotidiano, 20/04/1996. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/20/cotidiano/29.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil relembra morte de Zumbi dos Palmares, 21/11/2005. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2111200524.htm>. Acesso em: 05 abr. 2020.

GELEDÉS. EXECUTIVA MARCHA DAS MUHERES NEGRAS. A Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver, 18/11/2015. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INFOATIVO.DEFNET. Psicanalista Jorge Márcio Pereira de Andrade. Como fazer a cabeça com Beatriz Nascimento, 19/11/2009. https://infoativodefnet.blogspot.com/2009/11/infoativo_19.html. Acesso em: 05 abr. 2020.

ÍROÍN – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA AFRO-BRASILERIA. Marcha Zumbi – Por uma política de combate ao racismo: memória negra [1995]. Documentos e Vídeo. <https://irohin.org.br/index.php/memoria-negra/marcha-zumbi-1995.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ÍROÍN, nº 6, ago-set, 2004, discute a Marcha Zumbi + 10. Em boa medida os depoimentos do documentário aparecem aqui transcritos. https://issuu.com/irohin00/docs/n___6-agosto-setembro. Acesso em: 10 abr. 2020.

JORNAL DO BRASIL. Cidade. Polícia tem um dia de vitória contra bandido, 09/02/1995. http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1995_00307.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

JORNAL DA MARCHA. 300 Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares. Comissão Executiva Nacional da Marcha a Brasília contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida (Brasília, 20 de Novembro de 1995). São Paulo, out, 1995. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00040.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

JORNAL MARCHA 2015. Manifesto do Núcleo Impulsor do Estado de São Paulo, nov. 2015. https://drive.google.com/file/d/0B_295qnE-gqzbnRMZWFjZEIOWVE/view. Acesso em: 10 abr. 2020.

MAMAPRESS/MAMATERRA. Negros brasileiros voltam a conversar, 17 anos depois do assassinato da historiadora Maria Beatriz Nascimento, 29/01/2012. Perfil biográfico de Alex Ratts. Vídeo, 3'47". Comentários: Maria Helena de Matos Rolins, Cláudia R. Magalhães do Nascimento. <https://mamapress.wordpress.com/2012/01/30/negros-brasileiros-voltam-a-conversar-17-anos-depois-do-assassinato-da-historiadora-maria-beatriz-do-nascimento/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MAMAPRES/MAMATERRA. Chegamos no século XX. Sem cotas ainda estaríamos no século XIX. Queremos chegar no século XXI, 26/05/2015. Post de Marcos Romão. <https://mamapress.wordpress.com/2015/05/26/chegamos-no-seculo-xx-sem-cotas-ainda-estariamos-no-seculo-xix-queremos-chegar-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MUSEU AFRO DIGITAL. UERJ-RIO. Documentos Fundo Beatriz Nascimento. <http://www.museuafro.uerj.br/?work=arquivos>. Acesso em: 27 abr. 2020.

TERRA DE DIREITOS. Marcha das Mulheres Negras reivindica garantia de direitos e o fim do

feminicídio negro, 16/11/2015. <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/marcha-das-mulheres-negras-reivindica-garantia-de-direitos-e-o-fim-do-feminicidio-negro/22503>. Acesso em: 10 maio 2020.

TOQUES CRIOLA, 19. Mulheres Negras em Marcha, 2005. <https://criola.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. TJ-RJ. Habeas Corpus 2007.059.00443. Julgamento 13/03/2007. Habeas Corpus 2009.059.04940. Julgamento 04/08/2009. <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/393980781/habeas-corporus-hc-332501020098190000/inteiro-teor-393980794>. Acesso em: 10 maio 2020.

Referências

ALMADA, Sandra. *Damas Negras: sucesso, lutas, discriminação* – Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas; Editora Filhos da África, 2018, p. 26-39.

BATISTA, Wagner Vinhas. *Palavras Sobre uma Historiadora Transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), Salvador, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 139-170.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Marcha das Mulheres Negras 2015. Documentário. 12'16". Direção: Aline Sasahara. Nov 2015. <https://www.cut.org.br/videos/marcha-das-mulheres-negras-2015-b6f9>. Acesso em: 12 maio 2020.

GARCIA, Léa. Entrevista. In: ALMADA, Sandra. *Damas Negras: sucesso, lutas, discriminação* – Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta. Rio de Janeiro: Mauad, 1995, p. 73-132.

LEMONS, Rosália. Mulheres Negras: resistência e ação política. In: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. (Orgs.). *Encrespando – Anais do I Seminário Internacional: refletindo a década internacional dos afrodescendentes (ONU, 2015-2024)*. Brasília: Brado Negro, 2016, p. 125-146.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. O Fardo da Raça: entrevistas com Achille Mbembe a Arlette Fargeau e a Catherine Portevin. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MILLARCH, Aramis. “Ori”, um filme-tese sobre a cultura negra. Estado do Paraná, ALMANAQUE, 09/04/1989, p. 3. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/ori-um-filme-tese-sobre-cultura-negra>. Acesso em: 10 maio 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo:

União dos Coletivos Pan-Africanistas; Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. É tempo de falarmos de nós mesmos. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial; Instituto Kuanza, 2007, p. 91-129.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. *Jornal Maioria Falante*, 17, fev-mar, 1990, p. 3.

NASCIMENTO, Beatriz. Daquilo que se chama cultura. *Jornal IDE*. No. 12. Sociedade Brasileira de Psicanálise – São Paulo. Dezembro, 1986, p. 8.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiáspora*, n. 6, 7, 1985, p. 41-49.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos*, 6-7. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, p. 259-265, 1982a.

NASCIMENTO, Beatriz. Pesquisadora (Depoimento). Tem muita gente obtendo vantagem com o debate da questão racial. In: COSTA, Haroldo. *Fala, Crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982b, p. 194-198.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. *Revista IstoÉ*. 23/11/1977, p. 48-49.

NASCIMENTO, Beatriz; GERBER, Raquel. *Ôrí*. Documentário. Brasil, 1989, 100 min.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

RATTS, Alex. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *De Preto a Afro-Descendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2003, p. 89-108.

RATTS, Alex. Corpo e cabeça nas palavras da historiadora ativista Beatriz Nascimento. *Toques D'Angola*, Brasília – DF, p. 16-17, 01 nov. 2004.

RATTS, Alex. Trajetórias intelectuais negras: as rotas de Beatriz Nascimento. *Revista PUCviva*. Ano 7, n. 28, p. 76-81, out./dez. 2006.

RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex; BARBOSA, Douglas da Silva. Ori: uma abordagem da diáspora e experiência negra em linguagem cinematográfica. In: V Simpósio Internacional do CECAB, 2008, Salvador. *Anais do V Simpósio Internacional do CECAB*. Salvador: CECAB, 2008.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala Livros, 2009, p. 81-108.

RATTS, Alex. Trajetórias e lugares de uma mulher negra: a geopoética de Beatriz Nascimento. In: 27a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém-PA. *Anais 27ª RBA*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2010, p. 1-15.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

RATTS, Alex. Entrevista – Bloco I (A questão racial na obra de Beatriz Nascimento e Milton Santos, 10'04"). Bloco II (A negação do negro no Ceará. Cultura, gênero e desigualdade. 10'02"). Bloco III (Feminismo. Lélia Gonzalez. Intersecções: raça, gênero, sexualidade. Feridas públicas, medos privados. 10'57"). Bloco IV (Ler, ver, ouvir. O melhor tempo é hoje. 04'14"). In: *O Menelick 2º Ato*. Março, 2014. Entrevistadora: Luciane Ramos.

RATTS, Alex. Entre os corpos humanos e celestes: onde ela se sente bem? In: RATTS, Alex; GOMES, Bethânia (Orgs.). *Todas (as) distâncias*: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. São Paulo: Editora Ogum's Toques Negros, 2015, p. 116-131.

SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes Quilombolas*: uma poética brasileira. Salvador: EDUFBA; ILÉ AIYÊ, 2004.

SILVA, Sandra Martins da. *O GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense*: memória social, intelectuais negros e universidade pública (1975-1995). 2018. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: UFRJ/PPHC, 2018.

Nota de autoria

Elio Chaves Flores é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2002) e Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba desde 1994. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Região da Campanha (1986), graduação em Estudos Sociais pela Universidade da Região da Campanha (1983), mestrado em Pós-Graduação de História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul (1992). E-mail: eliochavesflores@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FLORES, Elio Chaves. Réquiem para uma historiadora negra: morte e invisibilidade de Beatriz Nascimento. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 380-397, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – PQ-2.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 04/08/2020.


Reenvio solicitado em 29/09/2020.

Aprovado em 19/10/2020.

“Escrevo da periferia, não do centro”: mulheres negras e experiências de racismo cotidiano

“I write from the ghetto, not from the center”: black women and experiences of daily racism

Claudia Regina Nichnig

 <https://orcid.org/0000-0002-9689-8112>
Universidade do Estado de Santa Catarina

KILOMBA, Grada. *Memórias de Plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

O livro de Grada Kilomba é resultado de sua tese de doutorado defendida e publicada na Alemanha em 2008 somente dez anos mais tarde publicado no Brasil, em 2019. A pesquisadora, escritora e artista, nascida em Lisboa, na apresentação da edição de seu livro ao público brasileiro, aponta que sua experiência de estudante negra em Lisboa-Portugal, mas também em Berlim-Alemanha, fez com que se sentisse em um não lugar destinado à pesquisadora negra, jamais reconhecida nesta posição, muitas vezes confundida com a pessoa da limpeza. Ao discutir a história colonial destes dois países, Grada Kilomba vai mostrar como o racismo se faz presente nas práticas diárias e que, mesmo que estes países não tenham mais colônias na atualidade, a herança deste período ainda persiste nas marcas coloniais. Foi na Alemanha que encontrou “uma forte corrente de intelectuais negras que haviam transformado radicalmente o pensamento e o vocabulário contemporâneo global durante várias décadas” (KILOMBA, 2019, p. 12) e, portanto, a sua escrita dialoga com as mais importantes autoras e autores da diáspora africana e do feminismo negro, como Gayatri Spivak, Patricia Hill Collins, bell hooks, Philomena Essed, Frantz Fanon, Stuart Hall, Paul Gilroy, destacando autoras que abordam as questões de gênero entrelaçadas com o debate de raça.

A obra revela questões subjetivas e políticas que envolvem racismo, sexualidade e práticas, que a autora chama de “racismo cotidiano”, em que a sua própria narrativa, mas também de outras colaboradoras com sua pesquisa aparecem nos capítulos do livro. Desde a apresentação, Kilomba descreve como trata de uma narrativa “pessoal, escrevi-o para entender quem eu sou” (KILOMBA, 2019, p. 13). Trata-se de uma narrativa, ora autobiográfica, em que traz suas experiências como estudante de pós-graduação em um país marcadamente branco e com uma história de exclusão e violência em relação a outros e outras que não são de uma origem alemã, ora trazendo narrativas de mulheres negras diversas. Apresenta às leitoras e leitores brasileiros alguns conceitos importantes para a leitura do texto como: sujeito, objeto, outra/o, negra/o, mestiça/o, mulata/o, cabrita/o, escravizada/o e subalterna; e também a divisão do livro em quatorze capítulos.

A autora debate a acessibilidade e a “dimensão política” da língua, e como a língua portuguesa traz marcas de suas heranças coloniais e patriarcais, e argumenta que, ao naturalizar o sujeito como sendo o masculino, esta língua exclui outros sujeitos “sem permitir variações no gênero feminino – a sujeita – ou nos vários gêneros LGBTTTQIA+ – xs sujeitxs – que seriam identificados como erros ortográficos” (KILOMBA, 2019, p. 15). Ela problematiza “o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada” e também como o “termo object



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

vem do discurso pós-colonial, sendo também usado nos discursos feministas e queer para expor a objetificação dessas identidades numa relação de poder” (KILOMBA, 2019, p. 15).

Na introdução, que a autora intitula “tornando-se sujeito”, ela mostra como foi imposto o silêncio aos sujeitos/as subalternizados/as, utilizando-se do que ensina bell hooks: “escrever esse livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a ‘outra’, mas sim eu própria” (2009, p. 27).

É a partir desta e outras afirmações que percebo a proximidade dos escritos de Grada Kilomba com uma forma narrativa autobiográfica, que “[...] permite uma pluralização de vozes no cenário de negociação política e artística, já que figuras marginalizadas e antigamente silenciadas passam a exigir seu espaço na arena de representação estética” (MIOTTO, p. 185). Se as biografias ou autobiografias podem ser lacunares, em relação ao seu uso como fonte, há o debate sobre a “crença da autenticidade de um discurso vindo diretamente do interessado” pois há uma relação direta entre a “identidade do autor, do narrador e do personagem” (PEREIRA, 2000, p. 123). Autores como Foucault, ao trazerem a questão da subjetividade à tona, nos permitem pensar as biografias e autobiografias como uma forma de escrita de si, em que há a intenção de captar “[...] uma vida em sua totalidade e em sua gênese. Está presente, ainda, a declaração de intenções: o pacto autobiográfico é necessário, embora não suficiente.” (PEREIRA, 2000, p. 123).

Kilomba, apoiada em bell hooks, nos aponta como é importante o ato da escrita para esse tornar-se sujeito e definir sua própria realidade. “Essa passagem de objeto a sujeito é que marca a escrita como um ato político” (KILOMBA, 2019, p. 28) e frisa que “[...] escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor validada/o e legitimada/o” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Falando em seu próprio nome, Grada Kilomba, ao tratar de episódios de racismo cotidiano, afirma que “Memórias de plantação examina a atemporalidade do racismo cotidiano”, pois esta é “uma questão relativa [tanto] ao passado quanto ao presente” (2019, p. 29), ou seja, os episódios de racismo, assim como o colonialismo, provocam nas mentes e corpos das pessoas negras uma ferida que não sara, e “que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra”.

O primeiro capítulo do livro apresenta uma história traumática que remete às memórias de infância da autora. “A máscara que Anastácia era obrigada a usar” que era sobretudo “uma máscara de silenciamento” (KILOMBA, 2019, p. 33), o ato de tampar a boca relacionando a posse e o silenciamento imposto às pessoas negras escravizadas, demonstrando relações desses episódios com as opressões, preconceitos relacionados às pessoas negras na atualidade. Em “Quem pode falar” a autora traz todo o debate sobre a descolonização do conhecimento. Dialogando com Gayatri C. Spivak e respondendo à pergunta do célebre título do livro da autora indiana, “Pode a subalterna falar?”, Kilomba responde à provocação: “[...] sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder. Nesse sentido, a subalterna não pode, de fato, falar. Ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve” (KILOMBA, 2019, p. 47). O que a autora pretende dizer é que está presente “uma dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo” (KILOMBA, 2019, p. 47). E, nessa esteira, traz a problematização de que “[...] grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e, são, por isso, menos capazes de falar em seu próprio nome” (KILOMBA, 2019, p. 48), presente no debate colonial para justificar atrocidades, violências e mortes. A autora se ancora em pensadores negros como Frantz Fanon, e tantos outros, para afirmar que os colonizadores fizeram questão de ocultar que os/as colonizados/as “não tem sido nem vítimas passivas nem tampouco cúmplices voluntárias/os da dominação” (KILOMBA, 2019, p. 49). Isso provoca uma virada epistêmica e produz efeitos diretos no aprender e no ensinar história, mas também nas subjetividades das pessoas.

Ao trazer o debate para a academia, Grada Kilomba mostra como o conhecer e o desconhecer são efeitos de “uma ordem violenta colonial” pois “[...] a academia não é um espaço

neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de violência” (KILOMBA, 2019, p. 51). Quando destaca a noção de “violência” em seu texto, Grada Kilomba quer mostrar como essas violências são também impositoras de saberes e conhecimentos. Denuncia a falta de credibilidade em relação ao seu trabalho como pesquisadora, que é tomado como “não muito científico”, “demasiado subjetivo”, “muito pessoal e emocional”, todas características que se distanciam de um trabalho científico que se pretende neutro e objetivo. A autora discute o eurocentrismo e a epistemologia que “[...] define não apenas o que é conhecimento verdadeiro mas também em quem acreditar e quem confiar” (KILOMBA, 2019, p. 54). Ao enfrentar o que ela chama de “mito da objetividade” (KILOMBA, 2019, p. 52) e “mito de neutralidade” (KILOMBA, 2019, p. 55), aponta para as dificuldades enfrentadas pelas autoras/es negras/os por estarem fora das estruturas acadêmicas e diante de um conhecimento que é colonizado, e que faz com que na academia estejamos diante daquilo que não é “[...] uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de ‘raça’” (KILOMBA, 2019, p. 53). Debate “os temas, paradigmas e metodologias da academia tradicional”, mostrando que as pessoas negras/os enfrentam dificuldades em relação aos questionamentos direcionados à produção do conhecimento válido, e se pergunta “[...] como eu, uma mulher negra, posso produzir conhecimento, em uma arena que constrói, de modo sistemático os discursos de intelectuais negras/os como menos válidos” (KILOMBA, 2019, p. 54). Kilomba compara a irracionalização do pensamento das pessoas negras com o mesmo processo que sofre o pensamento feminista: “[...] os homens tentam irracionalizar o pensamento das mulheres, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que a fabricação da realidade, da ilusão, talvez até uma ilusão feminina” (KILOMBA, 2019, p. 55), escancarando as hierarquias na produção do conhecimento.

Ao se perceber em uma posição marginal na produção do conhecimento, postula: “[...] uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todos nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e de uma realidade específicas, não há discursos neutros” (p. 58). Ao afirmar “escrevo da periferia, não do centro”, mostra como a produção do conhecimento marginal traz à tona as realidades vividas, experienciadas, o que nos dizem também as intelectuais negras brasileiras, como Sueli Carneiro (2011), Cláudia Pons Cardoso (2014), Ângela Figueiredo (2020), Ana Maria Veiga (2020), entre outras.

Grada Kilomba mostra todas as dificuldades e os obstáculos experienciados como estudante negra estrangeira, antes mesmo de apresentar sua candidatura, como foi questionada se tinha certeza que era aquilo que queria, sendo inclusive indicada a fazer sua tese na sua própria casa, demonstrando que algumas vezes foi dito a ela que o espaço acadêmico não era o seu lugar. “Descolonizando o conhecimento”, a autora se apoia em autoras africanas, asiáticas e afrodiáspóricas, como Felly Nkweto Simmonds e Gayatri Spivak, quando afirma que “[...] o mundo como habito como acadêmica é um mundo branco”, apresentando sua trajetória como aluna e pesquisadora negra, que por muitas vezes foi a única em diferentes espaços. “[...] não posso ignorar quão difícil é para nossos corpos escaparem às construções racistas sobre eles, dentro da academia” (KILOMBA, 2019, p. 65).

Ao discutir sobre a produção do conhecimento entre “a margem e o centro”, assim como bell hooks, que trata como é ser da periferia e estar ocupando lugares centrais, como a produção do conhecimento, Grada Kilomba fala da margem “como um lugar da criatividade”, mas que é preciso não “romantizar a opressão”, pois, tal como afirma bell hooks, “a margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência”, e estar na academia não como objeto de pesquisa mas sim como sujeito, é estar constantemente na resistência dentro desse espaço.

No terceiro capítulo do livro, “Definindo o racismo”, a autora aponta como este é “uma realidade violenta” pois o colonialismo, além da escravização, definiu locais para as pessoas racializadas na sociedade europeia, e o racismo “como uma ‘coisa’ externa, uma ‘coisa’ do passado,

algo localizado nas margens e não no centro da política europeia” (2019, p. 71). Kilomba mostra como a maioria das pesquisas sobre racismo na Europa assumem uma “macroperspectiva” (KILOMBA, 2019, p. 71), sem contudo dar atenção para as pessoas que são vítimas, trazendo uma metáfora: a “bomba relógio denota a catástrofe emergente que as/os imigrantes parecem representar a nação” (KILOMBA, 2019, p. 73). Mais especificamente, a autora traz “experiências subjetivas de mulheres negras com o racismo” (KILOMBA, 2019, p. 73), mostrando como o racismo estrutural institucional e o racismo cotidiano impactam diferentemente as vidas das mulheres. Afirma, ainda, que seu estudo “[...] busca entender, reconstruir e recuperar experiências de mulheres negras com o racismo em uma sociedade branca patriarcal, levando em consideração as construções de gênero e o impacto do gênero nas formas e nas experiências de racismo” (KILOMBA, 2019, p. 81).

Para isso traz, além de seu próprio relato, os relatos de seis mulheres negras, apresentando uma pesquisa em que a “subjetividade consciente” conta muito, e afirma que: “[...] aceito sem críticas todas as declarações das/os entrevistadas/os mas que eu respeito totalmente seus relatos acerca do racismo e mostro interesse genuíno em eventos ordinários da vida cotidiana” (KILOMBA, 2019, p. 83), no intuito de buscar práticas de racismo cotidiano, infelizmente também presentes na vida acadêmica.

Do ponto de vista metodológico, traz explícitas tanto sua subjetividade de autora, através de sua narrativa, mas também as narrativas de suas entrevistadas, marcadas por experiências racializadas de percursos acadêmicos na Alemanha. Ao apresentar essa metodologia de pesquisa, mostra que realizou entrevistas “não diretivas baseadas em narrativas biográficas” (KILOMBA, 2019, p. 85) com três mulheres afro-alemãs e três de descendência africana que vivem na Alemanha.

Uma narrativa traumática da autora aparece no capítulo quatro, intitulado “Racismo Genderizado”, em que narra a experiência de ir ao médico, e ao final da consulta ter sido convidada pelo médico para cozinhar, limpar e lavar na casa de sua família, durante as férias de verão no litoral de Portugal. A autora interpreta o convite, dirigido a uma menina negra, como uma prática racista que mostra como raça e gênero estão entrelaçados. “Tal fantasia colonial poderia ocorrer no consultório de uma/um medica/o negra/o?” (KILOMBA, 2019, p. 95); conclui que “muitas, se não a maioria, das experiências pessoais com o racismo, são formas de ‘racismo de gênero’” (KILOMBA, 2019, p. 96).

Kilomba também faz a crítica em relação aos autores e publicações que debatem o racismo, os quais não trazem as especificidades das mulheres, e por outro lado, o debate feminista ocidental não trazia as especificidades das negras, tornando as mesmas invisíveis. Apoiando-se em Heide Sabia Mirza, afirma que “as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da ‘raça’ e do gênero, o chamado “terceiro espaço” (KILOMBA, 2019, p. 97). Conceitua como vácuo ou apagamento o processo que sofrem as mulheres negras aos serem invisibilizadas, tanto em relação ao debate de raça como de gênero – um duplo ou triplo fardo ao qual estão submetidas as mulheres negras –, chamando atenção para o racismo, o sexismo e a lesbofobia, aos quais são submetidas por opressões cumulativas as mulheres marcadas por sua raça, etnia, sexualidades, entre outros fatores. A autora afirma que essas opressões se entrecruzam e, portanto, faz uso da expressão “racismo genderizado” (ESSED, 1991, p. 30) para se referir à opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas e papéis de gênero (KILOMBA, 2019, p. 99). Por isso, a autora é bastante enfática em afirmar que existe, ao não considerar as mulheres negras também como mulheres, uma “invisibilização e o silenciamento das mulheres negras dentro do projeto feminista global” (KILOMBA, 2019, p. 100).

A crítica da pesquisadora negra europeia (porém do “sul” europeu) faz coro com as denúncias feitas por feministas estadunidenses e latino-americanas, como Angela Davis, Julieta Paredes e Lélia Gonzalez. Grada Kilomba denuncia a ideia de uma “sororidade universal” como

falsa, criticando a ideia de um patriarcado universal que oprime a todas da mesma forma, pois seriam as “mulheres como um grupo coletivo genderizado e oprimido em uma sociedade patriarcal” (KILOMBA, 2019, p. 100) oprimidas da mesma forma? Faz uma crítica bastante contundente às feministas ocidentais, pois, para ela, “há uma resistência no contexto dos feminismos ocidentais em aceitar e teorizar o racismo como uma dimensão central e crucial na experiência das mulheres”; segundo a autora, “o gênero tornou-se assim o único foco de suas teorias” (KILOMBA, 2019, p. 103), e se apoia em autoras como bell hooks e Patrícia Hill Collins para questionar o patriarcado absoluto, chamando atenção para um patriarcado racial, enfatizando a importância da raça nas relações de gênero (KILOMBA, 2019, p. 105).

No capítulo “Descolonizando mulheres negras”, Kilomba se apropria do debate de Frantz Fanon para apresentar os efeitos do psicológico no colonialismo, entretanto afirma que o autor não trouxe as especificidades das mulheres no contexto do racismo, contribuindo para a invisibilidade e o apagamento das mulheres negras.

No quinto capítulo do livro o mote são as “políticas espaciais”, que consideram o fato de as mulheres negras, na Alemanha, serem racializadas, o que faz com que não sejam reconhecidas como alemãs, sempre sendo negado a elas esse lugar na nação. Já no capítulo “políticas do cabelo” traz um debate importante para as mulheres negras, que é a questão do cabelo como definidor de identidades e consciência política ressignificando aquilo que por muito tempo foi considerado como característica de inferioridade, exotismo e não civilização para as mulheres negras, o que produziu traumas e constrangimentos por colocarem-nas fora de um padrão de beleza, por serem consideradas como corpos a serem domesticados e controlados.

No capítulo “políticas sexuais” a autora vai narrar episódios de violências contra negros e práticas de racismo cotidiano, que são naturalizadas como possíveis ao ser contadas em forma de “piadas”. Neste capítulo, a autora problematiza o racismo como um fenômeno social, afirmando que não se trata de uma experiência individual, não devendo ser considerado “decorrentes de sua própria sensibilidade e excessiva e, portanto, são de sua própria responsabilidade” (KILOMBA, 2019, p. 138). Desta forma, não é a mulher negra quem deve assumir o sentimento de vergonha e culpa pela piada racista do companheiro, de acordo com o exemplo que a autora explora, mas é o agressor quem deve ser responsabilizado.

Outra questão trazida pela autora, tal qual problematizou Lélia Gonzalez (1984), é o fato de crianças brancas terem sido nutridas por mulheres negras durante o colonialismo, tendo seus “corpos usados como mamadouros, nos quais as crianças brancas sugavam o leite. Existem imagens muito imponentes de negritude e maternidade” (KILOMBA, 2019, p. 141). Aborda ainda práticas racistas que reforçam e incitam o medo em relação às pessoas negras, que caracterizam os homens negros como violentos, as mulheres negras como possíveis autoras de roubos de crianças, e os homens negros de mulheres brancas.

Em “políticas da pele”, problematiza o não reconhecimento pelos outros como mulheres negras, como há um apagamento e negação em relação à identificação da raça, tornando invisível esta questão. Já no capítulo “a palavra e o trauma”, a autora problematiza a linguagem, mostrando que é através do discurso que pessoas negras são coladas em situação de inferioridade, a partir do colonialismo e da escravização. Kilomba aponta para a “dinâmica de orgulho-vergonha nesse relacionamento colonial” (KILOMBA, 2019, p. 157), mostrando como é no discurso que expressões de inferioridade se transformam em práticas racistas, resultando em ofensas e traumas para as pessoas negras.

De repente o colonialismo é vivenciado como real – somos capazes de senti-lo! Esse imediatismo, no qual o passado se torna presente e o presente passado, é outra característica do trauma clássico. Experimenta-se o presente como se estivesse no passado. Por um lado, cenas coloniais (o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente), e por outro lado o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado). A ferida do presente ainda é ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como

resultado. (KILOMBA, 2019, p. 158)

Problematiza as experiências de racismo vivenciados no corpo, principalmente a partir do relato de uma de suas colaboradoras. Para ela, existe uma espécie de segregação racial nas cidades, o que caracteriza como resultado de um suposto medo do que ela chama de “contágio racial” (KILOMBA, 2019, p. 167). Mostra como as pessoas negras em espaços não seus, ou destinados aos brancos, vivenciam um tipo de isolamento, pois carregam consigo seus corpos, sua raça e sua ancestralidade. Outra questão apontada é o desconhecimento em relação à origem de seus ancestrais. Ao serem perguntadas as mulheres negras sobre suas origens, muitas não sabem informar, pois um dos resultados da diáspora africana foi este apagamento e, portanto, “não ter o direito de saber era uma parte intrínseca das políticas de escravização” (KILOMBA, 2019, p. 179).

No capítulo doze, “suicídio”, traz novamente o relato de sua colaboradora para afirmar que esta atribui o suicídio da mãe ao racismo e ao isolamento social, já que trabalhava e vivia entre pessoas brancas, sem um círculo de amizades. Além de sua principal colaboradora, Kilomba mostra que outras mulheres negras narraram histórias que “ligam o suicídio ao impacto do racismo e do isolamento” (KILOMBA, 2019, p. 188). “O suicídio pode emergir como ato de tornar-se sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 189), diante de situações em que a/o sujeita/o negra/o não concebe viver num ambiente de isolamento, naquilo que a autora conceitua como “um interesse em impedir que as/os escravizadas/os africanas/os se tornem sujeitos” (KILOMBA, 2019, p. 189).

Em “cura e transformação” a autora discute a presença de objetos coloniais, como bonecas negras nas varandas nas casas do sul dos Estados Unidos, que surgem após a abolição da escravização, os quais permanecem no imaginário das pessoas e marcam uma representação racista e inferiorizada para as pessoas negras. Kilomba mostra, utilizando os relatos de uma das mulheres negras com quem dialoga, que, mesmo sabendo “que a terminologia colonial era errada”, ela precisou “aprender a se definir politicamente negra” (KILOMBA, 2019, p. 202), principalmente pelo fato de ter sido criada por uma família adotiva alemã. A autora discute, então, os efeitos do tráfico negreiro, afirmando que a “África é o único continente cuja população foi negociada, desmembrada e escravizada, coletivamente segregada da sociedade e privada de seus direitos, tudo para o benefício de comunidade europeias” (KILOMBA, 2019, p. 206), apresentando os efeitos subjetivos das experiências de ruptura resultado deste período histórico.

No último capítulo intitulado “descolonizando o eu” retoma o início e o título do livro, usando “a metáfora da plantação como símbolo de um ‘passado’ traumático que é reencenado através do racismo cotidiano” (KILOMBA, 2019, p. 213). A rememoração do trauma colonial, a autora traz a ideia de memória, esquecimento e trauma; assim como o filósofo Paul Ricoeur (2008) faz com a situação da memória traumática da guerra na Europa, a autora problematiza o trauma do colonialismo. Afirma que “a ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível, pois, cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Para Kilomba, essa “configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano” (KILOMBA, 2019, p. 213), um trauma ainda presente, sendo que a tríade “escravização, colonialismo e o racismo cotidiano contém o trauma de um evento de vida intenso e violento” (KILOMBA, 2019, p. 214). A autora conceitua o que ela entende como “traumas individuais e familiares dentro da cultura branca dominante mas também como trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencenado e restabelecido no racismo cotidiano” (KILOMBA, 2019, p. 215), diferenciando as ideias de choque violento, separação e fragmentação e de atemporalidade.

A ideia e a conceituação de descolonização como o “desfazer do colonialismo” e a descolonização como ligada com o racismo cotidiano finaliza o debate do livro, o qual ela conclui mostrando “uma sequência de mecanismo de defesa do ego que o sujeito negro atravessa para se conscientizar de sua negritude e de sua realidade vivida com o racismo cotidiano” (KILOMBA, 2019,

p. 235) o que ela aponta que ficou óbvio através dos relatos de duas de suas biografadas. Para Grada Kilomba existem “cinco mecanismos diferentes de defesa do ego: negação/frustração/ambivalência/identificação/descolonização” (KILOMBA, 2019, p. 235), sendo que finaliza mostrando como “todo o processo alcança um estado de decolonização, isto é, internamente não se existe mais como a/o ‘Outra/o’, mas como o eu.” (KILOMBA, 2019, p. 238). A partir deste processo “somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade de nossa própria realidade. Assim, regresso ao início desse livro: tornamo-nos sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 238).

O debate plural e racializado trazido por Grada Kilomba, marcado por questões subjetivas e partir da sua autobiografia, mas também de biografias de mulheres negras, dialoga com a efervescência do campo dos estudos de gênero, raça e etnia no Brasil, marcadamente influenciada pelos estudos feministas negros. O livro traz contribuições importantes para as/os pesquisadoras/es que se propõem a aprofundar seus estudos sobre racismo na contemporaneidade, sem deixar de considerar que as marcas de gênero e sexualidade, não passam incólumes às práticas racistas.

Assim, *Memórias de Plantação*, que talvez merecesse para o Brasil a adaptação “*Memórias da Plantation*”, pois assim entendemos o sistema monocultor de exploração, através de uma escrita primorosa e tocante, traz narrativas sensíveis de mulheres marcadas por sua raça e sexualidade, nos alertando para a importância de estarmos atentas/os às marcas do colonialismo e o desfazer deste, pois se trata de uma ferida que “dói sempre, por vezes infecta, e por vezes sangra”.

Referências

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. [S.l.: Unifem], 2011. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CARVAJAL, Julieta Paredes. *Para decolonizar el feminismo*. La Paz, Bolivia: Feminismo Comunitario de Abya Yala, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 12, n. 29, p. e0102, maio 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. 1984. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIOTTO, Flávia Herédia. A autobiografia na contemporaneidade e sua conseqüente abertura a perspectiva feministas na literatura: análise da obra *Teoria King Kong*, de Virginie Despentes. *Revista Versatele*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 182-198, jan.-jun. 2019.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*, n. 3, p. 117-127, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 12, n. 29, p. e0101, abr. 2020.

Notas de autoria

Claudia Regina Nichnig é doutoranda no Programa de Pós Graduação em História, na Universidade do Estado de Santa Catarina, sob a orientação da Profa. Dra Silvia Maria Favero Arend. É doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013), na área de Estudos de Gênero. Pós-doutora em História, pela UFSC e pós-doutora em Antropologia Social no CNRS, EHESS, Universidade Jean Jaures, em Toulouse, França. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003), graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (1999). Atua principalmente nos seguintes temas: feminismos no Brasil; família no Brasil contemporâneo; gênero e direito, conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo e homoparentalidades no Brasil e na França, decolonialidade, violências e mulheres indígenas. E-mail: claudianichnig@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

NICHNIG, Claudia Regina. “Escrevo da periferia, não do centro”: mulheres negras e experiências de racismo cotidiano. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 398-405, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 16/11/2020

Aprovado em 27/11/2020